

# COMPOSIÇÃO

Revista de Ciências Sociais  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Edição com os trabalhos completos do III Simpósio de  
Gênero e Sexualidade e do I Congresso de Gênero e  
Sexualidade de Mato Grosso do Sul: Relligões, mídias e  
corporalidades - Campo Grande de 24 a 26/05/2017 -  
UFMS

Número 21, ano 10. Julho-dezembro de 2017

ISSN:1983 - 3784

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)**

**Composição: revista de ciências sociais / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.**

**a.10, n. 21 (Julho – Dezembro de 2017) - Campo Grande, MS**

**Semestral**

**Revista eletrônica: <http://www.seer.ufms.br>**

**ISSN 1983-3784**

**1. Ciências Sociais - Periódicos. 2. Ciências Humanas – Periódicos. I.**  
**Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.**

**CDD (22) 300.5**

## **Conselho Editorial**

Antonio Elizalde – Universidade Bolivariana de Chile  
Brian Ferreira – Universidade Nacional de Misiones  
Célia Aparecida Ferreira Tolentino – UNESP (Marília)  
Ethel Volfzon Kosminsky - UNESP (Marília)  
Felipe de Alba – Universidade do Quebec  
Francisco Ther Rios – Universidade de Los Lagos  
Gilton Mendes - Universidade Federal de Amazonas  
Helena de Carvalho Lorenzo – UNIARA  
José Zanardini – Universidade Católica de Assunção  
Laerte Fernandes – O Estado de São Paulo  
Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio – UFSCar

## **Normas e Critérios para publicação**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Reitor: Marcelo Turine

Composição, Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

ISSN 1983-3784

Conselho de Redação

Aparecido Francisco dos Reis

Ana Maria Gomes

Iracema Cunha Costa

Manoel Rebelo Junior

Coordenação Geral: Aparecido Francisco dos Reis

Edição eletrônica:

Aparecido Francisco dos Reis

Daniel Massanori Teruya Leite

Revisão: Os próprios autores

Distribuição eletrônica

Revista indexada em: Qualis Capes

Descrição dos procedimentos de seleção de trabalhos para publicação Critérios

para publicação: Revista Composição

Art. 1 – Composição, Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização desconhecimentos nas áreas de Antropologia, Ciência Política, Sociologia e afins.

Art. 2 - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Curso de Ciências Sociais; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.

Art. 3 - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por quatro professores do curso de Ciências Sociais da UFMS, escolhidos pelos seus pares.

Art. 4 - Ao Conselho Editorial caberá a avaliação de trabalhos para publicação.

Parágrafo 1o - Os membros do Conselho Editorial serão indicados pelo corpo de professores do curso de Ciências Sociais, com exercício válido para o prazo de quatro anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.

Parágrafo 2o - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial.

Parágrafo 3o - O Conselho Editorial, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades do assunto tratado.

Art. 4 - Composição publicará trabalhos da seguinte natureza:

I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Antropologia, Ciência Política, Sociologia e afins e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.

II - Traduções de textos fundamentais, isto, é daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa que constituam fundamentos da área específica da revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.

III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área temática da revista, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do periódico.

IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o avanço das reflexões na área temática da revista.

Art. 6 - A entrega dos originais para Composição deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - Os artigos deverão conter obrigatoriamente:

- a) título em português e inglês;
- b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e filiação institucional completa, bem como a auxílios institucionais, endereço institucional, telefone institucional e endereços eletrônicos;
- c) resumo em português (máximo de 6 linhas, ou 400 caracteres) e abstract fiel ao resumo, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave e key words, ambos em número de 3, para efeito de indexação do periódico;
- d) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
- e) Notas de rodapé, eliminando-se os recursos das notas finais;
- f) referências bibliográficas.

II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:

- a) uma cópia anexada ao endereço eletrônico no padrão word 97-2003;
- b) uma autorização para publicação devidamente assinada pelo autor também anexada ao endereço eletrônico;
- c) a extensão do texto deverá se situar entre 10 e 20 páginas redigidas em espaço duplo;
- d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
- e) a fonte utilizada deve ser a Times New Roman, tamanho 12;
- f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;

III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em português ou inglês, e

encaminhados para o e-mail com o texto rigorosamente corrigido e revisado.

IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e inseridas no texto com as devidas indicações.

V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).

VI - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser excedidos em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7 - Não serão aceitos textos fora das normas estabelecidas, com exceção dos casos previstos no artigo anterior, e os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa, no prazo máximo de três meses.

Art. 8 - Uma vez publicados os trabalhos, Composição reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, e com a devida citação da fonte.

## **EDITORIAL**

Composição, Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, publica nesta edição de junho a dezembro de 2017, os trabalhos completos apresentados III Sigesex: Simpósio de Gênero e Sexualidade e do I Congresso Nacional de Gênero e Sexualidade de Mato Grosso do Sul, com o tema Religiões, Mídias e Corporalidades. O III Sigesex o I Congesex foram realizados de 24 a 26 de maio de 2017 no campus de Campo Grande da UFMS e reuniu mais de 200 pesquisadores com 150 trabalhos de comunicação de pesquisa. Parte desses trabalhos estão sendo publicados nessa edição de 2016. Destacamos ainda que Composição continuará recebendo colaborações para os próximos números.

Boa leitura.

Prof. Dr. Aparecido Francisco dos Reis – Editor

## SUMÁRIO

<b>Mulheres e educação: aproximações entre a imprensa periódica de circulação geral e os estudos de gênero – um estudo do jornal “A tribuna” Rondonópolis-MT</b> Ana Gonçalves Sousa Adriana Aparecida Pinto.....	01
<b>Game of thrones e o jogo das minorias na internet</b> Alissa Beatriz Sanches Eli Gomes Castanho Fabrícia Carla Viviani.....	16
<b>Do espaço empobrecido para a escola: o protagonismo das mulheres indígenas (terena)</b> Lindomar Lili Sebastião.....	29
<b>A disputa pelo útero da menina-mãe: o Estado e a Igreja na cobertura da Folha de S.Paulo sobre o caso Alagoinha (PE)</b> Marcelle Cristine de Souza.....	43
<b>Corpos e masculinidades: sendo gay na Igreja Adventista do Sétimo Dia</b> Josué de Castro Filho Rubens de Camargo Ferreira Adorno.....	61
<b>Os sentidos de “violência de gênero” em publicações da revista <i>psicologia em estudo</i></b> Angelo Willian de Lima Catarim Jacy Corrêa Curado.....	72
<b>Por amor e pela família: um jornal de moças educadas, no início do século XX, em Goiás.</b> Danielle Silva Moreira dos Santos.....	91
<b>A experiência de professoras nas séries iniciais com filhos de casais homoafetivos</b> Danilo Leite Moreira Eloisa Matins.....	108
<b>Gênero e sexualidade sob uma perspectiva territorial da escola</b> Uma Reis Sorrequia Lourdes de Fátima Bezerra Carril.....	120
<b>Performances e gênero na exploração sexual de crianças e adolescentes em campo grande-ms: relatos de fontes privilegiadas</b> Antonio Henrique Maia Lima Estela Márcia Rondina Scandola Giany Conceição Costa Maria Beatriz Almeidinha Maia Rosana dos Santos Oliveira Tânia Regina Comerlato.....	140

<b>Psicologia, feminilidades e estudos <i>queer</i>: (re)pensando novas práticas de resistências no campo <i>psi</i></b>	
Luciana Codognoto da Silva.....	158
<b>A influência do cristianismo no processo de aceitação da homossexualidade – consequentes culpa e apostasia</b>	
Marcelo Pombo Novaes Fernandes.....	167
<b>A produção de sentidos da mulher paraguaia na fronteira sob a perspectiva de gênero.</b>	
Lígia Maria Ruel Cabreira.....	185
<b>Representação Social sobre as concepções de gênero para os professores dos cursos de Psicologia e Ciências Sociais</b>	
Fernanda de Barros Vidal	
Gabrielle de Souza Sanches	
Jéssica Bonifácio Apacite	
Luis Carlos dos Santos Nunes	
Milton Vinícius Dionisio de Souza	
Victória Regina de Almeida Correia	
Zaira de Andrade Lopes.....	197
<b>Aplicativos de relacionamento e as influências na comunidade gay</b>	
Eric de Jesus Porto	
Maria Luzia Silva Santana.....	215
<b>O proibicionismo das drogas e o direito à religião</b>	
Jéssica Rocha.....	226
<b>O papel da EJA na reinclusão das travestis e transexuais no espaço escolar</b>	
Tatiane da Silva Lima.....	240
<b>Meninas encurraladas: a violência sexual contra adolescentes no filme <i>Volver</i>.</b>	
Ana Maria Gomes	
Vivian da Veiga Silva.....	250
<b>Reflexões sobre as potências e os limites da categoria representacional do "gênero".</b>	
Greciane Martins de Oliveira	
Simone Becker.....	262
<b>Lesbianidades e docência: reflexões sobre gênero e diversidade sexual na educação</b>	
Laís Tosta Mendes de Freitas	
Ademilson Batista Paes.....	276
<b>O corpo que não pode, não deve e não cabe: a trajetória do futebol de mulheres durante a primeira metade do século xx</b>	
Kelen Katia Prates Silva.....	289
<b>Como as travestis eram vistas nos filmes da boca do lixo: o caso de “o sexo dos anormais”</b>	
Dionys Melo dos Santos.....	299

<b>“Ideologia de gênero” e a juventude assembleiana: Perspectivas Sociológicas</b> Bruna Lassé Araújo.....	322
<b>A classificação compulsória dos sujeitos e a violência contra as mulheres na sociedade patriarcal: uma análise a partir da delegacia da mulher de Dourados-MS</b> Bruna Aparecida Azevedo Gayozo.....	335
<b>Entre hetairas e marafonas: breve histórico sobre o “ser mulher” no mercado sexual em Campo Grande-MS</b> Antonio Henrique Maia Lima Estela Márcia Rondina Scandola Giany Conceição Costa Maria Beatriz Almeidinha Maia Rosana dos Santos Oliveira Tânia Regina Comerlato.....	344
<b>A linguagem da cruz: um olhar queer sobre a representação contra a homofobia de viviany beleboni e a cobertura midiática</b> Adamo Antonioni da Silva Insfran.....	366
<b>A condição social da mulher negra: apontamentos a partir da canção <i>mulheres negras</i></b> Monique Francielle Castilho Vargas.....	383
<b>Gênero e etnia: enfrentamento das desigualdades no e pelo espaço escolar.</b> Jorge Luiz Zaluski.....	406
<b>Ensaio: discursos da mídia sobre crianças indígenas</b> Wesley Mendonça.....	420
<b>Educação sexual: recursos audiovisuais como proposta preventiva</b> Tainá Regina De Paula Aristóteles Mesquita De Lima Netto.....	430
<b>O controle do corpo da mulher nas idéias jurídicas</b> Edna Aparecida Ferreira Benedicto.....	445
<b>Dos excessos ao corpo: a genealogia do saber nos textos jornalísticos de Clarice Lispector de 1950, 1960.</b> Kaoana Sopelsa.....	465
<b>Louca ou transgressora: representações femininas na obra de Lídia Baís.</b> Fernanda Reis Losandro Tedeschi.....	478
<b>As mulheres na escrita de lima barreto – educação e civilidade</b> Sthefany de Souza Ribeiro Falco.....	496

<b>Produções midiáticas como recursos didáticos no projeto de ensino “discutir desigualdades na busca por igualdade”</b> Gabriella Assumpção da Silva Santos Lopes.....	507
<b>Anos de controvérsias: representações de mulheres em distintas perspectivas históricas</b> Ary Albuquerque Cavalcanti Junior Joice Souza Garcia.....	519
<b>“AQUÍ NO SE CHAMUYA”: Dádivas, gramáticas afetivossexuais e individualidades de universitários/as intercambistas da UFMG</b> Antônio Augusto Oliveira Gonçalves.....	534
<b>O reconhecimento das relações de gênero no espaço/tempo escolar</b> Lucimara Nascimento da Silva.....	559
<b>Representações do feminino/masculino e a civilidade: uma análise dos jornais de Corumbá/MS</b> Lídia Kellenn Brito dos Santos Dra. Nathalia Monseff Junqueira.....	570
<b>Igualdade de gênero na diversidade dos gêneros: relato de experiência</b> Eli Gomes Castanho Fabrícia Carla Viviani.....	593
<b>As representações das mulheres no ciberespaço: um olhar sobre a produção discursiva da página do Facebook “Garota Conservadora”</b> Patrícia Alves Santos Oliveira Vanusa Barbosa Rodrigues.....	612
<b>Educação e gênero: a invisibilização do feminino e possibilidades afirmativas na disciplina de história no ensino básico.</b> Neide Célia Ferreira Barros Suellen Peixoto de Rezende.....	629
<b>Transexuais e questões de gênero sob a ótica jurídica: A (des)necessidade da cirurgia de transgenitalização</b> Wellington Oliveira de Souza Costa Antônio Conceição Paranhos Filho.....	644
<b>Projeção política de Amanda Gurgel e o poder midiático</b> Aluizia do Nascimento Freire.....	659

## Mulheres e educação: aproximações entre a imprensa periódica de circulação geral e os estudos de gênero – um estudo do jornal “A tribuna” Rondonópolis-MT

### Women and education: approximations between the periodical press of general circulation and the studies of gender - a study of the journal "The Tribune" Rondonópolis-MT

Ana Gonçalves Sousa<sup>1</sup>  
Adriana Aparecida Pinto<sup>2</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

**Resumo:** Esta comunicação tem por objetivo apresentar e discutir sobre algumas das representações sociais atribuídas às mulheres da cidade de Rondonópolis, por meio da imprensa periódica de circulação geral. Para este exame, adotam-se como fontes os exemplares do Jornal *A Tribuna*, com recorte temporal situado entre os anos de 1980-1985. *A Tribuna* teve seu ciclo de vida iniciado em junho de 1970, e circula sem interrupção até os dias atuais.

**Palavras Chave:** Mulheres; educação; imprensa periódica.

**Abstract:** This communication aims to present and discuss some of the social representations are assigned to women of the city from Rondonópolis, by means of periodical press of general circulation. For this exam, adopt as sources the copies of the newspaper *The Tribune*, with cut-out timeline set between the years 1980-1985. The *Tribune* had its life cycle started in June 1970, moving without interruption until the present day.

**Keywords:** Women; education; press.

### A pesquisa e seus (des)caminhos: imprensa periódica e estudos históricos sobre mulheres

O presente artigo insere-se na vereda de esforços empreendidos em prol da pesquisa histórica em educação (PINTO, 2010, 2013, 2016; BICCAS, 2008; CAMPOS, 2007, NADAF, 2010, SCHELBAUER & ARAUJO, 2007), na tentativa de mapear e compreender os espaços de sua produção, detendo-se mais detalhadamente ao estudo de documentação relacionada à imprensa periódica de circulação geral (LUCA, 2010). Objetiva, nesse sentido, evidenciar e analisar formas pelas quais a imprensa noticia sobre os papéis e lugares comumente atribuídos às mulheres, sobretudo aqueles vinculados à profissão docente.

Para realizar tal exercício, além da seleção, organização e análise de fontes documentais relativas à imprensa, consideradas primárias para este trabalho de pesquisa,

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - Campus Rondonópolis. Bolsista Capes 2016-2018 E-mail: [Anninhasousa@hotmail.com](mailto:Anninhasousa@hotmail.com). (66)996519449.

<sup>2</sup> Professora Adjunto III do Curso de História (Ensino de História e Estágio Supervisionado) e do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Coordenadora do Projeto: Lugares de história, registros de memória: revitalização do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História (LABhis) da Universidade Federal da Grande Dourados, e ambos com apoio da Fundect via Edital PPP14/2015 e EDUCA/MS 2016. Membro da equipe do Laboratório de Ensino de História - LABhis. Coordenadora de Área de História do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID/História. [adrianapintoufgd@gmail.com](mailto:adrianapintoufgd@gmail.com). Tel.: (67)981424178.

considera-se necessário e pertinente apresentar alguns dos principais aspectos que embasam a produção deste estudo, a saber: o campo de estudos acerca da História das Mulheres e questões ligadas ao Gênero como categoria de análise que amplia o campo de compreensão sobre o temário e a sistematização dos estudos históricos que apoiam-se em estudos que tem na imprensa periódica de circulação geral, sua documentação privilegiada, ora como fonte, ora como fonte e objeto, para compreender determinadas nuances dos momentos em que se inscrevem, visto que marcam um conjunto de ideias postas em circulação, posições políticas e intelectuais, interesses e por vezes conflitos.

Em pesquisas realizadas entre os anos de 2009 a 2014, em arquivos públicos e espaços de preservação e guarda documental, fato que nos chamou a atenção quando da realização do mapeamento inicial da imprensa periódica em Mato Grosso foi à ausência de revistas especializadas em ensino, documentação comumente produzida entre os anos finais do período imperial e com vigor significativo nas primeiras décadas do período republicano, em diversos estados da federação – a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, como evidenciam os estudos de CATANI (1994, 1998), PINTO (2001) , BICCAS (2008), dentre outros.

Contudo essa ausência observada naquele período, não significou ausência de intensos debates sobre o tema da instrução pública e educação em Mato Grosso, como evidenciam pesquisas já realizadas<sup>i</sup>. A imprensa de circulação geral, por meio de jornais, folhetins, boletins e outros congêneres revela-se vertente significativa para entender que a produção e o desenvolvimento mato-grossense, descritos como isolados, na perspectiva de Rubens de Mendonça, frente às grandes distancias relativas pólos de produção econômica, político e cultural do país em determinados momentos, não reflete tanto isolamento assim<sup>ii</sup>.

Defendemos ainda que, por meio da imprensa periódica torna-se possível identificar as premissas do chamado discurso fundador, pois busca-se, em suas páginas “[...] a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos da interpretação.” (ORLANDI, 1993, p. 16). De um lado, as revistas de ensino, de certa maneira, contribuíram em grande medida para homologar esse papel<sup>iii</sup>. Por outro lado, uma série de trabalhos asseveram o papel da imprensa periódica de circulação geral como importante aliada na produção do conhecimento histórico em educação, embora em grande parte dos trabalhos constitua-se como fonte secundária na realização das pesquisas, seja no cotejamento das informações de cunho político, ou ainda no aspecto da validação de discursos proferidos por personalidades, intelectuais ou pessoas comuns. Tânia de Luca (2005), principal referência brasileira em estudos que tem na imprensa periódica seus

direcionamentos de pesquisa, afirma que o uso das fontes impressas como jornais, revistas ou periódicos pelo historiador, foi adotado de modo lento ao longo da história contemporânea. A historiadora observa, ainda, que na década de 1970 haviapouquíssimos trabalhos resultantes de pesquisas com fontes jornalísticas ou revistas no Brasil(LUCA, 2005).

É igualmente notório o seu papel, revelado nas linhas e entrelinhas dos escritos que circulam nas páginas de jornais e revistas, tenham eles características ligadas diretamente à instrução pública: é certo que nas páginas dos semanários, jornais diários que circulavam com periodicidade nem sempre tão regular são encontrados temas com a frequência e intensidade conforme os interesses dos grupos que o produzem<sup>iv</sup>.

Partimos do pressuposto de que a imprensa seja ela especializada em educação ou de circulação geral não se encontra em um campo alheio a políticas de (re) organização do campo. Ao contrário, atua como força corroboradora que conta com espaço privilegiado para algumas discussões, ao mesmo tempo insere-se no campo das disputas por uma hegemonia no plano das ideias, conferindo àqueles que publicizam seu pensamento nas páginas dos impressos, supostamente, a legitimidade do discurso educacional dominante.

Diferentemente da imprensa especializada em ensino, os periódicos de circulação geral, embora, não dediquem suas páginas especificamente às questões educacionais, veiculam informações pontuais acerca da organização da instrução pública, as quais permitem delinear as discussões estavam sendo realizadas em determinados períodos, quais interesses orientavam a condução dos seus rumos.

O estudo de periódicos permite identificar os modos como se processam essa circulação, visto que, por meio dos textos expedientes, editoriais, artigos, aliada a recuperação da trajetória e formação de seus editores, autores de textos e das próprias menções explícitas, ou não, no teor dos artigos, é possível perceber e mapear as bases dos discursos e buscar os fundamentos que os sustentam.

Ampliando a discussão para o campo teórico no qual se inscrevem, os estudos sobre imprensa aliam-se aos estudos históricos sobre as mulheres. A historiadora Tania Regina de Luca (2012) enfatiza os diferentes momentos nos quais o assunto *mulheres* aparece na imprensa, acompanhando as conquistas e a igualdade formal de direitos políticos. Também questiona acerca de um notável desequilíbrio entre a presença de figuras públicas masculinas e femininas no noticiário, assim como certos estereótipos em torno de mulheres que adentraram na arena do poder àqueles que investigam as condições de vida e atuação social dessas mulheres nas relações travadas com o espaço social, qualificados pela perspectiva dos estudos sobre gênero que de acordo com RAGO (2013), na segunda metade do século XX,

especialmente entre 1964 e 1990, mulheres de norte a sul do Brasil buscaram construir novas formas de existência, ocupando espaços públicos ainda tidos como próprios aos homens.

Para PEDRO (2006), mulheres criaram novas formas de estar no mundo, reivindicando direitos, especialmente sobre o próprio corpo, denunciando os problemas tidos como domésticos, lutando pela casa própria e por espaços e direitos iguais no mercado de trabalho, entre outras lutas.

Buscamos alicerce para a análise de reportagens publicadas nos jornais no diálogo com os estudos de Joan Scott(1995), Michelle Perrot (2005), Joana Maria Pedro (2006), Margareth Rago (1998).

Michelle Perrot (2005) evidenciou em seus estudos o silêncio dos arquivos quanto à documentação que dá voz à situação de vida e inserção social das mulheres nos anos iniciais do século XX. Estes arquivos guardavam documentos da cena pública nas quais as mulheres eram apenas ornamentos disciplinados pela moda. A deficiência da documentação habitual contrastava com o chamado *sótão da história* (PERROT, 2005), condicionando o papel social atribuído e desenvolvido por esse grupo, como um espaço secundário ou nulo na vida pública.

Durante a pesquisa Perrot identifica documentos como livros de anotações, diários íntimos, anais do lar, correspondência familiar, entre outros. Além destes, os objetos da casa, *os mil nada*s (PERROT, 2005), povoam as cristaleiras, objetos íntimos como roupas, chapéus, echarpes, cartões postais, desenhos e etc. Trazer a luz todos esses artefatos culturais, e porque não dizer históricos, auxiliaram significativamente o processo de dar visibilidade a essas histórias “do sótão”.

De acordo com Trubiliano (2007) “a história das mulheres emergiu e ganhou peso a partir da década de 1970”. As mulheres tiveram que enfrentar muitas lutas para conseguirem conquistar o seu espaço na sociedade e não foram batalhas simples, foram grandes embates que geraram muitas discussões e tiveram que suportar longos anos de espera, mas, felizmente, conseguiram diversas conquistas, entretanto, conforme Trubilianosinaliza “algumas vezes ainda se levantavam contra a participação da mulher na vida pública, afirmando ser este tipo de atividade contrária à natureza, que teria destinado para ser exclusivamente mãe e esposa” (2007, p.13).

Para a historiadora Joan Scott (1995), os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres podem ser pensados como construções. Desse entendimento deriva a categoria de gênero, como forte aliada aos estudos que buscam compreender as dimensões como aquilo que **identifica e diferencia os homens e as mulheres**, ou seja, o gênero masculino e o gênero feminino. A concepção de gênero até a década de 80, conforme entendida por Joan Scott

(1995), sobrevivia com força entre a dualidade entre sexo e gênero, sendo o primeiro aplicado às questões ligadas à natureza e o segundo à cultura. Scott, influenciada por Michel Foucault, entende o gênero como um saber sobre as diferenças sexuais, indicando que existe uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando essas diferenças dentro de uma maneira de pensar engessada e dual.

No entanto, a partir do ponto de vista das ciências sociais e da psicologia, principalmente, o gênero é entendido como aquilo que diferencia socialmente as pessoas, levando em consideração os padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e mulheres.

De acordo com Tedeschi (2012) a categoria de gênero pode ser usada como sinônimo de “sexo”, referindo-se ao que é próprio do sexo masculino, assim como do sexo feminino. Tedeschi sinaliza que

O uso da categoria gênero enquanto categoria de análise é recente e tenta estabelecer compreensões teóricas acerca dos questionamentos que emergem das esteiras das práticas políticas que marcam o percurso de alguns movimentos sociais, sobretudo o feminista, trazendo para a cena política um amplo questionamento e debates sobre posturas e comportamentos que, vinham sendo adotados como explicações “naturais” para atitudes discriminadoras e práticas políticas de dominação e subordinação (TEDESCHI, 2012, p. 33)

Deste modo, é possível perguntar como as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas em um determinado lugar e tempo. Deste modo, Joan Scott chama atenção para “a maneira como as sociedades representam o gênero, utilizam-no para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido não há experiência; sem processo de significação não há sentido” (SCOTT, 1995, p.16).

Neste sentido, explicar a experiência coletiva e individual de mulheres em um tempo e um lugar por meio dos discursos que atribuíam significado ao homem e à mulher, enquanto categoria universal, além de mostrar as operações dos processos discursivos pelos quais identidades foram forjadas, atribuídas, resistidas ou adotadas evidencia as próprias condições atribuídas ao sujeito no determinado momento histórico em que ele se insere. Por isso, importa observar os sistemas de significação coletivo e individual sobre os gêneros feminino e masculino para entender a diferença cultural assentada sobre o sexo.

Para Joana Maria Pedro (2006), as mulheres criaram novas formas de estar no mundo, reivindicando direitos, especialmente sobre o próprio corpo, denunciando os problemas tidos como domésticos, lutando pela casa própria e por espaços e direitos iguais no mercado de trabalho, entre outras lutas.

É nesta perspectiva que as publicações impressas, aqui analisadas, podem ser compreendidas como espaços de construção das relações de gênero, ao tecerem imagens, darem voz ou silenciarem as mulheres em seu trabalho cotidiano de representação da realidade.

Os mecanismos de comunicação são veículos por meio dos quais aquilo que acreditamos é disseminado, por isso o jornal impresso foi selecionado, para que possa compreender melhor como as mulheres apareciam do jornal e suas representações sobre os modos de viver e atuar em Rondonópolis, entre os anos de 1980 a 1985, destacando algumas das atividades desenvolvidas por elas neste período.

Para dar forma as análises, foram selecionadas notícias coletadas no jornal *A Tribuna*, cujo recorte temático perfaz as publicações que apresentam indicativos da relação direta da mulher com a Educação, entendendo-o como campo de atuação profissional, em que estão sendo abordadas a participação de mulheres face de atuação em instâncias educacionais/educativas.

Precisamente em relação ao recorte temporal, a seleção dos exemplares inicia-se com a edição nº 1023, de 03 de janeiro de 1980, finalizando a pesquisa na edição nº 1989,20 de dezembro de 1985, perfazendo um total de 966 números. A opção pelo uso da imprensa periódica justifica-se primordialmente, pelo fato de essa fonte documental ter sido utilizada para expor, em partes, ideias em circulação do período, na percepção de assuntos educação e mulheres.

O levantamento realizado evidenciou que, entre os anos de 1980 a 1985, além da produção editorial mato-grossense com sede no município de Rondonópolis, (1980-1985), volume relativamente pequeno com relação às produções com a educação pode ser observado nas páginas do jornal *A Tribuna*.

### **O Jornal *A Tribuna* e as percepções femininas no cenário educacional**

*A Tribuna* foi fundado no dia 7 de junho de 1970. O jornal nasceu como *Tribuna do Leste*, pois Rondonópolis pertencia geograficamente ao leste do estado de Mato Grosso. Criado por Aroldo Marmo de Souza cresceu e fez história. Com a divisão do estado, em 1977, o jornal passou a valer do nome *A Tribuna*. O jornal circula ininterruptamente, desde sua fundação até os dias atuais, totalizando cerca de 9635 de edições publicadas<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Esse número corresponde às edições publicadas até 30 de maio de 2017.

O Jornal *A Tribuna* foi escolhido como fonte da pesquisa, pois é um jornal com credibilidade, bem conhecido na cidade, que tem um bom tempo de veiculação e tem acompanhado o desenvolvimento da cidade de Rondonópolis ao longo dos anos.

Trata-se da principal mídia jornalística impressa em circulação desde sua fundação, com arquivo organizado e disponível para pesquisas. Ler, selecionar e analisar os discursos deste jornal regional torna possível compreender algumas das representações construídas por meio dos discursos publicados e suas formas de identificar os femininos.

Na década de 1980, o jornal *A Tribuna* circulava diariamente, podendo ser adquirido na própria redação, localizada na Rua Otavio Pitangula, centro, em espaços de comércio (supermercados, lojas) e entregue domiciliarmente aos seus assinantes. O jornal era composto por dezoito (18) páginas, organizadas entre espaços editoriais permanentes e outros que se alternavam entre os dias da semana, outras mensalmente, sendo: Editorial, Acontecendo, Propagandas, Página da Mulher, Notícias, Etc... E, Tal, Coluna do Matraca, Quem & Quem, Aqui, Roo.

O jornal também conta com a publicação de temas avulsos, ou seja, sem vinculação específica a uma seção temática, como Economia, agricultura e política, além disso, há também, a parte policial, esportiva e de entretenimento. Nesta última há coluna social, palavras cruzadas, resumo das novelas, horóscopo, piadas, enfim, um conteúdo mais leve para descontrair o leitor, por último o jornal termina com a sessão de classificados.

Apesar de o jornal *A Tribuna* não ser um periódico feminino nem feminista, e tão pouco ser voltado exclusivamente para o público feminino, apresenta concepções e valores sobre as mulheres, especialmente na chamada “Página da Mulher”, esta sim voltada especialmente ao público feminino, visto que este também compõe o público leitor da localidade.

De acordo com Filho (2011, p.23) “O povoamento de Rondonópolis é um caso especial no contexto dos municípios mato-grossenses, pois seu povoamento se deu pela migração espontânea”. As pessoas viam que a cidade tinha potencial e vinham de diversas partes do Brasil, inclusive, da própria região centro oeste. Este autor destaca que,

O aumento do fluxo migratório em Rondonópolis destacou-se em dois períodos: nos anos de 1960 a 1970, em que o aumento populacional de Rondonópolis foi de 177,3%, acima dos 75,54% do estado de Mato Grosso e dos 32,92% do país. O crescimento populacional do município resultou então da colonização de terras devolutas. O segundo período de crescimento populacional em Rondonópolis ocorreu nos anos de 1980 a 1990. Registrando um aumento menor em relação ao primeiro, a população cresceu 75,26%, próximo ao crescimento do Estado, que foi de 77,62%, superando o nacional, que era de 25,15%.(FILHO, 2011, p.29)

Os estudos históricos sobre ocupação do Mato Grosso, privilegiaram certos grupos econômicos em detrimento de outros, conforme Alves (2002, p.7) “[...] percebe-se o espírito aventureiro de migrantes, mulheres e homens que aceitaram o desafio de “crescer junto com a cidade”. Por meio da historiografia e dos relatos de moradores somos informados sobre mulheres e suas lutas para construir o agronegócio, as lutas pela terra, as cidades, etc., do estado de Mato Grosso. De acordo com a historiadora Luci Lea Tesoro, no seu livro “Entroncamento de Mão única – Lembranças e Experiências dos Pioneiros”, na década de 1960 Rondonópolis era uma cidade essencialmente rural. Tesoro mostra que

Segundo dados do IBGE, os anos 60 vão surpreender Roo como município emancipado e com uma população de 22.302 habitantes, sendo que 17.870 na zona rural e 4.432 residindo na cidade. (TESORO, 1993, p. 31)

Conforme TESOURO (1993), Rondonópolis desenvolveu sua economia entorno do agronegócio a partir dos anos 1970, recebendo forte fluxo migratório composto por homens e mulheres que sonhavam com uma vida melhor e enriquecimento. Elizabeth Madureira Siqueira destaque que as atividades produtivas de Rondonópolis perfaziam as seguintes frentes, para além da agricultura e pecuária (gado de corte) e avicultura. Na frente industrial conta com fabricas de bebidas, fábrica de manteigas, indústria de carnes (SIQUEIRA, 2002). Localiza-se em uma região bastante privilegiada, pois se trata de passagem quase que obrigatória para acessar o Estado de Mato Grosso do Sul e as fronteiras com São Paulo e Paraná, possui uma grande extensão territorial com solo propício não só para o cultivo, mas também para a construção de casas, conjuntos habitacionais, prédios, estabelecimentos comerciais entre outros e isso acaba atraindo pessoas de diversos lugares.

Na década de 70 acontece uma aceleração no processo de expansão capitalista. A cidade passa a ser uma representante do modelo agroexportador, com destaque para a produção de soja e da pecuária. Neste período Rondonópolis já é considerada polo econômico da região e classificada como segundo município do estado de Mato Grosso (TESORO 1993), em importância econômica, demográfica e urbana. É a década da migração de nordestinos, paulistas, mineiros e sulistas que vêm nestas terras bons negócios. Essa pujança econômica se consolida na década de 1980 (TESORO 1993).

Como resultado dessa movimentação urbana na cidade, observa-se um aumento nas demandas educacionais. O estudo de Luci Lea atesta, por meio de entrevistas, a necessidade educacional sentida na época: "(...)intensificou-se, entre outros, o processo de alfabetização da mulher, que devia instrumentalizar-se para o melhor desempenho do que a sociedade lhe

cobrava, ao mesmo tempo que a leitura de revistas e romances modelava seu imaginário (...)" (TESORO, 2002, p. 32)

Ainda que na fala dessas mulheres a imprensa periódica de circulação geral - jornais - não apareça citada, as demandas de aprendizagem da leitura e escrita, formação escolar com vistas à colocação profissional são entendidas como necessárias, nos espaços públicos e de acesso à informação, como se pode observar nas notícias mapeadas entre os anos de 1980 a 1985 que tratam da relação das mulheres com o campo educacional. Essas notícias variam da esfera nacional à regional-local. Na edição de 23-24 de maio de 1980 foi publicada a notícia com o título “Mec regula diplomas” a qual detalha as normas para os registros de diploma de segundo grau, como podemos observar a seguir

A secretária de 1º e 2º graus do MEC, professora Zilma Parente de Barros, assinou a resolução, que entrou em vigor, estabelecendo normas na implantação do sistema de registros de diplomas e certificados de habitação profissional do 2º grau, em modelo – padrão, para evitar falsificações. Segundo a resolução, os estabelecimentos de ensino deverão requisitar os diplomas e certificados, em número correspondente ao de habilitados, a delegacia estadual do MEC e remetê-los ao sistema de ensino devidamente preenchidos (A Tribuna, 23-24/05/1980, nº 1325, p.11).

A preocupação expressa na nota revela uma pretensa organicidade do sistema educacional brasileiro, regido pela Lei de Diretrizes e Bases 5692/71 que reformou aspectos da legislação anterior 4024/61, cuja ampliação dos serviços de acesso à educação encontrava-se em curso. Para tanto, o trabalho da secretária Zilma caminhava no sentido de que fosse garantida a maior autenticidade ao processo e aos documentos, mostrando seu empenho na luta e dignidade para que o seu trabalho ocorresse dentro dos conformes no MEC.

No ano subsequente, o jornal praticamente silencia em relação ao temário educacional, retomando a publicação de notícias em 03 de outubro de 1982 (domingo) na edição nº 1.525, com título “Eva Mariusa quer apoiar professores”.

Esta notícia aborda uma fala da professora Eva Mariusa, de família de tradição na política local, com formação em ensino superior, cuja família é migrante oriunda da cidade mato-grossense de Alto Garças, norte do Estado, residindo em Rondonópolis desde a década de 1970. Eva exerce a profissão de professora desde que chegou a cidade, e pretende se candidatar a vereadora. Em relação as mulheres que buscam ocupar cargos políticos locais, Laci Alves analisa que Rondonópolis possui candidatas ao cargo desde a década de 1962, no entanto, registra que a partir da década de 1990 não se observaram mais mulheres inscritas ao pleito eleitoral (ALVES, 2002).

Na nota publicada no jornal “A Tribuna” Eva diz que um dos propósitos caso consiga ser vereadora e lutar pelo retorno da formação de professores para as áreas de História e Geografia, suprimidas pela adoção dos Estudos Sociais, viabilizando os curso de licenciaturas curtas, implementados pela Lei 5692/71. , durante o regime militar:

Dentre as novas opções de candidatos ao eleitorado, no pleito deste ano, ressaltamos hoje o nome da prof<sup>a</sup>. Eva Mariusa filha do saudoso Lucas Pacheco de Camargo, ex-vereador e desaparecido recentemente do nosso convívio. Mariusa é natural da cidade mato-grossense de Alto Garças e reside em Rondonópolis há cerca há cerca de 12 anos. E formada em Geografia fez Pós – Graduação Ciências Sociais. Em contato com a nossa personagem, disse que pretende, dentre outras metas a serem atingidas em seu mandato de vereadora (se eleita, evidentemente), lutar pela criação e funcionamento das licenciaturas plenas em Geografia e História, no centro universitário de Rondonópolis, cursos esses que já formaram 7 turmas em licenciatura curta de Estudos Sociais, sem que tais professores tenham condições completarem seus cursos. Em consequência disso, acabam sendo prejudicados em sua já difícil profissão, perdendo as melhores oportunidades na rede de ensino local, para os professores formados em licenciatura plena, que vêm de outras plagas. Há que assiste razão à candidata Eva Mariusa, e que, sendo eleita, irá realmente levar avante o seu projeto. (A Tribuna, 03/10/1982, nº 1.525, p. ??).

Trata-se de um momento significativo na história da educação brasileira, pois trata do movimento de revigoração das disciplinas de História e Geografia, que foram incorporadas ao formato de Estudos Sociais, uma prerrogativa do regime militar, para minimizar os impactos da formação política, histórica e cultural dos brasileiros.

Outra notícia publicada no dia 17 de novembro de 1983 (Quinta-Feira), apresenta, por meio da fala da Delegada de Educação e Cultura de Rondonópolis, Maria Perpetua a importância da instalação dos centros supletivos na cidade, cujo objetivo eram “(...) propiciar curso intensivo de primeiro e segundo graus a pessoas que tenham interrompido os mesmos nas escolas oficiais ou particulares e deseja sua inclusão”, mostrando a importância de manter e investir integralmente no centro de estudos supletivos.

(...) Segundo a professora Perpetua, delegada de educação de Rondonópolis, tudo ao centro de estudo supletivo e feito de moldes a facilitar a vida do estudante e leva-lo a conclusão do curso. Além de métodos especiais e personalizados, de acordo com as características de cada um, também os horários foram planejados de forma a permitir que um número de estudantes possam frequentar tais cursos.

Assim e que os interessados tem à sua disposição três períodos de ensino, a saber: manhã, tarde e noite. Não há frequência obrigatória e nem um horário rígido para início das aulas, estando o professor a disposição do estudante, no horário em que este possa chegar. As matrículas estão abertas durante todo o ano e o término do curso depende do rendimento do aluno. (...) (A Tribuna, 17/11/1983, p. 14).

De certo modo a notícia passa pelo princípio da propaganda e divulgação deste tipo de centro de formação, como evidencia a passagem que segue:

Ensino personalizado.

Uma das características positivas desse centro de ensino supletivo da secretaria de educação e que é inteiramente gratuito, é que o ensino é personalizado, o atendimento é individual. O aluno estuda através de módulos de ensino que permitam o desenvolvimento da aprendizagem conforme as aptidões e disponibilidades de tempo de cada um. (A Tribuna, 17/11/1983, p. 14).

Contudo, caminha em uma via contrária às demandas por estudo e formação mais ampliadas pelas quais as lutas do campo educacional vem debatendo no período.

Na notícia a seguir podemos observar que:

Obviamente que há um limite de idade para matrícula nesses cursos, como segue. Para o primeiro grau a idade mínima é 17 anos e para o segundo grau a idade mínima é de vinte anos.

(...)

A avaliação será feita ao final de cada módulo, os certificados de conclusão serão expedidos após o término dos estudos da série de módulos de cada disciplina. (A Tribuna, 17/11/1983, p. 14).

Com a ideia de continuidade do centro de estudos supletivos, os estudantes terão a seu favor os períodos em que estes estiverem disponíveis para participar das aulas e no final de cada módulo serão avaliados e dependendo do desempenho de cada um no final já sai com o certificado.

Na notícia publicada no dia 29 de agosto de 1985 (Quinta-Feira) aborda sobre a visita da secretaria de educação professora Maria Juracy de Campos Braga, que irá participar junto com corpo de professores da rede estadual das escolas situadas na cidade de Rondonópolis para debaterem sobre temas envolvendo a grade curricular, o encontro contará com a participação de professores, coordenadores e diretores. Na notícia que segue observa que:

Estará amanhã em Rondonópolis, a secretária Estadual de Educação, professora Maria Juracy de Campos Braga, que virá acompanhada do seu subsecretário prof. Dr. Rubens da Cruz Pereira e demais assessores.

Ela virá participar do II Encontro de diretores e supervisores das escolas estaduais da cidade e de sua jurisdição, promovido pela delegacia regional de educação e cultura, cuja delegada é a professora Maria Perpetua Teixeira de Oliveira Stefanini.

Esse encontro que terá início às 08 horas na ABR, contará no dia 29 com a presença de todos os diretores e supervisores das escolas estaduais e da DREC e representantes da secretaria de educação e cultura.

No período matutino será focado pela gerente de assuntos administrativos prof<sup>a</sup>. Cleuza Zonatto, tema referente a sua pasta e, no período vespertino a gerente de assuntos técnicos prof<sup>a</sup> Maria Amélia B. L. da Silva falará sobre a

grade curricular de I a II conforme a lei 7044/82 e o projeto preparação para o trabalho. (A Tribuna, 29/08/1985, nº 1865).

A legislação citada altera a LDB no que se refere à organização do Ensino de Segundo Grau, eliminando a obrigatoriedade da formação profissional, conforme aponta Selva Guimarães em caminhos da história ensinada.

A prof<sup>a</sup> Maria Sthefanini em conversa com a redação do jornal A Tribuna diz que “Em Trazer a secretária até nossa cidade o Encontro proporcionará a maior integração entre Diretores, Supervisores Professores das Escolas Estaduais e conveniadas de sede e jurisdição e produtivo em Prol da Educação”. Maria Perpetua mostra da importância da integração da secretaria com os professores:

No dia 30 o encontro contará como se escreveu com a presença da secretária de educação e cultura de Mato Grosso prof<sup>a</sup> Juracy Campos, seu subsecretário Dr. Rubens da Cruz Pereira e todos os coordenadores ou seja prof<sup>a</sup> Nazareth – coordenadora de administração escolar – CAE, prof<sup>a</sup> Vilma – coordenadora do 1º e 2º graus, prof<sup>a</sup> Estela – coordenadora de assistência ao educando, prof<sup>a</sup> Maria Eunice núcleo setorial de administração e prof<sup>o</sup> Laércio da coordenadoria de educação física e desporto, prof<sup>o</sup> Silvano Piva – departamento de material e patrimônio e prof<sup>a</sup> Maria Laura – coordenadora de estudos supletivos. Segundo a prof<sup>a</sup> Maria Perpetua Stefanini, responsável direta por essa conquista de Rondonópolis em trazer a secretária até nossa cidade o encontro proporcionará a maior integração entre diretores, supervisores e professores das escolas estaduais, conveniadas de sede e jurisdição e produtivo em prol da educação. (A Tribuna, 29/08/1985, Edição nº 1865).

Esta notícia aborda o encontro da equipe da secretaria de educação do estado com os professores de ensino das escolas estaduais em Rondonópolis da visita da secretária Juracy Campos para um diálogo com diretores, coordenadores e professores, sobre a grade curricular e pensar condições de melhores condições de trabalho.

Na prática, sobre as notícias publicadas no Jornal “A Tribuna” percebe-se a pouca publicidade sobre a participação da vida dos professores na vida pública do município e a prática de ensino, embora registre-se um certo protagonismo das mulheres à frente de espaços de comando no campo educacional, isso não se revela como um fator significativo nas publicações sobre a educação no jornal no período de 5 anos, em que teve apenas 4 notícias sobre tema, mostrando a pouca publicidade sobre o educação no período em tela.

### **Considerações Finais**

O desenvolvimento regional de Mato Grosso congrega especificidades próprias das características econômicas, políticas e culturais da região. No entanto, os interesses em prol

do desenvolvimento da educação são mediados pelos interesses estatais, visando ao alcance da prosperidade e progresso do Estado.

A imprensa oferece fortes indicativos para investigar a proposição em tela, visto que, a partir do nosso pressuposto de trabalho, conforma interesses, modela práticas, institui modelos e coloca em circulação um conjunto de ideias, alinhavadas por uma série de slogans, que atribuem valorização ao cenário em que se inscrevem. Essa movimentação deixou marcas significativas na constituição histórica de Mato Grosso, com reflexos observados na educação e seus desdobramentos no campo do ensino, formal e informal, conforme evidenciaram as notas XIX, início do XX. (PINTO, 2013, 2016)

Nesta perspectiva, fazemos a seguinte problematização: das 966 edições do jornal A Tribuna analisados apenas 4 notícias sobre a abordagem em tela, na medida em que qual seria as notícias de relevância que eram publicadas pelo jornal e que seria de interesse para que a população viesse a ler nesse período.

As fontes jornalísticas permitem pensar sobre os discursos e as representações sobre gênero feminino face às lutas e conquista de direito pelas mulheres em Mato Grosso, um espaço distante do epicentro da urbanização e da industrialização.

Portanto, as estratégias de esquadramento das fontes demandaram formas complementares de apropriação da imprensa, demonstram que as discussões postas em circulação nos momentos que perfazem as análises que as discussões sobre campo educacional tanto no campo regional/local como no nacional pouco era publicizado no jornal.

O exercício de construção metodológica da pesquisa, assim como o próprio trabalho encontra-se em curso, pois as conexões são possíveis na medida que se estabelecem os diálogos com e entre as fontes, mediados pelo olhar inquisitivo do pesquisador. No entanto é nítida a percepção de que as fontes jornalísticas permitem pensar sobre os discursos e as representações sobre gênero feminino face às lutas por redemocratização do Brasil e conquista de direito pelas mulheres em Mato Grosso, um espaço distante do epicentro da urbanização e da industrialização. Trata-se, por fim, de um estudo que desafiou a pensar as representações sobre o feminino a partir uma fonte histórica, ao mesmo tempo em que, exigiu a escrita e a dedicação no fazer histórico.

#### **Fontes**

A Tribuna, edição nº 1023, de 03/01/1980 a edição nº 1989, 20/12/1985, Acervo do Jornal A Tribuna em Rondonópolis-MT.

#### **Referências**

- ALVES, Gilberto Luis. Nacional e Regional na história educacional brasileira: uma análise sob a ótica dos estados mato-grossenses. *Educação no Brasil: história e historiografia*. Campinas, SP: Autores Associados: São Paulo: SBHE, 2001. P. 163-189
- ALVES, Gilberto Luiz. *Educação e História em Mato Grosso (1719-1864)*. 2ed. revista e ilustrada. Campo Grande: Editora UFMS, 1996.
- BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*, Belo Horizonte: Argumentum, 2008
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1993.
- BRAZIL, Maria do Carmo; FURTADO, Alessandra Cristina. Instituições escolares em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: primeiros apontamentos sobre a produção historiográfica nos séculos XX e XXI. *Fontes e métodos em história da educação* Editora da UFGD: Dourados, (p. 283-311).
- CAMPOS, Raquel Discini. *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): representação e história*. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.
- CHARTIER, Roger. *Formas e sentido: cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, ALB. 2003.
- CORDEIRO, Jaime Parreira Francisco. A produção em História da Educação em três periódicos: perspectivas comparadas. *Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação*, Aracaju, SE, 2008 (referencia 698[1])
- COSTA, Licurgo & VIDAL, Barros. *História e evolução da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro, 1940 (editado pela comissão organizadora da representação brasileira à exposição dos centenários de Portugal.) consultado no CPDOC da FGV, janeiro de 2011.
- FEDATTO, Nilce Aparecida da Silva Freitas Reflexões Preliminares Sobre a Produção em História da Educação no Mato Grosso do Sul (1977-2006). *Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação*. Aracaju, 2008.
- LEITE, Gervásio. *Um século de instrução pública: história do ensino primário em Mato Grosso*. Goiás: Rio Bonito, 1970.
- LUCA, Tania Regina de. A historia dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111- 153.
- LUCA, Tania Regina de. Mulher em revista. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.) *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARCILIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, 1963.
- MENDONÇA, Rubens de. *Evolução do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá, MT: 1977.
- NADAF, Yasmin Jamil. *Rodapé das miscelâneas: o folhetim nos jornais de Mato Grosso*, Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.
- NADAF, Yasmin Jamil. *Sob o signo de uma flor*. Rio e Janeiro: Sette Letras. 1993.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na primeira república*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A editora. 2001.
- PERROT, Michelle. *As mulheres e os silêncios da História*. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005. 519 p.
- PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.) *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.) *Nova História das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Adriana Aparecida. DIÁLOGOS NO CERRADO: Contribuições da imprensa periódica na organização do campo educacional em Mato Grosso no século XIX - encontros e confrontos. *Anais do VIII Congresso Luso Brasileiro de História da Educação*, São Luis do Maranhão, 2010.

PINTO, Adriana Aparecida. *Imprensa e ensino: catálogo de fontes para a história da educação*. Assis, SP; Dourados, MS: Editora da UFGD; Gráfica Triunfal: Fundect. 2016.

RODRIGUES, Maria Benício. *Estado, Educação Escolar, Povo: A Reforma Mato-grossense de 1910*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

SCHELBAUER Analete Regina; ARAUJO, José Carlos Souza (orgs.). *História da Educação pela imprensa*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

VALDEMARIN, Vera Teresa. PINTO, Adriana Aparecida. Das formas de ensinar e conhecer o mundo: lições de coisas e método de ensino intuitivo na imprensa periódica educacional do século XIX. *Revista Educação em questão* Natal, Rio Grande do Norte: Ed UFRN, v. 39, n.25, set/dez 2010.

VALDEMARIN, Vera. *Estudando lições de coisas*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004

VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Brasil 500 anos: tópicos em História da Educação*. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

## Notas

<sup>i</sup> A propósito do tema vale conferir os trabalhos de ALVES, Gilberto. *Educação e História em Mato Grosso (1719-1864)*, (1996); SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e Sombras: modernidade e educação em Mato Grosso* (2000); AMANCIO, Lazara Nanci de Barros. *Ensino de leitura e Grupos Escolares* (2008); RODRIGUES, Maria Benício. *Educação, Estado e Poder* (2009), ALVES, Laci Maria Araújo. *Nas trilhas do ensino* (1998), dentre outras.

ii A tese do isolamento mato-grossense, ao menos no que se refere a circulação de idéias, deve ser reavaliada, conforme apontam as análises apresentadas em PINTO, Adriana Aparecida. *Diálogos no cerrado: contribuições da imprensa periódica na organização do campo educacional em Mato Grosso no século XIX: encontros e confrontos*. São Luiz do Maranhão: MA (2010).

iii Sobre estudos que utilizam revistas de ensino como fontes conferir: BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação* (2008); VALDEMARIN, Vera Teresa. PINTO, Adriana Aparecida. Das formas de ensinar e conhecer o mundo: lições de coisas e método de ensino intuitivo na imprensa periódica educacional do século XIX. *Revista Educação em questão* (2010).

iv A exemplo destes trabalhos citam-se: CAMPOS, Raquel Discini. *Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): representação e história*. (2007); GONDRA, José Gonçalves. *O veículo de circulação da Pedagogia Oficial da República: a Revista Pedagógica* (1997). VIDAL, Diana Gonçalves. CAMARGO, Marilena Jorge Guedes de. *A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica; estudos sobre o Boletim de educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (1992). CATANI, Denice Barbara. *Informação, disciplina e celebração: os Anuários de ensino do Estado de São Paulo* (1995). As reflexões que auxiliam a elaboração desta discussão encontram-se, em CATANI, Denice. *Perspectivas de investigação e fontes para a história da Educação Brasileira; a imprensa periódica educacional*. CATANI, Denice Bárbara. *Ensaio sobre a produção dos saberes pedagógicos*. Tese Livre Docência. FEUSP, 1994(p. 58-75).

**Game of thrones e o jogo das minorias na internet**  
**Game of thrones and the game of the minorities on the internet**

Alissa Beatriz Sanches<sup>4</sup>  
 Eli Gomes Castanho<sup>5</sup>  
 Fabrícia Carla Viviani<sup>6</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

**Resumo:** Esse trabalho consiste em uma pesquisa de como grupos minoritários representados por personagens da série *Game of Thrones*, em especial mulheres e homossexuais, são vistos na internet, por meio de comentários nas redes sociais e em sites especializados. Para a coleta e análise do material, elaborou-se uma metodologia com base na netnografia. Os temas que tiveram maior repercussão foram a reprodução de cenas de violência sexual, a objetificação e sexualização das mulheres, estereótipos relacionados à sexualidade e representação das cenas de relacionamento homoafetivo.

Palavras-chaves: Comentários, *Game of Thrones*, minorias.

**Abstract:** This work is about how minority groups were represented by characters in the series *Game of Thrones*, especially women and homosexuals, are seen on the Internet through comments on social networks and on specialized websites. A methodology based on netnography was elaborated for collection and material analysis. Themes that had greatest repercussion were reproduction of scenes of sexual violence, objectification and sexualization of women, stereotypes about sexuality and representation of homoffective relationship scenes.

Keywords: comments, *Game of Thrones*, minorities.

## Introdução

Desde a sua criação até os dias atuais, a internet e o universo virtual passaram por diversos avanços. Esses possibilitaram que ela se tornasse uma ferramenta de divulgação, socialização e troca de informação para a comunidade como um todo.

Por meio desses avanços, as redes sociais aumentaram a sua popularidade, se tornando um ambiente onde as pessoas podem não só interagir, mas debater diversos temas. A internet tornou-se uma importante ferramenta de expressão de opinião, seja para ratificar

---

<sup>4</sup> Técnica em Informática pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Ponta Porã. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. e.mail: [alissasanches@gmail.com](mailto:alissasanches@gmail.com)

<sup>5</sup> Doutor em Linguística Aplicada pela UNICAMP e professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, campus Ponta Porã. Rodovia BR-463, km 14, s/nº CEP 79909-000 / Caixa Postal: 287 - Ponta Porã, MS - Telefone: (0 xx 67) 3437-9600. E.mail: [eli.castanho@ifms.edu.br](mailto:eli.castanho@ifms.edu.br)

<sup>6</sup> Doutora em Ciência Política pela UFSCAR e professora de Sociologia do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, campus Ponta Porã. Rodovia BR-463, km 14, s/nº CEP 79909-000 / Caixa Postal: 287 - Ponta Porã, MS - Telefone: (0 xx 67) 3437-9600. E.mail: [fabricia.viviani@ifms.edu.br](mailto:fabricia.viviani@ifms.edu.br)

posicionamentos tradicionais, seja para proporcionar visibilidade social a grupos minoritários. Ela se constituiu um espaço de encaminhamento de demandas diversificadas, sejam elas de âmbito sexual, de gênero, posição social entre tantas outras.

Desde a sua estreia no ano de 2011, a série *Game of Thrones* tem possibilitado inúmeras discussões no âmbito virtual. *Game of Thrones* é um seriado produzido pelo canal norte-americano HBO, desenvolvido por David Benioff e D. B. Weiss, contando atualmente com 06 (seis) temporadas já televisionadas. É baseado na série literária de George R.R. Martin, intitulada no Brasil como “*As crônicas de gelo e fogo*”.

A série é ambientada em um continente fictício chamado *Westeros* dividido em sete reinos, sua história é conduzida em torno do trono de ferro e retrata uma guerra entre várias famílias disputando o maior símbolo de poder: o trono. A obra também conta com presença de seres e elementos sobrenaturais como dragões e criaturas de gelo.

Ao apreciar seu enredo, é possível identificar a existência de vários estereótipos de minorias presentes na obra, ainda que seja uma série de fantasia, a abordagem de temáticas do “mundo real”, consideradas tabus na sociedade, e que são retratadas constantemente, tais como sexualidade, escolhas religiosas, busca por poder, entre outras.

A narrativa, o mundo criado por Martin, mesmo sendo uma série fantasia, repleta de criaturas fantásticas como dragões, lobos gigantes, mortos vivos, gigantes, videntes, os temas abordados propiciam a identificação do leitor: traição por amigos, intrigas dentro da própria família, como amadurecer sem os pais por perto entre outros problemas que a história expõe, possivelmente um dos motivos para ser uma das séries literárias mais aclamadas dos últimos anos (JOHN & WAGNER 2013 p.4).

Ao analisar as redes sociais, blogs e fóruns, é possível observar que tais os estereótipos presentes na trama são amplamente comentados e discutidos, ocasionando, com certa

frequência, polêmicas virtuais acerca das minorias, sobretudo, quando há inversão de papéis, ou seja, não é tradicional, não é esperado.

Como exemplo, podemos citar as personagens que serão abordadas nesse trabalho: Daenerys Targaryen e Yara Greyjoy, personagens que lideram exércitos e conquistam territórios, tendo como característica principal o empoderamento feminino.

Para abordar essa problemática, este trabalho está organizado em cinco partes: na primeira, falaremos brevemente sobre a relação das minorias e o universo virtual; em seguida, abordaremos sobre a metodologia utilizada; sequencialmente, falaremos sobre as minorias selecionadas e os personagens que representam tais minorias; por fim, apresentaremos os resultados e considerações finais obtidas com a pesquisa.

### ***Minorias, ciberativismo e cibercultura***

Com o avanço das tecnologias e o surgimento das mídias sociais foi possível a criação de espaços para debates e pensamentos coletivos de grupos, geralmente silenciados em outros espaços sociais. Por ser uma ferramenta de colaboração gratuita, o meio virtual acaba se tornando um espaço de reconhecimento e empoderamento dessas minorias.

Alguns movimentos de minorias sociais estão se apropriando desse universo virtual tanto com o propósito de diminuir o preconceito em relação às suas causas próprias, quanto para se aproximar de outros movimentos. A progressiva utilização dessas mídias sociais possibilita o surgimento de novas culturas, dentre elas a *cibercultura*, que sua vez originou o *ciberativismo*.

A *cibercultura* é a cultura da contemporaneidade, é a cultura que surgiu no ciberespaço a partir das tecnologias digitais como os computadores, os smartphones entre outras que são mediadas por meio da comunicação virtual.

O termo [ciberespaço] especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico da informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo ‘cibercultura’, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999, p.17).

Nesse contexto, o *ciberativismo* é uma nova forma de defender uma causa, um ideal. Ele consiste na utilização dos meios de comunicação digital, principalmente das mídias sociais, tais como o *Facebook*, *Twitter*, *blogs*, como principal veículo para divulgação de causas e reivindicações, em busca de apoio, organização e mobilizações dentro e fora da rede.

Pode-se enxergar o *ciberativismo* como um espaço onde os usuários estão livres para expor suas ideias, opiniões, é um lugar onde os movimentos politicamente motivados podem lutar contra as injustiças, ideais reacionários e conservadorismos que são abordados na rede (COTTA, 2014).

Aqui, não serão abordados todos os grupos de minorias, mas em especial os que são virtualmente mais polêmicos no universo do nosso objeto de pesquisa: a série *Game of Thrones*. São eles grupos que envolvem as questões de gênero, como homossexuais e mulheres.

As questões relacionadas à homossexualidade estão envolvidas com aspectos que são socialmente construídos, pois através da cultura, das tradições, dos costumes e pensamentos de uma sociedade é que será determinado se a sexualidade será aceita por aquela cultura ou não.

Semelhantemente, podemos ver as questões relacionadas às mulheres. Durante muito tempo, elas eram vistas como um objeto de reprodução. Nas antigas sociedades, a mulher tinha como função a ordem privada, cuidar da casa e dos filhos, enquanto o homem era responsável por realizar as caças, prover os alimentos e o sustento das famílias. No decorrer

dos anos, esse contexto foi sendo modificado, e as mulheres passaram a conquistar espaços e realizar funções que antes eram apenas exclusivamente masculinas.

Diante dessas mudanças e avanços, há grupos que mantêm a posição tradicional, não reconhecendo as diferenças e direitos de outros grupos que não se enquadram no que é estabelecido pela sociedade como “natural” ou “normal”.

Nesse contexto de busca/resistência por reconhecimento, a internet tem se convertido num canal de expressão das concepções dos indivíduos, seja ela de intolerância ou empoderamento das minorias. Constitui em um fértil campo de análise em que as opiniões são visivelmente expostas e percebidas, com a “facilidade” de não estar *face a face* com o interlocutor e com a vantagem de encontra-lo com relativa liberdade para expressão.

## **Metodologia**

### **Fundamentos teóricos**

Para a realização desse trabalho, utilizou-se como recurso metodológico os princípios da netnografia como principal embasamento teórico. Ela consiste em uma “metodologia de pesquisa qualitativa que se adapta a novas técnicas de pesquisa etnográfica para o estudo das culturas e comunidades que estão surgindo através da comunicação mediada por computador” (KOZINETS, 2010.p.62). Sendo definida por Kozinets (2014,p.14) como “uma forma especializada de etnografia adaptada às específicas dos mundos sociais de hoje mediado por computadores”, podendo ser considerada também como “um relato através de textos escritos, imagens, sons e vídeos da cibercultura online, que informa através dos métodos da antropologia cultural” (KOZINETS, 2010. p.62).

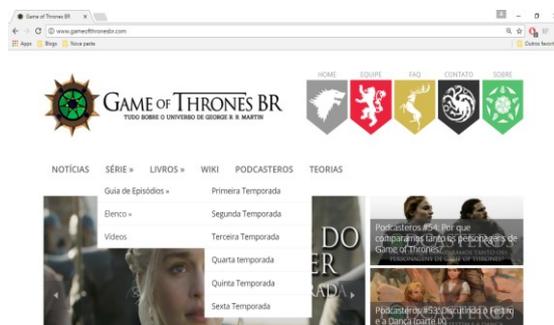
Os procedimentos de pesquisa descrito por Kozinets (2014) que serviram para base do desenvolvimento da metodologia são<sup>7</sup>: a) Definição das questões de pesquisa, websites sociais ou tópicos a investigar; b) Identificação e seleção de comunidade; c) Observação participante da comunidade (envolvimento, imersão) e coleta de dados (garantir procedimentos éticos); d) Análise de dados e interpretação iterativa de resultados; e) Redação, apresentação e relato dos resultados de pesquisa e/ou implicações teóricas e/ou práticas.

A partir desses procedimentos da netnografia descritos por Kozinets (2014), elaborou-se a seguinte metodologia para a análise do objeto em questão:

- I. **Mapeamento dos episódios e dos possíveis grupos de minorias e personagens:** por meio de uma pré-análise dos episódios da série foi realizado um levantamento de possíveis grupos de minorias e de personagens que se encaixavam nesses grupos.
- II. **Seleção e definição das mídias sociais:** após o primeiro levantamento, o passo seguinte foi a seleção das mídias sociais que seriam utilizadas para a coleta dos comentários. Para a escolha das mídias, optou-se por aquelas que eram mais populares entre o público que acompanha a série.

Diante disso selecionaram-se duas fontes: o site *Game of Thrones BR* e o grupo na rede social *Facebook, Winter is coming*.

Figura 1 – Site Game of Thrones Brasil



Fonte: [www.gameofthronesbr.com](http://www.gameofthronesbr.com)

Figura 2 – Grupo Winter is Coming

<sup>7</sup> Adaptado do Fluxograma simplificado de um projeto de pesquisa (KOZINETTS, 2014, p. 63).



Fonte: [www.facebook.com/groups/winteriscomingbr/](http://www.facebook.com/groups/winteriscomingbr/)

- III. **Coleta dos comentários:** com os personagens e as mídias já definidos, realizou-se a coleta dos materiais.
- IV. **Análise dos materiais:** A análise foi feita em duas etapas, sendo elas: organização dos materiais e análise dos dados.

Simplificando-as:

- a) Foi realizada uma filtragem onde os comentários foram separados nas seguintes categorias: mulheres e homossexuais.
- b) Após essa primeira organização, os comentários foram separados por temporadas, a fim de facilitar a organização.
- c) Com os comentários organizados por categorias e temporadas, eles foram separados por temas referentes às suas respectivas categorias.
- d) Após essas três etapas de organização do material, houve a tabulação dos dados sendo organizados na seguinte estrutura:

Categorias:		
Tema	Argumento	Contra argumento

- e) A análise e interpretação dos dados foram feitas com base nas categorias mencionadas acima. Para a realização desse processo foi necessário ter um

conhecimento sobre as gírias e linguagem utilizada na internet, já que foi nesse universo que as informações foram coletadas.

### Personagens selecionados

Como mencionado anteriormente, os personagens foram definidos por meio de uma pré-análise dos episódios, sendo eles:

Quadro 1: Síntese dos personagens analisados

<b>Relação dos personagens analisados</b>	
<b>Mulheres</b>	
<b>Personagem</b>	<b>Características</b>
Daenerys Targaryen	Ao ser apresentada ao público, vemos uma menina que atendia todas as vontades do irmão, até as mais absurdas, sem contesta-las. Com o passar do tempo, foi desenvolvendo uma personalidade forte, além de características de liderança, que fez com que a personagem conquistasse cidades e exércitos, se tornando uma líder respeitada por seus seguidores. Daenerys enfrenta dificuldades e resistência masculina durante a sua trajetória.
Sansa Stark	Sansa Stark é uma jovem romântica, cujo sonho é casar com um príncipe. Foi lhe ensinado como cuidar da casa e de seu futuro marido. Sansa se comporta como uma verdadeira “lady”, correspondendo ao padrão tradicional feminino, a personagem é uma das mais rejeitadas pelo público, devido ao seu comportamento.
Yara Greyjoy	Yara Greyjoy é a única filha mulher de Balon Greyjoy, e a mais velha de seus irmãos vivos. Sendo criada em um lugar onde os homens dominam, Yara comanda o seu próprio navio e na ausência de seu pai lidera os seus exércitos, quebrando as tradições das Ilhas de Ferro.
<b>Homossexuais</b>	

Personagem	Características
Renly Baratheon	É o mais novo de seus irmãos, sendo lorde de Ponta Tempestade e mestre das leis no pequeno conselho. Renly gosta de torneios e caça, mas não igual os seus irmãos. Adotava em seu vestuário uma armadura verde e uma coroa com um par de chifres de ouro.
Loras Tyrell	Loras é um cavaleiro, sendo conhecido como Cavaleiro das flores, é um jovem que tem uma aparência deslumbrante, além de ser habilidoso nos torneios. Após Renly ir embora de Porto Real, Sor <i>Loras</i> passa a fazer parte do seu exército.

### Resultados e discussões

Por meio da exploração das mídias sociais, compartilhando imagens, sons e palavras, pessoas de diversos pontos e localizações puderam interagir, como estando em uma mesa redonda, defendendo pontos de vistas, refletindo história e problematizando o sentido do termo tolerância. Com a análise dos dados obteve-se os seguintes resultados sintetizados no quadro a seguir:

#### Quadro 2: Síntese dos resultados

Relação de comentários: categorias x temas da análise de dados			
Categoria	Tema	Argumento	Contra Argumento
Mulheres	Violência sexual representada pelas cenas da noite de núpcia das personagens Sansa e Daenerys.	- Motivo e necessidade da criação de cenas de violência sexual; - Apesar da violência sexual não ser algo positivo, no contexto da série serve para representar como a mulher era retratada na época: diminuída e submissa.	- “Estupro é estupro independente da época em que se passa”. - Importância de abordar esse assunto na televisão.
	Visão da mulher como objeto sexual, onde uma parte do público não gosta de determinado personagem por razões sexistas como beleza e sexualidade.	- A representação da personagem Yara não era satisfatória por ela não se encaixar no “padrão de beleza feminino”.	- No contexto representado, as vestes da personagem não deveriam determinar se ela era ou não uma guerreira.
Mulheres/homens	Aparência das pessoas homossexuais, determinadas características que supostamente indicam que uma pessoa é homossexual. Personagens: Loras e Yara.	- A personagem Yara já demonstrava ser homossexual por trajar roupas de batalha e ser uma guerreira. - Por usar uma capa com flores e ser conhecido como “Cavaleiro das flores” era esperado que o personagem Loras fosse homossexual.	- As roupas e características de uma pessoa não definem a sua sexualidade. - Associação de mulheres fortes e independentes a homossexualidade.
Homossexualidade	Aparição das cenas de relação, homoafetiva envolvendo os personagens Renly e Loras.	- As cenas de relacionamentos homoafetivos não devem ser mostradas na televisão por ser algo “nojento” e não agradar a todos os públicos. - Não gostar das cenas <i>versus</i> homofobia.	- A aparição de cenas homoafetivas deve ser tratada como algo comum, que deve ser representada mais vezes para quebrar preconceitos. - Apesar de termos a escolha de não assistir as cenas, é algo da nossa sociedade que a TV apenas reproduz.

Fonte: Os autores (2017)

Conforme demonstrado no quadro 2, na análise de dados referente às mulheres, dois temas tiveram mais repercussão entre os internautas: a violência sexual e a objetificação/sexualização da mulher. Em ambos os casos, foram utilizados argumentos relacionados à questão temporal, em que a série estava inserida, seja para justificar ou contestar os acontecimentos que eram debatidos, como podemos observar nos seguintes discursos: *“Porque as pessoas tem dificuldade em compreender que a história se passa em outra época, os costumes eram outros, a cultura e o entendimento sobre a posição da mulher era visto de outra forma (...)”*, além de reforçar a importância de abordar tais temas na televisão *“Se passa em outra época, mas trata de assuntos contemporâneos, como estupro, feminismo, homossexualismo, religião, etc. Coisas que não são nem um pouco fictícias em qualquer época e que sim tem que ser discutidas e mostradas.”*

Em relação aos homossexuais, o tema de maior repercussão foi a representação de cenas homoafetivas na televisão. Aqui, percebemos que o termo “tolerância” era reivindicado

para dar embasamento para seus posicionamentos, além dos debates a cerca das representações das cenas. Tais posicionamentos podem ser observados em falas como: “(...) *Se tivessem mais cenas gays em todos os seriados e programas que tu assiste, talvez você deixasse de não gostar dessa cena e passasse a achar normal a demonstração de afeto entre pessoas do mesmo sexo. Isso não vai fazer de você gay, nem deixará dúvidas quanto a sexualidade de ninguém.*”

Com relação ao termo tolerância, o posicionamento contrário as cenas podem ser observados nas seguintes falas: “*Engraçado você falar de tolerância enquanto tenta desqualificar o comentário do camarada ali com os termos “homofóbico” e “preconceituoso”. Tolerância? Tá. Todos tem que pensar a mesma coisa? Ele não pode ter suas próprias opiniões? Se vai contra algo que ele considera errado – seja por quais motivos for – ele está errado em protestar? Isso é tolerância? Não. Aparentemente “tolerância” significa, por aqui, “aquele que concorda comigo”. Lamento dizer que o significado da palavra não é bem esse.*”. Em conta partida, houve pessoas que não concordavam com o posicionamento demonstrado acima, rebatendo da seguinte forma: “*É uma pena esse cinismo de achar que todos são obrigados a tolerar quem quer humilhar, desrespeitar, oprimir o outro, viu? Porque não, vocês não tem o direito de achar nojenta a relação de amor entre duas pessoas, sejam elas quem for (...)*” .

A realidade reservada para as mulheres retratava a subordinação com que eram educadas para dedicação exclusiva ao lar, companheiro e filhos, preparadas para serem donas de casa, esposas e mães, submissas ao pai ou esposo, verdadeiras “*ladys*”. A passividade era marcante e permitia o fechamento de boas alianças entre famílias, com casamentos arranjados. Não era permitido à mulher expressar vontades ou sentimentos, mais simplesmente respeitar e cumprir as decisões tomadas dos homens, sendo característica desse perfil a personagem Sansa Stark.

Houve a apresentação de mulheres independentes, fortes, corajosas, destemidas talvez até singulares, tidas como seres com vontade própria e não como sombras de figuras masculinas, se destacando muitas vezes em pé de igualdade com os homens guerreiros. Exemplos disso são as personagens Yara Greyjoy e Daenerys Targaryen, já mencionadas nesse trabalho.

Diante desse cenário, observamos nos comentários dos internautas que o sexismo é abordado como algo natural e não nocivo, que permite inclusive ofensas morais e sexuais, era prestigioso ser insensível e até violento, enquanto a insegurança, a franqueza e a amabilidade eram características impostas ao sexo feminino.

Da mesma forma, também houve a corporificação de homens sensíveis, que fogem dos padrões socialmente aceitos, mantendo romances escondidos, com a finalidade de seguir com credibilidade perante a sociedade local. Renly e Loras são personagens que se aproximam desse perfil.

A aceitação da mulher como figura política, autônoma e pensante é tão recente como a tolerância aos relacionamentos homoafetivos e, embora a sociedade tenha avançado em relação ao reconhecimento das diversidades, o ambiente virtual se configurou em um ambiente de expressão de discriminações e preconceitos, como homofobia, *bullying*, sexismo.

### **Considerações Finais**

Retirando a magia, os dragões, dentre outras criaturas sobrenaturais, que foram introduzidas ao enredo, a obra permitiu o enfrentamento de questões polêmicas e preconceituosas, levando a reflexão dos expectadores, que interagiram intensamente pelas redes sociais, discutindo pontos de vistas e muitas das vezes fazendo paradoxos e paralelos com as atuais realidades observadas.

Com essa pesquisa, mas precisamente com a análise de dados, pôde-se perceber que o material analisado, embora se tratasse de uma obra de ficção, os comentários referentes a ele não eram. Configura-se, portanto, como ciberativismo, uma vez a internet se tornou o lugar onde os usuários estão livres para divulgar as suas causas, expor suas ideias e suas opiniões.

## Referências

- CABRAL, M. S. A.; **Por um conceito de Minoria**. São Paulo: Paulus, 2005.
- COUTO, P.R, RIBEIRO, J.L. **Identidade e representação da mulher na série Game of Thrones: uma análise da personagem Cersei Lannister**,p.01-22, 2014.
- JOHN, V, WAGNER, L.**Cultura de Fã e Narrativa Transmídia: Análise da Circulação e Consumo da Série *Game Of Thrones* no Brasil**. ABCiber, V. 07, p.01-12, 2013
- KOHN, K, MORAES, C.**O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da SociedadeDigital** p.1-13, 2009.
- KOZINETS, R.V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009.
- MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 07-32, 1999.

---

<sup>1</sup>Esse artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso de Ensino Médio Integrado ao Técnico em Informática, do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – campus Ponta Porã.

## Do espaço empobrecido para a escola: o protagonismo das mulheres indígenas (terena)

### From the space to school – the protagonism of indigenous women (terena)

Lindomar Lili Sebastião<sup>8</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

**Resumo:** O presente trabalho discorre sobre as pesquisas desenvolvidas pelas mulheres indígenas pesquisadoras Terena. Propomos, neste trabalho, apresentar as mulheres índias pesquisadoras e sujeitos de sua própria pesquisa, professoras e militantes. Ressaltamos a relevância deste estudo para a população indígena nos campos da Educação, Antropologia e Saúde. Tais resultados foram relevantes e culminaram com aos impactos em sua comunidade de pertença. A formação escolar/acadêmica (de acesso exclusivo masculino, a princípio) propiciou o reconhecimento e o protagonismo das mulheres Terena.

**Palavras-chaves:** Índias Terena. Escola. Protagonismo.

**Abstract:** This work discusses research developed by Terena indigenous women. In this work, we propose to present the indigenous researcher women that are also subjects of their own research, teachers and activists. We highlight here the relevance of this study to the indigenous population in the fields of Education, Anthropology and Health. Such results were important and made impact the territories from where they come from. The access to school/university (exclusive for men in the past) was central to the recognition and the protagonism of Terena women.

**Key-Words:** Terena Indigenous. School. Protagonism.

## 1 Introdução

O presente trabalho aborda as mulheres indígenas do grupo étnico Terena<sup>9</sup> e pesquisadoras nas áreas do conhecimento científico ocidental. Ao nos reportar às lutas das mulheres na sociedade não indígena, a ocidental, percebemos que as suas conquistas por espaços na sociedade superaram inúmeros enfrentamentos como desafios. Entre a sociedade Terena em que as mulheres sempre atuaram nos bastidores das discussões e situações sociopolíticas, encontraram na formação intelectual espaço para sair do anonimato, ocupando espaços visíveis dentro e fora de seu contexto cultural.

<sup>8</sup> Indígena da etnia Terena, doutoranda pelo Programa de Pós – Graduação em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Bolsista CAPES. E-mail: [lin.terena@hotmail.com](mailto:lin.terena@hotmail.com)

<sup>9</sup> Atualmente a população Terena no estado de Mato Grosso do Sul soma em torno de 23 mil habitantes. O número corresponde aqueles que residem tanto nas reservas no interior de vários municípios quanto àqueles que residem nas cidades.

Na sociedade Terena é possível observar que a educação formal escolar sempre foi privilégio masculino, cabendo às mulheres apenas saberem copiar seu nome e sobrenome. Essa é a realidade vivida por essa sociedade até algumas décadas atrás e que deixou de ser uma prática, abrindo espaços ao avanço das mulheres no campo da formação científica.

Torna-se plausível esta abordagem, principalmente para expor os avanços das mulheres indígenas ocupando diversos setores em que atuam no interior de sua comunidade, seja no setor da Saúde, da Educação e no campo da Antropologia. Podemos mencioná-las como mulheres desafiadoras, embora se identifiquem pelo termo “guerreiras”, diversas vezes presente em suas falas. Elas ultrapassaram e superaram barreiras culturais deixando suas reservas para viverem temporariamente nas metrópoles brasileiras.

Construímos o presente trabalho recorrendo aos aportes teórico-metodológicos entre os quais pesquisadores que abordam a temática indígena, antropólogos e historiadores bem como aos próprios pesquisadores Terena.

## **2 Lugar de pertença**

Pertencemos à sociedade indígena Terena localizada em vários territórios: Taunay Ipegue<sup>10</sup> no município de Aquidauana; Buriti<sup>11</sup>, nos municípios de Dois irmãos do Buriti e Sidrolândia; e Cachoeirinha<sup>12</sup>, no município de Miranda, no estado de Mato Grosso do Sul, mais precisamente no centro oeste brasileiro.

Como parte do povo Terena, me coloco em meio às pesquisadoras enquanto antropóloga indígena, (re)afirmamos o nosso pertencimento étnico como seres de cultura particular,

---

<sup>10</sup> O referido território compõe-se de sete reservas, num total de 6.400 hectares e, aproximadamente, 3 mil habitantes.

<sup>11</sup> O território Buriti compõe-se de 2.900 hectares e uma população de 4.077 habitantes, distribuídos entre as nove reservas.

<sup>12</sup> A terra indígena Cachoeirinha está inserida no município de Miranda e compõe uma população de 6.475 habitantes de acordo com os dados do IBGE 2010.

específica e em constante transformação, tal como bem fundamenta Ortiz (1989) apontando para a cultura como algo dinâmico e não estático; em constante transformação. Costumes e hábitos culturais vão se modificando ao longo do contato com outras sociedades.

Acreditamos que a transformação em nossos costumes se altera de forma a se resignificar de acordo com o momento histórico e a necessidade do meio em que vivemos. Aglutinamos novos elementos exógenos, adaptando-os aos nossos costumes para suprir nossas necessidades, assim vivemos como sociedade não menos indígena.

Essas mudanças que abrangem o comportamento das Terena estão ligadas às forças políticas e econômicas também, proporcionando a elas uma nova visão de mundo. Wolf (2003, p.295) salienta em relação às transformações que atingiram povos indígenas dos Estados Unidos o seguinte: *“a questão não é se o indígena norte-americano produziu materiais culturais distintos próprios, mas se fizeram isso sob a pressão das circunstâncias, as imposições de novas demandas e mercados e as consequências de novas configurações políticas”*.

Somos parte de um grupo minoritário em relação a sociedade não indígena em que a resistência é caracterizada pelo uso e aglutinação de novos elementos culturais em empréstimos provenientes da sociedade nacional como forma de resistência. A resistência étnica é afirmada pelo reconhecimento à identidade, pelo pertencimento ao grupo étnico, pela manutenção da língua de origem, pela tradição e pela crença.

### **3 Do espaço empobrecido para o campo da pesquisa científica**

A escola chega nos territórios Terena por volta da década de 1913 em diante com a atuação do SPI – Serviço de Proteção ao Índio e a missão evangélica norte americana Inland South America Missionary Union ( ISAMU).

O espaço escolar a princípio era de prestígio masculino, às mulheres cabiam apenas a saber a assinarem o nome de forma copiosa pois a elas eram reservadas apenas o conhecimento da tradição: a fazer a cerâmica, a fiar e a tecer fios de algodão, a saber cuidar das tarefas domésticas que envolvia o cuidar da casa, do marido e assumir a maior parte da educação das proles.

As atuações políticas, no entanto eram consideradas espaços de exclusividade masculina somado à educação escolar. Coube à mulher a permanência no privado, no âmbito doméstico, que a limitava aos bastidores, essa tal forma evidenciamos nos escritos de Bourdieu (2002, p.41):

Cabe aos homens, situados do lado exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares... As mulheres, pelo contrário, estando situado do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, veem serem-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos.

Ainda nessa mesma discussão, a antropóloga Carmem Junqueira (2002, p.32), em seus estudos sobre a relação de poder entre o homem e a mulher Kamaiurá do alto Xingu, enfatiza a existência da assimetria, podendo ser caracterizada como uma das maiores assimetrias na a relação do homem com a mulher:

O marido não é nenhum tirano, mas a divisão do trabalho encerra a mulher num espaço acanhado. Enquanto o homem tem possibilidade de acumular novas experiências e aprofundar novos conhecimentos do mundo, a vida da mulher transcorre num circuito fechado de repetições, distante do poder e sem acesso às atividades que conferem maior prestígio.

É notório que as Terena circulavam no âmbito privado e eram exclusas da participação nas discussões da aldeia, era em casa que elas se moviam dialogando com os homens, trazendo informações e questionamentos. É possível que as informações e diálogos no âmbito familiar tenham influência nas decisões que envolvem os homens.

O depoimento<sup>13</sup> da índia Iza Tapuia, consultora da UNESCO, muito nos diz a respeito das relações entre homem e mulher na sociedade indígena:

Os homens não tomam a decisão sozinho. Apesar de estarem no terreno, ou conversando na casa dos homens, eles não saem de lá sem levar em conta a orientação das mães, das irmãs, das esposas. É muito difícil que um homem tome uma decisão que não seja compartilhada com as mulheres. Dá a impressão para quem chega de fora que eles são os todo poderosos, são o centro da aldeia. Mas isso não significa que nós não temos nosso poder. Se você conviver em uma aldeia você vai perceber isso. Essas normas são feitas muito antes da gente nascer. Já está definido ali o meu papel, a minha responsabilidade.”

Nesse mesmo contexto, a Terena *Itunoevoti*, assim nos relatou: *Esse negócio de o homem decidir sozinho não é assim. Meu marido jamais decide algo sem me consultar.* É evidente que as decisões no âmbito doméstico sejam tomadas em conjunto, de certa forma os homens dependem do consenso da mulher, porém, aos poucos as mulheres tem deixado o espaço empobrecido e acanhado – doméstico – se lançando ao público opinando sobre os debates.

---

<sup>13</sup>Fonte<<http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/por-que-violencia-contras-mulheres-indigenas-e-tao-dificil-de-ser-combatida-no-brasil/>> Acesso 25/01/2017.

O romper dessa tradição de ocupação masculina na esfera pública, remeteu as mulheres ao público atuando enquanto lideranças em sua comunidade, hora enquanto professoras pesquisadoras, ora como presidentes de associação jurídica e na hierarquia da liderança tradicional<sup>14</sup>. O avanço das mulheres nas esferas públicas tem propiciado o fortalecimento da participação nos debates em torno das questões indígenas no âmbito interno e externo das aldeias.

Entre as diversas *Terena pesquisadoras*, situaremos algumas para ilustração do novo papel da mulher indígena no contexto sociocultural e político no interior do grupo de pertença. Buscamos algumas dessas mulheres nos três territórios mencionados no item anterior, tendo como foco a mulher apropriando-se do espaço educacional enquanto pesquisadora e sujeito da pesquisa no âmbito da academia.

Nome	Titulação/Instituição	Tema da dissertação/tese
1.Edineide Bernardo de Farias	Mestre em Educação – UCDB	A criança indígena Terena da aldeia Buriti, em Mato Grosso do Sul: o primeiro contato escolar.
2.Dalila Luiz	Mestre em Educação – UEMS	A prática pedagógica dos professores Terena: o uso de temas “geradores no processo” de alfabetização.
3.Maria de Lourdes Sobrinho	Mestre em Educação – UCDB	Alfabetização na língua Terena: uma construção de sentido e significado da identidade Terena da aldeia Cachoeirinha.
4.Simone Eloy Amado	Mestre em Antropologia Social– UFRJ	O ensino superior dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul: desafios, superação e profissionalização.

<sup>14</sup>Apontamos algumas mulheres nesse campo da organização política interna: A primeira mulher a ocupar essa esfera é Enir Bezerra como a primeira cacique Terena; Neide Salvador é a vice-cacique da aldeia Lalima; Ana Batista é a vice-cacique na aldeia Nova Tereré.

5.Lindomar Lili Sebastião	Mestre em Ciências Sociais/Antropologia – PUCSP	Mulher Terena: dos papéis tradicionais para a atuação sociopolítica.
6.Nilza Leite Antonio	Mestre em Psicologia – UCDB	Raízes da Língua: identidade e rede social de crianças Terena da escola bilíngue da aldeia Bananal.
7.Celma Francelino Fialho	Mestre em Educação – UCDB	O percurso histórico da língua e cultura Terena na aldeia Ipegue/Aquidauana-MS.
8.Zuleica Tiago	Mestre em Saúde da Família – UFMS	Sífilis adquirida, sífilis em gestante e sífilis congênita na população indígena do Mato Grosso do Sul: uma análise comparativa entre as notificações no SINAN e DSEI-MS.

No percurso dessas mulheres, entre as idas e vindas de seus territórios de pertença os centros urbanos onde se situam as instituições acadêmicas, o choque cultural tornou-se um dos marcos históricos. Apesar do convívio mesmo que esporádico, com os *purútuye* (não indígena), não ficaram isentas de um forte estranhamento da cultura do outro.

Os jargões acadêmicos foram elementos desafiadores para àquelas que tinham a língua de origem como a primeira língua, um grande desafio que, segundo elas, foi aos poucos superado. O convívio com novas pessoas de diferentes culturas propiciou a elas grandes descobertas e, seguindo a dinâmica cultural, pode aglutinar novos hábitos a sua forma de agir, facilitando, dessa maneira, a convivência com os não indígenas.

Dentre os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres, a pesquisa da Terena Edineide Bernardo de Farias, (2015) professora em sua comunidade, rendeu-lhe avanço profissional na

área da Educação e na da organização política interna. Em seu trabalho, buscou situar a criança Terena no primeiro contato escolar, descrevendo os impactos sofridos por ela diante dessa nova experiência escolar no início de sua escolarização (a pré-escola); analisou a presença de um diálogo estabelecido entre os conhecimentos oriundos dos saberes tradicionais adquiridos no âmbito familiar, e o conhecimento obtido dos novos saberes propostos pela escola.

A criança Terena, nesse contexto, aprende brincando, tal como a pesquisadora escreve. É no seu cotidiano, em meio às diversas brincadeiras, que as crianças indígenas acumulam os conhecimentos vindos da tradição. Por outro lado, a escola tornou-se um espaço de referência para aquisição dos conhecimentos do mundo ocidental. Quando questionada sobre a contribuição maior de sua formação enquanto mulher indígena e professora para sua comunidade, a pesquisadora responde:

No trabalho busquei sempre valorizar a questão cultural. Nós temos os conteúdos ocidentalizados e se der nós aplicamos os nossos conhecimentos, aí que busquei trabalhar o diferencial, abordando mais a questão cultural, as danças, a importância dos registros, a oralidade, a participação mais intensa na contribuição da organização interna junto com o cacique, aí que vi um importante trabalho e reconhecimento. Hoje eu ocupo um espaço importante dentro do município, que é a representação nas políticas públicas para as mulheres, que não tinha. E antes disso não tinha, não existia para as mulheres indígenas. (Edineide B. Farias, 29 anos. Entrevista cedida em março de 2016).

O seu reconhecimento enquanto profissional da Educação, somado ao papel de pesquisadora, trouxe novas aberturas no que tange à atuação no âmbito político e

representatividade em sua comunidade. Essa é uma realidade semelhante em outros territórios onde a mulher passou a ocupar novos espaços.

Entre os trabalhos científicos desenvolvidos, a Terena Dalila Luiz (2016) (diretora da escola e liderança em sua comunidade) destaca a “alfabetização na língua materna”, em que analisa o discurso dos professores alfabetizadores em sua comunidade, junto à prática pedagógica de alfabetização na própria língua, utilizando temas geradores como ponto de partida. Os temas geradores são elementos da tradição com os quais as crianças, em processo de alfabetização, convivem, tais como: os mitos, contos, histórias narradas pelos velhos, entre outros temas que fazem parte de seu cotidiano.

No campo da antropologia, destacamos o trabalho da Terena Lindomar Lili Sebastião (2012), que em sua pesquisa de mestrado buscou evidenciar a transformação cultural por meio do comportamento das mulheres de seu grupo. Analisou fatores possíveis para a alteração dessa transformação no contexto cultural, no que tange às novas funções de caráter político interno, e se prolongando para o exterior de seu grupo. A análise realizada evidenciou que os papéis tradicionais das mulheres permanecem e são praticadas em seu cotidiano, massomados aos novos papéis que as remetem às discussões que envolvem os interesses da comunidade.

Ainda no campo da antropologia, segue a pesquisa da Terena Simone Eloy Amado (2016), dando enfoque à presença dos povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul no ensino superior. A autora enfoca a Educação como instrumento em busca da garantia de cidadania brasileira para o protagonismo indígena na efetivação de seus direitos. Nos últimos anos, percebeu-se um aumento significativo de jovens ingressos no Ensino Superior via políticas de ações afirmativas construídas pelas instituições, e também pelas políticas governamentais, tidas como mecanismo de reparação aos processos históricos coloniais. Para a pesquisadora, fica evidente que a Educação tornou-se sinônimo de autonomia para o povo Terena.

Nilza Leite Antonio (2009), formada em Pedagogia, desafia o campo da Psicologia em seu trabalho no âmbito da psicopedagogia, abordando a relevância do ensino bilíngue (Terena e português) nas séries iniciais. O trabalho, segundo a pesquisadora, é um estudo de caso exploratório equalitativo tendo como objetivo a compreensão de alguns aspectos de sua identidade durante o processo de escolarização. A pesquisa evidenciou que a alfabetização na língua de origem é um importante instrumento para a preservação da cultura, como bem coloca a pesquisadora: *“estudar na própria língua é um ganho”*. A pesquisa impulsionou reflexões a respeito da escola a que os Terena têm acesso: se a princípio essa sociedade não necessitava de uma escola ocidental. O ensino, no entanto, era oral, e, com a chegada dos purútuye, dos não indígenas, e a necessidade dos povos chegarem ao nível da civilidade oriunda da política indigenista estatal, a escola ocidentalizada foi introduzida deixando de lado a escola tradicional de saberes tradicionais vindos da cultura indígena.

Nos diversos territórios onde estão localizadas as reservas, há aquelas habitadas pelos Terena não mais falantes da sua língua de origem, salvo os anciãos. Há também diversas reservas em que a língua de origem é a primeira língua falada. Na indagação de o porquê tais comunidades não usam mais sua própria língua, a Terena Celma Francelino Fialho (2010), segue com a linha de pesquisa no âmbito da Diversidade Cultural e Educação Indígena.

Analisando a trajetória da língua de origem da comunidade escolhida para a realização da pesquisa, a pesquisadora, de acordo com os resultados encontrados, indicia as intervenções na língua sofridas ao longo do trajeto histórico. Há uma forte evidência de que o intenso contato com a sociedade purútuye – não indígena - propiciou o desuso da língua. Os Terena se depararam, num dado momento de sua história, com a necessidade de aprenderem fortemente a língua portuguesa, pois acreditavam que com o domínio da segunda língua, colocando-a como a primeira língua em seu meio, isso poderia resultar em avanços na facilidade de

estabelecer diálogos e negociações no mundo dos não indígenas. E com isso efetivar uma relação de poder mais simétrica entre ambas as sociedades.

A opção pela língua portuguesa foi um instrumento de caráter político. Vargas (2011, p.149) explica o desuso da língua de origem entre os Terena como instrumento de autodefesa, já que eles conviviam com os não indígenas e viviam intensamente do trabalho braçal em suas fazendas: *“Uma das razões pelo qual os Terena não ensinavam a língua para os seus filhos era para protegê-los dos maus-tratos nas fazendas enquanto empregados, pois aqueles que tinham dificuldades para entender o português eram humilhados pelos não índios...”*

O estudo sobre a presença ou não da língua de origem nessa sociedade tornou-se uma das questões mais abordadas nas últimas décadas entre os profissionais indígenas no campo da Educação. Ler e escrever usando a própria língua tem despertado a sua valorização como elemento da cultura, e para a sua não extinção, as comunidades não falantes construíram meios para a sua revitalização. Nesse âmbito, também encontramos o trabalho desenvolvido pela Terena Maria de Lourdes Sobrinho (2010), ex-doméstica que encontrou na formação acadêmica o instrumento para contribuir com seu povo, abordando a alfabetização na língua Terena.

De acordo com a pesquisadora, o objetivo do trabalho desenvolvido estava voltado para analisar a alfabetização na língua Terena, discutindo a construção de sentido e significado a partir de uma experiência realizada (no 1º ano do Ensino Fundamental). Com o resultado preliminar da pesquisa, foi possível perceber que a língua Terena é meio de socialização entre o grupo étnico, construindo sentidos e significados na cosmovisão Terena, e promovendo a afirmação da identidade. A pesquisa também evidenciou que alfabetizar criança na língua de origem é um grande desafio, pois cria impasses políticos por exemplo a resistência, por não reconhecer a relevância da própria comunidade no ensino da língua de origem na construção do pensamento e do conhecimento.

Na área da Saúde, Zuleica Tiago (2015) ingressou no mestrado profissional em Saúde da Família pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, tendo como tema de pesquisa DST – Sífilis entre a população indígena do estado de Mato Grosso do Sul. Em seus estudos procurou evidenciar a incidência e a presença de sífilis em gestante, congênita e adquirida nas populações indígenas desse estado. As análises dos dados permitiram identificar as subnotificações; gerando uma planilha com o total de casos de sífilis num recorte temporal entre 2011 e 2014. Dessa forma, tornou-se evidente uma concentração significativa da doença na região. O maior índice se concentrou na região sul do estado, demonstrando ser um grave problema de saúde pública presente entre a população indígena.

#### **4 Considerações Finais**

O acesso à educação tem sido um dos fatores mais relevantes e determinantes para o protagonismo das mulheres Terena no estado de Mato Grosso do Sul. Como descrevemos anteriormente, por muito tempo o acesso à educação foi um direito exclusivo do homem, uma similitude entre as mulheres ocidentais da qual o acesso à educação tornou-se uma das pautas de reivindicação do movimento feminista.

Entre as mulheres Terena excluídas da educação formal, restavam-lhes o circuito doméstico, privado e sempre acanhado em relação aos papéis mais significativos exercidos pelos homens dentro e fora das aldeias.

É possível que o intenso contato desses indígenas com a sociedade não indígena, ao longo de sua história, tenha possibilitado abrir novos espaços para as mulheres atuarem. De acordo com as suas demandas e necessidades, as mulheres recorreram à educação como instrumento de ampliação dos papéis por elas exercidos. A princípio, a formação concentrou-se na área da educação. Como professoras, seus papéis deram continuidades ao “cuidar”, papel exercido no âmbito familiar. Em decorrência da aquisição de novas informações e de conhecimentos

ocidentais, as mulheres foram impulsionadas a ampliar seu papel dentro da comunidade, como pesquisadoras em diversos programas de Pós-Graduação gerando reconhecimento significativo do grupo de pertença e suas respectivas lideranças.

Hoje, não são somente os homens que vão para as discussões que envolvem a comunidade, mas também elas, como por exemplo, o papel atualmente exercido pela pesquisadora Edineide B. Farias, retratando as mulheres indígenas no cargo de representante de políticas públicas para as mulheres indígenas em seu município. Assim como tantas outras mulheres presentes atuando na luta pelos direitos indígenas, são elas também que participam das discussões sobre território, educação, saúde, entre outras demandas nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

Os resultados das pesquisas provocou o impacto em suas comunidades à medida que trouxeram reflexões e possíveis direções aos problemas vivenciados, como no âmbito da Saúde. Na educação ficou evidente a necessidade da revitalização da língua de origem como parte de sua identidade étnica e manutenção da própria cultura. O desuso da língua em algumas aldeias tanto nos momentos históricos quanto nos atuais denota uma forma de resistência e negociação com a sociedade nacional. Porém, atualmente, as escolas trabalham para reverterem esse quadro buscando a revitalização da língua de origem como instrumento de afirmação de sua identidade.

É possível afirmarmos que os Terena encontraram na formação escolar e científica o meio de resistência na busca da efetivação dos direitos adquiridos e constitucionais. A formação tem sido ferramenta para negociação com o mundo do outro, buscando dessa forma, uma possível simetria com a sociedade dos não índios. Como exemplo, o índice significativo de jovens (mulheres e homens) no ensino superior. Nesse contingente, a presença da mulher é maciça. Vale ressaltar que a educação, equiparada aos elementos transformadores, não trouxe apenas a leitura e a escrita, trouxe também outros elementos além da tradição para a mulher

pensar e se posicionar, participar dos movimentos sociais, opinar, lançar suas ideias e fazer sua história.

## Referenciaa

AMADO, Simone Eloy. *O ensino superior para os povos indígenas do estado de Mato Grosso do Sul: desafios, superação e profissionalização*. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Antropologia Social. UFRJ. 2016

ANTONIO, Nilza Leite. *Raízes da Língua: identidade e rede social de crianças Terena da escola bilíngue da aldeia Bananal*. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde. UCDB. 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Ed. Bertrand Brasil. RJ. 2010.

FARIAS, Edineide Bernardo. *A criança indígena Terena da aldeia Buriti, em Mato Grosso do Sul: o primeiro contato escolar*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação. UCDB. 2015.

FIALHO, Celma Francelino. *O percurso histórico da língua e cultura Terena na aldeia Ipegue/Aquidauana-MS*. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação. UCDB. 2010.

JUNQUEIRA, Carmem Silvia. *Sexo e desigualdade: Entre os Kamiurá e os Cinta Larga*. Ed. Olho D'água. SP. 2002.

LUIZ, Dalila. *A prática pedagógica de professores Terena: o uso de "temas geradores" no processo de alfabetização*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação. UEMS. 2016

ORTIZ, Fernando. *Transculturación in*. Editorial de Ciencias Sociales. La Habana. 1989.

SEBASTIÃO, Lindomar Lili. *Mulher Terena: dos papéis tradicionais para a atuação sociopolítica*. Dissertação de mestrado apresentada ao programada de pós-graduação em Ciências Sociais/Antropologia. PUCSP. SP. 2012.

SOBRINHO, Maria de Lourdes Elias. *Alfabetização na língua Terena: uma construção de sentido e significado da identidade Terena da aldeia Cachoeirinha*. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação. UCDB. 2010.

TIAGO, Zuleica. *Sífilis adquirida, sífilis em gestante e sífilis congênita na população indígena do Mato Grosso do Sul: uma análise comparativa entre as notificações no SINAN e DSEI-MS*. Dissertação de Mestrado apresentado no programada de pós-graduação em Mestrado Profissional em Saúde da Família. UFMS. 2015.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *A dimensão sociopolítica do território para os Terena: as aldeias no século XX e XXI*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em História Social. UFF. 2011.

WOLF, Eric.R. *Antropologia e poder: Cultura, Panacéia ou problema?* Ed. Unicamp. SP. 2003.

**A disputa pelo útero da menina-mãe: o Estado e a Igreja na cobertura da Folha de S.Paulo sobre o caso Alagoinha (PE)**

**The dispute over the child mother's womb: State and Church on news coverage made by Folha de S.Paulo on the case of Alagoinha (PE)**

Marcelle Cristine de Souza<sup>15</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** Este artigo trata de uma leitura crítica sobre a cobertura do jornal brasileiro Folha de S.Paulo sobre aborto no caso de um menina de Alagoinha (PE) de nove anos que engravidou após ter sido estuprada. A partir de ferramentas de leitura cultural (narrativa de protagonismo, diagnósticos e prognósticos, contexto social e histórico do caso tratado), verificamos que o jornal priorizou as fontes médicas, religiosas, do Executivo e do Legislativo, em detrimento do protagonismo da vítima.

Palavras-chave: aborto; abuso sexual infantil; imprensa

**Abstract:** This article focuses on a critical review of news coverage made by the Brazilian newspaper Folha de S.Paulo about abortion on the case of an nine years-old girl in Alagoinha (PE) who got pregnant after being sexually abused. From a cross-cultural reading (narratives of protagonism, diagnostics and prognostics, social and historical contexts), we discovered that Folha prioritized medical, religious, governmental and legislative sources over the victim's own protagonism.

**Keywords:** abortion; child sexual abuse; journalism.

## 1 Introdução

Em 2009, a história de uma menina de 9 anos de Alagoinha (PE) grávida de gêmeos ganhou as páginas dos jornais brasileiros. Ela tinha 1,36m e 33kg quando a família descobriu a gestação a partir da realização de exames para saber o motivo das dores e náuseas que incomodavam a menina. Ao ser questionada pelas autoridades locais, a criança acabou contando sobre os abusos que sofria do padrasto de 23 anos. O caso teve grande repercussão nacional, mas a menina não foi a protagonista dessa história. Permitido por lei, o aborto foi realizado no Cisam (Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros), da UPE (Universidade de Pernambuco), apesar da pressão contrária de movimentos religiosos. Após a interrupção da gestação, a mãe, os médicos e demais pessoas envolvidas na realização do procedimento

---

<sup>15</sup> Mestre pelo PROLAM-USP (Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo), bolsista Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

foram excomungadas pelo arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho, que ganhou entrevistas, fotos e destaque nas páginas dos jornais.

O caso foi notícia pelas mídias local e nacional por cerca de três semanas, mas foi na semana após o aborto que o caso foi destaque no jornal Folha de S.Paulo, que dedicou três páginas ao assunto nos dias 5, 6, 7 e 22 de março de 2009.

Ao observar a cobertura deste periódico sobre o caso, pretende-se verificar qual foi o espaço dedicado pela Folha de S. Paulo aos representantes do Estado e da Igreja Católica neste caso de aborto em situação de abuso sexual infantil. Desse modo, podemos analisar como a Folha atuou como mediadora cultural em uma situação complexa e polêmica, que envolvem aspectos emocionais, morais, religiosos, questões de gênero, de proteção à infância, do direito à vida, dos direitos sexuais e reprodutivos, entre outros.

Para que essa análise seja realizada, é preciso contextualizar a história da menina de Alagoinha em duas discussões da realidade brasileira: o abuso sexual infantil e a possibilidade de aborto no caso desse tipo de violência.

De acordo com a Abrapia (2002), 7 crianças ou adolescentes sofrem abuso sexual por dia no Brasil. Apesar da frequência assustadora, a instituição aponta que apenas 1 em cada 4 meninas e 1 em cada 100 meninos denunciam a violência. Estudos apontam que o fenômeno atinge da mesma forma todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas (DREZETT, 2002) (SAFFIOTI, 1995), no entanto só costumam alcançar os meios de comunicação os casos envolvendo famílias em situação de pobreza e que sofrem outras violações de direitos. Essa situação pode ser observada no caso da menina de Alagoinha, em que o abuso é apresentado no contexto de pobreza em uma cidade pequena e do interior de Pernambuco.

Aos 9 anos, a vítima do caso tratado neste artigo se enquadra no perfil da criança abusada sexualmente: 60% possuem entre 7 e 13 anos (SAFFIOTI, 1995). De acordo com Drezett (2002), dentre as consequências de um abuso sexual, “a gravidez se destaca pela

complexidade das reações psicológicas, sociais e médicas que determina”. Para o autor, essa gestação é encarada como uma segunda violência, muitas vezes intolerável para as vítimas.

No Brasil, a legislação permite o aborto em caso de estupro, de risco de morte para a mulher e, após uma decisão do Supremo Tribunal Federal de 2012, se o feto for anencéfalo. Nas demais situações, é considerado crime. Nos dois primeiros casos, a interrupção é autorizada desde 1940, quando o Código Penal brasileiro (BRASIL, 1940) entrou em vigor. Apesar disso, o serviço de aborto legal no país só foi regulamentado em 1999, com a publicação de uma norma técnica pelo Ministério da Saúde.

Nos serviços legais de abortamento do SUS (Sistema Único de Saúde), o perfil mais comum é de vítimas de estupro, que representaram 94% dos procedimentos realizados pelo sistema de saúde (MADEIRO e DINIZ, 2015), o que reforça a importância de estudar a relação entre aborto e abuso sexual infantil.

Diante do exposto até aqui, percebe-se que o tema do aborto em caso de abuso sexual infantil é complexo e, portanto, exige do jornalista envolvido nesse tipo de cobertura uma abordagem ética, mas também sensível para entender e retratar uma história real.

Deste modo, compreendemos o jornalista como sujeito cultural, ou seja, ele está inserido na teia simbólica do debate sobre aborto e abuso sexual no Brasil. Além disso, seu papel deve ser o de produzir, renovar ou administrar, de forma responsável e consciente, os sentidos que permeiam essa realidade, sejam eles vocalizados ou não pelas fontes de informação ouvidas na reportagem (MEDINA, 2006).

Essa mediação cultural, segundo a autora, deve ser usada para a construção de um texto que reúna as múltiplas causas e que busque a dialogia social e a compreensão do acontecimento. Esse exercício é o que Medina (2007) chama de leitura cultural, ou a capacidade de interpretar a contemporaneidade e produzir sentidos e significados diante de um acontecimento social – que no caso deste trabalho é a possibilidade de aborto quando a

gravidez é decorrente de um abuso sexual. Afirma a autora sobre o trabalho do jornalista que se propõe a uma cobertura complexa:

O leitor cultural observa, colhe informações dos acervos e de fontes vivas, cria elos de contexto e elege o protagonismo daqueles que vivem a situação de sua narrativa. E aí se consuma a humanização como eixo central da leitura cultural. Se o jornalista distribui nas mídias apenas os sentidos oficiais, ele não passa de um mero administrador da renda simbólica estratificada. Mas além de exercer a função de um simples administrador, pode ousar a renovação e até a reestruturação plena dos significados em voga –o que revela a grandeza de um leitor cultural. (MEDINA, 2007, p.32)

A partir desse ponto de vista, parece-nos de extrema importância que, para tecer os significados de um problema da magnitude do caso da menina de Alagoinha, o jornalista não deve se ater aos sentidos oficiais da história, mas deve estar aberto a sentir as nuances de um problema real, humano, que envolve uma criança grávida, um histórico de violência, as consequências de um abuso, em um contexto familiar de pobreza.

Entendemos, portanto, que os jornalistas comprometidos com uma cobertura complexa e sensível de fatos da contemporaneidade devem dar visibilidade a histórias de gente comum, devem dar o protagonismo a quem não está normalmente nas manchetes dos jornais, precisam narrar histórias de modo a aproximar personagem, autor e leitor. Esse tipo de exercício é importante porque essas narrativas são capazes de aproximar o tema e debate do cotidiano daquele que lê a notícia (no caso do jornalismo impresso, que tratamos neste artigo), de contribuir para um olhar com mais empatia sobre o que acontece na vida do outro. Ao nosso ver, é a história com nome e sobrenome estampadas no jornal (mesmo que eles tenham sido trocados para garantir a segurança da pessoa retratada), contada de forma ética, crítica, mas com emoção, que ganha eco e têm a força de alcançar a emoção dos leitores anônimos. Trata-se de algo comum na literatura, que pode e deve ser importado de forma responsável pelo jornalista.

Para contar uma história desse modo no jornal, Medina (2003) defende que, além de dar protagonismo às vozes anônimas – em detrimento do foco único nas fontes oficiais – é

preciso narrar essas histórias em seu contexto social, histórico e cultural. Além disso, o jornalista enquanto mediador cultural precisa tecer o diálogo entre as histórias e as situações vivenciadas pelo personagem da reportagem e as discussões macro sobre o assunto.

O desafio do repórter seria então o de captar os conflitos de determinada situação, sair em busca da complexidade do fato em diversos níveis, deixando de se fixar apenas nos opostos pró ou contra determinado assunto.

## **2 A Igreja e o Estado nas matérias da Folha de S. Paulo**

No jornal Folha de S.Paulo, o primeiro texto sobre o caso da menina de Alagoinha foi publicado no dia 5 de março sob o título *Menina de nove anos faz aborto e igreja protesta*. Sem destaque nem foto, o texto dá destaque para a realização do aborto “mesmo com os protestos da Igreja e a falta de consenso entre os pais”. Há um foco na legalidade do processo, como mostram os trechos a seguir (AGÊNCIA FOLHA, 2009a):

De acordo com o Imip (Instituto Materno Infantil de Pernambuco), onde ela estava internada desde sexta, o setor jurídico aconselhou o adiamento do aborto pois os pais da menina não chegaram a um consenso sobre o procedimento —a mãe era favorável e o pai não. [...] Segundo [Sérgio] Cabral [diretor médico do hospital onde a menina foi internada], a interrupção da gravidez foi realizada, pois teve respaldo da Justiça, já que a menina foi vítima de violência sexual e tratava-se de uma gravidez de alto risco.

O texto não dá muitas informações sobre a conjuntura do caso, informa apenas que de que se tratava de uma gravidez fruto de uma violência sexual (AGÊNCIA FOLHA, 2009a): “Há uma semana, seu padrasto foi preso suspeito de a ter estuprado e engravidado”. Não há protagonismo da vítima e, além do fato de ter sido violentada, sabemos que “passa bem” após a realização do aborto. Mesmo assim, o foco é em seu útero, já que não há debate sobre outras consequências do abuso e da gravidez para a menina-mãe. “Segundo o diretor médico do hospital, Sérgio Cabral, ontem pela manhã o aborto por indução foi feito. No final da tarde, ela foi submetida a uma curetagem no útero e passa bem” (AGÊNCIA FOLHA, 2009a).

Além do hospital e seu representante, o diretor Sérgio Cabral, o jornal dá espaço à Igreja Católica, que “chegou a ameaçar fazer uma denúncia ao Ministério Público de Pernambuco para tentar evitar o ‘assassinato de duas crianças’”, e ao Ministério Público, que “não deve intervir no caso” (AGÊNCIA FOLHA, 2009a).

No dia seguinte, a história continua em pauta, agora com mais destaque: as matérias sobre a interrupção da gestação da menina de nove anos ocupam mais da metade de uma página do caderno Cotidiano. O texto principal, *Igreja excomunga mãe e médicos após aborto*, a foto principal e a entrevista que o acompanham dão protagonismo ao arcebispo de Olinda e Recife, d. José Cardoso Sobrinho. A posição de destaque para o religioso também é reforçada nas duas linhas finas, que colocam a violência sofrida pela menina-mãe em segundo plano e direcionam o debate para as declarações relacionadas ao arcebispo. Informam os textos (BAPTISTA, 2009a): “Segundo o arcebispo de Olinda e Recife, ‘lei de Deus está acima de todas as coisas’; menina de 9 anos estava grávida do padrasto” e “Ministro Temporão, da Saúde, classificou a posição de ‘extrema’ e ‘inadequada’; diretor do hospital não quis comentar declarações”.

No texto, o primeiro parágrafo privilegia informações sobre a excomunhão da mãe e dos médicos que realizaram o aborto. “A garota, por ser menor de idade, não foi excomungada”, diz ainda o texto (BAPTISTA, 2009a). O arcebispo é a primeira fonte citada:

“O médico dizia que havia o risco [de morte da menina], mas o fim não justifica os meios. A boa finalidade de salvar a vida dela não podia ter suprimido duas vidas humanas”, disse o arcebispo. “Devemos lembrar que a lei de Deus está acima de todas as coisas”. De acordo com o religioso, o aborto é um crime previsto nas leis de Deus e quem o induziu está automaticamente excluído da comunhão com a Igreja — não pode mais receber a eucaristia ou outros sacramentos, como o casamento; mas não está banido de participar de celebrações da Igreja, como missas. (BAPTISTA, 2009a)

Tal declaração é criticada pelo ministro José Gomes Temporão e pela secretária estadual da Mulher, Cristina Buarque. A fala de Temporão aparece também em destaque em um olho no meio do texto (BAPTISTA, 2009a): “Fiquei chocado com a posição radical desse

religioso, que, ao dizer que defende uma vida, coloca em risco uma outra [a da menina de 9 anos]”.

Em dois momentos, a reportagem justifica a legalidade do aborto: na fala do ministro, “A lei é bastante clara: garante e protege o que foi feito”, e no último parágrafo, “O aborto é permitido por lei em vítimas de estupro até a 20ª semana de gestação e pode ser feito conforme a avaliação médica, sem autorização judicial” (BAPTISTA, 2009a).

Em três trechos, o texto apresenta de forma breve o contexto do caso e nos dá referências sobre as características físicas e psicológicas da menina-mãe naquele momento (BAPTISTA, 2009a):

A menina estava grávida de gêmeos de cerca de quatro meses. O padrasto dela, que foi preso, confessou à polícia que abusava sexualmente dela e da irmã mais velha, de 14 anos e que possui problemas mentais, há cerca de três anos. [...] A menina permanecia internada. Ontem na maternidade do Cisam (Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros), ligado à Universidade de Pernambuco, acompanhada da mãe. A reportagem não conseguiu falar com a mãe. O diretor médico do hospital, Sérgio Cabral, disse que o estado clínico dela era muito bom, mas ainda não havia previsão de alta, pois precisará ser submetida a exames. “Ela fica brincando com a boneca e o ursinho dela. É uma criança. Não sei se ela entende o que passou”. [...] Conforme ele, a menina, que tem 1,36 m e 33 kg, poderia morrer caso levasse a gravidez adiante.

Ao lado do texto principal, há uma entrevista com o médico Rivaldo Mendes de Albuquerque, que participou da interrupção da gravidez da menina de 9 anos intitulada *Arcebispo não teve pena da criança, afirma médico*. Assim como a matéria de abertura, o foco da entrevista é a excomunhão, com especial ênfase na religiosidade do médico, como pode ser percebido no segundo parágrafo que antecede as perguntas: “Católico praticante, todo domingo ele pode ser encontrado na missa, aonde vai para pedir ‘luz e compreensão’” (CAPRIGLIONE, 2009).

Além disso, três das quatro perguntas ao especialista, que teve contato várias vezes com a vítima, referiam-se à religião (CAPRIGLIONE, 2009): “Como um católico praticante recebe a excomunhão?”, “Como um católico faz abortos, apesar da proibição religiosa?”, “Dom José Cardoso Sobrinho falou com alguém da equipe do Cisam?”. A última questão é a única que trata da vítima (CAPRIGLIONE, 2009 grifo do autor):

FOLHA- Como é a menina?

ALBUQUERQUE - Estava no quarto mês de gestação. Típica vítima da miséria. A mãe pensava que a barriga era decorrência de vermes, por isso não tomou providências antes. É uma criança desnutrida, que brinca com boneca.

Antes disso, na introdução à entrevista, há uma fala do médico que nos aproxima da menina-mãe: “Tenho pena do nosso arcebispo, que não conseguiu ter misericórdia por uma criança inocente, desnutrida, franzina, em risco de vida, que sofre violência desde os seus seis anos” (CAPRIGLIONE, 2009).

Naquele dia, um terceiro texto compõe a cobertura sobre o caso. Intitulada *Menina de 11 anos no RS está no 7º mês de gravidez, em caso semelhante ao de PE*, a matéria tem duas fontes: o bispo local e o delegado de polícia. Já no segundo parágrafo o jornal informa que o hospital e o conselho tutelar não deram mais informações sobre o caso, abrindo espaço para a igreja se manifestar sobre a possibilidade de interrupção da gestação. “O bispo da Diocese de Frederico Westphalen, Antonio Carlos Keller, diz que o pároco local acompanha o caso desde que a tia (responsável pela garota) tomou conhecimento dele. Ele afirma que a família, que é católica, não cogitou o aborto” (AGÊNCIA FOLHA, 2009b).

O primeiro parágrafo faz um resumo do caso: uma menina gaúcha grávida após ser estuprada pelo pai adotivo. Em dois momentos há informações específicas sobre o estado de saúde da menina e o contexto em que o abuso ocorreu (AGÊNCIA FOLHA, 2009b):

A criança é de Iraí (481 km de Porto Alegre) e está no sétimo mês de gestação. Ela está internada desde a semana passada, em Tenente Portela, em ala para grávidas com risco moderado. [...] O pai adotivo, um pedreiro de 51 anos, tio da menina, foi indiciado sob acusação de estupro. A Polícia Civil pediu a prisão dele. A garota vive com a tia e o marido dela desde os seis meses de idade, mas a adoção nunca foi oficializada, segundo o delegado Antônio Maieron, que investigou o caso. O casal chegou há pouco mais de um ano e meio em Iraí, de acordo dele.

Ao final, assim como no texto principal, há uma justificativa legal para a medida adotada. “Como ela [a menina-mãe] está no sétimo mês de gestação, a legislação não permite o aborto, que é possível até a 20ª semana (cerca de cinco meses) em casos de estupro e risco para a gestante” (AGÊNCIA FOLHA, 2009b).

No dia 7 de março, o tema é tratado nas matérias que abrem duas páginas do caderno Cotidiano, sendo que nos dois casos o assunto principal é o arcebispo: o primeiro com uma entrevista com o religioso (*Arcebispo afirma que aborto é mais grave que estupro*) e o segundo com o posicionamento do então presidente Lula (*Para Lula, decisão da igreja é conservadora e lamentável*).

A reportagem com a entrevista, concedida à Folha “por cerca de uma hora, na sede da regional da CNBB em Recife”, do arcebispo ocupa a capa do Cotidiano no dia 7, espaço mais nobre do caderno naquele dia. O texto foi distribuído em uma coluna inteira à esquerda da página. Na primeira linha-fina, há mais informações sobre as declarações do arcebispo (BAPTISTA, ODILLA, 2009a): “Dom José defende não excomungar o padrasto da menina de nove anos, que a estuproou” e “Ele afirmou que Lula é um católico ‘mais ou menos’ por ter criticado a decisão de excomungar mãe e médicos responsáveis pelo aborto”.

O texto é dominado pelos argumentos do religioso contra o aborto e informações sobre a excomunhão da mãe e dos médicos que realizaram o procedimento, bem como a não inclusão do padrasto, acusado de ter estuprado a menina, na pena. Há, no entanto, breves referências no texto à garota, que nos dão informações sobre o seu estado de saúde e o contexto do caso. Primeiro, logo após a fala do arcebispo de condenação da interrupção (BAPTISTA, ODILLA, 2009a): “Para os médicos, a continuidade da gestação de gêmeos poderia ser fatal à menina, que pesa cerca de 30 quilos”. Depois, na citação da fala do médico ouvido no dia anterior (BAPTISTA, ODILLA, 2009a): “Tenho pena do nosso arcebispo, que não conseguiu ser misericordioso com o sofrimento de uma criança inocente, desnutrida, franzina, em risco de vida, que sofre violência desde os seus seis anos”. E no último parágrafo, que apresenta uma breve atualização do caso (BAPTISTA, ODILLA, 2009a):

A menina, que estava com quase quatro meses de gravidez de gêmeos e passou pelo aborto na quarta, recebeu ontem alta. Ela e a mãe foram levadas a um abrigo em local não divulgado. A menina vai continuar recebendo atendimento médico e psicológico. O padrasto está preso desde o dia 27, no presídio de Pesqueira, cidade vizinha a Alagoinha, onde a família morava.

A segunda página dedicada ao assunto traz como destaque a entrevista com o presidente Lula (BAPTISTA, ODILLA, 2009b) sobre as declarações do arcebispo. Ao contrário da página ocupada pela entrevista com o arcebispo, no entanto, o posicionamento de Lula divide espaço com um texto sobre a nota da CNBB sobre o caso da menina e o comentário de um padre defendendo a gravidez. Há destaque no alto da página para as aspas dos dois entrevistados principais com foto, Lula e o arcebispo, e à repercussão do caso em jornais internacionais, com ênfase para a excomunhão. No texto desta página, há uma foto da menina com o rosto coberto. A imagem, no centro do texto, ajuda-nos a construir uma ideia mais concreta sobre a menina, seu desenvolvimento físico e de que como seria aquele corpo franzino carregar uma gestação de gêmeos. Em comparação à mulher que a acompanha, a menina parece pequena e frágil.

O texto que abre a página, no entanto, não traz informações sobre a menina e limita-se à discussão sobre a excomunhão dos envolvidos na realização do aborto. O presidente Lula é a principal fonte, mas divide espaço com as respostas do arcebispo sobre suas declarações.

“Como cristão e como católico, lamento profundamente que um bispo da Igreja Católica tenha um comportamento conservador como este. Não é possível permitir que uma menina estuprada pelo padrasto tenha esse filho, até porque ela corria risco de vida”, afirmou o presidente. [...] O arcebispo rebateu as críticas do presidente. Disse que para algumas coisas é, sim, conservador. “Se o assunto é não matar, todos devemos ser conservadores até a morte.” (BAPTISTA, ODILLA, 2009b)

Abaixo do texto principal, outros dois textos reforçam o viés religioso do debate sobre o caso da menina de 9 anos. Na matéria *Em nota, CNBB diz que estupro foi ‘ato insano’*, há um posicionamento da instituição católica sobre o estupro, “Repudiamos veementemente este ato insano”, e críticas à legislação brasileira sobre aborto (EM NOTA, 2009). O jornal também aponta os silêncios da entidade, que “não faz referência à excomunhão da mãe da menina [...] e dos médicos” e “não comenta as afirmações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o caso” (EM NOTA, 2009).

No pequeno texto *Aos 6 meses de gestação, parto seria possível, diz padre*, a Folha apresenta uma entrevista com um médico da CNBB, que disse não acreditar que a menina-mãe “corresse risco imediato de morrer por causa da gestação. ‘Todo organismo feminino que concebe tem capacidade de conduzir a gestação’, afirmou” (AOS SEIS MESES, 2009). Não há outras fontes para comentar tais afirmações.

Nos dias 6 e 7 de março de 2009, auge da cobertura na Folha, apenas duas das dez reportagens não citaram no título a igreja ou o arcebispo dom José Cardoso, que excomungou a menina, sua mãe e os médicos responsáveis pela interrupção da gravidez.

Nos dois dias, apenas uma matéria não fazia referência no texto à religião, à igreja ou ao arcebispo. Em algumas reportagens (*‘Fim não justifica os meios’, diz arcebispo*, *Crítica da Igreja é chocante, afirma ministro da saúde*, *Para Lula, decisão da igreja é conservadora e lamentável* e *Em nota, CNBB diz que estupro foi ‘ato insano’*), há mais citações de uma dessas três palavras do que à vítima. Na matéria principal do dia 6 de março há uma única foto, do arcebispo dom José Cardoso Sobrinho, a fonte mais citada em algumas das reportagens analisadas.

No texto com a entrevista com o presidente Lula, há três parágrafos dedicados à resposta do arcebispo às críticas do presidente –repetidas no primeiro texto, que, por sua vez, não teve espaço para a defesa de Lula.

Nos dias 6 e 7 de março, duas matérias eram entrevistas com o religioso, uma informava sobre uma nota da CNBB e uma era uma análise de um padre sobre o caso. Desse modo, é possível apreender que a igreja e seus representantes ocuparam espaço central nos dois dias de cobertura.

Apesar de dar espaço às críticas sobre o posicionamento da igreja, o jornal perdeu o foco na vítima, nas consequências de uma possível gravidez e do aborto, na compreensão do caso em relação à outra violência sofrida (o abuso sexual), à interrupção da gestação enquanto

direito, enquanto os holofotes do debate ficaram restritos aos argumentos religiosos (e suas críticas diretas) sobre o aborto.

A segunda fonte mais citada foram os médicos, incluindo o posicionamento do então ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Dar voz aos médicos, no entanto, não significou nas reportagens silenciar o discurso religioso.

Nos dias 6 e 7 de março, fica claro o destaque dado pela reportagem da Folha de S.Paulo à Igreja Católica, conhecida pelo seu posicionamento contrário ao aborto em qualquer situação. Como os médicos foram ouvidos em várias matérias, é possível identificar que o debate, nesses dois dias de cobertura, foi direcionado para oposição entre igreja e medicina. Verifica-se ainda a ausência de fontes relacionadas ao direito das mulheres ou das crianças, e de familiares ou pessoas que conheçam a vítima.

Nas matérias, o papel de protagonista foi ocupado pelo arcebispo (e não pela vítima), que teve mais espaço do que a história da menina. Não há, nas reportagens analisadas, informações que apresentem para o leitor o contexto social em que o abuso e o aborto foram realizados. Há duas menções, sem aprofundamento, que indicam que a família era pobre: quando o médico Rivaldo Mendes de Albuquerque diz que a menina é uma “típica vítima da miséria” e quando a secretária estadual da Mulher, Cristina Buarque, diz que a mãe e filha seriam encaminhadas para um abrigo público. Do mesmo modo, as reportagens não apresentam dimensão histórico-cultural do caso. Os diagnósticos e prognósticos ficam a cargo das entrevistas com médicos e a Igreja Católica, principais fontes citadas nas reportagens, todas oficiais.

No dia 22 de março de 2009, o caso volta a ocupar duas páginas do caderno Cotidiano, da Folha de S.Paulo. O primeiro texto, *Após aborto, garota de nove anos recebe apoio psicológico*, tem uma foto da menina de costas, levada pela mão por uma mulher de roupa branca também não identificada. O cabelo preso, a blusa vermelha infantil com estampa de

estrelas brancas e o corpo franzino dão ao leitor uma ideia clara do corpo e das condições físicas da garota que quase virou mãe de gêmeos. A mãozinha que segura a acompanhante mostra seu caráter de criança, reforçado em várias parte do texto que, dessa vez, enfatiza as condições físicas e psicológicas da vítima, o contexto cultural e econômico dela e da família que viviam no interior de Pernambuco.

As duas linhas finas já mostram um pouco dessa realidade: “Mãe não quer retornar a Alagoinha por temer que filhas fiquem marcadas e não consigam retomar as suas vidas” e “Secretaria Especial da Mulher afirma que menina passa bem e não faz ideia de que passou por um aborto para interromper a gravidez” (BAPTISTA, 2009b).

Em vários trechos, a jornalista destaca o caráter infantil da menina, que “passa os dias desenhando, pintando e brincando com bonecas em um abrigo em Recife, com a mãe e a irmã, de 14 anos”(BAPTISTA, 2009b).

A Secretaria Especial da Mulher, órgão estadual responsável pela tutela da menina, afirma que ela passa bem, tem recebido apoio médico e psicológico e não faz ideia de que passou por um aborto para interromper a gravidez de gêmeos —que estava no quarto mês. [...] A secretária da Mulher, Cristina Buarque, afirmou, logo depois do aborto, que a menina pensava que havia sido submetida a um procedimento para se livrar de vermes. A secretária executiva da pasta, Lucidalva Nascimento, diz que a garota não entende o que passou pois é “muito menina”, e que ela realmente acredita que estava apenas com verminose. (BAPTISTA, 2009b)

O texto cita a repercussão do caso com a igreja e o fato de que o arcebispo excomungou a mãe e os médicos que realizaram o aborto, mas isso não é o foco principal da matéria. A menina não fala diretamente, mas a repórter ouve as pessoas que a cercam, incluindo seu pai. Pela primeira vez, o jornal fala do estigma do abuso e do aborto, fato que leva a mãe da garota a temer o retorno à cidade de 14 mil habitantes onde o crime aconteceu.

Há também informações sobre contexto social em que a família vivia: uma casa alugada na zona urbana de Alagoinha, de dois quartos, sala, banheiro e cozinha. Na escola, diz o texto, ela era “carinhosa e nunca faltava às aulas. “Mesmo assim, apresentava déficit de aprendizado que a fez repetir o ano passado” (BAPTISTA, 2009b).

A seguir, a matéria traz trechos da entrevista (BAPTISTA, 2009b) com o pai da menina, identificado apenas pela profissão de lavrador. Daí, é possível inferir que o pai não convivia muito com a garota, já que a “separação com a mãe foi traumática”. Nesse trecho, há um reforço do aspecto infantil da menina “que tem 1,36 metro e 33 quilos” e “ia morrer”, caso o pai não autorizasse o aborto. Diz o pai ao jornal: “Ela falou que ia ser uma dela e outra para a irmã brincar. Ela sabia que estava grávida”. O último parágrafo faz uma pequena atualização da investigação policial sobre o abuso sexual.

No mesmo dia, a Folha publicou uma entrevista com padre Eduardo Vieira dos Santos, membro do Tribunal Eclesiástico de São Paulo, intitulada *Excomunhão ainda causa dúvidas entre as pessoas, diz padre*. O texto é motivado pela excomunhão da mãe e dos médicos envolvidos na interrupção da gestação da menina de nove anos, mas não trata desse caso específico. As perguntas abordam as principais causas e consequências dessa pena prevista no Direito Canônico.

No único trecho em que a entrevista aborda o caso da menina de Alagoinha, o padre diz que “a punição não se aplicava à mãe, por ela ter agido sob pressão, temendo a morte da filha, e que não era possível apontar quais médicos estavam incluídos na pena, pois é desconhecida a responsabilidade de cada membro da equipe na cirurgia” (BERGAMASCO, 2009). Em outro trecho, ele é questionado sobre a excomunhão em casa de aborto (BERGAMASCO, 2009):

FOLHA - Por que aborto é passível de excomunhão e um assassinato não é?  
PADRE SANTOS – Um assassinato é um pecado grave e há outros tipos de punição para ele. A excomunhão é prevista para casos específicos, como apostasia (abandono da religião) ou para o sacerdote que deixa de punir o cúmplice de seu pecado contra a castidade.

Percebe-se que o padre, representando a Igreja Católica, tem o protagonismo do texto, espaço ocupado nas publicações anteriores pelo arcebispo dom José Cardoso Sobrinho.

### 3 Considerações finais

A partir da análise realizada na cobertura do jornal Folha de S.Paulo sobre o caso da menina de 9 anos grávida do padrasto em Alagoinha (PE) em 2009, é possível concluir que no jornal o debate foi dominado pelos argumentos religiosos e que o protagonismo ficou a cargo do arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso Sobrinho. Nesse caso, as fontes principais das reportagens foram respaldadas ou criticadas nas reportagens por médicos, políticos, policiais, entre outros representantes do Estado. O corpo da menina, a sua saúde, a discussão sobre o seu desenvolvimento saudável e livre de violência não fizeram parte do debate central.

O jornal brasileiro, no período e no caso tratado, priorizou as fontes médicas e religiosas, focando a cobertura na disputa entre esses dois poderes simbólicos. É como se o foco da discussão se direcionasse ao útero da menina-mãe, que não é apresentada ao público em sua dimensão emocional, social e como vítima de uma violência.

Apesar de não ser o objetivo deste trabalho, uma hipótese para a presença tão marcante da Igreja Católica no debate é a predominância de católicos no Brasil, 64,6% segundo o IBGE (2010). Só isso, no entanto, não seria suficiente para explicar o espaço dedicado aos religiosos contra o aborto na mídia, já que tal postura não é consenso entre os católicos. Oficialmente a Igreja Católica Apostólica Romana é contra o divórcio, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o uso de contraceptivos, o sexo antes do casamento e o aborto, enquanto outros grupos, como a organização Católicas pelo Direito de Decidir, assumem posicionamentos distintos, a favor de direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Desse modo, tal espaço da Igreja no debate na Folha pode ser entendido como se a instituição religiosa atuasse como árbitro moral no debate, posição que se assemelha à relação da Igreja com os Estados na América Latina.

El poder de la Iglesia en la sociedad tiene como resultado que los gobiernos tengan muy en cuenta su postura. Los obispos ejercen su influencia sobre diversas redes de instituciones y organizaciones de la sociedad civil (...) La autoridad de la Iglesia también emana de su papel como árbitro moral. En contraste con los ciclos de autoritarismo, cambios constitucionales y golpes militares que han desestabilizado

los Estados laicos de América Latina, la Iglesia ha constituido una institución relativamente estable. La Iglesia opina acerca de los problemas sociales y políticos con más autoridad que los funcionarios de los Estados laicos. (HTUN, 2010, p. 117)

Esta pesquisa foi capaz de mostrar que faltaram informações sobre a história da menina, o contexto social e cultural em que a família estava inserida e as consequências do abuso sexual. A vítima ficou em segundo plano e não houve um esforço de reportagem de aproximar a história da realidade dos leitores, de trazer empatia. A voz da menina e sua história foram silenciadas, talvez por se tratar de vítima menor de idade e estar protegida pela lei. De qualquer modo, não houve tentativa aparente de reconstituição da história nem de outras semelhantes que pudessem trazer humanidade aos discursos oficiais (políticos, religiosos e médicos), que predominaram nas matérias.

Além disso, o jornal focou na temática sobre o aborto e ignorou as consequências decorrentes dos sucessivos abusos que a menina foi submetidas.

Ao nosso ver, a cobertura limitada do caso é reflexo do encarceramento dos repórteres nas redações e gabinetes, do curto tempo de apuração, da distância geográfica do fato noticiado e da falta de verba para investir em coberturas in loco. Além disso, esse tipo de cobertura apresenta barreiras por conta das restrições definidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que dificultam o contato do repórter com as vítimas menores de 18 anos e seus familiares. O resultado é que, distantes do corpo-a-corpo e da cena viva, faltaram elementos aos repórteres para contar as histórias das vítimas ou pelo menos aproximar os leitores da experiência do abuso e da escolha pela realização ou não aborto.

Sem o protagonismo da menina, o jornal se limitou a centralizar o debate nos aspectos religiosos e médicos, como se o debate sobre aborto em caso de abuso sexual infantil tivesse apenas dois lados. A discussão quase asséptica, reduziu a discussão entre personalidades pró e contra o aborto, omitindo as muitas dores e emoções que vítimas como a menina de 9 anos de Alagoinha passam durante um processo de violência como o vivenciado por ela em 2009.

## Referências

- ABRAPIA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA). *Abuso sexual contra Crianças e Adolescentes, Mitos e Realidades*. Petrópolis, RJ: Editora Autores & Agentes & Associados, 2002.
- AGÊNCIA FOLHA. Menina de nove anos faz aborto e igreja protesta. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 de mar. 2009a, p. C5.
- AGÊNCIA FOLHA. Menina de 11 anos no RS está no 7º mês de gravidez, em caso semelhante ao de PE. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 de mar. 2009b, p. C3.
- AOS 6 MESES de gestação, parto seria possível, diz padre. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 de mar. 2009, p. C3.
- BAPTISTA, Renata. Igreja excomunga mãe e médicos após aborto. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 de mar. 2009a, p. C3.
- BAPTISTA, Renata. Após aborto, garota de nove anos recebe apoio psicológico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 de mar. 2009b, p. C6.
- BAPTISTA, Renata, ODILLA, Fernanda. Arcebispo afirma que aborto é mais grave que estupro. *Folha de S.Paulo, São Paulo*, 7 de mar. 2009a, p. C1.
- BAPTISTA, Renata, ODILLA, Fernanda. Para Lula, decisão da igreja é conservadora e lamentável. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 7 de mar. 2009b, p. C3.
- BERGAMASCO, Daniel. Excomunhão ainda causa dúvidas entre as pessoas, diz padre. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 de mar. 2009, p. C7.
- BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília, DF, 1990. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)> Acesso em 26 de set. 2016.
- \_\_\_\_\_. DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. *Código Penal*. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)> Acesso em 26 de set. 2016.
- CAPRIGLIONE, Laura. Arcebispo não teve pena da criança, afirma médico. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 de mar. 2009, p. C3.
- DREZETT, Jefferson. Aspectos médicos do abuso sexual contra crianças e adolescentes. In: (Org. VASCONCELOS, Maria Gorete O. M. e MALLAK, Linda Simone. *Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar*. Carapicuíba, SP: Fundação Orsa Criança e Vida, 2002.
- EM NOTA, CNBB diz que estupro foi ‘ato insano’. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 de mar. 2009, p. C3.
- HTUN, Mala (2010). *Sexo y Estado: Aborto, divorcio y familia bajo dictaduras y democracias en América Latina*. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010.
- MADEIRO, Alberto Pereira e DINIZ, Debora. Serviços de aborto legal no Brasil – um estudo nacional. *Ciência e Saúde Coletiva*. No prelo, 2015.
- MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano*. São Paulo: Summus Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. *O Signo da Relação: Comunicação e pedagogia dos Afetos*. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

\_\_\_\_\_. *Leitura crítica*. In Rumos [do] Jornalismo Cultural. Felipe Lindoso (org). São Paulo: Summus: Itáu Cultural, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Circuito fechado: Abuso sexual incestuoso. In: *Mulheres: Vigeadas e Castigadas*. São Paulo: Cladem (Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), 1995.

## Corpos e masculinidades: sendo gay na Igreja Adventista do Sétimo Dia

## Bodies and masculinities: being gay in the Seventh Day Adventist Church

Josué de Castro Filho \*

Rubens de Camargo Ferreira Adorno\*

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** Discutiremos as formas como homens gays provindos da Igreja Adventista do Sétimo Dia concebem sua masculinidade, especialmente a partir da corporeidade. Neste estudo, encontramos que enquanto a masculinidade encontra conflitos de expressão com a concorrência de discursos sobre o corpo e sua representatividade, nos comportamentos e performatividades esta masculinidade torna-se mais heterogênea e possível de pluralidade.

**Abstract:** We will discuss how gay men that came from the Seventh-day Adventist Church think about of their masculinity, especially from the field of the body. In this study, we found that while masculinity finds conflicts of expression with the competition of discourses about the body and the way it is presented, in the behaviors and performativity this masculinity becomes more heterogeneous and possible of plurality.

No campo de estudos de gênero, as masculinidades têm se tornado tema importante para levarmos em consideração as relações de poder entre as pessoas. A representação destas masculinidades é um dos pontos primordiais para a discussão sobre os modos de ser, de se tornar e de se conceber homem. Este artigo tem como objetivo demonstrar como o corpo exerce papel principal para a concepção de masculinidade de um grupo de homens que veio de uma comunidade religiosa conservadora. Mas antes de irmos diretamente ao tema, é necessária uma introdução ao contexto de onde estes homens são provenientes: a Igreja Adventista do Sétimo Dia.

---

\*Doutorando pelo programa de Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

\*\*Orientador e vice-coordenador do programa de Saúde Global e Sustentabilidade da FSP/USP  
E-mails: josuhh@usp.br ; radorno@usp.br ; saudeglobal@fsp.usp.br .  
Av. Dr. Arnaldo, 925 - Sumaré, São Paulo - SP, CEP 01255-001. Telefone +55(11) 3061-7000.

A Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) é uma igreja cristã, organizada em 1863, com sede e origem nos Estados Unidos, que está em expansão, presente em 206 países, com mais de 17,5 milhões de membros espalhados pelo mundo e com 1.561.070 membros no Brasil, de acordo com o censo demográfico do IBGE (2010). Ela tem dogmas muito delimitados e específicos que vão em busca da santidade espiritual e da relação próxima com Deus. Estes dogmas foram fundamentados desde os primórdios da igreja pela sua criadora mais influente: Ellen Gould White (1994, 2004a, 2004b, 2008).

Para esta autora, alguns papéis foram designados por Deus para que a humanidade pudesse se aproximar de Ele através da família. Casando os homens (pessoas que têm sexo biológico masculino) com as mulheres (pessoas que têm sexo biológico feminino), as mulheres seriam as rainhas do lar, incumbidas de cuidar da educação das crianças e cuidar da casa e os homens seriam os encarregados de prover o sustento da família, como também de liderar a família espiritualmente, na obediência e orientação às regras e valores religiosos (WHITE, 2004a).

Além destes ensinamentos de gênero, outras orientações e conselhos foram escritos por Ellen Gould White em diversos quesitos, como para a saúde, para o trabalho, para a educação e para as relações interpessoais, tanto no ambiente religioso quanto fora dele. E nas questões das relações interpessoais, ela também orienta quanto a maneira como as pessoas deveriam se relacionar sexualmente. Veementemente, orienta-se que as pessoas solteiras não se engajem em relações sexuais antes do casamento, atendo-se ao desenvolvimento de outras atividades mentais, físicas e espirituais, cuidando dos menos favorecidos, cuidando da saúde, sendo útil na vida pública e privada e contemplando a natureza como forma de diversão e entretenimento (WHITE, 2004b). Estas seriam as condições adequadas para as pessoas ascenderem espiritualmente.

Entretanto, assim como qualquer comunidade, a Igreja Adventista do Sétimo Dia não está imune ao surgimento das diversidades sexuais e de gênero em seu meio. Por conta disso, conflitos relacionais e institucionais têm aparecido ao longo da jornada da igreja, especialmente após o surgimento de um grupo específico: SDA KINSHIP, a irmandade adventista do sétimo dia.

Desde meados de 1970, este grupo de pessoas LGBT que provém desta comunidade tem se juntado física e virtualmente para discutir questões de gênero e sexualidade e lutar contra a discriminação e o preconceito na igreja. Este grupo está organizado internacionalmente, com membros que exercem funções de liderança e de coordenação de várias regiões mundiais, com diversas frentes de atuação e focos em populações específicas.

Pensando nesta diversidade sexual e de gênero, resolvi estudar etnograficamente como homens gays que vêm desta comunidade mundial e que se conectam através de uma rede social concebem sua masculinidade. Neste artigo, falarei sobre um dos resultados desta etnografia: o corpo masculino como base para o debate sobre a concepção de masculinidade dos homens do grupo.

Após apresentar minha proposta de pesquisa e obter autorização do diretor do grupo e de seus participantes para observar a dinâmica da comunidade, visitei periodicamente o grupo secreto de homens gays adventistas no Facebook de Maio de 2015 a Janeiro de 2016, coletando e analisando todas as publicações e comentários do grupo. Foi designada a Etnografia Virtual baseada na teoria de Cristine Hine (2000) como metodologia de pesquisa para este estudo. Deste modo, observei e descrevi densamente os modos de vida, as opiniões, as relações que as pessoas da comunidade têm entre si naquele espaço cibernético, como também os depoimentos e relatos de experiências relacionadas a diversidade sexual vividas no meio religioso.

Foi notado que num ambiente seguro, homens gays adventistas se sentem mais livres para expressar seus sentimentos. Dialogam sobre o sofrimento psíquico, mas compartilham muitas experiências de pertencimento e benefícios culturais obtidos por fazerem parte daquela comunidade religiosa. Percebi que os relatos de sofrimento social eram publicados com muito menos frequência do que as postagens que apresentavam trivialidades e temas que não estavam relacionados necessariamente com gênero, sexualidade e discriminação a partir de uma comunidade religiosa. As opiniões, os desejos, e os recados sobre a vida não relacionados a masculinidade, sexualidade ou religião, como por exemplo as notícias de arte, cultura, política, disciplina, autoajuda, relacionamentos, piadas, mensagens motivacionais e postagens sobre natureza, contabilizaram 103 das 507 publicações feitas por todo o período de pesquisa, ou seja, 20,3%, sendo este o estilo de publicação que mais apareceu dentre as demais categorias de postagens.

A questão de haver um lugar seguro para que as opiniões sejam expostas sem censura pode ser justamente a razão pela qual o mal-estar existencial seja substituído por uma sensação de alívio, já que o participante se percebe numa zona de conforto. Esta zona de conforto influencia os membros do grupo a perceberem suas potencialidades, positivities e interesses que vão além da sexualidade, se queixando menos rotineiramente sobre sua condição de inferioridade imposta a eles pela sociedade e, então, se envolvendo mais frequentemente com aquilo que gostam.

Agora, para uma análise além daquilo que os homens deste grupo falam sobre suas vidas, seus prazeres e suas adversidades, percebe-se que o tema da representação da masculinidade atravessa estas outras questões e perpassa os discursos pautada frequentemente pela imagem do corpo.

O grupo elege o corpo masculino como palco principal para exemplificar o significado de sua existência, sendo impossível deixar a corporalidade de fora da concepção que o grupo tem sobre masculinidade.

De todas as publicações feitas, 137 (27,4%) faziam alusão a masculinidade e ao que poderia se constituir uma ideia de ser homem. Destas 137, 81 publicações (15,9% do total de publicações) se relacionavam especialmente ao corpo, à saúde, à beleza (aparência) e ao envelhecimento, sendo que as restantes falavam sobre performatividade e expressão de gênero em comportamentos, roupas, atividades, etc.

O tema da imagem corporal é rotineiramente abordado por imagens, por notícias, por comentários e por vídeos que são amplamente divulgados pela mídia e republicados no grupo. As publicações mais frequentes mostram beleza e saúde em corpos de homens jovens, brancos e fortes, o que pode ser resultado da grande influência que o grupo sofre pelas tradições religiosas e culturais.

Para a Igreja Adventista do Sétimo Dia, o corpo tem papel fundamental para a relação da humanidade com Deus. Como escrito na Bíblia, em 1 Coríntios 6:19, os Adventistas acreditam que o corpo seja o “templo do Espírito Santo”, onde Deus também faz morada, sendo importante cuidar deste local zelando pela saúde, se preocupando com a temperança em todos os aspectos relacionados ao corpo, fazendo exercícios físicos regularmente e se abstendo de toda a substância que possa entorpecer as faculdades mentais, por exemplo. De acordo com White (2005) “o homem é obra das mãos de Deus, Sua obra-prima, criada para elevado e santo desígnio; e em toda parte do tabernáculo humano Deus deseja escrever Sua lei. Todo nervo e músculo, todo dote mental e físico, deve ser conservado puro” (p. 142).

O corpo é tão importante, que, para a Igreja Adventista, de acordo com a Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia (1989), a alma não está desatrelada do corpo, ou seja, não existe alma vivente sem o corpo e vice-versa. Assim, de acordo com as doutrinas da igreja, quando alguém morre, fica num sono profundo, esperando o retorno de Jesus à terra e sua justiça divina, que sentenciará a vida eterna no paraíso celestial com Deus, ou a permanência no sono eterno.

Por outro lado, frequentemente o corpo tem sido utilizado pelos meios de comunicação tanto para atrair atenção a temas aleatórios quanto para ditar o que significa beleza e bem-estar. Ultimamente, não somente o corpo feminino tem sido foco da mídia com relação a questões de beleza; os corpos masculinos também são amplamente usados nas mídias: nas revistas (FALCÃO, 2015; FERREIRA, 2009), nos quadrinhos (BEIRAS, LODETTI, CABRAL, TONELI, RAIMUNDO, 2007), na publicidade (HOFF, 2004; JANUÁRIO e CASCAIS, 2012), na televisão (FERREIRA, DE CASTRO, GOMES, 2008; BORGES, 2007) e na internet (RODRIGUEZ, HUEMMER, BLUMELL, 2016).

Homens têm sido cada vez mais influenciados quanto a qual é o tipo ideal de corpo e como alcançarem este corpo e ficarem mais bonitos. Nestes contextos a imagem do corpo tem sido privilegiada no que se refere à masculinidade acima de outras características, como o discurso e as performances.

Observando a influência religiosa e a influência que a mídia e os meios sociais têm com relação ao corpo, seria muito difícil que este grupo de homens gays deixasse de lado o corpo para compor o significado que dão à sua masculinidade.

Muitas das postagens que expunham partes dos corpos masculinos considerados bonitos e musculosos tinham objetivo de chamar a atenção para outras informações, como desejar feliz natal ou feliz aniversário, incentivar o casamento gay e outros temas ligados aos

direitos LGBT, elogiar veteranos de guerra, elogiar um artista ou personagem, apresentar um artigo sobre culinária ou saúde e estilo de vida, exaltar alguma profissão ou esporte, mostrar um estilo de roupa, etc. Esta prática é similar às propagandas produzidas pelo marketing paradivulgar produtos e serviços, chamando atenção para si por meio de corpos considerados desejáveis (JANUARIO e CASCAIS, 2012).

Por outro lado, as críticas às formas hegemônicas de beleza também ocorreram, incentivando e defendendo a diversidade de corpos e discutindo sobre as inseguranças físicas e emocionais que os homens em geral sentem, mas as ignoram e não falam sobre isso. Vê-se neste ponto uma competição entre os discursos, ao passo de que ainda que as formas mais louváveis e propagadas de masculinidade pelo grupo estejam nos corpos aclamados pela mídia, exista também um movimento que critica esta concepção e defende os corpos que não se enquadram nesta configuração de adequação física masculina.

Mesmo assim, também é importante ressaltar que ainda que algumas vezes temas sobre os órgãos sexuais masculinos sejam citados para falar sobre questões de masculinidade, como tamanho, presença ou ausência de pelos, formas e preferências, houve uma ausência de menção sobre masculinidade em corpos com vagina, ou seja, da masculinidade de homens trans. Sobre este tema, nenhuma publicação ou comentário foram ditos, o que reforça ainda mais a noção de masculinidade tida como legitimada pelo corpo.

Almeida (2012) já falava sobre a falta de legitimidade que os homens trans sofrem pela sociedade, enfatizando que muito da identificação masculina se refere a questões físicas, especificamente ao pênis:

“A maior parte da sociedade não considera a possibilidade de transição do gênero feminino ao masculino e, portanto, ignora a própria condição FTM. Isso ocorre em grande medida em razão do olhar falocêntrico que impregna as representações sobre a experiência masculina. Nesse sentido, é como se os comportamentos e os significados considerados masculinos emanassem necessariamente da presença material original do pênis. Tais representações tornam-se evidentes quando muitas pessoas, na presença de homens trans – especialmente dos que dispõem de

corpospeludos e musculosos e não fizeram faloplastia –, manifestam extrema perplexidade, comose esses contrariassem toda a lógica e é comum que em seguida utilizem expressões, tais como ‘como pode ser tão perfeito?’” (ALMEIDA, 2012, p. 519).

Neste contexto, muitas vezes os próprios meios de comunicação têm dificuldade em referenciar os homens com vagina como homens, chamando-os equivocadamente como mulheres transexuais dando maior importância (novamente) ao corpo biológico (ÁVILA e GROSSI, 2014).

Como Vale de Almeida (1995) e Bourdieu (1999) já assinalavam, quando existe uma visão hegemônica de masculinidade que domina e diminui as demais formas de expressão de gênero, os próprios homens se tornam as vítimas de sua dominação porque nenhum deles contém todos os atributos que constituem a masculinidade hegemônica. Os homens participam de sua dominação e mantêm um status de hierarquia masculina usando da mesma linguagem dominadora.

Partindo deste pressuposto para a discussão sobre a pesquisa, é possível observar como os homens gays estudados levam em consideração especialmente os atributos físicos da masculinidade hegemônica (neste caso o corpo másculo, jovial e com pênis) para pautar um ideal de homem, que tanto marginaliza muitos homens gays da própria comunidade quanto exclui do grupo aqueles que se consideram homens, ainda que contendo vaginas.

Num intuito de proteger a dignidade dos participantes do grupo, de manter um ambiente de conforto e aceitação e de fugir da opressão que a própria igreja já exerce sobre estes homens gays, as publicações de aceitação de todos os corpos como dignos de respeito e igualdade aparecem, mas concorrem com aquelas que promovem o corpo másculo. É uma disputa em que o lado da aceitação de todos os corpos geralmente sai perdendo.

Já as publicações de aceitação de todas as performatividades ou comportamentos exercidos pelos homens são mais frequentes e não necessitam disputar com as performances comportamentais consideradas masculinas pelo senso comum. Ou seja, para estes homens, a concepção de masculinidade abrange toda a experiência performativa humana, sem dividir as condutas em femininas e masculinas.

Frente aos princípios da não violação de direitos, da igualdade de gênero e do respeito à diversidade, como vamos lidar com a categoria masculinidade? Parece razoável que necessitemos abraçar todas as performances e jeitos de se comportar para construirmos uma concepção de homem plural. Que necessitemos ultrapassar o corpo e o biológico para abarcar todas as possibilidades de ser homem.

Mas qual seria, então, a necessidade da categorização de homem, ou do masculino? Qual objetivo teria esta categorização? A partir desta nossa discussão sobre gênero e corporalidades, será que numa sociedade que já desconstruiu padrões físicos e comportamentais de masculinidade e feminilidade caberiam as cirurgias de mudança de sexo como atos de busca de sentido de si, de organização da vida, de identidade e de pertencimento? Ou seriam estas somente formas de transformar o corpo baseadas no próprio desejo de ter desenhos corporais diferentes (igualmente às cirurgias plásticas de nariz, face, abdômen, glúteos, etc.)?

Quer dizer, será que nossa concepção de identidade está marcada pelo que desejamos ser a partir do que nos é apresentado, e não por aquilo que acreditamos ser? Será que confundimos percepção de si com vontade própria? Com aquilo que gostamos, que temos vontade, que nos aproximamos a partir do que vivenciamos nas experiências que temos e nos fenômenos que participamos? Ou a percepção de si depende da vontade de ser?

É importante afirmar que aqui não há crítica quanto ao que se quer ser ou não, quanto a liberdade da vontade de ser ou não. Há sim o questionamento daquilo que se concebe o ser: sou homem ou mulher por que simplesmente sou? Ou porque quero ser?

Talvez, uma sociedade sem gênero erradique o Transtorno da Disforia de Gênero, como visto no DSM-5 (2014), e abra, então, a possibilidade de alguém não ter que passar em consultas com um psiquiatra para fazer uma cirurgia que lhe retire um pênis ou uma mama.

Talvez estas cirurgias não sirvam para que alguém finalmente se sinta íntegro, completo, mas sim para que elas simplesmente possibilitem que este alguém tenha um corpo que tem vontade. Neste caso seria o desejo o principal aspecto da ação, não uma identidade própria, essencial, natural, dada, construída automaticamente, ausente de sujeito.

Notamos, assim, que falaríamos de agência a partir do desejo, e não a partir da percepção de identidade como se nos déssemos conta dela, como se a descobríssemos, como se ela fosse inevitável, inelutável, e não fluida, dependente de nossa vontade e construída ao longo da existência humana.

## Referências

ALMEIDA, G. 'Homens trans': novos matizes na tizes na aquarela das masculinidades? **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 20, n. 2, 2012.

ASSOCIAÇÃO MINISTERIAL, ASSOCIAÇÃO GERAL DOS ADVENTISTAS DO SÉTIMO DIA. **Nisto Cremos**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1989.

ÁVILA, S., & GROSSI, M. P. 'Nós queremos somar!': a emergência de trans homens no movimento trans brasileiro. In **Texto apresentado no VII Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura**. Florianópolis, Vol. 7, 2014.

BEIRAS, A., LODETTI, A., CABRAL, A. G., TONELI, M. J. F., & RAIMUNDO, P. Gênero e super-heróis: o traçado do corpo masculino pela norma. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre. Vol. 19, Num. 3, 2007.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5**: manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FALCÃO, T. H. B. **Homens "perfeitos" soluções "mágicas": a fotografia como afirmação do corpo ideal e como comprovação do irreal**. Monografia de especialização. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FERREIRA, M. L. **A construção da identidade masculina na revista Men's Health**. Trabalho para obtenção de título de bacharel em Comunicação Social e Jornalismo. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

FERREIRA, M. E. C., DE CASTRO, A. P. A., GOMES, G. A. obsessão masculina pelo corpo: malhado, forte e sarado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Vol. 27, Num. 1, 2008.

HINE, C. **Virtual ethnography**. Londres: SAGE Publications, 2000.

HOFF, T. M. C. Corpo masculino: publicidade e imaginário. **E-compós**. Vol. 1, 2004.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JANUÁRIO, S., CASCAIS, A. O corpo masculino na Publicidade: uma discussão contemporânea. **Comunicação e Sociedade**, São Paulo, Vol. 21, 2012.

RODRIGUEZ, N. S., HUEMMER, J., & BLUMELL, L. Mobile masculinities: An investigation of networked masculinities in gay dating apps. **Masculinities and Social Change**, Londres. Vol. 5, Num. 3, 2016.

VALE DE ALMEIDA, M. **Senhores de si**: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

WHITE E. G. **Caminho a cristo**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1994.

\_\_\_\_\_. **O lar adventista**. 14ª ed. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Mensagens aos jovens**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2004b.

\_\_\_\_\_. **Temperança**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **Testemunhos sobre conduta sexual, adultério e divórcio**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 2008.

## Os sentidos de “violência de gênero” em publicações da revista *psicologia em estudo*

### The meanings of “gender violence” on publications of the review *psicologia em estudo*

Angelo Willian de Lima Catarim<sup>16</sup>

Jacy Corrêa Curado<sup>17</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** O presente trabalho se ocupou da temática de “Violência de Gênero” a partir de uma perspectiva do Construcionismo Social. Nosso objetivo foi identificar os sentidos atribuídos ao termo “violência de gênero” nas publicações da revista *Psicologia em Estudo*. Foram analisados artigos publicados na referida revista durante todos os seus anos de circulação. A violência de gênero foi entendida como um modo de reprodução e manutenção das formas hegemônicas de relações sociais baseadas nas diferenças sexuais.

**Palavras-chave:** Violência de Gênero; Psicologia; Construcionismo Social.

**Abstract:** This work is about the theme of “Gender Violence” and is based in a Social Construcionist perspective. We aimed identify the meanings of the term “gender violence” on the publications of the review *PsicologiaemEstudo*. Articles from all the time of this review were analyzed. Gender violence was understood as a way of reproduction and maintenance of hegemonic forms of social relations based on sexual differences.

**Keywords:** Gender Violence; Psychology; Social Construcionism.

## Introdução

Pautado por um referencial Construcionista, entendemos que a Psicologia serviu, e ainda serve, para legitimar, produzir e reproduzir determinadas formas de compreender a experiência humana. Consolidando determinadas (di)visões, as disciplinas do dia a dia são responsáveis por assinalar o lugar de determinados sujeitos nas relações sociais. Por isso, vemos a importância de identificar as formas como a Psicologia vem entendendo a violência de gênero.

Tivemos como objetivo deste trabalho saber quais sentidos têm sido atribuídos à violência de gênero dentro do campo de saber da Psicologia. Para isso, fizemos um

---

<sup>16</sup> Psicólogo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD -, bolsista pelo mesmo programa. Este trabalho foi escrito para uma apresentação oral no Grupo de Trabalho *Usos e abusos do conceito de gênero*, realizado no III Simpósio de Gênero e Sexualidade: *Religiões, Mídias e Corporalidades e I Congresso Nacional de Gênero e Sexualidade de Mato Grosso do Sul*, que ocorreu nos dias 24 a 26 de Maio de 2017. Endereço eletrônico: awccatarim@gmail.com

<sup>17</sup> Pós-doutora em Psicologia Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), professora dos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

levantamento bibliográfico dos artigos que trataram dessa temática em uma revista científica da área da Psicologia, e analisamos esses artigos à luz das contribuições do Construcionismo Social.

Para tanto, recorremos a um periódico de grande importância na área da Psicologia, a revista *Psicologia em Estudo*. Esse periódico tem publicação trimestral e é elaborado pelo Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá. Suas principais temáticas estão relacionadas à psicologia e suas interfaces com as Ciências Humanas e Ciências da Saúde. As publicações da revista são exclusivamente de trabalhos qualitativos ou trabalhos que articulem métodos qualitativos com métodos quantitativos. Suas publicações começaram em 1996 de forma impressa, o que permaneceu até 2014, quando publicou seu último número impresso e passou a publicar exclusivamente online. Tivemos alguns motivos para escolher essa revista como objeto de análise. O primeiro foi sua conceituação, pois a revista é conceituada pela CAPES/ANPEPP como A1. O segundo motivo, foi o fato de a revista já ter mais de 20 anos de existência, configurando-a como uma revista de grande importância na produção e divulgação do saber em Psicologia no Brasil e no exterior. O terceiro motivo foi o fato de a revista ser publicada pelo departamento da Instituição de Ensino Superior que um dos autores deste trabalho estudou e se formou como psicólogo.

Ao fim, apresentamos a análise dos textos fazendo um mapeamento dos artigos e, posteriormente, a discussão dos sentidos produzidos nesses trabalhos.

### **A produção de sentidos e a linguagem em ação: produzindo mundos**

Estudar a produção de sentidos de um fenômeno não indica apenas o que poderíamos chamar de um estudo exploratório. Quando nos propomos a realizar um estudo sobre os sentidos de algo, estamos preocupados também em compreender os efeitos que determinados

sentidos produzem nas realidades. O Construcionismo Social nos ajuda a compreender melhor esse processo. Para isso, Gergen (2009, 2010), Íñiguez, (2002) e Spink (2010) consideram importante assinalar alguns conceitos, mostrando que, para além de uma teoria, o Construcionismo se localiza como um posicionamento.

O que chamamos de posicionamento, é um modo de se portar diante do mundo, desacreditando que ele é feito sem intenções e que as produções são desinteressadas. Ao nos pautar no Construcionismo, estamos sempre nos manifestando com certa curiosidade em saber porque alguma coisa está sendo de determinada maneira, quem são os beneficiados e os prejudicados com essa forma de construir o mundo. Portanto, quando nos dispomos a pesquisar, devemos estar dispostos a questionar o mundo e a nós mesmos sobre os interesses que nos envolvem e nos produzem. Tal postura nos permite compreender que o mundo só pode ser como está sendo porque dele contamos uma história e sobre ele produzimos diversos significados que dão sentidos diferentes às nossas vidas. Ou seja, o Construcionismo vem dizer que a produção de mundos não é neutra e muito menos desinteressada (GERGEN, 2009, 2010, ÍÑIGUEZ, 2002, SPINK, 2010). Talvez resida aí a necessidade de sempre nos questionarmos a serviço de quem estamos trabalhando.

Uma das condições necessárias para uma compreensão Construcionista é o que Spink (2010) chama de Reflexividade da Ciência. Esse termo passou a ser compreendido como “Modernidade Reflexiva”, que para alguns se tornou “Pós-modernidade” ou “Modernidade Tardia”. A autora aponta que o momento histórico designado por “Modernidade” pode ser dividido em três períodos diferentes, quais sejam: Pré-Modernidade, Modernidade Clássica e Modernidade Tardia. Apenas como forma de facilitar a compreensão dentro dos fatos históricos, temos que a Pré-Modernidade se caracterizou pela sociedade feudal, enquanto que a Modernidade Clássica tem como característica a sociedade industrial e a Modernidade Tardia é coexistente com a sociedade de risco. Com essa subcategorização dos períodos

dentro de uma mesma categoria (a Modernidade), a autora afirma que, embora possamos observar mudanças estruturais bastante importantes, as rupturas entre os períodos não são completas.

Conforme podemos supor, a Modernidade Reflexiva impõe reflexões sobre as instituições que constituem nossa organização social. Dentre as principais, estão a ciência e os modos de existência que convencionamos em nossa sociedade. Isso ocasionou o que Spink (2010) chama de desmistificação. A desmistificação da ciência se dá por dois movimentos paralelos: o questionamento das bases do conhecimento por meio da epistemologia – o que nos faz pensar no nome ciência reflexiva e que podemos chamar de questionamento interno – e o questionamento sobre os produtos da ciência – o que leva à ideia da gestão de riscos e que podemos chamar de questionamento externo. No entanto, fazer um questionamento apenas da ciência, seria uma prática reduzida do Construcionismo e acabaríamos nos mantendo fechados na redoma científica que parece não ter compromissos com os outros agentes da sociedade. Ao questionarmos as ciências, questionamos quais efeitos suas proposições causam na organização social. Quais vozes são potencializadas e quais são marginalizadas pelos discursos.

Segundo Cordeiro et al. (2014), a ética da pesquisa pautada no Construcionismo se caracteriza pela desnaturalização dos valores e também pelo reconhecimento de suas condicionalidades. Ou seja, uma ética Construcionista entende que a produção de valores sociais só é possível mediante determinadas condições, que estão circunscritas nas circunstâncias sociais, históricas e culturais de uma comunidade. Além do mais, é necessário ressaltar que tais valores estão sempre em tensão, sendo negociados constantemente no cotidiano das pessoas e das instituições.

Assim, quando nos deparamos com uma compreensão histórica, cultural, social e circunstancial da existência e da condição do mundo, acabamos por nos atentar para a

possibilidade de entender que o mundo é também construído. Nesse sentido, o mundo não é construído apenas pela ciência, mas os sistemas religiosos, jurídicos, a mídia, a literatura, as conversas no cotidiano e tudo mais que fazemos em relações, são diferentes maneiras pelas quais construímos o mundo. Essa construção, longe de ser comparável à construção de um prédio, que se dá de maneira unidirecional, sempre para cima e sempre ordenada por um único imperativo – o imperativo do final –, é mais comparada à construção errante de um labirinto. Não existe uma direção única, as pessoas não caminham para o mesmo lugar e não há uma concordância geral sobre seus sentidos. Suas características são as tensões, as disputas por caminhos mais válidos e que consigam se sustentar como legítimos e atemporais.

É nesse sentido que a produção de conhecimento, seja ele científico ou não, deve ser entendida como uma produção interessada, e que esse interesse está em relação com as condições sociais. A prática de produção de conhecimento passa a ser entendida como uma prática social, não apenas porque o conhecimento deve servir à sociedade, mas porque ele não ocorre fora dela e fora de seus fatores condicionantes. Sua construção é um processo que se dá nessas condições de disputas de poder, de legitimidade, de busca por reconhecimento, etc., o que indica que é uma prática teórica, mas também é uma prática política, cultural e moral (CORDEIRO et al., 2014).

Portanto, a pesquisa de um tema específico deve ser entendida como uma prática interessada de produção de conhecimento. Além disso, seus objetivos, formas de escrita, locais de publicação e maneiras de popularização de um trabalho devem ser vistos também como uma prática política, que visa questionar ou manter modos hegemônicos de exercício de poder. Por esse motivo, uma pesquisa Construcionista que vise questionar sobre a violência de gênero precisa ser um questionamento contundente das formas hegemônicas de compreensão tanto da violência quanto da categoria de gênero.

## **Gênero como categoria de análise: nossos posicionamentos**

Por isso, seguimos apontando mais um de nossos posicionamentos e assinalaremos a partir de qual referencial teórico que estamos falando de gênero. Nosso posicionamento a respeito da noção de gênero se baseia nas concepções e contribuições de Joan Scott (1995).

A discussão a respeito do termo “gênero” deve levar em consideração que as palavras constroem o mundo através da história. Logo, ao pensarmos no termo gênero, devemos considerar que, assim como o gênero foi construído historicamente, a história do mundo não se dá alheia aos seus atravessamentos. O gênero, embora tenha sido velado historicamente, produziu as noções que temos de mundo, sujeito, poder, sociedade, justiça, etc.

Scott (1995) aponta que o estudo da história das mulheres sempre foi deixado de lado pelos historiadores. Esse emudecimento mostra que, para esses intelectuais, a história do mundo – uma história das guerras, da política, da diplomacia, das disputas por terra, da vida pública no geral – era uma história predominantemente masculina. Por esse motivo, a autora afirma que, ao escutarmos novamente as vozes femininas da história, não teríamos um capítulo novo sobre a história que diria respeito às mulheres, mas teríamos uma nova compreensão do mundo.

Segundo Scott (1995), quando o estudo da história é deixado para historiadores, ele pode ser dividido em duas abordagens históricas diferentes: uma descritiva, em que a preocupação é a descrição do real, do fenômeno; e uma causal, em que são feitas interpretações e hipóteses a respeito do acontecimento de determinados fenômenos.

Nesse sentido, como exemplo dos estudos descritivos, Scott (1995) cita três diferentes usos do termo gênero. Primeiramente, gênero é usado como um substituto da categoria mulheres. O segundo uso do termo gênero é para indicar que os estudos sobre as mulheres eram também estudos sobre os homens, evidenciando o caráter relacional da construção dos

gêneros e rejeitando a noção de mundos separados de homens e mulheres, o que também sustentava a noção de estudos separados. O terceiro sentido atribuído ao termo gênero é o que designa as relações sociais entre os sexos, rejeitando determinações biológicas que justificam a submissão de mulheres e a dominação dos homens.

Como contraponto ao determinismo biológico, o termo gênero diz das relações sociais que constroem os sexos e os papéis sexuais. Assim, o termo passou a servir também como uma forma de distinguir as práticas sexuais e os papéis atribuídos a homens e mulheres. Em resumo, esses três usos do termo gênero dizem respeito às *relações entre os sexos*. De certa maneira, como os temas como guerra, política, economia, terra, etc., não tinham a ver com a temática de gênero, essa categoria não se aplicaria a tais análises. É como se gênero não estivesse relacionado a esses temas, e, por isso, não teria porque relacionar gênero com questões de poder.

Por outro lado, historiadores/as feministas têm usado variadas abordagens da categoria de gênero. Scott (1995) separa em três categorias diferentes. A primeira, que é totalmente feminista, busca entender e explicar as origens do patriarcado. A segunda, pautada no marxismo, busca uma coalisão com as críticas feministas. A terceira, se pauta nas contribuições da Psicanálise e seus questionamentos sobre a produção e reprodução das identidades de gênero.

No entanto, uma das maiores contribuições de Scott (1995) para a compreensão e o uso do termo gênero como uma categoria de análise é a ideia de que o gênero não produz apenas relações sexuais, mas também e principalmente as relações sociais. Vemos aqui uma concepção extremamente política do conceito. Scott divide seu conceito de gênero em duas partes e alguns subconjuntos. O núcleo desse conceito reside na conexão entre as seguintes proposições: 1) “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas

diferenças percebidas entre os sexos” (p. 86); 2) “o gênero é uma forma primária de dar significados às relações de poder” (p. 86).

Como elemento constitutivo da relações sociais, o gênero implica em quatro elementos interconectados. O primeiro é o elemento simbólico, ou seja, os símbolos disponíveis culturalmente que evocam determinadas representações. O segundo elemento são os conceitos normativos, que delimitam as possibilidades interpretativas das representações simbólicas. Geralmente, tomam a forma de oposições binárias definidas, em que cada elemento da oposição é concretamente definido. As posições e significações dominantes não são vistas como tal, mas como as únicas possíveis. Isso só ocorre por meio de uma supressão das significações alternativas. As *afirmações normativas* delimitam as possibilidades e encerram os significados.

O terceiro elemento diz respeito à necessidade de uma concepção política para a análise dessas construções, mostrando que tais escolhas de significados não são unânimes e nem consensuais, mas conflituosas e interessadas. Por essa concepção política do gênero, devemos compreender que ele não deve ser visto apenas como uma forma de relação sexual ou de papéis sociais dentro do ambiente doméstico. O parentesco, portanto, não é o único constituinte e produtor do gênero, mas as relações econômicas, bélicas, educacionais, de trabalho, etc (SCOTT, 1995).

O quarto aspecto do gênero é a *identidade subjetiva*. Nesse sentido, embora a Psicanálise seja um instrumento muito profícuo para a compreensão da constituição da identidade de gênero, não podemos deixar apenas com ela essa tarefa. Um dos problemas seria o fato de que, se a constituição da identidade de gênero é um problema relativo à castração, deixamos de lado as condições históricas dessa constituição e também a própria história do gênero e como ele se constitui nos diferentes contextos (SCOTT, 1995).

A segunda proposição a respeito do gênero que é operada em relação com a primeira proposição também deve ser analisada atentamente. Afirmar que o gênero é a forma pela qual significamos relações de poder significa dizer que “o gênero é um *campo primário*, no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88). Os conceitos forjados pelo gênero estruturam e fundamentam a forma como percebemos e organizamos a vida social de forma concreta e também simbólica. Como o gênero delimita o acesso e/ou o controle diferenciado em determinados espaços, ele atua como um elemento na construção do próprio poder. Dessa forma, as diferenças são utilizadas para atribuir significados e a diferença sexual é a forma primária para darmos significados a essas diferenciações, geralmente transformadas em desigualdades. Assim, a hierarquização das relações sociais depende das compreensões generalizadas que são produzidas a respeito da suposta relação natural entre homens e mulheres.

Por esses motivos, quando olhamos um texto, um artigo, uma reportagem na TV, não devemos pensar que a ausência das questões de gênero representa a forma real do fenômeno. Somos convidados a pensar por quais razões essas temáticas não aparecem. Ou se aparecem, por que aparecem da forma como aparecem. Quais tipos de inscrições esses eventos discursivos querem promover? Ou mesmo, quais formas de gênero são associadas a determinadas práticas, lugares, espaços e posicionamentos (SCOTT, 1995).

Contudo, é importante assinalarmos que o gênero não se constitui uma categoria analítica como uma entidade solitária e autossuficiente. Na verdade, essa é uma das principais noções que apreendemos ao termos contato com o trabalho de Scott (1995). Gênero é uma categoria de análise que se constrói nas e pelas relações sociais, nas interações entre os sujeitos localizados em determinados contextos. Por isso mesmo, sua construção está diretamente relacionada com as formas como *classe* e *raça* também são construídos. Essas três categorias de análise precisam ser consideradas em constante relação, como

interseccionais, pois os posicionamentos dos sujeitos nesses cruzamentos de poder produzem possibilidades de resistências e/ou opressões diversas (COLLINS, 2000; CRENSHAW, 2002).

### **Violência como processo político**

Nossas compreensões de violência neste trabalho vão ao encontro das contribuições de González (2008) e Argemí e Rueda (2002). Esses autores consideram que a violência é uma questão sociocultural e relacional. Isso implica dizer que a violência só pode ocorrer entre sujeitos, pois é, necessariamente, a busca de dominação de um sobre o outro, a expressão de uma desigualdade das relações de poder.

Tal constatação permite afirmar que, embora existam muitas relações de violência que causem danos físicos, essa não é a sua marca principal. A característica fundamental da violência nos parece ser a submissão de um sujeito pelo outro. Por isso, pensamos que a violência não tem qualquer conexão com a necessidade do uso da força para a sobrevivência, ela não diz respeito à uma necessidade biológica. Essa perspectiva retira a violência do campo da natureza para que seja compreendida como um processo simbólico, de caráter relacional construído socialmente.

Essa forma de compreensão da violência nos permite entender que existam elementos psíquicos envolvidos nesse processo, mas que esses não podem ser entendidos à parte dos processos sociais. Como Argemí e Rueda (2002) apontam, seria ingênuo pensar que as diferenças das violências sofridas por homens e as violências sofridas por mulheres não sejam consequência das diferenças de gênero.

Quando pensamos que a violência não é uma linha sequencial que apenas representa uma suposta natureza humana, mas que faz parte das relações de poder e expressa a

dominação de um sujeito pelo outro, tiramos a violência da noção de acidente de percurso. Ela não é algo que está inscrito biologicamente no ser humano e que cabe a este produzir mecanismos – muitas vezes psíquicos – para coibi-la. A violência passa a ser entendida como processo e ferramenta de um *projeto social*, que se articula com outros dispositivos de modo a tornar-se mais camuflada e, por vezes, menos repulsiva, sem perder sua função de controle e submissão. Portanto, embora aceitemos as contribuições das teorias psicológicas sobre as produções de violência, como fazem Argemí e Rueda (2002), entendemos que a direção desse processo e suas formas são socialmente construídas.

### **Nosso método ou nosso caminho de pesquisa**

Para a realização desse trabalho lançamos mão das contribuições do Construcionismo Social, em especial as de P. Spink et al. (2014) a respeito da análise de documentos de domínio público. Os autores apontam que o termo documento é bastante elástico e pode servir desde avisos em paredes até a artigos científicos, livros ou jornais. Um documento de domínio público é, então, um documento escrito que esteja à disposição do público geral ou de um público específico. Outra característica importante é que esses documentos são livres para serem discutidos, acessados (mesmo que alguns precisem ser comprados), comentados, referenciados. Nesse sentido, consideramos aqui os artigos selecionados como documentos de domínio público.

Assim, se os sentidos são produzidos em conversas, matérias de jornais, entrevistas, consultas, mesas de bares, também poderiam ser eles construídos nas publicações acadêmicas? Podemos encontrar uma resposta para isso nas contribuições de Mary Jane Spink (2010). A autora diferencia *práticas discursivas* de *discursos* argumentando que prefere utilizar o segundo termo para fazer referência aos usos institucionalizados da linguagem. O

discurso seria melhor representado por uma linha contínua e aparentemente reta, enquanto que as práticas discursivas seriam as fissuras, os imbrólios, as tramas que formam essa linha e que não são tão visíveis num plano macro. Os sentidos seriam construídos, portanto, como essas fissuras das práticas discursivas. Ou melhor, os sentidos produzidos são as próprias fissuras, as descontinuidades discursivas.

Analisar tais documentos nos permite produzir ou identificar a construção ou reprodução de sentidos no tema da violência de gênero. Ao reiterar discursos hegemônicos, de acordo com essas contribuições de Spink (2010), um trabalho não está produzindo sentidos, mas reproduzindo um discurso. O efeito da reprodução discursiva é a manutenção de certas formas de atuar com a problemática a que está relacionado, fazendo com que possibilidades diversas sejam desqualificadas e deslegitimando suas potencialidades. A prática do poder produz aquilo que é legítimo e que pode ser dito e deslegitima narrativas diferentes. Tais práticas não se mostram como dominantes, mas como as únicas possíveis.

É a partir dessa maneira de compreender a pesquisa que pensamos a metodologia deste trabalho. Tivemos como objetivo a identificação dos sentidos ou dos discursos que estão atrelados ao termo “violência de gênero” nos artigos publicados pela revista *Psicologia em Estudo*, do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). A busca pelos artigos teve início no portal BVS-Psi, onde acessamos o link de *Bases em Texto Completo*. Em seguida, selecionamos o portal SciELO e empreendemos uma busca utilizando os descritores *gênero* e *violência*. As palavras foram separadas pelo operador booleano *AND*. Foi necessário utilizar esse operador porque quando as duas palavras eram colocadas juntas (“violência gênero” ou “violência de gênero”) não apareciam resultados. Depois, selecionamos o nome da referida revista como filtro na área de “periódicos”. Esse procedimento nos retornou um total de 7 artigos publicados no período de 2002 a 2013.

## **Análise**

No primeiro momento da análise, fizemos um mapeamento dos textos encontrados, levando em consideração quem são seus/suas autores(as) e a quais instituições estão filiados. Posteriormente, analisamos as palavras-chave, os títulos e os resumos com o intuito de identificar quais termos ganham destaque nas apresentações dos textos. Por fim, recorreremos à leitura dos textos na íntegra para entender a forma como esses termos e temas são abordados mais especificamente.

O mapeamento dos artigos nos mostrou que 18 pessoas estiveram envolvidas nas escritas dos 7 trabalhos. Desse número, 3 homens figuraram como autores e/ou co-autores e 15 mulheres foram autoras e/ou co-autoras.

A filiação institucional dos(as) autores(as) foi feita recorrendo às informações fornecidas no próprio artigo e, por isso, foram levadas em consideração a sua filiação na data da publicação do mesmo. Ao todo, 7 instituições de ensino foram representadas pelos(as) autores(as): Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 3 autores(as); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus Bauru, 4 autoras; Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 3 autoras; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 3 autores(as); Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), 1 autora; Universidade Católica de Pernambuco, 3 autores(as); Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus Assis, 1 autora.

O mapeamento nos mostrou que o maior número de autores(as) está na região sudeste – mais especificamente São Paulo e Rio de Janeiro – contando com 4 Instituições de Ensino Superior representadas e totalizando 9 autores(as). Em seguida, observamos 6 autores(as) filiados(as) a IES's do estado de Pernambuco. Da região sul, contabilizamos 3 autores filiados a uma IES do estado de Santa Catarina.

Na análise dos títulos, dos resumos e das palavras-chave notamos que o termo “violência de gênero” está presente em três dos sete trabalhos. Já o termo “gênero”sozinho foi utilizado em seis dos sete trabalhos. Apenas um trabalho não utilizou nenhuma das duas terminologias. Na maioria dos casos, o termo apareceu no resumo. O único trabalho que não apresentou os termos “violência de gênero” ou “gênero” não foi analisado na íntegra, restando apenas 6 trabalhos para análise final de texto completo.

Diferentemente de “gênero”, a palavra “violência” aparece em todos os trabalhos, seja no resumo, nas palavras-chave ou no título. Ao todo, a palavra “violência” aparece 8 vezes, contando apenas com títulos e palavras-chave, o que mostra um maior interesse em pesquisar ou expor a problemática da violência. Talvez esse resultado tenha ocorrido porque os termos da pesquisa foram colocados separados pelo operador booleano *AND*. Essa maior predominância da temática da violência também pode se justificar pelo fato de a violência de gênero ser apenas uma forma de violência e que haviam outras violências abordadas pelos trabalhos (violência infantil e violência doméstica).

Por fim, seguimos nossa análise para os 6 textos que utilizaram as palavras “gênero” e/ou “violência de gênero”. Nesse momento, nos interessou compreender como esses termos são acionados pelos(as) autores(as) e articulados entre si para explicarem a especificidade da violência de gênero em relação a outras formas de violência. A análise foi feita a partir da leitura do texto completo para nos atermos às especificidades desses conceitos de acordo com cada trabalho.

Procuramos identificar se existiam elementos que evidenciavam especificidades desse tipo de violência. Entendemos que apenas dois textos apresentaram a violência de gênero caracterizada por processos específicos. Pensamos que os outros trabalhos podem não ter discutido especificidades da violência de gênero porque, embora tratassem dessa temática em alguns momentos, essa não era a sua problemática principal.

Os trabalhos de Araújo (2002) e de Medrado, Lemos e Brasilino (2009) trazem compreensões parecidas a respeito de possíveis especificidades da violência de gênero em relação a outras violências. De acordo com Araújo (2002), a violência de gênero “designa um tipo específico de violência que visa à preservação da organização social de gênero, fundada na hierarquia e desigualdade de lugares sociais sexuais” (p. 5). Para Medrado, Lemos e Brasilino (2009), a violência de gênero não é apenas uma violência do sexo, que diz respeito às anatomias dos corpos e suas diferenças, ou seja, ela não é apenas uma intervenção física, mas uma investitura contra determinadas pessoas ocupando determinados espaços por causa das diferenças sexuais percebidas. Podemos entender que esse tipo de violência é uma maneira de determinar as possibilidades de existência e uso do próprio corpo.

É possível identificar que as *hierarquias de gênero* são apresentadas como fundamento para a produção da violência de gênero em outros trabalhos. Nestes trabalhos, os(as) autores(as) entendem que a manutenção da hierarquia dos gêneros é o principal fator que contribui para a produção da violência de gênero. O trabalho de Gesser, Nuernberg e Toneli (2013), embora não trate diretamente da violência de gênero, aponta que a opressão sofrida por mulheres com algum tipo de deficiência ocorre na interseccionalidade entre gênero e deficiência. Esse tipo de opressão é considerado pelas autoras como uma violência, que demarca os corpos e as subjetividades que podem ou não ser vividos, limitando os direitos das mulheres sobre si mesmas.

Apesar de conseguirmos construir uma análise que pontue sentidos próximos a respeito da violência de gênero, foi um não-dito que nos chamou a atenção. Todos os trabalhos analisados tinham como atores da violência de gênero os sujeitos denominados como homens ou mulheres. Os trabalhos analisados não apontavam gays, lésbicas, travestis, transexuais como envolvidos nas violências de gênero.

O que podemos observar das análises feitas dos trabalhos publicados na revista *Psicologia em Estudo* é que a violência de gênero é entendida como um processo multidirecional, podendo ser exercida por diferentes atores e sofrida por diferentes atores, mas tendo as mulheres e os homens como principais agentes. As mulheres, quase sempre, ocuparam o papel da pessoa que sofreu a violência, enquanto os homens apareceram mais como quem perpetrava a violência. No entanto, o que pareceu marcar os trabalhos analisados nesse contexto é a linha discursiva de que a violência de gênero consiste num processo de opressão e se fundamenta na sujeição de determinado(s) gênero(s) para a manutenção de uma hierarquia sexual.

### **Considerações finais**

O presente trabalho nos serviu de investigação para uma melhor compreensão da violência de gênero e como ela foi compreendida nos trabalhos publicados na *Revista Psicologia em Estudo*.

A partir das contribuições do Construcionismo Social e de nossa perspectiva a respeito de como são construídos os gêneros, pudemos fazer alguns apontamentos a respeito da temática da violência de gênero. Por entendermos que nosso mundo é construído nas e pelas relações por meio da linguagem, consideramos importante assinalar que as formas como determinados fenômenos são narrados acaba produzindo efeitos importantes nas compreensões que fazemos deles. Portanto, pensamos na necessidade de discutir algumas especificidades da violência de gênero.

Segundo os trabalhos analisados nesta revisão, a violência de gênero se configura como uma maneira de manter determinadas relações sociais. Assim, ela não é apenas uma violência corporal, que diz respeito aos corpos de quem a pratica ou de quem a sofre. A

violência de gênero é entendida como uma maneira de restringir os posicionamentos sociais dos atores sociais. Dessa forma, assim como o conceito de gênero tem um caráter político (SCOTT, 1995), a violência de gênero também deve ser entendida dessa forma.

No entanto, devemos entender que há aí uma diferença entre a ação política produzida pelo termo gênero e a ação política da violência de gênero. Enquanto a categoria gênero visa explicitar as relações de poder e os modos de significá-las, a violência de gênero, por outro lado, visa anular as possibilidades de existência que diferem das significações sociais e sexuais hegemônicas. A violência de gênero é, portanto, um fenômeno que visa a anulação política de certas formas de existir e se fazer sujeito. Sua atuação visa a dominação de corpos e subjetividades que são des(a)creditados de certas possibilidades de existência e de direitos sobre si mesmos.

A partir desta compreensão, podemos considerar que a violência de gênero é uma violência política, da economia dos corpos. Mas se as violências buscam subjugar de acordo com algum aspecto, será que existe uma violência que não faça parte de um processo político da economia de modos de viver e existir? Não seria, então, toda violência uma violência da anulação dos sujeitos que a sofre?

Outro ponto muito importante que diz respeito ao que pudemos observar nos textos analisados é que o termo gênero era utilizado para designar homens ou mulheres. Como o conceito de gênero também nos serve justamente para abrir as possibilidades de diversidades de se fazer gênero e como as violências contra os outros gêneros também são relevantes, acreditamos que seria importante uma maior exposição desse tipo de trabalho. Dessa forma, outras populações (como gays, lésbicas e trans) que sofrem com as opressões de gênero também podem ser incluídas nas discussões desse tipo de violência.

Embora entendemos que tenhamos produzido algumas compreensões importantes a respeito da violência de gênero, reconhecemos o escopo reduzido e limitado deste trabalho. Com isso, indicamos a necessidade de estudos que possibilitem a compreensão sobre como a Psicologia vem entendendo e produzindo o fenômeno da violência de gênero, o que pode abrir portas de ação em espaços diversos. Outra limitação deste estudo é seu foco em uma publicação da Psicologia e, por isso, indicamos a possibilidade de questionar como outros saberes vêm produzindo a noção de violência de gênero.

## Referências

- ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2002.
- ARGEMÍ, M. D., RUEDA, L. I. La construcción social de la violencia. **Athenea Digital**. 2002. Disponível em: <http://blues.uab.es/athenea/num2/domenech.pdf>. Acessado em 10/02/2017.
- COLLINS, P. H. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, R. (org.). (2015). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. Sempreviva Organização Feminista: São Paulo. 2015
- CORDEIRO, M. P. et al. Como pensamos ética em pesquisa. In: SPINK, M. J. (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 31-56.
- CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- GERGEN, K. O movimento do Construcionismo Social na Psicologia Moderna. **Revista Inter. Interdisciplinar INTERthesis**. Florianópolis, v. 6(1), p. 299-235, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Construcionismo Social: um convite ao diálogo**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.
- GESSER, M., NUERNBERG, A. H., TONELI, M. J. F. Constituindo-se sujeito na intersecção gênero e deficiência: relato de pesquisa. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 18, n. 3, p. 419-429, 2013.
- GONZÁLEZ, M. L. P. F. La construcción social de la violencia masculina. **Anuário de investigación**, UAM-X, Mexico, p. 164-186, 2008. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ckST3eLXGkcJ:148.206.107.15/biblioteca\\_digital/capitulos/328-4650ivh.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ckST3eLXGkcJ:148.206.107.15/biblioteca_digital/capitulos/328-4650ivh.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br), acesso em 10/02/2017.

- ÏÑIGUEZ, L. Construcionismo Social e Psicologia Social. In: MARTINS, J. B. (org.); HAMMOUSSI, N.-D. E.; ÏÑIGUEZ, L. **Temas em Análise Institucional e em Construcionismo Social**. São Carlos: RiMa; Curitiba: Fundação Araucária, p. 127-156, 2002.
- MAIA, A. C. B. et al. Educação sexual na escola a partir da Psicologia Histórico-Cultural. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 17, n. 1, p. 151-156, 2012.
- MEDRADO, B., LEMOS, A. R., BRASILINO, J., Violência de gênero: paradoxos na atenção a homens. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 16, n. 3, p. 471-478, 2011.
- MELO, Z. M., SILVA, D. M., CALDAS, M. T. Violência intrafamiliar: crimes contra a mulher na área metropolitana do Recife. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 14, n. 1, p. 111-119, 2009.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SOUZA, K. O. J. A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 14, n. 4, p. 649-657, 2009.
- SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- SPINK, P. et al. Documentos de domínio público e a produção de informações. In: SPINK, M. J. (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 207-228. 2014.
- STELKO-PEREIRA, A. C., SANTINI, P. M., WILLIAMS, L. C. A. Punição corporal aplicada por funcionários de duas escolas públicas brasileiras. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 16, n. 4, p. 581-591, 2011.

**Por amor e pela família: um jornal de moças educadas, no início do século XX, em Goiás.**

**For love, for family: A educated girl's periodical at the beginning of the 20th century, in Goiás.**

Danielle Silva Moreira dos Santos.<sup>18</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

**Resumo:** Na defesa da instrução das mulheres, os jornais da imprensa feminina objetivaram promover o progresso e a emancipação feminina, concebendo as escolas, em especial os colégios religiosos, como importantes oficinas onde o caráter da mulher era moldado. *O Lar (1926-1932)*, fundado por um grupo de mulheres goianas, é uma valiosa fonte histórica que amplia e engrossa as reflexões sobre educação e gênero. Esse artigo pretende questionar o tipo de emancipação feminina almejada pelo periódico *O Lar*, e outros periódicos semelhantes.

**Palavras chaves:** Imprensa feminina em Goiás, educação, gênero.

**Abstract:** In the defense of women's education, newspapers women's press, aimed at promoting female progress and emancipation, conceived the schools, especially the religious colleges, as important workshops where the character of the woman was shaped. *O Lar (1926-1932)*, founded in Goiás by a group of women from Goiás is a valuable historic source, which broadens and strengthens the reflections about education and gender. This article seeks to question the type of female emancipation defended by the periodicals *O Lar*, and other similar periodicals.

**Key words:** Women's press in Goiás, Education, Gender.

**Elas por elas, escritoras e leitoras.**

Por todo o país, desde meados do século XIX, a imprensa feminina já despontava como um ramo especializado dentro da já consagrada imprensa “masculina”. Os periódicos políticos e partidários, escritos por homens cultos e letrados, interessados em formar e informar seus leitores, já circulavam desde a independência, imediatamente após o fim da censura imposta pela coroa portuguesa. O grande número de analfabetos tornavam a leitura direta do jornal um impecilho para a maioria da população, mas isso não necessariamente atrapalhava a propagação das ideias, visto que esse jornais poderiam ser lidos em públicos e discutidos em rodas de conversas cotidianas.

Para as mulheres, assim como para os analfabetos, a leitura direta desses jornais acabava prejudicada. Além da maioria das mulheres não serem alfabetizadas, os assuntos que

<sup>18</sup> Mestranda/GEPEG-UFG. Bolsista Capes. E-mail: [dan.historia.ufg@gmail.com](mailto:dan.historia.ufg@gmail.com)

preenchiam esse jornais não eram considerados assuntos de interesse feminino. Pouco a pouco, os assuntos considerado “assuntos de mulher”, conquistaram espaço e começaram a ser sistematizados nas páginas de jornais produzidos especialmente para o público feminino. Primeiro esse periódicos eram escritos por homens, depois foram surgindo jornais compostos exclusivamente ou majoritariamente por um corpo editorial feminino<sup>v</sup>. Essa nova face da imprensa que passou a contemplar a “outra metade de gênero humano”, possuía uma dinâmica própria e abordava temáticas diferentes dos demais jornais.

A aparente neutralidade e a ausência de um caráter jornalístico informativo são algumas das características da imprensa feminina, pontuadas por Dulcília Buittone (1981) em seu livro *Mulheres de Papel*. Nesse sentido o objetivo dessa imprensa não era informar as mulheres, mas sim formar mulheres. Buittone esclarece também que na tentativa de cativar o público, fazendo as leitoras se sentirem confortáveis e acolhidas, o tom dos textos nesses jornais femininos eram sempre mais agradáveis e coloquiais, por alguns momentos também mais imperativos, entrevendo uma relação mais íntima e amigável entre as leitoras e as redatoras do jornal.

Jornais e revistas foram os principais meios de comunicação analisados por historiadoras e historiadores interessados em traçar o que cada época prescreveu como adequado para uma mulher, justamente porque a imprensa feminina é um instrumento ideológico e pedagógico, produtor de uma coesão entre as mulheres e que legitima e naturaliza o papel social feminino. Entretanto, essa imprensa, ainda assim, representou um importante passo, dentre os vários passos de uma lenta caminhada pela autonomia intelectual feminina. Até então, acreditava-se que não era necessário e nem mesmo aconselhável instruir uma mulher ou ensiná-la a ler e escrever, mas aos poucos essa mentalidade enraizada desde a colonização foi se transformando.

Se aos homens era necessário adquirir conhecimento e esclarecimento nos assuntos considerados masculinos, como em política e economia, às mulheres era preciso esclarecer assuntos importantes em suas vidas. Uma moça ignorante e mal informada sobre seus deveres, não seria capaz de administrar a casa, os filhos, a economia doméstica, gerir os empregados, nem mesmo entreter o marido com a mesma competência de uma mulher esclarecida. Por isso ao final do século XIX, as mulheres, juntamente com os homens, interessados em ter ao seu lado esposas competentes e filhas obedientes, saíram em defesa da educação feminina com objetivo de aperfeiçoarem as funções matrimônias e maternas, que apesar de serem consideradas dons naturais da mulher, necessitavam ser aprimoradas

Segundo Buitone (1981), as representações femininas mais usuais na imprensa nas três primeiras décadas do século XX, variavam entre “a mãe sofredora” e a “sacerdotisa da beleza”, ou seja, a maioria dos textos ocupava-se de temáticas relacionadas à maternidade e a beleza. Reforçando a concepção de que a mulher jamais deveria esquecer que seu papel essencial era o de ser mãe, mas também não deveria se descuidar do seu corpo, se manter bela e jovem mesmo após o casamento era algo indispensável. Nesse mesmo período houve uma expansão da imprensa de modo geral, todos os jornais e revistas estavam se tornando cada vez mais sofisticados, utilizando-se de materiais modernos, papéis resistentes, com acabamento mais refinado e com maior quantidade de ilustrações.

### **Um jornalzinho de moças educadas em Goiás.**

Em 1926 a antiga capital do estado de Goiás presenciou uma importante iniciativa feminina. Um empreendimento que apesar de não ser inédito, foi audacioso. A preocupação em formar a opinião pública a respeito da importância da mulher na sociedade, além do desejo de divulgar e incentivar a produção literária de autoras goianas, conduziu um grupo de

moças a fundar em 1926, um jornalzinho, como era carinhosamente chamado, que tinha como princípio o bem comum e que se baseava “nas normas verdadeiras e sãs do cristianismo”<sup>vi</sup>. Outras iniciativas similares já haviam ocorrido em Goiás; entre 1905 e 1908 circulou o jornal manuscrito *O Baumann*, fundado por Maria Paula Fleury de Godoy<sup>vii</sup>. Em 1917 surgiu por iniciativa de Heitor de Moraes Fleury e sua esposa Josephina Caiado Fleury, o periódico *A Rosa*, este, inclusive contou com a participação de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, conhecida como Cora Coralina, jovem que viria a se tornar um dos maiores nomes da poesia goiana e brasileira.

*O Lar* foi um periódico quinzenal, publicado aos domingos e dirigido por Oscarlina Alves Pinto. Apesar de contar com a participação de alguns homens, o jornal foi composto majoritariamente por redatoras e por textos de autoria feminina. A presença masculina no jornal, ainda que irrisória era importante para dar respaldo e credibilidade ao esforço feminino. O aval de homens influentes era imprescindível para que o jornal tivesse sucesso e aceitação. As colaboradoras eram nomes de prestígio em Goiás, jovens da elite e das camadas médias da sociedade goiana como Altair de Camargo, Ophelia do Nascimento, Yeda do Nascimento, Genezy de Castro, Graciema Machado, Floracy Artiaga e Maria Paula Fleury de Godoy, além de tantas outras que foram ingressando para o quadro de colaboradoras ao longo dos cinco anos de existência do periódico.

Por se tratar de um projeto desenvolvido em conjunto, é possível perceber que as opiniões apresentadas no jornal são diversas, a postura de cada uma dessas moças sobre determinados assuntos nem sempre era homogênea. A cerca da questão do divórcio é possível perceber um consenso; todas eram radicalmente contra, pois representava a ruína do sagrado matrimônio e acarretaria muitos prejuízos para a sociedade e para a pátria, por outro lado, porém, outros assuntos como o sufrágio feminino ainda despertavam dúvidas e opiniões divergentes entre as colaboradoras.

A própria diretora, a princípio, era contra o direito da mulher de votar, mas ao decorrer dos anos, ela muda de opinião e passa a defender o sufrágio, é possível perceber inclusive, um acréscimo no número de publicações sobre o voto e direitos políticos femininos, no jornal. Ainda que composto por múltiplas vozes e opiniões, *O Lar* representava a mulher goiana ideal, desconsiderando as outras mulheres; as negras, as prostitutas, as pobres, as mães solteiras, as empregadas domésticas etc.

O Lar era o espelho da alma das mulheres goianas burguesas, pois eram elas que frequentavam as escolas e aprendiam a ler e a escrever. O Lar representa unicamente essas mulheres, as quais reportavam ao feminismo trazendo referências nacionais de Berta Lutz e o consideravam um movimento importante, que estava acontecendo em diferentes regiões do país e também em Goiás (DE PAULA, 2014, P.51).

Essas feministas cristãs<sup>viii</sup> acreditavam que a mulher tinha o direito de ocupar novos espaços, trabalhar fora de casa, ocupar cargos até então considerados masculinos, mas sem deixar de cumprir suas funções “naturais”, como filhas obedientes, mães cuidadosas e esposas dedicadas. Essas moças goianas reivindicavam uma jornada dupla de trabalho que ainda pesa sobre cotidiano de muitas as mulheres na contemporaneidade.

O jornal veio à tona em um período político conturbado da história de Goiás e do Brasil. Na década de 1920 a disputa política envolvendo o governo Caiado e seus opositores se desdobravam em inúmeros momentos críticos, as trocas de acusações proliferavam-se e a cada momento tornavam-se públicos novos episódios de corrupção e fraudes. Mais tarde, a oligarquia goiana, perplexa, assistiria a revolução liderada por Getúlio Vargas. Praticamente

nada desse cenário encontrou respaldo em nossa fonte. As disputas envolvendo partidos e políticos que tomavam conta de jornais goianos como *O democrata* e *A voz do povo*, apareciam de maneira supérflua e pontual em *O Lar*.

Curiosamente os fatos políticos do passado, como a Revolução Francesa, a Independência do Brasil e a Proclamação da República eram lembrados e exaltados pelas redatoras do *O Lar*. Um indício de que as questões políticas que se desenrolavam simultaneamente a produção do jornal, não eram ou pelos menos não deveria ser discutida por elas. Para as moças que se interessavam por política, só era permitidos refletir sobre os fatos políticos passados, tomando como base a história previamente escrita por homens.

Se entre os jornais masculinos a luta era pela hegemonia política, em *O Lar* a batalha era pela valorização da mulher enquanto mãe, esposa, eleitora<sup>ix</sup> e escritora. *O Lar* atuou na reafirmação do discurso dominante, na medida em que também promoveu incentivo e a defesa da atuação feminina em novos espaços da vida pública.

O nome do jornal já nós diz muito sobre seu conteúdo<sup>x</sup>, era um jornal para mulheres interessadas na felicidade da família. Dentre os mais diversos assuntos, como família, amor, religião e até mesmo política, a educação era uma das pautas presentes no jornal analisado. A educação entendida como mecanismo capaz de garantir a felicidade e o bom funcionamento da sagrada intuição familiar. O que o torna uma interessante fonte histórica para a análise da educação formal e informal das mulheres.

### **Mulher educada, mulher feliz.**

Múltiplos foram os textos e especialistas que se propuseram, desde o século XIX a discutir sobre a importância da educação para o desenvolvimento e êxito da nação moderna.

As elites, interessadas em proteger suas filhas dos comportamentos modernos, se atentaram especificamente para a educação do sexo considerado frágil e belo.

Em maio de 1931, Consuelo Caiado fundou a *Federação Goyana pelo Progresso Feminino*, inspirada na *Federação Brasileira pelo Progresso feminino*, criada por Bertha Lutz no Rio de Janeiro. O propósito dessas organizações feministas era defender direitos femininos dentro e fora do ambiente privado. O estatuto da *Federação Goyana pelo Progresso Feminino* previa, entre outras questões, fomentar a educação da mulher.

Para Fúlvia Rosemberg (2013), a educação formal das mulheres no Brasil é um fato recente, se comparada as outras nações como os países europeus. A educação formal para as mulheres começa em 1827, mas o acesso amplo e irrestrito das mulheres a educação só efetivou-se por volta de 1970. Contudo, obviamente, antes de 1827 as meninas já eram educadas em casa, pela mãe, avós e tias, responsáveis por transmitir os primeiros ensinamentos não formais, que visavam tornar as meninas aptas para o casamento.

No final do século XIX e início do século XX as elites começavam a se preocupar em educar suas filhas, contra os novos valores do mundo moderno. A defesa do confinamento das mulheres da elite se frazilzava, as famílias começaram a perceber que manter suas filhas confinadas dentro de casa estava se tornando uma tarefa cada vez mais inviável. Diante disso, alguns pais vão defender o acirramento das medidas de repressão e confinamento sobre suas filhas, outros vão optar por educar e preparar as jovens para a vida no mundo público. Nesse sentido a educação se torna um novo mecanismo de controle sobre a mulher. É nesse contexto que a educação feminina começa a ganhar força, com apoio e incentivo das oligarquias, preocupadas com a manutenção da ordem.

Em Goiás a principal instituição católica feminina de ensino era o Colégio Sant'anna, fundado em 1889 e administrado pelas freiras dominicanas. Já existiam outros colégios públicos como o Lyceu, mas as famílias abastadas se negavam a matricular suas filhas no

Lyceu, por considerarem os alunos de lá extremamente “indisciplinados e desrespeitadores”(BRETAS, 1991). Segundo Ivan Manoel (1996), em seu trabalho *Igreja e educação Feminina 1859-1919*, os colégios católicos serviram para manutenção do poder das oligarquias e da estrutura social, para manter a ordem recorria-se a métodos como turmas separada pelos sexos. A segregação dos sexos acontecia das mais variadas maneiras, prédios separados, entradas e saídas diferentes para meninos e meninas e horário de aulas alternadas.

A preocupação da Igreja católica com a educação feminina inicia-se por volta de 1850 quando as reformas ultramontanas<sup>xi</sup> foram introduzidas no Brasil. O primeiro colégio religioso especializado em educação feminina no Brasil, foi o Colégio Nossa Senhora do Patrocínio fundado em 1859, em São Paulo. A educação foi uma das bases dessa reforma, empreendida pela Igreja, que visava retomar e fortalecer seu domínio e seu poder sobre seus fiéis e seus clérigos.

Com a laicização do estado brasileiro, a Igreja passou a reivindicar ainda mais o direito de educar os jovens. A educação foi uma das bandeiras defendidas pelo Estado brasileiro, pela igreja e assim como pelo nosso jornal, que entendia a educação, em especial a educação católica, como a única alternativa capaz de garantir o progresso moral da nação.

A ciência humana trata apenas dos problemas da vida material, mas a raiz de todo progresso está na formação moral, e esta é inseparável da religião. A crise de caráter que avassala a sociedade moderna não é outra coisa senão uma consequência lógica e natural da ausência da moral religiosa que a impiedade dos governos pretendeu substituir por uma moral leiga (O Lar, 15/02/1927, nº 13 p.2).

Os colégios católicos eram verdadeiras oficinas onde se formava o caráter da mulher<sup>xii</sup>. Esse aperfeiçoamento feminino estava estritamente ligado com o destino socialmente reservado as mulheres; que era casar e constituir uma família. Entre as moças ricas, detentoras de abundantes dotes, o casamento era uma certeza, geralmente com um rapaz escolhido pela família. Contudo o incentivo a educação feminina aconteceu simultaneamente ao o declínio da prática do dote, e a diminuição da realização de casamentos arranjados.

O final do século XIX e início do XX presenciaram um incentivo aos casamentos alicerçados pelo amor romântico, e não mais estabelecidos através de acordos entre famílias, motivados por interesses políticos e econômicos. Assim os jovens passaram a ter mais autonomia para escolher um companheiro ou companheira.

O dote em dinheiro acabou sendo, não abandonado, mas sim substituído pelo amor e pela educação. O dinheiro que o pai da noiva poderia oferecer acabava atraindo homens de má índole interessados apenas em enriquecer à custa da moça, que em alguns casos até era abandonada pelo marido depois deste ter gastado todo o dote. O dote passou a ser visto como empecilho para felicidade conjugal, considerando que algumas mulheres, também confiantes na fortuna de seus dotes desperdiçavam todo dinheiro com lazer e compras, o que irritavam o marido e poderia desestabilizar as finanças do casal. Muitos pais, no momento de oferecerem suas filhas no mercado matrimonial, passaram a ressaltar as qualidades morais e habilidades domésticas das jovens, como um atributo muito mais valioso ao marido do que uma quantia em dinheiro.

Por muito tempo a educação feminina se justificou apenas como reforço da função materna e doméstica. Nas instituições de ensino, as alunas não aprendiam apenas a ler, escrever e executar operações matemáticas básicas, elas saiam de lá dominando habilidades musicais, trabalhos manuais como bordado, costura e culinária; todas essas disciplinas eram consideradas indispensáveis para uma mulher que desejasse um casamento tranquilo e feliz.

Dessa forma, o marido que também desejasse uma boa união deveria se preocupar em saber se sua futura noiva foi educada adequadamente, ao invés de se atentar para o valor do dote.

Segundo Guacira Lopes Louro (2015) essa transposição dos conhecimentos domésticos para a escola é chamada de “escolarização do doméstico”, e torna evidente que o objetivo da instrução para as meninas, era a garantia de formação adequada para futuras mães e esposas, e não a emancipação política, social e econômica das mulheres. Ao que diz respeito à educação feminina, o objetivo das elites, como aponta Sant’anna, (2003) era criar a “mãe esclarecida”, haja vista que uma mulher devidamente instruída tinha mais chances de se tornar uma mãe competente e capaz de construir um lar saudável e bem estruturado, um local adequado para o crescimento dos jovens, futuros cidadãos da bem sucedida nação república brasileira.

Contudo, esse projeto educacional em voga no momento também significou, paradoxalmente, uma oportunidade de profissionalização e emprego para mulheres que desejavam concorrer aos cargos antes disputados apenas por homens. Alguns colégios femininos foram incorporando em seus currículos cursos como datilografia, surgiram também as escolas Normais, especializadas em formar professoras primárias.

Diante de todo este processo, podemos afirmar que a experiência educacional feminina, desenvolvida no final do século XIX e início do século XX, favorecia a uma emancipação das mulheres, no sentido de alargamento dos espaços de mobilidade feminina, simultaneamente a uma submissão, alimentando um modelo de “gênero feminino”, construído socialmente e culturalmente para o “fazer” dos afazeres vinculados à maternidade e às tarefas domésticas (SANT’ANNA, 2003, p.11).

Para feministas como Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura e Nísia Floresta defendiam que o avanço do país e do desenvolvimento da Nação também dependiam da educação das mulheres (ROSEMBERGUE, 2013). A Igreja e os ramos mais conservadores da sociedade também concordavam que a educação atuaria para o bem da nação, as divergências entre esses grupos, mais conservadores e os mais progressistas, se concentravam no tipo de mulher que cada um deles visava construir.

Vemos que no Brasil, denegou-se a educação formal as mulheres em nome de sua “natureza corruptível; o modelo de educação feminina virtuosa até o século XIX era o da Santa Ana mestra, avó de Cristo, que ensinava a Virgem, sua filha, com seu livro de preces. Posteriormente sustentou-se a necessidade de se educar as mulheres (comedidamente, porém) porque elas seriam “educadoras de homens”, necessários à nação. Defendeu-se a educação diferenciada, porque mulheres eram tidas como menos inteligentes e mais frágeis que os homens. Incluiu-se economia doméstica em seu currículo, porque “a mulher é rainha do lar”. Criticou-se a escola mista, por ser “promíscua”. Estimulou-se a formação de professoras porque elas, “verdadeiras mães”, tem “vocação para o sacerdócio” que é o magistério [...] (ROSEMBERGUE, p. 338, 2013).

A educação acabou por cumprir o objetivo de ambas as tendências; formando boas mães, boas esposas, mas ao mesmo tempo capacitando trabalhadoras, incetivando escritoras e educando mulheres que sabiam como se comportar dentro e fora de casa, pois a medida em que as cidades cresciam e as mulheres entravam para o mercado de trabalho uma série de recomendações passaram a instruir as mulheres sobre a maneira correta de se comportar em pública, andar, sentar, comer, andar, subir escadas, entrar em um automóvel etc, o que Denise Bernuzzi (2013) chamou de educação do corpo para a vida social.

### **Considerações finais.**

As diversas mídias e meios de comunicação fazem parte de uma ampla rede de conhecimentos e sociabilidade, que instituem modelos de feminilidade e masculinidade. As representações e discursos que constroem homens e as mulheres e determinam o que é “próprio da mulher” e o “seu papel” vão determinar, em cada época, várias instâncias da vida social feminina, as políticas públicas, as determinações religiosas, jurídicas e educacionais (PINSKY, 2013).

A imprensa é um mecanismo de comunicação atravessado por noções de gênero, que não apenas reflete as diferenças socialmente instituídas, como também as reforça, funcionando como uma tecnologia de gênero<sup>xiii</sup> e colaborando para que homens e mulheres se reconheçam como tais. “O conceito de gênero passa a englobar todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas como processos que diferenciam homens e mulheres” (MEYER, 2013. p.18).

Os jornais e revistas atuam como verdadeiros “termômetros dos costumes de uma época” (BUIIONI APUD LUCA, 2013, p.450). Nesse caso os jornais servem para pensar não apenas as representações de gênero, mas também para refletirmos sobre os costumes e

tendências que predominavam na educação. Nesse sentido, existe uma relação intrínseca entre gênero e educação, essa relação colabora para ampliação da noção de educação, que passa a extrapolar os limites da família e da escola, e incorporando um complexo de forças e processos que incluem os meios de comunicação de massa, os brinquedos, a literatura, o cinema, a música (MEYER, 2013).

Se na década de 20 e 30, *O Lar* serviu como um instrumento de educação não formal, ele é hoje para nós historiadoras e historiadores uma valiosa oportunidade de analisar o panorama das concepções educacionais do período, tanto no que diz respeito à educação formal, quanto na educação não formal.

Quando se fala em educação emancipatória, os estudos de gênero constituem uma faceta crucial dessa perspectiva de educação humana e igualitária, pois visam promover o respeito a diversidade sexual e combate preconceito como machismo, sexismo e homofobia. O projeto educacional coincide com o projeto de sociedade que as instituições, através do poder, em cada contexto histórico, visaram criar. A educação no presente, repensada sobre a luz das experiências educacionais passadas é uma oportunidade para buscarmos solução para as questões de gênero dentro e fora da sala de aula.

A sociedade precisa entender que a educação oferecida pelas instituições de ensino, bem como o projeto educacional defendido pelos meios de comunicação tem um relacionamento íntimo com o presente e são determinados, por exemplo pelo governo, através do controle dos currículos. No percurso da educação feminina:

Várias amarras à educação formal e públicas mulheres foram sendo rompidas no transcorrer desse acidentado percurso; a segregação sexual das escolas, interditando a educação mista; o ideário de que a educação de meninas e moças deveria ser mais restrita que a de

meninos e rapazes em decorrência de sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua missão de mãe; o impedimento a continuidade dos estudos secundários e superiores para as jovens brasileiras (ROSEMBERG, 2013, p.334).

Muitos são os obstáculos para os estudiosos que discutem sobre educação no contexto atual, na ânsia de atender as demandas de uma sociedade em que as relações sociais têm sofrido profundas transformações. Um dos principais obstáculos que se levantam, diante de nós professores e professoras, como verdadeiras muralhas intransponíveis, é a oposição e as críticas desferidas por grupos conversadores da sociedade que não se interessam por uma educação crítica, inclusiva e contestatória.

Mesmo com todas as dificuldades, continuamos nos dedicando a pensar a maneira como a educação estruturou a vida dos nossos antepassados, em busca de respostas para estruturarmos nossas vidas hoje. Tentando identificar as estratégias sutis de naturalização das diferenças. Se estamos longe de chegar a verdades e soluções mágicas, também estamos muito distante, de desistir da educação como uma maneira de construir uma sociedade mais justa e humana, acreditamos que as ciências humanas não podem fugir dessa responsabilidade.

### **Bibliografia**

BRITTO, Celia Coutinho Seixo de. *A mulher, a história e Goiás*. Goiânia: Cultura Goiana, 1982.

BUITONI, Dulcília. *Mulher de papel: representações de mulheres pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo, Loyola, 1981.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da instrução pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991. (Coleção documentos goianos, n.21).

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UFG; Ed. UCG, 1997.

DE LUCA, Tania Regina. *Fontes impressas, história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *Fontes Históricas*. 2º ed., São Paulo: Contexto, 2008.

DE PAULA, Pollyana Nascimento. *(Des) Construções históricas do é “ser mulher”: um olhar sobre as goianas e sobre os momentos iniciais da presença delas no esporte*. 110 f. Dissertação (Mestrado), Programa Interdisciplina de Pós-Graduação em Direitos Humanos, UFG, 2014.

DINIZ, Sália Barros. *Mulheres na imprensa: Representações femininas no Correio Oficial, Cidade de Goiás (1930-1936)*. 181 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós graduação em História, UFG, 2013.

FREIRE, Isabella B. *Jornal O Lar e a escrita de mulheres em Goiás: o entre-lugar das negociações e reiteraões com o poder patriarcal*. 2016. 201 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher: a moral e o imaginário: 1889-1930*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE; Jane; GOELLER; Silvana. (orgs.). *Corpo, gênero e educação: Um debate contemporâneo na educação*. 9º Ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 12º Ed. Petrópolis- RJ; Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Mulheres na sala de aula*. In: PRIORE, Mary Del; (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MALUF, Mariana; MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: SEVCENKO, Nicolau (orgs.). *História da vida privada no Brasil - República: da belle Époque a era do Rádio*. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação Feminina 1859-1919*, São Paulo: UNESP, 1996.

MEYER, Dagmar Estermann. *Gênero e educação: Teoria e política*. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE; Jane; GOELLER; Silvana. (orgs.). *Corpo, gênero e educação: Um debate contemporâneo na educação*. 9º Ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2013.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PEDRO, Joana Maria Pedro (Org.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Minha história das mulheres*. Trad. Ângela M. Corrêa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

PRIORE, Mary Del; (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. *Século XX*. In: *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

QUADROS, Eduardo Gusmão de; SILVA, Maria da conceição; MAGALHÃES, Sonia Maria (orgs.). *Cristianismos no Brasil central: História e historiografia*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2008.

RABELO, Danilo. *A normalização dos comportamentos na cidade de Goiás (1822-1889)*. Programa de Pós Graduação em História, Goiânia CEGRAF-UFG, 2010.

RAGO, Margareth. *Redescobrimo historicamente o gênero*. Cadernos pagú v.11 1998. pp.89-98.

RIBEIRO, Paulo Rodrigues. *A romanização na Igreja católica e a moral feminina*. Caminhos, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 151-169, jul./dez. 2013.

SANT'ANNA, Thiago. *Construindo escolas para meninas, construindo meninas nas escolas: experiências femininas na educação em Goiás (1870-1930)*. Revista Em Tempo de Histórias, nº. 7, 2003.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Maria Meire. *O Gabinete Literário e a Federação Goiana para o Progresso Feminino*. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. nº 20, (2009) Goiânia: Asa Editora, 2009.

SANTOS, Leila Borges Dias. *Ética da súplica: Catolicismo em Goiás no final do século XIX*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2008.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil em Goiás, 1860-1920*. Goiânia; Editora da UCG, 2009.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. *Moça educada, mulher civilizada, esposa feliz: Relações de gênero e História em José de Alencar*. Bauru, SP: EDUSC, 2012.

\_\_\_\_\_. *Receitas de felicidade e espectros da infelicidade: O código civil de 1916 e as lições de comportamento na revista feminina no início do século XX*. 151 f. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de filosofia e ciências humanas, 2009.

TEDESCHI, Losandro. *História das Mulheres e as Representações do feminino*, Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2008.

### Notas

<sup>v</sup> O primeiro jornal redigido por mulheres no Brasil foi *O Jornal das senhoras*, criado em 1855 no Rio de Janeiro, antes deles existiam jornais escritos por homens e direcionados ao público feminino, como foi *O Espelho Diamantino* (1827-1828).

<sup>vi</sup> *O Lar*, 15/08/1928, nº 49, p.2.

<sup>vii</sup> Esta publicou inúmeros livros e também atuou como colaboradora na revista *Fon Fon* (1907) e no *Jornal das Moças* (1914-1965), no Rio de Janeiro e, também na *Revista Feminina* (1914-1936) de São Paulo

<sup>viii</sup> Para as redatoras existia uma forma correta de feminismo, um feminismo cristão, branco, liberal e burguês que prezava muito pela ampliação dos direitos políticos femininos, mas que ainda não se preocupava com questões de raça ou classe, e não tinham objetivo de contestar o modelo familiar ou os comportamentos sexuais vigentes. Esse foi o tipo de feminismo que prevaleceu durante a segunda onda, e que desconsiderava e até se opunha as outras dissidências como o feminismo proletário e anarquista. Esse feminismo da chamada primeira onda segundo teria começado com a proclamação da república em 1889, vindo a perder força em 1934 quando o direito de voto é conquistado, alcançando assim o objetivo primordial do movimento, que retornaria com mais força a partir de 1960, na chamada segunda onda.

<sup>xi</sup> Em Goiás a primeira mulher a conseguir o direito de voto foi Benedita Roriz em 1927. E a se candidatar e vencer uma eleição foi Berenice Teixeira Artiaga deputada estadual em 1950.

<sup>x</sup> Os títulos dos jornais femininos tendem a fazer referência a temas considerados femininos, era muito comum, por exemplo, jornais com nome de flores.

<sup>xi</sup> A doutrina Ultramontana surgiu no Concílio do Vaticano I (1869-1870) durante o papado do pontífice Pio IX (1846-1878) e orientou o clero brasileiro ao longo da segunda metade do século XIX. Segundo Leila Borges Dias Santos (2008) em seu livro, *Ética da Súplica, catolicismo em Goiás no final do século XIX*, a fundação de colégios católicos; a valorização da hierarquia eclesiástica; a devoção à figura do papa; combate as práticas católicas leigas e populares e controle e fiscalização sobre o comportamento do clero foram algumas diretrizes dessa vertente católica.

<sup>xii</sup> *O Lar*, 15/08/1926, p.1.

<sup>xiii</sup> LAURETIS, Teresa de. *Tecnologias do Gênero*. (Tradução de Suzana Funck). In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. 1ª. edição. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

## A experiência de professoras nas séries iniciais com filhos de casais homoafetivos

### The experience of teachers in the elementary school with Children of homeafetive couples

Danilo Leite Moreira<sup>19</sup>

Eloisa Martins<sup>20</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** Hoje a definição de família “tradicional” esta muito além, visto que, nos últimos anos, novos modelos de famílias emergiram na sociedade. Pensando nessas configurações familiares, o presente trabalho, busca analisar como os profissionais da área da educação lidam em sala de aula com os filhos de famílias homoafetivas. Para desenvolver essa pesquisa, a metodologia da história oral foi fundamental para entender como os professores trabalham com esses casos em sala de aula.

**Palavras-Chave:** famílias homoafetiva, gênero e professores.

**Abstract:** Today the definition of "traditional" family goes much further, since, in recent years, new models of families have emerged in society. Thinking about these familiar configurations, the present work seeks to analyze how the professionals of the education area deal in the classroom with the children of homoaffetive families. To develop this research, the methodology of oral history was fundamental to understand how teachers work with these cases in the classroom.

**Keywords:** homosexual families, gender and teachers.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as formas de se relacionar dos seres humanos mudaram vertiginosamente. Outrora, as famílias eram compostas pelo que a sociedade denomina de família “tradicional”, formada por pai, mãe e filhos. Esse modelo passou a ser modificado, visto que-novos modelos de famílias passaram a emergir na sociedade, tais como mãe e filhos,

---

<sup>19</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Mestre e Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Atualmente é professor no curso de Pedagogia da Associação Novaandradinense de Educação e Cultura (ANAEC).

<sup>20</sup> Graduada em Pedagogia pela Associação Novaandradinense de Educação e Cultura (ANAEC).

pai e filhos ou pais e filhos e mães e filhos, avôs e netos, tios e sobrinhos. De acordo com o dicionário Aurélio, o conceito de família pode ser definido da seguinte forma:

- 1 Conjunto de todos os parentes de uma pessoa, e, principalmente, dos que moram com ela.
- 2 Conjunto formado pelos pais e pelos filhos.
- 3 Conjunto formado por duas pessoas ligadas pelo casamento e pelos seus eventuais descendentes.
- 4 Conjunto de pessoas que têm um ancestral comum.
- 5 Conjunto de pessoas que vivem na mesma casa.
- 6 Raça, estirpe (AURÉLIO, 2016).

Por meio da definição exposta acima, pode-se perceber que conceito de família não se resume somente a casais heterossexuais, visto que esse conceito passou a ser pluralizado. Hoje, não precisa morar com pai e mãe para ser concebido como família, basta morar embaixo do mesmo teto, tais como irmãos; tios e sobrinhos; avós e netos; padrasto, mãe e filho/enteado, madrasta, mãe e filho/enteados; padratos, pai e filhos; pai e filhos; mães e filhos ou até mesmos amigos podem ser concebido/entendido como uma família.

Pensando nesses novos modelos de família, este artigo, visa analisar como alguns/algumas professores/professoras dos anos Iniciais do Ensino Fundamental vêm lidando com os alunos de relação homoafetiva. Assim, não podíamos pensar esses novos modelos de família sem ao menos fazer uma contextualização sobre a temática gênero, que permite compreender as configurações familiares, bem como as identidades, nos dias de hoje.

## **GÊNERO: UM CONCEITO NECESSÁRIO**

A fim de entendermos essas conquistas que permitem a casais do mesmo sexo adotarem ou conceberem crianças, é preciso entender e discutir, ainda que de forma inicial, o conceito de gênero. Segundo a pesquisadora dos estudos de gênero no Brasil, Guacira Lopes Louro destaca que: “O conceito de gênero que pretendo enfatizar está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo” (LOURO, 2014, p. 14).

Para entender tal conceito, deve-se enfatizar a história do movimento feminista contemporâneo. Então, faremos uma breve contextualização histórica de como surgiu movimento feminista. Os primeiros movimentos surgiram, no início do século XIX, quando grupos de mulheres passaram a se organizar na luta pelo direito ao voto, “as *sufrajetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greve de fome [...] O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918” (PINTO, 2010, p.15).

Foi somente no final da década de 1960, que esse movimento se solidificou, quando passava de uma discussão militante/prática para uma discussão acadêmica/teórica. O ano de 1968, pode ser considerado um marco de rebeldia e contestação, visto que:

França, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha são considerados locais especialmente notáveis para observarmos intelectuais, estudantes, negros mulheres jovens, enfim diferentes grupos que, de muitos modos, expressam sua inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silenciamento (LOURO, 2014, p.16).

O movimento feminista iniciou no final do século XIX. Aos poucos passou a ganhar força, à medida que novos grupos de minorias passaram a se identificar com as lutas das mulheres pelos seus direitos. Aquelas que sempre estiveram presentes nos mais diversos espaços, mas permaneciam invisíveis pela história, foram aparecendo no cotidiano, uma vez que: “Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos” (LOURO, 2014, p.17).

A preocupação em tornar visível a mulher levava cada mais pesquisadores a tentar entender os fatores que levavam às desigualdades sociais entre homens e mulheres. Podia-se perceber que o principal fator estava relacionado às características biológicas. Sendo assim, para explicar essas desigualdades, surgia o conceito de *gênero*. Nesses termos,

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representações (LOURO, 2014, p.22).

Para que possamos entender e explicar o conceito de gênero, que muitas vezes está atrelado às diferenças biológicas, é imprescindível compreender as construções das diferenças, uma vez que é no meio social que se constroem as identidades de gênero. Essa construção de homens e mulheres é encontrada, principalmente, por meio dos fatores culturais, históricos e religiosos. Durante muito tempo ditou a construção das identidades dos sujeitos. Assim “A pretensão é entender o gênero como uma constituinte da identidade dos sujeitos” (LOURO, 2014, p.24). Segundo o sociólogo jamaicano Stuart Hall, afirma que:

[...] As velhas identidades, que por muito tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o sujeito moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2005, p.7).

Durante muito tempo teóricos acreditavam que as identidades eram algo dado como pronto, acabado. Inúmeras mudanças passaram a ocorrer nas relações sociais, transformando a sociedade moderna, a partir do século XX. “Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais (HALL, 2005, p.9).

As mudanças produzidas no decorrer século XX, fizeram com que aquelas identidades, outrora compreendidas como permanentes, já não poderiam ser mais entendidas e definidas dessa maneira, visto que as duas grandes Guerras Mundiais mudaram rapidamente o mundo e, assim, as pessoas que nele habitam. Deve-se compreender que:

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 2005, p.12-13).

Dessa perspectiva, não é possível mais explicar a sociedade atual, denominada de Pós-Moderna, com os mesmos aparatos metodológico e teórico fornecidos por intelectuais do século XIX. Suas teorias não permitem mais que pesquisadores façam uma leitura dessa nova sociedade. Para o historiador brasileiro Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

Sendo a pós-modernidade uma nova condição histórica e sendo o conhecimento histórico um conhecimento relativo às condições históricas de sua produção, portanto, não pode mais ser produzido a partir dos mesmos paradigmas, teorias e metodologias com os quais se produzia história na modernidade (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.56).

Para que possamos analisar os sujeitos denominados de pós-moderno, busca-se compreender as realidades históricas desses sujeitos. Não podemos mais pensar o conceito gênero como algo pronto e acabado, visto que este é algo que está em constante construção, durante toda a vida de cada sujeito. Assim, se atualmente o conceito de gênero está atrelado ao de identidade. Para compreender esses sujeitos busca-se discutir/problematizar as constituições indenitárias desses sujeitos. Podemos entender que:

Suas Identidades sexuais se constituíram, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculino e femininos e assim constroem sua identidade de gênero (LOURO, 2014, p.26).

As identidades sexuais e de gênero sempre estiveram presentes em todos os grupos humanos, porém por muito tempo, assim como as mulheres, os homossexuais, também foram negados tanto pela sociedade, quanto pela história. Esses grupos foram cerceados por meio dos “Discursos que regulam, que normalizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’” (LOURO, 2014, p.26).

Dessa maneira, para se discutir e entender o conceito de gênero na sociedade pós-moderna faz-se necessário desconstruir o caráter permanente da oposição binária- masculino e feminino. Uma vez que as verdades produzidas, outrora, já não sustentam para compreender a sociedade atual, devemos entender que cada sujeito não é singular, mas sim plural uma vez que: “Os sujeitos que constituem a dicotomia, não são de fato, apenas homens e mulheres de várias classes, raças religiões, idades, etc.” (LOURO, 2014, p.33).

As configurações das identidades passaram por inúmeras modificações. Essas configurações identitárias se refletem, atualmente, também nos novos modelos de famílias, não se limitando a homem e mulher, mas sim homem com homem, mulher com mulher, entre tantas outras possibilidades. Por isso,

Uma das consequências mais significativas da desconstrução dessa oposição binária reside na possibilidade que abre para que se compreendam e incluam as diferentes formas de masculinidade e feminilidade se constituem socialmente. [...] (portanto uma ideia *singular* de masculinidade ou feminilidade), e isso supõe ignorar ou negar todos os sujeitos sociais que não se “enquadram” em uma dessas formas (LOURO, 2014, p. 34).

Assim, a busca de para se compreender o conceito gênero permite romper com os discursos heteronormativos da oposição binária de masculino e feminino, que, durante muito tempo, impediram os indivíduos de viverem sua liberdade. Hoje, esses sujeitos que se encontram com a sua identidade sexual ou de gênero estão constituindo famílias e, para compreender essa nova sociedade, devemos entender que as identidades de gênero estão se transformando.

O primeiro mecanismo que unificava a união estável no Brasil foi estabelecido na Constituição que de acordo com § 3º do art. 226 da Constituição Federal de 1988: “Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento” (BRASIL, 2010,

p.144). Embora existisse esse mecanismo, só se permitia o casamento entre casais heterossexuais.

De acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro Geografia e estatística- IBGE, no ano de 2010, “O Brasil tem mais de 60 mil casais homossexuais [...] Essa foi a primeira edição do recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a contabilizar a população residente com cônjuges do mesmo sexo” (LAURIANO; DUARTE, 2011).

Com os novos modelos emergentes de família, houve a necessidade de criar mecanismo que assegurasse os direitos dos casais de união homoafetiva. Assim, a resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), habilitava a celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo.

Após a união estável legalizada, esses casais ainda buscavam seus direitos de poder adotar crianças. Para isso, o Estado, buscando assegurar e garantir os direitos dos casais homossexuais, passou a permitir a adoção de crianças. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069.90 em seu artigo 42: “Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil” (BRASIL, 1990). Sobre os casais, de acordo com o inciso segundo do referido artigo, “§ 2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família” (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2013). Podemos perceber que, de acordo com o ECA, não existia nenhum empecilho para que casais homossexuais adotassem crianças. Porém, foi no ano de 2009 que:

No Brasil, a adoção de crianças por casais homossexuais ganhou, [...] um impulso considerável com a decisão da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, por unanimidade, negou recurso do Ministério Público do Rio Grande do Sul contra decisão que permitiu a adoção de duas crianças por um casal de mulheres. A decisão apontou que estudos não indicam qualquer inconveniência em que crianças sejam adotadas por casais

homossexuais, importando mais a qualidade do vínculo e do afeto no meio familiar em que serão inseridas (SENADO, 2016).

Esse processo de casais do mesmo sexo adotar crianças é muito recente na história do país. Segundo discutido na fundamentação exposta acima sobre gênero, os sujeitos não são singular, mas sim plural e que as identidades estão sempre se configurando, deve-se destacar que muitos casos de filhos de casais homossexuais não ocorreram por meio de adoção. Muitos são filhos biológicos de alguns desses sujeitos que tiveram relacionamentos heterossexuais em momentos anteriores da vida, e, depois, acabaram se envolvendo em um relacionamento homoafetivo. Devemos levar em consideração que muitas questões precisam ser entendidas e compreendidas sobre gênero para que possamos avançar nessas discussões. Uma delas é buscar entender como vêm ocorrendo as relações pedagógicas no contexto da sala de aula por parte dos professores e das escolas nos anos iniciais.

Nos últimos, anos as escolas têm recebido crianças que partem desses novas configurações familiares. Pensando como essas questões vêm sendo tratadas em sala de aula, o presente artigo buscou, com base na metodologia da história oral, registrar como os professores lidam com esses casos em sala de aula. O historiador José Carlos Sebe Meihy, destaca que: “Em geral a história oral temática é usada como metodologia ou técnica e, dado o foco temático, torna-se um meio de busca de esclarecimentos de situação conflitantes, polêmicas, contraditório” (MEIHY, 2013, p.38-39). No caso deste trabalho, a história oral temática se adequa justamente, por se tratar de um assunto específico e polêmico.

Para o desenvolvimento das entrevistas, foi realizado, no município de Nova Andradina - MS, um levantamento de professores que lecionam para filhos de casais de relação homoafetiva. Após o levantamento, foi realizado o primeiro contato, tanto com as escolas, quanto com os professores para explicar o projeto e se eles aceitariam colaborar na construção desse trabalho com suas narrativas. Assim, para manter a privacidade, preferimos atribuir às colaboradoras pseudônimos para preservar a identidade das instituições, das

professoras e das crianças. Por meio do levantamento, percebe-se que a maioria dessas crianças estão matriculadas em instituição privadas.

Nas entrevistas, ao perguntar se as professoras tiveram na sua formação inicial ou continuada disciplina ou discussões acerca da temática gênero, elas afirmaram que não, mas a professora Maria destacou que:

Eu acho importante falar sobre isso, como os professores vão trabalhar com esses alunos? Que eu me lembre não estudei, mas pode ter falado alguma coisa, ter comentado, mas que eu tive alguma disciplina específica que me lembre não, mas acho importante para o professor saber com trabalhar com esses alunos.

Já na segunda entrevista, a professora Ana, embora nunca tenha tido no decorrer da sua formação a temática gênero, afirmou que:

como em minha sala apareceu um caso de uma criança de mães do mesmo sexo, procurei me informar um pouco a respeito para poder estar trabalhando com a criança, inclusive com os pais dela e das outras. E a escola apesar de bem tradicional me auxilia bastante.

A entrevistada da fala acima leciona em uma instituição privada confessional. Pelo fato da escola estar ligada a uma instituição religiosa e por não ter tido em sua formação as discussões sobre gênero, percebe-se que existe uma preocupação por parte da professora para saber lidar com a situação em todos os lados, tanto com a criança dos casais de relação homoafetiva, quanto com os demais alunos e seus respectivos pais.

Ao perguntar para as professoras se elas acham importante a discussão de gênero nas escolas, a professora Ana procurou destacar que “sim, porque o modelo de família esta mudando”. Já a professora Maria afirmou que:

acho importante para o professor saber com trabalhar com esses alunos. No caso o meu aluno, é bem fácil de trabalhar com ele, eu acho que não precisa de um estudo assim específico, porque os pais tanto o pai quanto a mãe são bem presentes apesar dele conviver com a mãe, e no caso a madrasta né, mas

assim os pais são bem presentes, o pai já tem uma outra mulher e os dois procuram sempre estar acompanhando o filho na escola.

Deve-se destacar que, ao iniciar a pesquisa para esse estudo, tínhamos como hipótese que iríamos encontrar, na maioria dos casos, crianças que foram adotadas por casais homoafetivos. Porém, em ambas as entrevistas foi possível perceber, como posto acima, que não se tratava de crianças que foram adotadas, mas sim concebidas fruto de uma relação heteroafetiva. Após o término do relacionamento, as mães acabaram estabelecendo um relacionamento com uma parceira, configurando-se assim uma relação homoafetiva.

Por meio de uma pergunta, procurávamos atingir um dos objetivos desse trabalho, que era de saber como eram trabalhadas, pelas instituições ou pelas professoras, datas comemorativas, tais como, dias dos pais e das mães. Em ambos os casos, percebe-se que as professoras não encontram dificuldades pelo fato das crianças não serem adotadas e serem concebidas de relação heteroafetiva, e os pais se fazerem presentes na escola. A professora Ana sente menos dificuldade por ser professora do berçário. Em suas narrativas, afirmou que “[...] sobre isso não há muito que se trabalhar com meus pequenos, penso que nessa fase é tudo tão natural e espontâneo”. Já a professora Maria afirmou que:

Então, dia dos pais e das mães é tranquilo, os dois são presentes. No dia das mães ele fez a lembrancinha apresentou, e tanto a mãe como o pai assistiram a apresentação dele, para ele é super tranquilo. No dia dos pais, também ele fez as lembrancinhas, o pai veio assistir, sempre o pai, os dois vêm, os dois casais vem acompanhados, sempre estão presentes.

Embora os pais estejam presente na vida escolar, é perceptível que as crianças convivem com as mães e suas respectivas companheiras. Na vida escolar, as companheiras acabam ficando às margens, não ocupando o papel de companheira das mães, como destacou a professora Ana: “[...] a companheira da mãe não frequenta muito o ambiente da escola”. Já no caso da professora Maria, por se tratar de uma criança do Ensino Fundamental, explicitou em suas narrativas que seu aluno: “comenta em sala de aula, esses dias ele comentou que

tinha duas mães, uma de verdade e a outra do coração que ele chama de tia”. Por meio dessa fala, percebe-se que a criança não tem nenhum problema em chamar a companheira da mãe, como “mãe do coração”, mas, por inúmeros fatores, inclusive o preconceito ou medo, a criança chama essa que tem uma parcela de contribuição significativa na vida dela de “tia”, ou amiga da mãe, e não companheira, ou madrasta como poderia ser chamada.

É perceptível que, no caso da professora Maria, talvez pelo fato da escola não ser uma escola confessional, a companheira da mãe se encontra muito mais presente no âmbito escolar, segundo suas narrativas: “na primeira apresentação que teve na escola, ele quando viu a mãe e a parceira junto ele ficava ai minha mãe e a namorada dela, mas assim as outras crianças levaram numa boa, ele ficou todo feliz quando viu as duas, e ele manifestou isso”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho procurou analisar como os professores dos anos iniciais lidam em sala de aula com crianças de família homoparental. Antes da realização das entrevistas, tínhamos como hipótese encontrar crianças adotadas por casais de relação homoafetiva; porém, após as entrevistas, percebeu-se que as professoras entrevistadas lecionam para crianças que não foram adotadas, mas sim concebidas fruto de uma relação heteroafetiva. Assim, no caso deste trabalho, pode-se perceber que as entrevistadas não sentem tantas dificuldades em trabalhar essas discussões pelo fato tanto da figura paterna e materna de seus alunos estarem presentes no ambiente escolar, tais como reuniões e dias festivos.

Percebe-se que os professores estão recebendo alunos desses novos modelos de família. Todavia, a falta de uma discussão teórica acerca da temática, gênero, tanto na sua formação inicial quanto continuada, mostra, a partir das entrevistas, que existe falta de conhecimento para fundamentar e explicar principalmente o conceito gênero e entender essas novas configurações sociais.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. História a arte de inventar o passado. Bauru: Edusc, 2007.

AURÉLIO. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/familia>>. Acesso em 04 de jul. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)>. Acesso em 09 de jul. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 175 de 14 de maio de 2013. Dispõe sobre habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável de casamento, entre pessoas do mesmo sexo. Resolução n. 175, de 14 de maio de 2013. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/files/atos\\_administrativos/resoluo-n175-14-05-2013-presidencia.pdf](http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/resoluo-n175-14-05-2013-presidencia.pdf)>. Acesso em 05 de jul. 2016.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 10ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LAURIANO, Carolina e DUARTE, Nathália. Censo 2010 contabiliza mais de 60 mil casais homossexuais Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/04/censo-2010-contabiliza-mais-de-60-mil-casais-homossexuais.html>>. Acesso em 09 de set. 2016.

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História Oral como fazer como pensar. São Paulo: Contexto, 2013.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes escola confessional. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/escola-confessional/>>. Acesso em: 13 de out. 2016.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo História e Poder. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 18, p. 15-23, 2010.

SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/relatos-reais-sobre-adocao/-a-adocao-feita-por-homossexuais-batalhas-e-vitorias-legais.aspx>>. Acesso em 10 de jul. 2016.

## RELAÇÃO DE ENTREVISTADAS

Maria entrevistada no dia 26 de agosto de 2016, por Eloisa Martins Felipe.

Ana entrevistada no 11 de setembro de 2016, por Eloisa Martins Felipe.

## Gênero e sexualidade sob uma perspectiva territorial da escola<sup>21</sup>

### *Gender and sexuality under the territorial perspective of the school*

Uma Reis Sorrequia<sup>22</sup>

Lourdes de Fátima Bezerra Carril<sup>23</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** Este artigo busca analisar as relações de gênero e sexualidade na educação, pensando sobre o papel da escola na constituição das subjetividades e territorialidades estudantis. Toma-se como ponto de partida a normatização do território escolar, investigam-se as práticas rotineiras e comuns, os atos banalizados e silenciados, tendo em vista a manutenção de uma ordem natural de ser menino e ser menina.

**Palavras-chave:** Gênero; Escola; Silêncio.

**Abstract:** This article searches to analyze the gender relations and sexuality in education, thinking about the role of school in the constitution of students subjectivities and territorialities. Taking as a starting point the normalization of school territory, it investigates the routines and common practices, the acts banalized and silenced, in view of the maintaining of an order natural to be a boy and a girl.

**Key words:** Gender; School; Silence.

## INTRODUÇÃO

O intuito principal deste artigo é investigar em que medida a escola, como instituição educacional, permite ou cerceia as potencialidades de seus/suas estudantes em desenvolver suas subjetividades em torno do gênero e da sexualidade. Em que medida a escola silencia ou faz ecoar essas questões intrinsecamente ligadas à constituição da identidade de seu/sua aluno/a? Explicita Carrano:

---

<sup>21</sup>Este artigo é parte da pesquisa de iniciação científica em etapa de finalização pela autora. As reflexões aqui empregadas são frutos, também, das trocas fomentadas no grupo de estudos Feminismos, Sexualidade e Política, coordenado da Profa. Dra. Viviane Melo de Mendonça Magro.

<sup>22</sup> Graduanda em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. Bolsista PIBIC/CNPq/UFSCar. Ativista LGBTQIA pelo Coletivo Mandala e Associação de Transgêneros de Sorocaba. *E-mail:* uma.sorrequia@gmail.com

<sup>23</sup>Doutora em Geografia, professora adjunta e chefe do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades da Universidade Federal de São Carlos. Endereço institucional: Rodovia João Leme dos Santos (SP-264), Km 110. Bairro do Itinga - Sorocaba - São Paulo - Brasil. CEP 18052-780. Telefone institucional: (15) 3229 5972, ramal 5967. *E-mail:* lourdescarril@ufscar.br

A escola de ensino médio pode ser pensada como um dos muitos e significativos nós das múltiplas redes de formação e constituição das subjetividades juvenis. [...] Cada vez mais jovens declaram que querem passar rápido pela escola, em especial, quando diante de escolas que são vazias de significado; que, por não produzirem o sabor de ser e estar sacrificam o saber (2016, p. 12).

Como *locus* da pesquisa, tomou-se na forma de amostragem, a instituição Escola Técnica Rubens de Faria e Souza (ETEC), objetivando-se por meio dela captar as falas, os murmúros, os gestos, os silêncios, e demais expressões dos/as estudantes, capazes de dar pistas, indícios e sugestões em forma de denúncia das normatizações ou não da escola sobre suas representações e seus corpos, o que foi feito por meio da aplicação de um questionário fechado e do desenvolvimento de observações participantes em sala de aula juntamente dos/as alunos/as das turmas escolhidas, fontes analisadas neste artigo. Dessa forma, os silêncios sobre a questão no seu cotidiano foi considerada premissa teórica e metodológica de que a escola se encarrega, além da transmissão de saberes, da reprodução de um conjunto social de valores predeterminados em detrimento de outros: “A escola surge não apenas para ensinar saberes, mas fundamentalmente para adaptar e sujeitar os corpos dos trabalhadores da modernidade industrial capitalista” (CARRANO, 2005, p. 155). Observou-se que, a questão do gênero e sexualidade não aparece nos currículos da escola pesquisada, estando vinculada de forma restrita e pouco amarrada aos que concernem às disciplinas de Biologia e Educação Física, aparecendo a critério do educador/a alguma coisa também na História, Filosofia e Sociologia. Não se discute em sala de aula, de forma aberta e posicionada a temática, mas quando de situações de conflito, conforme apontaremos à frente, demonstrado, portanto, a falta de projetos e programas na área, o que faz prevalecer os silêncios escolares a respeito do tema.

## **OS SILENCIAMENTOS ESCOLARES**

Há silêncios que pairam sobre a escola em relação ao gênero e a sexualidade, nos mostrando uma aparente estabilidade das relações normativas, ou ainda, que tudo está em seu “devido” lugar, então, de que maneira trabalhar com o que não é dito.

Bento (2001), em *Psicologia Social do Racismo*, nos empresta algumas reflexões sobre o silenciamento na questão racial do Brasil, sendo aqui tomada à luz do que parece também silenciar a escola: o gênero masculinístico e uma heterossexualidade compulsória.

Para a autora é necessária uma análise dos aspectos que figurem sobre uma dimensão subjetiva e outra objetiva, que juntos reforçam e potencializam a reprodução de uma desigual relação entre meninos e meninas. Refletir sobre o gênero masculinístico e a heterossexualidade compulsória (em homens e mulheres), nessa perspectiva, é, portanto, focar no papel que ambos têm na manutenção e na persistência da desigualdade entre mulheres (e demais identidades de gênero) e outras sexualidades não heterossexuais, e assim sabermos das suas dimensões de privilégio.

É inútil deixar de problematizar tais sujeitos (de gênero masculinístico e sexualidade heterossexual), que por mais engajados na luta feminista e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais e Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais (LGBT<sup>+</sup>), seguem preservando sua condição de existência mais confortável em relação aos/as outros/as já citados, pois o lugar que ocupam na sociedade e na escola lhes garantem benefícios concretos e simbólicos, que não estão dispostos a dividir ou compartilhar com os que não são pertencentes ao seu grupo. Silenciam então as desigualdades existentes entre meninos e meninas, heterossexuais e outras sexualidades, como opção viável e válida a mascarar a posição que ocuparam e ocupam nesta estrutura, assim mantendo e protegendo seus interesses em jogo.

Torna-se imprescindível, portanto, a identificação e análise desses silenciamentos, do discurso que não é proferido, que não é verbalizado, mas que está ali presente em algum lugar, de algum modo. Utilizando Orlandi (2009, p. 43), que define o singular conceito de *formação discursiva* como: “[...] aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito.”,

o que parece justificar que em território escolar, os discursos daqueles/as – marginalizados/as, oprimidos/as, desviantes, anormais, abjetos/as; entre outras cunhagens, continuem subalternizados, escondidos, no subterrâneo. Trata-se assim, de olhar o território escolar e sua lógica em relação ao gênero e a sexualidade às “avessas”, ao contrário, de cabeça para baixo, para ver o que não se veria como diz Castro (2016).

### **PALCO DE DESIGUAIS**

A escola é uma instituição que detendo certas tecnologias de poder, diz Foucault (2010), serve a uma lógica que não está livre de confrontos e conflitos com seus/suas principais agentes (o/a estudante), se encontrando aí os descompassos e ruídos produzidos pelo choque de realidades – aquela imposta pela instituição escolar e a outra trazida para dentro desta pelo/a aluno/a. E quais seriam esses desencontros entre escola e o/a aluno/a em relação ao gênero e a sexualidade? Segundo Carrano (2005, p. 155) “[...] a instituição escolar seria tolerante com manifestações culturais extracurriculares, desde que estas confirmassem, ou mesmo não atrapalhassem em demasia, os tempos, os espaços e lógicas organizadoras da instituição.”. Nesse sentido, tais manifestações culturais seriam como um arcabouço que sustenta as práticas, os símbolos, as representações e os rituais estilísticos da identidade juvenil. E seria interessante à escola permitir ao/a estudante refletir, discutir e vivenciar suas experiências ligadas ao gênero e a sexualidade? E fora do binarismo masculino-feminino?

Foucault (2010), discorrendo em torno das transformações que sofrem o ato de penitência no século XVII para Igreja Católica Apostólica Romana, nos fornece duas tomadas consciências: uma em relação à disciplina do corpo útil como problemática à fisiologia moral da carne, ou corpo encarnado, ou carne incorporada; e outra da organização da anomalia, fundamentada centralmente em torno de uma medicina pedagógica da masturbação, que leva então ao problema do instinto. Esse problema médico e pedagógico da masturbação é o que

levará a sexualidade ao campo da anomalia, que mesmo tendo sofrido diversas transformações, são perceptíveis rearranjos que a conservam aí, na anormalidade. Por mais que a masturbação não seja encarada como o maior dos problemas pertinentes à sexualidade atualmente, foi o que a levou para o que se conceitua como anormal elucidado por Foucault, daí pensarmos tais questões relacionadas ao gênero e a sexualidade na contemporaneidade.

Assumindo a premissa de que estamos inseridos numa sociedade que pré-estabelece uma matriz cisnormativa e heterossexual compulsória, majoritariamente, seus grupos sociais, inclusive os situados dentro do território escolar, prerrogam regras e disposições alinhados a essa concepção, de que existem dois contrapostos: um masculino, do homem e outro feminino, da mulher, e assim, formas “naturais” de ser, pensar e agir particulares a cada um/a, que indiscutivelmente os/as coloca em atração constante e irremediável. Em síntese, mesmo com os movimentos que expressam a liberdade da escolha de gênero e sexualidade, é tornado irreal conceber alguém que nascido (ou não) homem e/ou mulher e entendido (ou não) como tal, possa querer dispor daquilo que seria característico do sexo-gênero-sexualidade contrário ao dele/a.

### **A MARCA DA DIFERENÇA LEGITIMA A VIOLÊNCIA**

Falando-se de regras e disposições, é inegável que em certos momentos e circunstâncias estas tentarão ser impostas, definindo situações e tipos de comportamentos apropriados, distintos entre o que é “certo” e o que é “errado”. Uma pessoa que presumimos infringir uma dessas regras impostas será vista como *outsider* ou desviante, como denomina Becker (2008). E não diferentemente, no que tange à questão do sexo-gênero-sexualidade esperada do sujeito. Assim rotulada, a pessoa desviante pode não se perceber como tal e questionar essa imposição, bem como enxergar as pessoas que a rotulam como desviantes, por considerar seu modelo de regras e disposições o correto. Existindo, então, dois pontos de

vistas sobre uma mesma situação, mas que na maioria das vezes, o sucesso de rotulação se dá por questão de poder, hierarquia e privilégio entre quem rotula e quem é rotulado, demonstrando que no âmago de seu processo, imperam relações de poder desiguais entre os sujeitos sociais, sendo a escola palco para essas disputas e embates.

Segundo Foucault (2001), a sexualidade é uma questão que está envolvida nas relações de poder, sendo que a classificação e a descrição da vida sexual foram fundamentais para as organizações sociais, sobretudo, nas sociedades modernas. O filósofo analisa a produção do discurso médico sobre a “sexualidade” como central para o estabelecimento de padrões de normalidade e de patologia, produzindo os sujeitos a partir da submissão dos mesmos às formas de poder não diretamente repressivas; para ele, devemos considerá-lo “como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir” (Foucault, 2001, p. 8).

Nessa premissa foucaultiana, o poder não se encontra localizável em nenhum ponto particular da estrutura social. Ele é exercido numa rede que inclui a todos e dela ninguém escapa, pois o poder circula. No contexto escolar, assim, todo o corpo escolar é produzido e produtor de poder. Os/as professores/as, os/as coordenadores/as, os/as diretores/as, os/as estudantes, os/as responsáveis legais, os/as funcionários/as, entre outros/as, também o exercem. Entende-se na *Microfísica do Poder* não o deslocamento da análise do ponto de vista espacial, mas a necessidade de se refletir sobre de que maneira ela ocorre. Ou seja, não basta concluir que não há um ponto central de onde o poder irradia toda a sua força, é preciso analisar os métodos que têm por objetivo o controle meticuloso do corpo. Não apenas o produto, mas todo o processo é alvo do micropoder, seus mais detalhados gestos (FOUCAULT, 2001).

De acordo com Becker (2008), nos serve a concepção sociológica relativista, que toma para si o desvio, e conseqüentemente o desviante, como a falha na obediência das regras

descritas por determinado grupo. O que parece ser o caso desta investigação ao presumirmos a adoção por parte da instituição escolar ETEC Rubens de Faria e Souza e, por seus grupos (de alunos/as), do estabelecimento como citado anteriormente, de uma matriz cisnormativa e heterossexual compulsória. Avançando com essa premissa de que a ETEC e seus grupos impõem regras e rotulam sujeitos como desviantes, é possível tecer considerações a respeito das normatizações estabelecidas, das coerções e sanções aplicadas aos sujeitos performativos no território escolar.

## **O TERRITÓRIO ESCOLAR E AS TERRITORIALIDADES ESTUDANTIS**

Localizada no município de Sorocaba, na região central da cidade (ao lado da rodoviária municipal), a ETEC Rubens de Faria e Souza recebe alunos/as de todas as outras regiões, inclusive de municípios pertencentes à região metropolitana. Possui uma diversidade de alunos/as, advinda não apenas de contexto geográfico, classe social e etnias diferentes, mas também de relações diferentes que cada um/a estabelece com o espaço, o que constitui as territorialidades. Como expressão territorial de uma identidade, entendemos que são criados laços grupais, cujos conteúdos vividos demarcam aquilo que lhes pertencem e aquilo que se exclui. Nesse sentido, estabelecem-se fronteiras e códigos que implicam o estar dentro ou fora (HAESBAERT, 2006). No território escolar, diversos grupos se movimentam e se modificam, refazendo as relações (material e simbolicamente). O território escolar é afetado ao passo que essas novas territorialidades que denominamos estudantis são confeccionadas. Os territórios não são *a priori* nem *a posteriori*, mas devem ser apreendidos a partir dos nuances dessas territorialidades e de sua constituição (GOETTERT; MONDARDO, 2009).

Interligando as territorialidades estudantis à vida nos territórios, nos alerta Louro (2008) sobre a tendência à naturalização dos espaços cotidianos, sendo que não enxergamos no interior das instituições escolares o convívio entre meninos e meninas, uma maneira tal e

distinta de cada um/a se movimentar, circular e se agrupar. Geralmente, diz a autora, eles “necessitam” de mais espaço físico para suas atividades do que elas, preferindo também as áreas ao ar livre, reservando a elas as áreas cobertas e privadas. E tudo inscrito numa “certa ordem das coisas”.

### **A ETEC RUBENS DE FARIA E SOUZA**

Instituição escolar que oferece cursos técnicos em sua grade de ensino (integrados ou não ao ensino médio). Apresenta, portanto, características singulares, tais como: a presença de currículos plurais, que ligam disciplinas técnicas às propedêuticas, tendo como objetivo a formação, tanto para o mercado de trabalho, quanto para o ingresso no ensino superior. Esta particularidade tem consequências sobre as turmas formadas e seus comportamentos, como no caso, na turma de alimentos, que majoritariamente é constituída por meninas, enquanto a turma de mecatrônica é inversamente constituída por meninos, indicando que o projeto político pedagógico parte de concepções que devem ser analisadas, mas que não será foco nesta investigação.

O destaque é importante para contextualizar a ETEC - base desta pesquisa, já que a construção dos currículos escolares devem nos trazer elementos necessários para pensar a concepção integrada ou não à cultura, o que não caberia nos objetivos desta investigação, mas que significa pensar de que forma os currículos e as práticas educacionais dão suportes para a manutenção de regras cisnormativas e heteronormativas no território escolar e como se constroem as diversas territorialidades estudantisno seu interior.

### **AS TURMAS E A PESQUISA**

Foram escolhidas duas turmas para a efetivação da pesquisa, em que se desenvolveram observações participantes e se aplicou um questionário, materiais analisados em seguida. Uma

das turmas realiza integrado ao ensino médio o técnico de alimentos, a outra o técnico de mecânica, o que despertou interesse na pesquisadora pelo fato de ser turmas bem distintas em relação ao número de meninos e meninas.

A turma de alimentos é composta por 28 meninas e 8 meninos, somando 36 alunos/as. Contrariamente, a turma de mecânica é composta por 26 meninos e 6 meninas, somando 32 alunos/as. Totalizando-se as duas turmas, são 68 alunos/as, 34 alunas e 34 alunos.

A escolha majoritária de meninas pelo técnico de alimentos e de meninos pelo técnico de mecânica indica o que se espera socialmente de meninos e meninas, homens e mulheres como carreira profissional. Alimentos, culinária, cozinha = profissão de meninas; Mecânica, oficina, carros = profissão de meninos. O que corresponde aos aspectos de meninas se exclui dos aspectos de meninos, são extremos opostos quando falamos de relações de gênero socialmente construídas, numa espécie de características “naturais” femininas e masculinas. Entretanto, por que a turma de alimentos possui 8 meninos e mecânica 6 meninas? Esses 8 meninos e essas 6 meninas teriam escolhido errado seus cursos e profissões em relação ao que se espera deles/as? Estão eles/as rompendo travas em relação à dinâmica de gênero estabelecida pela sociedade?

As relações de gênero são compreendidas como construção social, das representações, dos significados, dos símbolos e das diferenças atribuídas para cada um dos seres biológicos. Tais diferenças biológicas - o fato do homem por possuir um pênis e a mulher por possuir uma vagina (a intersexualidade, em seres humanos, entre outras características, apresenta a ambiguidade genital) têm sido apreendidas e valorizadas como relações de gênero (AUAD, 2016).

Porém, nos alerta Butler (2016) sobre a problemática em assumir uma matriz heterossexual na produção de uma estrutura binária do gênero, que expressaria aí determinadas configurações de poder constituintes do sujeito (homem) e o outro (mulher).

Estas formas padronizadoras parecem restringir uma eventual chance de pensar os seres humanos para além dessa relação dicotômica. Nesse processo, a noção de gênero não pode ser entendida como tudo o que alguém é. Fora daquilo que identifica uma pessoa com seu gênero, essa categoria de análise não se faz coerente e consistente aos diversos contextos históricos, e não longe de intersecções culturais e políticas em que é produzida e mantida, como as étnicas, de classe, as sexuais, as regionais, entre outras.

Citando Foucault, Butler (2016) se apropria e aborda em sua argumentação teórica a ideia de que os sistemas jurídicos de poder produziram os sujeitos que passariam a representar, sendo os mesmos determinados por traços de gênero conforme o eixo diferencial de dominação, o que justifica uma de suas hipóteses da construção do gênero de base binária, ao passo que, majoritariamente, as instituições políticas e sociais se estruturam numa dicotômica desigual entre homens e mulheres. Pensando a instituição escolar sob tal ótica, pode ser analisado seu papel na produção de sujeitos masculinísticos como operação à prática de silenciamento do que não aparece: “o feminino”. Legitima-se para excluir, naturaliza-se para ocultar, e daí surgirem brechas à opressão, à discriminação do “Outro”, da mulher, do feminino, do não masculino, do que não é masculino *a priori*.

As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos – isto é, por meio da limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo “proteção” dos indivíduos relacionados àquela estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha. Porém, em virtude de a elas estarem condicionados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas (BUTLER, 2016, p. 18-19).

Ou seja, a escola como instituição dotada de um sistema jurídico de poder próprio, é um território produtor de desigualdades entre meninos e meninas, homens e mulheres, justificando relações territoriais que objetivam representar o “eles” em contrapartida à repressão delas. Acarretando ainda numa idealização daquilo que vem a ser “masculino” e o que vem a ser “feminino”, por fim, na busca exaustiva por um enquadramento e permanência em um dos dois campos, nunca em ambos.

Louro (2008) nomeia os dispositivos e práticas que no cerne da escola diferenciam os sujeitos masculinos e femininos, em identidades “escolarizadas”. Estas são produzidas no espaço escolar e incorporadas por meninos e meninas, passando a fazer parte de seus corpos, que estão em constante treinamento, é a performance de gênero, como define Butler (2016). No entanto, eles/as não são sujeitos passivos às imposições externas, envoltos neste processo de aprendizagem é fundamental a análise de suas reações, respostas e recusas, e mesmo de sua completa aceitação.

## **RESULTADOS DA PESQUISA**

Realizou-se com ambas as turmas, de alimentos e de mecânica, um questionário com o total de 92 perguntas objetivas divididas não igualmente em 5 segmentos: geral (17); socioeconômico (17); consumo e hábito (12); vida escolar (33) e família (13), sendo abordado neste artigo parte dos segmentos geral e vida escolar.

Na turma de alimentos, houve resposta ao questionário de todos/as os/as 36 alunos/as (100%). Já na turma de mecânica, dos 32 alunos/as, 29 responderam ao questionário (90%), sendo 24 meninos e 5 meninas. O que totaliza 65 questionários respondidos.

Estamos lidando com o que muitos autores/as definem como adolescentes/jovens inseridos no que se denomina de adolescência/juventude, o que pede, claramente, um olhar atento e específico à constituição de tal identidade, vista entre outras imagens como uma condição de transitoriedade, em passagem para a vida adulta, então, um ser ainda em construção, no qual suas atitudes presentes ganham sentido no futuro. Assim, numa perspectiva geralmente negativa, o que ainda não é – o vivido, o agora; tende a ser negado, desvalorizado. As questões de sua existência experimentadas no presente não ganham tanta importância, pois seriam apenas compreendidas no futuro. Sendo a escola um dos espaços mais singulares onde esse tipo de pensamento se encontra (DAYRELL, 2003). A faixa etária

dos/as estudantes de ambas as turmas se encontra entre 15 e 17 anos, como podemos ver na tabela 1:

TABELA 1 – Faixa etária

<b>CATEGORIA</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>TOTAL</b>
Nº de respostas	2	46	17	65
%	3,1	70,8	26,1	100

Quando perguntado/a aos/as estudantes sobre sua identidade de gênero – o senso interno e profundo de uma pessoa sobre quem ela é como um ser de gênero; o gênero com o qual se identifica – intrigou-nos uma resposta em branco (na turma de alimentos), que pode ser uma identidade de gênero em construção, não nomeada, ou talvez o desconhecimento daquele/a sobre a categoria de identidade de gênero, ou mesmo o silenciamento de uma identidade não correspondente à norma estabelecida. Vejamos a tabela 2:

TABELA 2 – Identidade de gênero

<b>CATEGORIA</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>	<b>Transgênero</b>	<b>Transexual</b>	<b>Travesti</b>	<b>Queer</b>	<b>Não Binário</b>	<b>Gênero Fluido</b>	<b>Outra</b>	<b>Branco</b>	<b>Anulada</b>	<b>TOTAL</b>
Nº de respostas	31	32	0	0	0	0	0	0	0	1	1	65
%	47,7	49,2	0	0	0	0	0	0	0	1,55	1,55	100

Houve interessantes respostas dos/das estudantes à pergunta sobre orientação sexual – atração por outras pessoas: do mesmo gênero, do gênero oposto, de ambos os gêneros ou sem referência ao gênero, incluindo a possibilidade de pessoas que não se sentem atraídas e podem se identificar como assexuais. Dos/as 36 alunos/as da turma de alimentos, 30 se classificaram como heterossexuais (23 meninas e 7 meninos). Assim questionamos: seria mesmo toda essa quantidade verdadeiramente heterossexual? Haveria aí pessoas silenciadas? Estaria por se revelar o poder de uma heterossexualidade compulsória?

Houve a classificação por parte de um menino como homossexual (atração pelo mesmo gênero), o que nos chama a atenção, e perguntamos: seria ele assumido ou estaria a se classificar como tal pelo anonimato do questionário? Em que medida ele está sendo ou não silenciado, violentado? Questionamos-nos igualmente pela classificação de cinco meninas como bissexuais (atração por ambos os gêneros, masculino e feminino). Vejamos a tabela 3:

TABELA 3 – Orientação sexual (alimentos)

<b>CATEGORIA</b>	<b>Heterossexual</b>	<b>Homossexual</b>	<b>Bissexual</b>	<b>Assexual</b>	<b>Pansexual</b>	<b>Outra</b>	<b>Branco</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Nº de respostas</b>	30	1	5	0	0	0	0	36
<b>%</b>	83,3	2,8	13,9	0	0	0	0	100

Ainda sobre a questão da orientação sexual dos/as estudantes, na turma de mecânica dos/as 29 alunos/as, 26 se classificaram como heterossexuais (22 meninos e 4 meninas). Um menino se classificou como “outra”, o que pode denotar uma sexualidade ainda em formação, inominada, até mesmo desconhecida por ele, visto a variedade de opções de respostas oferecidas. Esta escolha pela marcação como “outra” indicaria alguma vigilância? A construção de uma sexualidade em silêncio? Houve também a resposta em branco de uma

menina, que pode ser o desconhecimento da categoria de orientação sexual, como a presença de um silêncio que não lhe permite nomear, ou também a possibilidade de uma sexualidade em formação. Vejamos a tabela 4:

TABELA 4 – Orientação sexual (mecatrônica)

CATEGORIA	Heterossexual	Homossexual	Bissexual	Assexual	Pansexual	Outra	Branco	Anulada	TOTAL
Nº de respostas	26	0	0	0	0	1	1	1	29
%	89,65	0	0	0	0	3,45	3,45	3,45	100

As violências escolares com mulheres e LGBT<sup>+</sup> se manifestam de diversos modos e estilos, indo da simples omissão das vivências e experiências destes/as, que se veem impedidos de falar abertamente de seus sentimentos e dia a dia, até a repreensão de professores/as e dos/asoutros/as alunos/as vigilantes com seus corpos, ao enquadrarem meninas agitadas de mais como “molecas”, e meninos soltos de mais como “bonecas”. Elas devem se privar e/ou saber esconder as relações que estabelecem com outros meninos, se não receberão o título de “puta”, e eles devem se vangloriar e/ou contar vantagem das meninas que já tiveram algum contato afetivo-sexual, se não receberão o título de “boiola”. Caso elas não se abdicarem do que é comumente associado ao masculino, ou mesmo não apresentem um feminino padrão, certamente ouvirão: “menina machuda”, e no caso deles, se não se abdicarem do que é comumente associado ao feminino, ou não atenderem ao padrão do macho alfa, com certeza ouvirão: “deixe de viadagem”. Caso assumam publicamente sua condição não heterossexual terão que conviver diariamente com dizeres que os/as menosprezam, pois é simplesmente ignorada a existência de pessoas com as quais eles/as zombam, sem receio algum de machucá-las e/ou feri-las, ao que se ouve: “eu mataria meu filho se ele fosse assim”, em referência a meninos gays. E as meninas seguirão ouvindo, por

parte da maioria dos meninos, que: “melhor que strogonoff somente uma mulher gostosa”. Quando perguntados/as se já foram vítima de algum tipo de preconceito dentro da escola (machismo, lesbofobia, homofobia, bifobia, transfobia, racismo, gordofobia etc.) as respostas obtidas estão na tabela 5:

TABELA 5 – Violências escolares

<b>CATEGORIA</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Branco</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Nº de respostas</b>	31	32	2	65
<b>%</b>	47,7	49,2	3,1	100

Dinis (2011, p.41) nos alerta que: “[...] dizer publicamente não simpatizar ou mesmo odiar pessoas homossexuais ainda é algo não só tolerado, como constitui também uma forma bastante comum de afirmação e de constituição da heterossexualidade masculina.”. Ou seja, não é somente a omissão, mas também a reivindicação de uma norma universal (a heteronormatividade) que justifica as violências escolares para com tais sujeitos desviantes. Sobreviver às múltiplas agressões verbais e psicológicas não é nada fácil, como não é resistir às tentativas de ser colocado/a num lugar onde não se pode sair, pois é dito que ali é o seu lugar, local esse que não se pode falar, e mesmo que se fale não será ouvido/a, uma vez que existam discursos de verdades (FOUCAULT, 2010). Ao que Louro (2008, p. 67-68) brilhantemente nos coloca:

Provavelmente nada é mais exemplar disso do que o ocultamento ou a negação dos/as homossexuais – e da homossexualidade – pela escola. Ao não se falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda “eliminá-los/as”, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui o silenciamento – a ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da “norma”. A ignorância (chamada, por alguns, de inocência) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos “bons” e confiáveis. A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confina-los [as] às “gozações” e aos “insultos” dos recreios e dos jogos, fazendo

com que, deste modo, jovens gays e lésbicas [e bissexuais] só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos.

Entre os/as próprios/as estudantes o diálogo, a troca e uma real inclusão de todos/as se torna difícil pela persistência dos grupos escolares, que em sua gênese está à aproximação daqueles/as que possuem características comuns, portanto, da segregação e/ou exclusão dos/as que não atendem a essas especificidades, assim vão se constituindo os denominados “guetos” ou “panelinhas”, ao que chamamos de territorialidades estudantis, intimamente ligadas ao modo que utilizam e se organizam no espaço, dotando o lugar de um significado (HAESBAERT, 2005). No imaginário coletivo prevalece a ideia de que há certa união de toda e qualquer turma, sendo radical pensar em termos tão fortemente marcados, porém na prática é o que fatalmente acontece, essas territorialidades estudantis e suas fronteiras materiais e simbólicas, impedem e bloqueiam uma comunicação efetiva e inteligível, pois em seu cerne há uma dispõe de um conjunto de ações e concepções que julgam ser corretas ou não, estabelecidas por seus/suas integrantes, que partem muitas vezes dessa escala micro para tecer suas opiniões, não livres de outras fontes externas, claramente. Tais reflexões são apontamentos enviesados com base em três perguntas propostas no questionário - você percebe a existência de grupos em sua turma por quaisquer motivos (TABELA 6); você identifica que cada um desses grupos possui um território em sala de aula (TABELA 7), e por último, você diria que os/as colegas de turma que não pertencem a um grupo específico, possuem melhores relações com todos/as os/as outros/as colegas de turma por serem neutros/as (TABELA 8).

TABELA 6 – Grupos escolares

CATEGORIA	Sim	Não	TOTAL
Nº de respostas	65	0	65
%	100	0	100

TABELA 7 – Territorialidades estudantis

<b>CATEGORIA</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Branco</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Nº de respostas</b>	58	6	1	65
<b>%</b>	89,2	9,2	1,6	100

TABELA 8 – Alunos/as neutros/as

<b>CATEGORIA</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Branco</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Nº de respostas</b>	41	19	5	65
<b>%</b>	63,1	29,2	7,7	100

### **DAS OBSERVAÇÕES PARTICIPANTE**

Em uma conversa informal com a coordenadora pedagógica da ETEC, a mesma considerou importante o desenrolar desta pesquisa na unidade, pois não há regularmente o trato de questões no espaço escolar envolvendo o tema. A coordenadora nos traz um importante relato de conflito ocorrido no primeiro semestre de 2016, meses antes do início desta investigação. Ela se apresenta sempre muito aberta ao diálogo, e foi por esse canal que algumas meninas da turma de alimentos, que se denominam “feministas”, relataram sua versão da briga entre certa menina A e certo menino B (ambos da turma de alimentos). Não se atendo as causas das agressões verbais, mas que resultaram em agressão física dele (B) contra ela (A), a coordenadora pedagógica, há mais de 30 anos na instituição, considerou juntamente de uma comissão de outros/as docentes e gestores/as a necessidade da aplicação de suspensão

por alguns dias de B, com ocorrência escrita no prontuário, depois de uma breve conversa com ambos, aonde cada um/a foi ouvido/a e verbalmente advertido/a.

Amigas e colegas (meninas) de A, que se autointitulam feministas, indignadas com o caso, principalmente pela agressão física por parte de B, também reivindicaram a gestão escolar que se organizasse um debate a respeito da violência contra mulheres. Reconhecendo a necessidade depois do ocorrido, atendeu-se ao pedido das meninas, estando A participando. Sucederam-se duas rodas de conversa, em dias distintos, no final do ano de 2016, após o período de aulas, com a presença de uma mediadora estudante do programa de pós-graduação em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, em convite feito pelas próprias meninas e autorizado pela escola. Aproveitou-se o entusiasmo, e também para desfocar o episódio de agressão, para debater violências contra outras duas minorias políticas, LGBT<sup>+</sup> e negros/as.

Observa-se que o caso de agressão física na ETEC fez aflorar a escassez de um debate a respeito de gênero e seus desdobramentos, o que parece aqui algo pontual, não existindo ainda algo mais concreto, como um programa de educação sexual e de gênero, por meio do qual sejam tratados os diversos temas aí interligados, tão debatidos na sociedade atual, mas que ainda se faz ausentes, silenciados, no território escolar.

Por meio de conversas informais com outros/as dirigentes escolares, e alguns/algumas professores/as, observamos que os conteúdos relativos às tais questões, que perpassam a temática da sexualidade, permanecem a cargo das disciplinas de Biologia e de Educação Física, englobados, portanto, em conhecimentos acerca da espécie humana e seus dois seres biológicos, sua genética e anatomia e somente isso, com apontamentos não menos relevantes, mas insuficientes, acerca de gravidez precoce (reprodução) e doenças sexualmente transmissíveis (DST's). Alunos/as da turma de alimentos e de mecânica afirmaram que certa professora que ministra disciplinas de História, Filosofia e Sociologia, como um

professor contratado que hoje já não se encontra na unidade e que ministrava as mesmas cátedras, em determinados momentos suscitaram debates sobre tópicos que de alguma forma foram identificados e associados às questões de gênero e sexualidade, como a história dos movimentos sociais feministas e LGBT<sup>+</sup>, as dificuldades que estes/as encontram para se firmarem socialmente etc.

As rodas de conversa realizadas em novembro de 2016, desencadeadas pela agressão, e o pouco que se fala dentro de sala de aula estando restrito a algumas disciplinas, não havendo diálogo e interdisciplinaridade entre as mesmas, é visto aqui como uma medida paliativa, ao passo que o problema é estrutural e enraizado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se indicar que a escola - suas regras e disposições, seus projetos, planos e currículos, seu corpo docente e técnico, como de funcionários e estudantes, ainda não concebe, de forma unânime, uma ideia dissociada das categorias sexo-gênero-sexualidade, por mais que tentem. Tratar de tal assunto em ambiente educacional continua um tabu, enfraquecido, mas que prevalece e que se mostra pelas recusas e espantos em abordar o temário com profundidade e atenção necessária por parte de todos/as. Contudo, ainda que mergulhados/as num pensamento hegemônico que estabelece o que é ser homem e o que é ser mulher, e a incontestável atração entre ambos, percebe-se iniciativas esparsas contrárias a essa naturalização, é o caso de uma palestra na unidade, em abril de 2017, sobre as vertentes do feminismo (branco, negro, trans e radical) e suas vicissitudes, e de outra, em junho de 2017, sobre bullying escolar, que de alguma maneira tentam coibir práticas de violência e exclusão com aqueles/as que historicamente são vistos/as, e assim tratados/as, desigualmente, legitimando a posição que aí ocupam as marcas que carregam.

## Referências

- AUAD, D. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2016. 2ª ed.
- BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução por Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENTO, M. A. S. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 11ª ed.
- CARRANO, P. C. R. Identidades juvenis e escola. In: *Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.
- \_\_\_\_\_. Apresentação da Seção Temática: Ensino Médio e Juventudes. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 7-13, jan./mar. 2016.
- CASTRO, N. N. D. de. *Identidades de gênero no espaço escolar: silêncios e falas*. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.
- DAYRELL, J. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./out./nov./dez. 2003.
- DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011. Editora UFPR.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Os Anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução por Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- GOETTERT, J. D.; MONDARDO, M. L. O “Brasil migrante”: gentes, lugares e transterritorialidades. *GEOgraphia*, Niterói, v. 11, n. 21, p. 101-136, 2009.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O Mito da Desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2008. 10ª ed.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009. 8ª ed.

## Performances e gênero na exploração sexual de crianças e adolescentes em campo grande-ms:relatos de fontes privilegiadas

Performances and gender in the sexual exploitation of children and adolescents in campo grande-ms: reports of privileged sources.

Antonio Henrique Maia Lima<sup>24</sup>

Estela Márcia Rondina Scandola

Giany Conceição Costa

Maria Beatriz Almeidinha Maia

Rosana dos Santos Oliveira

Tânia Regina Comerlato

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** O artigo se estrutura a partir de uma série de entrevistas realizadas com sujeitos-chave da Rede de Garantias de Direitos, que chamamos de “fontes privilegiadas”. Não houve, via de regra, roteiros pré-estruturados e os diálogos aconteceram de forma espontânea, onde os entrevistados falaram livremente sobre o cotidiano de trabalho. Assim, a *educadora*, a *outra educadora* e o *conselheiro* são identidades artificiais que asseguram o sigilo de fontes que denunciam as contemporâneas dinâmicas do mercado sexual de meninos e meninas em Campo Grande-MS. Procuramos dar ênfase, a partir dos próprios relatos, à constituição de figuras performáticas que emergem em um discurso, ainda que indiretamente, da própria Rede de Garantia de Direitos, em especial, das novas configurações desteterritório (mercado) que fazem o uso da internet, das redes, dos cybers, etc., são eles: as guriazinhas, os bambis e as bichinhas novas.

**Palavras-chave:** Mercado Sexual. Crianças e Adolescentes. Dinâmicas. Gênero. Violência.

**Abstract:** This article builds on a series of interviews with key people in the "Rights Guarantee Network", which we call "privileged sources." As a rule, there were no pre-structured scripts and the dialogues happened spontaneously, where the interviewees spoke freely about their daily work. Thus, the educator, the other educator and counselor are artificial identities that ensure the secrecy of sources that denounce the new dynamics of the sexual market of boys and girls in Campo Grande-MS. We seek to emphasize, from these reports, the constitution of performance figures that emerge in a discourse in particular of the new configurations of this territory (market) that make use of the internet, networks, cybers, etc., they are: little girls, sissy and young gays.

**Keywords:** Sexual Market. Children and Adolescents. Dynamics. Genre. Violence.

### 1 ALGUNS ASPECTOS METODOLÓGICOS

Visando compreender as dinâmicas da ESCA em Campo Grande/MS, optou-se por buscar diferentes olhares sobre a realidade, na perspectiva que eles possam,

---

<sup>24</sup> Todos os autores são membros do Grupo de Pesquisa do COMCEX-MS - Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul. Outras informações podem ser obtidas na Plataforma Lattes.

complementando-se, possibilitar uma visão complexa e contextualizada da atual realidade. Por isso, trazemos dados da atualidade do município expressando parte das contradições existentes, especialmente no que se refere ao acesso a direitos e os grupos em situação de discriminação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa coletiva, ou seja, a construção de conhecimento a partir de um conjunto de saberes dos sujeitos pesquisadores. Integrantes do mesmo mundo pesquisado, reconhecem a impossibilidade da neutralidade, posto que são comprometidos com as mudanças sociais. No entanto, em um exercício pleno de humanidade, colocam-se objetivamente na coleta, organização e análise dos dados, dispondo dos seus conhecimentos historicamente construídos, seja para desenhar os caminhos, seja para realizar a dialética da aproximação e afastamento permanente do real em busca da sua essência.

A opção pela pesquisa com fontes documentais ocorreu por diferentes motivações. A primeira delas é que na sede do COMCEX-MS<sup>25</sup> (Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul) existe um conjunto importante de documentos que vão sendo produzidos por diferentes setores da sociedade e estão ali disponíveis, como também pela própria secretaria executiva. Embora haja consulta constante sobre os dados, pouca ou nenhuma sistematização foi realizada. A segunda motivação pela pesquisa documental sedeu pelas discussões com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), posto que este, dentre suas diligências, afirmou que “visando respeitar os preceitos éticos, dever-se-ia notificar as situações de ESCA ao sistema de segurança pública”. Embora a argumentação que havia na equipe de pesquisa também os serviços como Consultório na Rua e Centro-Pop, não seria aplicável a exigência do CEP, por conta de que em tese estaríamos arruinando o trabalho desses serviços. Para além disso, não houve acordo e a equipe de pesquisa entendeu que não seria possível atender à requisição do Comitê, pois colocaria tanto os adolescentes, quanto os pesquisadores em situação de profundo risco. Por outro lado, em razão de estarmos acompanhados de dois serviços públicos já havia a garantia de atendimento caso fosse necessário. O fato é que, esta pequena “novela” teve como capítulo final a escolha pela utilização de documentos ao invés da pesquisa *in loco*.

O volume de documentos existentes no COMCEX-MS não pode ser analisado numa pesquisa apenas. É necessário que haja um processo contínuo de organização e análise de dados, pois a riqueza do que pode evidenciar das situações de violação de direitos e, por outro lado, de estratégias que o colegiado tomou para promoção, prevenção e

---

<sup>25</sup> Localizada na Casa da Cidadania. Rua Marechal Cândido Mariano Rondon, 713 - Amambai, Campo Grande - MS, 79008-000. Telefone: (67) 3321-3228.

acompanhamento das situações de ESCA. Por isso, mesmo tendo acesso a todos os documentos, para a redação do presente artigo foram utilizados somente relatos de:

**1) diários de pesquisa de membros do COMCEX-MS (chamado de “Observações de Campo”).** O dossiê é constituído por oito (8) relatórios, datados de abril a junho de 2014 e abrangeu os territórios: Rodoviária Velha e seu entorno, Praça do Rádio Clube, Vila Progresso e Camelódromo. Esse conjunto de documentos subsidiou o item 2 do presente artigo, e;

**2) relatos de entrevistas extensas com fontes privilegiadas** que participaram de reuniões e de outra pesquisa sobre a realidade da Rede de Enfrentamento à ESCA que se encontram arquivados no Comitê. Esse conjunto de documentos subsidiou os demais itens deste texto.

A partir da seleção desses documentos, optou-se por organizá-los visando dar base para os capítulos do relatório da pesquisa<sup>26</sup> e para os diversos artigos que deles foram/serão extraídos com vistas à divulgação científica dos resultados. Com a base teórica sócio-histórica, decidiu-se por buscar os fundamentos que foram constituindo a compreensão sobre a realidade da ESCA. Portanto, não foram realizadas análises quantitativas dos fatos, mas uma busca dos significados e das relações que se estabelecem visando aproximações sucessivas. Como afirma Minayo (2010), é do fundamento da pesquisa qualitativa a consideração histórica do que se está estudando; a relação entre pesquisadores e o objeto da pesquisa em interação permanente e que a realidade está em permanente mudança.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DINÂMICAS DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM CAMPO GRANDE-MS**

A praça Ary Coelho que, historicamente, esteve vinculada aos trabalhos de prevenção das organizações como também servindo de referência para os (as) trabalhadores do mercado sexual, no caso desta pesquisa, tornou-se um território agregado aos demais que foram observados. Por isso, não houve observação específica nessa localidade, mas é um ponto de ligação entre todas.

Nos relatos iniciais consta que a região do entorno da Praça Ary Coelho, mantém presença de prostituição e esta acontece somente no período noturno, estando

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.esp.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/66/2016/05/Din%C3%A2micas-da-explora%C3%A7%C3%A3o-sexual.pdf>

reduzida apoucos pontos. O território está circunscrito entre as ruas 7 de Setembro (mulheres e travestis/jovens) e XV de Novembro; entre Rui Barbosa e Calógeras (travestis adultos e jovens),desenhando um perímetro de quatro quadras. O projeto de “urbanização” que ocorreu naPraça e na Avenida Afonso Pena, em toda a sua extensão, cuja principal mudança foi a colocação de cercas, teve um impacto direto na população que utilizava esses locais comoespaços de trabalho. Por isso, houve deslocamento para outras áreas. Observou-se tambémuma nova característica que é a permanência rápida nesses locais, cujo objetivo é paraencontros previamente agendados.

A observação nos três territórios escolhidos permitiu considerar que eles mantêmligações entre si, tendo um processo de circulação permanente entre usuário dos serviçossexuais, trabalhadores como também a presença de serviços públicos, como poderemosobservar a seguir:

### **Rodoviária velha**

A Estação Rodoviária Heitor Eduardo Laburu está localizada no quadrilátero dasRuas Joaquim Nabuco, Dom Aquino, Vasconcelos Fernandes e Barão do Rio Branco. Mesmocom a transferência de toda a movimentação de ônibus intermunicipais e interestaduais para anova rodoviária em 2010, permaneceu, no local e seu entorno, bares, lanchonetes e meios dehospedagem. Também foram compor o espaço vazio dos ônibus urbanos, os traillers desanduíches que ocupavam a Afonso Pena antes da “reurbanização”.A movimentação diurna e noturna diverge bastante. No período diurno há a presença de mulheres trabalhadoras do mercado sexual, como também de usuários de drogas lícitas e ilícitas. Há presença permanente de algumas pessoas consideradas população de rua, sendoque praticamente a totalidade é de adultos. Com a presença de Igrejas Evangélicas, cujo funcionamento ocorre tanto durante o dia como parte da noite, circulam por esse território,adultos, crianças e adolescentes acompanhados. Em dias de “levar” pessoas para a “comunidade terapêutica”, adensa, nesta região, também a presença de familiares e dedependentes químicos.

Nos traillers, cujo funcionamento é noturno, há diversidade de presença, podendo serencontradas famílias em momentos de lazer, como também pessoas que estão na cidade atrabalho, turismo e/ou que estão hospedados nos hotéis do entorno. Observou-se que nessaparte da Rodoviária ocorrem abordagens visando programas sexuais, sendo que estes serão realizados tanto nos hotéis como também nos terrenos baldios e becos das imediações.Dos adolescentes observados, percebeu-se que dois faziam “corre”, no interior

daregião, relacionando-se com adultos e outros adolescentes. Todos os compradores percebidos eram adultos sendo que, alguns estão em situação de rua e outros não. Não podemos afirmar que os adolescentes observados estavam em situação de exploração sexual, porém, percebeu-se, que um desses “meninos” entrou em um veículo Honda Civic Preto dirigido por um homem e retornou para a mesma esquina depois de aproximadamente 40 min.

A presença de travestis na prostituição de rua é bastante pequena. No entanto, uma delas atua como líder daquele “mercado sexual”. Seu apelido era “T” e, aparentemente, ela “gerenciava” uma rede de outras garotas, inclusive adolescentes. No hotel onde “R” trabalha ou atende, saiu uma adolescente, com roupas chamativas e bastante maquiada. Essa mesma adolescente, durante a observação, entrou em dois veículos diferentes, ambos dirigidos por homens e retornou cerca de 1h depois de cada partida. Nas observações realizadas na rodoviária um dos bares chamou especial atenção pela forma como se processa a movimentação. Em determinados momentos um veículo dirigido por um homem, de aproximadamente 25-30 anos, chegava ao bar com diferentes mulheres e logo saía com outras. Esse movimento foi constante durante toda observação. Constatou-se que chegaram por esse veículo duas moças e saíram outras duas. Este estabelecimento possui intenso movimento de mulheres e homens, com ocupação rápida de mesas, entrada e saída para hotéis da região. É reconhecido historicamente como local de ponto de encontro para programas sexuais. Não foi possível identificar, de fora do bar, a permanência de adolescentes.

No entorno da Rodoviária Velha há um “mini terminal” de vans que chegam de diferentes municípios do interior. Observou-se que há presença de adolescentes em praticamente todas as chegadas e saídas das vans. Permanecem como serviços públicos neste local, além da vigilância sanitária sobre os trailers, o Consultório na Rua e a Guarda Municipal. As viaturas da Polícia Militar são bastante presentes, além da segurança particular existente no prédio.

### **Praça do Rádio (Praça da República) / Centro**

Na Praça do Rádio Clube encontram-se os adolescentes das tribos de rockeiros, punks e, no horário diurno, crianças que frequentam para lazer. No período noturno há o uso de maconha, narguilé e álcool, sendo este adquirido nas imediações. Nesta praça também se concentram estudantes pós horário das aulas vindos das escolas próximas.

Há presença também de encontro de casais homossexuais – masculinos e femininos não sendo possível perceber se há muita assimetria de idade, mas há adultos em

espera de estudantes. Também não foi possível conhecer se há situação de exploração sexual ou quaisquer tipos de locais que pudessem propiciar agenciamento nas imediações, muito embora, alguns bares tenham “fundos” que não se pode visitar. Após as 22 horas, pode-se notar um movimento maior nas Ruas Rui Barbosa, 15 de Novembro, 7 de Setembro e Calógeras, com a presença de profissional do sexo travesti na 15 de Novembro, profissionais do sexo feminino e masculino na 7 de Setembro e Calógeras, como também a presença de pequenos traficantes. Não foi verificada a presença de crianças ou adolescentes nessa parte do território.

Na região abaixo da Avenida Calógeras, no período diurno, nas imediações do Mercado Municipal, percebeu-se que há intenso movimento com características de mercado sexual cujo trabalho é de mulheres adultas. Aportam nesses locais diferentes tipos de público e os encontros ocorrem nos bares da região, com locais de prestação de serviços, aermo e com movimentação a pé. Não foi observada a presença de crianças e adolescentes. Há circulação de travestis jovens sem necessariamente estarem em prestação de serviços sexuais.

### **Vila Progresso**

Usou-se o Terminal Morenã como ponto de referência na observação. Assim, partindo do terminal, a observação se deu nas Ruas Aristóteles e Tomas Edson, inicialmente, e suas respectivas ruas laterais em ordem a partir da Av. Costa e Silva (R. Ari Coelho de Oliveira, R. Estevão Capriata, R. São Miguel, R. Oclécio Barbosa Martins, R. Aparecida e R. Trindade). Em um segundo momento, passou-se à observação sobre a realidade entre as Ruas Tomas Edson e Simão Bolívar. Depois, entre as Ruas Simão Bolívar e Carlinda Tognini.

Este território, principalmente na Rua Oclécio Barbosa Martins, é onde se encontra o maior fluxo de compra e venda de drogas e a maior concentração de usuários que fazem do tráfico uma forma de manter o seu próprio uso. Na época da observação, o Consultório na Rua acompanhava uma adolescente em situação de rua que, além de traficar, também se prostituía para conseguir manter o uso. A adolescente tem um filho que estava sob os cuidados da avó.

No percurso inicial da observação, verificou-se que o movimento sexual na região é no período noturno e foram vistas diversas mulheres e travestis se prostituindo, as quais, aparentemente todas eram adultas. Notou-se que o território não possui boa iluminação pública e, que, é reduto de uso de drogas e prostituição. Foi observado que, praticamente, em todas as esquinas do território há trabalhadoras sexuais ou usuários de drogas. A

movimentação, tanto dos usuários da prostituição como aqueles que vão adquirir drogas, se dá em carros particulares. No entanto, também foi observado, em menor número, homens de bicicleta e moto que se movimentam neste território. Percebeu-se também que havia um grande fluxo de moradores de rua, dos quais, boa parte, perambulava com sacos, caixa de papelão que, aparentemente, serviriam de local de dormida.

Percebe-se que há interconexão entre mercado sexual e de drogas na região e, provavelmente, “comandado” pelas mesmas pessoas. Pode-se afirmar que, neste território há uma organização dos serviços ali executados. Além do Consultório na Rua, neste território, há pouquíssima presença de políticas sociais, sendo vistos os guardas municipais em alguns serviços públicos e a “passagem” de carros da Polícia Militar.

### **3 FONTE PRIVILEGIADA I: A EDUCADORA**

Uma série de entrevistas foi realizada com uma ex-educadora de rua que trabalha emora nas imediações da antiga rodoviária. Em nenhuma delas houve roteiro e aconteceram de forma espontânea, sendo que os dados foram registrados em diário de pesquisa em conjunto com a entrevistada. Seu cotidiano de trabalho lhe faz frequentar as redondezas como também conviver com a população da região. Informou que os trailers da rodoviária são um bom disfarce para os pontos de encontro, pois ali “está todo mundo” e a presença de famílias disfarça bastante os agenciamentos que ocorrem no entorno do trabalho.

A presença de chegada e saída das vans, que vão para os municípios do interior, na Rua Barão do Rio Branco, mereceria um trabalho mais aprofundado de observação, pois alichegam as meninas e os meninos, “bichinhas novas” (sic). Tanto podem vir os carros pegar logo na chegada da van como também, as “guriazinhas” saírem às pressas para irem se encontrar com alguém que tem apartamento e que elas vão ficar ali por perto. Vir de van é mais chique que vir de ônibus de linha, pois já descem no centro da cidade e já andam pelas ruas, ao contrário de quando vem pela Rodoviária nova que daí, precisam pegar ‘circular’ para vir até o centro. A maioria não gosta de andar de coletivo porque é feio, é coisa de pobre. Então, vir de van eleva o status, tanto da cidade que saem, quanto em Campo Grande que chegam.

A exploração sexual de meninas está quase toda escondida nas casas e nos apartamentos onde ficam alojadas quando são do interior. Vez por outra é possível, durante o dia, ver umas bem arrumadinhas e maquiadas que estão de celular de última geração empunho e conversando o tempo inteiro. Não se vê mais ponto de rua com meninas. O que

se percebe é que elas sabem que podem ser pegadas e, quando ficam numa esquina ou em algum lugar esperando o cliente, o olho observa por todos os lados.

Aquelas que estão nas ruas “zumbizando”<sup>27</sup>, dependendo de pasta ou de crack, também estão “fora dos olhos” aqui do centro. Tem muita dependência do álcool. Aí a gente vê que os programas rolam mais para consumir as drogas (lícitas e ilícitas) do que para ganhar dinheiro com a prostituição. Dentre os moradores de rua têm muitas violências, especialmente quando estão ‘chapados’ e as meninas estão tão acabadas que não se sabe direito a idade.

Tem muito “bambi”<sup>28</sup> que está chegando dos outros municípios e até dos outros estados. Eles vêm para Campo Grande para aplicar silicone, deixar [crescer] cabelo e fazer transformação do corpo. Quando chegam, logo vão para a casa de alguém mais velho que já viveu isso. Já vem indicado e pode tanto trabalhar na prostituição, quanto no serviço doméstico enquanto junta dinheiro para pagar a “bombadeira”<sup>29</sup>. Agora, poucos fazem programas perto da Praça Ary Coelho, porque ela virou cemitério de novo, está tudo trancado. Então, essas jovens estão espalhadas pela cidade, mas é mais nas saídas da cidade, tipo no começo das avenidas. Deve ter mais de 8 (oito) pontos de bambis e travestis jovens. Às vezes o pessoal da Associação das Travestis de Mato Grosso do Sul - ATMS chega até elas, mas o começo do trabalho ainda é por causa da AIDS. Sobre estar em situação de exploração sexual, nem as bambis, nem as travestis novinhas acreditam nisso e não há trabalho com essa temática nos pontos ou nas casas.

#### **4 FONTE PRIVILEGIADA II: A OUTRA EDUCADORA**

Este resumo refere-se a uma entrevista concedida a pesquisadores da Fiocruz, cuja cópia se encontra nos arquivos do COMCEX-MS. É, portanto, um conjunto de extratos no que se refere à realidade da exploração sexual em Campo Grande. É uma educadora vinculada ao Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável – IBISS|CO, por quase 20 anos. Nos projetos desenvolvidos pelo IBISS|CO, desde 1993/94, com os diferentes grupos prostitucionais, seja com mulheres, homens e travestis, sempre houve o olhar dirigido para a presença de crianças e adolescentes. O mapeamento específico da exploração sexual

---

<sup>27</sup> Nomeação dada a pessoas que em situação de uso abusivo e contínuo de drogas, demonstra pouco controle sobre si e que deambula por logradouros sem destino certo e com ausência de cuidados pessoais como higiene, roupas e alimentação.

<sup>28</sup> Homossexual masculino afeminado que ainda não fez aplicação de silicone, embora possa se ‘montar’ como travesti.

<sup>29</sup> Nome que designa geralmente uma travesti mais velha que aplica silicone para constituir seios, nádegas, coxas e faces femininas. É um procedimento proibido, mas realizado amplamente na fase de redesignação corporal.

nainfância, de forma sistematizada, iniciou nos anos 2000. Anteriormente não havia financiamento específico para esta finalidade.

O financiamento sempre foi público, visando trabalhar com os grupos que estão nas ruas e, as principais rubricas vieram do Programa Nacional de DST/AIDS. Com a descentralização dos recursos para os estados e municípios, os recursos ficaram diminuídos e com muita dificuldade para operacionalizar. Foi quando começou a diminuir o trabalho na rua.

O trabalho na rua, no final dos anos 1990 e início da década de 2000, investiu fortemente no mapeamento, abordagem educativa e grupalização dos diferentes segmentos. A articulação com os movimentos nacionais de prostitutas, de travestis e de crianças e adolescentes foi fundamental para fortalecer os grupos locais.

O Projeto Eros – dedicado ao trabalho com travestis –, Projeto Afrodite – destinado ao trabalho com mulheres em situação de prostituição – e o Acelerando Passos – dirigido à mobilização da Rede de Garantia de Direitos – RGD<sup>30</sup> e às crianças e adolescentes em situação de rua, foram fundamentais para o nascimento de núcleos organizativos que deram origem a coletivos como a Associação das Travestis de Mato Grosso do Sul - ATMS e o núcleo Afrodite, das mulheres que trabalhavam na rodoviária e seu entorno.

O trabalho na rua e a capacitação da RGD eram atividades complementares que traziam a realidade e a reflexão. Essa interlocução, pode-se dizer, era uma forma de educação permanente para a rede (que quase nunca vai à rua em um trabalho educativo) e para os educadores de rua (que estão na rua e experimentam as falhas do atendimento na RGD). Há também aquelas pessoas da Rede que, em um desejo pessoal, querem ir à rua para “conhecer” o público. Isso pode ser um processo de sensibilização e de conquistar pessoas para o trabalho. Mas também pode ser um perigo, pois alguns têm curiosidade apenas e, ao chegar à rua, olham para o público como se “estivessem em um zoológico<sup>31</sup>”.

Uma das limitações para o trabalho na rua é a forma como o Poder Público, especialmente o municipal, encara a existência ou não da exploração sexual. Dependendo da gestão pode dizer que existe ou que não existe. Quando afirma existir, parece que tudo vira exploração sexual e até querem acabar com o carnaval, com as diversões, com o

---

<sup>30</sup> Foi através do Projeto “Acelerando Passos” que se registra o nascimento do Grupo Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual, vinculando-o ao Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

<sup>31</sup> Segundo a educadora, esta frase foi cunhada por uma travesti quando recebeu um grupo de estudantes de jornalismo que queria fotografar as trabalhadoras na rua. Ao perguntar o que efetivamente queriam com o trabalho, responderam que era apenas para apresentar em sala. A ativista, então, respondeu: “para isso, podem ir a qualquer lugar, inclusive em um zoológico”. Este debate, levado à Universidade, foi bastante intenso.

lazer da juventude em nome de acabar com a exploração. Quando diz que não existe, então tem uma atividade aqui, outra acolá, desconectada de um trabalho real. Assim, faz atividades para cumprir metas que se comprometeu com os órgãos estaduais e federais visando receber verba.

As ações não têm continuidade. Foi nesse tipo de atuação, a negação da existência que um dos fatos marcantes para a retirada do IBISS, do trabalho de rua, ocorreu. Em 2008, iniciando a nova administração municipal, o Instituto foi chamado na Secretaria de Assistência Social - SAS e foi comunicado que não apoiariam mais o nosso projeto de atuação na rua, ou seja, acabava-se o financiamento. Argumentamos que o “Acelerando Passos” não era só um projeto do IBISS, mas era para o município, pois articulava a Rede, era referência nacional, tinha a capacitação dos educadores dos outros municípios. No entanto, essa argumentação não adiantou.

Fecharam as portas e passaram a não responder mais aos apelos, nem mesmo do CMDCA. Enfim, o trabalho foi cessado e disseram que eles mesmos fariam o trabalho. Os relatórios do Projeto já apontavam que, cada vez menos, a exploração sexual de crianças e adolescentes estava em pontos fixos nas ruas. Os jornais impressos tinham uma presença forte de anúncios e o Instituto, por algum tempo, com estudantes de várias áreas, fazia o mapeamento desse material. Ler os anúncios e caracterizá-los como chamada para programas ou agenciamentos individuais tornou-se um exercício diário. Nos jornais estávamos agenciamentos para acompanhantes em eventos, casas de massagens, viagens de turistas, danceterias, festas populares em cidades do interior, especialmente aquelas ligadas ao agronegócio e rodeios. Nesse período, antes do fechamento do projeto, percebeu-se que a presença na rua também servia para disseminar os “convites”, ou seja, quem estava na rua e quem estava nos ambientes fechados de prostituição, tinham interlocução permanente e faziam circular as informações. Assim como, quem estava nas escolas e fora delas, havia conversações que podiam ter “acertos” para programas.

No final dos anos 2000, teve grande impulso os “cybers”, pois a internet já começava a ser utilizada para bate-papo e também para o aliciamento. Por isso que se afirmava que o notebook era o grande sonho de consumo de adolescentes e jovens, inclusive sendo moeda de troca na exploração sexual. A presença na rua, nos pontos anteriormente demarcados, foi ficando cada vez menor e aumentando a circulação pela rede de computadores. Para os educadores também foi ficando mais difícil, pois já significava também frequentar as salas de bate-papo, mudar a abordagem, o tipo de contato e, sobretudo, lidar com o que não se

sabique estava do outro lado da internet, podendo ser uma jovem, um aliciador ou mesmo um cliente. Não havia preparo para isso. Foi uma grande mudança.

O fechamento da Praça Ary Coelho e as cercas da Afonso Pena “retirou” o que a sociedade dominante chamava de sujeira. Foi a higienização do centro. Para os educadores ficou muito difícil, pois o trabalho de 10 da noite até a última rodada dos coletivos era o melhor horário, inclusive para abordar os estudantes que estavam saindo e que se encontravam na praça com vários objetivos, especialmente a socialização dos jovens homossexuais, o uso de álcool e cigarro e de drogas ilícitas. Expulsou-se aquele público e agora estão espalhados em várias áreas. Eles não deixaram de existir... simplesmente estão espalhados e mais difícil de abordar.

Há uma mudança também grande com a intensificação das redes sociais. O Facebook, mais recentemente, o WhatsApp são redes que os adolescentes foram migrando. É difícil para os educadores, sem apoio institucional forte, conseguir acompanhar essas mudanças e atuar no mundo da exploração sexual. A rua continua sendo utilizada, mas somente de passagem. Não há praticamente pontos fixos. Pode-se dizer que há uma exploração sexual “andante”. Estão indo de um lugar a outro em locais pré-agendados para os programas sexuais. Diz-se que antes tinha o jornal escrito, depois os cybers, depois o notebook e agora é o aparelho celular que tem todas as possibilidades de relacionamento – tanto pelos direitos, quanto pela violação deles.

Uma nova configuração que, ainda não se tem estudo, tem a ver com os aplicativos de celular que conectam as pessoas. Isso pode ocorrer para facilitar os relacionamentos de gente tímida que não consegue sair para se encontrar com outros. Mas também está sendo utilizado para marcar os encontros sexuais com adolescentes, posto que o uso dos aplicativos é de auto-identificação, ou seja, é o adolescente que diz que tem mais de 18 anos. Os encontros sexuais podem ou não ser exploração sexual, mas há que se registrar que essa “nova rua” ainda não está considerada nas ações de intervenção e nos estudos.

## **5 FONTE PRIVILEGIADA III: O CONSELHEIRO TUTELAR**

A abordagem com conselheiros tutelares ocorreu de forma não planejada e foi possível conversar com quatro pessoas de um Conselho, não havendo roteiro de questões. Utilizou-se um momento de espera de uma reunião formal que ocorreria na sede do Conselho Tutelar -CT. As anotações foram realizadas posteriormente pela equipe de pesquisa e deram base aos dados que se seguem.

O município de Campo Grande tem três Conselhos Tutelares: Sul, Norte e Centro, todavia, a logística de distribuição e de atendimento nos territórios ainda é insuficiente para atender a demanda da população. Todos os CTs possuem equipe completa: coordenação, conselheiros tutelares e uma equipe de apoio<sup>32</sup> composta por motorista, assistente social e educador social. Em relação à sede, apenas o CT Centro encontra-se em sede exclusiva, ou seja, não agrega outros serviços no mesmo espaço físico. O CT Sul divide o espaço com o CREAS Sul e com a Secretaria Municipal de Segurança Pública (Base Operacional da Guarda Civil Municipal de Campo Grande) e o CT Norte divide o espaço com o CREAS Norte. As maiores demandas em atendimentos encontram-se na região Sul devido à quantidade de bairros da Região do Anhanduizinho e Bandeira. O CT Centro abrange as Regiões do Centro, Lagoa e Imbirussu. E o CT Norte atende as Regiões do Prosa e Segredo.

O CT se envolve com as situações de ESCA quando é acionado e não tem um trabalho conjunto com a rede, atualmente. Como todos os CTs de Campo Grande, têm o sistema de plantão e, quando ocorre algum problema, o plantonista é acionado para medidas de proteção. Sabe-se que a ESCA existe, mas hoje só trabalha realmente nas medidas quando a polícia, a Guarda Municipal ou um popular, que está vendo a menina, realiza a denúncia. De posse da denúncia, o CT pede para o serviço de abordagem passar e verificar a situação.

O papel do CT no enfrentamento da ESCA em Campo Grande é bem limitado. Quando é acionado, solicita-se o acolhimento e informa o Ministério Público, Judiciário... quem vai aplicar as medidas é a Juíza. O Conselheiro relata tudo o que aconteceu, ouve-se a criança ou o adolescente, mas não é ele que vai fazer o atendimento. Faz o encaminhamento aplicando a medida protetiva.

Atualmente, em Campo Grande, não há um trabalho preventivo envolvendo toda a rede. O que ocorre, quando há algum problema, é cada um fazer o seu papel e encaminhar para outro serviço, acionar o responsável. Quando tinha o Sentinela<sup>33</sup>, este realizava todo o trabalho de articulação da rede de serviços. De lá para cá, não tem essa mobilização em rede. O Sentinela, além de divulgar o que estava acontecendo, também atendia as crianças e adolescentes e, assim, a ESCA tinha mais visibilidade.

O CT não tem muito como contribuir na questão da ESCA porque a situação é muito velada. Quando o serviço de acolhimento ou a Guarda pega essas crianças, quer

---

<sup>32</sup> No período de levantamento da pesquisa, o Conselho Tutelar possuía em sua equipe de apoio a presença de Educadores Sociais. Atualmente esse profissional não consta nos quadros de trabalho.

<sup>33</sup> O Programa/Projeto Sentinela foi implantado no Brasil em 2001 e com o advento do SUAS, as ações foram incorporadas ao Serviço de Enfrentamento da Violência, ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, ofertados pelos CREAS, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, a partir de 2009.

dizer adolescentes, grande parte é usuária de drogas ilícitas. É menina de 15 e 16 anos que se prostitui para usar a droga. Nesses casos, o papel do CT é encaminhar para família, orientar a família e aí, às vezes, começa o atendimento já naquela orientação. Porque, também a mãe tem uma família desestruturada e, com a questão das drogas, tem outras problemáticas que vêm com esses atendimentos. Não dá para falar que não tem ESCA nessas situações, mas primeiro atende-se o mais urgente que é a dependência química e os problemas familiares.

Em Campo Grande, tem um serviço de abordagem que funciona. Se tem uma menina rodoviária, como já aconteceu, que veio de Ponta Porã, a Polícia Militar aciona o Conselho Tutelar e este avisa o SEAS. A menina tinha 16 anos, estava em casa de terceiros, no bairro Coophavila II, há duas semanas e, quando a PM foi verificar, não havia comprovação de ESCA, mas somente que estava passando uns dias lá. Como não tinha grau de parentesco nem tampouco documentos, o CT solicitou abrigo, posteriormente fez a articulação com a família e o CT de Ponta Porã e recambiou. O caso acabou aí. Não teve investigação se houve maliciamento, se houve atendimento lá na cidade dela. Como a menina também negou qualquer situação que pudesse indicar ESCA, então, o caso foi tratado somente como fuga de casa.

Como aqui cada um tem uma formação específica<sup>34</sup> e três são da área do direito, então nem sempre se consegue que a menina reconheça que está em situação de ESCA. Como não temos psicólogo para ouvir e conseguir que ela denuncie, então fica-se com o que ela quer falar. Mesmo quando tem atuação da psicóloga, elas também negam. Por exemplo, em um atendimento, tivemos um caso de meninas que estavam no centro, hospedadas no entorno da rodoviária antiga. Eram meninas rebeldes que não querem mais regras e limites. Estavam com a tia esobrinha de 17 e 14 anos. Havia a suspeita que estavam fazendo programa e elas sentaram com a psicóloga por mais de 01 hora e negaram, negaram. Então, diante da negativa delas, não tem como se fazer nada, nem a polícia, o CT e mesmo o Serviço de Abordagem, já que estavam hospedadas.

Na região da antiga rodoviária existem aqueles hotéis, por exemplo, e ali se hospedam muitas adolescentes. Teve uma situação em que a mãe já tinha ido no Picarelli, no Tatá,<sup>35</sup> atrás das meninas. Uma delas, inclusive, vinha da região Norte e aí providenciamos o retorno.

---

<sup>34</sup> Embora pareça contraditória a fala do conselheiro sobre a presença de psicólogo, é importante ressaltar que dentre os conselheiros, neste CT especificamente, não há nenhum com formação em psicologia. No entanto, o CT, conforme descrito anteriormente, tem uma equipe técnica composta também com este profissional.

<sup>35</sup> Todos programas de televisão locais, com participação de populares e apresentados em torno meio dia.

São situações que se pode aventar que sejam possibilidades de exploração sexual. Como não houve investigação, não teve como comprovar. Percebe-se que essas situações não são de muito interesse das polícias. Eles sempre estão cheios de serviço e quando o CT resolve a situação, para eles, o caso está resolvido. Se vai para a Delegacia de Pronto Atendimento Comunitário – DEPAAC, que é no centro da cidade, lá os crimes são todos misturados. Assim, levar para o abrigo ou para a cidade de origem, significa um problema a menos. Então, eles fazem o papel deles e nós o nosso, mas isso resolve aquele problema e pronto.

Tem muita situação de “adolescente rebelde” (sic) que vem fugindo para a capital. Teve uma que atendemos que veio para o show do Luan Santana e ficou aqui em Campo Grande. Não era caso de exploração sexual, era adolescente que vem do interior para poder passar um tempo na capital e fica na casa de um e de outro. Essas pessoas e até famílias que dão guarita cabe somente orientação, pois não é crime e não se pode comprovar nada. Podem se envolver em um furto aqui, outro furto ali e vão ficando. É que a maioria é rebelde mesmo. Às vezes tem situação complicada como o caso das meninas que ficam grávidas e usam drogas. Neste mandato de conselheiro não houve nenhum caso, mas teve uma situação de duas que ficaram grávidas. Uma teve gêmeos e a outra já era segundo filho. Daí a Justiça colocou para adoção. Agora, parece que não tem mais esses casos na rua, porque tem o monitoramento da Guarda Municipal e também o serviço de abordagem que logo leva para o abrigo.

Sobre a presença de jovens travestis, houve uma situação de usuários de drogas que estavam fazendo programa. Depois ficou maior de idade e não saiu dessa situação. Era “um menino que se travestia e fazia uso da exploração” (sic).

A capacitação de conselheiros tutelares ocorre logo depois da eleição, sendo que em uma semana foram três dias de palestras e dois dias de Sistema de Informações para Infância e Adolescência - SIPIA. Durante o mandato são poucas as oportunidades de capacitação. O que deveria ser realizado pelo CMDCA, é realizado pela rede de atendimento que às vezes convida os conselheiros tutelares para eventos e cursos. Teve um curso de extensão pela Escola de Conselhos da UFMS e foi extremamente para a Rede (assistentes sociais e professores). O diferencial era o Conselho Tutelar. Teve que se posicionar sobre o que é o CT, pois historicamente (é assim) “ele é convidado pra tomar malho desculpa a palavra, você vai tudo é culpa nossa” (sic). Ninguém percebe que o CT é aonde já falhou tudo: família, Estado, saúde, todo mundo e “aí cai aqui”. A Rede não conhece o Conselho.

A sobrecarga de trabalho dos conselheiros tutelares é muito grande. Neste mandato teve-se 15 suplentes, e dentre esses somente três assumiram. Desistiram por vários motivos ficou um longo período sem suplente. Por isso, teve plantão que teve que ser fechado por falta de gente. Avisamos o Ministério Público - MP porque avisar a Prefeitura não adianta, não resolve nada. O MP tem que atuar sobre a Prefeitura. Quando tem atestado, afastamento por motivos diversos, não tem quem cobre o trabalho. Então, sobrecarrega quem fica. Às vezes, por determinação ou algum evento, tem que dobrar plantão e não pode descansar porque não tem ninguém para cobrir o horário de funcionamento do CT. Dentro da legalidade não precisaria trabalhar desse tanto, mas vai fechar o Conselho? Vai deixar sem plantão? Em Campo Grande, criou-se o terceiro Conselho Tutelar depois de muita pressão, discussão com a SAS e com o Ministério Público. As demandas não diminuíram e ainda tem muitos conselheiros que são ligados a esse ou aquele político, tipo vereador. O Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, o Conselho Estadual – CEDCA, eles não vão ouvir os problemas dos Conselhos Tutelares. Eles deliberam coisas muito ruins para os conselheiros. Tem conselheiro municipal e estadual que não sabe da política da criança e, então, acaba decidindo coisas que não estão de acordo com a realidade.

Se não está de acordo com lei, o conselheiro faz a denúncia. Denuncia tudo: à Prefeitura, à SAS. Mas há diferentes entendimentos sobre os problemas e nem sempre os problemas que estamos denunciando se resolvem.

Os Conselhos Tutelares estão vinculados administrativamente à Secretaria de Assistência Social e isso é bastante conflituoso, pois, ao mesmo tempo, que são eles os responsáveis pela infraestrutura dos Conselhos, também são os demandados para muitas necessidades de atenção aos direitos da criança e do adolescente. Mas é a Secretaria mais pobre, ou seja, não tem recurso para todas as demandas e, sendo os conselheiros também aqueles que solicitam serviços, então o conflito é permanente. “Como é que a gente cobra do lugar que a gente pertence? Aí, a gente diz que nós pertencemos a eles, termo usado quase goela abaixo” (sic). Os Conselhos deveriam ser ligados à Secretaria de Governo - SEGOV, pois daria mais autonomia com as Secretarias e não dependeria da política de assistência social para trabalhar.

Se pensar como deveria ser o enfrentamento da ESCA, deveria ser toda a rede, não eximindo o Conselho Tutelar de responsabilidade. Sozinho, ninguém consegue e na prevenção todo mundo estuda, todo mundo pesquisa. Se o trabalho for só Conselho

Tutelar, não vamos fazer política de prevenção. As políticas deveriam ser executadas pelos órgãos diretamente relacionados.

Escolas, postos de saúde, são os olhos do Conselho Tutelar pois estão diretamente em contato com a população. Se tem um parceiro que funciona é a Saúde, os agentes comunitários de saúde – ACS. Eles estão indo de casa em casa e é o mais efetivo com o

Conselho Tutelar. Antes havia dúvida se os ACS poderiam fazer a denúncia diretamente. Agora isso foi superado. Eles ligam e nós trabalhamos com eles. Tem o Núcleo de Prevenção à Violência - NPV na Secretaria Municipal de Saúde - SESAU e eles fazem o trabalho de sensibilizar e notificar. Daí enviam para o CT todas as violências e as negligências como vacina em atraso.

Uma das dificuldades que precisa ser dita é o fechamento das delegacias especializadas. Tanto a Delegacia de Proteção da Criança e Adolescente – DPCA quanto da Delegacia Especializada da Mulher – DEAM. O não funcionamento noturno e nos fins de semana atrapalha todo o trabalho que a gente quer fazer quando surge um problema. Vai tudo para a DEPAC e aí o pessoal não está preparado para atender criança e adolescente.

O que está surgindo com muita presença nas ruas é a Guarda Municipal e eles estão nas ruas e podem detectar uma situação de ESCA. Então, tem que trabalhar com eles, preparar para atuarem nesses casos.

Finalizando, “junto com a Rede essa questão da exploração, eu acho que se tiver boa vontade de todo mundo melhora! Em prol da criança. Resolve muita coisa!. Tem que responsabilizar todo mundo pelo que está acontecendo e, só colocar a culpa no CT é muito ingrato.” (sic)

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É da constatação da presença histórica das desigualdades que se visibiliza a exploração sexual de crianças e adolescentes em Campo Grande-MS que, de forma semelhante nos demais contextos brasileiros, são potencializadas pelas demais assimetrias de direitos como classe, gênero, orientação sexual, geracional e étnico-racial. Essas marcas indeléveis na ESCA são evidenciadas a partir dos dados registrados nas entrevistas com fontes privilegiadas. Se, de um lado, os grupos sociais mais atingidos pelas violações são aqueles com maior assimetria em direitos, por outro lado, as redes que locupletam são aquelas com mais direitos e menos desigualdade. No entanto, é fundamental também que se registre que as

políticas sociais depreciadas historicamente, mesmo com novos direitos conquistados à Constituição de 1988, são organizadas de forma focalizada e não afetam as raízes das desigualdades. As condições, organização, tipificação e protocolos de serviços disciplinam, de tal forma o trabalho, que exigem dos sujeitos sociais o enquadramento nos serviços e não o contrário disso. Este é o caso das dinâmicas da exploração sexual que desafiam, todos os serviços no seu cotidiano, posto que estes não acompanham as mudanças na realidade e, portanto, não fazem o enfrentamento concreto dessa violação de direitos.

O histórico de atuação do COMCEX-MS continua sendo um desafio de registro para todos os seus participantes desde o seu nascimento, posto que, embora existam uma grande quantidade de documentos e pessoas que podem ser fontes privilegiadas, não ocorreu até a atualidade, a sistematização da sua história e suas lutas.

## Referências

ANDRADE, Ivanise; REIS, Cássia; SCANDOLA, Estela Márcia Rondina. *Conhecendo a realidade da Exploração Sexual cometida contra Crianças e Adolescentes na BR-163: de Jaraguari (MS) a Sonora (MS)* [resumo expandido]. **Anais do XVII Simpósio Baiano de Pesquisadoras (ES) sobre Mulheres e Relações de Gênero**. Salvador, BA, 14 a 16 de maio de 2012. (Caderno de Resumos).

BRASIL. Constituição de República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)> Acesso em: 29.dez.2015.

CASTANHA, Neide (org.). **Direitos Sexuais são direitos Humanos** – Caderno de Textos. Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2008.

COMCEX-MS/IBISS-CO. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Criança e Adolescente de Mato Grosso do Sul / Instituto Brasileiro de inovações pró-sociedade saudável/Centro Oeste. **Dinâmicas da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na cidade de Campo Grande- MS**. Campo Grande, 2016. Relatório disponível em: <http://www.esp.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/66/2016/05/Din%C3%A2micas-da-explora%C3%A7%C3%A3o-sexual.pdf>

FALEIROS, Eva T. Silveira e CAMPOS, Josete. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes**. Brasília: Thesaurus, 2000.

FALEIROS, Eva T. Silveira Faleiros e RADICCHI, Lis Célia Arantes. *Pedofilia – Adoecimento e Crime*, in **Revista Consulex**, 2010, ano XIV, nº 315, pp.35-37.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

SANTOS, Benedito Rodrigues. **O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil: uma análise de situação**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

SANTOS, Joselino Vieira dos e SOUZA, Sônia M. Gomes. **Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: pesquisas com documentos de domínio público**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2008.

WAS, World Association for Sexology. **Declaração Universal dos Direitos Sexuais**. XV Congresso Mundial. Hong Kong, 1999.

---

[Henrick\\_maia@hotmail.com](mailto:Henrick_maia@hotmail.com)  
[estelascandola@yahoo.com.br](mailto:estelascandola@yahoo.com.br)  
[giany\\_costa@hotmail.com](mailto:giany_costa@hotmail.com)  
[taniacomerlato@yahoo.com.br](mailto:taniacomerlato@yahoo.com.br)  
[boaventura.rosana@hotmail.com](mailto:boaventura.rosana@hotmail.com)  
[mbeatrizmaia@yahoo.com.br](mailto:mbeatrizmaia@yahoo.com.br)

**Psicologia, feminilidades e estudos *queer*: (re)pensando novas práticas de resistências no campo *psi*<sup>36</sup>**

**Psychology, femininities and queer studies: (re) thinking new practices of resistance in the psi field**

Luciana Codognoto da Silva<sup>37</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** Este estudo tem o objetivo de problematizar os processos de subjetivação feminina na chamada (trans)contemporaneidade, articulando com as problematizações realizadas pela Psicologia e pelos Estudos Pós-Coloniais e pela Teoria *Queer*. Surge a necessidade de novos olhares às mulheres em suas pluralidades, invisibilizadas em diferentes contextos sócio-históricos e em muitas práticas e discursos *psis*.

**Palavras-chave:** Estudos *Queer*; Processos de Subjetivação; Psicologia.

**Abstract:** This study aims to problematize the processes of female subjectivation in the so-called (trans) contemporaneity, articulating with the problematizations carried out by Psychology, from Postcolonial Studies and Queer Theory. There is a need for new looks at women in their pluralities and often invisible in different socio-historical contexts and in many *psis* practices and discourses.

**Keywords:** Queer Studies; Subjectivation processes; Psychology.

## **Introdução**

Esta pesquisa tem o objetivo de problematizar sobre os processos de subjetivação feminina na chamada sociedade (trans)contemporânea. Para tanto, toma como ponto de partida as discussões sobre as relações de gêneros e de poder e outros marcadores sociais, tais como: as classes e as raças/cor, em paralelo com as problematizações elencadas pela Psicologia mediante a abordagem dos Estudos *Queer* e Pós-Coloniais.

Os Estudos *Queer* e Pós-Coloniais buscam escapar dos dualismos provenientes do movimento feminista patriarcal de 1960, que propôs a ideia una de sujeito e a construção de uma chamada identidade natural para homens e mulheres no contexto social. Em

---

<sup>36</sup> Parte deste estudo foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

<sup>37</sup> Doutora em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Assis. Endereço eletrônico: lupsico.codognoto@gmail.com.

contrapartida, estas novas vertentes propõem novos olhares sobre o sujeito do feminismo, ao trazer as vozes que estavam, até então, subalternas no contexto histórico e social – lésbicas, (trans)mulheres, transgêneros, negros/as e, principalmente a ideia de mulheres no coletivo – momento onde os conceitos de raças/cores, gêneros, classes e sexualidades passam a ganhar contornos ainda mais definidos de análises dentro dos debates propostos ciências humanas e sociais e repercutidos nas discussões levantadas pela Psicologia.

### **Psicologias e Diversidades: revisitando debates**

“É preciso admitir que os corpos não são mais dóceis”. Essa afirmação, defendida por Preciado em seu artigo *Multidões Queer* (2011, p.15), faz também referência à ideia central proposta neste estudo, a qual tem por finalidade questionar os mecanismos que estabelecem e, em muitos momentos, potencializam a abjeção social dos corpos que, por sua vez, reconfiguram os processos de marginalização e resistências de muitas mulheres do discurso da enunciação científica e de muitos contextos da assim denominada sociedade (trans) contemporânea.

A ideia de (trans)contemporaneidade está associada à noção de transposições e é apresentada por Braidotti (2009) para se referir à crise dos paradigmas em tempos atuais, solicitando problematizações a respeito de tudo o que foi dado como fixo e acabado, de modo que, palavras como mudanças, transformações, transgressões e trânsitos se mostram mais pertinentes para as análises das relações humanas e se vinculam à positivação das diferenças e resistências entre os sujeitos.

Este posicionamento é consequência de importantes elementos envolvidos nos processos de subjetivação dos sujeitos em tempos de constantes mudanças de paradigmas e de emergência das chamadas novas tecnologias, as quais se mostram processadas muito

rapidamente pela sociedade e refletidas, por conseguinte, na construção/produção de práticas, saberes e prazeres sobre pessoas que diferem e resistem a uma dada norma constituída social e historicamente.

Butler (2003) observa a questão dos gêneros enquanto significado cultural assumido pelo corpo sexuado. Ademais, os gêneros designam, ainda, segundo esta autora, um aparato de produção cultural, mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Relata Butler (2003) acerca da categoria gêneros: [...] é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p. 25).

Trata-se de corpos marcados pela discordância de uma dada regra social e percebidos como abjetos e sem direito à voz, principalmente em contextos onde imperam mais veemente os marcadores sociais de estigmas, sejam eles das sexualidades e dos gêneros, como também das questões de classes e raças/cor. Daí a necessidade de pensá-los a partir de novos olhares, que contemplem a multiplicidade e a pluralidade do humano, não mais engessados a um processo abalizado pela abjeção e estigmatização.

A autora tem promovido algumas problematizações a respeito de como a existência de uma matriz heteronormativa reitera e constrange, pela via dos discursos, as expressões das corporalidades, limitando-as a um modelo padrão, de modo que todas as expressões corporais que escapam dessa matriz de inteligibilidade tendem a cair no enfoque da abjeção, o que, consequentemente, impede/nega outras possibilidades de identificação.

As marcas sobre os corpos, especialmente sobre os corpos femininos, refletem poderes diferenciados que produzem desigualdades de pertencimentos sociais e, como tais, se constituem dentro de um plano de historicidade. Nessa perspectiva, pode-se dizer que o corpo atua como um palco de forças no contexto social, pautado na segregação dos paradigmas de

raças/cor, gêneros, classes e de outros marcadores sociais. Estes, por sua vez, não podem ser compreendidos alternada e separadamente, mas de maneira articulada, segundo bem salientou Azerêdo (2002).

Louro (2004) salienta que os lugares sociais e as chamadas posições de sujeito na sociedade são, em grande parte, determinados pelas marcas catalogadas no essencialismo dos corpos. Assim, segundo ela:

Ao longo dos tempos, os sujeitos vêm sendo indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência de seus corpos; a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideais de cultura. Então, os corpos são o que são a cultura. [...]. Podem valer mais ou menos. Podem ser decisivos para dizer do lugar social de um sujeito ou podem ser irrelevantes, sem qualquer validade para o sistema classificatório de certo grupo cultural. Características dos corpos significadas como marcas pela cultura distinguem sujeitos em marcas de poder (LOURO, 2004, p. 75-76).

Tais práticas, que acabam por converterem-se em definidores de sujeitos, direcionam reflexões a partir de um olhar autorizado, segundo uma lógica androcêntrica, binária e essencialista. Há que se destacar que, apesar da importante contribuição apresentada pela autora em relação aos padrões de sexo-gênero instituídos socialmente, sua teoria volta-se muito diretamente à questão da desnaturalização da opressão vivida pela mulher (no singular), objetivando enfatizar a separação de natureza – a fêmea – da cultura – a mulher domesticada.

Destarte, como bem lembrou Sorj (1993), nem tudo é uma questão de gênero. Mesmo quando o objeto de estudo tem como eixo principal as relações de gêneros, faz-se ainda necessário abarcar outros conceitos como de raças/cores e classes, que, em momentos variados, alertam e conduzem importantes debates suscitados durante essa pesquisa. Daí a importância de uma problematização política dessas questões pela Psicologia em relação aos processos de subjetivação feminina.

Ao problematizar as expressões de racismos, Anzaldúa (2005) esclarece o quanto os brancos precisaram inferiorizar as pessoas de cor para se situarem como superiores, além de

exercitar o poder de ter privilégios e regalias sobre a raça negra. Logo, como modo de denúncia, ela adverte que:

A cultura branca dominante está nos matando devagar com sua ignorância [...] nunca nos foi permitido sermos nós mesmas/os [...] a ignorância divide as pessoas, cria preconceitos. Um povo mal informado é um povo subjugado. Nossas mães, nossas irmãs e irmãos, os rapazes que ficam nas esquinas, as crianças nos parques, cada um de nós devemos conhecer nossa linhagem indígena, nossa mestisaje-afro, nossa história de resistência (ANZALDÚA, 2005, p.713-714).

Essas configurações raciais solicitam da Psicologia considerações a respeito de como a categoria raças/cor participa dos processos de subjetivação de uma forma geral, e, em específico dos corpos, dos desejos e prazeres das mulheres. Para tanto, surge a necessidade de se pensar a Psicologia em seu viés político, pois, ele, segundo Azerêdo (2002), está associado à pluralidade, às diversidades e às relações de poder.

Só assim, a Psicologia enquanto ciência comprometida politicamente poderá sair do chamado “elitismo”, podendo, desta forma, transitar e problematizar novas práticas do pensamento e de ação que contemplem as diferenças, não mais como sinônimas de abjeção, patologia e interdição, mas como possibilidades a mais de serem pensadas e articuladas dentro de um contexto social mais amplo e diversificado.

Além da categoria raças/cor, outro marcador importante nesse processo é o de classe social, cujo conceito pode ser evidenciado através de Thompson, quando ressalta que:

Por classe, entendo um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma estrutura, nem como uma categoria, mas como algo que de fato acontece nas relações humanas. Mais do que isso, a noção de classe contém a noção de relação histórica [...]. Essa relação vem sempre corporificada em pessoas reais e num contexto concreto (THOMPSON, 1992, p. 67).

Tais marcadores sociais passam a refletir especialmente posicionamentos de status e de participação dos sujeitos no contexto social. Haraway (1995) salientou que a sociedade tem experimentado mudanças profundas nas dimensões de classes, raças e sexualidades. Segundo

a autora, não existe uma dominação unilateral, mas um circuito de opressões atreladas uma as outras, a qual ela denomina de Informática de dominação, termo utilizado por ela para contrapor à ideia de patriarcado capitalista imperialista branco – forma como foram tratados os conceitos anteriormente mencionados pelo movimento feminista de 1960 – o qual visava contemplar as mulheres brancas, européias e de classe média como sujeito de luta política do feminismo.

Esses corpos, apresentados como híbridos e constituídos por múltiplas referências, segundo bem salientou Haraway (1995), são atravessados por uma representação estética e moral que, muitas vezes, diverge do que é concebido pela sociedade como perfeito, ideal e equivalente a um padrão preestabelecido de mulher, ou seja, que escapa das normativas de inteligibilidades e coerências que Butler (2003) demarcou como sendo restrito a uma matriz heteronormativa.

Nesse sentido, é preciso destacar que os conceitos de classes e raças/cores, assim como os pressupostos de gêneros e sexualidades, são construções sócio-históricas, estando associados a certos valores de significação, de modo a refletirem formas diferenciadas de tratamento das pessoas na sociedade, no acesso delas ao mercado de trabalho e nas práticas psicossociais ligadas aos processos de subjetivação dos corpos.

Para tanto, faz-se necessário pensar tais pressupostos a partir de uma perspectiva mais ampla, de forma a conceber não mais o termo mulher, mas mulheres no plural, haja vista que cada uma delas carrega em si as marcas das relações de poderes, pressupostos de saberes, possibilidades de prazeres e também de resistências a dados modelos considerados, até então, inquestionáveis em grande parte das instituições regulatórias de produção e manutenção de certo modelo de sociedade.

Por isso, a necessidade de se pensar e de se contemplar as pluralidades, uma vez que se fala em diferentes sujeitos, constituídos por múltiplas realidades, logo, múltiplas linhas de

subjetivação. Trata-se de um grande desafio para a Psicologia, a qual ainda hoje tem privilegiado, em grande parte de suas discussões, uma visão individualista do humano, não se detendo às determinações históricas e culturais e, tampouco, à dimensão política de constituição dos sujeitos, segundo bem salientou Azerêdo (2002).

Só assim será possível olhar, sobretudo as mulheres, livres das práticas e das amarras que conduzem a uma visão única e determinada de sujeito referendada pelo falocentrismo, a qual não permite contemplar as resistências e as pluralidades em uma sociedade onde quase tudo está restrito ao universo masculino, e onde, no entanto, outras referências mais amplas se mostram em constante trânsito. A partir disso, surge a necessidade de pesquisas voltadas aos debates sobre raças/cores e classes em interface com os estudos de gêneros nos saberes e práticas *psis*, visando dar visibilidade ao/a que/quem, até então, fora obscurecido ao longo da história pelas ciências humanas, restritas ao universal essencialista.

Por fim, a relação entre sexismo, racismo e classismo, ainda muito presente na vida de muitas mulheres, precisa ser urgentemente escutada e problematizada pela Psicologia, visando olhares que contemplem saberes mais humanos e menos estigmatizantes e que, nesse contexto, passem a abarcar as pluralidades e as diversidades femininas em um mundo em constante transformação, onde já não haja mais espaço para se falar em um sujeito psíquico único, mas em sujeitos psicossociais em suas pluralidades.

### **Considerações Finais**

Nessa pesquisa teórica foram problematizados importantes aspectos ligados aos processos de subjetivação feminina no contexto (trans)contemporâneo. As referências

inicialmente propostas nessa discussão objetivaram contemplar os estudos de gêneros em interface com os pressupostos de classes, raças/cor e sexualidades. Ademais, foram realizadas discussões a respeito das posições políticas e dos desafios da Psicologia em uma sociedade em constante trânsito e como a mesma tem se posicionado frente às novas demandas reivindicadas pelos sujeitos de direitos na (trans)contemporaneidade.

Destacaram-se, nesse estudo, as análises suscitadas pelos estudos culturais e pós-coloniais. A partir deles, objetivou-se volver olhares mais atentos às reais vivências de pessoas e grupos que ainda continuam a estar imersos em um processo que prioriza o binário e os dualismos, o qual nega as resistências e as expressões das diversidades – sociais, sexuais, raciais e de gêneros – esquadrinhando os corpos em possíveis e impossíveis – homem/mulher, hetero/homossexualidades, branco/negro, rico/pobre.

É importante salientar que grande parte da Psicologia ainda tem estado à margem de tais pressupostos, se mantendo presa aos valores calcados nos essencialismos e/ou relativismos e nos ideais de uma ciência meramente positivista e moralista, datados no século XIX. Em contraponto, os estudos culturais e pós-coloniais passam a questionar novos olhares voltados ao humano, não mais concebido enquanto indivíduo, mas como sujeitos no plural, e não mais engessados a um ideal fixo de natureza, mas enquanto pessoas em construção e sempre em constante transformação política, histórica, cultural e social.

Por fim, pode-se dizer que, por trás de um sujeito, sempre habitará o que Preciado (2011) denominou de multidões. Somos sujeitos múltiplos, plurais, polifônicos e, concomitantemente, singulares. Assim, torna-se necessário promover novos olhares que contemplem a multiplicidade do humano e as suas interlocuções com diferentes saberes rumo às práticas da Psicologia comprometidas com o político e com as questões que fazem referência aos sujeitos psicossociais.

## Referências

- ANZALDÚA, G. La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*. (3), 13, 2005.
- AZERÊDO, S. M. da M. O político, o público e a alteridade como desafios para a psicologia. *Revista Psicologia: ciência e profissão*. (04), 22, 2002.
- BRAIDOTTI, R. *Transposiciones*. [Cambridge: Polity Pres](#), 2009.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HARAWAY, D. *Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza*. Madri: Ediciones Cátedra, S. A, 1995.
- LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PRECIADO, B. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, (1), 19, 2011.
- SORJ, B. Relações de gênero e teoria social. In *Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu (MG), 1993. [Mimeo].
- THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

**A influência do cristianismo no processo de aceitação da homossexualidade –  
consequentes culpa e apostasia**

**The influence of Christianity in the acceptance process of homosexuality – consequential  
guilt and apostasy**

Marcelo Pombo Novaes Fernandes<sup>38</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** Em um Cristianismo acéfalo tão típico do Brasil, o inimigo eleito já foram os Católicos, os Maçons, os Espíritas, os comunistas, a rede Globo de Televisão e, nos últimos 10 anos, os gays e o movimento LGBTT. O objetivo deste estudo não é analisar livros canônicos atrás de respostas, mas tentar entender quem são e quantas são essas pessoas, pelo que passam em sua tentativa frustrada de correção de pulsões sexuais, seus dilemas religiosos em face de uma intolerância cristã e consequente apostasia.

**Palavras-chave:** Homossexualidade, apostasia, abuso infantil.

**Abstract :** In a brainless Christianity so typical of Brazil, the elected enemy once were the Catholic, later the Freemasons, the Spiritualist, the Communist, Globo TV Channel and, in the last 10 years, the homosexuals and the LGBT movement. Our goal with this study is not to analyze the canonical books searching for answers, instead will try to understand who and how many of such people there are there, to be aware of what they have been through in their pursuit of correcting their sexual drive, their religious dilemma when facing the Christian intolerance and their subsequent apostasy.

**Key Words:** Homosexuality, apostasy, child abuse.

## 1. INTRODUÇÃO

Em 2009, em uma pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo em 10 capitais do Brasil, 7,8% dos homens diziam-se homossexuais e outros 2,6% diziam-se bissexuais. Estas estimativas modestas dizem que a parcela homossexual da população brasileira seria estimada em cerca de 17,9 milhões de pessoas, e milhões destes certamente estariam dentro de igrejas cristãs.

Mesmo nos países considerados mais liberais não se pode dizer que essas pessoas tenham uma vida minimamente fácil ou normal. Em Portugal, por exemplo, estudos financiados pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero afirmaram que os homossexuais teriam

---

<sup>38</sup> Acadêmico do Curso de Teologia da Faculdade Batista do Paraná, com extensão em Psicanálise Clínica Aplicada pela Fatepar – Faculdade de Teologia do Paraná em Curitiba. Atualmente estudante de Jornalismo junto à Universidade Nilton Lins, em Manaus. [Marcelopombo01@hotmail.com](mailto:Marcelopombo01@hotmail.com)

sofrido, no decorrer de suas vidas, violências física ou verbal três ou mais vezes e que seria dentro da religião cristã onde eles se sentiriam mais discriminados. Já nos EUA, uma pesquisa realizada pela Universidade de Columbia entre 32.000 jovens com idades variando entre 13 e 17 anos concluiu que a probabilidade de um homossexual cometer o suicídio é cinco vezes maior que um jovem heterossexual. The Suicide Prevention Resource Center, uma das ONGs americanas mais conceituadas na prevenção de suicídios, publicou um artigo onde afirma que entre 30 a 40% dos homossexuais tentam acabar com suas vidas em algum momento de sua existência. Muitos são bem-sucedidos nessa empreitada.

Consequência de suas escolhas 'pecaminosas' ou resultado de tantos anos de sofrimento advindos da falta de amor e de compreensão da sociedade? Mais de 1.500 entrevistas foram realizadas junto ao nosso público-alvo, além de ouvirmos também pastores das chamadas 'igrejas inclusivas', sexólogos, psicólogos e outros estudiosos da área para que a compreensão sobre essa questão fosse mais completa e abrangente.

## **2. HOMOSSEXUALISMO ATRAVÉS DAS ERAS**

Considera-se homossexual a pessoa que dirige sua atração sexual a outras pessoas do mesmo sexo. E discute-se se tal atração é natural (genética) ou aprendida – se fosse aprendida talvez pudesse ser revertida. Ao aceitar-se a 'reversão', estaríamos partindo do pressuposto que tal pulsão seria negativa e que, corrigindo-a, estaríamos trazendo o pecador ao retorno à sua condição original pré-programada pela natureza (humanistas) ou por Deus (crentes monoteístas).

Entre alguns pensadores (teólogos ou não) a homossexualidade não seria nem natural, nem aprendida, nem sequer uma doença. Ela poderia ser uma simples questão de escolha. Para esses, os homossexuais estariam entregues a perversões, como quem brinca com pecados. Em um artigo assinado pelo pastor José Wellington Bezerra da Costa, presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil e publicado na página da igreja na internet, a homossexualidade é colocada como “uma perversão satânica dos instintos sexuais do ser humano”. Ainda segundo esta corrente, a 'explosão' do que chamam de 'pervertidos' seria resultado dos finais dos tempos, de um mundo entregue às paixões da carne, que se caminha para o fim.

Mas seria isso verdade? Estaríamos vivendo uma 'explosão' de amantes do mesmo sexo? Seguiremos em frente para entendermos melhor onde e quando surgiu a homossexualidade.

## 2.1 SEXO E MORAL NA ANTIGUIDADE

Aqueles que se detêm ao analisar o pensamento das religiões pré-mosaicas, deparam-se com o fato de que poucas culturas terem demonstrado qualquer preocupação moral com a eventual relação sexual realizada entre pessoas do mesmo sexo. Os deuses das várias religiões politeístas da época (Grécia, Índia, África negra, Egito) eram sexualmente ambivalentes. Vários dos grandes heróis e deuses de então (Gilgamés, os gregos Zeus e Poseidon, o hindu Krishna, o egípcio Horus) tinham relações com pessoas ou seres do mesmo sexo. A filosofia dualista de Zoroastro e Mani (maniqueísmo) que dividiria o universo entre o bem e o mal ainda não existia. Não havia sofrido ainda a sexualidade humana a ordem divina que dividiria ações corretas (sexo para procriação) de ações incorretas (sexo não para procriação) que Moisés alguns séculos após iria trazer e que, com a exportação do Cristianismo e a seguir do Islamismo, se faria difundir em todo o mundo, mesmo em áreas onde a religião monoteísta não tenha se propagado.

Convém ressaltar que o ato sexual sempre foi de imensa importância qualquer que seja a cultura a ser estudada, mas a forma de colocá-la em prática era irrelevante do ponto de vista moral. O sexo seria um presente dos deuses. Por esse motivo tantas religiões possuíam prostitutas e prostitutas em templos, seja no Egito, Grécia, Índia, Canaã, China, Mesopotâmia, Fenícia, etc. A escolha de se ter sexo com pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto era irrelevante.

## 3. A FUNÇÃO DA FAMÍLIA NA ANTIGUIDADE

O conceito de família que temos hoje em dia (pai e mãe em uma relação monogâmica – não consanguíneos - com filhos) é extremamente moderno, não pode sequer ser considerado bíblico. O conceito primeiro de família surge na Grécia antiga da necessidade de controle da prole e da paternidade biológica tendo como objetivo a herança, o reforço do patriarcado e opressão feminina. O conceito moderno de família que conhecemos surgiu no final do século

XVIII, onde o poder do pai é sustentado pelo Estado, fundado no amor romântico e na moral civilizada.

O sexo (e por consequência a família – ambiente no qual o sexo deveria ser realizado) tem função central na pregação bíblica. Apesar de não queremos nos deter nas questões teológicas, faz-se necessário enfatizar sua relevância. A primeira ordem divina, ainda no livro de Gênesis não é outra senão 'crescei e multiplicai-vos'. Tem o sexo em seu cerne. O pacto entre Deus e o seu escolhido (Abrahão) foi marcar para sempre o seu pênis. As primeiras promessas de Deus tinham quase sempre a ênfase na abundância de descendentes. Enquanto em qualquer parte do mundo o amor que culminava no ato sexual poderia ter qualquer ser humano como objeto, naquela nova nação que crescia na pequeníssima Judéia, a procriação passaria a ser a única função legítima do sexo (sexo com animais, sexo com parentes, sexo durante a menstruação, masturbação, poluição, prostituição, fornicação - qualquer relação que não tivesse a procriação como alvo seria antinatural e imoral, segundo São Clemente de Alexandria (Atenas – 150 a 215 d.C)).

Na a Roma antiga, mantinham-se relações sexuais seja por simples prazer ouvisando à procriação. Na China, Mongólia e no Japão, assim como na africana Zâmbia e na Gâmbia antigas, e também entre os Havaianos, seus governantes eram claramente bissexuais e em seus haréns contavam com homens e mulheres para seus prazeres. Conta-nos a história que os também japoneses riam-se diante de São Francisco de Assis em sua visita a Quioto (1540), diante da moral escandalizada do santo. No final da época clássica no Egito já islamizado, a poesia homoerótica era respeitava e divulgada e a atitude para com o desejo homossexual era descontraída também em Bagdá e em Damasco e mesmo que se entre os Cuanhamas angolanos um homem pode 'escolher' viver como mulher e se tornar 'esposa' de outro homem. Entre mais de 100 grupos de índios norte-americanos foram registrados casos de aceitação de uma natureza intermediária (homens que eram compreendidos como sendo metade homem, metade mulher) e o homem com quem um deles se casasse seria considerado 'abençoado'. Assim a humanidade conviveu por milênios tranquilamente com a bissexualidade de sua sociedade.

#### **4. A REVOLUÇÃO DE COSTUMES NO PROTESTANTISMO**

A Reforma Protestante veio no esteio de um movimento de grande relevância: o humanismo renascentista. O retorno ao mundo clássico esquecido durante a chamada 'idade das trevas', com toda sua sofisticação, beleza e filosofia libertária, trouxe ao centro da Europa o apreço pelas formas masculinas, poemas homoeróticos e uma relação mais tolerante (senão incentivadora) de todas as formas de sexo.

Se o século das Luzes (a partir do século XIX) trouxe alguma tolerância e incremento das liberdades individuais, podemos perceber o aumento da força conservadora e moralista no decorrer do mesmo período. O puritanismo inglês reforçado na época Vitoriana, sob a força colonial europeia varreu o mundo. O homossexualismo passou a ser proibido na Inglaterra e seus 'adeptos' eram considerados monstros depravados, julgados e condenados ao pelourinho, onde uma multidão que clamava a Deus atiraria sobre eles frutas e ovos podres, animais em decomposição e fezes. Os tais 'invertidos' geralmente não morriam durante aquela agressão (salvo alguns casos de asfixia), mas muitos ficavam cegos ou sofriam com doenças diversas. Nos anos seguintes, a intolerância com esse grupo se intensificou: há registros de que centenas foram condenados a trabalhos forçados e que 280 homens foram enforcados na Inglaterra somente nas primeiras décadas do século XIX sob a acusação do grave crime de sodomia. Ainda no século XX se condenavam homossexuais à prisão e a 13 ou 15 chibatadas, por atentado violento ao pudor. A imagem de que todo homossexual seria um depravado, iníquo, esturador e pedófilo em potencial foi um dos efeitos colaterais que o colonialismo europeu (sobretudo o inglês) ajudou a disseminar por todo o mundo. O desprezo e o ódio direcionado a todo um grupo de seres humanos indistintamente é o mais cruel e um dos mais duradouros legados do puritanismo vitoriano ao mundo.

Esse mesmo movimento influenciou a medicina da época (principalmente a partir dos anos 30 do século XX), que passou a considerar a homossexualidade como sendo uma doença congênita, resultante da junção de anomalias genéticas com problemas mentais. Outro passo, mais macabro, teria sido a aceitação pelo Nazismo alemão desses conceitos que misturavam ciência, religião e ignorância. Tais como os judeus e ciganos, os homossexuais passaram a ser vistos como uma doença da sociedade pelo Reich – estudiosos mostram que mais de 20 mil homossexuais masculinos foram mortos em seus campos de concentração (BORRILLO, Daniel. **Homofobia – história de um preconceito**. Autêntica, Belo Horizonte, 2010). A castração terapêutica e a lobotomia foram realizadas por toda a Europa – Alemanha, Dinamarca, Portugal, Suécia – e nos Estados Unidos, perdurando até o ano de 1973, quando finalmente a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade de sua longa

lista de doenças mentais. A lobomização de homossexuais na Europa se estendeu, entretanto, até o ano de 1981. Quando tal ato mutilador foi finalmente proibido, por muitos anos terapias com eletrochoques, hormonais e indutores de vômitos ainda continuaram a ser recomendadas por alguns médicos, até que finalmente, na cidade de Denver (EUA), foi adotada, por voto unânime no encontro de dia 11 e 12 Dezembro do Conselho da Associação Americana de Psiquiatria, uma declaração de posição contra qualquer tipo de tratamento psiquiátrico do tipo “terapias reparativas” ou de “conversão”, com o objetivo de mudar a orientação sexual de homossexual para heterossexual.”

## **5. AS RELIGIÕES E A HOMOSSEXUALIDADE**

A aversão transformada em ódio foi uma construção social dentro do Cristianismo, que conheceu o seu ápice nos anos vitorianos e que se arrasta por quase dois séculos. Este ato condenatório já vem sendo discutido entre várias vertentes cristãs, mais acentuadamente no meio dos Episcopais, Luteranos, Menonitas, Metodistas e mesmo entre grupos de Católicos e Batistas.

Para o Budismo, a condição sexual não é uma questão essencial. Casamentos entre pessoas do mesmo sexo podem ser realizados. Para estes, qualquer ato consensual de afeto é um ato de amor o que importa em uma religião são os preceitos de não fazer o mal, cultivar o bem e purificar a própria mente.

Enquanto isso, os adeptos da religião mais antiga do mundo ainda viva – Hinduísmo - tiveram historicamente uma relação tranquila com a variedade das condições sexuais. Não se poderia esperar algo diferente de uma religião onde dois de seus mais importantes deuses, Ganesha (deus da sabedoria) e Kartikeya (deus da guerra), tenham sido fruto de relações não heterossexuais. Mesmo o grande deus Shiva não se atém a manter relações homossexuais. A influência da moral Vitoriana foi tão esmagadora que o modelo para união aceitável na Índia passou a ser, a partir do começo do século XX, apenas o casamento heterossexual monógamo, sendo necessário que se fizessem 'correções' na tradição védica, negando-se a história e a tradição milenar do país, subjugando-os à 'modernidade' branca e máscula europeia, a contrastar com a idolatria ignorante, mestiça e pervertida hindu. Nos dias de hoje, algumas

vertentes do hinduísmo aceita o casamento entre pessoas do mesmo sexo, por julgarem que o amor liga espíritos, não o 'masculino com o feminino'.

Há religiões que, embora não aprovem abertamente a homossexualidade, não a condenam. A doutrina espírita (segundo seus líderes) se abstém do julgamento. Segundo Geraldo Campetti, vice-presidente da Federação Espírita Brasileira, a questão central em uma relação não é o 'com quem' você se relaciona, mas sim o 'como'. Por não crerem que o espírito humano seja sexuado e por também crerem que o espírito transcende o corpo e a encarnação vigente, se abstém acerca do juízo de valores, afirmando que o homossexual, como o heterossexual, será no pós-morte julgado conforme sua conduta moral.

Mas talvez seja o Candomblé a mais tolerante de todas as religiões. Seus principais deuses são quase todos bissexuais ou hermafroditas. Oxalá (o maior de todos os deuses, o deus Criador) é metade masculino e metade feminino. Oxumaré (deus da Vida) é por seis meses ao ano uma figura masculina, nos outros seis meses, uma figura feminina, sendo representado por um arco-íris.

## 6. SEXO NATURAL E ANTINATURAL – E O CASTIGO DIVINO

Por mais de dois séculos os homossexuais se encontram destinados a esconder suas paixões e desejos dentro de armários vedados. Os problemas psicológicos que isso pode causar a esses ainda serão discutidos nos capítulos seguintes. Armário é um lugar escuro e solitário, não há 'Nárnias' em seu interior.

Mesmo com eventuais discussões e movimentos persecutórios contra os homossexuais existentes na Europa, ainda havia, em muitas regiões, uma tolerância com relação ao amor entre os iguais. Há diversos registros de casamentos entre pessoas do mesmo sexo realizados por igrejas paroquiais até o final do século XIV (BOSWELL, John. **Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality: Gay People in Western Europe from the Beginning of the Christian Era to the Fourteenth Century**, University of Chicago, Chicago, 2015). Um divisor de águas relevante teria sido a eclosão da Peste Negra, mal que dizimou cerca de 50 milhões de Europeus (cerca de um terço de sua população). Tal mal gerou pânico entre a população e, assim como em qualquer ambiente místico e com pouca informação, procuraram-se as respostas para tal castigo, certamente celestial (NAPHY, William. **Born to**

**be gay**. Lisboa, Edições 70, 2006). Deus certamente a todos castigava pelos seus pecados. A conclusão foi a mais fácil possível e atingiria as minorias: os judeus, os sodomitas (homossexuais) e os pagãos que viviam em seu meio seriam os responsáveis pela ira divina. A eliminação desses grupos se fez urgente e necessária para que os demais fossem poupados.

## **7. HOMOSSEXUALIDADE : NATUREZA E SAÚDE MENTAL**

A heterossexualidade passaria, então, a ser considerada como a única forma de relação afetiva e/ou sexual aceita, os divergentes legitimamente e legalmente proscritos. As bases para tal alegação eram teológicas, filosóficas e fortemente amparadas no *Zeitgeist* da época. A medicina passou a ser utilizada para reforçar o estigma de degradação, quando em 1886 o médico católico Richard von Krafft-Ebing, autor de 'Psychopathia Sexualis', defendeu que o erotismo deveria ser regulado pela exigência de reprodução da espécie e dos ideais de amor a Deus e à família.

No Brasil, os primeiros estudos sobre o assunto foram realizados pelo jurista Viveiro de Castro, onde em sua obra 'Atentados ao Pudor : Aberrações do Instinto Sexual' trata a homossexualidade não apenas como uma aberração, mas também como uma patologia. Entendamos patologia como qualquer desvio anatômico ou fisiológico, o que caracterizaria uma doença.

Uma questão frequentemente levantada seria com relação aos efeitos práticos na saúde mental, vida social e familiar daqueles que, se percebendo homossexuais, vivem em locais onde essa pulsão deve ser negada e combatida. E se médicos e psicólogos estiverem certos e não houver qualquer tipo de 'mudança comportamental' possível? Uma das alegações mais comuns para combater-se a homossexualidade seria sua 'não naturalidade', portanto contrária à Natureza. O que tem a Natureza para nos dizer?

### **7.1 HOMOSSEXUALIDADE E NATUREZA**

Também para os teóricos Darwinianos, a homossexualidade não é apenas natural, como benéfica. É a chamada "seleção sexualmente antagônica". A homossexualidade seria tão

normal e natural que, apesar de nossas limitações no acompanhamento da vida íntima dos outros animais, tal ação já foi observada em mais de 400 espécies, de besouros a baleias. Rebanhos ovinos apresentam, em média, o número de 8% de machos que preferem manter relação com membros do mesmo sexo, número idêntico encontrado entre os leões. Golfinhos e chimpanzés não parecem fazer distinção entre machos e fêmeas, assim como girafas e elefantes. Entre os albatrozes, este número chega a 31%. Entre os belíssimos galos-da-serra, este número aumenta para 40%. O número diminuiu para 25% entre os cisnes<sup>35</sup>. A homossexualidade parece ser tão natural (regida pelas forças da natureza) quanto a heterossexualidade. Para a natureza, o que é natural é o que acontece 'naturalmente', não aquilo a que se sofre coação.

### 7.3 HOMOSSEXUALIDADE E ABUSO INFANTIL

Alguns pastores evangélicos pregam (discurso repetido incansavelmente por uma legião de seguidores que reproduzem textos sem lançá-los ao crivo da análise) que os homossexuais são resultado de traumas na infância. Alguns deles, como o senhor Silas Malafaia, chegou ao ápice de afirmar em audiência no Congresso Nacional que 'todos' homossexuais 'tratados' em sua igreja teriam relatado haver sofrido abuso sexual na infância. Se a homossexualidade é fruto de um trauma, logo se o trauma for removido, tal inclinação também o seria – esse é o sofisma transvestido de silogismo utilizado por esse senhor. Mas teriam todos os homossexuais sofrido abuso sexual na infância? Para que tivéssemos uma visão independente, mais realista e coerente com relação ao tema, enviamos um questionário com 7 questões para centenas de pessoas do sexo masculino que tem relação (eventuais ou não) com pessoas do mesmo sexo. Obtivemos 286 formulários preenchidos, cujos resultados tabulados em forma percentual apresentamos abaixo:

Quando perguntado se teria sofrido, em algum momento, algum abuso sexual anterior à aceitação de sua sexualidade, responderam que 'Sim' – 106 pessoas, ou 37,1% do total. Responderam que 'Não' – 180 pessoas, ou 62,9% do total.

Por mais que seja um percentual altíssimo, não chega nem perto do total anunciado por esses pastores que, na ânsia de provar uma hipótese, desprezam a verdade. Uma hipótese para o percentual ainda elevado foi levantada por um médico por mim entrevistado (que

solicitou não ser identificado): “Pedófilos se aproximam de vítimas em potencial: uma criança do sexo masculino efeminada certamente será um alvo preferencial (mais fácil) do que outras crianças, com sexualidade marcadamente heterossexual”. Sua colocação pode explicar em partes as razões porque um número tão elevado se comparados ao grupo predominantemente heterossexual (segundo pesquisa realizada pela Unifesp e republicado pelo Ministério Público do Paraná em sua página virtual, o percentual de crianças molestadas sexualmente na população em geral chega a 5%). Se dúvidas são levantadas, uma certeza retiramos desta pesquisa: definitivamente a maioria dos homossexuais não sofreu trauma de ordem sexual algum durante sua infância.

Para compreendermos que tipo de abuso teria sido este, perguntamos ao que teriam sofrido abuso sexual, se a violação teria sido através de ato sexual forçado (33,7% do total afirmaram que sim). O restante (66,3% do total) afirmou que sofreram assédio sexual, ou seja, uma aproximação sexual não bem-vinda, sem concretização do ato.

A partir desta resposta, temos uma imagem mais clara da quantidade de pessoas violadas sexualmente: se 37,1% se sentiu abusada sexualmente, temos agora um total de 12,50% do total de entrevistados que foram efetivamente violados. Mais próximo, portanto, do total de respostas obtidas através da pesquisa da Unifesp.

Dados relevantes trazidos pela pesquisa ainda mostram que adultos em posição de autoridade (familiares) foram responsáveis pela agressão em 28,8% dos casos. Outros adultos conhecidos (professor, líder religioso, vizinho) – 27,9%. Adultos desconhecidos - 08 respostas – 7,7%. Os restantes 35,6% seriam agressões vindas de outros de idade próxima ao vitimado.

61,9% consideram tal abuso como sendo uma lembrança traumática e ainda 22,3% dos vitimados sofreram abusos por anos seguidos. Relevante ressaltar que apenas 19,2% dos que sofreram abuso veem algum vínculo entre o abuso sofrido e sua orientação. É lícito supor que o restante acredite que, independente do abuso sofrido, se encontrariam da mesma forma dentro do mesmo grupo que se encontram hoje.

Desmistificada e desqualificada a afirmação de que todo homossexual é fruto de abuso sexual na infância, nos cabe prosseguir e tentar entender os reflexos da rejeição social, familiar e espiritual que este grupo sofre em sua saúde mental.

#### 7.4 HOMOSSEXUALIDADE: PULSÃO, PERVERSÃO E NEUROSE

Para que entendamos melhor o processo psicológico, faz-se necessário que entendamos a homossexualidade como uma pulsão (desejo), não uma necessidade, diferenciando a identidade sexual (como nos vemos) de nossa sexualidade (o que nos dá prazer). Para a psicanálise, o ser humano vive um eterno conflito entre as pulsões do ego (conservação) e as pulsões sexuais (libido). Já a neurose seria, ainda segundo a psicanálise, fruto do recalçamento sexual (negação das pulsões). O perverso seria o neurótico dando vazão aos seus desejos suprimidos.

Se para Freud a sexualidade humana seria basicamente perversa (FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da Sexualidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2016), onde ele encaixaria a homossexualidade? Uma perversão? A perversão envolve necessariamente comportamentos autodestrutivos e/ou destrutivos: desta forma poderemos encontrar relacionamentos perversos tanto entre heterossexuais quanto homossexuais. Não seria o objeto de desejo (pulsão) que definiria, neste caso, o que poderia ser considerado como 'perversão', menos ainda como comportamento patológico.

Para que entendamos exatamente de onde vieram, como foi o processo de descoberta da homossexualidade, a influência positiva ou negativa da igreja neste processo e final apostasia (ou não), nos lançamos a campo para ouvirmos o que tinham a dizer os homossexuais do sexo masculino, de todas as idades e de todas as origens. Contamos com o apoio de diversas ONGs, algumas igrejas evangélicas (chamas inclusivas) e páginas de relacionamento. Ao final de 5 anos, obtivemos 1288 formulários preenchidos. Após a compilação e leitura de todos os comentários, alguns foram selecionados para mais algumas perguntas, para que pudéssemos compreender exatamente a influência da religião cristã, pesos, traumas e/ou libertações oriundas da intervenção religiosa.

Dos 28 Estados da Federação + Distrito Federal apenas não recebemos contribuição dos Estados do Amapá e Roraima. Os Estados com maior número de questionários preenchidos vieram de São Paulo (229). Na sequência tivemos Minas Gerais (198), Paraná (178) e Rio de Janeiro (149).

Quando da descoberta de sua sexualidade, pudemos perceber que a maioria esmagadora já se 'percebeu' homossexual antes dos 15 anos (67%), sendo que 396 desses (31%) já o sabiam desde sempre.

No que tange ao conhecimento a respeito de sua própria sexualidade por familiares ou sociedade em geral, apenas 44% possuíam sua sexualidade exposta a pleno conhecimento daqueles com os quais mantinham relação profissional, familiar e outras.

47% dos entrevistados já tiveram relação sexual com o sexo oposto. Destes, 87% declarou que as mesmas seriam ótimas, razoáveis ou que não viam diferença entre relação sexual entre iguais ou entre pessoas do sexo oposto. Convém ressaltar que aqui foi trabalhado o prazer sexual e não o envolvimento afetivo.

## 7.5 VIVENDO COM CULPA

Em entrevista a nós dada pessoalmente, o psicólogo e pós-graduando em Sexualidade, Olavo de Martino, ressalta o peso moralizador da religião na constituição psíquica de cada sujeito. Em sua experiência, a Igreja não oferecia o acolhimento correto para aquele sujeito que está passando por angustias com relação a sua sexualidade, pela intransigência que a mesma teria com relação à sexualidade. Em última análise, este mesmo sujeito passa a desenvolver intolerâncias e preconceitos diversos, reproduzindo a cobrança e a homofobia das quais ele mesmo foi vítima.

Outra pessoa por nós entrevistada foi o engenheiro mecânico e psicanalista Jorge Garcia (64 anos), que citou seu próprio exemplo, que corrobora o argumento do doutor Olavo. Membro de uma igreja evangélica, casou-se e teve filhos. Fez terapia por anos e todo tipo de tratamento psicológico e/ou espiritual, na tentativa de negar suas pulsões. O resultado disso tudo foram anos de infelicidade que culminaram em uma depressão. Segundo seu depoimento, passou a perseguir e se tornou um crítico ferrenho de qualquer comportamento homossexual. Aos 60 anos, cansado de lutar contra o que não poderia ser negado, largou o casamento e encontrou outro homem em um site de relacionamentos. Desse encontro surgiu o compromisso e ambos moram juntos há 4 anos e frequentam uma igreja evangélica chamada de 'inclusiva'.

O pastor Fábio Inácio iniciou o seu ministério aos 18 anos na Igreja Universal do Reino de Deus, onde ficou até completar 22 anos. Foi noivo e abandonou a noiva já próximo à data do casamento. Saiu da Igreja por problemas relativos à sua sexualidade. Hoje é casado com uma pessoa do mesmo sexo e pastoreia uma dessas igrejas chamadas 'inclusivas'. Seu ministério é dedicado principalmente a atender pessoas com problemas psicológicos.

Melancolia e tendência ao suicídio são fatores com os quais também se depara, quase diariamente, o Psicólogo Edson Andrade de Oliveira (46 anos). Entre as pessoas do sexo masculino que o procuram, grande parte sofre com dilemas relativos à homossexualidade, desenvolvendo sintomas de pânico, pré-sintomas de depressão, e níveis diversos de frustração. Ele considera a Bíblia não apenas como irrelevante no processo de construção psíquica saudável da pessoa e se nega a atender pacientes que sejam o que ele chama de 'ortodoxos'.

Entre as centenas de pessoas que entrevistamos, alguns relatos nos chamaram mais a atenção e a maioria deles expressa o sofrimento geralmente profundo e silencioso que essas pessoas enfrentaram, devido à pressões e cobranças vindas das Igrejas e a impossibilidade de mudança real de sua pulsão natural. Gostaríamos de citar alguns exemplos.

L.V. cita que em sua luta contra a homossexualidade, segundo orientação da Igreja, deixou de assistir novelas, alguns desenhos e mesmos jogos porque supostamente promoveriam a homossexualidade. Segundo ele, chegou a se tornar psicótico: “Eu já estava cansado de lutar contra mim mesmo, arrasado, triste, depressivo e sem forças, pois tanta luta, tanto esforço para no final nada mudar. Pensava muito em cometer suicídio, mas tinha medo, pois era pecado. Eu não vivia, eu vegetava.” L.V chegou a tentar o suicídio, tendo ficado internado em coma por quatro dias. Sua libertação de tanto sofrimento veio apenas quando abandonou a Igreja, abraçou o agnosticismo e passou a aceitar a sua sexualidade. Está fazendo terapia e, segundo ele, finalmente tem encontrado a paz.

A.D. frequentava a Congregação Cristã desde a infância, tendo-a trocado pela Assembleia de Deus aos 12 anos. Segundo seu relato, tudo transcorria normalmente até que alguns membros da Igreja decidiram que ele tinha algum tipo de 'encosto gay', que deveriam orar por ele. O que era para ser uma oração se tornou um ritual de exorcismo. A.D nunca mais voltou a por os pés em uma Igreja Evangélica. Hoje ele namora uma pessoa do mesmo sexo com a qual pretende se casar e frequentam, juntos, a Igreja Católica.

M.P. era missionário de uma comunidade pentecostal desde os 18 anos. Aos 21, uma missionária da Igreja teria tido uma revelação de Deus, através de visão e profecia, onde Deus teria dito a ela (e conseqüentemente a toda a Igreja) que ela e M.P. deveriam se casar. O rapaz, em sua simplicidade, acreditou que essa poderia ser a mão de Deus para finalmente curá-lo do 'espinho da homossexualidade' que ele carregava. Aceitou a profecia e se casaram 9 meses depois. Depois de mais de 10 anos de infelicidade e desacreditando a fé a qual havia abraçado e dedicado a sua vida, largou o que chamou de 'grilhões' e se permitiu ser feliz pela primeira vez. Largou a Igreja e o casamento e hoje é casado com uma pessoa do mesmo sexo. Se diz ateu e feliz pela primeira vez na vida (aos 42 anos).

J.P. também era missionário e pastor de mais uma comunidade pentecostal, em uma cidade pequena do interior fluminense. Filho de pastor, sua homossexualidade era escondida e sua angústia interna escondida. Aos 32 anos teve coragem de romper com suas tradições familiares e procurar a paz. J.P. me encontrou na Internet e tivemos longas conversas para que finalmente abandonasse o desejo de se suicidar.

São raros os casos onde o encontro entre a homossexualidade e o cristianismo brasileiro não termine em tragédia ou, na melhor das hipóteses, frustração. Os homossexuais que frequentam Igrejas Cristãs não parecem ter escolha: ou vivem sob a égide da dor, da culpa e da mentira, ou precisam abandoná-las, quando delas não são expulsos. O próximo gráfico esclarece este tópico.

Ao analisarem o seu processo de amadurecimento sexual, foi pedido aos entrevistados que avaliassem esse momento de transição. 137 (11%) disseram que ainda estavam dentro desse processo. Para 470 (37%) essa travessia havia sido tranquila, mas para 677 (53%), ela havia sido dolorosa e/ou complicada.

Qual a relevância da religião no processo de amadurecimento sexual dessa parcela da população? Do total de 1280 respostas, 453 disseram que a religião cristã teve papel relevante, porém negativo, nesse processo.

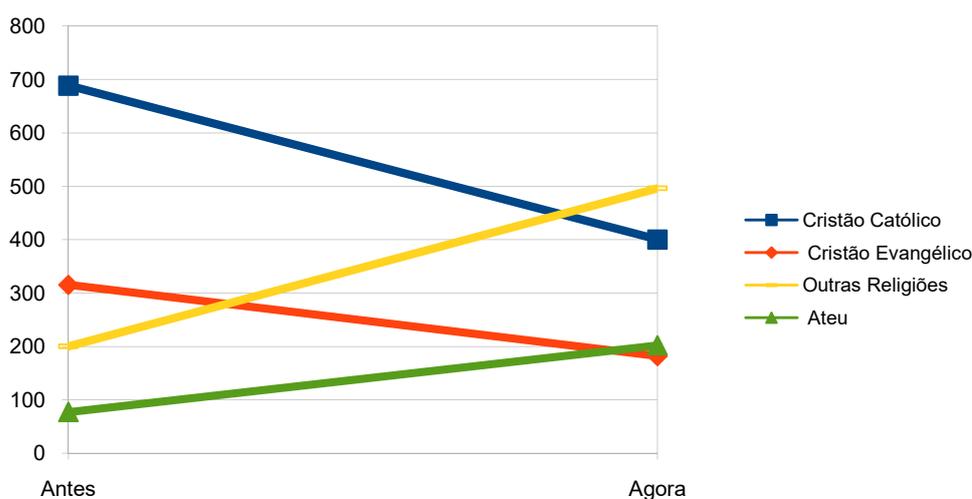
Para 1224 pessoas que aceitaram responder como lidavam com a religião nos dias atuais, a maioria estaria confortável com a religião atual abraçada (577 do total), para os demais, a religião seria uma página virada em suas vidas (455) e para os demais(192), ainda era uma questão a ser trabalhada.

Importante também compreendermos de onde vieram e para onde se dirigiram esses homens após sua descoberta e aceitação da sexualidade. O processo de migração é claro e autoexplicativo. Foi perguntado a cada um deles qual era a religião professada antes do processo de aceitação da sexualidade e após este processo.

Antes do processo de aceitação da sexualidade, 54% dos entrevistados se identificariam como sendo Católicos hoje estes percentuais caiu para apenas 31%. Para comparação, segundo dados do IBGE coletados em 2010, haveria no Brasil 64,6% de Católicos.

Entre os Cristãos Evangélicos, a queda também é muito acentuada: de 25% dos entrevistados para apenas 14%. Na população geral do Brasil, o percentual de Evangélicos é de 22,2%, ainda segundo o IBGE.

Se o percentual de cristãos caiu quase pela metade, a fatia que se define como Espírita, Ateia ou adeptos de outras religiões subiu vertiginosamente: entre os Espíritas, subiu de 7% para 16%; entre os Ateus, de 6% para 16% e entre os adeptos de outras religiões (Umbanda, Candomblé, Budismo ou concepções religiosas desenvolvidas particularmente e concepções deístas diversas) o percentual praticamente triplicou: de 8% para 23%. Se entre a população brasileira, apenas 13% não se identifica como cristã, entre os que se relacionam com pessoas do mesmo sexo, o Cristianismo é rejeitado por nada menos que 55%.



Convém ressaltar que esse número de 45% de cristãos entre esse público tende a diminuir ainda mais, conforme o percentual daqueles que consideram a fé ainda uma questão pessoal a ser resolvida resolvam essa questão, para eles, angustiante.

E qual é a imagem que as Igrejas Evangélicas possuem diante deste público? Dos 1258 que responderam esta questão, 96% disseram possuir uma imagem negativa da Igreja (preconceituosos, falsos moralistas, mal que aflige o mundo...) e apenas 4% possuíam uma imagem positiva, onde a Igreja representaria uma luz para o mundo no qual vivemos.

O Cristianismo que um dia já foi revolucionário e progressista em sua inclusão e amor, é hoje o retrato mais fiel do atraso e do ódio ao diverso. É esta a face que as igrejas querem apresentar ao mundo? Talvez a hora de se quebrar paradigmas tenha chegado.

## 8. CONCLUSÃO

Leonardo da Vinci já disse no século XV que pouco conhecimento torna as pessoas orgulhosas. O escritor e cientista nascido russo, Isaac Asimov reconheceu que o conhecimento pode trazer problemas, mas que estes jamais serão solucionados pela ignorância. Einstein disse que a religião sem a ciência é manca. Jesus disse que conhecer a verdade traria liberdade. Mas e se esta verdade for, aos olhos de alguns, desagradável? E se esta verdade trazer momentaneamente mais problemas que soluções? E se estivermos confortáveis demais e orgulhosos demais em nosso pináculo onde residem os que chamamos de 'escolhidos', mesmo que envoltos em uma ignorância voluntária? Aristóteles disse que a coragem é a primeira de todas as virtudes, porque ela garantiria as demais. Sem ela, nenhuma outra existiria. É necessário coragem para ser bom, justo, honesto. É necessário coragem (e muita) para transformarmos o mundo – Paulo que o diga. Quanta coragem é necessária para encarar uma sociedade preconceituosa e uma Igreja que tem deixado de refletir o amor de Deus? Santo Agostinho disse que a esperança tem duas filhas lindas: a indignação e a coragem. Coragem para se aceitar quem se é, coragem para se aceitar quem o outro é. Não há amor onde não há aceitação. Se o amor de Deus é incondicional, porque o nosso é exclusivista? Se Paulo, inspirado pelo Espírito Santo, insistiu que todos aceitassem uns aos outros e que, através disto, Deus seria glorificado (Rom 15:7), porque insistimos em seguir tradições que apenas afastam um ser humano do outro? Buda dizia que amar e aceitar ao

próximo são ações possíveis apenas aos corajosos. Pode parecer herético, mas talvez a Igreja de Cristo, tão surda que anda ao espírito de Sua pregação, precisa ouvir de bocas pagãs como se tornarem melhores seres humanos. Os cristãos tem procurado ser mais santos (separados) que o Cristo que teve seus pés lavados por uma prostituta, fazia suas refeições com corruptos, protegia as adúlteras e que morreu entre ladrões.

## Referências

- ABDO, Carmita. **Descobrimento Sexual do Brasil**. São Paulo, Summus, 2004
- BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**, Rio de Janeiro, FGV, 2004.
- Brasil. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia**. Brasília, Ministério da Saúde, 2004.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia** – história de um preconceito. Autêntica, Belo Horizonte, 2010
- BOSWELL, John. **Christianity, Social Tolerance, and Homosexuality: Gay People in Western Europe from the Beginning of the Christian Era to the Fourteenth Century**, University of Chicago, Chicago, 2015
- BUSIN, V M. **Homossexualidade, religião e gênero: a influência do catolicismo na construção da autoimagem de gays e lésbicas**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – PUC-SP, São Paulo, 2008.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. Sexualidade e preconceito. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo. III(3): 18-37, set/2000.
- CHILDE, V. Gordon, **A evolução cultural do homem**, Rio de Janeiro, Zahar, 1966
- DIAS, Maria Berenice, **União Homoafetiva - O Preconceito e a Justiça**. Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2006
- FABRIS, Rinaldo. **As cartas de Paulo III**. Loyola, São Paulo, 1992
- FERRY, L. & Gauchet, M. **Depois da religião: o que será do homem depois que a religião deixar de ditar a lei?** Difel, São Paulo, 2008.
- FLANDRIN, Jean-Louis. **O sexo e o ocidente**, São Paulo, Brasiliense, 1988
- FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da Sexualidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2016
- HARARI, Yuval N, **Sapiens – uma breve história da humanidade**, Porto Alegre, L&PM Editores, 2012.

- KRAFFT-EBING, Richard von. **Psychopathia Sexualis: The Classic Study of Deviant Sex.** New York, Arcade, 2011
- MACHADO, Maria das Dores C & Fernanda D Piccolo. **Religiões e homossexualidade**, Rio de Janeiro, FGV, 2010.
- MASSARA, Franco. **Os Grandes Julgamentos da História**, v. Oscar Wilde/O escândalo da condessa, São Paulo, Otto Pierre, 2014
- NAPHY, William. **Born to be gay.** Lisboa, Edições 70, 2006.
- OLIVEIRA, L. **Religião e intolerância à homossexualidade.** São Paulo, Edusp, 2007.
- PRANDI, Reginaldo. **Os candomblés de São Paulo.** Hicitec, São Paulo, 2001
- RACHELS, James. **Os Elementos da Filosofia Moral.** McGraw Hill, 2013
- RESTON Jr, James. **Warriors of God.** New York, Knopf Doubleday Publishing Group, 2007
- ROCKE, Michael. **Forbidden Friendships: Homosexuality and Male Culture in Renaissance Florence** (Studies in the History of Sexuality). Oxford University Press, Ontário, 1998
- SAHLINS, Marshall. **As sociedades tribais**, Rio de Janeiro, Zahar, 1970
- SILVA, A.N.N. **Homossexualismo e discriminação: o preconceito sexual internalizado.** Tese (Doutorado) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007.
- SMITH, Sharon. **Engels and the origin of women's oppression**, International Socialist Review, 2, 1997
- VIVEIROS DE CASTRO, Francisco J. **Atentados ao Pudor : Aberrações do Instinto Sexual.** Rio de Janeiro, Livraria e Editora Freitas Barros, 1935

## **A produção de sentidos da mulher paraguaia na fronteira sob a perspectiva de gênero.**

### **The production of paraguayian women's senses on the frontier under the gender perspective.**

Lígia Maria Ruel Cabreira<sup>39</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** A mulher paraguaia de fronteira, não goza de plenos direitos nos atendimentos das Políticas de Assistência Social no Brasil. A psicologia necessita dialogar com o campo da antropologia, sociologia e o debate sobre as questões fronteiriças e multiculturais. Os objetivos deste delineamento na pesquisa é compreender e analisar os sentidos de mulher de fronteira, (a mulher paraguaia) em suas concepções diversas, como identidade, fronteira, sob a perspectiva de gênero.

**Palavras chaves:** Mulher Paraguaia, Fronteira, Gênero e Política de Assistência Social

**Abstract:** The paraguayian woman from the border does not enjoy full rights in the assistance of Social Assistance Policies in Brazil. Psychology needs to dialogue with the field of anthropology, sociology and the debate on border and multicultural issues. The objectives of this research are to understand and analyse the meanings of frontier women (the Paraguayan woman) in different aspects, such as identity, frontier, from a gender perspective.

**Keywords:** Paraguayan Woman, Frontier, Gender, Social Assistance Policy

## **1.0 Introdução**

A mulher paraguaia de fronteira, não goza de plenos direitos nos atendimentos das Políticas de Assistência Social no Brasil. A psicologia para contribuir com a construção de novas práticas necessita de dialogar com o campo da antropologia, sociologia e o debate sobre as questões fronteiriças e multiculturais.

O conceito de fronteira com o qual trabalharemos, designa uma frente de expansão, pois tratamos este conceito como um formador de inter-relações entre os diferentes meios,

---

<sup>39</sup>Psicóloga e Mestranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. O Trabalho apresentado é um recorte fruto da pesquisa para dissertação do mestrado e os estudos de gênero. Bolsista pela CAPES. Endereço de e-mail: ligiamruel@hotmail.com. Endereço: UFGD –Rodovia Dourados / Itahum, Km 12 - Unidade II | Cep: 79.804-970, Dourados - MS, Faculdade de Ciências Humanas. Telefone: (67) 3410-2268.

tratados também como relações entre dois territórios diferentes. Nesta direção ocorrerá a contextualização dos sentidos de fronteira territorial e identitária que constituem o sujeito “fronteiriço”.

Portanto, este caráter móvel e transcendente das fronteiras apontam para uma necessidade de ampliação do pensamento para compreensão do fenômeno como conceito sociológico capaz de identificar os silêncios, as opressões, as experiências multiculturais que se estabelecem sob este jogo de poder intercultural e intracultural na constituição do sujeito que vive dentro deste contexto.

Diante disso, não podemos deixar de refletir a respeito das origens dos aspectos que serão apresentados sobre a fronteira Brasil-Paraguai que de certa forma é tida como a causa de inúmeros fatores conflitantes das vivências dos povos fronteiriços.

Os objetivos deste delineamento na pesquisa é compreender e analisar os sentidos de mulher de fronteira, (a mulher paraguaia) em suas concepções diversas, como identidade, fronteira, sob a perspectiva de gênero e principalmente focando no sentido dado a estas mulheres nas políticas públicas de assistência social.

## **2.0 Fronteiras e políticas sociais como direito universal.**

A crescente preocupação do governo brasileiro, através de órgãos responsáveis pelas questões de imigração no país, vem se movimentando para pensar uma reformulação da política para entrada de estrangeiros no Brasil, isso porque ao buscarmos a Lei nº 6.815/80, percebe-se que o maior interesse é a segurança nacional e não os direitos humanos ou políticas sociais para garanti-los. (SPRANDEL, 2012).

Os direitos humanos entendidos a luz do Construcionismo Social, não são um dado, e configura-se em um conceito em construção e reconstrução em diferentes momentos históricos, seguidos de demandas diversas.

A Declaração Universal, de 1948, traz a construção do Direito Internacional dos Direitos Humanos, que se configura um marco no processo de reconhecimento dos direitos sociais e culturais, arraigados aos preceitos dos direitos políticos e econômicos de uma população.

Silva (2012, p.82) esclarece que nesta esfera de proteção dos direitos, construímos também os direitos de imigrantes e refugiados, amparados pela Declaração Universal um ponto de partida com o artigo 14: I) “Todo o homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países”. Assim assegurando, por tal princípio, o direito fundamental à vida, à segurança e à integridade à todas as pessoas.

Quando identificamos o perfil de uma família, independente da configuração legal do seu atendimento, para qualquer pessoa, este é um momento de muita fragilidade identitária, em que os conflitos enfrentados, vão muito além das limitações impostas por uma nova cultura, muitas vezes são problemas que afetam diretamente o cotidiano, como idioma, costumes, preconceitos.

O atendimento as pessoas que se encaixam nos parâmetros legais, seja de imigrante, refugiado, estrangeiro, acaba por ser um determinante na forma como receberão este atendimento. Desta forma, o reconhecimento da situação de vulnerabilidade enfrentada por povos fronteiriços, é significativa para auxiliar estas famílias no processo de empoderamento, reconstrução e acolhida.

O movimento de construção de políticas de relações com as fronteiras no Brasil, vem se estabelecendo desde o Império, onde a ocupação da Faixa de Fronteira era regulamentada pela “Diretoria – Geral de Terras Públicas”, sendo substituídos consecutivamente após o Império, pelo “Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN), Conselho de Segurança Nacional (CSN) e, atualmente, pelo Conselho de Defesa Nacional (CDN)”. (BRASIL, 2009).

A Constituição Federal de 1988, através do artigo 91 delega ao Conselho de Defesa Nacional “estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do estado democrático”. (CF/88).

Uma política que visa diagnosticar e selecionar regiões como a faixa de fronteira, é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), organizado pelo Ministério da Integração Nacional, criando assim mecanismo que instrumentalizam e institucionalizam meios de estimular estas regiões que de certa forma visam a recuperação e valorização das cidadanias estigmatizadas por conflitos ou problemas sociais.

Apesar de ser estratégica para a integração sul-americana, uma vez que faz fronteira com dez países, de corresponder a aproximadamente 27% do território nacional (11 estados e 588 municípios) e reunir cerca de 10 milhões de habitantes, a Faixa de Fronteira configura-se como uma região pouco desenvolvida economicamente, historicamente abandonada pelo Estado, marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, pela falta de coesão social, pela inobservância de cidadania e por problemas peculiares às regiões fronteiriças. Isso determinou a diretriz específica de desenvolvimento dessa região na PNDR. (BRASIL, 2009).

Podemos considerar que muitas ações parecem insatisfatórias devido as singularidades das fronteiras, tornando-se um desafio para aplacar as dificuldades destas regiões, dadas a universalidade das políticas públicas.

Nos estudos sobre relações fronteiriças, de forma pragmática, a ideia de zona de fronteira, separadas apenas por faixas de limites internacionais, seja de fronteira seca ou fluvial, com interações entre povos, línguas e costumes tão distintos, mas que se mesclam de forma particular, formando um modelo único de convivência, poderia ser considerada ideal para uma abordagem política dos fluxos, seja de bens ou de pessoas, o que não ocorre, no entanto, por questões de barreiras diplomáticas.

### **3.0 Relações de gênero e a Mulher Paraguaia da fronteira.**

Ao se falar de uma política emancipatória das mulheres, temos que problematizar que o ser mulher, não se estabelece apenas como uma identidade genuína, pois sua concepção acima de tudo passa por efeitos de práticas sociais, regionalizadas, naturalizadas e instituições sobrepostas multiplamente cultural, e principalmente sobre a cultura do falocentrismo e patriarcado.

Nos estudos que trazem explicações sobre as causas da opressão feminina, neste trabalho a opressão da mulher paraguaia da fronteira, o ponto chave dos argumentos giram em torno do corpo feminino e a reprodução, pois há um entendimento de que a reprodução feminina, é o que mais se destaca na produção de desigualdade de gênero.

Desta forma, seria como se toda mulher compartilhasse de uma condição única, o que Nicholson (2000) se contrapôs, pois, daria uma ideia de essência feminina que estaria fundamentada pela biologia e que de maneira geral contrapõe a concepção de mulher deste trabalho, pois a mulher paraguaia da fronteira não é una, mas sim atravessada por concepções diversas, como a cultura, a língua e a classe por exemplo.

"Genero" tem suas raízes na junção de duas ideias importantes do pensamento ocidental moderno: a da base material da identidade e a da construção social do caráter humano. Na Época do surgimento da segunda fase do feminismo, final dos anos 60, um legado da primeira ideia foi a noção, dominante na maioria das sociedades industrializadas, de que a distinção masculino/feminino, na maioria de seus aspectos essenciais, era causada pelos fatos da biologia", e expressada por eles. Essa noção refletia no fato de que a palavra mais comumente usadas para descrever essa distinção, "sexo", tinha fortes associações biológicas. (NICHOLSON, 2000, p.4).

Quando desenvolvemos uma análise das correntes de pensamento feminista que abarcam os conceitos fundamentais desta linha de pensamento, existe algumas categorias que não podem deixar de ser citadas, que são considerados conceitos fundadores do pensamento feminista após 1960: “mulher, opressão e patriarcado” (PISCITELLI, 2002).

As ideias do “fundacionalismo biológico”, (Nicholson 2000), tem sido considerado o maior fator impeditivo para compreender as diferenças entre as mulheres, pois a ideia de que mulher tem uma essência e que isso caracteriza toda uma categoria impede que levemos em consideração fatores outros que são produtos da exclusão das mulheres na sociedade.

Dentre discursos variados sobre a identidade da mulher na atualidade, uma das questões que mais se tem discutido é sobre uma suposição de um padrão universal de ser mulher, ou seja, uma identidade onde todas se enquadram sem que haja uma mínima consideração sobre diferentes culturas que influenciam sua formação identitária. Ao se problematizar a categoria mulher, os mais diversos debates têm surgido dos campos teóricos e políticos.

A mulher paraguaia residente na fronteira entre Brasil e Paraguai, é considerada de acordo com nossas abordagens psicossociais sobre formações identitárias, produto de suas relações, seja com as pessoas, a cultura e costumes do país no qual decidiu estabelecer residência, assim como a bagagem cultural que trouxe de seu país de origem, portanto, passa longe da ideia de uma mulher com uma essência única, pois é produto acima de tudo de fatores socialmente construídos.

As relações de gênero discutidas ao longo deste estudo serão feitas com intuito de posicionar nossas questões relativas ao papel da mulher paraguaia dentre suas concepções sociais, culturais e históricas que culminaram nas configurações sociais que a mulher paraguaia está inserida atualmente.

Nas abordagens que usaremos neste trabalho, é importante fundamentar que “A Mulher Paraguaia” será analisada sob a perspectiva de gênero, mas para isso buscaremos a versão sobre a categoria mulher, para explicar os fenômenos sociais que a afetam cotidianamente.

Entende-se disso que nos estudos feministas, afirmamos que todas as mulheres sofrem opressão. Dito isto, a justificativa para esta generalização vem do fato de que ainda que esta opressão ocorra de forma diferenciada, as experiências femininas nos dariam a empiricidade desta afirmativa, ou seja, é necessário prestar atenção aos aspectos objetivos desta opressão, aquilo que se mostra no dia a dia das mulheres e que não é vivenciado da mesma maneira por homens. Segundo Piscitelli, 2002, este argumento foi um marco para entender o pensamento feminista:

A categoria "mulher" tem raízes na ideia do feminismo radical segundo a qual, para além de questões de classe e raça, as mulheres são oprimidas pelo fato de serem mulheres --pela sua *womanhood*. Essa ideia foi útil, em termos políticos, para desenvolver o próprio conceito de feminismo, diferenciando-o, no contexto específico das discussões que tinham lugar nos Estados Unidos e na Inglaterra, do "pensamento de esquerda". O reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na ideia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas. Dessa maneira, a "identidade" entre as mulheres tornava-se primária. (PISCITELLI, 2002, p.4.)

Esta análise se faz necessária para entender que as mulheres paraguaias, com todas as suas singularidades, estão também dentro da categoria mulher oprimida socialmente, as pesquisas feitas até agora têm nos demonstrado que esta mulher paraguaia residente no Brasil, imigrante, se fazem como categoria a partir do momento em que observações empíricas demonstram sua vulnerabilidade, por estarem inseridas na categoria mulher.

### **3.1A mulher paraguaia do pós-guerra da Tríplice Aliança**

Em relação a esses aspectos de diferenciação e opressão da categoria mulher, Nash (2012) defende que o gênero é um fator influenciador nas experiências migratórias das mulheres, pois coloca que um dos principais condicionantes para se estabelecer e viver em um novo país, buscar trabalho se relacionam com o fato de serem mulheres e estarem aptas para certas tarefas e não para outras. Acrescenta ainda que estes condicionantes também seguem

especificidades diretamente relacionadas também com fatores sociais e étnicos tanto dos países de residência, quanto das imigrantes.

A Mulher Paraguaia da fronteira, passou por uma desconstrução de seu papel ao final da guerra da tríplice aliança que derrotou o Paraguai, quando viu seus homens, maridos, irmãos e pais derrotados, mutilados e saqueados. Foram as mulheres que retomaram as atividades no país, típicas do sexo masculino, tornando-se as matriarcas, responsáveis pelo sustento e sobrevivência dos familiares que restaram no país.

Dourado, (2005) narra um pouco dos fatos pós-guerra em seu trabalho:

Terminada a guerra, as residentes tiveram enorme papel na reconstrução nacional do Paraguai, já que a população masculina do país fora em grande parte dizimada na luta. Muitas emigraram para o sul de Mato Grosso, província quase despovoada, onde eram raras as mulheres. No Brasil as viúvas de soldados enfrentaram inacreditável burocracia para reivindicar a pensão que tinham direito. As esposas de oficiais eram tratadas com maior boa vontade. Em 1893, Floriano Peixoto determinou que as famílias de soldados mortos ou feridos recebessem o soldo do posto que ocupavam na guerra (DOURADO, 2005, p.112).

Os desafios que as mulheres paraguaias enfrentaram na guerra e no pós-guerra foram muitas vezes esquecidos ou abafados pela enorme tragédia que abateu o país guarani.

Segundo Dourado (2005, p.36) A “participação das mulheres paraguaias na guerra foi destacada e registrada pelo governo” tendo um papel muito importante no fim da guerra. Segundo a historiadora, “Entre as destinadas e residentes, (nomes dados as mulheres segundo sua designação) muitas vezes ocorreram momentos de solidariedade. Cabia a elas todo o trabalho agrícola, sendo, contudo, as últimas a terem direito à alimentação” Apesar de ter seu papel reconhecido, a situação destas mulheres, era muito pior do que a situação de homens, pois elas, eram tidas como reféns e escravas.

No Paraguai pós-guerra, tinha-se uma ideia de que a população que restou, principalmente as mulheres, fossem alfabetizadas, pois seria através da educação que se reconstruiria o país.

Segundo Ortolan (2010) este discurso existente, no entanto, apresentava uma grande contradição quando se falava de uma suposta autonomia da Mulher Paraguaia, visto que a intenção verdadeira era alfabetizar estas mulheres de forma que deviam dar conta da formação das futuras gerações, ou seja, uma “Mulher Modelo”, com uma moral valorizada para constituição familiar.

O legado da guerra para a Mulher Paraguaia, não foi o reconhecimento de seu heroísmo ou mesmo o reconhecimento do massacre sofrido por elas que muitas vezes não tinham opções a não ser lutar ou serem vítimas dos combates, o seu legado era reconstruir uma sociedade ao nível dos padrões burgueses, através da reprodução.

Ortolan (2010) compreende que os argumentos comuns da época em relação as características das mulheres deviam ser em relação ao compromisso com os filhos, e a futura geração, o que nos traz de volta, portanto, ao fundacionalismo biológico como característica e função principal destas mulheres.

Em muitos momentos, a única alternativa encontrada por estas mulheres, foi a migração, buscar no país vizinho, no caso o Brasil ou Argentina, que apesar de opressor de seus filhos e maridos, seria uma chance de reconstruir suas vidas e então estabeleceram-se em sua maioria na região sul do Mato Grosso, onde hoje é a região de Mato Grosso do Sul, em 1870, após a guerra.

Portanto, entendemos que a Mulher Paraguaia, que hoje reside na fronteira é produto de inúmeras e complexas artimanhas políticas e sociais que a formaram para serem as matriarcas do pós-guerra, a mulher casta e generosa, modelo de uma sociedade reconstruída

para educação e moralidade, e ainda que rompam com este padrão ao saírem de suas casas de seu país, acabam por não fugirem a este modelo de mulher.

Pachioni (2015) aponta que o perfil atual das famílias de paraguaios que residem no Brasil, aqueles que entram ilegalmente no país, em sua maioria residem em bairros periféricos, invadidos por eles na busca de uma moradia, pois, ao migrarem para o Brasil, o fazem clandestinamente em busca de trabalhos braçais, sem registros em carteira por não solicitarem permanência no país, não lhes dando direito a uma moradia legalizada, direito este que só é garantido quase que exclusivamente através de políticas públicas de acesso à documentação e outros programas sociais, e a maioria destes imigrantes são mulheres, que vem para o país em condições ilegais para tentar emprego.

Cortes (2014) também destaca certos aspectos considerados facilitadores, o que incentivam a vinda dos paraguaios para o Brasil dando como exemplo a facilidade de entrada no país, o baixo custo de cruzar a fronteira e o acesso a trabalhos informais que muitas vezes oferecem acomodação e comida.

Os imigrantes paraguaios que vem em condições legais, também sofrem pela escassez de emprego e trabalhos pouco valorizados, como demonstram as pesquisas de Cavalcanti, Oliveira & Tonhati (2015, p. 75 e 76) que fizeram uma relação dos números de paraguaios residentes no país em relação ao sexo, demonstrando que nos anos de 2011, 2012 e 2013, os imigrantes com vínculo formal de trabalho, apontam para um crescimento e, sobretudo, uma maior presença masculina: para o ano de 2011, um total de 5.314 pessoas (do qual 3.177 são do sexo masculino e 2.137 do sexo feminino); para o ano de 2012, um total de 6.819 pessoas (do qual 4.144 são homens e 2.675 mulheres); e para o ano de 2013, um total de 8.550 pessoas (do qual 5.147 são homens e 3.403 mulheres).

Desta forma, entendemos que as diferenças relacionadas ao sexo está demonstrada na desproporcionalidade, pois apesar do número de mulheres residentes no país ser maior, o

índice de subemprego entre mulheres é maior do que entre homens, caracterizando assim um quadro de desigualdade de gênero vivido por mulheres paraguaias, o que os autores chamaram de “feminilização da pobreza” (Cavalcanti, Oliveira & Tonhati, 2015)

A história da mulher paraguaia do pós-guerra da tríplice aliança, já nos demonstrou que ainda que elas tenham tido um papel fundamental, enfatizado pelo patriotismo do momento, sendo inclusive consideradas heroínas, a voz dos discursos majoritários, inclusive os que as colocaram neste papel de exaltação, sempre estiveram reservados ao homem, que revestido de suas construções patriarcalistas têm regido o discurso de gênero que se perpetua até hoje sob a identidade da mulher paraguaia da fronteira.

#### **4.0 Considerações Finais**

Como resultado parcial das análises feitas da pesquisa que originou este recorte, podemos dizer que reconhecer a situação de vulnerabilidade social enfrentada pelas mulheres paraguaias na fronteira é fundamental para a construção de espaços de empoderamento, reconstrução e acolhida. Trata-se de situação de fragilidade identitária em que os conflitos culturais como idioma, crenças e costumes são geradores de preconceito e (des) proteção social.

Geralmente, pessoas atendidas pela assistência social na fronteira, que decidiram sair de seu país, seja por qualquer motivação, e independente da nomeação legal que receberá no país de sua residência atual, caracterizam-se por vínculos fragilizados, em situação de pobreza. Abalados emocionalmente e por muitas vezes terem suas situações exacerbadas por práticas institucionais e sociais excludentes, geralmente movidas por discriminação racial e étnica, torna a relação com populações de outros países conflituosas.

## Referências

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Faixa de Fronteira: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira* — PDF. Brasília: Secretariado de Programas Regionais, 2009.
- CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro*. Cadernos OBMigra, Ed. Especial, Brasília, 2015.
- CORTES. *Paraguaios em São Paulo: uma história e um retrato*. Travessia, São Paulo, n. 74, p.13-36. 2014.
- DOURADO, M. Teresa Garritano. *Mulheres Comuns, Senhoras Respeitáveis*. A presença feminina na Guerra do Paraguai. Campo Grande, Editora Universidade Federal do Mato Grosso, 2005.
- NASH, Mary. 2012. *Mujeres em el Mundo*. Historias, retos y movimientos. Madrid: Alianza Editorial.
- NICHOLSON, Linda. (2000). Interpretando o gênero. In: Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 8, n.2: p. 09-41
- ORTOLAN, Fernando Lóris .2010, *Dócil, elegante e caridosa. Representações das mulheres paraguaias na imprensa do pós-Guerra do Paraguai (1869-1904)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, 2010.
- PACHIONI, AlenaProfit . *El hombresoyyo : dinâmicas familiares no contexto da imigração paraguaia no Brasil / Alena Profit Pachioni - 2015*. 131 f.: Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais , Centro de Pesquisa e Pós - Graduação sobre as Américas , Programa de Pós -Graduação em Estudos Comparados das Américas , 2015.
- PISCITELLI, Adriana. (2002). Re-criando a (categoria) mulher. *Textos didáticos*, 48, 7-42.
- SILVA, César. Augusto. S. da. *Direitos Humanos e Refugiados*. Dourados: UFGD, 2012
- SPRANDEL, Márcia. Anita. *O parlamento e as Migrações Internacionais*. In: Migrações Internacionais: contribuição para políticas. Brasília, CNPD, 2012.

## Representação Social sobre as concepções de gênero para os professores dos cursos de Psicologia e Ciências Sociais

### Social Representation about the gender conceptions for the professors of Psychology and Social Sciences courses

Fernanda de Barros Vidal<sup>40</sup>

Gabrielle de Souza Sanches<sup>41</sup>

Jéssica Bonifácio Apacite<sup>42</sup>

Luis Carlos dos Santos Nunes<sup>43</sup>

Milton Vinícius Dionísio de Souza<sup>44</sup>

Victória Regina de Almeida Correia<sup>45</sup>

Dra. Zaira de Andrade Lopes<sup>46</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** A pesquisa tem como objetivo identificar e compreender as representações sociais referentes à constituição das questões de gênero para os professores de Psicologia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Para isso, fundamentou-se na teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici e Denise Jodelet. Respalhando-se nas questões de gênero das autoras Joan Scott, Adriana Piscitelli e Angela Arruda. Para tanto, utilizou-se entrevistas individuais semi estruturadas, além de charges como instrumento indutivo. Em conjunto, as perguntas relacionadas às concepções de gênero compreenderam discursos semelhantes atrelados a questões identitárias (não biologizantes) ligadas à maneira na qual o sujeito se identifica ou se vê, além de questões e papéis sociais ligadas à relações de poder na sociedade.

**Palavras-chave:** representação de gênero; representações sociais; professores; feminilidade

---

<sup>40</sup> Graduanda do Curso de Psicologia na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FACH, vfernanda.barros@gmail.com;

<sup>41</sup> Graduanda do Curso de Psicologia na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FACH, gabrielle.sanches@gmail.com

<sup>42</sup> Graduanda do Curso de Psicologia na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FACH, jessicaapacite@gmail.com

<sup>43</sup> Graduanda do Curso de Psicologia na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FACH, luisnunes17@gmail.com;

<sup>44</sup> Graduando do Curso de Ciências Sociais na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FACH, sociologomiltonvinicius@gmail.com

<sup>45</sup> Graduanda do Curso de Psicologia na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FACH, victoriaregina\_@hotmail.com;

<sup>46</sup> Professora orientadora, adjunta e Doutora em Psicologia na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FACH, zairaal@gmail.com

**Abstract:** The research aims to identify and understand the social representations regarding the constitution of gender issues for the professors of Psychology and Social Sciences of Federal University of Mato Grosso do Sul. For it, have based on the theory of Social Representations of Serge Moscovici and Denise Jodelet. Relying on the gender issues of the authors Joan Scott, Adriana Piscitelli and Angela Arruda. For this purpose, semi-structured individual interviews were used, as well as cartoons as an inductive instrument. Together, questions related to gender conceptions included similar discourses connected to identity issues (non-biologizing) linked to the way in which the subject identifies or seen itself, as well as social issues and roles bound up to power relations in society.

**key words:** Social representation, femininity, professors, gender representation

## 1.Introdução

O presente artigo, é resultado de uma pesquisa e relato de experiência consentido realizada em março de 2017 para a disciplina de Representações Sociais do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

A proposta para este trabalho era que escolhêssemos um grupo de pessoas e observássemos o que este grupo compreende quando abordamos as questões de gênero. Após, deveríamos fazer uma análise sobre suas respostas utilizando a perspectiva das Representações Sociais segundo Serge Moscovici, e uma bibliografia base sobre gênero oferecida pela disciplina.

Deste modo, escolhemos algumas e alguns professores da área de Ciências Humanas e Sociais da UFMS, mais especificamente da área da Psicologia e Ciências Sociais, no qual justificamos a escolha no decorrer deste artigo.

Achamos pertinente começar o artigo com alguns apontamentos sobre gênero. O termo pode ser definido como aquilo que identifica e diferencia os homens e as mulheres, ou seja, gênero masculino e gênero feminino. De acordo com a definição do senso comum, gênero pode ser usado como sinônimo de “sexo”, referindo-se ao que é próprio do sexo masculino, assim como do sexo feminino.

Até a década de 1980, sobrevivia com força a dualidade entre sexo e gênero, sendo o primeiro tido como da natureza e o segundo como da cultura. Joan Scott argumenta que o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social. “O gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade.” (SCOTT, 1990, p. 5)

Scott influenciada por Michel Foucault, entende gênero como um saber sobre as diferenças sexuais, uma relação inseparável entre saber e poder. O gênero estaria inserido nas relações de poder, sendo assim se constituindo como categoria que estabelece e dá sentido a tais relações. Quando aborda gênero, a autora traz uma percepção sobre as diferenças sexuais, na qual são hierarquizadas dentro de uma maneira de pensar engessada e dual. (SCOTT, 1990)

Além disso, gênero enquanto categoria de análise teria a vantagem de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional, não apenas acrescentando novos temas, mas também impondo um “reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente”. (SCOTT, 2000, p. 65)

Entendendo isso, o presente artigo tem como objetivo identificar e compreender as concepções de representações sociais de gênero que professores dos cursos acima citados, possuem acerca do assunto tratado.

O presente trabalho irá se situar nas Teorias das Representações defendida por Serge Moscovici, que foi um dos primeiros teóricos a falar sobre Representações Sociais, como “representação coletiva” foi para Émile Durkheim. Nesse sentido essa teoria pode ser abordada em termos de produto e em termos de processo, pois a representação é, “ao mesmo tempo o produto e o processo de uma atividade mental pela qual um indivíduo ou um grupo

reconstitui o real, confrontando e atribuindo uma significação específica” (ABRIC, 1994, p. 188).

Nos dias atuais a palavra “gênero” é utilizada como sinônimo de “mulheres”, pois durante muitos anos, os artigos, livros e reportagem que tinha como temática a história das mulheres, substituíram em seus títulos o termo “mulheres” pelo termo “gênero”, em alguns casos, este uso, ainda é referido vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa.

Nas atuais circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa a erudição e a seriedade de um trabalho, pois “gênero” tem uma conotação mais objetiva e mais neutra do que “mulheres”. Scott em seu livro já dizia que o gênero parece integrar-se à terminologia científica das ciências sociais e, por conseqüências, dissociar-se da política (pretensamente escandalosa) do feminismo. Mas isso é apenas um dos pontos, a conotação “gênero” como substituto de “mulheres” é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informada sobre os homens, que um implica no estudo do outro.

Visto isso, a psicologia social aborda as representações sociais no âmbito do seu campo, do seu objeto de estudo, a relação indivíduo e sociedade, e de um interesse pela cognição, embora não situado no paradigma clássico da Psicologia, ela reflete sobre como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais, constroem seu conhecimento a partir da sua inscrição social, e cultural.

Portanto, o presente trabalho pretende ver como está sendo construído o conhecimento acerca do que é gênero, e como esse conhecimento é compartilhado através das suas representações. Mas isso só poderá acontecer a partir de uma certa conjuntura científica, como passo a enunciar em breve no presente trabalho.

## 2. A questão de gênero

O conceito de gênero é definido, segundo Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (1985), como uma construção sociocultural, que atribui ao homem e a mulher papéis diferentes dentro da sociedade e depende dos costumes de cada local, da experiência cotidiana das pessoas, bem como da maneira como se organiza a vida familiar e política de cada povo.

Para isto, devemos definir os conceitos de gênero, sexo e sexualidade, a fim de elucidar as ideias de representações sociais acerca desse tema. Quando conceituamos sexo, referimo-nos às características biológicas de homens e mulheres, ou seja, às características específicas dos aparelhos reprodutores femininos e masculinos, ao seu funcionamento e aos caracteres sexuais secundários decorrentes dos hormônios. Sobre esta questão, Pierre Bourdieu (2003) nos explica que há: “semelhanças na diferença, tais oposições são suficiente pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, cada uma, uma espécie de espessura semântica, nascida da sobre determinação pelas harmonias, conotações e correspondências.” (P. 16).

O conceito de sexualidade refere-se ao dado sexual, que se define pelas práticas erótico-sexuais nas quais as pessoas se envolvem, bem como pelo desejo e atração que leva a sua expressão - ou não - através de determinadas práticas. Esse dado também é chamado por alguns/as de “orientação sexual”, e comumente classifica as pessoas em “heterossexuais”, “homossexuais” e “bissexuais”.

Em nossa sociedade, porém, há uma norma regulatória que reforça a heterossexualidade como um dado “normal”, na qual Judith Butler (2016) chama de matriz heteronormativa. Esta matriz, tem como funcionalidade definir os corpos importantes, através de uma ordem de

“sexo”/gênero/desejo, onde os sujeitos que não se “orientam” pela norma, são marginalizados, e tidos como os corpos abjetos.

Ainda vemos que há o reforço de uma certa masculinidade e feminilidade, que também estão entrelaçadas as questões sobre gênero e orientação sexual, tendo em vista que de acordo com a matriz, a pessoa que nasce com o “sexo” dito feminino (“fêmea”), precisa assumir um gênero feminino e sentir desejo por alguém do sexo oposto. No mesmo modo, se dá com sujeitos que nascem com o “sexo” dito masculino (“macho”), onde na norma teriam que ser do gênero masculino e sentir desejos por mulheres. Porém, sabemos que, há diversas formas de feminilidades e masculinidades, e que não necessariamente estão ligadas à uma orientação sexual e mesmo ao “sexo”, tendo em vista que ser masculino ou feminina não está na essência dos sujeitos, mas sim ligado à uma construção histórica e social.

### **2.1. Implicações das Representações Sociais na questão de gênero.**

Segundo Jodelet (2001, p. 22), a representação social, é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Moscovici aponta para a dificuldade em conceituar as representações sociais ao admitir que, se, por um lado, o fenômeno é passível de observação e de identificação, por outro, o conceito, dada a sua complexidade, demanda uma maior “maturidade” e desenvolvimento do próprio postulado teórico das representações sociais para que haja uma definição do mesmo. (MOSCOVICI, 1978)

Assim, as representações sociais apresentam as ideias e o pensamento de um determinado grupo social, em uma determinada época. O grupo atribui significados e sentidos

à realidade e partir de então, cada sujeito do grupo internaliza esses significados, o que constitui sua subjetividade.

O processo de representação social permite às pessoas interpretar e conceber aspectos da realidade para agir em relação a eles, uma vez que a representação toma o lugar do objeto social a que se refere e transforma-se em realidade para os atores sociais. As representações sociais tanto são normativas, inserindo objetos em modelos sociais, quanto são prescritivas (MOSCOVICI, 2003), servindo de guia para ações e relações sociais (ABRIC, 1998). A finalidade das representações sociais é classificar os eventos da vida social segundo uma grade de interpretação grupal, permitindo ações relativas a esses acontecimentos.

Posto isto, pode-se dizer que o conceito de representação social se articula a determinantes simbólicos dos fenômenos sociais e determinantes sócio-culturais. Assim, ela se torna uma peça importante para compreender o processo de construção subjetiva do gênero e não somente o resultado dessa construção. (FLORES, 2000).

Os gêneros não podem ser considerados alheios à relação que promovem entre si, nem desprezar o surgimento dicotômico hierárquico que ordena a sociedade e que as mulheres desejam mudar. A teoria das representações sociais responde à mesma crítica ao propor uma perspectiva relacional: “não separa o sujeito do objeto, mental do material, nem a razão da emoção, já que não deixa de levar em conta o componente afetivo na construção do conhecimento.” (ARRUDA, 2000, p. 118)

A questão da feminilidade, e o que é ser feminina, deve ser encarada para além das naturalizações e do senso comum vigente, pois partindo do princípio que somos seres construídos socialmente, um aspecto essencialista da mulher não é aceitável. Este conceito essencial de feminilidade, em grande medida está presente na nossa atual sociedade, devido

também aos resquícios de um patriarcado. O enfrentamento que está posto às mulheres é de questionarem o que é ser mulher e, principalmente, o que é parecer uma mulher.

A lógica dominante sempre defendeu que se o sexo biológico de uma criança definiria sua identidade de gênero, isto é, ela teria que assumir socialmente uma identidade “feminina”, caso nascesse com uma vulva (genitália dita feminina), e a mesma terá de se comportar e atuar no mundo como tal, independente se ela se reconhece neste corpo dito feminino ou não. Por isso, há “a necessidade de subverter a ordem compulsória, desmontando a obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo.” (SENKEVICS, 2012)

Quando Simone de Beauvoir disse que “não nascemos mulher, tornamo-nos mulher” (BEAUVOIR, 1949), ela abordou a questão da construção social. Nenhum sujeito, independente de seu sexo biológico, deverá ser definido pelo mesmo. A construção social e a não identificação com o próprio corpo poderá fazer com que um sujeito diga não se reconhecer em um corpo que é seu, mas que não o agrada.

A visão que problematizamos, quanto às relações de gênero, são as que socialmente e desigualmente se estabeleceram, sempre vista como binárias, no qual há uma “manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias às vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas”. (CARLOTO, 2001)

Por fim, a lógica das relações de gênero contribui para o machismo existente em diversos grupos sociais, tendo em vista que nas organizações de uma sociedade, masculino e feminino, em muitas situações, o primeiro assume posições privilegiadas, enquanto a segunda é vista como dependente e incapaz de assumir as mesmas posições. Há uma falsa ideia de que, o homem do gênero masculino detém a racionalidade e as responsabilidades materiais (manutenção financeira) da casa, enquanto a mulher do gênero feminino abraça a emoção e

tem como dever cuidar da limpeza e organização da casa e dos filhos. Vemos como necessidade problematizar essas relações de poder e essencialismos, tendo em vista que ainda hoje, “o afastamento da mulher da esfera doméstica, seu lugar natural, é muitas vezes tido como uma degradação moral”. (SANTANA, BENEVENTO, 2013)

### **3.Procedimentos**

Para realização da pesquisa contou-se com a participação de três professores da área de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sendo um deles do curso de Ciências Sociais e os outros dois do curso de Psicologia. Formando assim, um quantitativo de três homens e uma mulher entrevistados. Como critério de exclusão, definiu-se professores que trabalham a questão de gênero, pois um dos objetivos da pesquisa está ligado às representações sociais de gênero por parte de grupos, no caso de professores que não trabalham com o tema.

Justifica-se estes fatores escolhidos que permeiam a pesquisa pela concepção de que nestas áreas (Psicologia e Ciências Sociais) as ideias relacionadas a questão de gênero vão além do senso comum, devido a maior atenção e discussão dessas áreas para com o tema.

A entrevista foi realizada por meio de um questionário semi estruturado, com duas questões acerca das Representações Sociais de gênero associadas à utilização de duas charges. A pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul , no campus de Campo Grande, com intuito principal de avaliação e contribuição com a disciplina de Representações Sociais.

As charges selecionadas para as entrevistas com as e os professores são obras do cartunista Lucio Oliveira. Propositamente, escolhemos duas tirinhas do cartunista que

reforçam estereótipos de gênero, a fim de observar como as e os professores se posicionam a respeito destas questões, como elas e eles reagem ao olhar imagens que diferenciam de forma hierárquica homens e mulheres e que acaba por contribuir para a desigualdades de gênero.

As charges são produções que tem como propósito contar a história do personagem Edibar da Silva. Segunda a biografia disponível pelo autor da charge,

Edibar é um sujeito de hábitos simples. Bebaço assumido e motorista de caminhão de auto-fossa nas horas vagas. Dirige um fusca 68 caindo aos pedaços, gosta de bar, cerveja gelada e mulher, (não necessariamente nesta ordem e não a mulher dele, claro). Sua vida só não é melhor por causa da sua esposa, Edimunda. Esta é uma dona de casa que um dia pode ter sido formosa, mas hoje é uma baranga de primeira. Também divide o lar com a sogra, Dona Ana Conda. Ela faz da casa de Edibar um território de guerra onde vale tudo, até spray de pimenta no olho!<sup>47</sup>

Alguns aspectos da descrição do personagem já apontam uma problemática, por exemplo, a naturalização do que é ser um homem de “hábitos simples”, que seria entre diversas características, aquele que gosta de mulher, mas é “claro”, não a esposa dele. O que vemos como uma questão relevante para este trabalho, é o que vem sendo reforçado como sendo o simples, no caso o homem gostar de mulher. Esta concepção, pode trazer diversas reflexões principalmente sobre a norma heteronormativa.

Tanto Edibar quanto Edimunda - sua esposa -, possuem corpos que não são socialmente concebidos como o ideal, por exemplo, tanto ele quanto ela são gordos. A Edimunda possui estrias na barriga e não depila os pelos das axilas, algo que foi concebido socialmente e historicamente como sinal de uma não feminilidade. Em diversas tirinhas de Oliveira, o Edibar deprecia a imagem da sua esposa, reforçando as dicotomias do belo e o feio.

---

<sup>47</sup>Informações retiradas da página oficial do facebook sobre o personagem. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/edibardasilva/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/edibardasilva/about/?ref=page_internal)>. Acessado: 16 mar. 2017.

Dada esta breve introdução sobre o que essas charges representam no geral, decidimos colocar apenas duas, que também levantam questões problemáticas, elas são exemplos de uma representação social da posição que as mulheres foram postas a ocupar na sociedade, referindo-se principalmente as dicotomias de gênero.

Na primeira tirinha (Figura I), Edimunda está assistindo aparentemente um noticiário com sua mãe, Dona Ana Conda, e faz um comentário, “Olha só, mamãe os homens são responsáveis por 99% dos acidentes de carro”. Edibar, se intromete no comentário feito para Dona Ana Conda e diz, “Claro, emprestam a chave do carro para a mulher”.

Figura I (Lucio Oliveira,2006)



48

Na segunda tirinha (Figura II), Edimunda abre uma porta vestida somente com uma lingerie e diz para o esposo, “Edibaaaar, faça-me mulher...”, o esposo então joga em seu rosto uma cueca e diz, “Lava!”.

Figura II (Lucio Oliveira, 2006)

<sup>48</sup>Imagem disponível em: <http://maryvillano.blogspot.com.br/2010/04/estatistica.html>; Acessado em Set. 2017.



49

O que podemos perceber em comum são que, ambas as tirinhas apontam uma posição depreciativa onde as mulheres são postas, onde por exemplo, de alguma forma Edibar encontra um motivo para desmerecer as mulheres, quando ele afirma o lugar do privado, da mulher doméstica, reforçando uma ideia de “papéis” de gênero e uma própria violência ao lançar roupa íntima na face de sua mulher.

#### 4. Descrição das entrevistas e perguntas realizadas

As questões utilizadas para a e os professores responderem a respeito das charges associadas às relações de gênero foram: quais são suas concepções acerca do que é gênero?; O que você pensa sobre essa charge?; O que ela causou em você?.

Segundo a professora de Psicologia entrevistada,

<sup>49</sup> Imagem disponível em: <http://hsweetsecret.blogspot.com.br/2012/01/tirinha-edibar-edimunda.html>; Acessado em Set. 2017.

Para mim, que não trabalho com essa temática, a compreensão do que é gênero é ampla, complexa e diversa, pois abarca vários sentidos e significados. De uma modo geral penso que remete às questões identitárias (longe do reducionismo ao sexo biológico) e às ligadas aos papéis sociais, baseadas nas diferenças entre os homens e mulheres. Em geral, a discussão sobre “gênero” na nossa sociedade tem sido atribuída apenas à discussão sobre mulheres (especialmente ao movimento feminista) e penso ser isso um equívoco. O problema é quando as diferenças de gênero são usadas para delinear maior ou menor poder, como no caso do machismo histórico que permeia nossa cultura.

Sobre as charges ela acrescenta fazendo referência a figura I que sente,

Grande incômodo. Em primeiro lugar pela imagem extremamente “machista” que apresenta as mulheres dentro da casa, uma com “afazeres domésticos” e o homem bebendo e comendo com amigos (ou parentes), homens também (supõe-se pela sombra). Em segundo lugar pelo discurso de que os acidentes de carro são culpa dos homens só se eles dão as chaves do carro para as mulheres. Reafirmando uma visão bastante comum na nossa sociedade machista, de que as mulheres dirigem mal. O que, aliás, as estatísticas não comprovam, como a própria charge aponta.

Referente a figura II,

Indignação também. Primeiro pelo “pedido” que ela faz ao homem, atrelando o “ser mulher” ou o “ser feita mulher” à uma ação do personagem masculino e depois pelo machismo deste. Aponta que “fazer mulher” está reduzido à lavar roupa. Também nada incomum na nossa cultura machista, a qual estabelece que essa é uma tarefa ou função exclusiva da mulher.

Na entrevista com o professor de Psicologia, ele diz que,

Eu não sou das pessoas que mais compreendem todos esses elementos que compõem o que vem ser homem e o que vem ser mulher, ou coisa do tipo, tá? Mas eu entendo o conceito de gênero como sendo a forma como a pessoa se identifica. Como ela, a pessoa, se vê, é::<sup>50</sup> se ela se vê como homem, como mulher, ou como nenhuma das duas coisas, mas está voltado para, é::: uma lógica de é::: de se perceber.

---

<sup>50</sup>Segundo as normas atualizadas da ABNT para transcrição, o uso de ::: é utilizado para prolongamento de vogal ou consoante.

Quando lhe perguntam sobre a charge figura I, o professor diz,

Olha, eu acho a charge machista pra caramba, tá? Essa primeira charge. Não vi ainda a segunda, mas bastante machista que diz um bando de estereótipos, né? Tanto sobre o homem quanto da mulher, mas é::: com uma conotação muito de que as coisas ruins que acontecem é por causa de mulheres. Quem dirige mal, quem faz coisa errada, é mulher. A culpabilização que o homem dá em relação à mulher.

Sobre a charge referente a figura II:

Ela é outra [charge] machista pra caramba que tá atrelada talvez mais do que à anterior, mas com o papel que socialmente é dito que mulheres devam de alguma forma é::: Exercer na sociedade, né? Dizendo de “fazer mulher” no sentido sexual da palavra e ele ouve no sentido social estereotipado, tá? Outro machista pra caramba. É isso.

Com o professor de Ciências Sociais, a resposta é apenas uma já englobando toda sua concepção sobre gênero relacionando com as charges, onde diz que,

Bom, eu acho que as duas charges de alguma forma é::: problematizam, né, a questão das relações de gênero ainda que elas de maneira um tanto quando dúbias, né. Porque a primeira charge [Figura I] aqui do carro ela levanta uma representação, né, do que são as relações de gênero mas na verdade fazendo uma piada com a mulher, né, então eu acho que ela é uma forma de humor que na verdade deprecia a mulher, porque na verdade ele está tentando, a graça vamos colocar assim da piada está justamente em rir do fa/do<sup>51</sup>, do, de uma representação de acordo com a qual a mulher não pode fazer as mesmas coisas que os homens, no caso é dirigir um carro, né. Porque essa coisa do carro sempre associado ao universo masculino e tudo mais, então se a mulher entra nessa, nessa, nesse universo que é supostamente masculino é para fazer errado, então eu acho que é uma piada é::: que acaba reproduzindo, né, essa é::: essa desigualdade de gênero, né, justamente porque ele ri da mulher, né. A segunda [Figura II], eu acho ela, que ela tem uma boa ironia ainda que [tosse] eu acho que também ela acaba rindo da mulher, porque eu acho que se fosse, né, porque se fosse por exemplo um, um homem na representação e não uma mulher teria graça né, porque justamente teria essa coisa da ironia né da mulher assumindo né. Agora como é uma mulher, então acaba também reproduzindo né essa, essas relações de gênero. Então, eu acho que as duas é uma, é um humor com o oprimido como se dizem, né, ao invés de você rir do opressor e de você usar a ironia pra, pra, de maneira sintética criticar ou expor as desigualdades da sociedade... Acho eles acabam reproduzindo, né... Essa, esse humor rindo da mulher na verdade, né.

---

<sup>51</sup> Segundo as normas de transcrição atualizadas da ABNT, o uso do / é utilizado quando há um truncamento, isto é, a ou o entrevistado faz a privação de uma das partes da palavra.

Dado as descrições das respostas das entrevistas, assim como as perguntas que usamos como direcionamento para a pesquisa, adiante será analisado as conclusões no qual chegamos com as respostas recebidas.

## **5. Análise dos resultados**

A pesquisa teve como a análise itens em comum ditos e observados entre os professores sobre as determinadas charges, entre elas vimos que houve o constante discurso de que as charges propagam o machismo, e isso pode ser percebido através do discurso do personagem Edibar. Isso ressalta uma sociedade de mesma ordem, onde se estereotipa a mulher em “papéis” e funções sociais, além de tratar sobre o assunto de maneira depreciativa ao abordar a desigualdade de gênero onde a mulher não pode fazer as mesmas coisas que os homens, além de que, o “se tornar mulher” se dá através de um personagem masculino (sentido sexual) ou ela é reduzida à tarefas domésticas.

Conclui-se que as charges abordam as relações de gênero fazendo humor de forma a depreciar a mulher e expondo tais contrastes de gênero. Entre as palavras mais citadas na entrevista estão: machismo, estereótipo, papéis sociais, relações de poder. Em conjunto, as perguntas relacionadas às concepções de gênero compreenderam discursos semelhantes atrelados a questões identitárias (não biologizantes) ligadas à maneira na qual o sujeito se identifica ou se vê, além de questões e papéis sociais ligadas à relações de poder na sociedade.

Através da análise é possível demonstrar que a concepção de gênero de no mínimo alguns professores de Ciências Humanas e Sociais (Ciências Sociais e Psicologia), no qual

não trabalham com o tema, mostra-se como perceptível as problemáticas das relações de gênero. Eles e ela possuem à compreensão da desigualdade de gênero e reconhecem as situações hierárquicas entre homens e mulheres colocados em determinados papéis sociais.

É possível notar também dentro da análise como as problemáticas levantadas nas charges tem sido visto na visão dos professores de Ciências Humanas e Sociais, colocando-os em posição de crítica em relação à concepção de mulher nessa sociedade na qual vivemos. Visto que mesmo na cultura machista que permeiam a nossa educação, eles e ela conseguiram enxergar e se contrapuseram no papel de expectador e consumidor de uma “piada” que deprecie as mulheres, mas que é vista por essa sociedade como algo comercial e de agrado aos consumidores que apenas consegue ver a parte “engraçada”, mas que forma clara mostra como a sociedade foi subdivida em relação aos poderes, colocando o “macho” homem em superioridade. Ter em mente essas questões que é fundamental para um senso crítico que é passado para os acadêmicos de tais cursos, mesmo tais professores não sendo da linha de pesquisa de gênero mostrando que é possível atingir a todos com uma educação crítica e não uma educação de aceitação do que é imposto por essa cultura.

## **6.Considerações finais**

Conclui-se o trabalho colocando que o enriquecimento da concepção de Representações sociais, em especial relacionadas à questão de gênero foram de extrema relevância para retomar e compreender melhor questões que devem ser trabalhadas constantemente por profissionais ligados às áreas sociais.

É possível observar a demanda de uma reconstrução de conceitos e representações a partir dos pontos abordados na presente obra. Além de que tendo como objetivo do trabalho

identificar e compreender as Representações Sociais referentes à constituição das questões de gênero para os e a professora de Psicologia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, vê-se a necessidade de estar atento a “influência” e perspectiva dos profissionais que tratam de questões sociais, e que por isso, devem compreendê-las mais profundamente e propalar representações mais dignas a respeito destas questões que posteriormente possam se tornar sociais.

O objetivo do trabalho foi alcançado, pois a partir da observação e interpretação das respostas dos entrevistados pode-se constatar uma colocação diferente da que condiz com a realidade (muitas vezes as situações apresentadas na charge são facilmente percebidas no cotidiano).

Além da realização de mais estudos para compreender as Representações Sociais e aspectos ligados a ela, é preciso aplicar observações teóricas na prática, em especial por meio de atividades/programas que possuam impacto social, para que assim, aos poucos as representações que precisam de revisão e reformulação possam ser socialmente revistas, reformuladas e assim reorganizadas na sociedade.

Por fim, o processo de representações sociais cabe a ideias e pensamentos de determinado grupo social e a maneira na qual o grupo atribui e internaliza tais significados. Sendo assim, saber interpretar e agir diante desses aspectos é considerá-los e trazê-los à realidade. A compreensão das desigualdades é uma maneira de debater progressivamente o assunto, até que as relações de poder, as diferenças de funções e o estabelecimento do machismo e da privação de questões identitárias sejam supridas. Ressaltamos, gênero não condiz a aspectos biológicos e sim a inclusão da identificação de gênero como parte da subjetividade do sujeito, e isso deve ser respeitado.

## Referências

- ARRUDA, A. **Feminismo, Gênero e Representações Sociais**. V. 8, n. 1/2, UFRJ, 2000.
- BEAUVOIR, S. **Le Deuxième Sexe** (“O Segundo Sexo”), França, 1949
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CARLOTO, C. M. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22. ed. Rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.
- SENKEVICS, A. **O conceito de gênero por Judith Butler: a questão da performatividade**, 2012. Disponível em: < <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/05/01/o-conceito-de-genero-por-judith-butler-a-questao-da-performatividade//>>. Acessado em: 15 de março de 2017.
- SILVA, M. M. L. **Crimes da era digital**. Rio de Janeiro. Seção Ponto de Vista, 1998. Disponível em: <<http://www.brazilnet.com.br/contexts/brasilrevistas.htm>> . Acessado em: 16 mar. 2017.
- BÔAS, Lúcia Pintor Santiso Villas. **Teoria das representações sociais e o conceito de emoção: diálogos possíveis entre Serge Moscovici e Humberto Maturana**. n.19 São Paulo dez. 2004.

## Aplicativos de relacionamento e as influências na comunidade gay

### Relationship app and the influences in the gay community

Eric de Jesus Porto<sup>52</sup>

Maria Luzia Silva Santana<sup>53</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** O presente artigo teve o objetivo de problematizar a influência dos aplicativos de relacionamento nas relações afetivas gay, mediante uma revisão literária. Observa-se que o padrão de beleza instituído culturalmente e socialmente influenciam a construção do perfil dos usuários dos aplicativos e que existe um silenciamento quanto a assunção do homossexualismo como orientação sexual. Contudo, o homossexualismo ainda é marcado por estigmas e dilemas morais, como impureza, doença, dentre outros.

**Palavras-chave:** Aplicativos; Homossexualismo; Relacionamento.

**Abstract:** The purpose of this article was to show the influence of relationship apps on gay relationships through a literary review. It is observed that the culturally established and socially-created beauty pattern influences the profile construction of the app and that there is a silencing regarding the assumption of homosexuality as sexual orientation. However, homosexuality is still marked by stigmas and moral dilemmas, such as impurity, disease, among others.

**Keywords:** Apps. Homosexuality. Relationship.

## INTRODUÇÃO

Entende-se que a sexualidade tem a marca do cultural, é uma construção social, uma invenção histórica, na qual estão inclusas crenças, comportamentos, valores, normas, mas também desejos, símbolos, laços e vínculos afetivos. Não se pode negar que a sexualidade também é marcada pelo corpo, que tem significado e sentidos atribuídos e delimitados pelo social e cultural.

É no corpo que se entrecruzam as paixões, a razão, a sensibilidade, como também a sexualidade, os desejos, as fantasias, os sentimentos, as aspirações. É ele que permite a relação entre as pessoas, a comunicação do indivíduo com o mundo que o rodeia, encontrando sentido nas situações de interação entre as pessoas. O corpo, então, emerge como uma prática concomitantemente física, simbólica, política e social, que se constrói na

---

<sup>52</sup>Acadêmico em Psicologia pela UNIFIMES – Centro Universitário de Mineiros. [eric\\_jesus11@hotmail.com](mailto:eric_jesus11@hotmail.com)

<sup>53</sup>Mestra e Doutoranda em Psicologia pela UCB, Professora Assistente na UFMS. [santanapsi@gmail.com](mailto:santanapsi@gmail.com)

relação com outros corpos. [...] O corpo, de acordo com os padrões estéticos instituídos e reificados socialmente, é eleito como signo essencial de beleza e de poder por várias mídias e instâncias, o que implica aos atores de diversas camadas sociais em diferentes países a reivindicação de trabalho contínuo, transformação e modelagem dos corpos (SILVA, 2012, s/p).

Embora colocados em discurso de forma tão intensa nas últimas décadas, os corpos têm sido minuciosamente vigiados e controlados, especialmente no que se refere à sexualidade (FELIPE, 2005). Contudo, a internet- articulada às relações econômicas, políticas e sociais - introduziu novas possibilidades de relações interpessoais sendo que as redes sociais constituídas no ambiente virtual, de certa maneira, podem ser consideradas instrumentos que favorecem a quebra das normas controladoras da vivência da sexualidade. As redes sociais são dispositivos tecnológicos que expressam a subjetividade contemporânea, de circulação social que geram mudanças em todos os campos da vida cultural e social (LIMA, et al. 2016).

A tecnologia digital possibilita a reconstrução da realidade sociocultural mediante a comunicação, a produção e reconfiguração da realidade social. É a partir da dinâmica que os ambientes virtuais possibilitam que as relações homossexuais são problematizadas, considerando as questões contextuais, históricas, econômicas e culturais que constituem a subjetividade do homossexual.

O presente trabalho tem como objetivo problematizar a influência dos aplicativos de relacionamento nas relações afetivas gay, elucidando as concepções de relacionamentos constituídos a partir do uso desses instrumentos. Para este artigo, será apresentada uma revisão literária sobre os aplicativos de relacionamentos e/ou redes sociais, considerando sua influência na vivência da sexualidade.

## **ESPAÇOS VIRTUAIS E RELAÇÕES AFETIVAS**

O avanço da tecnologia de comunicação, especialmente a internet, proporcionou facilidades no meio social. Hoje pode-se dizer que grande parte da população mundial tem acesso à internet, seja para trabalhar, lazer, realizar pesquisas e atividades de entretenimento

ou diversão. Enfim, não estar conectado, em países com o mínimo de desenvolvimento, é quase que impossível. Com a modernização da internet, surgiram várias redes sociais direcionadas à constituição e manutenção de relacionamentos, o que inclui conhecer novas pessoas ou aproximar-se de quem já se conhece, seja na situação de amizade, relacionamentos mais sérios ou apenas para se conseguir parceiros para relações sexuais.

A tecnologia influencia toda a sociedade e altera os comportamentos humanos. A internet se reconfigura a todo momento, criando inúmeros aplicativos compatíveis com a tecnologia disponível em dispositivos móveis, facilitando o acesso, sejam eles redes sociais, jogos, aplicativos para criação e também os “aplicativos de paquera” online.

A chegada dos dispositivos móveis, equipados com tecnologia android, tornou a comunicação mais diversificada no contexto social atual. As pessoas estão sempre conectadas, utilizando conexão wi-fi ou 3G/4G, dispositivos que permitem acesso a diferentes sites, incluindo os de relacionamentos interpessoais. Os sites de relacionamentos se baseiam na construção de laços afetivos que são eletivos, nos quais as pessoas não somente buscam amizade, mas também selecionam os indivíduos que irá manter no círculo de sua convivência.

Inicialmente a maioria dos sites era destinada aos heterossexuais, se destacavam pelo caráter de privacidade e se tornaram os mais procurados pelos usuários da rede internacional de computadores. Tais aplicativos se mostraram de enorme valia para o público alvo que os procura, unindo inúmeros casais para relacionamentos sérios, à distância ou mesmo unindo parceiros para sexo casual. À medida que cresce a dependência das pessoas pela tecnologia, se faz necessário inovar e criar novos meios que aliem comunicação instantânea ao entretenimento a baixo custo, fazendo com que os indivíduos, ao entrarem em contato, se fascinem com o imenso universo de informações e virtualidade da internet.

No que tange às relações sexuais, observa-se que buscar parceiros na internet pode ser descrito como folhear um catálogo, onde se tem opção de compra não obrigatória e garantia de

devolução do produto caso não fique satisfeito. Neste sentido, os espaços virtuais se constituem como vitrines de exposição de corpos, tornando-os objetos de desejos e de consumo, que produzem novas representações de relacionamentos, a partir da objetificação dos corpos de usuários de sites de relacionamentos.

[...] desde a sua popularização, a internet tem servido de motivo e ambiência para o estabelecimento de relações afetivo-erótico-sexuais, seja por sua intensa difusão e várias potencialidades, meio de encontrar parceiros sexuais virtuais ideais, isto é, interlocutores mais tangíveis e adequados às fantasias individuais que os parceiros disponíveis no momento no mundo off-line, a possibilidade de criação de vários papéis, com menos bloqueios sociais e preconceitos a serem desempenhados pelos sujeitos, bem como certa garantia de anonimato e segurança nessas interações (SILVA, 2012, p.1).

Na sociedade capitalista e neoliberal, era de se esperar que mudanças em relação à sexualidade acontecessem, como a já citada objetificação do corpo, tornando-o uma mercadoria de consumo que é uma característica marcante do modo de produção capitalista. É neste contexto que surgem novas formas de lidar, expressar e vivenciar a sexualidade, a exemplo do corpo digital esculpido nas redes virtuais. O corpo esculpido é uma criação do usuário, que se define de acordo com seu ideal de corpo.

Em se tratando do uso de aplicativos, os heterossexuais se apropriaram e continuam a fazer uso deles. Porém, esses recursos passam a ser usados por gays, sendo que a busca de proteção contra a homofobia possibilitou o surgimento de outros aplicativos que atendem a este público específico. Atualmente no Brasil existe três grandes plataformas Hornet, Grindr e Scruff, disponíveis para os sistemas IOS, Android e também Web que podem ser usados nos mais diversos dispositivos disponíveis no mercado iPhone, Tablet, Smartphones, entre outros.

Estes aplicativos se apresentam em versões gratuitas e pagas (assinatura). As versões gratuitas geralmente não exigem uma conta; após baixar o aplicativo, adicionar uma foto e preencher os detalhes do perfil, o usuário está apto a procurar perfis disponíveis para relações homossexuais. As interfaces destes aplicativos são bem parecidas, diferenciando-se apenas em algumas funções e opções de gerenciamento, o que torna fácil o seu uso.

A interface mostra uma grade de imagens com perfis dos homens disponíveis, geograficamente, começando dos mais próximos aos mais distantes, mostrando a distância: Grindr e Hornet em milhas e o Scruff em quilômetros. Na grade com as imagens (fotos de perfil), aparecem os dados sobre o usuário: nome, idade, altura, etnia, status de relacionamento, o que faz, o que procura, atividades de interesse, onde mora, preferências sexuais e precauções.

Além destes elementos, é possível filtrar as pessoas da rede e ainda bloquear aquelas com as quais não gostaria de manter contato ou até mesmo denunciá-las. É notável a facilidade com que são dispostos os perfis: numa tela touchscreen que permite deslizadas rápidas, podem ser visualizados vários perfis em um curto espaço de tempo. As características elencadas no perfil e a imagem disponível induzem à escolha pelos critérios de cada usuário (mais bonito, mais inteligente, mais interessante, etc). Tal aspecto torna estes aplicativos a base de redes de geolocalização extremamente atraentes.

## **PLATAFORMAS VIRTUAIS E RELACIONAMENTO HOMOSSEXUAL**

Os aplicativos viabilizam encontros pessoais. Assim, seu objetivo é promover encontros face a face no espaço real, aproximar pessoas, incluindo homossexuais, a partir de um primeiro contato virtual. As plataformas de relacionamentos gay facilitam a comunicação e relação entre os sujeitos que comungam da mesma orientação sexual e, de certa maneira, possibilitam segurança, sigilo e privacidade dos que se propõem a utilizá-las. Assim,

[..] é possível definir as mídias digitais como meios que permitem criar redes relacionais seletivas dentro de uma espécie de mercado amoroso e sexual, o qual ascendeu a partir da chamada Revolução Sexual e agora passou a ser visualizável apenas por meio de sites e aplicativos (MISKOLCI, 2016 s/p).

A utilização de aplicativos, conhecidos como apps se tornou um lugar não só para a sociabilidade, mas também para a exibição de corpos nus, sendo comum a utilização de nudes - expressão do inglês “*nude*” que significa nu, sem roupa, sem vestimenta - e de material

pornográfico, proibido pelo aplicativo, porém não respeitado pelos usuários, já que eles aparecem nos perfis, em sua grande maioria, com imagens seminuas. O corpo no perfil traduz o imaginário sexual da sociedade, como o físico dentro dos padrões de beleza enaltecido pela mídia e cultura capitalista. Também é importante destacar que a sexualidade homoafetiva ainda é vista como promiscuidade, impureza, imoralidade e risco de doença, que tem impulsionado a seleção dos perfis nas plataformas virtuais.

Miskolci (2016) numa pesquisa etnográfica desenvolvida em San Francisco, que explorou o uso que homens gays adultos fazem de aplicativos para busca de parceiros amorosos e sexuais, sugeriu uma progressiva seleção de parceiros a partir de critérios morais.

Ao invés de um impulsionador de relações arriscadas, os aplicativos tendem a criar filtros e seleções que tendem a higienizar a busca sexual. A geolocalização apenas introduz mais um fator a considerar na seleção, a proximidade, evocando em mentes mais impressionáveis o fantasma do *cruising* durante o pânico sexual da aids na década de 1980. Um espectro cuja permanência mostra a continuidade do temor e da recusa do sexo homossexual como vetor de risco e contaminação, apenas redimido pela transmutação em ‘amor’ (MISKOLCI, 2016, s/n).

Miskolci (2014) analisou as formas singulares que os sujeitos gays de San Francisco e de São Paulo gerenciavam a visibilidade de suas vidas íntimas e sexuais, pontuando que têm relação com as demandas morais da cultura e do local em que vivem. Quanto aos brasileiros o gerenciamento das relações com pessoas do mesmo sexo evita a violência, discriminação, mantém laços familiares, segurança profissional e no espaço público.

[...] o segredo sobre suas relações com outros homens se associa ao engajamento deles na manutenção de fronteiras que idealizam sua origem familiar branca e de classe-média, como espaço limpo e seguro, a despeito das ameaças e/ou violências vividas nesse modelo familiar que lhes demanda a heterossexualidade como a moeda do reconhecimento e da aceitação. É nesse enquadramento moral que negociam sua agência/desejo, por meio de táticas e estratégias como o encobrimento e o segredo, em formas muitas vezes contraditórias, mas reveladoras sobre valores que regem suas vidas e de muitos outros/as na sociedade brasileira contemporânea (MISKOLCI, 2014, p. 75).

As relações mediadas pelas plataformas de relacionamentos não ocorrem desarticuladas das questões históricas, sociais e culturais. Observa-se que, de maneira inconsciente, ocorre uma reprodução do que foi propagado na sociedade no que tange a

associação do homossexualismo com doença, medo e impureza. Além disto, há a idealização do corpo perfeito, belo e escultural propagados no perfil, o que tenciona a visibilidade e o despertar do desejo, propagado pela mídia e respaldado nos diferentes contextos sociais.

É possível sinalizar que assim como os apps ampliam o número de parceiros em potencial, também obriga o usuário a se moldar conforme os critérios aceitos como desejáveis para se relacionar nestes ambientes. Isto implica a busca do corpo idealizado a partir de investimentos em prática de musculação, consumo de suplementos alimentares e dietas. É importante sinalizar que este ideal de beleza tem relação estreita com as características da sociedade capitalista.

A tecnologia pode ser utilizada para potencializar as interações entre as pessoas, o que justifica o uso destes aplicativos como ferramentas para potencialização das relações interpessoais entre os indivíduos, incluindo as relações afetivas entre os sujeitos gays. Os aplicativos não impõem os modelos corporais ou critérios de seleção de parceiros, mas proporcionam um espaço exclusivo, no qual é possível se conectar com pessoas que compartilham de desejos e que buscam maneiras de vivenciar sua sexualidade.

Segundo Gadelha (2015, p.57) “o corpo digital é esculpido na aparente transferência de dados e na formação de duplos virtuais quando usuários começam a preencher a máscara de dados que gera seus perfis”, o que possibilita construir um ideal em relação a si e aos outros. Desse modo, segundo o autor, os sujeitos gays que utilizam aplicativos de relacionamento se materializam em um design virtual que, a partir de dados sobre aspectos físicos, preferências sexuais, idade dentre outros, preenchem um currículo projetando aspectos ideais de corpo e gênero no ambiente virtual.

O uso de mídias digitais em busca de parceiros amorosos insere o usuário em um mercado regido por valores e ideais comercialmente moldados, mas não é apenas uma lógica comercial intrínseca a eles que rege esses contatos e buscas. [...] a maioria dos gays com os quais convivi parece ter suas buscas amorosas – e até as sexuais – guiadas por padrões que envolvem o estilo de

vida e até a estética das classes ascendentes na cidade(MISKOLCI, 2016 s/p).

Entretanto, preencher o perfil em um site de relacionamentos pode não ser tarefa fácil, pois necessita chamar a atenção dos demais. Muitos seguem uma linha mais discreta, tornando o perfil misterioso, reproduzindo uma nova identidade de imagem corporal, seguida de novas representações sobre a masculinidade, materializando formas que o gênero e a sexualidade podem assumir (GADELHA, 2015). Um perfil é constituído das características do sujeito e das expectativas do meio, assim “ser bicha, boy, bofe, ativo, passivo, versátil, entre outras definições tem implicações no se apresentar como usuário destas redes” (GADELHA, 2015).

Estes aspectos possibilitam sugerir que os usuários das redes de relacionamentos podem adotar características para o seu perfil que ocultam suas características reais como sujeito, expondo um corpo escultural, bonito, aparentemente saudável, que visa a atração do contato virtual ou físico. A tecnologia age na seleção de imagens corporais segundo as características físicas e sociais selecionadas pelo usuário e, a partir delas, os aplicativos apresentam os perfis que se aproximam das variáveis selecionadas.

Observando os procedimentos requeridos nas redes sociais é possível colocar que as relações são permeadas pela ideia de sexo fácil e rápido. Na apresentação pessoal do perfil tem-se um corpo mutante, que tem como meta o sucesso, sendo que – por esse viés - a tecnologia facilita a vivência da sexualidade. Dekker (2012 *apud* GADELHA 2015) ao discutir as relações sexuais na rede virtual aponta a relação utópica e a heterotópica. No modo utópico, observa-se o universo online como um mundo imaginado, como um cinema mental, onde se tem o desligamento do mundo off-line. No heterotópico, através das ferramentas interativas, ocorre o encadeamento da interação no espaço real e no espaço virtual. O espaço da tela possibilita a penetração no mundo real, com a percepção física.

Na análise das relações virtuais dos usuários gays percebe-se que é possível que eles vivenciem a dicotomia do real versus o virtual. O corpo é colocado como um atrativo que pode

ser aceito para sexo rápido ou pode ser visto para relações duradoras permeadas pela reciprocidade, companheirismo e afeto positivo. Além disto, o mundo virtual poderá reduzir frustrações frente à conquista de um parceiro e também possibilitar o conhecimento de outros gays que convivem na mesma cidade, mas que se mantêm em silêncio. Quando a isto as pesquisas de Miskolc sugerem que (2014, p.69)

Há uma predominância da vivência da homossexualidade em segredo, em relação às famílias e aos colegas de trabalho, provavelmente porque a maioria depende do suporte familiar e não pode correr risco de sofrer alguma retaliação no trabalho. O que se passa entre nós é a tentativa constante, difícil e muitas vezes dolorosa, de negociar a própria sexualidade, sem que ela comprometa sua aceitação familiar, no trabalho e na vida social como um todo. [...]entre nós, os silêncios e os subentendidos funcionam como formas de negociar o que não se quer trazer à palavras. Trata-se de uma interação em que as demandas de heterossexualidade não são confrontadas diretamente, mas também não são necessariamente atendidas e passam a ser negociadas de forma indireta.

As redes de relacionamentos causam impacto na vida dos que dela fazem uso, modificando os comportamentos, impulsionando a adoção de novos estilos de vida, sejam eles por identificação ou para se sentirem pertencentes e desejados no contexto de relação. Através dela, o sexo não é mais uma dificuldade, uma conquista, mas sim uma *curtição momentânea*, a satisfação de necessidades ou para *exploração*.

As relações afetivas mediante as redes virtuais assumem as características da liquidez moderna nas relações que pode ser percebida na expressão *preciso ter por uma noite ou nesse momento*, com a existência da pornografia e banalização das relações afetivas nas ferramentas virtuais. Os usuários ainda vivenciam um aspecto de despersonalização, que reina nesses apps de relacionamento gay, com o uso de termos *machos*, procurando outros *machos* para um *lance de boa* onde os dois devem se comportar como *machos*, ou seja, manter a postura, o tom de voz, o modo de falar entre outras coisas, num padrão heterossexual, trazendo à tona o ranço dos discursos preconceituoso. Por outro lado, as redes virtuais tencionam a sociabilidade dos sujeitos gays, podendo ser um ambiente seguro, sigiloso, onde ocorrem trocas de experiências e facilidade no estabelecimento de relações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo problematizar a influência dos aplicativos de relacionamento nas relações afetivas gay mediante uma revisão literária sobre a temática, que possibilitou sugerir que o padrão de beleza instituído culturalmente e socialmente influenciam a construção do perfil dos usuários dos aplicativos. Observou-se também que há um silenciamento quanto a assunção do homossexualismo como orientação sexual.

A não assunção da sexualidade, possivelmente, tem relação com as normas, regras sociais e familiares que influenciam a busca de parceiros homossexuais e, talvez, levem a busca de relações nos aplicativos virtuais“com uso de celulares, *tablet* e computadores, nos quais usam plataformas e aplicativos, tentando criar relações homossexuais sob controle, o que não os mantém a salvo do fantasma de ser ‘descoberto’ ou reconhecido como homossexual”(MISKOLCI, 2014, p.72).

Contudo, cabe pontuar que tentar entender os motivos que levam os homossexuais a procurar parceiros na internet, requer uma pesquisa minuciosa, pois se tratando de sexo e relacionamento, as repostas nem sempre são objetivas o bastante. O homossexualismo ainda é marcado por estigmas e dilemas morais, como impureza, doença, dentre outros.

### Referências

FELIPE, Jane. Representações de gênero, sexualidade e corpo na mídia. Revista tecnologia e sociedade. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 2, n. 3, 2006. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2490>. Acesso em: 2 jan. 2017.

GADELHA, Kaciano Barbosa. Para além da “pegação”: performatividade e especialidade na produção de materialidades sexuais online. **Áskesis**, v.4 n.1, janeiro/junho – 2015, 56 – 73. Disponível em: <http://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/44>. Acesso em: jan. 2017.

LIMA, Nádia Laguárdia de et al. As redes sociais virtuais e a dinâmica da internet. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de fora, v. 9, n. 1, p. 90-109, jun. 2016 . Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202016000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202016000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: fev. 2017.

MISKOLCI, Richard. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. **BAGOAS - Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades**, v.8, n. 11, 2014, p. 51-78. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6543> Acesso em: jan.2017.

\_\_\_\_\_. Strangers in Paradise: notes on the use of dating apps for hookups in San Francisco. **Cad. Pagu**, Campinas, n.47, e164711, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332016000200501&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000200501&lng=en&nrm=iso). Acesso em: jan. 2017. EpubAug 15, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201600470011>.

SILVA, Weslei Lopes da. Representações e vivências do corpo feminino em interações sexuais pagas no ciberespaço. In: 36º Encontro Anual da ANPOCS, 2012, Águas de Lindoia. 36º Encontro Anual da ANPOCS. v. 01. Disponível em: <http://www.anpocs.org/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt32-2/8231-representacoes-e-vivencias-do-corpo-feminino-em-interacoes-sexuais-pagas-no-ciberespaco/file>. Acesso em: jan. 2017.

## O proibicionismo das drogas e o direito à religião

### The prohibiotinism of drugs and the right to religion

JéssicaRocha<sup>xiv</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** No Santo Daime encontramos o uso de um psicoativo lícito e outro criminalizado. O processo de legalização da Ayahuasca, beberagem principal do culto da religião daimista, é cerceado de um discurso regulatório, no qual se constrói a legalidade baseada na configuração do uso, na prática cultural do rito. A Cannabis, também ritualizada pela religião, não recebe o mesmo tratamento regulatório das autoridades competentes colocando em questão o direito à autonomia religiosa.

**Palavras-chave:** Religião; Drogas; Autonomia

**Abstract:** In Santo Daime we find the use of one psychoactive substance illicit and other criminalized. The process legalization of the Ayahuasca, the main drink of the cult of the daimista religion, is curtailed by a regulatory discourse, in which legality is built based on the configuration of use, in the cultural practice of the rite. Cannabis, also ritualized by this, does not receive the same regulatory treatment from the competente authorities, raising doubts about the right to religious autonomy.

**Key words:** Religion; Drugs; Autonomy

NA AMAZÔNIA BRASILEIRA, onde o “exótico” resiste e sobrevive à dominação colonizadora, em meio a miscigenações e misturas culturais, eis que se manifesta uma subjetividade peculiar composta por um sincretismo religioso, no qual encontra-se vestígios da caboclagem indígena, de crenças afro-brasileiras e do cristianismo messiânico.

Raimundo Irineu Serra, um negro maranhense nascido a menos de uma década após a Abolição da Escravatura no Brasil, migrante ao Acre para trabalhar nos seringais entre o 1º e 2º ciclos da borracha, foi o responsável pela composição desses elementos em forma de uma doutrina religiosa genuinamente brasileira. Mestre Irineu, como passa a ser chamado por seus seguidores, alegava ter recebido os direcionamentos à criação desta por intermédio de uma mulher que se apresentava a ele como sendo a Virgem da Conceição, durante as suas “mirações” – as visões que tinha ao ingerir Ayahuasca (MACRAE, SIMÕES; 2007).

Mestre Irineu, portanto, conheceu a beberagem com os autóctones andinos, e desde então passou a elaborar uma religiosidade que cristianizaria – ainda que ele não tivesse por pretensão – o uso e o sentido dado às “mirações” daqueles que o fizessem viriam a ter. É importante ressaltar que no mito fundador da doutrina, tanto contado entre os adeptos, como o que encontramos na bibliografia de abordagem histórico-etnográfica, o negro de grande

estatura e maranhense dizia que ao chamarem-no para conhecer a Ayahuasca, falaram-lhe que os índios a bebiam para invocar o diabo, mas como, ao beber, ele só teve visões com cruzeiros, concluiu que o poder do chá também se adequava ao discurso e a interpretação cristã das visões que se seguiria (MACRAE, SIMÕES; 2007).

Elaborando a religião, baseando-se nos preceitos cristãos, ele recebeu por ensinamento de suas “mirações” com a Virgem da Conceição, como deveria ser os trabalhos com o Santo Daime – nome dado à religião e também ao próprio chá, este último podendo ser chamado também de Daime, apenas. Designou vestes, cânticos, bailados e os rituais importantes de se seguir na feitura do mesmo, no servir aos participantes e ao longo do uso nos trabalhos.

A Ayahuasca, esta bebida de origem quíchua, utilizada desde os Incas, recebe nomes diversos na Amazônia à fora: Ayahuasca, Yage, Vegetal, Daime e Oaska, são alguns, feita a partir da maceração do cipó *Banisteriopsis caapi* e sua posterior fervura com as folhas da *Psychotria viridis*. E a sua utilização no Brasil enquanto religiões cristãs, mesmo que no Acre e em Rondônia (com a União do Vegetal de Mestre Gabriel) existam desde o início do século XX, somente no final deste foi que a mesma passou a ter o uso pautado em termos de legalidade (MACRAE; 2008).

Sendo que, em 1985 ocorreu a proibição da Ayahuasca, e a mesma foi inserida na Lista de Substâncias Proscritas e Controladas da DIMED – Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Medicamentos –, após ser encontrada uma plantação de *Cannabis* em uma comunidade daimista fundada por um seguidor de Mestre Irineu, porém já desvinculado da igreja ortodoxa após a morte do líder religioso. E então, estudos passaram a ser feitos com a Ayahuasca e com os mais diversos grupos usuários do chá existentes na época. Em 1986, o CONFEN – Conselho Federal de Entorpecentes oficializou uma Comissão para tal investigação, gerando relatórios de ordem multidisciplinar com fins de averiguar as condições de existência através de trabalhos de campo, que resultaram na Resolução nº 6, que autorizou o uso religioso desta.

Porém, em 1989, a comunidade de Sebastião Mota de Melo, ou Padrinho Sebastião como é chamado por seus seguidores, foi novamente acusada de manter usuários de *Cannabis* e também ex-guerrilheiros em suas dependências, o que os torna novamente alvo da governamentalidade e seus controles da liberdade de consciência. Em 1992, as quatro principais religiões brasileiras ayahuasqueiras assinaram uma *Carta de Princípios das entidades religiosas usuárias do chá Hoasca* como forma de compromisso com a legislação

vigente no Brasil, se comprometendo “a não fazerem uso de substâncias proscritas nos rituais com a bebida”, “comercializarem a bebida” e “não praticarem ‘curandeirismo’” – este último também proibido por lei.

As entidades ayahuasqueiras assinaram este documento enquanto uma postura de negociação com o poder estatal, em busca da garantia do uso religioso da Ayahuasca se manter sendo legítimo e respeitado juridicamente. Porém, sabe-se que nem tudo o que consta neste é de fato seguido, como por exemplo o compromisso de não usar a *Cannabis*, até então proibida por lei, principalmente por negar as crenças de um determinado grupo, a vertente de Padrinho Sebastião.

Em 2004, o CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas –, criou um novo Grupo Multidisciplinar de Trabalho para acompanhar algumas das comunidades e produzir relatórios, mas somente em 2010, foi que o resultado final foi divulgado com a Resolução nº 1 de 2010 do CONAD, regulamentando e legalizando o uso da Ayahuasca em todo o território nacional, por concluir que

c) a liberdade religiosa e o poder familiar devem servir à paz social, à qual se submete autonomia individual; d) deve ser reiterada a liberdade do uso religioso da Ayahuasca, tendo em vista os fundamentos constantes das decisões do colegiado, em sua composição antiga e atual, considerando a inviolabilidade de consciência e de crença e a garantia de proteção do Estado às manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, com base nos artigos 5º; VI e 215, §1º da Constituição do Brasil, evitada, assim, qualquer forma de manifestação de preconceito.

Parte da cartografia do processo de legalização da Ayahuasca e da conquista de reconhecimento do direito ao uso religioso desta foi narrado também por Lúcio Mórtimer (2000), enquanto ótica daimista de um seguidor de Padrinho Sebastião. Mórtimer, estudante de Ciências Sociais no estado de Minas Gerais chega até o Acre, na Colônia Cinco Mil, comunidade liderada pelo Padrinho, juntamente com outros companheiros “hippies de estrada” em busca dos efeitos lisérgicos do chá. Transgressores de normas e leis da sociedade vigente, muitos se identificavam como parte do Movimento de Contracultura, principalmente por se trata do período de Ditadura Militar no Brasil.

Dos relatos e estórias daquela época que Mórtimer conta em seu livro *Bença, Padrinho!*(2000), o autor conta da sua chegada na Colônia e a sua estadia na mesma através de uma cronologia não-consecutiva ou linear, mas traçando as tramas dos acontecimentos importantes à sua memória, e do que presenciou e viveu enquanto Padrinho Sebastião era vivo. E conta também, ter sido através dele mesmo que a erva *Cannabis sativa* foi parar no contexto litúrgico desta vertente do Santo Daime – e digo vertente pois não é consenso o uso

da erva em todos os segmentos do Santo Daime, e menos ainda quanto às demais religiões ayahuasqueiras, sendo até causa de preconceitos e desentendimentos.

Ao levar a conhecimento do Padrinho, de que, ele e outros recém chegados na comunidade faziam uso da erva, assim como a plantavam, a entregou para que ele fizesse o que achasse melhor com ela. Lúcio diz em seu livro: “Abri o jogo, disse tudo pra ele e que além disto, tinha aprendido a fumar antes de ser ripe, quando universitário, no seio da melhor sociedade, inclusive entre professores”. E também afirmou ter contado à ele como sendo a maneira que encontrou de se livrar de “um peso nas costas”, que se sentia carregando por omitir de seu Padrinho o uso que fazia, e conclui dizendo que “Naquele momento estava disposto a renunciar àquele uso para seguir na doutrina e estar com os irmãos no norte” (MORTIMER; 2000).

Foi então que, o que ele chamou de “a realidade de um sonho”, pode ser transcrito em suas próprias palavras narrando os dizeres de Sebastião Mota de Melo sobre a planta que o mostrara:

Há algum tempo atrás, tive um sonho que está bem vivo na minha memória. Eu ia por umas estradas quando avistei ao longe um homem a cavalo se aproximando. Dava de ver poeira levantada pelos cascos do animal. Antes de passar por mim ele parou e pude apreciar de perto o cavalo branco e a elegância do cavaleiro que me anunciou: ‘Você vai entrar em outra linha’. Perguntei: ‘Que linha?’ Ele me respondeu: ‘Você vai aprender às suas custas’. Foi dizendo e saindo disparado. Continuei caminhando e logo cheguei num roçadinho onde era cultivada uma espécie de planta que eu não conhecia. Não tinha visto nem nas matas nem na capoeira. No meio delas apareceu um homem moreno, todo vestido de branco, que devia ser o zelador do jardim, pois era um lugar bonito e muito bem cuidado. Quando a referida pessoa me viu, quebrou um galho da planta e me entregou dizendo que era para curar. Quando eu recebi a oferta eu acordei. Agora vendo estas plantinhas, lembrei do sonho. Estou com vontade de cultivá-las para fazer a comparação (MORTIMER, 2000).

Realizado o que Mórtimer chamou de “um estudo do Padrinho com a erva” (2000), esta passa a ser relacionada a energia feminina, e portanto, reconhecida como sendo a “manifestação da Santa Maria, mãe de Jesus”.

Este livro é uma peça importante para a nossa pesquisa, por se tratar de um relato participante, e principalmente por ser o discurso que produz a subjetividade da Santa Maria, e que vai perpetuar até hoje, com poucas variações, entre os adeptos. Mas, apesar de termos acesso a livros escritos por praticantes da doutrina e algumas falas do Padrinho Sebastião transcritas por Alex Polari (1998), é importante frisar que o Santo Daime, desde Mestre Irineu, se mantém uma religião, cuja qual, tem uma liturgia manifesta em hinos, e estas escrituras representam apenas uma literatura secundária, a nível de curiosidade.

Sendo assim, os relatos de Lúcio Mórtimer muito nos interessa, assim como seus hinos, onde uma literatura confirma ou complementa a outra, a exemplo do hino: “Uma bela história”, por ele ofertado ao Padrinho Glauco Vilas Boas, do Céu de Maria, localizado em São Paulo, no qual diz que vai contar uma “bela história”, e demonstra a afeição que foi gerada por esta planta, dizendo: “Eu vou contar uma bela história/ Da plantinha que mais tem amor/ Ela era bem pequenina/ Padrinho viu e abençoou”. Este apreço construído pela erva, que passa do nome vulgar Maconha à Santa Maria, concretiza-se justamente na dicotomia que, para os usuários daimistas da linha de Sebastião Mota, justifica a ritualização do uso sagrado: Santa Maria X Maconha; “Uso Mediúnico” X “Uso Tóxico” (ALVERGA, 1998).

O processo de subjetivação da erva Santa Maria é um deslocamento de sentido que permite, até para os mais cristãos, ressignificar a Maconha e consagrar a Santa Maria, ainda assim assumindo para si um discurso puritano. E é assim que a *Cannabis*, tão demonizada socialmente, perseguida pelo discurso médico do século XIX, utilizada no Brasil para justificar as perseguições que deveriam ser empreendidas aos ex-escravos, por supostamente apresentarem um perigo à sociedade em suas práticas culturais, como a capoeira, os cultos de religiosidade africana, e as “rodas de pito de Angola” – nomenclatura esta utilizada inclusive na primeira lei de proibição da Maconha no Brasil para se referir a mesma (BARROS, PERES; 2011), passa à Santa Maria. Inverte o discurso proibicionista, ao se utilizar de seus próprios critérios para definir o Sagrado e Profrano.

O discurso puritano que embasa as correntes proibicionistas no início do século XIX, assim como expõe o historiador Henrique Carneiro (2016), é submetido, então, a cristianização da erva, em um processo de subjetivação que realiza o desejo de alguns dos muitos que a consomem, como é dito pelo Padrinho Glauco do Céu de Maria, em seu hino “São Sebastião”: “Quando eu vi chegar/ Minha mamãe Santa Maria/ Que eu percebi/ O tamanho da alegria”. E enquanto ritualizado, importante para a Redução de Danos no uso da substância, como proposto por Edward Macrae, e também como é possível encontrar em alguns hinos, como o hino “Santa Maria” do Padrinho Alfredo, filho do Padrinho Sebastião e herdeiro da direção da vertente deste. No hino diz assim: “Quem não conhece Santa Maria/ E faz uso dela todo dia/ Vive sempre em agonia/ Mas agora chegou como eu queria”.

O uso ritual da Santa Maria, ou *set and setting*, como sugerido a semelhança por Macrae (2005), desde que o Padrinho Sebastião passou a fazer o seu “estudo” com a erva, o mesmo tem sido sistematizado, assim como a Ayahuasca. E em trabalho de campo, percebemos que as dificuldades dos adeptos ao *marianismo* de seguirem a tal ritualização em seu relacionamento além-igreja com a erva, está mais ligado ao desta ainda ser proibida o

cultivo e o porte no país. Pois, isto inviabiliza alguns dos fatores condicionantes ao “uso tóxico” e o “uso sagrado”, sugeridos por Sebastião Mota de Melo (ALVERGA, 1998).

Na criação dessa ritualização do preparo e consumo da erva, sendo que, o plantio, o cuidado regular da plantação através de uma pessoa designada a ser o “zelador do jardim de Santa Maria”, a colheita em uma fase da lua específica, concretizam o ritual de “feitio de Santa Maria”, assim como ocorre com o “feitio do Santo Daime”. E posteriormente, há também o processo de ritualização do uso, sendo realizado em alguns trabalhos voltados para o uso da erva, onde também se faz uso do Daime, e existe uma ordem de passagem do “pito” – nome dado ao cigarro de Santa Maria – que, como diz o hino “Deschavando” do Padrinho Glauco:

Santa Maria/ Com respeito cura mais/ Só consagrando/ Na oração deste Cruzeiro/  
Santa Maria/ Não se brinca o dia inteiro/ Consagre e passe para o lado direito/ Vós  
nos perdoe/ A nossa falta de respeito/ É para o Sol, é para a Lua/ E as estrelas/ Sinal  
da Cruz/ Silêncio e não falar besteira/ Fazendo assim/ Estou honrando a meu pai/  
Que me acordou/ E me entregou esta bandeira

Existe toda uma ordem do salão da igreja que deve ser mantida, e para tanto, assim como nos trabalhos de Daime, encontra-se fiscais tanto do lado feminino quanto do lado masculino, que são responsáveis em auxiliar qualquer participante que venha a passar mal ou ter uma “peia”, que é como chamam o mal estar em decorrência da ingestão do chá, ou até mesmo da erva. É importante ressaltar que tanto nos trabalhos de Santa Maria como nos de Daime, os hinos incitam a análise ou o estudo de si, em uma introspecção que ambos os enteógenos – substantivo cunhado para designar as substâncias psicoativas quando usadas em rituais religiosos – (MACRAE, 2005) possibilitam, como por exemplo o primeiro hino da Oração, cantada em quase todos os rituais, chamado “Examine a consciência”.

Portanto, a Ayahuasca foi legalizada e regulamentada a partir de determinados preceitos que nos parecem válidos à quase todas as demais drogas, desde que seja respeitado o seu devido *set and setting*. O direito de escolha, ao longo de toda a história da “civilização”, sempre foi estabelecido pela licitude, quer seja por parâmetros sacerdotais, quer seja pela jurisdição estatal moderna, e em ambas as formas, o domínio de si é algo tido como exterior ao próprio indivíduo. O Liberalismo Econômico como política administrativa do Estado Moderno implicou em um novo tipo de governamentalidade, esta que admite um controle através da ideia de “civilização” ou “população”, com uma nova tecnologia de poder (CARNEIRO, 2016).

O conceito de *biopolítica* proposto pelo filósofo Michel Foucault contribui para o entendimento deste percurso da história por relacionar o *dispositivo de poder* que se forja no controle estatal, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX. Tendo como

finalidade governar os indivíduos através de procedimentos disciplinares; assim como as subjetividades populacionais, gerenciando a saúde, a higiene, a alimentação, a sexualidade, a natalidade, etc., transformando-as em preocupações políticas (REVEL;2005).

O advento contemporâneo do Proibicionismo, política empreendida em escala internacional que diz ter por escopo erradicar a existência de algumas plantas psicoativas, desde meados do século XIX. Sendo que, em nome da famigerada “Guerra às drogas”, mais do que o direito de escolha tem sido cerceado, como também a liberdade; e a vida de muitos usuários e traficantes têm sido ceifadas. Um movimento retrógrado à noção moderna do direito à liberdade de consciência, e que surge a partir de três pilares importantes, como fora apontado pelo historiador Henrique Carneiro, sendo estes: i) o Puritanismo tártaro mongol (China X Inglaterra) – com a erradicação do ópio por razões morais (1839 – 1842); ii) a Autocracia Imperial (Rússia) – que, “após crescer sob as rendas de um álcool-estado, durante séculos, em 1914, proibiu a vodca”; e iii) o Puritanismo evangelista ou Movimento de Abstinência Evangélico (EUA) – que “abdica do vinho, desde o início do século XIX, assim como de todos os prazeres e pratica a castidade, jejum e recusa qualquer alterador da consciência” (CARNEIRO; 2016: 168).

A proposta de laicidade do Estado Moderno pressupõe uma laicização também do direito às práticas culturais na esfera pública, ou seja, não se pautando em critérios religiosos para definir estas. Porém, a indicação que Carneiro (2016) faz sobre a presença de preceitos cristãos nas investidas proibicionistas contra o ópio e o álcool faz alusão, justamente, à emergência da ética protestante e o ascetismo laico como importante influência que teve na mentalidade das relações capitalistas em curso, nos interesses econômicos, como relacionado por Max Weber (2004).

Então, nos colocamos a questionar toda essa lógica, levando em consideração todas essas semelhanças entre os dois psicoativos, e também entre os rituais à eles empregados, levantamos o seguinte questionamento: O que impede a legalização da *Cannabis*? Ainda vivemos os resquícios de uma marginalização dos usuários de Maconha, com base em discursos racistas? A Santa Maria reivindica uma “jardinagem contestatória e uma auto-suficiência “canábica”, seria o embate com os lobbys da indústria farmacêutica, ou até mesmo da própria insurgente indústria cannábica que tem sido fomentada nos países legalizados, que impede um debate para uma legalização do plantio? Por que a autonomia individual, desde que respeitada à paz social, não serve como argumento para o debate de legalização de todas as drogas? À quem essa paz serve? E a inviolabilidade de consciência e crença, no caso da

cultura *cannábica*, que agrega desde os *rastafári* até os *marianos*, porque estes não são respeitados? Quando é que pode haver “proteção do Estado às manifestações das culturas populares indígenas e afro-brasileiras”? Quando essas são legítimas para tanto, e não sofrem com o “preconceito” combatido na Resolução do CONAD ao legalizar a Ayahuasca?

## Referências

BARROS, André, PERES, Marta. Proibição da Maconha e suas raízes escravocratas. Revista Periferia, UERJ: 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/>

CARNEIRO, Henrique. A gênese do proibicionismo moderno e o ponto de inflexão atual. In: Coletivo DAR (org.). Dichavando o poder: drogas e autonomia. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

Carta de Princípios das Entidades Religiosas usuárias do chá Hoasca. Disponível em: [www.neip.info](http://www.neip.info)

DELEUZE, Gilles. Duas questões. Disponível em: <http://www.interzona.com.br/interzona/mapa/duasquestoes.html> (Acessado em: 10/11/2014 às 10h:30min.

FOUCAULT, Michel. O Nascimento da Biopolítica. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MACRAE, Edward. A elaboração de políticas públicas brasileiras em relação ao uso religioso da ayahuasca. In: MACRAE, Edward, GOULART, Sandra L., FIORE, Maurício, CARNEIRO, Henrique, LABATE, Beatriz C. (orgs.) Drogas e cultura: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008.

\_\_\_\_\_. Redução de danos para o uso da Cannabis. Disponível em: [www.neip.info](http://www.neip.info)

\_\_\_\_\_. Observações sobre o documento do grupo de trabalho do Conselho Federal de Entorpecentes – CONFEN. In: FRÓES, Vera. Santo Daime: Cultura Amazônica. Manaus: SUFRAMA, 1986.

\_\_\_\_\_. Guiado pela Lua: Xamanismo e o uso ritual da Ayahuasca no culto do Santo Daime. São Paulo: Brasiliense, 1992.

\_\_\_\_\_. Santo Daime e Santa Maria: Usos Religiosos de Substâncias psicoativa lícitas e ilícitas. In: O Uso ritual das plantas de poder. Beatriz C. Labate, Sandra L. Goulart (orgs.) – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2005.

\_\_\_\_\_.SIMÕES, Júlio A.Eu venho de longe: A história de Mestre Irineu. Salvador, EdUFBA, 2007.

REVEL, Judith. Michel Foucault: Conceitos Essenciais. Tradução: Maria do Rosário Gregolin, Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

VARGAS, Eduardo V. Que guerra é essa? A propósito da partilha moral entre drogas e fármacos. Conjuntura Política, FAFICH - UFMG - Belo Horizonte, v. 22, p. 1-4, 2000.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ALVERGA, Alex Polari. O Evangelho Segundo Sebastião. Amazonas: CEFLURIS Editorial, 1998.

Diário Oficial. Imprensa Nacional. Nº 17 – DOU de 26/01/2010 – Seção 1 – p. 57.

Hino 1. Examine a Consciência. Hinário Oração. Sebastião Mota de Melo. Céu de Maria.

Hino 8. Deschavando. Hinário Chaveirinho. Glauco Villas Boas. Céu de Maria.

Hino 23. São Sebastião. Hinário Chaveirinho. Glauco Villas Boas. Céu de Maria.

Hino 30. Uma bela história. Hinário Instrução. Lúcio Mortimer. Céu de Maria.

Hino 108. Santa Maria. Hinário Cruzeirinho. Alfredo Gregório de Melo. Céu de Maria.

MORTIMER, Lúcio. Bença, Padrinho! São Paulo: Céu de Maria, 2000.

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 25 DE JANEIRO DE 2010.

## ILUSTRAÇÕES



Figura 1: Raimundo Irineu Serra, o Mestre Irineu.  
Fonte: santodaime.org (Acessado em: 10/10/2013).



Figura 2: Alfredo Gregório de Melo, o Padrinho Alfredo, atual Presidente do ICEFLU, filho do Padrinho Sebastião. Fonte: Facebook.com – Grupo Céu de Maria (Acessado em 22/12/2015).



Figura 3: Glauco Vilas Boas, o cartunista e também Padrinho Glauco, fundador da igreja Céu de Maria – SP. Fonte: sidneyrezende.com (Acessado em: 10/01/2016).



Figura4: Limpeza do cipó *Banisteriopsis caapi* para o feitiço do Santo Daime. Fonte: abhr.org.br (Acessado em: 10/01/2016).



Figura 5: Maceração do cipó *Banisteriopsis caapi* para a posterior fervura deste. Fonte: abhr.org.br (Acessado em: 10/01/2016).



Figura 6 : Limpeza das folhas da *Psycotria viridis* para o feitiço do chá. Fonte: abhr.org.br (Acessado em: 10/01/2016).



Figura 7 e 8: *Psycotria viridis*, a esquerda. *Banisteriopsis caapi*, a direita. Fonte: abhr.org.br (Acessado em: 10/01/2016).



Figura 9: A planta *Cannabis sativa*. Fonte: super.abril.com.br (Acessado em 10/01/2016).



Figura 10: Padrinho Sebastião, a esquerda. Lúcio Mortimer, o *hippie* responsável pela inserção da erva na religiosidade daimista, adireita. Fonte: xamanismo.com.br (Acessado em 13/06/2014).



Figura 11: Trabalho de bailado no Céu de Santa Maria de Sião – SP, igreja que mistura a doutrina daimista de Padrinho Sebastião com preceitos da cultura Rastáfari. Fonte: youtube.com (Acessado em: 12/11/2015).



Figura 12: Trabalho de bailado no Céu de Santa Maria, em Amsterdam. Fonte: ceudasantamaria.org (Acessado em: 12/11/2015).



Figura 13: Fardada em Trabalho de Santa Maria. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=6TZ1EtaPbXA> (Acessado em: 03/02/2016).



Figura 14: Padrinho Sebastião pitando. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=6TZ1EtaPbXA> (Acessado em: 03/02/2016).

---

xiv Historiadora formada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – CPCX. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Historiografia Brasileira – UFMS/CPCX. Membro do Laboratório de Estudos Históricos das Drogas e da Alimentação – USP/Cidade Universitária. [rochajessicahist@gmail.com](mailto:rochajessicahist@gmail.com)

## O papel da EJA na reinclusão das travestis e transexuais no espaço escolar

### The role of Adults and Young Adults Education on the reinclusion of travestite and transsexual people into the school environments

Tatiane da Silva Lima<sup>54</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo apresentar uma análise de três fontes bibliográficas que relacionam transexualidade, travestilidade e Educação de Jovens e Adultos – EJA, que evidencia o silenciamento das discussões sobre identidade de gênero no espaço escolar, atuando no afastamento das mulheres transexuais e travestis da escola, acarretando a este público recorrer à EJA como meio principal de mecanismo de inclusão à sociedade, conquista da cidadania e conclusão da escolaridade.

Palavras-chave: EJA; Gênero; Transexualidade.

**Abstract:** This article aims to present a new analysis of three bibliographic sources which relate transsexuality, travestite people and Adults and Young Adults Education, indicating the silencing of the discussions about gender identity in the school space, which acts on the increase of the dropout rate of transsexual and travestite women from the schools, resulting them to resort to the Adults and Young Adults Education as the main way of social inclusion, citizenship conquest and education and schooling conclusion.

Key words: Adults and Young Adults Education; Gender; Transsexuality.

## 1. Introdução

O presente artigo tem como objeto a relação entre mulheres transexuais e travestis e a Educação de Jovens e Adultos – EJA, cujo objetivo é apresentar uma análise sobre três produções que debatem sobre a transexualidade e travestilidade no contexto da EJA, dialogando com conceitos evidenciados por Guacira Lopes Louro (1997) e Jaqueline Gomes de Jesus (2012) para compreender as identidades sociais, sexuais e de gênero, a transexualidade e travestilidade.

---

<sup>54</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades, Educação e Gênero – GEPSEX. Email: [tati\\_lima09@hotmail.com](mailto:tati_lima09@hotmail.com). Artigo apresentado como nota final para encerramento da disciplina 'Educação de Jovens e Adultos' realizada no primeiro semestre de 2016, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Tem-se como objeto de estudo a relação das mulheres transexuais e travestis e a EJA em busca de compreender o período escolar dessas pessoas e porque elas recorreram à EJA para concluírem os estudos, além de reconhecerem o papel da EJA como um mecanismo de conclusão da escolaridade.

O campo de estudo referente à transexualidade e travestilidade no contexto da Educação de Jovens e Adultos - EJA ainda é escasso e restrito a pequenas referências em artigos, cujas temáticas são direcionadas à homossexualidade. Para localizar artigos que se referiam a essa especificidade, fez-se uma busca em bancos de teses e dissertações pelo campo da diversidade sexual na EJA, no qual foram encontrados dois artigos resultantes de uma mesma pesquisa qualitativa, e um capítulo de um caderno direcionado para formação continuada de alfabetizadores que articulam, exclusivamente, sobre o tema proposto.

As três produções encontradas para as discussões recorrentes no presente artigo foram publicadas no ano de 2011, e evidenciam condutas discriminatórias e preconceituosas que ocorrem na escola frente à diversidade de gênero, resultando no distanciamento das mulheres transexuais e travestis de permanecerem e concluírem o ensino, além de ressaltarem a importância da EJA como meio para a reinserção dessas pessoas no espaço escolar.

Dos três artigos encontrados e selecionados, destacam-se algumas questões pertinentes a serem discutidas e repensadas, tais como a importância de discussões sobre identidades de gênero no cotidiano escolar, os aspectos que causam a exclusão das mulheres transexuais e travestis do espaço escolar, e a EJA como um espaço de conquista e de conclusão para esta população excluída da escola.

Os dois artigos selecionados para o presente estudo "*Desafios da EJA: O espaço escolar para as mulheres transexuais e travestis*" e "*O reconhecimento da Diversidade Sexual por meio do espaço escolar da Educação de Jovens e Adultos no contexto do PROEJA*" são resultados de uma pesquisa de cunho qualitativo sobre diversidade sexual e Educação de

Jovens e Adultos feita em 2011 pelas professoras doutoras Leyse da Cruz Ferreira e Maria José Resende Ferreira, do Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes Campus Vitória. Estes visam como a EJA, no contexto do PROEJA, pode ser um espaço de conquista da cidadania e de inclusão para o público trans. Para a elaboração da pesquisa, cinco mulheres transexuais e travestis que trabalham como profissionais do sexo foram entrevistadas, evidenciando suas experiências obtidas durante o período escolar.

A terceira produção foi elaborada a partir de um projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos chamado MOVA- Brasil, fundado em 2003 pelo Instituto Paulo Freire em parceria com a Federação Única dos Petroleiros (FUP). O instituto desenvolveu uma Série Cadernos de Formação voltada para as/os alfabetizadoras/es, visando contribuir com as formações continuadas. Dentre estes, há um caderno chamado Diversidade e Direitos que expõe variados tópicos, sendo um voltado para as diferentes identidades sexuais nos desafios da EJA, cujo título é “*Identidades sexuais e as diferentes orientações afetivossexuais: desafios na EJA*”. Este texto é um artigo produzido em 2011 pelo doutor em educação pela FE- USP Paulo Roberto Padilha, diretor de desenvolvimento institucional do Instituto Paulo Freire.

## **2. Compreendendo a transexualidade e travestilidade**

Segundo Guacira Lopes Louro (1997), “[...] as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter histórico e plural” (LOURO, 1997, p. 03), ou seja, as identidades sociais constituem os seres humanos de acordo com a cultura e período histórico, formando o sujeito a partir de identidades plurais, tais como identidade de gênero, identidade sexual, étnica, cultural, entre outras. A transexualidade e travestilidade estão associadas à identidade de gênero, fazendo parte do sujeito assim como as outras identidades sociais:

[...] compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até

mesmo, ser contraditórias. [...] a ideia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o. (LOURO, 2014, p. 29, grifos da autora).

Para a autora, a identidade de gênero faz parte do sujeito, assim como as outras identidades, e é uma construção cultural, não tendo relação com o sexo biológico. Assim como Jaqueline Gomes de Jesus (2012) descreve, “O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente” (JESUS, 2012, p. 08).

Como afirmam as autoras, a identidade de gênero refere-se ao gênero no qual a pessoa se identifica independente de sua genitália. As pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado ao nascimento, são identificadas como homens transexuais, se reconhecem homem e tem vulva, ou mulheres transexuais ou travestis, se se reconhecem mulher e tem pênis. A identificação travesti ou transexual é atribuída por autoidentificação.

Mulheres transexuais e travestis, ao se autoidentificarem e assumirem suas identidades de gênero durante o período escolar, passam a enfrentar violências e preconceitos, além de encontrar barreiras para se matricularem devido o uso do nome social, então, muitas vezes, estas pessoas acabam se evadindo da escola. (JUNQUEIRA, 2009).

### **3. Espaço escolar**

Para compreender porque algumas mulheres transexuais e travestis recorrem à EJA para concluírem os estudos, é necessário conhecer os motivos que as levaram ao abandono da escolarização no ensino regular. Ações discriminatórias eviolentas, o não uso do nome social e o silenciamento das/os professoras/es são atribuições para o abandono escolar.

As ações de violência e discriminação frente à diversidade de gênero podem acontecer por parte das/os alunas/os ou por parte das/os profissionais de educação, e é um dos principais motivos do abandono escolar. Quando as/os professoras/es não respeitam o uso do nome social e não agem diante de ações discriminatórias contra as transexuais e travestis estão consentindo com o preconceito:

[...]Mesmo quando a discriminação parte apenas de alunos/as, a escola não se torna isenta, pois, “consentida e ensinada na escola, a homofobia se expressa pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo” (LOURO, 1999, *apud* CRUZ; SANTOS, 2016, p. 122).

Quandoas/os profissionais de educação não interferem nos casos de violências, seja conversando com as/os alunas/os agressoras/es ou promovendo debates em sala de aula, também é uma forma de discriminação contra mulheres transexuais e travestis. As/os profissionais de educação que se isentam frente a essas situações, têm como consequência alunas/os intolerantes que praticam diversas formas de violência, tanto simbólica como física, desrespeitam as singularidades e fortalecem os estigmas.

A partir dos depoimentos de cinco mulheres transexuais e travestis para o artigo das professoras doutoras Laysse da Cruz Ferreira e Maria José Resende Ferreira (2011), as autoras também puderam concluir que as razões para a interrupção dos estudos são associadas à ausência de apoio familiar frente às ações discriminatórias ocorridas na escola:

Para Silvia, a falta de apoio familiar dificultou a continuidade dos estudos. Segundo ela: “Eu acho que sim, porque já tinha esse fenômeno assim, porque eu não tive apoio da família pra continuar e já outras pessoas da família tiveram e não quis e eu que queria e não tive apoio, teve uma que teve de tudo na família e não foi à frente e eu que queria não tive”. De acordo com Deborah, a não aceitação foi preponderante para a entrada na prostituição. Para ela, “A família não aceitou, a igreja não aceitou e eu achava que a escola iria aceitar porque tinha um vínculo maior com a quantidade de pessoas e também não aceitou. Então eu não tinha alternativa a não ser largar a igreja, a escola e a casa e procurar pessoas iguais a mim na rua” (FERREIRA; FERREIRA, 2011a, p. 08).

Segundo as mulheres transexuais e travestis entrevistadas pelas autoras, a falta de apoio familiar e da escola diante das violências sofridas dificulta a continuidade dos estudos. O reconhecimento do nome social por profissionais da escola seria uma forma de apoio que faria diferença no ambiente escolar:

Reconhecer o nome social significa compreender quem elas realmente são, o nome é mais que um registro civil e a afirmação de que somos sujeitos particularizados e que os nossos adereços físicos e estéticos funcionam como código que traduzem o bem estar entre o nome e a nossa imagem. O nome de registro quando não condiz com a identidade do sujeito torna-se instrumento de constrangimento e humilhação. (FERREIRA; FERREIRA, 2011a, p. 09).

O nome social é o nome pelo qual essas mulheres se identificam e preferem ser identificadas quando o nome de registro não é condizente à sua identidade de gênero. A pesquisa realizada pelas professoras Leyse da Cruz Ferreira e Maria José Resende Ferreira(2011: 12) apontam que para as mulheres transexuais e travestis entrevistadas, o uso do nome social contribui para o acolhimento e permanência na escola.

Correlacionando o artigo das autoras com o artigo de Maria Rita de Assis César (2009) em relação ao uso do nome social nas escolas, César (2009: 02) cita uma Campanha nacional da ABLGT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) pela aceitação do nome social nas escolas brasileiras. A ABLGT enviou um documento para todas as Secretarias da Educação do Brasil solicitando “elaboração de portarias específicas que autorizem o uso do nome social em escolas” (CÉSAR, 2009, p. 02). Leyse da Cruz Ferreira e Maria José Resende Ferreira(2011a: 12) especificam que a Resolução 2.735\2011 do Conselho Estadual de Educação reconhece o nome social para as transexuais e as travestis na escola.

A partir dos textos aqui discutidos, compreende-se que o reconhecimento do uso do nome social para pessoas transexuais e travestis no espaço escolar é a garantia de um direito que deve ser preservado e respeitado. Além do uso do nome social, o enfrentamento às violências e discussões sobre identidades sociais também devem acontecer no ambiente escolar, para que haja desconstrução de estereótipos e garantia de Direitos Humanos.

#### **4. EJA como resgate do sujeito frente à inserção social**

Segundo as autoras Leyse da Cruz Ferreira e Maria José Resende Ferreira(2011) a EJA, além da reparação do analfabetismo no Brasil, tem como princípio a educação como direito público que se propõe a reparar e qualificar, assumindo a responsabilidade de “[...] redizer o direito à educação de jovens e adultos” (PAIVA, 2006, *apud* FERREIRA;

FERREIRA, 2011b, p.05) como um campo a ser reconfigurado, sendo um espaço também de direito para a inserção da população excluída da escola.

O desenvolvimento da EJA é marcado por um público excluído socialmente, seja por fatores de idade, de classe social, ou também por discriminação racial e/ou sexual:

[...] existem muitas pessoas no Brasil que ainda não concluíram o ensino fundamental, fato esse que está relacionado à “desigualdade social em tempos de exclusão, miséria e falta de emprego, terra, de teto e de condições dignas de vida impostos a uma parcela significativa da população” (HAGE, 2001, p. 2). Essas situações fazem com que as pessoas mais pobres enfrentem mais dificuldades no acesso à escola e também em permanecer nela, constituindo e ampliando cada vez mais o número de homens e mulheres que adentram a modalidade EJA em todo o país. (HAGE, 2001, *apud* AJALA, 2011, p. 15).

Nessa perspectiva, objetiva-se a EJA como meio principal de resgate do sujeito que foi excluído e discriminado no espaço escolar, para que possa ser novamente reinserido e conquistar seu espaço de direito à educação e cidadania.

Mulheres transexuais e travestis excluídas e marginalizadas no espaço escolar durante o ensino regular têm vontade de concluir os estudos, pois reconhecem os valores positivos da escolarização visando as possibilidades de trabalho, poderão ter na EJA essa oportunidade, tal como as autoras Leyse da Cruz Ferreira e Maria José Resende Ferreira (2011a: 14) ressaltam que a educação tem uma responsabilidade grande na reparação dos direitos que foram negados às essas mulheres.

É necessário que a inclusão não se limite apenas ao acesso aos bancos escolares por parte da comunidade LGBT, mas sim que haja visibilidade de sua história no currículo. Inserir no currículo escolar discussões e debates sobre um assunto que é fortemente silenciado aprofundará, como afirma Paulo Roberto Padilha (2011), “entendimentos sobre questões atuais tão polêmicas quanto à homofobia, a união homoafetiva, a guarda de filhos por casais homossexuais, entre outros, que, se bem trabalhados em sala de aula, estarão realmente contribuindo para relações humanas mais dignas e dignificantes.” (PADILHA, 2011, p.

30). Discutir sobre identidades sociais e diversidade sexual em sala de aula é também repensar em novos paradigmas culturais.

### **Considerações finais**

Mesmo que a escola, ao invés de cumprir seu papel de equalizadora, difusora de cidadania e asseguradora dos direitos à educação, ainda não tenha avançado suas discussões frente à diversidade de gênero, com base na análise bibliográfica recente é possível afirmar que, conforme Santos (2011), "ainda é possível nadar contra a corrente na luta por um novo fazer pedagógico baseado na equidade de gênero e no combate as mais diversas formas de violência". (SANTOS, 2011, p. 15).

A EJA traz consigo a capacidade de reincluir, readaptar, reparar e concluir o ensino, então, é pertinente pensar nesta modalidade como um espaço para as mulheres transexuais e travestis, visto que é um público marginalizado no espaço escolar. Para tanto, a EJA precisa "apresentar elementos que demonstrem uma readaptação e uma humanização, para permitir desconstruir o imaginário negativo vivido por elas". (FERREIRA; FERREIRA, 2011, p.08).

Ter profissionais contextualizadas/os e preparadas/os para lidar com a diversidade, independente de qual seja, já será um avanço para a aceitação e o acolhimento, dado que, "quando os docentes assumem a responsabilidade de aceitar as especificidades das transexuais e travestis, os conflitos são pomenorizados, amenizando os impactos do estranhamento." (FERREIRA; FERREIRA, 2011, p. 07).

A EJA, pensada e articulada para o resgate destes indivíduos excluídos, torna-se um dos artifícios – se não o único – para o retorno deste sujeito ao meio escolar. As/os profissionais atuantes na EJA devem estar muito bem instruídas/os e serem muito bem preparadas/os para lidar com as diferenças do espaço no qual irão atuar, para que a EJA não se desconfigure e seja mais um importante artifício social a ser desperdiçado. Da mesma maneira, Leyse da Cruz Ferreira e Maria José Resende Ferreira(2011b) reconhecem que “a

ação do docente é um fator importante para agravar ou minimizar os processos discriminatórios, o despreparo profissional baliza as impunidades sobre as mulheres trans.” (FERREIRA; FERREIRA, 2011b, p. 07).

O debate travado na EJA sobre a reinclusão escolar e social envolve uma reflexão para além da exclusão de classes sociais e fatores de idade, como também de discriminação pela diversidade de gênero. Numa perspectiva da historicidade e trajetória de vida das mulheres transexuais e travestis, é visto na EJA a busca pela formação e conclusão da escolaridade devido à necessidade de melhoria quanto às condições de vida.

## Referências

- AJALA, Michelle Cristina. **ALUNO EJA: motivos de abandono e retorno escolar na modalidade EJA e expectativas pós EJA em Santa Helena-PR**. Medianeira – PR, 2011. Disponível em: <[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1647/1/MD\\_PROEJA\\_2012\\_IV\\_16.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1647/1/MD_PROEJA_2012_IV_16.pdf)> Acesso em: 20 de março de 2016.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Um nome próprio: Transexuais e travestis nas escolas brasileiras**. Caxambu – MG, 2009. Disponível em: <<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5521--Int.pdf>> Acesso em: 20 de março de 2016.
- CRUZ E SANTOS, Tânia Mara e Tiago Zeferino. **Experiências escolares de estudantes trans**. Tubarão - SC, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/7041>> Acesso em: 20 de março de 2016.
- FERREIRA E FERREIRA, Leyse e Maria José. **Desafios da EJA: o espaço escolar para as transexuais e travestis**. Espírito Santo, 2011a. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/gepss/article/download/3891/3106>> Acesso em: 20 de março de 2016.
- FERREIRA E FERREIRA, Leyse e Maria José. **O Reconhecimento da Diversidade Sexual por meio do espaço escolar da Educação de Jovens e Adultos no contexto do PROEJA**. Espírito Santo, 2011b. Disponível em: <<http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt021-oreconhecimento.pdf>> Acesso em: 20 de março de 2016.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 13-52.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária**. Salvador – BA, 2012. Disponível em: <[http://abeh.org.br/arquivos\\_anais/J/J007.pdf](http://abeh.org.br/arquivos_anais/J/J007.pdf)> Acesso em: 20 de março de 2016.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In: LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014. 177p.

PADILHA, Paulo Roberto. **Projeto Mova-Brasil Desenvolvimento&Cidadania – Diversidade e Direitos**. São Paulo, v2, p.23-30, dez. 2011. Disponível em: <[http://www.movabrasil.org.br/wp-content/uploads/2011/09/Caderno\\_5\\_Diversidade-e-direitos\\_2014.pdf](http://www.movabrasil.org.br/wp-content/uploads/2011/09/Caderno_5_Diversidade-e-direitos_2014.pdf)> Acesso em: 20 de março de 2016.

SANTOS, Dayvison. **Entre O Silêncio E O Insulto**. Carpina-PE, 2011. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/60bdd094-ae73-453c-a139-93c8b390b1b>> Acesso em: 20 de março de 2016.

**Meninas encurraladas: a violência sexual contra adolescentes no filme *Volver*.  
Cornered girls: sexual violence against adolescents in the film *Volver*.**

Ana Maria Gomes<sup>55</sup>

Vivian da Veiga Silva<sup>56</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** A obra do cineasta Pedro Almodóvar é marcada pela contestação das normas sociais vigentes e pela abordagem de temas referentes a gênero e sexualidade, interpelando a sociedade patriarcal e heteronormativa com a naturalização dos corpos e dos comportamentos considerados dissidentes. Não é uma preocupação do autor a realização de um cinema ativista ou de denúncia. O presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão sobre o filme *Volver* (2006), que tem como centro a violência sexual perpetrada contra meninas adolescentes por homens com quem estas têm uma relação de paternidade biológica ou social e como estas resistem à agressão. O cineasta também considera no filme, como essas mulheres vão ressignificar suas vidas após a violência sofrida.

**Palavras-chave:** Almodóvar; violência de gênero; violência contra adolescentes.

**Abstract:** The work of the filmmaker Pedro Almodóvar is marked by the challenge of the current social norms and the approach of themes related to gender and sexuality, questioning patriarchal and heteronormative society with the naturalization of bodies and behaviors considered dissident. It is not a concern of the author to carry out an activist or denunciation film. The present article aims to propose a reflection on the film *Volver* (2006), which focuses on sexual violence perpetrated against adolescent girls by men with whom they have a biological or social paternity relationship and how they resist aggression. The filmmaker also considers in the film, how these women will resignify their lives after the violence suffered.

**Keys words:** Almodóvar, gender violence, violence against adolescent.

## **Introdução**

Desde sua primeira produção cinematográfica, Pedro Almodóvar demonstrou que a ele não interessava retratar o convencional e reproduzir velhas e tradicionais normas sociais.

Indubitavelmente, podemos colocar como elemento central de suas obras a abordagem do universo feminino. Conhecido como cineasta de mulheres, Almodóvar criou personagens femininas marcantes, históricas e sempre “à beira do abismo”, às voltas com problemas e situações difíceis de serem superadas. Suas protagonistas apresentam diversas facetas do universo feminino, sobretudo um feminino divergente, que foge aos estereótipos cinematográficos.

---

<sup>55</sup> Coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero da UFMS (NEG/UFMS) e professora aposentada do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

<sup>56</sup> Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero da UFMS (NEG/UFMS) e professora assistente do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Aliás, a mãe, as irmãs, as vizinhas, enfim, as mulheres de sua infância, com suas alegrias, tristezas e cumplicidades, inspiraram as personagens femininas criadas pelo cineasta, colocando-as sempre em situações limites, encurraladas por figuras masculinas opressoras, mas que acabam libertando-se de seus alçozes e colocando em xeque o tipo particular de machismo que predomina em pequenas cidades do interior da Espanha, como é exemplo o filme *Volver* (2006).

O estilo dos personagens de Almodóvar resulta da associação de experiências pessoais, da observação da realidade e de um conjunto de influências da cultura popular, do cinema americano e de movimentos vanguardistas. A conversa das mulheres, o matriarcado latente, o machismo e o apego à vida religiosa rural marcaram a infância e juventude do diretor. Isso tudo, sem falar na natural e evidente absorção da ácida crítica pop ao status da mulher na sociedade de consumo. (MELO, 1996, p. 238)

Outro ponto essencial da obra cinematográfica de Almodóvar é a naturalidade com a qual ele aborda temas, comportamentos e personagens apontados pela sociedade como marginais. Para aqueles que são de alguma forma excluídos socialmente, o cineasta sempre busca uma “humanização”, em resposta à sociedade que persiste em “desumanizá-los”: prostitutas, travestis, transexuais e homossexuais povoam sua produção cinematográfica, convidando o espectador a conhecer esses personagens enquanto seres humanos e se despojar dos preconceitos e da intolerância.

Temas polêmicos também são tratados com naturalidade por Almodóvar, como assassinato, incesto, estupro e consumo de drogas. Ao buscar “naturalizar” a realidade, o cineasta propõe-se a discutir a complexidade humana, todas suas facetas, o melhor e o pior que constitui o ser humano.

É justamente por sua obra mostrar tantos aspectos das relações humanas e sociais, além de conter os elementos já mencionados, que este trabalho buscará discutir a violência sexual perpetrada contra adolescentes por parte de homens de sua própria família, a partir do filme de Pedro Almodóvar *Volver*”.

## **I- As relações de gênero e a violência contra adolescentes.**

Como assinala Luzanir Carvalho Souza (2012, p. 25),

A violência é um fenômeno complexo, com raízes profundas, multifacetado e que atinge todos os grupos sociais, instituições e faixas etárias. No entanto,

ela incide em homens e mulheres de forma diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência praticada predominantemente no espaço público, as mulheres são violentadas no espaço privado e, em geral, o perpetrador é alguém de seu convívio familiar.

Por essa razão ao tratar e discutir a representação do feminino e a violência contra mulheres, seja qual for sua idade, é fundamental inseri-la na perspectiva das relações de gênero. De acordo com Scott (1995, p. 86), gênero é uma categoria útil de análise para compreender diversas esferas de nossa sociedade, sendo um aspecto relacional e que não deve ser utilizado como sinônimo de mulher, sendo compreendido como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. [...]”.

Diferentes pesquisadoras colocam as relações desiguais de gênero como a base da violência perpetrada pelo homem contra a mulher. Nesse sentido, a representação e os valores referentes ao feminino são construídos em uma relação diametralmente oposta à representação e aos valores referentes ao masculino, de maneira a expressar relações desiguais de poder, no qual o feminino surge como elemento submisso e dominado pelo masculino. Portanto, quando falamos em violência de gênero, remetemos às ocorrências de violências, físicas e simbólicas, que têm como pano de fundo e são pautadas pelas relações de gênero. Saffioti e Almeida (1995, p. 32) abordam a noção de violência de gênero da seguinte forma:

O gênero constitui uma verdadeira gramática sexual normatizando condutas masculinas e femininas. Concretamente, na vida cotidiana, são os homens, nesta ordem social androcêntrica, os que fixam os limites da atuação das mulheres e determinam as regras do jogo pela sua disputa. Até mesmo as relações mulher-mulher são normatizadas pela falocracia. E a violência faz parte integrante da normatização, pois constitui importante componente de controle social. Nestes termos, a violência masculina contra a mulher inscreve-se nas vísceras da sociedade com supremacia masculina. Disto resulta uma maior facilidade de sua naturalização, outro processo violento, porque manietta a vítima e dissemina a legitimação social da violência [...]

Para as autoras, o poder manifesto nas relações de gênero tem duas faces: a da potência e da impotência. As mulheres são socializadas para conviver com a impotência e serem submissas ao poder; os homens são socializados para submeter e exercer o poder. Dessa forma, nos momentos em que os homens vivenciam a impotência, recorrem a atos violentos, em uma tentativa de recuperar o poder perdido.

No caso da violência sexual contra meninas e adolescentes, o mesmo pressuposto é válido, pois, como assinala Saffioti (2001, p. 133): “Se é verdade que a ordem patriarcal de

gênero não opera sozinha, é também verdade que ela constitui o caldo de cultura no qual tem lugar a violência de gênero, a argamassa que edifica desigualdades várias, inclusive entre homens e mulheres.”.

Apesar da violência contra meninas e adolescentes ser alvo de pesquisas e trabalhos há tempos, a complexidade que envolve esse tema ainda não está esgotada. Vimos ainda muitos/as pesquisadores/as, quando confrontados com essa temática, caírem no senso comum sobre essa questão, sem perceber que no caso de meninas e adolescentes existem especificidades quanto a sua possibilidade de autonomia que devem ser levadas em conta, como assinala Carvalho Souza já citada.

As adolescentes/jovens são mais vulneráveis do que as mais velhas, pois, soma-se ao fato de serem mulheres, a baixa idade, o acesso restrito aos meios de proteção, a dependência econômica e a menor escolaridade. A desigualdade de poder nas relações entre adolescentes femininas e seus parceiros é mais acentuada. A violência enfrentada por este grupo populacional se apresenta de diversas formas, sexual, física, psicológica; maus tratos e negligência, exploração pelo trabalho, entre outras. (p. 43).

Uma questão a ser considerada é a que a menina e a adolescente têm nos adultos que compõem sua família dependência econômica, emocional e a expectativa de que o adulto a educará no sentido do comportamento certo ou errado na vida e na sociedade. Essa violência sexual se torna ainda mais cruel e nefasta quando parte de alguém que compõe o seu núcleo familiar e, principalmente, por parte do pai, seja biológico ou não. As ameaças de punição física e psíquica, o engodo (de que não tem nada de mau), medo de ser acusada de mentir e a voz que dificilmente é ouvida pelos adultos, faz com que o caminho seja longo a percorrer. Esse caminho vai da consciência de que deve denunciar, das condições para fazê-lo, até chegar à punição do violentador. É essa realidade que o filme *Volver* discute em duas gerações de mulheres a partir de uma pequena cidade da Espanha.

## **II- As relações de gênero no universo almodovariano.**

O filme *Volver* nos informa durante a trama (não nessa ordem) o estupro de Raimunda por parte do pai biológico, que resulta em gravidez. Ao se sentir só e sem credibilidade, a exemplo do que dissemos acima, a então adolescente se afasta da mãe e do vilarejo onde morava. Vamos encontrá-la então adulta, casada e com uma filha adolescente. Seu marido Paco tenta, então, estuprar sua filha Paula e esta, para defender-se, o mata.

Em meio a esses acontecimentos, Raimunda e sua irmã Sole precisam também lidar com o retorno de Irene, a mãe que estas acreditavam ter morrido junto com o pai em um incêndio. Raimunda descobre então, que sua própria mãe ao se inteirar da violência sexual do marido contra a filha, foi a autora do incêndio que o matou junto com a amante.

Se para muitos/as pesquisadores, com pouco contato com esse universo de violência, Almodóvar extrapolou as cores com que pinta esse tipo de violência. Devemos lembrar que Almodóvar não fez mais do que copiar da realidade esse tipo de situação.

Só para ficar em um exemplo, lembramos o assassinato em 1958 do gangster Johnny Stompanato, amante da atriz Lana Turner, por sua filha Cheryl. Várias versões apareceram ao longo do tempo: que a menina, de 14 anos, teria assassinado o gangster em defesa da mãe, que teria sido a própria atriz que assassinara o amante depois de sofrer violência por parte deste e a culpa colocada sobre a filha por ser menos conhecida e por, na sua idade, ser mais fácil livrar-se de uma pena longa (estamos na década de 1950 e violência não era atenuante para matar o companheiro). Finalmente Cheryl, anos mais tarde, declarou realmente ter sido ela a esfaquear com uma faca de 20 cm o amante da mãe e que teria sofrido abuso sexual por parte de maridos e amantes desta.

Afinal, é a realidade que extrapola todas as fantasias que qualquer diretor queira levar às telas.

Voltando ao filme *Volver*, é emblemática a reprodução e a expressividade da violência de gênero. Essa situação cíclica, que é rompida com o assassinato de Paco, é extremamente comum e cotidiana, justamente em virtude das relações desiguais de poder que colocam o corpo feminino como algo a ser subjogado, a ser possuído independente de sua aprovação.

Nesse sentido, é muito expressiva a frase do personagem Diego, também de Pedro Almodóvar, no filme *Matador* (1986): “Elas (as mulheres) devem ser tratadas como touro: enfrentá-las, encurralá-las, sem que saibam. Depois, é fácil”. Será com as conseqüências e os desafios desse tipo de visão machista e patriarcal que as mulheres almodovarianas terão que lidar em suas trajetórias, superando esses encurralamentos cada uma a sua maneira.

Nessa perspectiva, podemos pensar a obra cinematográfica de Almodóvar como uma tecnologia de gênero, mas que não se ocupa de garantir e reproduzir valores patriarcais e sim de repensar as construções do feminino e as representações de gênero que se colocam em nossa sociedade.

Segundo De Lauretis (1994), o cinema coloca-se como uma tecnologia de gênero, no sentido de que o aparato cinematográfico produz discursos e representações de gênero. Porém, não se trata apenas do modo pelo qual a representação de gênero é construída, mas como é subjetivamente absorvida por cada pessoa a quem se dirige. Para a autora, a sexualidade no cinema não é gendrada (marcada por especificidades de gênero), mas é, na verdade, um atributo ou uma propriedade do masculino.

[...] Acredito que para pensar o gênero (homens e mulheres) de outra forma e para (re) construí-lo em termos outros que aqueles ditados pelo contrato patriarcal precisamos nos afastar do referencial androcêntrico, em que o gênero e a sexualidade são (re) produzidos pelo discurso da sexualidade masculina [...] (DE LAURETIS, 1994, p. 227)

A opressão e a violência de gênero também se colocam com muita força no filme *A pele que habito* (2011). Robert, ao elaborar sua vingança contra Vicente, que supostamente estuprou sua filha, decide transformá-lo em mulher. Além da violência explícita de lhe impor uma redesignação sexual forçada, esse ato carrega outro elemento: a vingança de Robert foi transformar Vicente em mulher, Vera, justamente por que toda forma de submissão e de violência ao corpo feminino é permitida e tolerada. Robert mantém Vera prisioneira, forçando-a a viver da maneira como ele quer e a manter relações sexuais com ele. Da mesma forma que o pai e o marido de Raimunda em *Volver* sentem que tem autoridade e permissão para se apropriarem dos corpos de suas filhas, Robert em *A pele que habito* se coloca de maneira semelhante em relação à Vera.

Mas nossa compreensão das inúmeras questões que suscitam os filmes de Pedro Almodóvar seria limitada se não incluíssemos a crítica à visão dos gêneros como sendo dicotômicas e polarizadas. Para isso recorremos a Louro (1997) quando discute essa perspectiva a partir, principalmente, dos trabalhos de Jacques Derrida, dizendo ser necessário desconstruir a visão dicotômica e polarizada dos gêneros. Louro assinala que esse filósofo considera que o pensamento moderno foi e é marcado pelas dicotomias (ausência, teoria/prática, ciência/ideologia, etc.).

No 'jogo das dicotomias' os dois pólos diferem e se opõem e, aparentemente, cada um é único e idêntico a si mesmo. Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o pólo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também, perceber que cada um desses

polos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe a *mulher*, mas várias e diferentes mulheres que são idênticas entre si, podem ou não ser cúmplices ou opositoras). (p. 31)

O raciocínio acima também explicaria dois elementos expressos em outro filme de Almodóvar, *A pele que habito*. O primeiro elemento seria a culpa que muitas vezes a mulher se atribui quando não corresponde ao que se espera delas: parir filhos perfeitos, física e psiquicamente. Essa culpa surge de maneira sutil em *A pele que habito*, sobretudo, nas falas da personagem Marília, empregada, mãe e cúmplice de Robert. Após Robert assassinar Zeca, seu irmão, Marília diz que “leva a loucura em suas entranhas”, pois os dois filhos tinham personalidades perturbadas, cada um a seu modo. Logo, a culpa é da mãe, da mulher que gerou os dois homens. O segundo elemento seria a reprodução de condutas violentas entre mulheres, assinalado acima por Louro e que a todo o momento se expressa no desprezo de Marília por Vera, pois considera que ela será a ruína de Robert, da mesma forma que a falecida esposa também o fora, sem perceber que Robert é sua própria ruína.

Nesse ponto, é importante mencionar que quando falamos em violência de gênero não se trata apenas da violência do homem contra a mulher, mas sim de seu caráter relacional e assimétrico. Marília era cúmplice de Robert nas violências infringidas contra Vera; Robert transforma e violenta o corpo de Vicente.

Por fim, um elemento a ser pensado é a ideia da passividade das mulheres frente às situações de violência. De acordo com Saffioti (2004), o patriarcado se baseia no medo e no controle, como estratégia para garantir a opressão e a exploração das mulheres. Isso fica claro em *Volver* através das relações que os personagens masculinos mantêm com as personagens femininas. Porém, ainda de acordo com a autora, as mulheres não são vítimas passivas dessa situação e encontram formas de resistência e de “sabotagens cotidianas” ao poder masculino. Essas estratégias de resistência remetem à noção de poder elaborada por Michel Foucault. Para o autor (1985, p. 103), o poder expressa-se no cotidiano e não é algo que se concentra em um lugar fixo, específico:

[...] O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles [...]

Logo, o poder não fica concentrado, circulando na sociedade e nas relações sociais, podendo mudar de lugar a todo o momento. Para Chartier (1995), a dominação masculina não exclui resistências, afastamentos e manipulações. Com isso, os limites e os usos do consentimento devem ser cuidadosamente estudados, pois às mulheres não cabe apenas o papel de vítima passiva ou heroína rebelde. Para o autor,

[...] Nem todas as fissuras que corroem as formas de dominação masculina tomam a forma de dilacerações espetaculares, nem se exprimem sempre pela irrupção singular de um discurso de recusa ou de rejeição. Elas nascem com frequência no interior do próprio consentimento, quando a incorporação da linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência. (p. 42)

É, portanto, dentro desses pensamentos que entendemos a morte de Pablo, do pai de Raimunda e de Robert.

### III- **La vieja calle donde el eco dijo: tuya es su vida tuyo es su querer.**

(Gardel e Le Pera, 1935)

Pedro Almodóvar dirige suas mulheres para a ruptura com sua condição de subalternidade. A ruptura não se dá nos moldes a partir dos quais se espera que as mulheres o façam (se rebelando contra o lugar tradicional dado a elas na sociedade), mas é a partir de sua própria condição de mulher e usando essa mesma condição para desconstruir e rejeitar a opressão e reconstruir seus universos em novas bases. Como assinala Louro (1997) que ao desconstruir a lógica dicotômica,

[...] supõe que a relação masculino-feminino constitui uma oposição entre um pólo dominante e outro dominado – e essa seria a única e permanente forma de relação entre os dois elementos. O processo desconstrutivo permite perturbar essa ideia de relação de via única e observar que o poder se exerce em várias direções [...] os grupos dominados são, muitas vezes capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício do poder. (p. 33)

Um elemento carregado de simbolismo é a faca utilizada por Raimunda em diferentes situações. Nas cenas iniciais, esta aparece lavando a faca na pia. Após o assassinato de Paco por Paula, ela lava a mesma faca, na mesma pia, para livrar-se do sangue. E finalmente, para as atividades do restaurante, simbolizando a superação de Raimunda após todas as situações pelas quais passou. Dessa forma, ela acaba ressignificando o espaço

doméstico e a atividade de cozinhar, tarefa e espaço considerado de submissão e desvalorização, pela autodeterminação.

Voltando ao filme *A pele que habito*, temos, neste caso, Vicente que resiste em se tornar Vera. No entanto, a partir de certo momento, ele/ela usa elementos considerados como armas típicas de mulheres oprimidas, a sedução, a fragilidade e a submissão feminina, para desarmar Robert emocionalmente e derrotá-lo fisicamente.

Podemos entender como um momento de libertação de toda a opressão a cena em que Raimunda, durante uma festa no restaurante que dirige e onde cozinha, decide cantar para seus clientes. Paula, sua filha, ao ouvir a mãe cantar, menciona para sua tia Sole que nunca havia ouvido a mãe cantar. A personagem de Raimunda somente volta a cantar após a morte do marido que tentou estuprar sua filha, o que faz com que, simbolicamente, supere o estupro que sofreu do próprio pai. O estupro tem uma dimensão pessoal e outra mais ampla, uma vez que é fruto de uma construção de gênero que coloca a mulher em uma situação em que a agressão se dá pelo poder que a sociedade confere ao masculino em relação ao feminino, ditando inclusive o tipo de roupa e os lugares nos quais ela não pode ir, arriscando-se, por isso, a passar de vítima a culpada. Somente após matar as representações masculinas que a oprimiam, é que Raimunda consegue se reconstruir, reencontrar sua voz e voltar a cantar.

Embora os homens tenham papéis periféricos e pouca presença em cena, durante a trama de *Volver* é perceptível a todo o momento a sombra da dominação do masculino sobre as mulheres; suas ações e seus sofrimentos são norteados e causados pela ação de homens, impulsionados pelas representações e pelos valores machistas e androcêntricos.

Se mais acima mostramos, como assinala Louro, que as mulheres não são necessariamente solidárias, em *Volver* se trata de mostrar a solidariedade que é recorrente nos filmes de Almodóvar, a amizade e a cumplicidade entre as mulheres, permeando a ação e o desenvolvimento das tramas, sendo tratada não como algo naturalmente existente entre as mulheres, mas algo que é construído através da trajetória de vida de cada uma delas, que as aproxima e faz com que compartilhem tragédias, dramas e superação.

Em *Tudo sobre minha mãe* (1999), temos a cumplicidade entre Manuela e Rosa, que se relacionaram com Lola e tiveram filhos dela, entre Manuela e Agrado, amigas de longa data e de Manuela e Huma, que se conhecem e estreitam os laços de amizade em razão da morte do filho de Manuela. Em *Volver*, há outras relações de cumplicidade entre mulheres: Raimunda esconde o corpo do marido para livrar a filha Paula de ser acusada de assassinato, a

amiga a ajuda a livrar-se do corpo e amigas e vizinhas criam uma rede de mulheres que ajudam Raimunda a reabrir o restaurante. Irene, mãe de Raimunda, embora demore em descobrir que a filha foi estuprada pelo pai, entende o porquê do rancor da filha contra ela. Esta “volta dos mortos” e se reconecta com a filha, pois tinha se redimido da culpa matando o marido. Por fim Irene, que cuidava da irmã secretamente, volta a sua tarefa cuidando, desta vez, da filha da amante de seu marido.

Também é expressão dessa cumplicidade feminina a emblemática cena inicial de *Volver*, no qual várias mulheres, juntas, cuidam e limpam sepulturas em um cemitério.

#### IV- Considerações finais

Diante do exposto, podemos entender a perspectiva cinematográfica de Almodóvar como uma proposição de um novo discurso sobre as relações de gênero e sobre a sexualidade. Seus filmes se colocam como tecnologias de gênero que instrumentalizam a desconstrução das representações de gênero vigentes e como uma tentativa de reconstrução das mesmas. O cineasta sempre questiona os valores patriarcais e o lugar que a mulher (e o feminino) ocupam nessa sociedade, criando, de certa forma, um feminino dissidente, com representações do feminino que fogem do que é socialmente difundido e aceito. Ao escancarar, questionar, naturalizar e desnaturalizar representações de gênero, seus filmes questionam os valores patriarcais, machistas, conservadores e heteronormativos presentes em nossa sociedade.

No caso das mulheres almodovarianas, não existe sabotagem ou solapamento da autoridade do opressor e sim um rompimento brusco e definitivo: em *Volver*, Paula mata seu padrasto e Raimunda se livra do corpo, sem ressentimentos; Irene abandona o marido que a traía há anos e depois o mata quando descobre o estupro de sua filha; em *Tudo sobre minha mãe*, Manuela foge de Lola; em *A pele que habito*, Vera mata Robert. Com isso, percebemos que tanto nas reflexões teóricas de Saffioti (2004), quanto nas construções cinematográficas de Almodóvar, as mulheres não são vítimas passivas, mas reagem quando percebem a condição de opressão na qual se encontram.

Dentro do universo almodovariano, todas as circunstâncias e ações são levadas ao extremo. É característico das narrativas do autor o exagero e os extremismos. Não é uma preocupação do autor a realização de um cinema ativista ou de denúncia. Logo, dentro do universo do autor, o rompimento das situações de violência se dá também de maneira

violenta. Da maneira como as relações são construídas em *Volver* e dentro do imaginário patriarcal retratado pelo autor, a única possibilidade de rompimento e de superação do cotidiano de violência vista pelas mulheres é a eliminação física de seus violadores. O silêncio que permeou todas as ocorrências de violência fez com que todas as situações de violência ficassem restritas ao contexto do âmbito doméstico. No caso de Raimunda, como ela poderia pensar em buscar ajuda policial e legal se a própria mãe não percebeu os estupros que sofreu e permaneceu fiel ao pai abusador? Como ela poderia pensar nessa possibilidade para a filha? Se dentro do contexto familiar a violência sofrida por ela não foi percebida e rompida, de que maneira ela confiaria em pessoas de outras instituições? Como pensar Irene, que descobre que o marido amado e respeitado, além de cometer adultério sistematicamente, abusou sexualmente de sua filha? Com isso, não se trata de concordar ou não com as atitudes que elas tomam, mas compreender que dentro das circunstâncias de sua vivência, as atitudes e decisões tomadas são coerentes e as únicas que elas veem como sendo possíveis.

### Referências Bibliográficas

CARVALHO SOUZA, Lusanir. *A violência sexual na adolescência: significados e articulações*. FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2012.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p. 37-47, 1995.

COUTINHO, Angélica; LIRA GOMES, Breno (Orgs.). *El Deseo – O apaixonante cinema de Pedro Almodóvar*. Brasília: CCBB, 2011.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

LOURO, Guacira. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MELO, Andréa Mota Bezerra de. A presença feminina no cinema de Almodóvar. In: CAÑIZAL, Eduardo Peñuela (Org.). *Urdidura de Sigilos – Ensaio sobre o cinema de Almodóvar*. São Paulo: ANNABLUME: ECA-USP, 1996. p. 223-275.

SAFFIOTI, Heleith; ALMEIDA, Suely Souza de. *Violência de gênero – Poder e Impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleith. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*,

Campinas, n. 16, 115-136, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99. jul/dez 1995.

### **Filmografia**

- Matador (1986) – Roteiro: Pedro Almodóvar e Jesús Ferrero. Direção: Pedro Almodóvar.
- Tudo sobre minha mãe (1999) – Roteiro e direção: Pedro Almodóvar.
- Volver (2006) – Roteiro e direção: Pedro Almodóvar.
- A pele que habito (2011) – Roteiro e direção: Pedro Almodóvar.

### **Música**

- Volver. Música: Carlos Gardel. Letra: Alfredo Le Pera

**Reflexões sobre as potências e os limites da categoria representacional do "gênero".**  
**Reflections on the potences and the limits of the "gender" representation category.**

Greciane Martins de Oliveira<sup>57</sup>  
 Simone Becker<sup>58</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** O presente ensaio traz pontos de toques entre pesquisas desenvolvidas pelos autorxs, com especial destaque para a etnografia realizada junto à dissertação defendida por uma delas. Nessa, o foco foi a problematização de uma das capacidades do (outro) programa presidencial acerca do enfrentamento da violência contra as mulheres, desenvolvida em Campo Grande/MS no ano de 2013. Objetivamos com esta junção analítica reflexionar acerca da diversidade que as categorias êmicas de mulheres advindas deste cenário traz consigo, em contraposição e/ou concomitante à categoria representacional do feminismo, mulher, prenhe de limites.

**Palavras-chave:** Etnografia; Violências contra as Mulheres; Identidades.

**Abstract:** The present essay brings points of touches between researchs developed for this authors with special highlight to an ethnography performed together with the dissertation defended by one of them. In this, the focus was the problematization of one of the capacities of the presidential program about addressing violence against women developed in Campo Grande/MS at year of 2013. Our goal with this analytical junction are seek reflection about the diversity that the emic categories of women coming from this scenery bring with her, in contrast and/or concomitant with the representational category of feminism, woman, full of limits.

**Key words:** Ethnography; Violence against Woman; Identities.

## **Introdução**

Este ensaio é parte das sugestões analíticas e das descrições (encerradas em si mesmas), que compõem a dissertação do mestrado defendida em 2015 junto ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD). O título da mesma fora "A expertise em gênero: análise etnográfica da (re)produção dos saberes/poderes no enfrentamento às violências contra as mulheres no MS", cuja autoria e orientação ficou a cargo das autoras do presente

---

<sup>57</sup> Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e mestra em Antropologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Atua como técnica em projetos e educadora social no Instituto de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro Oeste (IBISS|CO). Integrante do grupo de pesquisa Diverso/UFGD. E-mail: oliveira.greciane@gmail.com.

<sup>58</sup> Mestre (UFPR) e doutora em Antropologia Social (UFSC), docente associada I na/da UFGD-FADIR, com atuação nas pós-graduações de sociologia (PPGS/UFGD) e antropologia (PPGAnt/UFGD), ambas da UFGD-FCH; coordenadora do Diverso, grupo de pesquisa cadastrado junto ao CNPq, com quem também mantém bolsa de produtividade PQ desde 2015. E-mail: simonebk@yahoo.com.br.

artigo ensaístico. E mais: a partir desta pesquisa traremos campos de outras desenvolvidas desde 2004 até os dias atuais como meros (sem quimeras), disparadores de provocações.

Dito isso, na sequência situamos o campo da pesquisa citada, incluindo a maneira como ocorreu a inserção de uma das autoras; quem foram suas/seus interlocutoras/res (ou aliadxs de vida<sup>xv</sup>), bem como qual foi o processo de sua (des)construção<sup>xvi</sup>.

Principiemos com a entrada em campo. A inserção ocorreu a partir do processo seletivo para contratação de 4 (quatro) capacitadoras e 2 (duas) consultoras para o projeto/capacitação intitulado “Implementação de Ações para Consolidação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres”, realizado entre os meses de maio e junho de 2013, na capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. Ao mensurar a possibilidade de modificar seu projeto, considerando a familiaridade na militância de movimentos sociais com as capacitações, as autoras em diálogo, ousaram arriscar deslocar o “objeto da pesquisa” e então a produção de campo com o espaço dessa capacitação voltada ao enfrentamento das violências contra as mulheres. Assim, a candidatura a uma das vagas para “capacitadora” se concretizou. O projeto de pesquisa com o qual a referida autora ingressou no PPGAnt tratava-se, inicialmente, da realização de pesquisa junto às/aos profissionais de saúde da rede pública de Dourados/MS, a respeito de suas percepções e práticas na prevenção e no atendimento de mulheres grávidas de fetos anencéfalos. Pontuamos isso, também pelo fato da então mestranda, em sua apresentação às participantes do referido projeto/capacitação ter se colocado enquanto pesquisadora em sua fala. Esta postura adotada inicialmente contribuiu para que, ao mudar os rumos de sua pesquisa e passar a analisar a efetivação do projeto/capacitação no qual era “nativa” porque “participante-capacitadora”, teve o aval tanto de suas/seus interlocutoras/res quanto do órgão do governo estadual responsável pela execução do projeto. Enfim, possibilitando que ela-capacitadora-pesquisadora fosse acionada em registros que transcendessem, por exemplo, na relação com o Estado a entrega dos produtos finais por ele exigidos conforme o edital de contratação. Para além das implicações que esta mistura na antropologia assume.

### **Provocações Metodológicas**

O referido projeto/capacitação realizado em Campo Grande/MS foi fruto de ações previstas no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (PNEVM), lançado em 2007 pelo

governo federal e (re)pactuado em 2011. Em linhas gerais, o PNEVM trata-se de um acordo entre os governos estaduais e o governo federal para o repasse de verbas do segundo para os primeiros, com o objetivo de capilarizar (FOUCAULT, 2001) as ações de enfrentamento às violências contra as mulheres por parte do Estado. Ou ainda, para que as ações pudessem ser como rizomas (DELEUZE & GUATTARI, 1995) nesse Brasil adentro e/ou afora. De acordo com o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência contra a Mulher, os recursos repassados para o estado de MS com esse objetivo foram de menos de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) entre os anos de 2003 e 2006 e, de pouco mais de 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) no período de 2007 a 2011. Ou seja, após a implantação do PNEVM, houve o aumento de repasse dos recursos para o MS que, ainda segundo o mesmo relatório, foram firmados a partir de 25 convênios entre os dois âmbitos de governo (federal e estadual) ao longo dos anos de 2003 a 2012, com o objetivo de estruturar os serviços/órgãos da Rede de Atendimento (SENADO, 2013). Todavia, o PNEVM diz respeito não apenas ao repasse de verbas, mas de toda uma metodologia pensada desde o governo federal – pela então Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que tinha *status* de Ministério antes do golpe travestido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, perpetrado em 2016 contra a democracia brasileira – repassada para os estados e municípios que pactuaram com tal política pública.

A metodologia a qual nos referimos é chamada de “Conteúdo Mínimo” e foi analisado a partir de um dos “documentos-diretrizes” que nortearam as análises da dissertação supracitada, a saber: o Termo de Referência “Enfrentamento da Violência contra as Mulheres” (SPM, 2014). Este documento-diretriz refere-se ao edital de 2008 – um ano após a criação do PNEVM – que apresenta as diretrizes, normas e conteúdos exigidos para a aprovação de projetos referentes aos enfrentamentos às violências contra as mulheres junto à SPM. O Termo de Referência versa sobre recomendações para as/os gestoras/res das políticas nos estados e municípios desde a construção, reforma e fornecimento de materiais para os Centros de Referência, Casas Abrigo e Defensorias da Mulher até diretrizes para a capacitação de profissionais envolvidas/os com/no enfrentamento às violências contra as mulheres. Categorizamos esse e outros documentos vindos da SPM e, conseqüentemente do governo federal, como “documentos-diretrizes” pelo fato dos mesmos orientarem todas as ações voltadas à (re)produção de projetos/capacitações nos estados e municípios brasileiros para o enfrentamento a um

problema de saúde pública (BLAY, 2008), que são as violências contra as mulheres. Consideramos importante ressaltar que os documentos-diretrizes compõem as “aldeias-arquivos” que formaram o campo “multicentrado” da pesquisa desenvolvida entre 2013 e 2015.

As aldeias-arquivos foram formadas pelos documentos contidos no website da SPM, pelas cartilhas circuladas e produzidas durante o projeto/capacitação em MS e pelo caderno de campo de uma das autoras. Destacamos aqui a importância das aldeias arquivos pelo fato de uma das autoras ter tido familiaridade ou proximidade com seu campo de pesquisa. Desse modo, a análise das aldeias-arquivos contribuiu para a construção do propalado distanciamento para que o olhar crítico frente à (re)produção dos documentos e, conseqüentemente dos discursos (FOUCAULT, 2001) pudessem ser analisados em outra perspectiva. A saber: menos misturada para a autorx que ousou a confusão (confusão) de ser no limite, pesquisadora de si mesma.

Em síntese, o campo da pesquisa foi “multicentrado”, pois além da pesquisa de campo tida como (mais) clássica para um dado fazer antropologia, aonde vamos até às/aos nossas/os interlocutoras/res e interagimos com elas/es face a face, a pesquisa foi composta também por interlocutoras/res que não estavam disponíveis para sanar nossas dúvidas (CARRARA, 1998). No entanto, tinham muito a nos dizer através dos discursos “deixados” nos documentos que manuseamos. Por esses motivos, recorreremos à genealogia *foucaultiana* (BECKER, 2008) para analisar os documentos das aldeias-arquivos.

### **Sobre o projeto que disparou a “capacitação<sup>xvii</sup>” em cena (...)**

Passamos, então, a discorrer sobre o referido projeto/capacitação sob o título “Implementação de Ações para o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher”. Iniciaremos apresentando a forma como o mesmo foi organizado (datas, local, organização e participantes), tendo como comparativo um dos documentos-diretrizes produzidos pela SPM. Em ato contínuo dedicaremos muitas linhas para uma “descrição densa” dos 3 (três) grupos de participantes do projeto/capacitação realizada em MS. O objetivo é trazer o máximo de elementos possíveis para descrevermos como, onde e, principalmente, com quem uma das autoras interagiu durante sua pesquisa, para contribuir com (de novo as novas<sup>xviii</sup>) reflexões acerca do alcance da categoria representacional do gênero.

O projeto/capacitação foi dividido em 3 (três) etapas: dois módulos (1º e 2º módulos) e uma fase chamada (inter)módulos, totalizando 60 (sessenta) horas, de acordo com uma das diretrizes do Termo de Referência “Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” (SPM, 2014). A divisão da carga horária realizou-se da seguinte maneira: 40 (quarenta) horas presenciais (1º e 2º módulos em Campo Grande/MS) e 20 (vinte) horas de atividades (inter)módulos nos municípios participantes do projeto/capacitação.

Destacamos que participaram do projeto/capacitação representantes de 24 (vinte e quatro) municípios do estado de MS, quais foram: Aquidauana, Batayporã, Campo Grande, Corguinho, Corumbá, Coxim, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Fátima do Sul, Itaquiraí, Ivinhema, Japorã, Jardim, Ladário, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Paranaíba, Paranhos, Ponta Porã, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia e Três Lagoas. O motivo da participação destes municípios (e não outros) no projeto/capacitação de 2013 justificou-se pelo fato dos mesmos contarem com órgãos/serviços ligados à Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher<sup>xix</sup> tanto municipais quanto estaduais. Os órgãos/serviços são/foram os seguintes: Coordenadorias Municipais de Políticas para a Mulher, Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM). Neste último caso, as DEAMs à época do projeto/capacitação estavam presentes nos seguintes municípios: Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados, Fátima do Sul, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. No período em questão, o estado de MS ainda não contava com uma DEAM 24 horas, que hoje está localizada na Casa da Mulher Brasileira (CMB) na capital Campo Grande/MS, à mercê do delicado momento político brasileiro.

As representantes dos 24 (vinte e quatro) municípios citados foram divididas pela equipe da Secretaria estadual da mulher de MS em 3 (três) grupos: a) gestoras/coordenadoras; b) assentadas/rurais e c) indígenas. A equipe da Secretaria estadual da mulher de MS designou 5 (cinco) técnicas para organizar as atividades referentes ao projeto/capacitação, desde auxílio ao deslocamento da equipe contratada para o local do projeto/capacitação até organização de listas de presenças das participantes. Além disso, ressaltamos que a equipe contratada pelo processo seletivo ao qual uma das

autoras concorreu, foi composta por 5 (cinco) mulheres: 4 (quatro) cientistas sociais e 1 (uma) historiadora. A equipe contratada, como exigido pelo Termo de Referência e pelo Edital referente ao projeto/capacitação de MS deveria “possuir experiência na área de gênero, violência contra a mulher e políticas públicas”<sup>xxx</sup> (DOE/MS, 2013).

#### **Com quem houve a inter-ação nas “capacitações” (...)**

Retornando à apresentação dos 3 (três) grupos de mulheres que participaram do projeto/capacitação, iniciamos pelo designado como “gestoras/coordenadoras” que definimos como “capacitandas”. O grupo das gestoras/coordenadoras foi composto por 100 (cem) mulheres, desde as coordenadoras municipais de políticas para as mulheres como também de outras profissionais atuantes nas Coordenadorias, CRAS, CREAS, CRAM e DEAM, como secretárias, pedagogas, assistentes sociais, advogadas e psicólogas. Sublinhamos aqui, que neste primeiro grupo não houve a participação de nenhuma outra mulher dos outros 2 (dois) grupos (assentadas/rurais e indígenas), fato que ocorreu nos demais. Consideramos um dos “nós” ou “entraves” no que toca ao funcionamento da rede de MS, pois justamente no grupo das gestoras/coordenadoras não houve na prática a mescla. O mesmo sendo verificado durante as atividades (inter)módulos que uma das autoras acompanhou durante o mês de junho de 2013 nas cidades de Jardim, Naviraí, Nioaque e Paranhos. Em nenhum dos 4 (quatro) municípios houve a efetiva participação entre as mulheres assentadas/rurais e indígenas que participavam do projeto/capacitação com as gestoras/coordenadoras no desenvolvimento das atividades (inter)módulos. Eis quiçá a re-iteração de distanciamento entre as envolvidas para a efetivação de um enfrentamento das violências contra as mulheres como fenômeno complexo porque relacional. Essa, aliás, foi um dos ganhos da Lei Maria da Penha que retira no plano legal a mulher da situação de vítima e do homem enquanto o algoz (BECKER & OLIVEIRA, 2016).

Outro aspecto que chamamos a atenção na descrição desse primeiro grupo refere-se ao fato dele ter sido considerado heterogêneo pela equipe da Secretaria estadual da mulher de

MS. Explicamos: durante a entrevista do processo seletivo para o preenchimento das vagas de contratadas para o projeto/capacitação pela qual uma das autoras passou, foi informado que as mulheres que comporiam o primeiro grupo (gestoras/coordenadoras) teriam experiências diferentes sobre o enfrentamento às violências contra as mulheres. Isso por que esse primeiro grupo foi formado por algumas coordenadoras ou técnicas com anos de atuação à frente de órgãos de políticas para as mulheres e outras que “caíram de paraquedas”, como 2 (duas) coordenadoras comentaram (Dona Conceição, 51 anos, Ponta Porã e Amanda, 26 anos, Jardim<sup>xxi</sup>) com a equipe contratada. Dona Conceição tornou pública essa condição durante a sua apresentação no primeiro módulo e Amanda em uma conversa informal durante uma das visitas realizadas nos municípios para as atividades (inter)módulos. A familiaridade ou não com as políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres foi apenas um aspecto da chamada “heterogeneidade” encontrada não apenas nesse primeiro grupo, mas nos outros 2 (dois) também.

Há que se considerar também que metade das gestoras/coordenadoras em suas falas de apresentação, quando indagadas sobre quais eram suas expectativas com relação à capacitação, respondeu algo parecido com que Carmem (coordenadora, 51 anos) pontuou: “Gostaria que fosse trabalhado o conteúdo referente à delimitação do serviço de atendimento de cada órgão que faz o atendimento às mulheres violentadas.” Essa ansiedade por parte das mulheres desse grupo correspondeu ao que foi orientado pela equipe da Subsecretaria durante a entrevista do processo seletivo. Aliás, quando fomos avisadas de que algumas mulheres que participariam da capacitação já tinham experiência à frente de órgãos de atendimento às vítimas de violências, e que outras tinham acabado de ocupar o cargo sem experiência anterior, pressupunhamos que haveria desconhecimentos. A antropóloga Silvana Jesus do Nascimento observou e analisou uma situação similar em seu campo junto à rede de proteção

à criança e ao adolescente indígenas. Destacamos um excerto da dissertação da supracitada antropóloga para ilustrar a situação a que nos referimos:

Essas redes de relações entre os agentes e suas instituições são fundamentais para que haja avanço e resultados positivos no trabalho por eles desenvolvido. Em momentos de crise, os vemos unidos em torno de um ponto de vista comum, no entanto, passado esse momento, é nítido que cada agente está preocupado em cumprir suas demandas individuais. Parte dessa atenção ao “próprio umbigo” é consequência de uma política de estado que defende a diversidade, porém, na prática, propõem ações universalistas/generalistas, a exemplo da SESAI e do CRAS indígena, instituições que, mesmo sendo especializadas no atendimento indígena, têm suas ações dirigidas por indicadores e modelos da sociedade nacional. (NASCIMENTO, 2013, p. 115-116).

Já o grupo das mulheres assentadas/rurais formou-se a partir da participação de 60 (sessenta) mulheres oriundas de assentamentos da Reforma Agrária, sendo que dentre elas havia 1 (uma) Agente Comunitária de Saúde (ACS) da área rural e 2 (duas) funcionárias do sindicato rural, as três de Rio Negro/MS. Destacamos esse aspecto pelo fato dessas 3 (três) mulheres não residirem em assentamentos ou mesmo na área rural de seus municípios, contudo exercerem atividades profissionais ligadas “ao campo”, cuja denotação em Dicionário da Língua Portuguesa está vinculada à palavra “rural” (FERREIRA, 1999). A palavra “campo” designa uma das categorias representacionais (BUTLER, 2013) criada pela SPM para o repasse de verbas e destinação de políticas públicas específicas, a categoria chama-se “mulheres do campo, da floresta e das águas”, cujas reflexões traremos mais à frente neste artigo.

Na composição do grupo das mulheres assentadas/rurais, uma delas relatou durante o projeto/capacitação como o caminho até àquele momento havia sido trilhado. Em sua fala de apresentação Suzana (funcionária do Sindicato dos Trabalhadores rurais, 48 anos, Rio Negro) nos contou como soube da capacitação: “Fiquei sabendo por que chegou um fax sobre esse curso lá no sindicato e eu acabei lendo. Lá falava das datas, e eu decidi vir e chamei minha colega”. Neste grupo também houve a participação de Lucas (31 anos, motorista, Naviraí)<sup>xxii</sup>.

Já no grupo das mulheres indígenas o termo abrangeu as etnias: Guarani, Kaiowá, Terena e Guató, cujas especificidades são várias, mas a mais perceptível naquele *locus* era a língua. Por conta dessa diversidade linguística realizamos, a partir da proposta de uma das outras 3 (três) capacitadoras, uma dinâmica de tradução para as línguas indígenas dos conceitos de gênero e violência. A dinâmica contou com o auxílio de Rafael (professor, 40 anos, Dourados) na versão e tradução para a língua Guarani. Já para a versão e tradução para a língua Terena, contamos com a professora Terena Dona Aidê (52 anos, Campo Grande). Essa atividade resultou em um subitem da cartilha produzida a partir do projeto/capacitação (MATO GROSSO DO SUL, 2013).

Feitas as apresentações, passamos à descrição de como as atividades se deram naquele contexto. A realização do primeiro módulo ocorreu de 08 a 10 de maio de 2013 com o grupo das gestoras/coordenadoras; de 20 a 22 de maio com as mulheres assentadas/rurais e de 02 a 04 de junho com o grupo das mulheres indígenas. Já o segundo módulo realizou-se todo no mês de julho de 2013: de 03 (três) a 05 (cinco) com as gestoras/coordenadoras; de 07 (sete) a 09 (nove) com as mulheres assentadas e para encerrar, de 10 (dez) a 12 (doze) com as mulheres indígenas. O período entre os dois módulos, ou seja, de 05 de junho a 02 de julho de 2013 foi destinado à realização das “atividades (inter)módulos” nos 24 (vinte e quatro) municípios participantes do projeto/capacitação.

### **Especificidades percebidas em cada grupo**

A participação dos grupos no projeto/capacitação ocorreu da seguinte forma: o grupo das gestoras/coordenadoras foi formado por mulheres que compunham as equipes que gestam/coordenam/administram as políticas públicas de enfrentamento às violências contra as mulheres nos 24 (vinte e quatro) municípios de MS. Justifica-se a importância da participação das mesmas no projeto/capacitação, bem como o fato da secretária à época reportar-se a esse grupo, em sua fala de apresentação e de boas vindas, como “convocadas” para o projeto/capacitação. Além do fator compulsório que as levou à capacitação, ficou a cargo desse grupo estender o convite para outras muncípes, bem como para a participação dos grupos das capacitandas assentadas/rurais e das indígenas.

Já a formação dos grupos das mulheres assentadas e das indígenas ficou sob a responsabilidade das coordenadoras/gestoras de cada município convidá-las, cujo processo de

mobilização das mulheres desses outros 2 (dois) grupos, não teve acesso. Os recursos para deslocamento das mesmas até a cidade de Campo Grande/MS – para as mulheres dos 3 (três) grupos – foi disponibilizado pelos próprios municípios. A hospedagem e alimentação foram providenciadas tanto para as participantes/capacitandas quanto para as equipes da SMPC e das contratadas, tendo ficado sob a responsabilidade do governo do estado de MS através da Secretaria estadual de políticas para as mulheres.

No tocante a estas categorias ênicas ou nativas pelas quais as mulheres indígenas e assentadas/rurais foram acionadas por se reconhecerem enquanto tais, cabem pontuações quanto às próprias categorias produzidas pela então SPM. Isto porque, nos parece que elas apontam para os limites tanto da categoria gênero quanto da categoria mulheres. Andemos com vagar.

Na categoria mulheres do “campo, da floresta e das águas” reproduzida pela SPM encontram-se: agricultoras familiares, camponesas, extrativistas, indígenas, pescadoras, quebradoras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhas, seringueiras e trabalhadoras rurais. A justificativa levantada pela SPM (2014) para empreender tal classificação identitária, redundâncias à parte, refere-se, principalmente, à dificuldade do acesso aos serviços públicos pelo fato dos mesmos localizarem-se, geralmente, na área urbana dos municípios. Assim, essa pluralidade de mulheres e, então de identidades acaba por ser reduzida ao “guarda-chuva” da classificação “do campo, da floresta e das águas”. Se, por um lado, soa como reducionista e quiçá estigmatizante alocar as indígenas, por exemplo, como sendo “da floresta”, face ao resquício do termo assimilacionista “silvícola” (vindo da selva) execrado no corpo do Estatuto do Índio (BECKER, SOUZA e OLIVEIRA, 2013), por outro lado, como esmiúça Judith Butler (2013) a concessão de direitos se dá por grupos que ainda tendem em meio ao fazer política, a serem homogeneizantes para se tornarem representados, quando assim o são. Em seus dizeres:

Por um lado, a *representação* serve como termo operacional no seio de um processo político que busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos; por outro lado, a representação é a função normativa

de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres. (BUTLER, 2013, p. 18).

Como bem esclarece Margareth Rago (2017, p.11), no clássico artigo *Feminismo e subjetividade em Tempos Modernos*:

É nessa lógica, a meu ver, que as discussões sobre as relações de gênero têm sentido, como um modo de escapar da filosofia do sujeito e das armadilhas da afirmação das identidades, para entrar num novo campo epistemológico e político, capaz de se abrir para a formulação de novas perguntas e respostas, ou antes, para criar novos modos de existência. É ainda nesse sentido, que o diálogo com Foucault e Deleuze, entre outros filósofos contemporâneos, tem sido enriquecedor para o feminismo, pela profunda crítica que aqueles lançam ao pensamento cêntrico e à ciência ocidental, fundados na lógica da identidade, assim como pelas saídas que apontam. (Destaques nossos).

Considerando as reflexões identitárias, seguimos trazendo que o grupo das mulheres capacitandas indígenas contou com a participação de 25 (vinte e cinco) mulheres no primeiro módulo e de 24 (vinte e quatro) no segundo módulo. Esse grupo foi constituído de mulheres das etnias: Guarani, Kaiowá, Terena e Guató, além de contar no segundo módulo com mais 7 (sete) mulheres assentadas: 4 (quatro) do assentamento Marcos Freire, localizado no município de Dois Irmãos do Buriti/MS e 3 (três) do assentamento Indaiá de Aquidauana/MS. Isto é, das 24 (vinte e quatro) mulheres participantes desse grupo no segundo módulo, 17 (dezessete) se identificavam como indígenas. E ainda: nos dois módulos houve a participação/circulação de Rafael (professor, 40 anos, Dourados), contratado pela Secretaria estadual como intérprete da língua Guarani. Pelo fato de Rafael ter circulado na capacitação enquanto tradutor contratado pela Secretaria estadual, o mesmo acabou participando de várias atividades propostas para as participantes/capacitandas indígenas.

Descrevemos como foram divididos os 3 (três) grupos e como os mesmos foram formados, ou seja, quais eram as capacitandas que estariam, a princípio, em cada um deles. Contudo, a participação das mulheres – e homens – em um desses grupos não ocorreu de maneira a impedir a circulação por outros. Citamos 3 (três) casos para ilustrar: a) Dona Laura (técnica de coordenação, 50 anos, Ivinhema) acompanhou as capacitações nos 3 (três)

grupos durante os 2 (dois) módulos; b) Jéssica (coordenadora, 27 anos, Nioaque) participou no primeiro módulo junto às mulheres indígenas e c) Lucas (motorista, 31 anos, Naviraí) participou de alguns momentos nos grupos das gestoras/coordenadoras e das assentadas/rurais durante os 2 (dois) módulos.

Dona Laura – que inicialmente participou no grupo das gestoras/coordenadoras – decidiu acompanhar as capacitandas de Ivinhema nos outros grupos (assentadas/rurais e indígenas). Lucas, que estava acompanhando as participantes/capacitandas de Naviraí como motorista, circulava entre as salas de aulas, sendo chamado pelas capacitandas do citado município a participar dando sua opinião sobre gênero e violência. E, então, desse “olhar masculino”, colando sexo ao gênero e vice-versa, na coerência advertida e problematizada por Butler (2013) em “Problemas de Gênero”. Já de acordo com Jéssica, a mesma não pode comparecer nos dias em que a capacitação aconteceu com o grupo das gestoras/coordenadoras. Jéssica nos disse que se confundiu com a data destinada para o primeiro grupo, decidindo comparecer juntamente com as mulheres indígenas de seu município. Já no segundo módulo, a coordenadora Jéssica participou da capacitação nos dias destinados ao grupo das gestoras/coordenadoras não tendo então participado das assentadas/rurais.

### **Reticências Finais**

O exercício proposto no presente ensaio tentou trazer à tona algumas inquietações quando em cena está a tão premente discussão do enfrentamento, erradicação e prevenção da violência contra as mulheres. Quem são estas mulheres de carne e osso contempladas por tais discussões? Como Simone Becker e Esmael Alves de Oliveira (2016) suscitam em recente publicação, os avanços da lei Maria da Penha emperram na justa medida em que usos abusados do conceito de gênero o tornam engessador, ao invés de multiplicador de sentidos das experimentações mundanas. Se interpretada da forma mais ampla possível, como Joan

Scott sugeriu em seu clássico “Gênero uma categoria útil de análise histórica”, o termo gênero antes de se remeter a qualquer dualidade encerrada em si mesma ou quiçá ao anverso da categoria sexo, tanto quanto essa categoria, o gênero sinaliza para o produto de reiterações de nossos agires, incluindo as normatizações e normalizações dos discursos jurídico e biomédicos (eis a confluência para Butler, 2013).

Assim, os desafios sinalizados pela capacitação realizada como replicação do projeto do então governo federal em 2013, trazem consigo o exercício constante de resignificação das categorias a priori identitárias quando sob os holofotes estão as políticas públicas. E então, soma-se a isso, a capacidade de resignificação, sobretudo, por parte daquelas tomadas como “capazes” na relação com as “incapacitadas” que receberiam as “capacitações”. Então, tais resignificações, quiçá emerjam tanto no/do edital que contratou as capacitadoras com a expertise de gênero, a fim de pressupor uma minoração de desconhecimento no manuseio do conteúdo a elas ofertado previamente, quanto nos/dos conteúdos “prontos” constantes nos “documentos diretrizes” que serviram de “guias/nortes” para as contratadas.

De qualquer forma, em tempos tão delicados de nossa democracia após o golpe de 2016, e com o paulatino sucateamento das conquistas consubstanciadas em cadeiras e espaços de poder junto ao governo federal que contemplem as minorias de acessos a direitos, tais capacitações mostram a existência de um planejamento que outrora objetivava a operacionalização de uma das mais elaboradas legislações contra as epidêmicas violências contra as mulheres. Violências que no limite culmina no também conhecido feminicídio. Aqui feminicídio lido como o ódio e, então, como a gana de extermínio do que é da ordem do feminino, e não somente dos corpos de mulheres assim aceitos pela biomedicina.

### **Referências Bibliográficas**

BECKER, Simone. *“Dormientibus Non Socurrit Jus!” (o direito não socorre os que dormem!): um olhar antropológico sobre ritos processuais judiciais (envolvendo o pátrio poder/poder familiar) e a*

produção de suas verdades. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/UFSC, Florianópolis, 2008.

BECKER, Simone; SOUZA, Olivia C. N. de; OLIVEIRA, Jorge E. . A prevalência da lógica integracionista: negações à perícia antropológica em processos criminais do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. *Revista Etnográfica*, fevereiro de 2013, 17(1): 97-120. Disponível em: <<http://etnografica.revues.org/2580>> Acesso em: Mar. de 2014.

BECKER, Simone; OLIVEIRA, Esmael Alves. Educação e Direitos para (in) Humanos? Desafios e Reflexões sobre os Dilemas de LGBT's perante o Discurso Jurídico Brasileiro. In: *Revista Tempos e Espaços em Educação*, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 9, n. 19, p. 163-180, mai./ago. 2016. ISSN: 1983-6597 (versão impressa); 2358-1425 (versão online). doi:10.20952/revtee.2016v19iss19pp 163-180.

BLAY, Eva Alterman. *Assassinato de mulheres e Direitos Humanos*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2008.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização, 2013.

CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; São Paulo: Ed. USP, 1998.

DELEUZE, Gilles & GUATTARRI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia vol.1*. Editora 34. São Paulo, 1995.

DOE/MS. DIÁRIO OFICIAL ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (Estado). *Processo Seletivo Simplificado/SAD/SEGOV/MS*. Edital 1/2013 de 10 de abril de 2013, Campo Grande/MS. Disponível em: <[http://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO8409\\_10\\_04\\_2013.pdf](http://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO8409_10_04_2013.pdf)> Acesso em Abr. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa – 3ª ed. totalmente revista e ampliada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica Do Poder*. 16ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

MATO GROSSO DO SUL. *Violência contra a Mulher. Sua vida começa quando a violência termina*. Subsecretaria da Mulher e da Promoção da Cidadania/SEGOV. Campo Grande, 2013 [Cartilha]

NASCIMENTO, Silvana Jesus. *Crianças indígenas kaiowá abrigadas e em situação de reinserção familiar: uma análise em torno da rede de proteção à criança e ao adolescente*. Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFGD. Dourados: UFGD, 2013.

RAGO, Margareth. *Feminismo e subjetividade em Tempos Modernos*. Disponível em: <[www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Feminismo\\_e\\_subjetividade.pdf](http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Feminismo_e_subjetividade.pdf)> Acessado em: 21abr.2017.

SENADO. *Relatório Final Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher no Brasil*. Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito. Brasília. Junho de 2013.

SPM. *Secretaria de Políticas para as Mulheres*. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>> Acesso em: Jul. de 2014.

## Lesbianidades e docência: reflexões sobre gênero e diversidade sexual na educação

## Lesbianisms and teaching: thoughts about gender and sexual diversity in education

Laís Tosta Mendes de Freitas\*

Ademilson Batista Paes\*\*

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** Neste trabalho apresentam-se como embasamento teórico questões referentes à sexualidade, especificamente a sexualidade feminina e suas invisibilidades ao longo da história, levantando reflexões sobre gênero interligadas com a prática docente e a feminização da docência. Assim tem-se como objetivo suscitar, por meio de uma introdução ao tema, uma reflexão sobre as questões que perpassam pela lesbianidade e docência. Desta forma, torna-se essencial ressaltar a indicação da história oral como uma metodologia possível no enfrentamento do silêncio e da invisibilidade de mulheres lésbicas no âmbito da educação.

Palavras-chave: Lesbianidade, Docência e História oral

**Abstract:** In the present work, it is intended to present questions related to sexuality as a theoretical framework, more specifically about the feminine sexuality and its invisibilities through history, raising thoughts about gender that are intertwined to the teaching practice and the feminization of teaching. On that account, the objective of the text is to sum, by means of an introduction to the theme, the reflection regarding questions that pervaded lesbianism and teaching. That being the case, it becomes of great importance to emphasize the indication of oral history as a possible methodology in tackling the silence and invisibility of lesbian women in the education scope.

Keywords: Lesbianism, Teaching, Oral history.

Conforme ressalta Patrícia Maciel (2016), no Brasil, pesquisas referentes à homossexualidade têm crescido gradativamente na área da educação. Tal ascendência tem ocorrido desde o final da década de 1990 e começo dos anos de 2000, “com a inserção da

---

\*Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) (Paranaíba-MS); lais.tostamf@gmail.com.

\*\*Doutor em educação escolar, docente adjunto do Mestrado em Educação da UEMS (Paranaíba-MS); abpaesbr@yahoo.com.br .

Trabalho vinculado a uma pesquisa e dissertação de mestrado, que está em andamento, no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da UEMS, unidade de Paranaíba (Av. Ver. João Rodrigues de Melo; Jardim Santa Mônica; Bloco 3; CEP: 79500-000, tel.: (67)3503-1006, <[http://www.uems.br/pos\\_graduacao/detalhes/educacao-paranaiba-mestrado-academico](http://www.uems.br/pos_graduacao/detalhes/educacao-paranaiba-mestrado-academico)>); Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

temática da orientação sexual nos currículos escolares, a partir da implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) na educação brasileira” (MACIEL, 2016, p. 255).

Já no que se refere ao gênero, segundo Maciel (2014), estudos a respeito de tal conceito têm se tornado fecundos no campo da educação desde 1980, quando, por meio deles, se começa a analisar e questionar a relação entre o determinismo biológico presente no conceito de sexualidade e a formação do sujeito na docência. Em uma análise histórica, ao contextualizar a utilização mais recente do termo “gênero” nos discursos feministas dos anos de 1960 nos Estados Unidos, Scott (1995, p. 72) afirma que, nesse contexto, “o termo ‘gênero’ enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade”.

o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas como aquelas que encontram um dominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais.”(SCOTT, 1995, p. 75).

Portanto, nesse ponto é que se faz de grande relevância a discussão que Cláudia Viana (2001) suscita sobre o feminino no magistério, ao afirmar que o gênero apareceu como um conceito por meio das análises feitas do processo de feminização da docência. Análises estas que ocorreram com um movimento surgido nos anos de 1980, dentro do qual a construção das diferenças entre homens e mulheres no magistério e o caráter político que esta carrega passam a ser foco de reflexões. Sobre a predominância do feminino na docência, essa autora explica que “ao longo do século XX, a docência foi assumindo um caráter eminentemente feminino, hoje, em especial na Educação Básica [...] é grande a presença de mulheres no exercício do magistério” (VIANA, 2001, p. 83). É válido ressaltar, conforme aponta esta autora, que a feminização do magistério está associada também “às péssimas condições de trabalho, ao

rebaixamento salarial e à estratificação sexual da carreira docente, assim como à reprodução de estereótipos por parte da escola”. (VIANA 2001, p. 90).

Apesar da presença majoritariamente feminina no contexto docente brasileiro, e da relevância da produção acadêmica sobre diversidade sexual no campo da educação, é possível observar, assim como afirma Maciel (2016), que o trabalho de pesquisa sobre a homossexualidade na área da educação tem privilegiado aspectos da homossexualidade masculina. Tal fator acaba por contribuir ainda mais para a permanência da invisibilidade do lesbianismo<sup>59</sup> ou da lesbianidade<sup>60</sup> e suas questões que perpassam por diversos âmbitos de discussão, como questões de gênero, culturais, educacionais, dentre outras.

Desta maneira, notamos o quanto as questões de gênero e diversidade sexual se entrelaçam de maneira relevante. Quando nos referimos especificamente ao feminino, a busca pelo entendimento da construção das diferenças entre o masculino e o feminino, assim como o que as mantém, se faz necessária, sendo o contexto da escolarização e da docência parte dessa construção, na medida em que a presença do feminino se torna predominante nesse espaço e a desvalorização da docência também, fenômeno diretamente conectado com “as relações de poder que definem a divisão sexual do trabalho e a inserção das mulheres em profissões ligadas a funções consideradas femininas e socialmente mais desvalorizadas” (VIANA, 2001, p. 93).

Ao se pensar na presença das mulheres na docência e no ambiente educacional, é conveniente questionar o que esse espaço espera das mulheres. Qual a ideia de feminino se espera presente nos espaços de docência ou mesmo de cuidado com as alunas e alunos? A respeito disso, Maciel (2016) informa que, até o final do século XX, o que persistia nas

---

<sup>59</sup>Termo usado pela pesquisadora e historiadora Tania Navarro Sawain que utiliza também o termo *lesbianas* por considerá-los mais adequados. Tal explicação, assim como a origem dessas palavras, encontra-se no seu artigo *Lesbianismos, Cartografia de uma Interrogação*, de 2016.

<sup>60</sup>Termo mais atual utilizado por militantes e pesquisadoras.

análises de trabalhos docentes era a ideia de que as mulheres tinham a vocação para o trabalho de cuidado com as crianças. Sobre esse estereótipo da mulher professora, a autora acrescenta ainda que “é evidente que no campo da Educação, no Brasil, ainda há também um regime hierárquico que privilegia o entendimento de uma visão universal de mulher, pretensamente branca, de classe média e heterossexual” (MACIEL, 2016, p. 258).

Diante de tais informações, um questionamento que surge é: neste espaço que ainda hoje predomina a heteronormatividade e a diferenciação do papel do homem e da mulher, que são enquadrados em padrões preestabelecidos, onde se enquadrariam aquelas e aqueles que manifestam sua sexualidade de maneira diferente à heterossexualidade? Estariam esses sujeitos se enquadrando nesse espaço ou construindo sua própria maneira de existir e resistir no ambiente escolar?

Questionamentos estes que, de certa forma, também foram feitos pela historiadora Tania Navarro Swain em seu artigo *Feminismo e Lesbianismo: o Gênero em Questão*, de 1999, quando ela coloca em pauta as interpretações sobre lesbianidades feitas por teorias e movimentos feministas ao longo da história.

O que é afinal o lesbianismo em uma rede de sentidos dominada pela heterossexualidade, tal como se apresenta em grande parte das teorias feministas? Práticas desviantes, ligadas à sexualidade? Sentimentos que se dirigem às pessoas do mesmo sexo? Uma erótica particular? Uma escolha política, como nos primeiros tempos do feminismo, as heterodykes? Ou práticas de recuo e de frustração diante dos homens como aparece em Beauvoir? (SWAIN, 1999, p. 117).

Ao considerarmos que, conforme expõe Louro (2000), vivemos em uma sociedade na qual, no que se diz respeito à sexualidade, raça, classe e religião, a norma ditada historicamente se refere ao homem heterossexual, branco, de classe média e cristão, e que aqueles que fogem de tal normalidade são tidos como desviantes, é importante pensarmos o quanto desafiador pode ser para essas sujeitas “desviantes” se constituírem como tais no ambiente escolar, que, conforme irá se apresentar mais adiante, é cenário para a construção histórica das representações de gênero.

Nesse sentido, quando há como objeto de pesquisa mulheres lésbicas e suas relações com a docência e a escolarização, nos vemos diante de um grupo de pessoas que se encontram duplamente à deriva dos espaços que ocupam, visto que nesse contexto “a mulher é representada como ‘o segundo sexo’ e *gays* lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual” (LOURO, 2000, p. 9).

Segundo um levantamento bibliográfico realizado por Maciel (2014), das dissertações de mestrado e teses de doutorado selecionadas contendo as palavras-chave “educação e homossexualidade”, “homossexualidade e professores” e “homossexualidade e docência”, havia apenas uma relatando a história de vida de uma professora lésbica. Já no levantamento realizado por Costa (2013) no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a respeito de temáticas referentes às lésbicas (atreladas à diversidade sexual), existia até 2013, 34 dissertações de mestrado, sendo a maioria na região Sudeste e Sul do Brasil.

Em um levantamento atualizado feito por mim nos bancos de dados da CAPES e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências Tecnologia (IBICT), utilizando a palavra-chave “lésbicas” e “homossexualidade feminina”, foram contabilizadas 86 teses/dissertações relacionadas exclusivamente a essa temática (dentre as 230 publicações que incluíam a homossexualidade feminina em uma temática mais abrangente, como a comunidade Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTTT) e da diversidade sexual). Entre 2013 e 2016, na área da educação, podemos encontrar, segundo o banco de dados da CAPES, nove trabalhos que incluem a homossexualidade feminina na temática da diversidade sexual, sendo apenas dois relacionados especificamente à homossexualidade feminina e/ou bissexualidade feminina nesse período, dentre um total de seis trabalhos, entre teses e dissertações, relacionadas a essa temática na área da educação.

No Estado de Mato Grosso do Sul, foi encontrada apenas uma dissertação de mestrado da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Campus de Paranaíba (UEMS) referente à temática da diversidade sexual e população LGBTTT. Na região Centro-Oeste do Brasil foram encontradas seis pesquisas sobre homossexualidade feminina, sendo três da Universidade Federal do Goiás (UFG) e três da Universidade Estadual de Brasília (UnB).

Ao partimos dessas considerações, ressalta-se, assim como faz Maciel (2016, p. 256), a “necessidade de um esforço político e científico em estabelecer a homossexualidade feminina como uma questão de pesquisa e interesse dos pesquisadores”. Conforme já exposto até o momento, as produções referentes à homossexualidade no campo da educação se apresentam, em sua maioria, relacionadas à homossexualidade masculina.

#### **Uma breve perspectiva histórica**

Conforme observa-se em Araújo (2000), as mulheres do período colonial tinham sua sexualidade “adestrada” em detrimento da superioridade masculina, que era reforçada pela Igreja, a qual elegia o homem, seja o pai, o marido, os irmãos, os tios ou os tutores como responsáveis por tal repreensão sobre as mulheres. Portanto, “das leis do Estado e da Igreja, com frequência bastante duras, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores, e à coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina” (ARAÚJO, 2000, p.45).

Tendo suas imagens relacionadas a Eva, “a primeira fêmea que levou Adão ao pecado” (ARAÚJO, 2000, p.46), as mulheres desse período tinham, segundo esse autor, a sexualidade vista como uma ameaça ao equilíbrio social. Por esse motivo era necessário que se mantivesse repreendida tal sexualidade, de forma que “pressupunha o desvio dos sentidos pelo respeito ao pai, depois ao marido, além de uma educação dirigida exclusivamente para os afazeres domésticos”(ARAÚJO, 2000, p.49).

Nesse sentido, Vainfas (2000, p.116) disserta sobre os estereótipos da mulher da Colônia, seja ela a branca, a índia ou a negra, como imagens idealizadas “consagrados pelo senso comum ou pela opinião letrada tradicional”, e se dedica, portanto, em dissertar sobre “as mulheres reais”, tais como as vendedoras de quitutes, as chefes de família e as mulheres que gerenciavam tudo o que dizia respeito à maternidade, e, dentre estas, aquelas que experimentaram relações homoeróticas. Sobre essas últimas, Mott (2001) descreve como estas não eram vistas como ameaça, pelo simples fato de que, nessa sociedade machista, o prazer feminino era simplesmente ignorado em detrimento do prazer masculino. Vainfas (2000, p. 116), portanto, explica que, no que se refere a esse período colonial, “falar dos amores femininos é, pois, falar também e muito da própria Inquisição”.

Segundo Vainfas (2000, p.117), dentre todos os “pecados” perseguidos pela inquisição, o mais violentamente perseguido talvez tenha sido a sodomia, também chamada de “abominável pecado nefando”. Sobre a sodomia, esse autor a define como sendo, de acordo com o cristianismo, a relação homossexual, termo o qual poderia ser atribuído a um conjunto de atos, os quais, conforme ainda o autor, nem mesmo a inquisição conseguia definir de maneira concreta. Se na inquisição “já demonstravam dúvidas quando tinham que processar os sodomitas masculinos, se hesitavam entre punir o acusado de praticar cópulas anais ou os ‘fanchonos’, os inquisidores ficariam completamente atordoados diante da sodomia *foeminarum*”(VAINFAS, 2000, p. 117, grifo do autor).

É possível, portanto, notar a “pouca vontade” da inquisição em se investigar mais profundamente as práticas sodomitas entre as mulheres, principalmente por meio da conduta do visitador da inquisição, Heitor Furtado, o qual “jamais tentou esmiuçar os detalhes das relações sexuais e não pareceu desconfiar das inquiridas. Se acaso desconfiou, aqui e ali, não demonstrou empenho em desvelar a verdade ou ‘descobrir o erro’, tarefa em que era mestre” (VAINFAS, 2000, p. 138). O visitador, portanto, conforme esse autor, retirou de sua alçada a

investigação da sodomia feminina, não por piedade a essas mulheres, mas por simples desconhecimento a respeito dessa prática.

O desdém de Heitor Furtado não foi, todavia, um ato isolado, exprimindo, antes, uma faceta da misoginia então reinante na cultura letrada ocidental. A mesma cultura que inspirava leis proibitivas mais rigorosas contra a exibição do corpo feminino em relação à do masculino; a mesma que, reproduzindo o “corpo hipocrático”, estigmatizava a vagina e o útero como órgãos imperfeitos e doentios, quando comparados ao falo. (VAINFAS, 2000, p. 138).

Ao se considerar que na sociedade atual ainda se observam reflexos dessas concepções e reprodução das condutas machistas, falar sobre a homossexualidade feminina é falar, acima de tudo, sobre a sexualidade e autonomia de mulheres que tiveram, no decorrer de séculos, suas práticas e liberdades sexuais tolhidas, ou simplesmente invisibilizadas, em nome do protagonismo masculino.

Ao relacionar, portanto, tal questão à educação, torna-se importante descrever o papel da mulher na educação brasileira ao longo dos anos. Conforme Louro (2000), em meados do século XIX, com a preocupação social em mudar a imagem do “Brasil colônia”, questões referentes à educação eram recorrentes para se pensar nessa transformação. O que explicava assim o surgimento de algumas escolas. Nesse mesmo período, ainda de acordo com Louro (2000, p. 433), “Nísia floresta, uma voz feminina revolucionária, denunciava a condição de submetimento em que viviam as mulheres no Brasil e reivindicava sua emancipação, elegendo a educação como o Instrumento através essa meta seria alcançada”.

Louro (2000, p.443) traz, portanto, o papel dos professores e professoras no ensino de seus alunos e alunas, evidenciando assim as diferenças entre estes: “as tarefas desses mestres e mestras não era, contudo, as mesmas [...] logo algumas distinções apareciam: para os meninos noções de geometria, para as meninas bordados e costura”. Ainda essa autora, outra diferença entre as professoras e os professores era a questão salarial: “Embora a lei determinasse salários iguais, a diferenciação curricular acabava por representar uma

diferenciação salarial, pois a inclusão da geometria no ensino dos meninos implicava outro nível de remuneração no futuro – que só seria usufruído pelos professores” (LOURO, 2000, p. 444).

No período pós-colonial, surgem as escolas normais, as quais tinham como objetivo formar alunas e alunos para se tornarem professores e que, segundo Louro (2000, p. 449), acabaram sendo procuradas massivamente pelas moças, enquanto os rapazes procuravam por outras oportunidades de trabalho oferecidas pelo “processo de urbanização e industrialização”. Desta maneira, é possível pensar que talvez não tenha sido a procura das mulheres pelas escolas normais que tenha aumentado, mas a não procura dos homens por tal área que tenha marcado essa prevalência das mulheres no ambiente docente e escolar. O que, contraditoriamente, por um lado, pode ter representado para essas mulheres a ascendência no mercado de trabalho, e, por outro, pode ter significado apenas uma falta de escolha.

Sobre a função da mulher nas escolas normais, de acordo com Louro (2000, p. 458), embora as escolas se distanciassem das práticas ensinadas no lar, por se colocarem como um ambiente com “maior legitimidade para ministrar os conhecimentos exigidos para a mulher moderna”, elas ainda reforçavam a imagem da mulher como mãe de família ao relacionarem as práticas da professora à maternidade, tendo esta que assumir a responsabilidade pelo afeto e cuidado pelos alunos e alunas, pois “a missão da educadora é fornecer apoio afetivo, emocional e intelectual à criança” (LOURO, 2000, p. 458).

Desta forma, é possível notar em algumas épocas na história das mulheres no Brasil, como se constitui, por meio da repreensão da sexualidade e autonomia destas, a imagem da mulher responsável pelos afazeres domésticos e cuidados dos filhos e maridos. Sendo tais fatos construções históricas que certamente têm sido desconstruídas ao longo da história, mas que ainda sustentam discursos e práticas machistas daqueles que se beneficiam de tal ideia. Desta forma, ao analisarmos tal quadro, é impossível não reconhecer o ambiente escolar e

educacional como um espaço que serviu de cenário para tais construções, e que, portanto, pode servir também como lugar de desconstruções desses estereótipos.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. (LOURO, 2003, p. 21).

Portanto, tendo a sexualidade como uma construção histórica e social, é importante pensá-la, conforme relata Louro (2003), para além de um determinismo biológico que define o sexo e o gênero a partir das características biológicas. É relevante, assim, identificar quais os fatores que contribuem para essa construção do sexo e do corpo nas dinâmicas sociais, considerando os fatores culturais e históricos.

Discursos carregados de sentido sobre os gêneros explicaram (e explicam) como mulheres e homens constituíram (e constituem) suas subjetividades, e é também no interior e em referência a tais discursos que elas e eles constroem suas práticas sociais, transformando ou rejeitando as representações que lhe são propostas. (LOURO, 2000, p. 478)

Nesse sentido, é que se faz importante utilizar uma metodologia, como a história oral, no processo de construção e desconstrução dessas representações, por meio da memória daquelas que, no decorrer de suas vidas e de suas histórias particulares, traçaram caminhos não registrados pela história tradicional, desconstruindo e/ou reconstruindo tais registros.

Tendo seu surgimento em meados do século XX, conforme contextualiza Bertolleti (2014), a história oral é uma metodologia utilizada em diversas outras disciplinas das Ciências Humanas, tais como a “Antropologia, a Sociologia e a Psicologia” (BERTOLLETI, 2014, p.16), e possui suas raízes na “Nova História”, a qual, conforme argumenta Burke (1992), embora tenha sua origem frequentemente atribuída à revista *Annales*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929, sendo reconhecida sua contribuição para tal renovação

da história, esse autor aponta que é possível notar esse movimento de expressão contrária à história tradicional também em outros países, como Alemanha e Grã-Bretanha.

Nesse sentido, Burke (1992) relaciona tal transformação no âmbito da história a outros movimentos sociais que representavam mudanças no mundo, tais como a descolonização e o feminismo.

Por esses motivos, portanto, é que a abordagem utilizada nesta pesquisa será a história oral que, conforme descreve Alberti (2004, p. 29): “não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido”. Como explica essa autora, a história oral é pensada e formulada no momento em que se precisa definir como será a pesquisa. Desta forma, torna-se claro que a utilização da história oral se dá após a formulação de questionamentos que sustentarão tal pesquisa. No que se refere à pesquisa em questão, são as reflexões já suscitadas no decorrer deste texto a respeito da relação entre lésbicas e docência e/ou escolarização.

Meyhi (2007, p.15) define história oral “como um conjunto de procedimentos [...] é a soma articulada, planejada, de algumas atitudes pensadas como um conjunto. Não é apenas a entrevista ou outra fonte oral que marca a história oral”. Assim, como explicitam Meyhi (2007) e Alberti (2004), a história oral, tal como outra metodologia, requer o estabelecimento e cumprimento de procedimentos e condutas para se colocar em prática a pesquisa, seguindo questões éticas que priorizam o bem-estar do sujeito participante.

Sabe-se, portanto, que a história oral se inicia com a formulação de um projeto de pesquisa (ALBERTI, 2004; MEIHY, 2007), porém há outros procedimentos necessários para a prática de tal metodologia, tais como: “o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas; planejamento da condução das gravações; definição de locais [...] arquivamento e compromisso com os sujeitosparticipantes” (MEYHI, 2007, p.15).

Ao considerar que a história oral, assim como é apresentada em Meihy (2007), se subdivide em três gêneros: história oral de vida; história oral temática e tradição oral, define-se aqui a história oral temática como o gênero utilizado para tal investigação, uma vez que “os trabalhos de história oral temática se dispõem à discussão em torno de um assunto central definido” (MEIHY, 2007, p. 39).

Também é importante, como relata François (1996, p. 04), ressaltar o caráter de militância e de inovação que a história oral carrega consigo, por causa de seus “objetos, pois dá atenção especial aos ‘dominados’, aos silenciosos e aos excluídos da história, à história do cotidiano e da vida privada, à história local e enraizada [...] atenta às maneiras de ver e de sentir[...] numa perspectiva micro histórica”.

Por meio da história oral, por exemplo, movimentos de minorias culturais e discriminadas – principalmente mulheres, índios, homossexuais, negros, desempregados, pessoas com necessidade especiais, além de migrantes, imigrantes e exilados – têm encontrado espaço para avaliar suas experiências, dando sentido social aos lances vividos sob diferentes circunstâncias. (MEIHY, 2007, p. 26).

Assim, torna clara a pretensão de apresentar a história oral como uma metodologia que pode contribuir para o protagonismo de mulheres lésbicas que vivenciaram a docência, afim de que possam relatar suas vivências e experiências nos contextos escolares, bem como por outros ambientes os quais elas transitam, por exemplo, o ambiente familiar e profissional e nas relações interpessoais.

#### Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. *Memória da Escola Primária em Paranaíba/MS*(Relatório de Pesquisa), 2014.

ARAUJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2000

BURKE, Peter. *A Escrita a história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

COSTA, Juliana Mazza Batista. *Do lilás ao roxo : violências nos vínculos afetivo-sexuais entre mulheres* / Juliana Mazza Batista Costa. – Recife: O autor, 2013.

FRANCOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). 8ª ed. (3ª reimpressão, 20011). *Usos e abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 03-13.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação – Uma perspectiva pós-estruturalista*. 6ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MACIEL, Patrícia Daniela. *Lésbicas e professoras: modos de viver o gênero na docência*. 2014. 178f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade em Educação, Universidade Federal de Pelotas.

MACIEL, Patrícia Daniela. *Os desafios de ser professora e lésbica nas escolas: a arte de viver e produzir o gênero na docência*. Periódicos, ISSN: 2358-0844, n. 4, v. 1 nov. 2015-abr. 2016, p. 254-274.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

MOTT, Luiz. *A revolução homossexual: o poder de um mito*. REVISTA USP, São Paulo, n.49, p. 40-59, março/maio 2001.

SCOTT, Joan Wallach. “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SWAIN, Tania Navarro. *Feminismo e lesbianismo: o gênero em questão*. Cadernos Pagu(12): 1999, p.109-120.

VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo feminino e o Santo ofício. In: DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

VIANNA, Cláudia Pereira. *O sexo e o gênero da docência*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 17/18, p.81-103, 2001/02.

## O corpo que não pode, não deve e não cabe: a trajetória do futebol de mulheres durante a primeira metade do século XX<sup>61</sup>

### The body that cannot, should not and do not fit: the trajectory of women soccer during the first half of twentieth century

Kelen Katia Prates Silva<sup>62</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

**Resumo:** Fundamentado na abordagem teórico-metodológico da educação física (GOELLNER, 1999); da antropologia (KESSLER, 2005) e da história e estudo de gênero (COLLING, 2014), esse artigo discute, por meio de recortes de jornais e da Revista Educação Physica, a trajetória das mulheres no futebol. A imprensa evidencia discursos apoiados nos debates sobre o corpo feminino nos esportes. Corpo esse que não pode, não deve e não cabe na prática do futebol no início do século XX, resultando no Decreto-Lei 3.199.

Palavras-chave: Futebol de mulheres; corpo; imprensa.

**Abstract:** Based on the theoretical-methodological approach of physical education (GOELLNER, 1999); of anthropology (KESSLER, 2005) and history and gender studies (COLLING, 2014), this article discusses the trajectory of women in soccer game, through clippings of newspapers and of the Educação Physica magazine. The press evidences discourses supported in debates about women's body in sport. Body that cannot, should not and does not fit in twentieth century soccer practice, resulting in Law Decree 3.199.

Keywords: Women's soccer; body; press.

## INTRODUÇÃO

A história do futebol de mulheres é uma história própria que não deve ser contada a partir do futebol de homens, mas, por meio das relações de gênero existentes nessa modalidade esportiva<sup>xxiii</sup>. Pensar as mulheres nos esportes é perceber que essa história não segue um curso homogêneo. Algumas práticas, como por exemplo, a ginástica e a natação, reafirmam a feminilidade. Enquanto outras de maior contato corporal, como o futebol e o boxe, desafiam o que é ser feminina. Portanto, o futebol neste contexto histórico é um espaço para se repensar as possibilidades do uso do corpo feminino.

<sup>61</sup>Este trabalho é fruto da pesquisa de Mestrado, em desenvolvimento, realizada na Universidade Federal de Dourados – UFGD. Financiada pela CAPES.

<sup>62</sup>Mestranda em História na Universidade de Grande Dourados – UFGD. Vinculada ao Laboratório de Estudos de Gênero, História e Interculturalidade e ao Grupo de Pesquisa Mídias, Representações e Movimentos Sociais. Email [kelenkatia@hotmail.com](mailto:kelenkatia@hotmail.com).

## O CORPO FEMININO E AS PRÁTICAS ESPORTIVAS

“Movimentar o corpo feminino significa lapidar sua aparência” (GOELLNER, 1999, p.28). As mulheres são incentivadas a prática de exercícios desde que estes tenham como objetivo o embelezamento do corpo e a condução de uma boa maternidade.

No início do século XX, o fortalecimento do corpo feminino através da exercitação física era visto como uma maneira de melhor preparar as mulheres para a condução de uma boa maternidade cumprindo, assim, com a máxima de que as mães fortes são as que fazem os povos fortes. (THARDIÉRE, 1940, p.60).

A Revista Educação Physica<sup>xxiv</sup>, analisada pela pesquisadora dos esportes Silvana VilodreGoellner na sua tese de doutorado, diz muito sobre a imagem das mulheres e sobre o primeiro periódico específico da Educação Física publicado no Brasil. A Revista busca a divulgação dos esportes fundamentais na formação da juventude e na preparação das mulheres e dos homens para a vida cotidiana, urbana e moderna do século XX.

O recorte da Revista na sua edição (nº77, março de 1944, p.20-2) destaca o objetivo principal das atividades físicas, recomendando as jovens a prática de exercícios que as preparam para a maternidade e advertindo dos perigos da competição esportiva.

### AS JOVENS E OS EXERCÍCIOS FÍSICOS

Para as jovens, o objetivo principal dos exercícios físicos é dar-lhes um desenvolvimento corporal com que possam desincumbir-se com vantagem dos encargos inerentes ao seu sexo. Qualquer plano de educação física das moças não deverá esquecer que, acima de tôdas as condições pessoais, é imperioso prepará-la para a maternidade. Tôdas as atividades do físico e da mente da mulher não só obedecem a essa lei biológica, como precisam contribuir para a sua realização integral. As jovens estão, como os rapazes, sofrendo a ação de certos agentes desvirtualizadores de boa formação física, como sejam a vaidade insensata, o espírito de competição, etc. Os regimes inadequados e os excessos esportivos podem enfraquecer, dificultando a boa evolução, ou atrofiar o organismo feminino, máxime se ocorrerem na adolescência.

A constituição particular da mulher leva o médico a desaconselhar-lhe a ginástica de aparelhos, especialmente os exercícios de apóio, de barras, argolas e paralelas, que determinam a compressão respiratória e circulatória íntensas.

As provas de competição esportiva são desaconselhadas à mulher, mormente na puberdade. A ambição de derrubar marcas de récorde leva o esportista a dar mais do que o seu físico permite. O excesso de fadiga deixa no organismo seus efeitos danosos: hipertrofia órgãos e diminue funções. Na mulher, cuja evolução fisiológica de tôdas as funções se processa sob a forma de ondas, com aumento e decréscimo gradativos, os efeitos dessa fadiga mórbida são mais danosos.

A natação, sem dúvida, é um exercício recomendável à mulher, dada a sua constituição mais rica em panículo adiposo do que o homem.

A vantagem prática da natação é que por ela o indivíduo utiliza uniformemente tôdas a musculatura. Mas não se deve esquecer que a natação determina um considerável dispêndio de energias, mesmo quando a distância da prova é curta. Nela o coração e os pulmões são muito solicitados. Convém à mulher praticar a natação mas abster-se de competições esportivas.

llner.

Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica. Campinas. SP: [s.n],1999. (imagem ilustrativa).

De acordo com GOELLNER (1999, p.83) “se a ginástica pertence ao mundo feminino é o masculino que se designa o futebol”. Os argumentos contrários a participação da mulher nesta modalidade esportiva explicam que, além de ser rude, o futebol requer um nível apurado de preparação física e técnica, cuja prática pode ferir o corpo feminino, principalmente no que diz respeito a sua saúde reprodutiva e ao seu aspecto estético.

O famoso fisiologista Mário Carvalho Pini (1978) alegava que a mulher poderia até participar dos esportes, mas não deveria fazê-lo em diversas modalidades (como rúgbi, futebol, lutas, entre outras), porque os treinamentos ocasionariam grande desgaste físico, além das consequências traumáticas e/ou estéticas dos contatos violentos propiciados por diversas destas modalidades.

Em nosso ver, a mulher não deve participar de modalidades esportivas como o rugby, o futebol, as lutas, além de outras, por exigirem condições especiais de treinamento e pelo enorme desgaste físico que acarretam, além da violência dos contatos físicos que podem surgir no ardor das disputas [...]. Pelas razões expostas, a mulher deve dedicar-se apenas às modalidades esportivas que favoreçam e exaltem a sua beleza física, a delicadeza e a graça de seus movimentos (PINI, 1978, p. 209).

O discurso médico (re)afirma os limites do corpo feminino. De acordo com COLLING (2014, p.78) “o discurso médico é sempre invocado para justificar o papel conferido à mulher na família ou na sociedade. A revolução científica não serviu para demonstrar a falsidade dos argumentos filosóficos e religiosos sobre a inferioridade das mulheres”.

Os esportes de maior contato corporal ou aqueles praticados em nível de competição não são recomendados. A revista Educação Physica (nº 49, dezembro de 1940, p.36), na reportagem “Por que a mulher não deve praticar o futebol”<sup>xxv</sup>, apresenta os argumentos que justificam a não recomendação do futebol como uma prática esportiva para mulheres. Ao declarar as razões pelas quais as mulheres não devem praticar o futebol nota-se que a Revista, no recorte apresentado, mediante a um discurso científico e legitimado pela medicina, destaca:

Não existe absolutamente inferioridade no corpo da mulher [...] O que realmente existe é uma diferença funcional, missões a cumprir diametralmente opostas; razões pelas quais seus atos não devem ser computados por uma mesma norma. [...] a sublime missão destina a mulher é a maternidade e toda a sua formação física, moral e intelectual deve visar a esse nobre objetivo. [...] O futebol é um esporte de ação generalizada porém, violento e prejudicial ao organismo não habituado a esses grandes esforços. Além disso, o futebol provoca congestões e traumatismos pélvicos de ação nefastas para órgãos feminino.[...] Quanto às qualidade morais que todos os esportes coletivos desenvolvem, achamos ser o futebol, pela sua natural violência, um exacerbador do espírito combativo e da agressividade, qualidades incompatíveis com o temperamento e o caráter feminino. [...] Quanto ao desenvolvimento intelectual, facilmente concordaremos que o futebol não é dos mais eficientes. Portanto não sendo aconselhado por motivos higiênicos, físicos ou morais, não será pelo seu reduzidíssimo valor intelectual que a mulher o vá praticar.

Discursos como estes evidenciam os entendimentos quanto à participação das mulheres não apenas no futebol, mas em diferentes espaços sociais. No século XX há uma efetiva inserção feminina em múltiplos espaços públicos, sendo o futebol um deles.

## **TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO FUTEBOL BRASILEIRO**

A trajetória das mulheres no futebol conta com dois momentos importantes: a mulher na arquibancada e a mulher em campo. Nos anos iniciais do futebol no Brasil as mulheres eram incentivadas a compor as arquibancadas, sempre em trajes elegantes e acompanhadas de seus lenços que harmonizavam a vestimenta da época. Essas primeiras narrativas da participação feminina no futebol datam por volta de 1920. De acordo com Mario Filho (1964) na obra “O negro no futebol Brasileiro”, o jogo seguia com a ordem e a elegância da elite, tudo estava certo, “os filhos no campo, as filhas na arquibancada”.

No início do século XX há um movimento de chegada da bola em vários locais do país, o futebol ganha alguns adeptos, entretanto, nem sempre estes tinham condições para sua prática. Os seguidores sem “colarinho e gravata” propuseram formar sua própria equipe e fundar seus próprios clubes. Por vários caminhos o futebol cai na graça do povo, passa a ser cada vez mais comum o futebol de várzea, no subúrbio e até nas fábricas.

Segundo FRANZINI (2005, p. 318), “mudavam os jogadores, que passaram a entrar em campo graças ao talento e não ao sobrenome<sup>xxvi</sup>, mudava também o público, que agora frequentava mais os galpões das fábricas que os seletos salões de baile dos clubes”. Ainda assim as mulheres continuam a frequentar as arquibancadas, outras mulheres<sup>xxvii</sup>, não aquelas com trajes elegantes, mas as que traziam a alegria e a vibração popular que o futebol acabara de conhecer.

Aos poucos as mulheres saíram das arquibancadas e iniciaram a prática deste esporte. Ao pensar o corpo feminino nas práticas esportivas é necessário considerar a singularidade que se constrói em cada esporte. O futebol, a modalidade aqui apresentada, assume, desde seus primeiros jogos, um campo de reafirmação da masculinidade. Ao saírem das arquibancadas e entrarem em campo as mulheres desafiavam os limites impostos pela sociedade confrontando o conceito da feminilidade<sup>xxviii</sup> e o uso do corpo feminino<sup>xxix</sup>, deixando de apenas consumir o futebol, enquanto torcedoras, e assumindo o papel de protagonistas nessa prática esportiva.

Durante a década de 1940, após a massificação e profissionalização do futebol<sup>xxx</sup>, as mulheres formaram algumas equipes seguidoras das regras do futebol profissional e pioneiras neste esporte. Por volta de 1940 já se reconhecia a existência de dez equipes de “senhoritas futebolistas”, dado coletado na matéria do jornal Folha da Manhã.

## EM NEGOCIAÇÕES A VINDA A ESTA CAPITAL DOS QUADROS FEMININOS DO “EVA” E DO “BRASILEIRO”

Os conjuntos, que estão alcançando grande sucesso no Rio de Janeiro, tomariam parte nos festejos inaugurais do Estádio Municipal do Pacaembú

As “Folhas” tem noticiado com abundância de detalhes, as actividades de quadros femininos de futebol, que ultimamente vêm alcançando invulgar sucesso na Capital da Republica, onde já existem nada menos de dez clubes, em franca e regular actividade.

### VIRIAM A S. PAULO

A reportagem da “Folha da Manhã” pode informar em primeira mão que S. Paulo, dentro de bem pouco tempo, tenha o ensejo de admirar uma exhibição de futebol feminino. Fomos informados, com toda a segurança que a Prefeitura

de S. Paulo entrou em negociações para a vinda a esta capital dos quadros do Eva F. C. e do E. C. Brasileiros, que deverão exhibir-se nos festejos inaugurais do Estádio Municipal do Pacaembú, a iniciar-se no proximo dia 27 e que abrangerão todas as modalidades esportivas.

Podemos ainda adiantar que as condições para a vinda daquelles quadros a esta capital são as mais modicas possíveis, levando-nos a crer que o chefe do Executivo de S. Paulo, interessado como está de revestir a inauguração da bella

praça de esportes, de brilho excepcional, proporcione ao nosso publico tambem essa grande, atracção esportiva, que tanto successo vem alcançando no Rio.

### FUTEBOL DE VERDADE

Pessoa chegada do Rio de Janeiro, que já teve occasião de assistir a um prelio feminino, nos adiantou que as equipes femininas jogam um optimo futebol, podendo suas exhibições figurar em qualquer programma esportivo. Não se trata em absoluto de brincadeira e sim de quadros que, dentro de suas possibilidades, offerecem esplendidas actuações.

Fonte: Acervo Folha da Manhã, 05-04-1940, p.11 / São Paulo.

O jornal acima citado noticia o sucesso do futebol de mulheres na capital da República.

As “folhas” tem noticiado com abundancia de detalhes, as actividades de quadros femininos de futebol, que ultimamente vem alcançando invulgar sucesso na Capital da República, onde já existe nada menos de dez clubes, em franca e regular actividade. [...] Pessoa chegada do Rio de Janeiro, que já teve occasião de assistir a um prelio feminino, nos adiantou que as equipes femininas jogam um optimo futebol, podendo suas exhibições figurar em qualquer programa esportivo. Não se trata em absoluto de brincadeira e sim de quadros que, dentro de suas possibilidades, offerecem esplendidas actuações.

O futebol certamente divide opiniões. É notório que o futebol de mulheres é motivo de falácia e curiosidade, ganhando alguns adeptos na torcida e na imprensa ao mesmo tempo em que movimenta críticas. O jornal Diário de Noticias informa em 21 de maio de 1940 “agradou em Santos a primeira exhibição do futebol feminino”. O jornal relata que:

Diante do sucesso alcançado pelas equipes femininas que se bateram no estádio de Pacaembu, exibiram-se, depois, em Santos, onde levaram a melhor as valorosas defensoras do Cassino Realengo que vingou ao revés sofrido na capital bandeirante, vencendo o S.C Brasileiro pelo “score” de 1x0. Cabe salientar que este encontro de futebol feminino rendeu mais de 10 contos de reis e agradou plenamente.

Em 23 de maio de 1940 o Jornal Diário de Notícias lança a nota:

Um jornal paulista fez referência pouco amáveis ao futebol feminino, procurando com lamentável preocupação, chasquear as cariocas, dizendo também que a exibição não passou de uma pantomima, uma palhaçada, sendo para alguns motivos de riso e para outros demonstrações ridículas, esclarecendo que as moças que lá “jogaram” somente conseguiram, como futebolistas, “provocar a ironia dos espectadores, que lhes dirigiam ditos maliciosos e até vaias.”

Ao entrarem em campo as mulheres movimentam um extenso debate sobre quais espaços e práticas esportivas o corpo feminino pode, deve e cabe. De acordo com a historiadora Helen Lenskyj:

A habilidade esportiva dificilmente se compatibiliza com a subordinação feminina tradicional da sociedade patriarcal; de fato, o esporte oferecia a possibilidade de tornar igualitárias as relações entre os sexos. O esporte, ao minimizar as diferenças socialmente construídas entre os sexos, revelava o caráter tênue das bases biológicas de tais diferenças; portanto, constituía uma ameaça séria ao mito da fragilidade feminina. (LENKYYJ citado por ADELMAN, 2003, p. 448).

Além da preocupação quanto à masculinização do corpo feminino, os prejuízos à maternidade e a beleza, há um grande desassossego quanto à desordem dos papéis sociais estabelecidos para os sexos.

Além do medo de que a participação das mulheres em atividades esportivas pudesse desonrá-las havia, ainda, outra preocupação: seu sucesso nestas práticas poderia infringir as leis da natureza, pois, ao mostrarem-se mais fortes do que se supunha, seria fissurado o discurso das diferenças naturais cuja base estava assentada na sobrepujança física de um sexo sobre outro. (GOELLNER, 2005, p.145)

A descriminalização do futebol de mulheres veio por meio de argumentos justificados por aspectos biológicos, mas, além da preocupação com o corpo feminino, o que causava – e ainda causa – maior problema é alteração dos papéis sociais estabelecidos para as mulheres. A entrada de mulheres no gramado encenou uma ocupação ao espaço restritamente masculino. “O futebol de mulheres representou um desvio de conduta inadmissível aos olhos do Estado Novo e da sociedade brasileira do período, pois abria possibilidades outras além daquelas consagradas pelo estereótipo da “rainha do lar”.” (FRAZINI, 2005, p. 321).

Em 1941, mediante aos debates sobre a prática do futebol de mulher, houve uma interferência do Estado por meio do Decreto-Lei 3.199 de 14 de abril de 1941, as mulheres foram legalmente proibidas de praticar alguns esportes de maior contato corporal, entre eles o

futebol. A lei deixava a critério do CND – Conselho Nacional de Desportos – a definição de quais esportes eram recomendados para mulheres. O laudo da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde estabelecia que às mulheres era permitida a prática dos seguintes esportes: tênis, voleibol, críquete, natação e ciclismo, os dois últimos praticados moderadamente. Contudo, esses esportes eram amadores e elitistas, ganhando alguns adeptos na classe média. Não chegavam nem a ser comparados com a popularidade do futebol e não atingiam as mulheres do subúrbio.

A proibição só veio a ser revogada na década de 1980. Sabemos que a revogação desta lei não sanou os problemas e os entraves causados pelos estereótipos de gênero ou diferença sexual, sofridos pelo futebol de mulheres no Brasil, tanto que as mulheres continuam a sofrer preconceitos dentro e fora dos gramados, enquanto atletas vivenciam a falta de incentivo<sup>xxxi</sup> (salário, cobertura da mídia, prestígio), nas torcidas é uma parcela quase invisível reproduzindo a resistência da inserção da mulher, ainda hoje, em alguns campos da sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recorrendo a esse breve relato da trajetória do futebol de mulheres é possível evidenciar que desde as primeiras décadas do futebol brasileiro as mulheres protagonizaram histórias nesse esporte. Percebemos um processo histórico de invisibilidade e preconceitos que por vezes permanecem no cenário esportivo atual. Discutir o futebol de mulheres é evidenciar as singularidades dessa modalidade, o uso do corpo feminino e o desafio aos papéis socialmente estabelecidos para homens e mulheres. O futebol de mulheres possui uma trajetória própria, essas histórias não devem ser contadas a partir do futebol de homens, e sim, considerando as relações de gênero existentes no campo esportivo.

## Referências

- ADELMAN, M. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. *Revista Estudos Feministas*, v.12, p.445-65, 2003.
- BRASIL. Conselho Nacional de Desportos. Decreto-Lei no. 3199. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1941.
- COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
- FRANZINI, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315-328, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica*. Campinas. SP: [s.n],1999.

GOELLNER, Silvana Vilodre. *Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades*. *Rev. bras. Educ. Fís. Esp.*, São Paulo, v.19, n.2, p.143-51, abr./jun. 2005.

Jornal Diário de Notícias.

Jornal Folha da Manhã.

FILHO, MARIO. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S.A., 1964.

PINI, M. C. *Fisiologia esportiva*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978.

Revista Educação Physica.

SILVA, Kelen Katia Prates. *Eram tempos de massas: o futebol e a política na formação da identidade nacional brasileira durante a era Vargas (1930-1938)*. 2016. 42 fls. Monografia apresentada junto ao curso de História – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2016.

THARDIÉRE, M. *Mães fortes fazem filhos fortes*. *Revista Educação Physica*. Rio de Janeiro, v.39, p.60, 1940.

## NOTAS

<sup>xxiii</sup> O uso do termo futebol de mulheres ao invés da expressão “futebol feminino” é proposto pela antropóloga Claudia Samuel Kessler (2005). “A utilização dessa expressão favorece uma desindexação dos valores e pensamentos provenientes do futebol de homens, desobrigando as pessoas a pensarem segundo esse referencial”(p.31). “O termo futebol de mulheres se relaciona a um universo complexo e heterogêneo, permeado por trocas entre pessoas de diferentes classes, etnias, gêneros e religiosidades, no interior desta coletividade. Ou seja, entendo o termo “mulheres” como abrangendo corpos e subjetividades de sujeitos que não são neutros, abstratos e nem universais. Esse futebol não é um futebol “das” mulheres, elas não o possuem e não apenas elas que o compõem. Neste universo transitam não apenas mulheres, mas também homens que realizam investimentos de tempo, dinheiro ou emoções. O futebol é “de” mulheres, porque essa prática assume diferentes significados e suas condições materiais e sociais são diferentes, precisando se adequar e se recriar. É um futebol que não se enquadra nas análises apenas adaptadas do futebol de homens; é um novo mundo que se apresenta, no qual as mulheres não são intrusas, mas participantes ativas.” (p.32-33)

<sup>xxiv</sup> Recomenda-se a leitura da tese de doutorado *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica / Silvana VilodreGoellner- Campinas. SP: [s.n],1999*.

<sup>xxv</sup> Reportagem escrita pelo Dr. Humberto Ballaryni, assistente da Escola de Medicina – Especializado em Educação Física.

<sup>xxvi</sup> Na trajetória inicial do futebol no Brasil este esporte era um símbolo de distinção social.

<sup>xxvii</sup> Antônio de Alcântara Machado escreve o conto “Corinthians (2) x Palestra (1), protagonizado por duas jovens: Miquelina e Iolanda, que relata como os “bons modos” da elite perdia seu lugar no futebol para a vibração popular”. Disponível em: <<http://www.projodemaomao.com.br/downloads/livro-alcantara-machado.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2016 às 14h29).

<sup>xxviii</sup> A feminilidade pode ser definida, dentro das possíveis variações no tempo e no espaço, a partir de um conjunto de características do padrão heteronormativo: Fragilidade; Emoção; Beleza; Verbosidade “sem conteúdo”; Dependência social e Nutriz emocional e física dos outros. Assim, como bem ressalta Simone de Beauvoir (1949), a relação das características é conformada por uma lógica que compreende o masculino como sendo UM social e o feminino como OUTRO. (Dicionário de gênero, 2015, p.242).

<sup>xxix</sup> Beleza, maternidade e feminilidade. Identificadas como partícipes do que comumente se convencionou denominar de “natureza feminina”, a conotação culturalmente atribuída a essas palavras desenha, há muito tempo, imagens que encerram uma representação normatizada de “ser mulher”, seja no campo esportivo, seja para além de suas fronteiras. (GOELLNER, 2009, p.270-271)

<sup>xxx</sup> O futebol até 1933 oficialmente era amador, porém, apresentava características semiprofissionais. Em meados dos anos 20, com a crescente popularização do futebol, surgem algumas discussões envolvendo o

esporte. Assim, após um longo processo envolvendo clubes e jogadores, em 23 de janeiro de 1933 o futebol profissional é implantado no Brasil. (SILVA, 2016, p.25).

xxxi Um exemplo recente aconteceu após a Olimpíada de 2016, realizada no Rio de Janeiro, a CBF cogitou a possibilidade de extinção da seleção permanente de futebol feminino. As atletas que defendem a camisa da seleção brasileira não possuem contrato assinado, 13º, FGTS, nem garantias de continuarem na seleção. De acordo com a reportagem do espnW “os pagamentos são depositados seguindo acordos verbais com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Os montantes são compostos por diárias iguais entre as atletas e o “salário”, que se distingue em três categorias, sendo maior para as jogadoras mais antigas e experientes com a camisa da seleção”. Disponível em: <<http://espnw.espn.uol.com.br/cbf-nao-cumpre-promessa-e-deixa-jogadoras-sem-carteira-assinada-e-beneficios/>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

## Como as travestis eram vistas nos filmes da boca do lixo: o caso de “o sexo dos anormais”

### How transvestites were seen in movies of Boca do Lixo: The case of “O Sexo dos Anormais”

Dionys Melo dos Santos<sup>63</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** O objetivo geral desta investigação é buscar elementos teóricos e conceituais que permitam analisar criticamente o processo de representação das travestis e transexuais na sociedade brasileira da década de oitenta, a partir dos filmes do ciclo cinematográfico da *boca do lixo* paulistana, em especial a obra filmográfica *O Sexo dos Anormais* (Alfredo Sternheim, Brasil, 1985).

**Palavras-chave:** Pornografia- Travestis- Boca do Lixo

**Abstract:** The general objective of this research is to find theoretical and conceptual elements that allow a critical analysis of the process of representation of transvestites and transsexuals in the Brazilian society of the eighties, from the films of the film cycle of the *boca do lixo paulistana*, especially the filmographic work *O sexo dos anormais* (Alfredo Sternheim, Brazil, 1985).

**Keywords:** Pornography- Transvestites- Boca do Lixo

## INTRODUÇÃO

“Numa casa de campo, o psiquiatra Daniel, sempre auxiliado pela mulher e um atendente, passa a tratar de duas novas pacientes. Uma é Mirian, jovem de classe média, que lá chega levada pelo seu ex-namorado, por estar em descontrole emocional e erótico, após o término do namoro. A outra é Jéssica, um travesti, em conflito existencial e angustiada pela intensa vida erótica que está levando.”

Esta é a sinopse oficial disponível nos acervos digitais da cinemateca nacional sobre o filme *O sexo dos anormais*, produzido em 1984 pelo diretor e roteirista paulista Alfredo Sternheim. Ao propor o desafio do trabalho com a imagem por parte do cientista social, essa

---

<sup>63</sup> Mestrando em Sociologia (PPGS/UFSCar) e bolsista CAPES/CNPQ. Esse artigo é um desdobramento da pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que resultou na monografia homônima defendida junto ao Departamento de Sociologia da UFSCar.

investigação faz com que seja inevitável incorporar a esse trabalho debates metodológicos a respeito do trabalho com arquivos audiovisuais a partir da perspectiva sociológica. Sorlin (1985) e Vieira (1994) ao analisar o impacto que a imagem analógica provocou sob a retórica histórica, defendem que a imagem apesar de suas características impressionistas como a capacidade de produzir interesse, comover e apaixonar nunca poderia informar por si só. Pois o que informa seria somente a palavra, no limite, isso implica naquilo que seria essencial para um arquivo audiovisual na perspectiva sociológica, a sua localização tempo espacial. Nesse sentido, o autor recupera o exemplo dos serviços cinematográficos de guerra austríaco e inglês, onde apesar da pouca aptidão bélica do exército austríaco, seu serviço cinematográfico era prodigioso, produzindo documentos excelentes quando comparados as fotos surpreendentes produzidas pelos ingleses, mas que devido ao fato de não possuírem nenhuma especificação de data ou local se tornam inutilizáveis para o sociólogo. Assim como reforça Sorlin (1985) e Vieira (1994), não se trata de desqualificar a imagem como fonte histórica, mas ao contrário fornecer precauções metodológicas para o trabalho com essa por parte do estudioso. Essa pesquisa pensa a história atual como condicionada pela imagem, tornando-a indispensável, fazendo com que não seja mais possível colocar em cena a história sem passar pelos arquivos audiovisuais.

Inspirada por essa perspectiva, essa investigação foi desenvolvida com o intuito de produzir uma análise em três dimensões da obra *O sexo dos anormais*: I) biográfica, no sentido de entender o lugar de fala de quem produz e reproduz determinada forma discursiva; II) contextual, respeitando as especificidades sociais, políticas e econômicas de determinado momento de produção; III) estética, encarada próxima a definição de Rancière (2005) não enquanto uma teoria da arte, mas antes como um regime específico de identificação e pensamento que define modos de plausibilidades, flertando assim com a ideia de que é no

terreno estético que se constrói as comunidades de pertencimento e emancipação. Ressalta-se assim a dimensão política de um ato estético.

Para tanto, esse trabalho de aprofundamento bibliográfico e documental foi pensado e estruturado em torno de dois polos- chave que estão em claro diálogo com o conceito foucaultiano de dispositivo<sup>64</sup>, parte-se enquanto eixo de análise do entrecruzamento das noções de dispositivo pornográfico- que busca pensar a pornografia enquanto uma forma de “ordenação conceitual” (LEITE JR 2006;2011;2012) que produz corpos e prazeres colocando em cena normatividades e transgressões, sendo um conhecimento sobre o sexo que trabalha sob a lógica da espetacularização. E a noção de dispositivo transexual trabalhada por Bento (2014), um conjunto de saberes e práticas desenvolvidos pelo saber/poder médico psiquiátrico direcionados para a patologização das experiências trans, evidenciando aspectos morais ao trabalhar com categorias como anormalidade, desvio e transtorno.

Segundo Pelúcio (2010:206), “Na tradição moderna ocidental o erótico guarda marcas históricas persistentes que dão sentido aos encontros sexuais contemporâneos”. Assim podemos estabelecer uma conexão entre a sexualização das raças colonizadas e processos de racialização dos sexos, gêneros e práticas sexuais. Será a pornografia um importante mecanismo na difusão de um imaginário colonial que alocava seus nativos como inferiores, exóticos e hipersexualizados como o trabalho de Damasceno (2008) sobre o caso da Vênus Hotente mostra tão bem. A espetacularização do considerado estranho revela uma curiosidade que é usada, muitas vezes, para demarcar fronteiras entre um “nós” que é sempre civilizado/erótico frente aos “outros” bárbaros/pornográficos.

---

<sup>64</sup>A noção de dispositivo remete ao que Foucault (2000:244) definiu como “Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discurso, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é rede que se pode tecer entre estes elementos.”

## ENTRANDO PELA BOCA

*O Sexo dos Anormais* foi produzido em um momento de sobrevida do círculo cinematográfico da *boca do lixo* paulistana, onde a representação obscena, ou seja, daquilo que não deveria estar em cena (borrando as fronteiras do público e privado) se encontrava em evidência, revelando uma nova tendência cinematográfica pornográfica que se esgotaria no início da década de noventa com a queda da *boca do lixo* enquanto um polo de produção cinematográfica. Classificar esse cinema enquanto pornográfico faz com que seja inevitável o diálogo como o conceito de erótico e as hierarquias que esses conceitos estabelecem entre si, nesse ponto uma análise dos próprios termos já nos revela a desigualdade entre ambos constituindo uma “zona de batalha cultural” (HUNT, 1999:13). Enquanto o termo erotismo remete ao deus grego do amor Eros, se esvaindo de qualquer carga negativa, o termo pornografia traz consigo em sua raiz etimológica uma forte carga moral, embutida da ideia de comércio, já que o termo grego pórne remeteria à “prostituta”, sendo o pornographos algo semelhante a “aquele que escreve sobre prostitutas”.

Hunter et al (1993), pensa o campo pornográfico enquanto o resultado da ação reguladora de uma série de aparatos disciplinares inter-relacionados como a lei e os padrões de excelência artística que se encontram em frequente mutação. Nesse sentido, retomo as preposições colocadas em Leite Jr (2006), se realmente for possível distinguir o erótico do pornográfico, para quem serviria essa distinção de certo modo tão subjetiva? Há um traço estético que perpassa a divisão erotismo/pornografia, reforçando a associação entre estética e política que Sorlin (1985) e Rancière (2005) articulam ao pensar o campo estético.

O cinema da *boca do lixo* foi um ciclo cinematográfico brasileiro iniciado nos últimos anos da década de sessenta, em São Paulo, influenciado pela longa tradição das comédias de

costumes no Brasil, do teatro de revista, das chanchadas<sup>65</sup> e das comédias eróticas italianas. A *boca do lixo* paulistana é uma designação pejorativa forjada pela crônica policial referente a uma metáfora geográfica localizada no que seria o “quadrilátero do pecado” (GODINHO E MOURA, 2012), um ponto de encontro de diretores, produtores, montadores, atrizes, atores, profissionais técnicos do cinema, boêmios e profissionais do sexo das décadas de setenta e oitenta, composta pela Av. Duque de Caxias, R. dos Timbiras, Av. São João e R. dos Protestantes. Região localizada próxima ao conhecido bairro de Santa Ifigênia, no coração da cidade de São Paulo, abrigando também as imediações como a Av. Rio Branco e o cruzamento da R. do Triunfo com a R. Vitória.

A *boca*, devido a sua localização privilegiada, próxima à rodovia e às estações da Luz e Júlio Prestes, gozou de uma importância estratégica que permitia uma maior facilidade para o fluxo e distribuição dos filmes produzidos naquela região, tanto é que desde a primeira metade do século as primeiras distribuidoras de filmes ali se instalaram. Esse cinema foi beneficiado pela criação do Instituto Nacional de Cinema em 1966 e suas políticas protecionistas, que dentro da lógica do desenvolvimentismo militar marcada pela ideia de estimular a produção do “similar nacional” em várias esferas da economiabrasileira, instituiu uma espécie de cota obrigatória de filmes nacionais que deveriam ser exibidos anualmente nas salas de cinema.

A relação do cinema produzido na boca com os órgãos estatais relacionados ao cinema é um ponto interessante para percebermos a complexidade desse movimento artístico, pois se por um lado as leis protecionistas estimularam a produção de filmes nacionais, por outro, é recorrente a acusação dos cineastas da *boca* de serem desprivilegiados pelos mecanismos de

---

<sup>65</sup>Chanchada é uma palavra que tem sua origem no termo “chancho”, porco em espanhol, podendo ser traduzida pelo termo “porcaria”.

apoio financeiro da Embrafilme<sup>66</sup> (criada em 1969) frente à “panela” dos diretores cariocas e do *cinema novo*. A estigmatização do cinema produzido na *boca do lixo* é um ponto que aparece em vários autores (FREITAS, 2004; ABREU, 2002; SELIGMAN, 2003 E 2004; GODINHO E MOURA, 2012; SIMÕES, 1984; NASCIMENTO, 2013; BERNARDET, S/D; SILVEIRA E CARVALHO, 2015) tanto pelo julgamento estético/político como por um recorte de classe devido à origem popular da maioria das pessoas que participavam dessas produções, geralmente não passando pelas cátedras sobre cinema da Universidade de São Paulo.

A partir dessa origem, associada às classes populares, que podemos observar no cinema da *boca*, a presença constante de uma lógica de mercado, já que por muitas vezes os recursos investidos nesse cinema eram poucos e de origem dos próprios diretores e produtores, ou, recorria-se ao financiamento de pequenos empreendedores que viam uma oportunidade barata e eficaz de divulgação. Essa questão econômica acaba por refletir na heterogeneidade das películas que ali foram produzidas, sempre antenadas às demandas populares, pois um dos principais objetivos desse cinema é atingir público, e conseqüentemente fazer renda como já dizia o folheto promocional de *O Pornógrafo* também conhecido como “manifesto do cinema cafajuste”, escrito pelo diretor João Callegaro, o cinema da *boca do lixo* trataria de abandonar as: “elucubrações intelectuais responsáveis por filmes ininteligíveis e atingir uma comunicação ativa com o grande público, aproveitando os 50 anos de mau cinema norte-americano devidamente absorvido pelo espectador” (CALLEGARO apud ABREU, 2002:41)<sup>67</sup>.

---

<sup>66</sup> A Embrafilme foi uma empresa estatal brasileira, criada em 1969, com intuito de fomentar a produção e a distribuição dos filmes nacionais. Com o passar dos anos a Embrafilme acabou por esvaziar as funções do Instituto Nacional de Cinema que fecharia em 1975, não atoa a queda do INC marca um ponto de inflexão na curva ascendente que pornochanchada viverá até meados da década de 70.

<sup>67</sup> O depoimento de Ozualdo Candeias (cineasta brasileiro considerado um dos pioneiros do cinema marginal), à publicação “30 Anos de Cinema Paulista”, em 1980, ensaia uma outra interessante definição sobre o que seria o dito *cinema da boca*: “Cinema da Boca não existe. O que existe é um cinema paulista que se estruturou dentro de

## AS TRAVESTIS NA BOCA DO LIXO

Ao encarnarem para o imaginário social as estigmatizadas associações entre perversidade sexual, delinquência, espetacularização dos prazeres eróticos e pornografia num único corpo conscientemente forjado, esta “intolerável ambiguidade” paga o terrível preço de conviver com o fascínio carregado de ódio, a desqualificação de seus desejos e a inferiorização de seus gozos. Como a própria pornografia, “o corpo que é uma maravilha”, o da travesti, especialmente aquela que trabalha com prostituição, encarna a violência cotidiana de quem assume uma vida e um físico modelados pelo desejo e o prazer eróticos, questionando, mesmo eu sem intenção, o discurso do verdadeiro sexo. (Leite Jr, 2006:252).

A dimensão econômica desse cinema é fundamental para as finalidades dessa investigação, pois como o próprio diretor Alfredo Sternheim (2009) relata em autobiografia o filme *O sexo dos anormais* foi encomendado por Alfred Cohen, fundador da Paris Filmes e dono da distribuidora Brasil Filmes, empolgado pela farta mídia em cima dos sujeitos trans<sup>68</sup> no princípio dos anos oitenta. Especialmente Roberta Close, que no ano de 1984 estrelaria um histórico ensaio para a revista *Playboy*<sup>69</sup>. Para se ter noção do impacto desse primeiro ensaio, na edição de julho de 1984 que trazia Claudia Lucia na capa, no canto inferior esquerdo havia uma chamada anunciando fotos extras de Roberta Close atendendo a pedidos do público, nesse mesmo ano na edição de outubro que continha Betty Faria na capa foi a vez de Telma Lipp<sup>70</sup> debutar em um ensaio fotográfico. Já em 1990, Roberta saíria na edição de março da mesma revista *Playboy* que tinha Luma de Oliveira no ensaio capa, onde se anunciava a

---

uma realidade e dentro de uma necessidade de mercado, que tem uma característica perfeitamente diferente da do Rio. [...] A chamada Boca, rua do Triunfo, nada tem a ver com o nível das produções. A rua, esse local, esse quarteirão, tem uma função que pode ser profissional ou social, e cada um faz a fita que quer. A fita do Massaini não tem muito a ver com a fita, por exemplo, de um Custódio Gomes ou de um Wilson Rodrigues. E, no entanto, se diz que tudo é Boca. O Galante fazendo uma fita, se ele faz com Khouri é uma coisa, se ele vai fazer com um tal de Agenor é outra [...] Aqui há uma produção ligada às necessidades de mercado e mais ou menos assim dentro de uma linha industrial, que não depende do dinheiro do governo.” (CANDEIAS apud ABREU, 2002:46)

<sup>68</sup> Utilizo-me do termo guarda-chuva “trans” quando busco me referir a travestis e transexuais.

<sup>69</sup> Friso que é em maio de 1984 que sai o primeiro ensaio de Roberta Close na *Playboy* atingindo uma boa repercussão, vendendo milhares de revistas, esgotadas em seus primeiros dias. Esse primeiro ensaio não continha fotos da genitália de Roberta, que passaria pelo processo atualmente chamado por “redesignação” no final da década de oitenta.

<sup>70</sup> No começo dos anos oitenta, Telma Lipp surgiu como uma resposta paulista a outro fenômeno do gênero: a linda Roberta Close. Telma e Roberta disputaram, durante toda a década, capas de revistas de todo o Brasil. Uma fazia o tipo “mulherão fatal” (Roberta), enquanto a outra (Telma) fazia o gênero “garotinha”. Nesse mesmo período Claudia Wonder despontava na cena underground paulistana estrelando shows ao lado do seu grupo *Jardim das Delícias* na famosa boate Madame Satã.

exclusividade das fotos sobre o “novo corpo” de Roberta Close, após passar pelo processo de “redesignação sexual”.

Essa pesquisa encontra na midiatização de figuras trans no período do início dos anos oitenta, em especial Roberta Close, um fato fundamental para a compreensão do que impulsionou o cinema da *boca do lixo* a produzir uma sequência de filmes com personagens trans em destaque em um curto período de tempo. Ainda na primeira metade da década de oitenta, uma verdadeira explosão de filmes com personagens travestis em seus enredos ganha espaço nos cinemas: *Elas só transam no disco* (Ary Fernandes, 1983); *O sexo dos anormais* (Alfredo Sternheim, 1984); *Volúpia de mulher* (John Doo, 1984); *O viciado em c...* (Roberto Fedegoso pseudônimo de David Cardoso, 1984); *Aids: Furor do sexo explícito* (Victor Triunfo, 1985); *Sexo Livre* (Alfredo Sternheim, 1985); *Novas sacanagens do viciado em c...* (Roberto Fedegoso pseudônimo de David Cardoso, 1985)<sup>71</sup>; *48 horas de sexo alucinante* (José Mojica Marins, 1986) e *Alucinações sexuais de um macaco* (Custódio Gomes, 1986) foram produzidos na *boca do lixo paulistana* entre 1983-1986 e trazem travestis em papéis de destaque e/ou protagonizando cenas de sexo explícito (penetração anal, masturbação, felação). Destaco a data de produção desses filmes, e não a de lançamento, devido as questões mercadológicas que faziam com que muitos produtores aguardassem com os filmes já prontos o melhor momento para o lançamento desses.

Como Abreu (2002) aponta, o cinema da *boca* seguia uma lógica de produção que não perdia de vista o mercado, onde uma vez colocada em cena algo transgressor ou diferente que reverberasse junto as audiências, esse fato novo passa a ser constantemente emulado nas produções subsequentes até o seu esgotamento junto as massas, reforçando o caráter industrial

---

<sup>71</sup>O recente trabalho de Pires (2016), presente na coletânea de textos organizada por Bertolli Filho e Amaral, tenta produzir uma análise da representação das travestis no cinema da boca do lixo a partir do filme *Novas sacanagens do viciado em C...*, entretanto a autora deixa escapar justamente a influência dos interesses econômicos na proliferação desses filmes. Além disso, a estratégia por definir esses filmes sob o manto da categoria pornochanchada acaba por achatá-lo para filmes distintos, produzidos em contextos diferentes.

desse cinema. Compreender a lógica que pautava essas produções nos indica que o interesse sobre pessoas trans, especialmente travestis, encontrava-se em evidência no período, talvez pela primeira vez de forma tão incisiva nas revistas, cinema e televisão. Antes de passarmos para uma análise mais sistemática do filme e das passagens mais representativas no processo de construção da personagem travesti *Jéssica* dentro do enredo de *O sexo dos anormais*, gostaria de introduzir uma divisão analítica dos autores que estudam a *boca*, subdividindo esse ciclo cinematográfico em duas fases distintas: I) Pornochanchada e II) Cinema da boca do lixo. A primeira, pornochanchada, muito influenciada pelas chanchadas, comédias de costumes e o teatro de revista caracterizou-se em uma fase levemente erótica (sem sexo explícito), marcada pela dissimulação e insinuação, recursos que visavam atingir diretamente as fantasias e despertar os mecanismos projetivos dos espectadores. Iniciada próxima ao ano de 1968, essa primeira fase se desenrolará até o lançamento de *Coisas Eróticas*, em 1982, quando inicia-se o segundo momento desse ciclo cinematográfico marcado pela entrada em cena do sexo explícito.

A pornochanchada<sup>72</sup> refletiu diretamente as modificações na esfera sexual que a década de setenta presenciou a partir do advento da pílula anticoncepcional e do movimento feminista<sup>73</sup>, modificações estas que Preciado (2008) mobiliza na construção do seu conceito de que a partir da década de cinquenta entraríamos no período de apogeu da “era farmacopornográfica”<sup>74</sup>. A dissimulação era uma característica constante até mesmo nos

---

<sup>72</sup>Importante frisar que no seu início, final da década de sessenta, o gênero pornochanchada não se limitou à *boca do lixo paulistana* (onde na década de setenta se consolidaria) apresentando algumas produções cariocas como por exemplo, *Os Paqueras* (Reginaldo Faria, 1969).

<sup>73</sup>Adelman (2009), nos oferece importantes recursos para analisarmos o processo de consolidação do movimento feminista e a importância das gerações beat dos anos cinquenta e dos movimentos de contracultura dos sessenta no seu desenvolvimento.

<sup>74</sup>O fim da II Guerra Mundial até o ápice da Guerra Fria consistiria em um espaço de mudança, de aumento da visibilidade das mulheres aliada à emergência de novas formas visíveis e politizadas da homossexualidade em lugares insuspeitados como o trabalho de Bérubé (1990) sobre homossexualidade no exército americano mostra. Preciado (2008), observa indícios da aparição de um regime pós-industrial, global e midiático onde fármaco se refere à processos de governabilidade biomolecular, e pornográfico se refere a processos de governabilidade semióticos e técnicos da subjetividade sexual. O surgimento da pílula anticoncepcional em 1946 e da Playboy estadunidense em 1953, seriam grandes paradigmas farmacopornográficos- que tem suas raízes na sociedade

títulos dessas películas como *Cada um dá o que tem* (1975); *Nos tempos da vaselina* (1979)<sup>75</sup>. Mas o termo pornochanchada pode ser considerado uma categoria normativa, no sentido que propõe Winckler (1983) em relação à pornografia, já que ao invés de se restringir à comédia erótica batizou tudo o que fugisse da aura intelectual/cultural exigida pela Embrafilme. Isso explica a variedade de filmes que se encontram sob esse rótulo como, por exemplo, *Kung Fu contra as bonecas* (1975); *Snuff, vítimas do prazer* (1977); *Amada amante* (1978) e *Sábado Alucinante* (1979).

A segunda fase seria batizada apenas por cinema da boca do lixo, marcada pela entrada das cenas de sexo explícito e influenciada diretamente pelo processo de abertura lenta e gradual instaurado pelos militares, que permitiu a entrada de filmes estrangeiros onde o sexo já era representado<sup>76</sup>. Em 1979, chega ao Brasil através da Mostra Internacional de Cinema em São Paulo, o filme *O império dos Sentidos* de Nagisa Oshima principal influência para que Raffaele Rossi filmasse *Coisas Eróticas* (lançado em 1982) considerado um marco inicial desse novo momento onde o sexo explícito se torna cada vez mais constante, a dissimulação se ausenta até mesmo dos nomes dessas películas como *Gozo alucinante* (1985); *Oh!Rebuceteio* (1985); *Senta no meu, que eu entro na tua* (1985).

Será a partir desse segundo momento que o sexo explícito ganhará protagonismo nas produções cinematográficas da *boca do lixo*, não penso ser atoa que justamente nesse período apareçam com mais força as travestis e as práticas sexuais consideradas desviantes pela moralidade vigente, como por exemplo a zoofilia e as relações homossexuais com a clara

---

científica e colonial do século XIX, mas que seus vetores econômicos se fizeram invisíveis até o final da II guerra.

<sup>75</sup>Referência direta ao filme *Saturday Night Fever* (1977). Como aponta Leite Júnior (2014), uma das características mais notáveis da produção audiovisual conhecida como pornográfica é a paródia. Para o autor, “a pornografia pode ser pensada não apenas como um tipo de produção que faz paródias, mas ela mesmo como uma paródia, uma ridicularização exagerada e caricata de uma sexualidade imaginada como ‘normal’ (...)” (LEITE JÚNIOR, 2014: 181). O cinema *da boca do lixo*, devido aos interesses econômicos e mercadológicos, desde seu princípio fez da paródia um elemento constante em suas obras.

<sup>76</sup> Em 1972, Gerard Damiano produziu *Garganta Profunda*, obra que tornaria um marco na história do cinema, iniciando a produção dita pornô em larga escala, compondo ao lado de *O diabo na carne de Miss Jones* e *Atrás da porta verde* a santíssima trindade do pornô.

intenção de espetacularizar e atrair mais público a esse cinema, que já dava seus últimos suspiros, até sua derrocada fatal, na década de noventa, influenciada também pelo processo de estigmatização das salas de exibição a partir da consolidação dessa nova vertente<sup>77</sup> que passou a ser restrita a um público maior de dezoito anos e basicamente composto por homens<sup>78</sup>. Cabe frisar que essa investigação não pensa o sexo e a miríade de sexualidades possíveis em termos de normal/anormal, essa pesquisa busca reforçar que a espetacularização midiática em cima de sujeitos que transitavam entre os “gêneros”, principalmente homens que se “transformam”<sup>79</sup> em mulheres, acompanha a indústria do entretenimento brasileira desde os tempos do teatro de revista no começo do século passado.

O sucesso dos espetáculos transformistas de Aymond e Walter Bank ainda na primeira metade do século XX, o frisson causado por Ivaná no teatro de revista e nas chanchadas brasileiras da década de cinquenta, a ascensão de Rogéria e várias outras travestis- como Phedra de Córdoba, Jane di Castro, Divina Valéria, Camille K, Fujika de Halliday, Eloína dos Leopardos, Marquesa e Brigitte de Búzios- a partir dos espetáculos temáticos do Teatro Rival durante a década de sessenta, a participação curta, mas bombástica de Claudia Celeste na novela *Espelho Mágico* (Lauro César Muniz, 1977), e os ensaios sensuais de Rogéria e Roberta Close por volta do ano de 1981 para a revista *Close* (daí a explicação para o seu nome artístico) , além dos ensaios posteriores da própria Roberta e Telma Lipp para a revista *Playboy* e de Claudia Wonder para a revista *Big Man Magazine*, sendo esta última a primeira a mostrar seu pênis em um ensaio, ajudam a compreender como esse é um filão do mercado

<sup>77</sup> Escreve Godinho e Moura (2012:114-115), “No dia seguinte as faxineiras do Cine Windsor chegaram, infelizes, às seis da manhã. Pelos comentários em torno do filme, elas já sabiam que encontrariam situação semelhante à da época de exibição de *Império dos sentidos*. Munidas de vassouras, rodos, panos e baldes de água, iniciaram a limpeza de mau humor. Havia pedaços de papel higiênico amassados e espalhados entre algumas poltronas e o carpete preto que revestia o chão da sala continha manchas de algum líquido que ninguém queria saber o que de fato seria. Uma hora depois, a limpeza estava finalizada. As mulheres só voltariam no dia seguinte. O que seria da sala de cinema nos intervalos entre uma sessão e outra de *Coisas eróticas* elas não quiseram imaginar.”

<sup>78</sup> Interessante notar que mesmo na pornochanchada como nos filmes da *boca do lixo*, diferentemente dos filmes pornográficos atuais, a presença de cenas homossexuais masculinas e relações entre homens e travestis são tão constantes quanto a bissexualidade feminina.

<sup>79</sup> O termo “transformista” foi muito utilizado até a década de setenta para batizar as artistas desses espetáculos.

do entretenimento que vem se desenvolvendo há tempos, mas para essa investigação depositamos especial destaque para o início da década de oitenta período de produção do filme analisado.

*O sexo dos anormais* se torna um objeto rico para análise que buscamos desenvolver ao longo dessas páginas, justamente pelo momento específico de sua produção, onde as condições tecnológicas e sociais permitiram que no começo da produção nacional de cenas de sexo explícito, as travestis se estabelecessem como importantes personagens dessas obras. É possível perceber algumas outras continuidades entre esses filmes com travestis em destaque, como por exemplo, a predominância de alguns atores e atrizes travestis específicos que contracenam nessas obras. Entre as atrizes travestis, Cláudia Wonder e Patrícia Petri são as mais solicitadas. Silvio Jr., Walter Gabarron e Pedro Terra, este último atuando no papel passivo nas relações sexuais tanto com homens como com travestis, compõem geralmente seus pares, protagonizando as cenas mais quentes de sexo explícito com travestis.

A questão da criação de um *star system* é fundamental para a produção dita pornográfica e o cinema da *boca* reflete bem essa dinâmica. Parte das musas da pornochanchada da década de setenta deixam a *boca do lixo* após a entrada em cena do sexo explícito. Sandra Midori e Silvia Dumont se aproveitaram dessa mudança e estrelaram boa parte das personagens femininas desse período pós *Coisas eróticas*. Entretanto, é sintomático pensarmos que em relação aos atores, a substituição do *star system* não foi tão acentuada a partir da entrada das cenas de sexo mais explícitas. Impossível não atentar para um filme em especial desses coletados, *Aids: Furor do sexo explícito* (Victor Triunfo, 1985) que reflete a grande preocupação do momento, o pânico moral causado pela AIDS. No mesmo ano de 1985, David Cardoso produz uma mistura de documentário e dramaturgia chamado *Estou com aids*. O pânico causado pela AIDS e associação equivocada e preconceituosa desta com a

homossexualidade, ou com papéis sexuais de passividade é muito bem trabalhada por Larissa Pelúcio (2009) e Perlongher (1987).

Chama a atenção também o padrão de corpo dessas atrizes travestis, os tratamentos hormonais ainda eram uma novidade na década de oitenta, mas Kulick (2008) demonstra bem a importância desse novo advento para as travestis brasileiras, o autor retoma em sua etnografia o fato de que durante as décadas de setenta e oitenta era muito comum as travestis pagarem seus parceiros sexuais. Entretanto, a partir da popularização dos tratamentos hormonais e procedimentos estéticos, ao longo da década de oitenta e noventa, o autor verifica uma importante inversão nesse padrão, passando a ser comum que as travestis agora cobrassem para sair com determinados parceiros sexuais. Cabe frisar que as travestis desses filmes da *boca do lixo* paulistana reforçam sua feminilidade muito pelas roupas e o cabelo longo, além de não ser incomum elas serem construídas em cima de valores considerados femininos, como a vontade de ser dona de casa e mãe. *Jéssica* é um bom exemplo dessa estratégia de construção das personagens. Grande parte dos filmes coletados acima reserva uma cena ao menos de sexo explícito entre travestis e homens, sempre focando na ação do homem e sua ejaculação, muitas vezes essas cenas são colocadas sem muita sintonia com o enredo, apenas para agradar ao mercado consumidor.

*O sexo dos anormais* se destaca entre esses filmes pela tentativa de construir um enredo coeso e entregar o real protagonismo da película a uma atriz travesti já conhecida no cenário underground paulistano (Claudia Wonder), ainda que em sua autobiografia Sternheim (2009) reforce que esse foi um enredo encomendado e assume que, apesar da sua condição homossexual, no momento de elaboração do roteiro e argumento se deparou com certa dificuldade devido à especificidade do tema travestis, reconhecendo certo desconhecimento em relação a esses sujeitos, necessitando buscar ajuda no material produzido academicamente sobre a temática.

No começo dos anos oitenta a maioria dos debates sobre sexualidades consideradas dissidentes restringia-se à esfera dos discursos médicos, como a psiquiatria, e das ciências como a psicologia e a psicanálise. Será durante a década de oitenta, que as travestis e transexuais encontraram seus espaços de existência nos corredores dos consultórios, clínicas terapêuticas, nos manuais de transtorno/ patologias médicas. A década de oitenta será um período de diversas batalhas em torno do sexo e do potencial corruptor da pornografia, ao mesmo tempo em que o debate público será assombrado pelo fantasma da AIDS. Rubin (1993), mostra como nesse período de recrudescimento em torno da temática do sexo foi possível, em contrapartida, o estabelecimento de novas correntes de pensamentos, principalmente nas ciências sociais, que começam a questionar a legitimidade das ciências médicas/psi em produzir verdades sobre as experiências de trânsito pelo gênero. A ficha cinematográfica disponível na cinemateca nacional reflete bem como o debate sobre sexualidade girava em torno das questões de saúde<sup>80</sup> nos anos oitenta, principalmente quando o tema orbitava entre a transexualidade e travestilidade, trazendo em seus “Termos descritores” as seguintes marcações: “deficiente mental”; “sexo”; “hospital”; “psiquiatria”; “travestismo”.

Diferentemente de muitos filmes do ciclo cinematográfico da *boca do lixo*, a obra de Sternheim não se divide em episódios e é assinada pelo próprio diretor e roteirista sem a utilização de nenhum pseudônimo. Por outro lado, *O sexo dos anormais* reflete uma tendência geral que dominava as obras da *boca*, pós o lançamento de *Coisas eróticas* em 1982, a presença constante de cenas de sexo explícito não simuladas, seguindo algumas estratégias que se popularizariam na produção pornô dos anos noventa, como os closes fechados nas genitais durante a penetração e o protagonismo do gozo masculino ao final de cada ação.

---

<sup>80</sup>Preciado (2008) escrutina com muita propriedade, a partir do conceito de farmacopornografia, como a sexualidade se esparrama pelo ocidente como uma questão de saúde pública.

## **A PRIMEIRA VEZ A GENTE NUNCA ESQUECE: JÉSSICA E A IMPORTÂNCIA DO CONSULTÓRIO EM *O SEXO DOS ANORMAIS***

*O sexo dos anormais* é um filme marcado pela presença de quatro fortes personagens femininas: a primeira é *Mirian*, personagem interpretada pela atriz Silvia Dumont apresentada ao espectador enquanto ninfomaniaca devido a sua intensa vida sexual; em segundo lugar somos apresentados a *Jéssica*, personagem travesti encarnada por Cláudia Wonder; a terceira personagem feminina do enredo é *Tônia*, personagem adepta ao *voyeur* encenada pela atriz Sandra Midori; por fim resta a personagem *Cleide*, uma manicure, vivenciada pela atriz Paula Sanches, que passa a trabalhar como assistente na clínica psiquiátrica do seu marido *Daniel* (interpretado pelo ator Antônio Rody). Será o espaço da clínica médica que conectará as quatro personagens.

Dentro da trama do filme, somos apresentados a *Jéssica* durante um encontro da travesti com a amiga *Tônia* em um bar/boate onde dividem um chope enquanto a personagem interpretada por Cláudia Wonder acende um cigarro e começa a reclamar da sua condição, reforçando sua dificuldade em encontrar empregos que a satisfaça, deixando claro sua insatisfação em ter que recorrer ao trabalho na rua/noite para faturar algum dinheiro. A fala da travesti relata sua dificuldade até em continuar com seus espetáculos, devido aos problemas psicológicos que estão afetando a sua confiança. Interessante pensarmos a partir dessa cena inicial a questão da dificuldade que marca a experiência da travesti brasileira, até os dias atuais, em encontrar espaços saudáveis para desenvolver sua vida. Fato que acaba por transformar a prostituição em uma atividade compulsória para a afirmação da maioria das travestis. A própria Cláudia Wonder em entrevista concedida, vinte anos após a produção desse filme, à professora Larissa Pelúcio- disponível no endereço eletrônico do Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Gênero e Sociedade (Quereres) - retoma a importância que a

atividade artística teve em sua vida como um dos caminhos para organizar sua sanidade e sexualidade:

No meu caso foi a arte. Foi o modo que eu encontrei de mostrar que eu sou alguém, que eu existo, que eu sou uma pessoa. Um modo de eu me afirmar e de eu ser querido. Desde criança eu quis ser artista. Desde criança... porque desde criança que eu ouço assim “toma vergonha”, “Toma jeito de homem”. Então eu acho que assim, o aplauso era onde eu me sentia querido(...)Era meu modo de me mostrar que eu sabia fazer alguma coisa, da minha capacidade. “Olha, vocês me marginalizam, vocês me maltratam, vocês me destroem, mas eu faço isso. Eu sei fazer isso”.

O diálogo entre *Tônia* e *Jéssica* anuncia outro ponto interessante que constantemente retornará durante o desenvolvimento do enredo, *Jéssica* será marcada por uma relação conflituosa com a sua atividade sexual, diferentemente das outras personagens femininas que demonstraram constantemente uma postura mais ativa em relação ao ato sexual. A crise das três personagens tratadas pelo médico *Daniel* se relacionará sempre com a ideia de ausência (no caso da travesti) ou excesso (*Miriane Tônia*) de vontade sexual. Enquanto *Tônia* deixa a boate para ir protagonizar uma cena de ménage com dois rapazes, será somente depois de trinta minutos de filme que veremos *Jéssica* fazendo sexo, estimulando a curiosidade do espectador já que *O sexo dos anormais* teve seu trabalho de divulgação promovido em cima da figura da travesti.

A construção das patologias de *Mirian* e *Tônia* parecem refletir aspectos morais das classes médias em relação as posições esperadas dos sujeitos em relação ao sexo. *Mirian* uma jovem desempregada que vive ao lado da mãe e da irmã aponta a dificuldade em encontrar uma atividade remunerada<sup>81</sup>, sendo alvo de constantes cobranças da mãe para conseguir um emprego e de sua irmã, que a acusa de estar mal falada no bairro devido a quantidade de parceiros que *Mirian* possui. Outra cena chama a atenção nesse ponto, o diálogo entre *Mirian* e *Tato* após transarem, refletindo muito bem como essas patologias são construídas dentro do

---

<sup>81</sup>Não atoa a década de oitenta ficou conhecida entre os economistas latino-americanos como a década perdida devido as dificuldades provocadas pela recessão e inflação na região.

enredo a partir de expectativas morais dos sujeitos em relação ao sexo, e a postura que se deve ter perante a ele. *Tato* diz a *Mirian* (ainda na cama) que a vontade de transar dela não era normal, na qual ofendida *Mirian* retruca “O que você quer dizer? Que eu sou puta?”. *Tato* (candidato a estudar medicina) recua e pergunta se a sua companheira sabia o que era ninfomania. Há uma tensão nesse diálogo motivada pela vontade “excessiva” da garota querer sexo, o que a levará, em um futuro próximo, aos corredores da clínica de *Daniel* e *Cleide* por indicação de *Tônia*. Em determinado momento do diálogo entre os dois, *Tato* irá defender para sua acompanhante que desejava carinho ao encontrá-la. Ao que *Mirian* responde com certa indignação se o que estava fazendo (felação) não era carinho?

Será durante uma das festas ofertadas por *Tônia*- orgias nas quais o espectador é apresentado às cenas de lesbianismo, sexo em grupo, voyeurismo entre outras “taras” específicas- que o público assistirá a primeira cena de sexo explícito protagonizada por *Jéssica* e *Pedro*, rapaz que interessado na travesti e percebendo sua hesitação a convence de que a melhor modo de se conhecer seria através da linguagem sexual. Já na intimidade do quarto, o rapaz até então muito sedutor se revela agressivo ao descobrir a condição da parceira, proferindo frases do tipo “É, você bem que me enganou, não é sua danadinha? Mas tudo bem cu é cu”. A travesti começa a reclamar da violência do parceiro na cama, que responde anunciando sua vontade de causar dor mesmo pelo fato dela ser travesti, o que na perspectiva do agressor excluiria a possibilidade de a travesti ser tratada com carinho “como uma lady”.Essa primeira cena de “sexo” da personagem *Jéssica* coloca em cena algo fundamental, a relação de desejo e abjeção que as travestis brasileiras são alvos. O desejo de *Pedro* pela travesti se transforma na cama em violência já que ela não seria “uma mocinha do lar”. Mais uma vez a distinção moral entre sexo e amor, mocinhas para casar e para transar é evocada. Na perspectiva do personagem *Pedro* a categoria de moças para casar/amor não se aplicaria a nenhuma travesti, se é que é possível dizer que o personagem a considera uma

moça, já que sua primeira expressão para *Jéssica* – ao ver o ato sexual interrompido- é “sua filho da puta”. A questão da linguagem chama a atenção desde a própria sinopse, já que ela trata a travesti *Jéssica* no masculino “um travesti”. Nesse ponto, atento para o fato de nas interações entre *Jéssica* e outras personagens dentro do enredo, a travesti sempre ser tratada no feminino, respeitando sua identidade de gênero. Entretanto nas interações entre terceiros, sem a presença física de *Jéssica*, é comum referirem-se a travesti acompanhada de pronomes masculinos.

Se até aqui podemos observar alguns aspectos da vida da personagem travesti, será a partir de sua chegada a clínica médica que conheceremos a verdade sobre a existência de *Jéssica*. Foucault (1988), mostra como desde o século XVIII discursos sobre o sexo se multiplicam dentro dos dispositivos de poder, incitando o sujeito a falar sobre o sexo, questionando assim a chave analítica que parte da hipótese repressiva. Defende o autor:

Desde o século XVIII o sexo não cessou de provocar uma espécie de erotismo discursivo generalizado. E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele exercia e como meio para seu exercício; criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. Desenfurnam-no e obrigam-no a uma existência discursiva. (FOUCAULT 1988:39)

É a partir do minuto trinta e cinco, quando a travesti chega a clínica médica, que acessaremos sua história de vida sempre a partir do território asséptico do consultório médico. A construção da trajetória de vida da travesti *Jéssica* chama atenção pela sintonia com o que estava prescrito sobre a transexualidade nos manuais médicos do período. Uma das grandes preocupações de manuais como o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos mentais) é apontar a manifestação do transtorno nas suas fases iniciais, tendo suas prescrições uma intensa sintonia com os trabalhos do psiquiatra e psicanalista Robert Stoller (1982), defensor da tese de que a resposta para os “desvios” de gênero deveriam ser pesquisados a

partir da personalidade da mãe. Segundo o autor, a mãe, devido à inveja dos homens, e seu desejo inconsciente em ser homem, fica tão extasiada com o nascimento do filho que transfere seu desejo para ele, provocando assim uma ligação extrema entre filho e progenitora. Essa relação simbiótica aliada ao ocultamento da figura do pai não permitiria que o conflito de Édipo se instaurasse. Essa ausência do conflito e conseqüentemente de sua resolução, não possibilitariam que a identidade de gênero se desenvolva de maneira “saudável/normal”.

Bento (2008; 2014) ao desenvolver sua análise crítica sobre o dispositivo transexual é precisa ao apontar o fato da transexualidade nesses manuais médicos como o DSM, CID (Código de Doenças Internacionais) e o SOC (State of Care) refletirem convenções sociais sobre o que seria um homem e/ou uma mulher de “verdade”. Defendendo a tese de que a concepção que atrela gênero à genitália geraria necessariamente esses trânsitos identitários. Como percebe a autora, “nesses documentos há o pressuposto de que a transexualidade, por se tratar de uma doença, tem basicamente os mesmos sintomas em todas as partes do mundo. A patologização caminha de mãos dadas com a universalização.” (BENTO 2008:98)

O conceito de performatividade, trabalhado por Butler (1997;2003), toca justamente nesse ponto, na sua perspectiva gênero seria uma norma materializada discursivamente constituída por atos de repetição estilizada, revelando os dispositivos de saber e poder que são acionados durante essa construção. A autora identifica todo um discurso que permite a manutenção da heterossexualidade enquanto ordem compulsória, manutenção possível através da questão da performatividade, a repetição de atos, signos e gestos, do âmbito cultural, que reforça a construção dos corpos masculino e feminino. Nessa perspectiva queer o foco de explicação sai do indivíduo e se atenta em especial às estruturas sociais e relações de poder, dando maior ênfase em uma micropolítica do que em uma gramática universal.

A questão da cirurgia como recurso terapêutico diferencia principalmente o SOC do DSM-IV- objeto central da análise de Bento (2008), atualmente já se encontra disponível o DSM-V onde o termo “transtorno de identidade de gênero” (DSM-IV) foi substituído pelo termo “disforia de gênero”<sup>82</sup>. Se o DSM-IV nos traz a operacionalização do pensamento de Robert Stoller e a partir de 1983 inclui a transexualidade (disforia de gênero) no rol de seus transtornos catalogados, o SOC tem por fonte de inspiração Harry Benjamin, não fugindo em suas diversas atualizações do ponto inicial formulado por Benjamin de ver a transexualidade como tendo sua origem em alguma parte do corpo, onde as cirurgias de transgenitalização são as únicas terapias possíveis. O CID-10 consiste em um documento mais prático e objetivo, no limite, um protocolo que apresenta as características gerais e o código de ação que deve estar presente em todos os diagnósticos. No Brasil, o termo transexual começa a aparecer durante a década de setenta e oitenta a partir do caso do Dr. Roberto Farina- condenado e posteriormente absolvido pelo crime de lesão corporal em 1978, após realizar a primeira cirurgia de redesignação sexual em uma mulher trans no ano de 1971. Em 1997, CFM nº1482 permite a cirurgia para a construção de “neovagina”, procedimento sobre gônadas e hormonioterapia condicionados ao diagnóstico de transexualismo nos moldes formulados por H. Benjamin e em caráter experimental- conforme resolução do conselho nacional de saúde nº 196 de 10/10/1996, ou seja, restrito à hospitais universitários. Em 2002, CFM nº1652 autoriza a cirurgia de “neocolpovulvoplastia” ser realizada em qualquer instituição de saúde, mantendo o caráter experimental da cirurgia de “neofaloplastia. A portaria nº 1707, de 18 de agosto de 2008 incorpora o “processo transexualizador” ao SUS onde a resolução nº 1652 é citada como parâmetro para o tratamento(Lionço, 2009).

A construção da personagem em consonância com os manuais apontados acima, retomando o que caracterizaria a transexualidade nos trabalhos de Robert Stoller: a) a

---

<sup>82</sup> A investigação de Bento (2008) foi desenvolvida antes dessa mudança.

ausência de uma figura masculina paterna forte e b) um relacionamento simbiótico com a mãe na infância, reforçam a posição privilegiada que *O sexo dos anormais* assume nessa investigação. Cabe frisar que apesar de Jéssica ser construída enquanto travesti nas interações dentro do filme, sua personagem apresentará uma variedade de características que podem ser associadas também a transexualidade<sup>83</sup>. Por fim será *O sexo dos anormais* um dos primeiros filmes a colocar em cena uma travesti transando sem se escusar dos closes genitais, sendo um sujeito desejante e desejado, capaz de sentir e fornecer prazer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos acima alguns indícios que ajudam a esclarecer a razão da hipótese que essa investigação busca apresentar, de que na construção da personagem Jéssica em *O sexo dos anormais* foi a matriz biomédica a principal influência, refletindo uma tendência muito mais ampla na qual os saberes biomédicos adquirem o monopólio da legitimidade em relação aos discursos sobre o sexo. Talvez a própria ficha cinematográfica, disponível na cinemateca brasileira, forneça importantes indícios quando nos seus “termos descritores” em relação à obra *O Sexo dos Anormais* apareçam palavras como: *deficiente mental, sexo, hospital, psiquiatria e travestismo*. Além disso, chama a atenção o fato de própria Jéssica durante todo o filme ser construída em cima de aspectos socialmente valorados como femininos<sup>84</sup>.

Recupero o trabalho de Scott (1998) no sentido de apontar enquanto “conclusão” a importância, assim como a autora, da apreensão da história das diferenças e de seu impulso

---

<sup>83</sup> Em um de seus diálogos com seu cônjuge Roberto, Jéssica colocará a questão de ela não ser “mulher” remetendo ao fato de ela não possuir um sistema reprodutor “feminino”. No qual a resposta de Roberto evoca a potência evolutiva da medicina como uma esperança para Jéssica se tornar mulher no futuro. O trabalho de Barbosa (2013) e Leite Jr. (2011b), mostram como que a distinção entre as categorias travesti e transexual são muito subjetivas marcadas por questões de raça e classe. Enquanto categorias médicas a transexualidade se diferenciaria da travestilidade pela relação de abjeção do sujeito com seu órgão genital.

<sup>84</sup> Como por exemplo a referência constante ao desejo de Jéssica em ser mãe e cuidar dos afazeres domésticos em oposição a sua situação de trabalhar na noite, na prostituição.

crítico em molduras epistemológicas distintas da que parte ao apelo da experiência como prova incontestável, chamando a atenção às violências epistemológicas que esses grupos subalternizados enfrentam<sup>85</sup>. A autora aponta a existência de *regimes de visibilidade*<sup>86</sup> que fomentam a necessidade da busca de fontes alternativas quando pensamos grupos marginalizados, pois a história oficial<sup>87</sup> tende a apagar certas partes, em um processo de automutilação marcado pela perspectiva de grupos hegemônicos no momento. Nesse sentido é importante revisitar como as travestis eram vistas nos filmes da *boca do lixo* para uma melhor compreensão da atuação e inserção dessas na sociedade brasileira nesses trinta anos que se passaram desde o lançamento de *O Sexo dos Anormais*.

## Referências

- ABREU, N. Boca do Lixo: cinemas e classes populares. Campinas:[s.n], 2002
- ADELMAN, M. A voz e a escuta- encontros e desencontros entre teoria feminista e a sociologia contemporânea. Curitiba: Blucher, 2009.
- BARBOSA, B. “Doidas e putas”: uso das categorias travesti e transexual in Sexualidad, Salud y Sociedad, n 14- ago-2013 pp.352-379, 2013
- BENTO, B. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008
- \_\_\_\_\_ Queer o quê? Ativismo e estudos transviados in Dossiê Queer, Revista Cult, n 193, disponível em <http://revistacult.uol.com.br/home/2014/10/queer-o-que-ativismo-e-estudos-transviados/> agosto, 2014
- BERNARDET, Jean-Claude, O Escândalo da Melancia in MANTEGA, Guido (org.), Sexo e Poder, São Paulo: Círculo do Livro, sem data
- BÉRUBÉ, A. Coming out under fire: The history of gay men and women in world war two. Nova York: The free press, 1990.
- BUTLER, J. Excitable speech: A politics of performative. Nova York: Routledge, 1997
- \_\_\_\_\_ Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003
- FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988
- \_\_\_\_\_ Sobre a História da sexualidade In Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2000
- FREITAS, M. Entre estereótipos, transgressões e lugares comuns: notas sobre a pornochanchada no cinema brasileiro in Intexto (Porto Alegre), v.1, n 10 pp 1-26, Janeiro- Junho, 2004
- GODINHO, D; MOURA, H. Coisas eróticas: A história jamais contada da primeira vez do cinema nacional. São Paulo: Panda Books, 2012
- HUNT, L. A Invenção da Pornografia, São Paulo: Hedra, 1999
- HUNTER ET AL. On pornography: literature, sexuality, and obscenity law. Nova York: St. Martin’s Press, 1993

<sup>85</sup> Já que a travestilidade não constitui uma experiência necessariamente evidente.

<sup>86</sup> Em diálogo com o conceito foucaultiano de *regime de verdade*.

<sup>87</sup> Por “história oficial” a autora entende as variantes mais institucionalizadas de viés macroestrutural.

- KULICK, D.** Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008
- LEITE JUNIOR, J.** A pornografia contemporânea e a estética do grotesco, (In)visível, edição zero, 2011.
- \_\_\_\_\_ A pornografia é um morto-vivo? Crítica Cultural- Critic, Palhoça, SC, v. 9, n. 2, p. 179-195, jul/dez, 2014
- \_\_\_\_\_ Das maravilhas e prodígios sexuais: a pornografia “bizarra” como entretenimento. São Paulo: Annablume, 2006
- \_\_\_\_\_ Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos: pornografia com pessoas que transitam entre os gêneros. In Cadernos Pagu (38), janeiro-junho de 2012
- \_\_\_\_\_ Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011b
- LIONÇO, T.** “Atenção integral à saúde e diversidade sexual no processo Transexualizador no SUS: avanços, impasses e desafios”. Physis: Revista de saúde coletiva. Rio de Janeiro, Nº 19, 2009
- NASCIMENTO, J.O** erotismo no cinema: as comédias eróticas italianas in XXVII Simpósio Nacional de História, Anpuh Brasil, Natal- RN, Julho 2013
- PELÚCIO, L.** Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo da AIDS. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2009
- \_\_\_\_\_ Entrevista de Cláudia Wonder a Larissa Pelúcio. Disponível em <http://www.ufscar.br/cis/2010/11/entrevista-de-claudia-wonder-a-larissapelucio/> 2006
- \_\_\_\_\_ Exótica, erótica e travesti- nacionalidade e corporalidade no jogo das identidades no mercado transnacional do sexo. In: Castro, A. (org.) Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias. São Paulo, Cultura Acadêmica/UNESP, 2010
- PERLONGHER, N.** O que é Aids? São Paulo: Brasiliense, 1987
- PIRES, A.** A representação da travesti na pornochanchada: “Novas sacanagens do viciado em C” in Bertoli Filho, C.; Amaral, E. (orgs). Pornochanchando: em nome da moral, do deboche e do prazer. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016
- PRECIADO, B.** Texto Yonqui. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2008
- RANCIÈRE, J.** A partilha do sensível: estética e política. São Paulo: EXO experimental org.; Ed.34, 2005
- RUBIN, G.** “Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality” in Abelove, H.; Barale, M. A.; Halperin, D. M. (orgs) The Lesbian and Gay Studies Reader. New York: Routledge, 1993
- SCOTT, J.** A invisibilidade da experiência in Projeto História. São Paulo: PUC, 1998
- SELIGMAN, F.** A tradição cultural da comédia popular brasileira na pornochanchada dos anos 70. In IV Encontro do núcleo de pesquisas da Intercom, 2004
- \_\_\_\_\_ “Um certo ar de sensualidade: o caso da pornochanchada no cinema brasileiro” in Sessões do Imaginário, n 9, PUCRS, maio ,2003
- SILVEIRA, R; CARVALHO, F.** Embrasilme x boca do lixo: as relações entre financiamento e liberdade no cinema brasileiro nos anos 70 e 80 in Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.8,n.24. Outubro de 2015
- SIMÕES, I.** Aspectos do cinema erótico paulista. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Artes), Universidade de São Paulo, 1984
- SORLIN, P.** Sociología del cine: apertura para la historia de mañana. México: Fondo de cultura económica, 1985
- STERNHEIM, A.** Alfredo Sternheim: um insólito destino. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009
- STOLLER, R.** A experiência transexual. Rio de Janeiro: Imago, 1982
- VIEIRA, João Luiz.** Indispensáveis e enganosas, as imagens, testemunhas da história de Pierre Sorlin. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 81-96, jul. 1994.

**“Ideologia de gênero” e a juventude assembleiana  
Perspectivas Sociológicas**

**"Gender ideology" and assembly youth  
Sociological Perspectives**

Bruna Lassé Araújo<sup>88</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** A pesquisa em desenvolvimento visa compreender quais são os impactos da chamada "ideologia de gênero" entre as/os jovens das igrejas das Assembléias de Deus (AD). O município de Seropédica é o lócus de realização da pesquisa por apresentar a maior taxa de evangélicas/os e uma das maiores taxas de evangélicas/os de origem pentecostal da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** gênero; pentecostalismo; juventude

**Abstract:** The research in development aims to understand what are the impacts of the so-called "gender ideology" among the youth of the Assemblies of God (AG) churches. The municipality of Seropédica is the locus of conducting the research because it presents the highest rate of evangelicals and one of the highest rates of evangelicals of Pentecostal origin in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro.

**Keywords:** gender; pentecostalism; youth

## **Introdução**

A retomada dos estudos sobre a temática da juventude, a partir da década de 90, tem abordado diferentes dimensões da vida social e não somente a dimensão política (Martins e Augusto, 2005; Camurça & Tavares, 2005). A religião é uma dessas dimensões e tem assumido inusitada centralidade, principalmente porque acreditava-se que o mundo havia passado por um processo de desencantamento e a juventude - entendida enquanto segmento contestador - não se engajaria nesse campo (Camurça, Tavares e Perez, 2015). Exatamente o oposto tem sido observado e pesquisas têm demonstrado a importância das análises que correlacionam juventude e religião, como é o caso dos trabalhos realizados por Silva et alii

---

88

Mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Órgão de fomento: CAPES. Endereço institucional: BR 465 Km 7, Cep. 23890-000, Seropédica/RJ; Prédio do PPG (Hexágono), sala 06, ICHS-UFRRJ. Endereço eletrônico: [bla.lasse@hotmail.com](mailto:bla.lasse@hotmail.com)

(2008) – sobre religiosidade, juventude e sexualidade; Fernandes (2011) – sobre jovens católicas/os e pentecostais na Baixada Fluminense; Novaes (2012) – sobre juventude, religião e políticas públicas, uma análise sobre pesquisas realizadas nos 10 anos anteriores a publicação do artigo em questão; e Camurça, Tavares & Perez (2015) – sobre religião entre estudantes de MG. Precisamente por isso este trabalho buscará apontar a possibilidade de uma pesquisa que visa compreender a articulação entre essas duas temáticas.

Como indica o título deste trabalho, a pesquisa aqui proposta buscará explorar como as/os jovens das Assembleias de Deus (AD) vivenciam, em sua experiência cotidiana, os discursos construídos sobre a chamada “ideologia de gênero”. Para tanto, será utilizado o conceito de juventude adotado pela Assembleia Geral da ONU, em 1985: jovens serão as pessoas entre 15 e 24 anos (ONU, 1996). Entretanto, aqui neste ponto é preciso esclarecer que se fez necessário adotar este conceito por conta de questões metodológicas, o que não significa que seja ignorado o fato do conceito de juventude ser uma construção social. Além disso, é importante frisar que não existe uma juventude, essa unidade socialmente construída, existem jovens com interesses diversos, com estilos de vida diferentes, com potencialidades que ultrapassam um intervalo de tempo construído socialmente (Barrientos-Parra; 2004; Tavares e Camurça, 2005).

## **Justificativa**

A juventude é um dos principais segmentos da população analisado quando nos debruçamos sobre as questões relativas à educação. Como sabemos, nos últimos anos, no campo educacional e religioso (principalmente pentecostal) têm surgido debates acalorados sobre a temática de gênero, principalmente depois da votação do Plano Nacional da Educação (PNE), realizada em 2014. Na época, líderes religiosos se posicionaram contra ao que

chamaram de “ideologia de gênero”, argumentando que esta buscava a destruição da família, da moral e dos bons costumes, ou seja, houve uma clara interferência do campo religioso na vida pública. Abaixo segue a transcrição da fala do Pastor Silas Malafaia, registrada em um vídeo recente, publicado dias antes do primeiro turno das eleições municipais de 2016:

“A ideologia de gênero é uma crença (não é uma ciência) que os dois sexos (masculino e feminino) é uma construção social e cultural. Na verdade, a ideologia de gênero é a ausência de sexo, vale qualquer coisa, mas isso é escondido. Então, a ideologia de gênero só fala de relação de homem com homem e mulher com mulher. Mas a ideologia de gênero é um vale tudo: ela aceita o sexo bestial (sexo com animais), ela aceita o incesto (que é a relação de pais com filhos, irmãos com irmãos... a relação sexual) e a pedofilia (que é sexo com criança). Isso, agora, está escondido porque assusta. Agora presta atenção: na verdade, a ideologia de gênero rouba a identidade do ser humano de ser homem ou mulher, ela vai contra a razão, a experiência e a ciência. A sexualidade nas diferentes espécies, inclusive na humana (isso aqui é ciência!), tem três funções principais: dualismo (contrários), complementaridade e fecundação. Eu tô falando de ciência! A criança, quando nasce, tem uma predisposição de herdar características psicológicas do sexo que veio. Isso é ciência! (Macho e fêmea, ordem cromossômica de macho e fêmea, anatomia do sexo masculino e feminino) Como é que não tem sexo? Como é que ninguém tem sexo? Que conversa é essa? Isso é uma ideologia, não é ciência, que cumpre interesses dos ‘esquerdopatas’ que entenderam que o último reduto de autoridade é a família. Então, destroça a família pra criar uma sociedade de informes, pra ser dominada por uma elite política.” (Silas Malafaia – Vídeo publicado em 29 de setembro de 2016).

A polêmica registrada acima tem a ver com o debate sobre a diversidade nas escolas. O PNE, fruto de discussões coletivas nas Conferências de Educação realizadas em todo o país, propunha a “superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da

igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. No momento de sua votação, a discussão do que chamaram de “ideologia de gênero” inflamou o país e, no final das contas, o seguinte texto foi aprovado: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Ou seja, o novo texto representou um retrocesso no que se refere à criação de políticas públicas de combate às opressões raciais, de gênero e sexuais no campo educacional (Almeida & Luz; 2016). Entretanto, o que motiva esta pesquisa não diz respeito especificamente à criação de políticas públicas de educação, mas aos impactos da discussão sobre a “ideologia de gênero” no interior das comunidades evangélicas de origem pentecostal, sobretudo entre a juventude. Portanto, meu interesse está em perceber como a juventude das AD compreende, assimila e vivencia as discussões sobre a “ideologia de gênero”.

As AD compõem a primeira onda do pentecostalismo, caracterizada “... pelo anticatolicismo, pela ênfase no dom de línguas, por radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo.” (Mariano, 1996: 25). Essas igrejas estão, segundo os Censos Demográficos (1) dos últimos 30 anos, entre as mais populares no país justamente num período em que a população católica segue a tendência de declínio (2) observada nas décadas anteriores (Mariano, 2008; Teixeira, 2013; Fernandes, 2015). Portanto, como afirma Freston, estamos experimentando uma “... protestantização liderada pelas igrejas pentecostais” (Freston, 2010: 15) e esse fenômeno tem sido registrado em todo o Brasil.

**Tabela I - Distribuição da população por grupos de religião – Brasil 1991/2010**

<b>Grupos de religião</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Católica Apostólica Romana	83,0	73,6	64,6
Evangélica	9,0	15,4	22,2
Evangélica de origem pentecostal	5,6	10,4	13,13

Fonte: IBGE

O Rio de Janeiro, atualmente, está entre os Estados que apresentam as maiores taxas de pessoas filiadas às religiões evangélicas e evangélicas de origem pentecostal. Olhando para a composição religiosa interna do Estado, mais especificamente para a Região Metropolitana, Alves, Barros e Carvaneghi (2012) chegam a defender que “... o colar da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - CRMRJ (Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ - menos a cidade do Rio de Janeiro - CRJ) está algo entre 20 e 30 anos à frente das tendências nacionais.” Desta forma, podemos inferir que os dados registrados no último Censo (2010) na RMRJ provavelmente antecipem o retrato do país em 2 ou 3 décadas. Justamente por isso tomo esta região como objeto nesta pesquisa.

**Tabela II - População residente por religião**

<b>Brasil, Grande Região e Unidade da Federação</b>	<b>Católicos</b>	<b>Evangélicos</b>	<b>Evangélicos de origem pentecostal</b>
Brasil	64,63	22,16	13,13
<b>Região Norte</b>	<b>60,61</b>	<b>28,50</b>	<b>20,09</b>
Rondônia	47,55	33,80	21,33
Acre	51,94	32,66	20,06
Amazonas	59,46	31,16	19,90
Roraima	49,14	30,30	19,14
Pará	63,69	26,73	20,63
Amapá	63,55	27,95	20,91

Tocantins	68,27	23,04	16,16
<b>Região Nordeste</b>	<b>72,19</b>	<b>16,39</b>	<b>10,08</b>
Maranhão	74,52	17,19	11,46
Piauí	85,08	9,72	6,74
Ceará	78,84	14,63	9,77
Rio Grande do Norte	75,96	15,40	10,35
Paraíba	76,96	15,16	8,45
Pernambuco	65,95	20,34	12,53
Alagoas	72,33	15,91	11,47
Sergipe	76,38	11,77	6,46
Bahia	65,34	17,41	9,40
<b>Região Sudeste</b>	<b>59,46</b>	<b>24,58</b>	<b>14,32</b>
Minas Gerais	70,43	20,19	11,52
Espírito Santo	53,29	33,12	18,28
Rio de Janeiro	45,81	29,37	15,76
São Paulo	60,06	24,08	14,75
<b>Região Sul</b>	<b>70,09</b>	<b>20,18</b>	<b>10,91</b>
Paraná	69,60	22,18	13,40
Santa Catarina	73,07	20,04	10,98
Rio Grande do Sul	68,82	18,32	8,43
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>59,55</b>	<b>26,82</b>	<b>16,64</b>

Mato Grosso do Sul	59,42	26,49	15,21
Mato Grosso	63,44	24,55	15,70
Goiás	58,90	28,08	19,00
Distrito Federal	56,62	26,88	13,63

Fonte: IBGE 2010

A Região Metropolitana é composta por 21 municípios, sendo 12 os que apresentam maiores proporções de evangélicas/os em comparação às católicas/os. Dentre esses municípios, 4 destacam-se por apresentarem taxas maiores que 40%, são eles: Itaguaí (41,37%), Queimados (42,82), Seropédica (44,01) e Tanguá (41,09). Como é possível observar, Seropédica possui a maior taxa de evangélicas/os, apresenta uma das menores taxas em relação ao número de católicas/os (perdendo apenas para Queimados e Itaguaí) e uma das maiores em relação ao percentual de evangélicas/os de origem pentecostal (perdendo apenas para Japeri, Cachoeiras de Macacu e Queimados) (3). Sobre isso, Eustáquio (2013) nos traz dados importantes:

“A cidade de Seropédica (onde funciona a Universidade Rural - UFRRJ), situada no pé da Serra das Araras, na parte sul do estado do Rio de Janeiro, é um exemplo de rápida mudança religiosa. Até início dos anos de 1990, Seropédica fazia parte do município de Itaguaí. No censo demográfico de 1991, Itaguaí tinha 55% de pessoas que se declaravam católicas e 21% de evangélicos. Portanto, os católicos eram maioria da população. Porém, a perda de católicos nos anos seguintes foi muito grande em ambas as cidades.”

**Tabela III - Distribuição da população por grupos de religião na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro – 2010**

<b>Cidade</b>	<b>Total</b>	<b>Catól.</b>	<b>%</b>	<b>Evang.</b>	<b>%</b>	<b>Pentec.</b>	<b>%</b>
Belford Roxo	469332	152503	32,49	174250	37,13	105249	22,43
Cachoeiras de Macacu	54273	17628	32,48	20907	38,52	13891	25,59
Duque de Caxias	855048	299971	35,08	314459	36,78	191266	22,37
Guapimirim	51483	18434	35,81	17352	33,7	12027	23,36
Itaboraí	218008	72914	33,45	85147	39,06	51223	23,5
Itaguaí	109091	35487	32,53	45127	41,37	23639	21,67
Japeri	95492	25151	26,34	36490	38,21	25499	26,7
Magé	227322	90325	39,73	78411	34,49	48392	21,29
Maricá	127461	59687	46,83	34018	26,69	15506	12,17
Mesquita	168376	57408	34,1	63580	37,76	37321	22,17
Ninópolis	157425	61720	39,21	51943	33	26847	17,05
Niterói	487562	258391	53	97759	20,05	38568	7,91
Nova Iguaçu	796257	263499	33,09	294099	36,94	174911	21,97
Paracambi	47124	16000	33,95	16903	35,87	7546	16,01
Queimados	137962	36285	26,3	59079	42,82	35100	25,44
Rio Bonito	55551	20765	37,38	21297	38,34	9131	16,44
Rio de Janeiro	632044 6	322919 2	51,09	147702 1	23,37	794006	12,56
São Gonçalo	999728	417577	41,77	325310	32,54	155767	15,58

São João de Meriti	458673	167809	36,59	163005	35,54	85134	18,56
Seropédica	78186	21457	27,44	34413	44,01	19431	24,85
Tanguá	30732	9433	30,7	12628	41,09	6455	21

Fonte: IBGE

Em Seropédica, assim como nacionalmente, as igrejas AD destacam-se dentre as religiões evangélicas de origem pentecostal por concentrarem o maior número de adeptas/os e por apresentarem um dos maiores contingentes de fiés do sexo feminino (4). Analisando-se os dados de Seropédica, as mulheres representam cerca de 57% das pessoas filiadas, enquanto os homens não chegam aos 44%. É precisamente por se caracterizar como uma das Igrejas com maior número de adeptas (no país e no município em questão) que a tomo como campo de pesquisa. Além disso, levei em consideração também que poucos estudos são realizados sobre gênero e o pentecostalismo identificado como clássico (5).

## Metodologia

Para a execução deste trabalho será utilizada a técnica de amostragem não probabilística chamada Bola de Neve (snowball). Neste tipo de abordagem metodológica, as/os informantes iniciais (chamados também de “sementes”) ajudarão a localizar novas/os participantes dentro do perfil desejado para a pesquisa. Posteriormente, as/os informantes indicadas/os apontarão novos contatos e assim, à medida que a pesquisa avança, o quadro amostral tende a crescer. Embora não seja possível realizar, a partir dessa amostragem, uma pesquisa em que a seleção das/os participantes seja aleatória, essa técnica mostra-se muito

eficaz quando o propósito é “... estudar determinados grupos difíceis de serem acessados” (Vinuto, 2014: 203), como é o caso do objeto deste trabalho.

Após a busca dos primeiros contatos através da CONEMAD-RJ (Convenção Estadual dos Ministros das Assembleias de Deus – Ministério de Madureira) (6), serão feitas entrevistas com roteiro semi-estruturado, o que significa que haverá espaço para um diálogo mais espontâneo entre informantes e entrevistadora. As entrevistas são fundamentais, pois permitem “... mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados.” (Duarte, 2004: 215) Consequentemente, espera-se que esta pesquisa traga luz sobre como a(s) juventude(s) tem se posicionado frente aos debates sobre a chamada “ideologia de gênero”. No final das contas, busca-se entender quais fatores (ethos religioso, lideranças, nível educacional, influência familiar, de grupos políticos etc) influenciam o posicionamento das/dos jovens assembleianas/os, o que possibilitará a realização de uma análise comparada entre juventude católica e evangélica pentecostal, tomando como fonte a pesquisa realizada por Fernandes (2011) com jovens católicas/os e pentecostais da Baixada Fluminense.

## NOTAS

1 - Sobre o Censo Mafra (2013) e Fernandes (2013) apontam, apesar dos problemas metodológicos, a importância desse levantamento nacional.

2 - Fernandes (2015:48) aponta que “...o processo de modernização da sociedade brasileira produz uma mobilidade migratória que (...) relança os indivíduos em novas experiências socioculturais, econômicas e religiosas que ora fortalecem a adesão ao catolicismo e ora fragiliza suas bases.” A mesma autora afirma, em outros trabalhos, que fatores como a falta de respostas mais eficazes, as relações familiares e afetivas, fatores sociais, econômicos,

culturais etc favoreceriam também a redefinição religiosa (Fernandes, 2013; Fernandes, 2014). Portanto, Fernandes demonstra que não há apenas uma explicação quando se analisar as dinâmicas sócio-religiosas.

3 - Segundo Mariano (2008: 71), “...o Pentecostalismo cresce, sobretudo, na pobreza e na periferia das regiões metropolitanas.”

4 - Autoras e autores têm constatado a destacada participação feminina nas AD em suas pesquisas, como é o caso de Theije, 2002; Machado, 2005; Freston, 2010; Fernandes, 2011; Alves, Barros & Cavenaghi, 2012).

5 - Utilizei o quadro classificatório traçado por Mendonça, em *Introdução ao Protestantismo no Brasil* (1990), que põe AD e CC no quadro das igrejas pentecostais clássicas. Mariano (2004), Lisboa (2008) e Portella (2012) também concordam com essa classificação.

6 - Na busca realizada no site desta convenção, foi identificado que dois dos seus noventa e nove presidentes possuem sede em Seropédica. Portanto, a pesquisa partirá dessas suas sedes: uma em Campo Lindo e uma no Centro da Cidade.

<http://www.conemadrj.com.br/principal.php?page=presidentes>

## Referências

ALMEIDA, Kaciane Daniella de; LUZ, Nanci Stancki da. *Ideologia de Gênero no PNE: uma discussão a partir de sítios*. IX Jornadas Latino-Americanas de Estudos Sociais das Ciências e da Tecnologia. ESOCITE, 2016

ALVES, José Eustáquio Diniz; BARROS, Luiz Felipe Walter; CAVENAGHI, Suzana. *A dinâmica das filiações religiosas no Brasil entre 2000 e 2010: diversificação e processo de mudança de hegemonia*. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2012: 1-22.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge. O Estatuto da Juventude – Instrumento para o desenvolvimento integral dos jovens. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília a. 41 n. 163 jul/set. 2004.

BURITY, Joanildo A. Religião, Política e Cultura. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n. 2. 2008: 83-113.

CAMURÇA, Marcelo A; TAVARES, Fátima & Perez, Léa. *Religião, pertencimentos, crenças e*

*valores na juventude de Minas Gerais*. Paralellus, Recife, v. 6, n. 13, p. 407-428, jul./dez.2015.

CAMURÇA, Marcelo & TAVARES, Fátima Regina Gomes. “Juventudes” e religião no Brasil: revisão bibliográfica. Numen: revista de estudos e pesquisa de religião, Juiz de Fora, v. 7, n. I, p. 11-46,

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*; Curitiba, n.24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

FERNANDES, Sílvia R. Alves. *Juventude nas igrejas e fora delas: crenças, percepções da política e (des) vinculações*. TOMO, nº 14, 2009.

\_\_\_\_\_. Marcos definidores da condição juvenil para católicos e pentecostais na Baixada Fluminense – Algumas proposições a partir de um survey. In: *Religião e Sociedade*. Volume 31, nº 1, ano 2011. Rio de Janeiro, ISER.

\_\_\_\_\_. Os números de católicos no Brasil: mobilidades, experimentação e propostas não redutivistas na análise do Censo. In: F. Teixeira; R. Menezes (Orgs.). *Religiões em movimento: o Censo 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013.

\_\_\_\_\_. O Censo não diz tudo, mas que ajuda, ajuda... O catolicismo em cidades do Estado menos católico. In: *Religiões em conexão: números, direitos, pessoas*. Comunicações do ISER, 2014.

\_\_\_\_\_. Católicos e catolicismo(s) no Brasil: dinamizando os dados censitários. In: Maria Clara Lucchetti Bingemer; Paulo Fernando Carneiro de Andrade. (Org.) *O Censo e as religiões no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014, v.1, p. 43-66.

\_\_\_\_\_. Catolicismo estrutural – Interpretações sobre o Censo da Igreja Católica e a mudança sociocultural dos catolicismos brasileiro. *Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)*, São Luís, v. 1, n. 1, p. 185-202, jul./dez. 2015.

FRESTON, As duas transições futuras: católicos, protestantes e sociedade na América Latina. *Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 12, n. 12, p. 13-30, outubro de 2010.

IBGE. *Censo Demográfico 2010 - Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Censo demogr., Rio de Janeiro, 2012: 1-215.

LISBOA, Maria Regina A. 2008. “*Combatendo na Posse do espírito: gênero e sexualidade na Assembléia de Deus*”. Florianópolis. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/ UFSC.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero nos grupos pentecostais. *Revista de Estudos Feministas*, 2005.

MAFRA, Clara. Números e narrativas. Debates do NER, Porto Alegre, n. 24, 2013a.

MALAFAIA, Silas. Silas Malafaia Oficial, 29 de setembro de 2016. *Pr. Silas Malafaia: O que é Ideologia de Gênero?* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOL15Y> . Acesso em: novembro de 2016.

MARIANO, Ricardo. Os neopentecostais e a teologia da prosperidade. *Novos Estudos*, número 44. 1996

\_\_\_\_\_. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, 18 (2), 2004.

\_\_\_\_\_. Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos. *Revista de Estudos da Religião*, 2008: 68-95.

MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza & AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Juventude(s) e transições. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 17, n.2, 2005.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; FILHO, Prócoro Velasques. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. Edições Loyola, 1990.

NOVAES, Regina. Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 32(1): 184-208, 2012

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Resolução adotada pela Assembleia Geral da ONU. Programa de Ação Mundial para a Juventude até o Ano 2000 e Além, 1996. Disponível em: [http://www.unfpa.org.br/Arquivos/10-A\\_res\\_50\\_81\\_port.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/10-A_res_50_81_port.pdf). Acesso em 20/11/2016

PORTELLA, Rodrigo. Pentecostalismo clássico e valores de autonomia: sobre o poder simbólico das representações pentecostais. *Revista Eletrônica Espaço Teológico* ISSN 2177-952X. Vol. 6, n. 10, jul/dez, 2012, p. 03-15

SILVA, Cristiana Gonçalves da et al. Religiosidade, juventude e sexualidade: entre autonomia e rididez. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 4, p. 683-692, out./dez. 2008

TEIXEIRA, Faustino. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 77-84, jul./dez. 2013.

THEIJE, Marjo de. “São metade macho, metade fêmea”: sobre a identidade de gênero dos homens católicos. *Anthropológicas*, 2002.

VINUTO, Juliana. *A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto*. Temáticas, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014

**A classificação compulsória dos sujeitos e a violência contra as mulheres na sociedade patriarcal: uma análise a partir da delegacia da mulher de Dourados-MS<sup>89</sup>**

**The compulsory classification of the subjects and the violence against women in the patriarchal society: an analysis from the police station of the woman of Dourados-MS**

Bruna Aparecida Azevedo Gayozo<sup>90</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** O presente artigo é a ramificação da pesquisa que está sendo desenvolvida pela autora, na Delegacia de Atendimento a Mulher de Dourados, onde no cotidiano dos profissionais, entre denúncias e retratações é possível identificar com clareza a presença e o impacto que os estereótipos de gênero trazem para as relações –na maioria das vezes violenta- entre homens e mulheres.

**Palavras-chave:** Estereótipos de Gênero; violência; Patriarcado.

**Abstract:** This article is a ramification of the research being developed by the author, in the Dourados Police Department, where in the daily life of professionals between denunciations and portraits it's possible to clearly identify the presence and the impact that gender stereotypes bring to the -mostly violent- relationships between men and women.

**Keys-words:** gender stereotypes; violence; patriarchal.

O meio científico e acadêmico como reflexo da sociedade é, também, um meio de estereótipos e preconceitos. Muito se tem dito sobre a “impossibilidade” de se utilizar do marxismo e de sua herança para trabalhar a questão do indivíduo, da persona, e das individualidades, constantemente teóricos burgueses alegam que Marx jamais pensou nas subjetividades. Todavia, remando contra a maré, escolhemos aqui utilizar algumas destas heranças marxianas e entender (ou pelo menos tentar entender) a formação da individualidade dentro da sociedade capitalista.

Parece ser um lugar comum de discussão a evidência de que o “ser” humano só é possível em meio à sociedade, e o que caracteriza o que é ser ou não ser humano é determinado a partir de princípios impostos pela sociedade. Todavia também é lugar comum o fato de cada indivíduo é único, cada ser humano é dotado de particularidades que extrapolam a imposição de estereótipos.

---

<sup>89</sup> Artigo oriundo de ramificação da pesquisa de mestrado em andamento, apresentado no III SIGESEX realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

<sup>90</sup> Mestranda, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados; tendo como instituição de fomento a FUNDECT.

Todo ser humano é único, irrepitível, singular. Mesmo nas relações de máxima alienação, quando o ser humano parece se anular totalmente nos estereótipos fetichizados, padronizando-se segundo os critérios de normalidade ditados pelas relações alienadas, ainda assim cada ser humano continua a ser um indivíduo ainda que cada individualidade nunca ultrapasse o âmbito do em-si.(DUARTE, p.159;160)

É evidente como ressalta Newton Duarte que cada ser humano é dotado de especificidades e singularidades que os diferencia de todos os outros, que cada indivíduo vivencia experiências sociais a partir de uma própria dimensão de sentimentos e subjetividades. Não há, no entanto, como o ser humano existir enquanto ser humano, sem antes se apropriar da linguagem, dos usos e costumes da sociedade. Se analisarmos a situação de um imigrante que passa a viver em país totalmente diferente do seu, este, certamente estará à margem desta sociedade até que passe a comunicar de acordo com a linguagem e com os costumes deste ambiente, não caberá à sociedade se adaptar a este novo indivíduo, mas sim o contrário.

Sendo assim o primeiro aspecto que se faz necessário ressaltar é que o ser humano é construído de maneira histórico-social, cada indivíduo nasce em meio às objetivações oriundas das gerações passadas, já que estes nascem no interior de um dado momento histórico, partindo disso, a apropriação das objetivações destas gerações passadas é um processo de inserção e continuidade histórica. Marx e Engels evidenciam:

A historia nada mais é do que a sucessão de diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças de produção a elas transmitidas pelas gerações anteriores; ou seja, de um lado prossegue em condições completamente diferentes a atividade precedente, enquanto, de outro lado, modifica as circunstâncias anteriores através de uma atividade totalmente diversa. (Marx e Engels, p.70, 1979)

Ao mesmo tempo em que os indivíduos fazem as circunstâncias, (as condições históricas, econômicas e sociais) as circunstâncias também fazem os indivíduos. Os indivíduos só conseguem se objetivar enquanto ser genérico a partir da sua inserção na história.

As características do que é o **ser** humano não são transmitidas geneticamente, estas foram construídas ao longo da história a partir da apropriação da natureza pelos indivíduos, que resultam em objetivações (desde a linguagem, as formas de relação entre indivíduos, à ciência, à filosofia...) que são novamente apropriadas por indivíduos.

É importante a compreensão de o quão complexa é esta relação de construir e ser construído pelo social, já que é uma dialética constante, onde indivíduos a partir da apropriação da natureza constroem o social e suas objetivações, e paralelo a isso se apropriam das objetivações de gerações anteriores para que possam tornar-se indivíduos genéricos de fato.

Todavia a formação do indivíduo se dá apropriando-se dos resultados histórico-social e objetivando-se dentro desta história, mas esta relação entre objetivação e apropriação só ocorre com a interação com outros indivíduos, com isso quero dizer que a formação do indivíduo é um processo de educação, mesmo quando este caráter educacional não é consciente.

Este processo educativo ocorre num diálogo entre seres humanos, um processo que se dirige a um indivíduo e parte de um indivíduo, mas é preciso considerar que este processo ocorre em meio às condições externas aos indivíduos (sejam elas materiais e não- materiais). A formação de um indivíduo, nunca ocorre de maneira isolada da história social, ela sempre sintetiza todos os elementos produzidos pela história humana.

## **A BUSCA PELA CLASSIFICAÇÃO/ESTEREOTIPAÇÃO**

Considerando que somos formados enquanto indivíduos a partir do contexto histórico-social, é importante ressaltarmos o papel da educação dentro desta lógica de construção/reprodução de indivíduos, construção/reprodução do social e ainda construção/reprodução das individualidades.

É necessário ressaltar que de maneira quase que mecânica somos formados e educados a partir de uma lógica dicotômica, e um pensamento binário, que classifica sujeito em “coisas” ou “não coisas”, em masculino ou feminino. Pode-se dizer que estas classificações ocorrem simplesmente pelo fato de que “é comum que ser humano utilize a classificação e a nomeação como instrumentos para compreensão”, mas se quisermos realmente entender de maneira aprofundada esta busca pela classificação compulsória dos sujeitos, precisamos

reestruturar nossas indagações a partir dos questionamentos como “a quem serve esta classificação dicotômica?”.

Seguindo este critério, ressalta-se que somos formados e classificados dentro de padrões dicotômicos de comportamento, que tipifica papéis sociais para cada grupo de pessoas. Somos direcionados a padrões de comportamentos que foram historicamente construídos e considerados adequados ou inadequados, dentro de um padrão sistemático para cada grupo, a questão então é compreender e analisar os motivos pelos quais, apesar de tantos avanços a sociedade continua a reproduzir estereótipos do que é feminino e do que é masculino.

Essa divisão de papéis sociais e padrões de comportamento são oriundos do patriarcado, que apesar de ser uma categoria envolvida em debate, tratamos aqui como o sistema masculino de opressão das mulheres, o qual Saffioti evidencia sua latência: “Logo, não se vivem sobrevivências de um *patriarcado remoto*; ao contrário, o *patriarcado* é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias.” (Saffioti, p.63,2015). Este sistema contribui para a vinculação das mulheres às características que são consideradas inferiores, todavia, esta divisão forma estereótipos que são prejudiciais a toda a sociedade. Associando às mulheres padrões de submissão, fragilidade e afetividade e aos homens padrões de agressividade, racionalidade e força.

A imposição destas formas padronizadas do que é ser homem ou ser mulher na sociedade, acaba contribuindo para a manutenção de indivíduos que reproduzem estes mesmo critérios durante a formação e instrução das crianças, o que consequentemente também efetua a manutenção do social.

Se analisarmos esta classificação que aqui denominamos classificação compulsória dos sujeitos, constata-se como a liquidez da sociedade moderna é contraditória e complexa, isso porque, ao mesmo tempo em que nos deparamos com uma individualidade moderna, em que os sujeitos são solúveis e empreendedores de si mesmo, em que a discussão em torno das relações de gênero está num processo intenso de construção e transmissão de autonomia aos indivíduos; mas, que ainda neste contexto a própria individualidade e personalidade dos sujeitos é submetida a categorias de opressão, classificação e submissão, onde forma “outras” de ser indivíduo na sociedade moderna ainda são estigmatizadas e menosprezadas.

## CLASSIFICAÇÃO COMPULSÓRIA A SERVIÇO DE QUEM?

É necessária, evidentemente, a percepção de que a classificação compulsória dos sujeitos, a associação de indivíduos a tipos ideais de comportamentos e papéis sociais criados a partir de estereótipos, impacta a cotidianidade de todos os indivíduos, os que se enquadram ou não nestes “tipos ideais”. Todavia aqueles, que de uma forma ou de outra transgridem o que é imposto pela sociedade é afetado de maneira intensa e complexa. Neste artigo especificamente, escolheu-se pensar o impacto desta classificação em estereótipos de masculino e feminino nas relações entre homens e mulheres, e na violência contra as mulheres.

Como a busca aqui é pensar a questão de maneira não superficial, tencionamos a compreensão da relação desta classificação/separação de indivíduos em classes e grupos com a sociedade capitalista e o patriarcado.

Segundo Mézaros apud Cisne: “Durante o desenvolvimento histórico do capital também são ativadas algumas potencialidades positivas para a emancipação das mulheres— apenas para serem mais uma vez anuladas sob o peso das contradições do sistema” (MÉSZAROS apud CISNE, p.120, 2012); Como exemplo do que Mézaros diz, podemos pensar a inserção das mulheres no mercado de trabalho, que embora possa ser vista como um passo no caminho da emancipação feminina também ocorreu de acordo com os interesses do capital.

A divisão sexual do trabalho é a principal forma de exploração do capital sobre o trabalho/trabalhador, essa divisão busca setorizar e segmentar trabalhos em masculinos e femininos, no intuito de inferiorizar/subalternizar os trabalhos considerados naturalmente femininos. Segundo Cisne:

A divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão sexual do trabalho confere as mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados. (CISNE, p.109, 2012)

Esta divisão do trabalho também ocorre seguindo estes critérios de deformação e classificação dentro de padrões dicotômicos de comportamento, que tipifica papéis sociais para cada grupo de pessoas. Somos direcionados a padrões de comportamentos que foram historicamente construídos e considerados adequados ou não para homens e mulheres, a questão então é compreender e analisar os motivos pelos quais, apesar de tantos avanços a

sociedade continua a reproduzir estereótipos do que é feminino e do que é masculino, isso é necessário porque é evidente que estes estereótipos são extremamente nocivos para as mulheres, reservando a elas a discriminação, o descaso, a desigualdade e a violência.

Essa divisão de papéis sociais e padrões de comportamento é oriunda ao patriarcado, que é por ser o sistema masculino de opressão das mulheres, se mantém através da perpetuação da associação das mulheres a estas características, que são conseqüentemente inferiorizadas e subalternizadas, todavia, esta divisão forma estereótipos que são prejudiciais a toda a sociedade. Associando às mulheres padrões de submissão, fragilidade e afetividade e aos homens padrões de agressividade, racionalidade e força.

Para analisar a perpetuação desta classificação de indivíduos, neste artigo recorre-se ao uso de duas das três subestruturas que Heleith Saffioti chamou de nó teórico.

O difícil é lidar com o nó formado pelas três subestruturas: gênero, classe, raça/etnia. Uma voz menos grave ou mesmo aguda de uma mulher pode não ser relevante em sua atuação segundo o preconceito étnico-racial, mas o é, seguramente, na relação de gênero e, até certo ponto, na de classes. O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um nó. Não se trata da figura do nó apertado, mas do nó frouxo, deixando mobilidade para cada uma de suas componentes (SAFFIOTI, 1998, p.59)

Neste caso a análise parte da relação entre gênero e classe, numa dialética que pensa o patriarcado e o capital como parceiros na perpetuação dos estereótipos de gênero, como uma medida para confinar mulheres no espaço privado e atividades que paradoxalmente são consideradas inferiores como forma de manter as relações desiguais que nutrem o capitalismo.

O aspecto mais importante da família na manutenção do domínio do capital sobre a sociedade é a perpetuação- e a *internalização*- do *sistema de valores* profundamente iníquo, que não permite contestar a autoridade do capital, que determina o que pode ser considerado um rumo aceitável de ação dos indivíduos que querem ser aceitos como normais, em vez de desqualificados por “comportamento não conformista”. (Meszáros, p.271, 2011)

Considerando a Família como o órgão supremo de reprodução (associado é claro ao Estado e a Religião), e necessidade do Capital super-explorar os trabalhadores; a divisão da

sociedade em classes e grupos seria o meio mais adequado de classificar comportamentos em adequados ou não, para posteriormente se utilizar disso para super-explorar alguns grupos, como é o caso das mulheres (com ênfase nas mulheres Latino Americanas).

Sendo assim o capital e o patriarcado se utiliza dos espaços de reprodução como a família, a escola, a religião e o estado para garantir a transmissão e reprodução de um sistema de valores que é próprio do capital. É de extrema importância ressaltar, que o capitalismo é de fato um sistema de opressão que se beneficia das desigualdades que ele mesmo cria em relação às classes sociais e aos grupos heterogêneos, então de maneira geral toda a classe trabalhadora é superexplorada e oprimida, nestas circunstâncias, o capitalismo também se utiliza do patriarcado como instrumento de manutenção da exploração das mulheres. Desta mesma forma, o capital se utiliza das categorias de classe, gênero e raça/etnia como meio de perpetuar e intensificar as relações de opressão.

## **A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E CLASSIFICAÇÃO DAS SUBJETIVIDADES**

Segundo coleta de dados preliminares feitas recentemente, a Delegacia de Atendimento Especializado de Dourados-MS (DAM-DOU) registram aproximadamente 1800 Boletins de Ocorrência por ano, muitos destes boletins (as estatísticas ainda não foram concluídas) contêm mais de um tipo de violência em seu registro. Num ranking de 83 países o Brasil está em 5º lugar nos números de feminicídio, segundo o Mapa da Violência 2015, apud Dossiê Violência contra a mulher. E essa situação de violência persiste, mesmo diante dos avanços nas discussões dos movimentos feministas e nas políticas públicas que visam a proteção e emancipação das mulheres.

Esta é uma ramificação de uma pesquisa maior que está atualmente se desenvolvendo na DAM-DOU e que visa compreender os limites e avanços das Delegacias de Atendimento à Mulher como políticas públicas, como o campo de pesquisa é vivo, a observação dos atendimentos feitos às mulheres/vítimas, que por vezes são chamadas de “clientes” pelos profissionais da Dam-Dou, trouxe à tona detalhes interessantes a respeito de como a classificação dos sujeitos e a divisão de estereótipos do que é ou não papel da mulher ou do homem dentro da sociedade, influencia nas relações de violência entre estes.

Os termos “virgem” e “mulher honesta” aparecem algumas vezes no Código Penal Brasileiro, tipificando vítimas em categorias patriarcais rotuladas de acordo com um

conservadorismo agressivo, que julga mulheres e acaba culpabilizando mulheres/vítimas. Certamente, isso ocorre em parte, por conta do Código Penal Brasileiro datar de 1940, ou seja, ainda utilizamos um Código Penal de 77 anos atrás, que mesmo tendo passado por diversas alterações, principalmente com sua reforma geral em 1984, ainda traz uma série de tipologias, normas e conceitos que podem afetar a democracia.

É evidente, no entanto, que as relações sociais são muito mais complexas do que a criminalização e burocratização da violência pode demonstrar. Considerando isso, constatou-se que em vários casos de violência as vítimas retornam para fazer a retratação do B.O, o que significa que a vítima não quer mais prosseguir judicialmente contra o agressor, e para isso as justificativas permeiam o âmbito da reprodução de estereótipos quando as mesmas relatam que “este é o jeitinho dele mesmo, coisa de homem”, ou “ele estava nervoso, homem chega bravo do trabalho”, ou ainda, “eu também tive um pouco de culpa, já que não tinha limpado o sapato que ele gosta”.

Todavia, é de extrema importância ressaltar que a retratação da mulher/vítima, não significa que a violência denunciada anteriormente não tenha ocorrido, apesar de esta ser a justificativa da retratação em alguns casos, as mulheres podem retratar por medo, insegurança, por falta de condições psicológicas ou econômicas de se manter afastada do agressor, ou por outros diversos motivos.

Somos regularmente afogados em frases que reproduzem estes estereótipos de que homens devem ser agressivos e mulheres submissas, e nem nos damos conta da perversidade que é para as novas gerações serem educadas em meio à afirmação destas categorias de discriminação e perpetuação da violência.

A sociedade como um todo nem se da conta, de que a parceria patriarcado/capital segue se utilizando destes discursos como maneira de manter a exploração e a violência contra as mulheres. Se já é grande o número de vítimas que se retratam com relação ao registro do Boletim de Ocorrência porque fora levada a pensar que a violência é padrão de comportamento para os homens, é incomensurável a quantidade de mulheres que deixam de registrar o B.O contra o agressor por acreditarem no mesmo sistema de valor patriarcal/capitalista.

Se considerarmos a concepção marxiana de que o indivíduo é um sujeito histórico e social, pode-se constatar numa sociedade capitalista em que o lucro, a mais valia e exploração do trabalho são as palavras-chave, a “razão de ser” do sistema, é evidente que o capital irá se

utilizar de todas as ferramentas disponíveis para perpetuar a exploração e opressão das mulheres e dos trabalhadores como um todo, e para isso os estereótipos de gênero são instrumentos eficazes em normalizar a opressão de alguns grupos.

## Referências

- AGENCIA PATRÍCIA GALVÃO, **Dossiê Violência contra a mulher**. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/o-dossie/>, acesso em: 01 de junho de 2016.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Editora: Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2012.
- CISNE, MIRLA. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- DUARTE, Newton. **A Formação do Indivíduo e a Objetivação do Gênero Humano**. Universidade Federal de Campinas, Faculdade de Educação, 1992.
- DUARTE, Newton. **Crítica ao Fetichismo da Individualidade**, Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- MÉSZAROS, Itsván. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 1 ed. Revista- São Paulo: Boitempo, 2011.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência**. In: MARTÍN, Marcia; OLIVEIRA, Suely (Org.). **Marcadas a Ferro: violência contra a mulher uma visão interdisciplinar**, Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2005.

**Entre hetairas e marafonas: breve histórico sobre o “ser mulher” no mercado sexual em Campo Grande-ms**

**Between hetairas and marafonas: a brief history on "being women" in the sexual market in Campo Grande-ms**

Antonio Henrique Maia Lima<sup>91</sup>  
[Henrick\\_maia@hotmail.com](mailto:Henrick_maia@hotmail.com)

Estela Márcia Rondina Scandola  
[estelascandola@yahoo.com.br](mailto:estelascandola@yahoo.com.br)

Giany Conceição Costa  
[giany\\_costa@hotmail.com](mailto:giany_costa@hotmail.com)

Maria Beatriz Almeidinha Maia  
[mbeatrizmaia@yahoo.com.br](mailto:mbeatrizmaia@yahoo.com.br)

Rosana dos Santos Oliveira  
[boaventura.rosana@hotmail.com](mailto:boaventura.rosana@hotmail.com)

Tânia Regina Comerlato  
[taniacomerlato@yahoo.com.br](mailto:taniacomerlato@yahoo.com.br)

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** Campo Grande não tem um histórico sistematizado sobre o mercado prostitucional. Procurando suprir essa lacuna histórica selecionamos autores que, ao tratarem dos costumes do início da formação da cidade, têm, nos seus relatos, recortes que fazem referência ao mercado sexual. Estes autores são: Machado (1997), Machado (2008), Contar (2008) e Villalba (2013). Foi possível coletar informações pontuais que podem indicar características do mercado sexual em Campo Grande, desde a chegada dos mineiros, até a década de 1960 do século passado. Os fatos relatados por esses autores referem-se a locais estabelecidos na região central do vilarejo que se tornou cidade. Ao percorrermos esses autores procuraremos traçar um breve histórico sobre as dinâmicas deste mercado enfatizando a questão do “ser mulher” nos territórios em que ele se instalou.

**Palavras-chave:** Mercado Sexual. Campo Grande-MS. Dinâmicas. Gênero. História.

**Abstract:** Campo Grande doesn't have a systematized history of the “sexual market”. In the quest to fill this historical gap, we selected authors who, when dealing with the customs of the beginning of the formation of the city, have, in their reports, cuts that refer to the sexual market. These authors are: Machado (1997), Machado (2008), Contar (2008) and Villalba (2013). It was possible to collect punctual information that may indicate characteristics of the sexual market in Campo Grande, from the arrival of the “mineiros” until the 1960s of the last century. The facts reported by these authors refer to places established in the central region of the village that became a city. As we walk through these authors, we will try to trace a brief history of the dynamics of this market emphasizing the question of "being a woman" in the territories in which it has settled.

**Keywords:** Sexual Market. Campo Grande-MS. Dynamics. Genre. History.

---

<sup>91</sup>Todos os autores são membros do Grupo de Pesquisa do COMCEX-MS - Comitê Estadual de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes de Mato Grosso do Sul. Outras informações podem ser obtidas na Plataforma Lattes.

## 1 O MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE

O município de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul está localizado na região centro-norte e apresenta uma área de 8.092,97 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>), ocupando 2,3% da área total e tendo 1/3 da população (32,13%) do Estado. Segundo o Instituto Municipal de Planejamento Urbano – PLANURB, a população campo-grandense atingiu um total de 786.797 pessoas de acordo com o último censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. O crescimento populacional foi multiplicado por 5,6 vezes durante as décadas de 1970 e 2010, a partir da instalação como capital do estado. O adensamento populacional ocorreu na zona urbana, que hoje tem 98,66% do total de habitantes. Campo Grande/MS é constituído pela sede municipal, área rural e dois distritos: Anhanduí e Rochedinho. A organização administrativa concebe o município em sete regiões urbanas. O município possui 77 bairros divididos em 816 loteamentos em 2010, e compõem as sete regiões urbanas são: Centro, Segredo, Prosa, Bandeira, Anhanduizinho, Lagoa e Imbirussu. (PLANURB, 2014).

Na década de 2000, a idade média da população foi de 25,7 anos e atingindo os 31,7 anos em 2010. O predomínio de uma população jovem resultante dos altos níveis de fecundidade ocorreu até o início da década de 1980, com declínio persistente importante, ou seja, de 2,4 filhos por mulher em 2000, tem-se agora, o índice de 1,72, ou seja, com reprodução abaixo do nível de manutenção da população atual. Por outro lado, neste mesmo período, a expectativa de vida ao nascer aumentou 14 anos nos últimos 20 anos. Há, portanto, uma mudança importante entre o número de crianças e adolescentes em relação à população economicamente ativa – PEA e população idosa. O aumento do contingente em idade potencialmente ativa no grupo de 15 a 64 anos que em 2000 representavam 66,73% da população total passa para 70,67% em 2010. (PLANURB, 2014). Na razão de sexo há predominância da população feminina, com 24,13% mulheres mais que homens, característica parecida a outros centros urbanos. A variação etária também é visível para a razão sexo, onde novamente o predomínio de mulheres acontece nos grupos etários mais velhos, enquanto ocorre a predominância masculina até os 25 anos (PLANURB, 2014).

Divulgada, em 2006, pela Revista Exame, como a 28ª melhor cidade do país para se viver, Campo Grande-MS apresenta, como contradição, o aumento da desigualdade. O Índice de GINI que passou de 0,590, em 1991, para 0,600, em 2000, teve pico negativo de 0,460, em 2003 e voltou a subir para 0,560, em 2010 (PNUD, 2010). Isso pode significar que, embora

tenha grupos populacionais com boa qualidade de vida, em geral, as contradições existentes no município, conferem a alguns grupos iniquidades importantes. No caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Campo Grande apresentou 0,784 (IBGE, 2010) sendo considerado elevado. Sauer, Campelo e Capillé (2012), ao realizarem um estudo baseado na fórmula de Amartya Sen, apontam que os índices de exclusão social estão presentes em todas as regiões urbanas de Campo Grande e acontecem de forma radial, do centro para a periferia. Os piores índices ocorrem onde quase todos os chefes de famílias possuem rendimentos inferiores a dois salários mínimos como ocorre nos bairros Lageado, Los Angeles e Mata do Segredo. Ao contrário, os melhores índices estão nos bairros próximos ao centro da cidade, destacando-se Itanhangá, Bela Vista, São Bento, Jardim dos Estados e Centro e, à região do Prosa, como Santa Fé, Chácara Cachoeira e Autonomista.

Para o estudo sobre as desigualdades entre os diferentes bairros de Campo Grande/MS, os autores Sauer, Campelo e Capillé (2012), trabalharam com a correlação dos temas como padrões de vida e conhecimento e risco juvenil para construção dos indicadores de Exclusão Social. Em cada tema foram considerados diferentes componentes<sup>92</sup> que medem mais informações sobre possibilidades de bem estar material, o nível de educação da população e o nível de participação da população jovem em ações de risco. Esses indicadores apontam as matrizes de desigualdades oriundas: a) da invisibilidade de grupos sociais negligenciados historicamente no contexto do município; b) da precariedade dos serviços públicos. No caso do nível de conhecimento da população, o indicador taxa de alfabetização registrada nos bairros Los Angeles, Lageado e Noroeste, respectivamente, são os menores percentuais, cuja média de anos de estudos dos chefes de famílias, não são suficientes para a conclusão do ensino fundamental.

As marcas das desigualdades de classe e étnicas estão no cerne da existência de Campo Grande/MS. Conforme IBGE (s/d), o histórico de Campo Grande/MS não pode ser desvinculado da ocupação espanhola desde o século XVI que aqui introduziu a pecuária e, posteriormente a exploração da erva mate mais ao sul do então Mato Grosso. O manejo do gado, com a inserção do povo Guaicuru e da erva mate com os Guarani e Terena, vai ser amplamente relatada como as primeiras ocupações europeias na exploração das riquezas da região. No entanto, é com os acordos, especialmente, o Tratado de Madri, em 1750, é que

---

<sup>92</sup> Para cada tema utilizado para construção do indicador de exclusão social foi dividido em outro indicador. Assim, para o tema de Padrões de Vida foi feita a divisão de três indicadores: indicador de pobreza, indicador de desigualdade e razão de dependência demográfica. Para o tema Conhecimento a medição foi feita em: Taxa de Escolaridade e Indicador de Escolaridade. E para Risco Social a divisão foi feita em Indicador de Direitos Suprimidos para crianças e jovens e a Participação de Jovens (Sauer, Campelo e Capillé, 2012).

passam a ocupar as regiões do Vale Paraguaio. A exploração das minas de ouro, em Cuiabá, teve, dentre suas rotas, a do Rio Pardo e, especialmente, dois de seus afluentes, o Anhanduí-Guaçu e o Anhanduí, sendo este último formado pelos Córregos Prosa e Segredo.

As decadências das minas de ouro em Cuiabá e Minas Gerais, além de provocar instabilidade naquelas províncias, desencadeou processos migratórios de “cuiabanos, goianos, mineiros, paulistas e gaúchos para o sul de Mato Grosso. Estes novos bandeirantes vêm atraídos pela fertilidade do solo, pela grande quantidade de gado bovino nos campos de Vacaria e Pantanal” (IBGE, s/d). Segundo Oliveira Neto (2003, p. 38), “a Vila dos Pereiras, como era conhecido o lugarejo, não passava de uma porção de ranchos”, com algumas habitações que dispunham em suas edificações a limitação de recursos construtivos e, que, embora alinhados um ao lado do outro, não assemelhava a nenhuma característica urbana. A única via existente possuía traçado irregular e era formado pelas atuais Ruas 26 de Agosto, Joaquim Murinho e Barão de Melgaço sendo ladeada por pequenas habitações, lojas de comércio e com uma pequena taxa de ocupação das propriedades (Weingartner, 2008). O então arraial, não possuía uma organização e nem um comportamento urbano efetivo no conjunto dos habitantes. Sua cultura era de subsistência e apesar de estarem em uma rota de circulação, comunicação e consequentes trocas, não havia interação entre os moradores no interior do arraial como com os outros vilarejos vizinhos até o final do século XIX.

Com a elevação de arraial para vila em 1899, os habitantes se julgavam superiores em relação à Cuiabá e Corumbá e acreditavam que no meio do nada poderiam construir uma grande e poderosa cidade. Por isso, passam a apresentar um discurso de urbanização e higienização norteadas em leis do Estado Republicano e da legislação eclesial (Souza, 2010). No entanto, a consolidação de Campo Grande-MS como principal polo de ocupação humana, além das barrancas dos rios Paraguai e Paraná, ocorre posteriormente à construção da estrada boiadeira, em 1900, que ligava a vila à localidade conhecida como Porto XV e dimensionava o comércio para São Paulo, com o aumento do fluxo de dinheiro por meio do comércio bovino. É nesse cenário que se implanta, em 1902, o município de Campo Grande, com chamado a novas levadas migratórias, com melhorias nas moradias que obedeciam a arquitetura mineira, as quais abrigavam famílias, comércio, bolichos, bares e prostíbulos – uns mais discretos e frequentados por “pessoas distintas” e outros, mais explícitos, os cabarés que eram frequentados pelos peões.

Segundo Barros (1999, p.14), “a população da vila, nessa convivência estranha e que poderia parecer promíscua, andaria em torno de trezentas a quatrocentas pessoas”, esse movimento migratório provocou o desconforto dos primeiros moradores, afinal nem todos

eram vizinhos desejáveis. A ausência do poder público devido à distância da Capital propiciou ao então município, um caráter de independência e de dominância do poder privado sobre a ação pública, característica observada desde a fundação que foi idealizada pela iniciativa privada, resultando, na prática, em uma modesta participação e politização da maioria dos habitantes. Considerada terra sem lei, as mortes violentas eram frequentes e tratadas com indiferença, outras vezes era um problema que deveria ser excluído dos olhos da sociedade (Souza, 2010,p.25).

E novamente pela iniciativa privada, é aprovado em 1905, o primeiro Código de Posturas de Campo Grande que estabelecia normas de posturas para os moradores, instituindo regras de higiene, limpeza e ordenamento para as áreas públicas. Ao mesmo tempo, buscava regulamentar as condutas morais e sociais do município, no intuito de induzir comportamentos mais urbanos, nos moldes dos centros mais desenvolvidos. Nos 12 capítulos, do referido código<sup>93</sup> tratava de ruas e praças, da criação de planos de arruamento, da forma que deveria ser construídas as moradias e comércios, da higienização e limpeza, das punições, dos comportamentos adequados<sup>94</sup>. Essas legislações expressavam um novo contexto político, determinando toda a produção espacial e social por meio de elementos como as incessantes trocas de mercadorias e a concepção laica do poder público, a quem os dirigentes daquela sociedade, preparavam uma nova forma de vida (OLIVEIRA NETO, 2003).

Após a Guerra do Paraguai, há uma migração significativa de paraguaios em busca de sobrevivência nas regiões fronteiriças, submetendo-se a diferentes formas de trabalho. Embora a chegada de José Antônio Pereira, em 1872, acompanhado de dois filhos e posteriormente buscando outras pessoas em Minas Gerais, seja considerada um marco na fundação de Campo Grande, este, na verdade, teve a atitude de delimitar e ordenar a Vila de Santo Antonio a partir dos seus conhecimentos do seu estado natal. No entanto, como registra o IBGE (s/d), aqui estavam a comunidade negra do Cascudo e muitos migrantes paraguaios.

Cabral (1999, p. 27) afirma que “não se sabe dizer ao certo quais dos povos indígenas presentes em Mato Grosso do Sul ocupou originalmente o território de Campo Grande, todavia, os Terenas provavelmente dominaram os sítios do futuro arraial”. A invisibilidade nos relatos históricos decorre da própria necessidade de negação dos seus

---

<sup>93</sup> Na época da aprovação do Código, Campo Grande contava apenas com uma rua, um largo e que em uma das suas pontas servia como estacionamento das carretas dos boiadeiros (Oliveira Neto, p. 45, 2003)

<sup>94</sup> Nos capítulos 10 e 11, no artigo 45, proibia-se fazer barulhos, algazaras e dar gritos durante a noite, além de fazer-se sambas, catiretes, ou outros quaisquer brinquedos que produzam estrondo ou vozzeria dentro da vila. Não se podia falar palavras obscenas, nem tampouco escrever nas paredes das casas ou muros palavras ou figuras indecentes que ofendessem a moral pública. Era proibido também portar qualquer tipo de arma ofensiva, exceto por profissionais que delas necessitavam (Oliveira Neto, p 49,2003).

costumes e domínio sobre as terras, sendo essas necessárias para a instalação de processos produtivos a serviço de quem aqui chegava com o propósito de empreendimento. Mesmo considerando que a vinda de levas migratórias tinha como um dos objetivos apossarem-se das terras férteis, é importante registrar que aqueles que vinham com dinheiro para aquisição, também tinham séquito de trabalhadores que eram trazidos junto com os futuros fazendeiros, como também, grupos de trabalhadores isolados vindos de outras localidades, sem estarem junto com o patrão.

A presença de nordestino<sup>95</sup>, paulistas e paranaenses ocorreu mais com o vínculo com a expansão da pecuária. Já os sírios, libaneses, árabes, turcos e armênios chegaram como mascates e prosperaram com a instalação de comércios com produtos variados. Outras levas migratórias também ocorreram com os japoneses e os trabalhadores para a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – NOB em 1914.

A diversidade da população campo-grandense, constituída com um histórico de contradições entre grupos sociais, com maior ou menor visibilidade para a história dominante revela, entre seus dados, que as desigualdades não tiveram mudanças. Dentre os dados, está o quesito relacionado ao perfil socioeconômico quando relacionados à cor e raça. Encontramos 50,6% de uma população que se declara branca e 41,5% parda. A autodeclaração negra e indígena ainda é pouco realizada. Segundo o IBGE (2010) 97,8% da população campo-grandense é economicamente ativa e possui rendimentos, 73,0% são trabalhadores empregados e 62,7% possuem carteira de trabalho assinada, enquanto 21,6% trabalham por conta própria. Entretanto, ao analisar as estatísticas é visível a presença de uma elite socioeconômica branca, formada principalmente por empresários, empreendedores e mantenedores das agroindústrias e, “outra” parcela da população, constituída por etnias indígenas, negros e pardos que compõem o substrato de mão-de-obra juntamente com a população branca menos abastada. Essa afirmação é comprovada quando se relaciona o quesito cor/raça ao rendimento mensal do campo-grandense como é no caso da parcela da população que se autodeclara decor amarela, 11,11% ganha mais de cinco salários mínimos mensais; esse mesmo exercício quando aplicado aos que se declaram de cor branca evidencia que 11,38% recebem mensalmente mais de cinco salários mínimos. Já entre os autodenominados indígenas, a proporção cai dramaticamente, de maneira que apenas 0,83% dessa população têm rendimentos mensais acima de cinco salários mínimos. Entre os

---

<sup>95</sup> Frentes mais antigas de colonizadores nordestinos já se encontravam estabelecidas no Estado de Mato Grosso, em 1890 intensifica o movimento migratório e permanece constante até a década de 1930 na qual se distribuem em diferentes áreas do estado. Em uma segunda onda migratória, o fluxo de nordestinos atinge a região durante a “Marcha para o Oeste”, de Getúlio Vargas e concentra-se no centro e sul de Mato Grosso (CUNHA, 1999).

autodeclarados preto/negros<sup>96</sup> e pardos percebe-se que apenas 4,82% dos primeiros e 6,05% dos últimos detêm talrendimento. Na comparação rendimento médio 97, 8% da PEA têm o rendimento médio R\$1.669,15 (mil, seiscentos e sessenta e nove reais e quinze centavos). Quando o rendimento é diferenciado pelo sexo do trabalhador, os indivíduos do sexo masculino apresentam umrendimento médio mensal maior (Sauer, Campelo e Capilé, 2012). Os pilares que fundamentaram a constituição e manutenção das desigualdades na população de Campo Grande são os mesmos que conformaram o desenho do mercado sexual de forma que, imbricados, constituem as suas condições de funcionamento. As questões de classe, etnoraciais e origem territorial foram constitutivas das desigualdades e se mantiveram historicamente.

## 2 O MERCADO SEXUAL EM CAMPO GRANDE - MS

Campo Grande não tem um histórico sistematizado sobre o mercado prostitucional. Foram encontrados autores que, ao tratarem dos costumes do início da formação da cidade, têm, nos seus relatos, recortes que fazem referência ao mercado sexual. Os autores encontrados foram Machado (1997), Machado (2008), Contar (2002) e Villalba (2013). Foi possível coletar informações pontuais que podem indicar características do mercado sexual em Campo Grande, desde a chegada dos mineiros, até a década de 60 do século passado. Os fatos relatados por esses autores referem-se a locais estabelecidos na região central do vilarejo que se tornou cidade. As referências sobre as ruas na quais se localizavam os bordéis, *rendevouz*, bares, lupanares, bilhares e restaurantes, por vezes, são tratados de forma positiva, inclusive denominando a Rua 7 de Setembro como a rua alegre. No entanto, a maioria das vezes, faz aligação da região onde se concentrava a prostituição, como sendo também a presença de matadores, forasteiros, desordeiros, malfeitores e peralvilhos (Machado, 2008). Empraticamente todos os autores, há referências a assassinatos, brigas e disputas por diferentes motivos, podendo ser por mulheres, terras e animais. No entanto, mesmo com os registros negativos sobre os frequentadores das localidades, há diferentes passagens que informam que também, nesta região, ficavam as pensões que abrigavam mascates, peões que vinham às compras ou estavam passando comboiada, trabalhadores que estavam vindo para trabalhar nas fazendas, ou mesmo grupo em viagem do Paraguai para São Paulo. Também famílias poderiam ficar nas pensões, se já porque estavam desavisadas sobre a

---

<sup>96</sup> Aproximadamente 50% da população negra e parda recebem menos de um salário mínimo.

função destas, como também porque não haviam outros lugares para pernoite na então Vila de Santo Antônio e, posteriormente, Campo Grande-MT.

## 2.1 Os primórdios: os “pecados da noite” na Rua Alegre

O início do mercado sexual em Campo Grande-MT constituiu-se desde que o município era um vilarejo, sendo que, as regiões onde se localizavam as casas de prostituição, não eram segregadas do restante da sociedade. Encontra-se nos relatos que os locais, que serviam a prostituição, podiam ter usos distintos durante o dia e a noite, sendo que a calma do dia com locais de comércio tornava insuspeito, o que se passava no período noturno, inclusive denominando como “os pecados da noite” (MACHADO, 1997, p. 49).

Segundo Contar (2002, p. 111), “lá (na Sete), entre as casas e mais casas de mulherdama, existiam muitas churrascarias e bares”, sendo que no mais famoso, cujo dono era português, na parte frontal do comércio, tinha “diversos salões para jogos, refeições, bebidas, nos fundos, como era o costume, uma infinidade de quartos, que serviam de refúgio para os apaixonados ganhadores.” Machado (1997) afirma que na região onde estavam os estabelecimentos que tinham prostituição, aconteciam também as atividades recreativas e festivas, sendo frequentada por famílias da sociedade, inclusive em shows e cinema. Embora a Rua 7 de Setembro tenha sido mal afamada, os cabarés dispunham de salões para receber parte da sociedade, pois a vila não possuía outros lugares grandes, além da Intendência Municipal. (Machado, 1997, p. 129) Destaque-se que “os maiores acontecimentos eram anunciados por meios de fogos e tiros ou mesmo tiros de revólver. (Machado, 1997, p. 24)” É plausível deduzir que o acesso a armas de fogo não era restrito a nenhuma classe social, mas a todas elas e a serviço delas. Em algumas passagens, os autores afirmam que o funcionamento de casas de prostituição vinha com “plantas” e “formas de funcionamento” trazidas de outros lugares do Brasil, como o caso de um sírio procedente de Uberaba. Além de adotar a arquitetura de um cabaré lá existente, trazia também os costumes e “ficava aberto dia e noite. Nos primeiros tempos era frequentado por famílias durante umas horas, transformando-se depois em lupanar” (MACHADO, 1997, p. 23).

As ruas 7 de Setembro e 26 de Agosto, assim denominadas depois da transformação de Campo Grande de vila em cidade, entre as ruas Calógeras e Rui Barbosa, formavam o quadrilátero com maior presença de mercado sexual. No entanto, Machado (1997), afirma que as mulheres, de classe social mais elevada, não se misturavam com aquelas da Rua 7 e viviam em lugares discretos na Rua Dom Aquino, Bairro Amambai e Vila Tomé, na Rua

Maracaju. Isso significava também divisão de classe entre os frequentadores, havendo, por algum tempo, preferência pelos estabelecimentos da Rua Dom Aquino, nas chamadas casas da Gatinha, da Paulista, da Japonesa, dentre outras. Nessas localidades, diversamente da rua 7, constituíam-se ambientes discretos visando não afrontar o “ambiente familiar” que caracterizava as moradias da região acima da Avenida Afonso Pena.

É possível afirmar, consultando esses autores, que não ocorreu obrigatoriedade de o mercado sexual fixar-se na região da Rua 7 de Setembro, mas a chegada das raparigas mais pobres e vindas de diferentes localidades, tinham a primeira acolhida naquela região. Também nessas “pensões”, hospedavam-se artistas. Produtores de filmes e show iam a essas localidades buscar atrizes, como ocorreu com o filme “Alma do Brasil”. Esta película tratou do histórico feito da Guerra do Paraguai, denominado “Retirada da Laguna”, realizada em Campo Grande, com produção de Alexandre Wulfes e Líbero Luxardo. “O elenco era constituído por Octaviano Ignácio de Souza, o irmão mais novo Daniel, Adolpho Marconi e a consagrada atriz portuguesa Conceição Ferreira.” (MACHADO, 1997, p.40)

Os registros também dão conta que em muitos cabarés, bordéis e bares, o trabalho era executado, praticamente, em família, geralmente constituída por mãe e filhas (os), sobrinhas e demais parentela, sendo que a vida cotidiana tinha maior ou menor regulação por parte da sociedade, como se pode observar no registro abaixo:

Bem defronte à casa da Cornélia, na rua, a uns dois metros da sarjeta, havia uma árvore nativa, que se dizia ser um Loro-Preto, em cuja sombra as mulheres se agasalhavam durante as tardes de verão, sentadas em confortáveis cadeiras, às vezes com uma rodada de chimarrão ou tereré, a que se associavam alguns viandantes (Machado, 1997, p.72).

De forma contraditória, conforme a cidade foi ganhando outros espaços de lazer e recreação, como também zonas de comércio, como o que se instala a partir do reconhecimento de Campo Grande em município, as pressões por regular os espaços de prostituição também vão ocorrendo. Com a chegada da Rede Ferroviária, em 1912 e instalada em 1914, novas regiões da cidade são incorporadas à destinação de hotelaria, como aquelas que vão ficar no final da Avenida Mato Grosso até a Rua Maracaju. Constituiu-se, assim, também, novos lugares de encontros sexuais, não sendo, necessariamente, casas de prostituição formais, mas locais de encontro e de realização de programas que podia ser também os hotéis e pensões.

As pressões dos grupos para o controle sobre a zona do baixo meretrício, como era assim chamada a região da rua 7 de Setembro, também vai se estender para as outras localidades. O próprio autor Machado (2008), embora reconheça que a prostituição não

é proibida, afirma que “há simplesmente restrições com relação ao exibicionismo, ao *“trottoir”*, aos atos que cheguem a perturbar o decoro e a tranquilidade pública” (Machado, 2008, p. 75). É a exigência de padrões de conduta destinados aos lugares como também às prostitutas. A restrição podia chegar, por exemplo, ao direito de ir e vir, como o que ocorreu com Dancing Guarany, de Cornélia Barbosa. Após reclamação de Nagem Saad, dono da Padaria Moderna, que ficava na região, a dona do cabaré passou a fazer os pedidos por telefone, postoque, ao “Palácio da 7”, não lhe convinha quaisquer escândalos e envolvimento com problemas policiais. A reclamação do empresário, feita em jornal, referia-se “que o barulho, nas noites de cabaré, é ensurdecador, dado o palavreado indecente das mulheres alcoolizadas” (MACHADO, 2008, p. 51).

Um dos episódios que ficou bastante conhecido sobre as relações de regulação e resistência entre as mulheres e a sociedade campo-grandense ocorreu em meados da primeira metade do século XX, quando Alexandre K. Saad, o dono do Cine Santa Helena, na rua Dom Aquino, no processo de reforma, moveu uma campanha para remoção dos bares, jogatinas e casas de encontro. Embora conseguisse oficialmente grande parte do apoio da sociedade e a polícia tenha se prontificado, “as mulheres, unidas, contrataram os serviços de um advogado, que foi ao Subchefe de Polícia e ameaçou: “Minhas clientes tem o direito constitucional de entrar e sair livremente de suas casas” (Machado, 2008, p. 46).” Segundo o autor, a pendência envolvendo o dono do cinema, polícia e mulheres, continuou com diferentes formas de depressão e resistência, sendo uma delas a da polícia, que ameaçou anotar o nome dos clientes e publicar nos jornais.

## **2.1 Mercado Sexual e os outros mercados**

O mercado sexual em Campo Grande está intrinsecamente vinculado ao processo histórico de constituição da organização urbana. Machado (2008), embora afirme que não havia segregação territorial entre locais de prostituição e as demais atividades comerciais e de moradia em Campo Grande, registra que a formação do centro comercial da rua 14 de Julho, vai impulsionar aspectos de sua estrutura e zoneamento. O autor afirma que essa necessidade de organização teve a ver com o crescimento populacional que ocorreu em Campo Grande, pois isso aconteceu “em todas as suas áreas, inclusive na zona do meretrício” (MACHADO, 1997, p. 45).

Contar (2002), ao referir-se ao vínculo entre crescimento da cidade e também do mercado sexual, justifica que a cidade, “tomava ares de modernidade e civilização, com

aconstrução de belas casas, abertura de novos clubes, lojas de comércio e tudo o que exigia de uma ‘cidade importante’. Aí, até caía bem o “Pedaço do Inferno” (CONTAR, 2002, p. 111).

A função social do mercado sexual, como sendo este aquele que ajudava a manter as moças virgens até o casamento e, portanto, precisava atender aos homens com suas sexualidades incontrolláveis, é explicitada como necessária “num tempo em que namorado sentava num canto da sala e a namorada no outro” (CONTAR, 2002, p.111).

Mesmo não sendo afirmado pelos autores (Machado, 1997; Machado, 2008; Contar, 2002), o zoneamento da cidade também era realizado por tipo de estabelecimento do mercado sexual, pois, é perceptível em todos os registros, que havia “baixo meretrício” cuja alcunha era dada a locais de classes sociais consideradas inferiores. Machado (2008) registra nas entrelinhas que, no caso da “Viuvona”, esta tocava um comércio de jogos e bebidas para todos os homens da vila, da mesma forma que também tinha um cabaré mais ‘chifrim’ (de menor infraestrutura e mais pobres) com frequentes barulhos, brigas e mortes, sendo que, neste mesmo local morava com as suas filhas e amigas.

Segundo Machado (2008), os assassinatos, brigas e banzês ocorriam tanto nas casas de prostituição mais luxuosas como naquelas mais simples. Os desentendimentos que começavam nas casas podiam não ser resolvidos nelas mesmas, e acabavam ocorrendo nas ruas ou em outras propriedades como: “um guasca barulhento que, para fazer bonito para a moça, descarregou o revolver no paraguaio”; “foram ao encalço do assassino e omataram no pátio da fazenda do coronel Flavinho, em Baús” (pp. 51).

Embora o autor afirme que os crimes eram todos contra a pessoa e não eram premeditados, pois eram fruto da exacerbação das emoções, inclusive, porque os homens queriam demonstrar coragem e força, há a citação que também apontava nessas localidades, bandidos profissionais:

Eles se repetem com características sempre semelhantes: uma discussão entre bêbados, mulher no meio, alteração de ânimos, vias de fato, facadas e tiros. Não há que falar em premeditação e perversidade. São crimes ocasionais, que noutro local talvez não acontecessem (MACHADO, 1997, p.20).

O próprio Machado (1997), ao relatar os crimes informa das banalizações, já que muitos deles aconteceram sem que o som da sanfona e da viola fossem cessados. “A época exigia isso, os costumes, os estímulos do meio condicionavam tal tipo de comportamento” (MACHADO, 1997, p. 20).

Além dos homicídios, há o relato dos suicídios e das agressões como inerentes ao mercado sexual, especialmente quando havia entrada de volume de dinheiro expressivo na cidade, seja pela chegada de comitivas, aumento do movimento no comércio ou mesmo

avenda de bois. Por outro lado, mesmo com os fatos já previstos para as mesmas ocasiões, a região era desprovida de policiamento e foi “abandonada dos poderes públicos por muitos emuitos anos”(MACHADO, 1997, p.99).

A ideia que Campo Grande, no início do século XX, era desprovida de regras e vicejavam os crimes, mesmo registrando os matadores de aluguel, parece que se refere, na verdade, não à cidade inteira, mas somente à região abaixo da Afonso Pena.

Quando a liberdade é completa, sem repressões, ela vai para o plural, são liberdades. Eis o que vingava na Campo Grande antiga. A vida transcorria indisciplinada e louca, embora os crimes da época fossem menos cruéis que os de hoje. Eram delitos ocasionais os da velha Rua 7, despidos de perversidade. Agravante frequente era a do motivo frívolo e raramente a do motivo torpe (*idem*. p. 99).

### **3 SER MULHER TRABALHADORA NO MERCADO SEXUAL CAMPOGRANDENSE**

Os relatos de violência contra as mulheres trabalhadoras do mercado sexual, no entanto, vicejam em detalhes como pode ser observado a seguir:

A atraente e prazenteira Geraldina não dispensava o conhaque quente ou a cerveja gelada. Certo dia, do ano de 1908, conversava e bebiadistraidamente, no alcoice, com o amante do dia, quando, de repente, este mandou que o garçom voltasse com a garrafa pedida pela mulher, alegando que já haviam bebido o bastante. Ela protesta “já que me negas a Macieira, dá-me um tiro no ouvido”. O homem, visivelmente perturbado, sacou o revólver do coldre, atirou na jovem e suicidou-se. (MACHADO, 1997, p.51).

Ao chegar de uma de suas viagens, correu para a casa da amada, encontrando-a nos braços de outro homem que, ao visitar o peão e perceber-lhe o intento, desapareceu de cena, num golpe de mágica. Inconformado, o baiano atira, impiedosamente, contra a bela. (MACHADO, 1997, p.51).

A rapariga, que não se afeiçoara ao amante, recusou-se a acompanhá-lo. Depois de muita insistência convidou-a para um passeio pelo Bairro Amambai e a esganou. Um tio da vítima perseguiu o criminoso até encontrá-lo, matando-o a facadas (MACHADO, 1997, p.70).

Desaveio-se com uma das mulheres que não lhe deu bola e agrediu-a com severidade, produzindo sadicamente equimoses e hematomas por todo o corpo (MACHADO, 1997, p.115).

Foi na casa da paraguaia Eulóquia que ele, por um triz, não morreu apunhalado. É que apareceu o “enrabichado” da mulher, no momento

em que ela recebia a corte de Rodolpho que, desarmado, teve de fugir do local, a tempo ainda de ouvir os gritos lancinantes da mulher, covardemente espancada pelo ciumento amante (MACHADO, 1997, p. 139-140).

Não havia muito tempo a Cherubina, uma das filhas da famosa Viuvona, fora assassinada em idênticas circunstâncias [...] (MACHADO, 1997, p.140).

Levou para o quarto uma garrafa de gasolina e quando a mulher adormeceu, derramou o líquido sobre o colchão, riscou o fósforo, saiu e trancou a porta. A pobre mulher morreu queimada, enquanto ele virou alcanfor (MACHADO, 1997, p. 63-64).

Percebe-se de forma nítida que há a descrição dos assassinatos e violências físicas como sendo inerentes ao trabalho realizado e ao meio vivenciado pelas prostitutas, imputando-lhes a própria culpa pela morte. É a banalização e a naturalidade com que relatamos vidas ceifadas em um flagrante desrespeito aos valores humanos que, por certo, eram importantes nas demais regiões da cidade. Não há nos relatos o que demais ocorreu após as mortes, ou seja, possivelmente não ocorreu investigação e punição dos culpados. Lembre-se, no início do século XX, vicejava a ideia de crime em defesa da honra, mas isso valeria também para as prostitutas e seus clientes?

Registre-se que nos diferentes autores, o mercado sexual tinha diversidade na forma de organização: morar e trabalhar no mesmo local; morar em pensões, frequentar bares visando ponto de encontro e realizar programas em outros locais; estar vinculada a um cabaré com diferentes funções de divertir clientes, dançar e utilizar os apartamentos e quartos se necessário.

Sobre a cafetinagem, esta podia ocorrer ou não. Havia pensões que apenas alugavam quartos e, portanto, as mulheres poderiam cobrar o que acertava com o cliente. Também a dona da pensão podia ter o grupo de raparigas que atendiam aos clientes e, dessa forma, colocava preço nos programas e no ganho das mulheres.

Ao discorrer sobre o crime de lenocínio, ou seja, a presença de *caftens* ou rufiões, Machado (1997, p. 76), afirma que a exploração de mulheres, por outras pessoas, é indispensável “ao funcionamento do negócio. A organização da prostituição é sempre tolerada, porque o conceito é antigo – a prostituição é um mal necessário”. Percebe-se, desta forma que, sendo a prostituição necessária ao desenvolvimento da cidade à época, esta também se constitui em inexistência dos direitos das mulheres, posto que não se concebe outra forma de organização que não seja a partir do rufianismo.

Não há registro específico sobre a autonomia das mulheres nas casas, nem tampouco sobre quando os pontos de rua começaram a aparecer. No entanto, surge em alguns registros, que as mulheres “iam se encontrar” nos bares e cabarés, ou seja, há a possibilidade que aítenha se iniciado a fixação de pontos nas ruas centrais de Campo Grande.

### 3.1 As “tipagens” das mulheres trabalhadoras

É explicitamente perceptível que havia diferentes tipos de mulheres que trabalhavam nas casas, bares, cabarés e apartamentos, como as citadas por Machado (1997) como:

- 1) fêmeas de luxo, com maior capacidade (...) não se misturavam com a rua 7;
- 2) distinção como era conhecida na Grécia antiga: as Hetairas pertenciam a uma categoria mais elevada. As demais se chamavam Marafonas;
- 3) somente depois de 1909 foram levantadas as primeiras habitações. Situava-se ali a gente mais pobre da vila, além de jagunços e pistoleiros;
- 4) educada, demonstrava nível social diferente das outras. Por isso ganhou o apelido de Não-me-Toque;
- 5) certa moça, considerada de família, tida como donzela, mas que ainda na segunda metade do século, não se continha e fugia de quando em quando, à noite, para a Rua 7. Numa versão precoce das *Belles de Jour*, era criada pela avó;
- 6) clara, sardenta, os cabelos ruivos. Não era bonita, mais atraía pela elegância natural, sobriedade de gestos, educação, voz rouca, olhos claros profundos e um permanente sorriso nos lábios. Havia certa fidalguia em seus modos.

Os relatos mais detalhados sobre as características físicas das mulheres denotam a sobrevalorização das mulheres brancas com “ascendência europeia”. Há também a descrição de mulheres bonitas com características árabes e, na maioria das descrições não trata da idade delas. Não há relato de como essas mulheres chegaram a Campo Grande. É preciso considerar, no entanto, que a leva de comércio tinha grande presença de mascates com também de outros árabes que aqui se estabeleceram.

Nas obras de Machado (1997; 2008) e Contar (2002), há uma recorrente presença de citação de falas na língua guarani, dando a entender que era bastante utilizada e a verbalização ocorria, principalmente, por mulheres que estão nas casas de prostituição. Não aparece, no entanto, ao descrever as mulheres, a nacionalidade paraguaia, a não ser no trecho

que se refere à chegada de maiores afluxos de pessoas a partir da transformação de Campo Grande em município e a chegada da Rede Ferroviária: “Na Rua 7 de Setembro abriram-se novos bares e pensões, o mulhერიorenovou-se e as paraguaias tomaram conta da rua. Bonitas, amáveis, elevaram o nível dos velhos bordeis” (MACHADO, 1997, p.45).

A presença da população paraguaia é descrita fortemente quando se trata das músicas. Machado (1997), em diferentes registros de sua memória, fala da presença da música paraguaia na região da rua 7 de Setembro, citando as polcas e as rancheiras; a presença de grupos musicais vestidos a caráter, com harpa, guitarra e sanfona; as músicas nostálgicas, dolentes, cheias de mistério e romance cantadas nos bailes de todos os salões. ‘Mesmo nas churrascarias e restaurantes’ frequentados por toda a sociedade, havia a presença dos grupos paraguaios. O autor, inclusive, afirma que é, a partir desta presença, expandida da região prostitucional para o restante da cidade, que a cultura paraguaia vai entrar fortemente nos costumes de toda a sociedade.

A quase ausência da descrição das mulheres paraguaias nos autores estudados pode levar a diferentes questionamentos, posto que elas são citadas, em raras situações como: donas das casas de prostituição; prostitutas vinculadas a casa ou não; trabalhadoras domésticas nas casas de prostituição como também nas casas das “famílias da sociedade” que residiam na região acima da Afonso Pena. O primeiro deles é que o fato da comunidade paraguaia residir nesta região, no período pós-guerra, confere-lhes o status de perdedores, ou seja, não destinatários de visibilidade dos registros históricos. O segundo, é que, especificamente no mercado sexual, há valoração diferente para as mulheres a depender não somente da raça, como também da origem territorial. E, terceiro, a condição migratória de trabalhadoras e trabalhadoras, portanto, o seu status de “não patrões”, conferia aos paraguaios, uma menor importância e, porque não dizer, de invisibilidade enquanto povo.

É sabido que no período pós Guerra do Paraguai, com a dizimação da população masculina paraguaia, as mulheres foram ainda mais subjugadas e, portanto lhes foi imposta a sub-valorização de gênero, posto que havia um desequilíbrio demográfico importante no Paraguai. Com isso, o preconceito sobre as mulheres paraguaias, especialmente formatando a ideia que eram disponíveis sexualmente, geralmente com a alcunha de “mulheres fáceis”, foi exacerbado e, por consequência, consideradas menos dignas de serem valorizadas, inclusive, no mercado sexual. E, por isso, não destinatárias sequer de descrição positiva.

A exceção, sobre a descrição da mulher paraguaia no mercado sexual, se dá quando fala sobre “uma cunhã recovai<sup>97</sup> das mais atraentes”, cujos atributos físicos e de sedução lheimpõem a própria morte: “provocou a paixão desesperada de um viajante paulista, que não conseguiu sustentá-la, mas não a queria nos braços de outro homem. Roído pelo ciúme, resolveu matá-la (MACHADO, 1997, p. 63-64).

Segundo Oliveira (2014), ao entrevistar uma pessoa já idosa e que morou nas mídias, esta se referiu que os melhores cabarés da cidade pertenciam a mulheres oriundas do Rio de Janeiro e São Paulo. Dos mesmos estados, também traziam as mulheres brancas para a prostituição, preferencialmente olhos e cabelos claros, visando atender os homens da sociedade. Eram denominadas de polacas e falavam algumas palavras em francês para serem identificadas como sendo de origem europeia. O entrevistado também afirmou que não tinham negras e todas eram de pouca idade, muito embora tenha negado a presença de adolescente. Informou também que, quando ficavam mais velhas, iam fazer rua. Aqui se encontra o primeiro relato sobre a prostituição em situação de rua em Campo Grande.

Sobre a idade das mulheres ou adolescentes, não localizamos, nos autores, a precisão das mesmas. No entanto, um fato relevante, para esta pesquisa em curso, refere-se à comercialização de crianças no mercado sexual:

Quando o coronel chegou a Bruxa chamou-o de lado e segredou-lhe em guarani: *arecô petei amehesé vandeve guará*<sup>98</sup> (tenho uma surpresa para você), uma *maranáyyva*, uma virgem, que comprei no Paraguai. Uma formosura. (MACHADO, 1997, p.58).

O trecho refere-se explicitamente a uma criança paraguaia, trazida ou mandada trazer, comerciada e que é oferecida a uma pessoa de grande importância. Tratava-se de uma dona de pensão, de nome Dionísia, cuja atividade foi “comprar” uma menina no Paraguai e trazê-la de presente a um dos homens, neste caso, denominado de Coronel. Não se sabe se era patente militar ou título de alcunha, como muitos tinham à época. A fala em guarani denota que a dona da pensão é de origem paraguaia e que havia a circulação de crianças trazidas do além-fronteira. As idades que aparecem nos textos, pelas descrições, interpostas entre um e outro caso, tornam possível afirmar que são diversas:

<sup>97</sup> A grafia correta, segundo iGuarani (2012), é *Kuñia Reco Vai* que significa rameira, puta. No entanto, ao perguntar para mulheres guarani a tradução é: *cuña* ou *cunha*, *kunha* significa mulher, *Reco*: modo de vida comportamental, *Vai* : comportamento inadequado, incongruente, imoral ,etc. ou, como disse outra liderança, “mulher de vida feia”.

<sup>98</sup> Não foi possível conseguir a grafia correta para esta citação em guarani. É possível que haja um misto de erro de grafia e de tradução, mantendo-se o sentido apontado pelo autor.

- 1) a viuvona e suas filhas (CONTAR, 2002, p.50);
- 2) vestiu-se de menina e trançou-lhe os cabelos (MACHADO, 1997, p.59);
- 3) uma de suas hóspedes com aparência inocente de juventude intocada(MACHADO,1997, p.70);
- 4) o coronel ficou assanhado, comprou a menina por 1 conto e duzentos mil réis<sup>11</sup> (MACHADO, 1997, p.59);
- 5) conhecida pelo nome de Amélia Turca, já balzaquiana, mas enxuta (MACHADO,1997, p.27);
- 6) a inquieta Mineirinha (MACHADO, 1997, p.72).

Essas referências de idade anteriormente citadas expõem que havia diferentes formas de denominar as mulheres por suas idades, inclusive conferindo apelidos carinhosos, sobretudo sexualizando cada idade visando a realização das fantasias sexuais dos clientes. Sobre os donos das casas de prostituição, bares, cabarés, pensões e todo tipo de comércio que girava no entorno, além das mulheres que vinham de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraguai, há diferentes citações que registram homens de origem árabe, sendo que até a década de 1950, há anotações que indicam que estes eram donos dos estabelecimentos: “O Fecha-Nunca foi vendido aos irmãos Kalil, Nicola e Manoel Gaza, que o exploraram por algum tempo. (comércio). Fizeram doação em pagamento do prédio a Dib Jorge Abussafi, que o alugou às próprias mulheres que lá habitavam” (MACHADO, 1997, p. 30).

### 3.2 Os novos formatos e a expansão para os bairros

Embora não haja registro sobre a retirada das casas de prostituição do centro da cidade, os relatos sobre a presença de locais determinados para o ofício na região da Vila Carvalho, Jardim Paulista e Vila Progresso passam a ser registrados nos periódicos da época. Tal afirmação é corroborada por Villalba (2013): “*Com o ônibus circular íamos ao Jardim “Paulada”, aliás, Paulista, onde mulheres cheirosas e enfeitadas esperam. E, com todo carinho atendiam àqueles jovens interioranos*” (VILLALBA, 2013, p.356).

Tanto o Jardim Paulista como na Vila Progresso, havia, à época, a colocação de placas “casa de família” nas residências, pois poderia ocorrer equívocos por clientes e estes adentrarem-se às salas familiares. O mercado sexual adstrito, aqueles com marcação específica, misturava-se na mesma quadra e na mesma rua, com suas próprias costureiras, faxineiras e vizinhos trabalhadores de outras profissões, assim como suas crianças

que sedeslocavam às escolas ou simplesmente iam à padaria. Como afirma o autor: “Nas ruas empoeiradas, de casa em casa podíamos ver a famosa “luz negra” (que, na realidade, era vermelha), que “penumbra o ambiente”. Para que não houvesse confusão ou muita dúvida, em muitas casas, havia uma “plaqueta” onde se lia “Casa de Família”” (VILLALBA, 2013, p. 356-357).

Ao caracterizar o Jardim Paulista, como também o seu entorno, o autor fala de ruas empoeiradas, ou seja, os locais eram de pouca ou nenhuma infraestrutura de serviços urbanos como pavimentação, iluminação e outros serviços conferidos à região central. A localização das casas de prostituição nesses espaços depreciados de infraestrutura, confere a distinção de classe social no mercado sexual.

Na visão de Machado (2008, p. 80), “a ‘zona’ existente na Rua 7, com a expansão da cidade, tinha mesmo de ser expelida. A rua é muito central”. Além disso, o autor afirma que aumentou a “concorrência” com as mulheres autônomas que ele denomina de *biscates* ou *belles de jour*. Outras formas de organização das atividades sexuais também se constituíram, paralelamente, como o surgimento dos motéis e a utilização de carros em ruas escuras ou em plena Afonso Pena.

As mudanças que vão ocorrendo no mercado sexual advêm não somente da higienização do centro da cidade, como também dos novos padrões de sexualidade, na medida em que, a partir dos anos de 1960, há mudanças na autonomia das mulheres, especialmente com o advento da pílula anticoncepcional. Esta visão, entremeada no histórico *Eni, o Bordel Brasileiro* (Mello, 2002) aponta como a derrocada dos cabarés, bordéis e outras formas explícitas de mercado sexual tem seu declínio a partir da libertação sexual das ‘moças casadoiras’ e, como consequência o surgimento dos motéis. Independentemente das opiniões sobre os motivos pelos quais mudou-se a configuração do mercado sexual, o que é importante afirmar é que constantemente foram surgindo novas formas de organização desse.

Villalba (2013) vai datar essas mudanças no final dos anos de 1960 e início dos anos 1970 em Campo Grande:

A noite, em muitos casos, terminava nos primeiros e únicos motéis da cidade: o Motel da Veronica, na Avenida Manoel da Costa Lima e outro, mais simples, que era o da Marlene, na Rua Catorze de Julho, próximo ao cemitério Santo Antônio. Ah! Existia, ainda, um mais central, que ficava na rua Dom Aquino, nas imediações da Rodoviária, cujo proprietário era um japonês. O motel chamava-se “Motel do Jujú” (VILLALBA, 2013, p. 356-357).

O surgimento de novos espaços de atividades sexuais, como os motéis, por exemplo, não significou que houve mudança cultural sobre os valores sexistas da moral sexual. O surgimento dos motéis, por exemplo, significou que as pessoas encontraram um novo local para as atividades sexuais e, que muitas moças consideradas como sendo ‘de família’, passaram a ter relações sexuais sem as ‘bênçãos matrimoniais’. No entanto, os valores hegemônicos, de sexualidade moralmente aceita, foram mantidos. Se, não fosse assim, porque os motéis foram incorporados, embora frequentados por namorados e casados, aos endereços que se olhava de soslaio, de esguelha? Também os motéis foram incorporados, em muitas situações, ao mercado sexual, posto que, mesmo com outras formas de agendamento de programas sexuais, ou seja, nas ruas ou por telefone, esses eram utilizados no que se denominava de ‘momento’, sendo a paga realizada por tempo de uso.

Não é possível precisar em que momento a prostituição de rua ganhou vulto em Campo Grande. Além das mulheres que, na primeira metade do século, saíam das pensões em que moravam e iam aos bilhares e bares, em busca de clientes e, portanto, no percurso, podiam ser sedentarizadas os ‘pontos’, temos também aquelas que já não serviam às casas por causa da idade ou porque tinham ‘causado problemas’. Machado (1997) registra que é em meados da segunda metade do século XX que a presença nas ruas do que ele denominou de “prostituição moderna, em que profissionais da rua deixaram de ser apenas as chamadas decadas, envolvendo igualmente as mocinhas, as estudantes e até os homens (MACHADO, 1997, p.80).

Oliveira (2014) registra que uma cabeleireira, residente no centro da cidade desde as décadas 1950/1960, afirma que foi neste período que ‘apareceram’ os homens afeminados. Pelas entonações trazidas nos registros e nas falas, deduz-se que se tratava, na verdade, das primeiras travestis e estas realizavam seu ‘trottoir’ no entorno da Praça Ary Coelho.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há pouco ou nada de registros sistematizados sobre a realidade prostitucional nas décadas de 1960 a 1980. No entanto, na década de 1990 passaram a surgir as Organizações não Governamentais – ONGs que, com o advento da AIDS, começaram a trabalhar nas ruas com travestis e prostitutas. Neste período, ficava evidente que o trabalho se referia em acessar “grupos de riscos”, cuja iminência do trabalho sexual poderia transmitir o HIV. Por isso, os primeiros trabalhos, inclusive com apoio financeiro do Ministério da Saúde -

MS, tratavam de mapear, acessar e realizar atividades educativas com os públicos que estavam nas ruas.

Corsini (1999), ao referir-se sobre o trabalho realizado pelo Serviço de Saúde, especialmente o Centro de Saúde da Calógeras, informa que por lá passavam mulheres mais velhas, jovens e homens para o atendimento às DST/AIDS, no ambulatório especializado. Havia um outro serviço que o “Calógeras” realizava que era a expedição da carteira sanitária às prostitutas, como exigência da Vigilância Sanitária e do Departamento de Ordem Pública e Social – DEOPS para que pudessem trabalhar nas casas. A autora também informa que a polícia às vezes ‘dava batida’ nas ruas, visando a mesma exigência para quem fazia ponto semestar nas casas. Tendo em vista uma denúncia nacional, no Correio Braziliense, em 1994 que, em Campo Grande, estavam fazendo carteira sanitária para ‘menores’, houve um olhar mais atento para as adolescentes que frequentavam a Unidade de Saúde. Percebeu-se que a maioria das adolescentes não se identificava como fazendo programas sexuais e, após estabelecer vínculo com essas meninas, observou-se que havia uma dinâmica diferenciada envolvendo-as.

Estavam sempre “protegidas” por algum adulto e se identificavam como ‘garotas de programa’. Os dados do Projeto “Homossexuais Masculinos de Rua”, realizado em 1993/1994, pelo então Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social – IBISS-MS, cujo financiamento objetivava a prevenção do HIV/AIDS, indicam a presença das travestis na região da Av. Costa e Silva já era sobejamente conhecida. As travestis também estavam presentes na região da Vila Carvalho e no entorno da Praça Ari Coelho. Corsini (1999), na descrição de quem frequentava a Unidade de Saúde da Calógeras, informa que tanto mulheres, adolescentes, homens e travestis realizavam atendimento em saúde. No entanto, somente às mulheres eram exigidos exames sanitários, ou seja, os demais públicos, mesmo estando no mercado sexual, não eram alvo de vigilância, assim como aos clientes.

Em todas essas localidades – com ampla diversidade do tipo de organização dos serviços sexuais, tinham mulheres adultas, jovens meninas e meninos, travestis mais velhas e jovens. Um dos locais de concentração do mercado sexual que começava a ser adensado nos anos de 1990/2000 era a Rodoviária Velha (Terminal Central fechado nos anos 2010 com a construção do Novo Terminal Rodoviário na Avenida Gury Marques). O grande ponto de encontro dos anos de 1980, para lazer e cultura, como os cinemas e até mesmo o footing, passou a partir de meados de 1990 em diante a ser também locais de pontos da prostituição mais barata, cujos encontros sexuais ocorriam nos diversos hotéis do entorno. A Rodoviária Velha que, desde 1984, registrou presença de exploração sexual de meninas no

período noturno, tornou-se referência para o mercado sexual 24 horas por dia, desde os anos de 1990.

Os dados históricos do mercado sexual nos ajudam a compreender as novas configurações deste mercado, que cada vez mais se instrumentaliza a partir das tecnologias – tonando-se um “mercado em rede”. Ainda assim a chamada prostituição de rua mantém-se como um dos nichos mais proeminentes da prostituição e merece ser analisada sob o olhar de gênero, já que as diferentes manifestações de gênero geram diferentes configurações do próprio mercado sexual.

## Referências

CABRAL, Paulo Eduardo. **Crônicas de uma vila centenária**. Campo Grande – 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

COMCEX-MS/IBISS-CO. Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual de Criança e Adolescente de Mato Grosso do Sul / Instituto Brasileiro de inovações pró-sociedade saudável/Centro Oeste. **Dinâmicas da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na cidade de Campo Grande- MS**. Campo Grande, 2016. Relatório disponível em: <http://www.esp.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/66/2016/05/Din%C3%A2micas-da-explora%C3%A7%C3%A3o-sexual.pdf>

CONTAR, Edson Carlos. **Das margens do Prosa ao Bar do Zé**. Campo Grande, MS: Funcesp, 2002.

CORSINI, Esterina. **Menina-Mulher: um estudo sobre as causas da prostituição Infantojuvenil em Campo Grande**. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Saúde Coletiva. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1999.

Estações Ferroviárias do Brasil. NOB. **“Chegada da Estação Ferroviária no Município de Campo Grande MS”**. Disponível em: <[http://www.estacoesferroviarias.com.br/ms\\_nob/campogrande.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/ms_nob/campogrande.htm)>. Acesso em: 28.dez.2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500270&search=matogrosso-do-sul|campo-grande|infograficos:-informacoes-completas>> Acesso em 11/2015.

\_\_\_\_\_. **Histórico de Campo Grande/MS**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/matogrossodosul/campogrande.pdf>> Acesso em 30/12/2015.

IGUARANI. **Diccionario Traductor Guarani Online.** Disponível em: <http://www.iguarani.com/?palabra=kuna+reko+vai>. Acesso em: 28.dez.2015.

MACHADO, Paulo Coelho, **Pelas ruas de Campo Grande: A Rua Alegre (07de Setembro).** v. 4. Prefeitura Municipal de Campo Grande – Fundação Municipal de Cultura,Esporte e Lazer. SEBRAE/MS, Agosto de 1997.

\_\_\_\_\_. **Pelas ruas de Campo Grande.** 2º Edição. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande – MS, 2008.

MELLO, Lucius. **Eny e o Bordel Brasileiro.** Rio de Janeiro, Objetiva, 2002.

NABOZNY, Almir. **Meninas Prostituídas e suas Geo-Grafias.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

NOGUEIRA NETO, Nogueira. **Promoção e defesa/proteção dos direitos sexuais de crianças e adolescentes na perspectiva dos direitos humanos: generalidades e consensos mínimos.** Disponível em: <http://wanderlino-nogueira-neto.blogspot.com.br/2011/10/sexualidade.html>-> Acesso em 24 jul 2014.

OLIVEIRA, R. S. **Diário de Pesquisa,** COMCEX-MS, 2014. Não publicado.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. **Campo Grande e a Rua 14 de julho: tempo, espaço e sociedade.** Presidente Prudente: [s.n], 2003.

PLANURB. Instituto Municipal de Planejamento Urbano. Prefeitura de Campo Grande. Perfil Socioeconômico Campo Grande 2014, Mato Grosso do Sul. 21ª ed. rev. julho/2014.

SAUER, Leandro; CAMPÊLO, Estevan. CAPILLÉ, Maria Auxiliadora Leal. **Mapeamento dos índices de inclusão e exclusão social em Campo Grande-MS: uma nova reflexão.** Campo Grande, MS: ed. Oeste, 2012.

SOUZA, Fabio William. **Fronteiras póstumas: a morte e as distinções sociais no Cemitério Santo Antônio em Campo Grande.** / Fabio William de Souza. – Dourados, MS:UFGD, 2010.

VILLALBA, José Paulo da Silva. **Crônicas de um tempo: década de 60... por onde andava você?... E mais...** Campo Grande, MS: Life Editora, 2013.

## **A linguagem da cruz: um olhar queer sobre a representação contra a homofobia de viviany beleboni e a cobertura midiática**

### **The language of the cross: a queer look at about representation against homophobia viviany beleboni's and media coverage**

Adamo Antonioni da Silva Insfran\*

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** A manifestação contra a homofobia feita pela artista Viviany Beleboni (que apareceu “crucificada” durante a 19ª Parada do Orgulho LGBT) gerou muita discussão sobre a utilização de símbolos cristãos. O presente artigo pretende realizar um breve estudo de caso sobre a abordagem midiática de portais evangélicos (Gospel Prime e Gospel Mais), a nota oficial da CNBB e dos sites G1 e UOL. A partir da perspectiva da Teoria *Queer* e Estudos Culturais, busca-se analisar a heteronormatividade nestes sites e a representação da artista.

**Palavras-chave:** Queer; comunicação; jornalismo.

**Abstract:** The demonstration against homophobia performed by the artist VivianyBeleboni (who appeared "crucified" during the 19th LGBT Pride Parade) generated much discussion about the usage of Christian symbols. This article intends to carry out a brief case study on the mediatic approach of two evangelical websites (Gospel Prime and Gospel Mais), as well as the official CNBB note, the G1 and UOL websites. By the perspective of the Queer Theory, we seek to analyze the heteronormative and artist's representation.

**Keywords:** queer; communication; journalism.

### **Introdução**

A grande polêmica da 19ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo foi a encenação feita por uma atriz transexual, que representou a crucificação de Jesus Cristo. Tal gesto, gerou revolta entre grupos cristãos que consideraram uma agressão ao símbolo religioso. Por isso, este artigo pretende analisar a cobertura midiática de diferentes portais de comunicação e compreender como se estruturam os discursos heteronormativos em cada um deles e como foi

---

\* Adamo Antonioni da Silva Insfran, jornalista formado pela Estacio de Campo Grande (MS), acadêmico de Filosofia pela UFMS e mestrando em Comunicação pela UFMS. E-mail: [jor.adamo@hotmail.com](mailto:jor.adamo@hotmail.com), telefone da Secretaria do PPGcom/UFMS: 67 3345 7644.

representada a imagem de Viviany Beleboni. Como *corpus* de análise, foi escolhido os sites “laicos” G1 e Uol, dois sites evangélicos “Gospel Mais” e “Gospel Prime”, além da nota da CNBB.

Os meios de comunicação possibilitam o confronto de ideias divergentes. Tendo em vista que cada setor da sociedade, possuindo suas agendas políticas, busca defender seus interesses. Por isso, o espaço midiático, que idealisticamente, visa respeitar os princípios da imparcialidade, neutralidade e “ouvir ambos os lados”, é um lugar que promove o debate e pluralidade.

Mas Motta (2003, p. 3) afirma:

[...] narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto. As narrativas e narrações são dispositivos discursivos que utilizamos socialmente de acordo com nossas pretensões. Narrativas e narrações são forma de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação.

Na realidade, sabe-se que em muitos portais de comunicação não é o que acontece. Prendendo-se em suas convicções, e em visões muito particulares de mundo, veículos de comunicação possibilitam apenas a voz de grupos hegemônicos, aqueles que, historicamente, são a maioria e ditam o ordenamento jurídico, político e social. Conforme Coutinho (Org. Paiva; Barbalho 2005, p. 89), a hegemonia caracteriza-se por ser um: “Processo pelo qual uma classe social constrói e reconstrói sua liderança intelectual e moral sobre as demais classes, reproduzindo ativamente os valores, as idéias, as práticas culturais por uma determinada perspectiva e impondo-a ao conjunto da sociedade.

Wolton ressalta:

Todo ato de informação na imprensa é acompanhado por uma estratégia de comunicação. Tanto que os jornalistas sabem que uma das dificuldades de seu ofício

se deve ao fato de que a informação entra muitas vezes em contradição com as ideologias do público. Informar é geralmente lutar contra estereótipos e idéias preconcebidas.... A arte da comunicação é, pois, diretamente complementar o trabalho da informação. (Wolton, pg. 46, 2006)

Dentre essas estratégias de comunicação, estão os interesses de grupos religiosos que tomam conta da esfera política e midiática para exercer influência sobre a população. Guacira Lopes Louro (2001) observa que aumentaram as disputas entre as chamadas “minorias sexuais” e os grupos conservadores. Embora nem todo conservador pode ser considerado religioso, nota-se que as vozes que repercutem da mídia são, em grande parte, de líderes religiosos que se contrapõem às causas da comunidade LGBT.

O Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil (CNBB, p. 114, 2014) justifica que: "Diante do poder da mídia de influenciar a opinião pública, a Igreja percebe, por um lado, a urgência de dotar-se de seus próprios veículos e, por outro, a necessidade de estabelecer diálogo com os meios de comunicação não católicos". Esta é a estratégia comunicacional adotada pelo segmento católico. Já os evangélicos têm adquirido horários na programação em TVs abertas, além de utilizarem amplamente as redes sociais.

A comunidade LGBT que se organizou desde 1975 com o Movimento de Libertação Homossexual, também ganharam espaço midiático. A Parada da Diversidade de São Paulo demonstra o êxito de mídia espontânea conquistada pelo movimento, gerando pautas econômicas (geração de emprego, movimentando a economia), pautas sociais (preconceito, discriminação, tolerância, etc), pautas de entretenimento (atrações musicais, fantasias, diversão, turismo).

O Manual de Comunicação LGBT (2010) também é um avanço para a forma considerada adequada da cobertura midiática sobre esta população:

“São estas narrativas errôneas que o Manual de Comunicação LGBT pretende evitar, alertando que: “nem sempre as abordagens da mídia são politicamente corretas. É comum deparar-se com a utilização de termos, formas de tratamento e expressões que reforçam preconceitos, estigma e discriminação.” (Manual de Comunicação LGBT, p. 6, 2010).

Diante do poder midiático em dar acesso a diferentes segmentos e pelo seu alcance às massas, diferentes grupos sociais buscam seu espaço na defesa de suas pautas. Afinal, “é a mídia que nos dias de hoje detém o maior poder de dar a voz, de fazer existir socialmente os discursos”, de modo que a presença nas estruturas midiáticas é essencial para que as discussões sobre o reconhecimento identitário encontrem repercussão”. (Alles; Cogo 2013, p. 11)

### **Identidades trans: transcendência e performatividade de gênero**

Os estudos feministas já apontaram o quanto a sociedade patriarcal, acentua as desigualdades nas relações entre mulheres e homens, com uma cultura altamente sexista. Seguindo a corrente feminista, os estudos contemporâneos que discutem as relações pós-identitárias, mais conhecidos como Teoria *Queer*, passou a problematizar um outro fator: a heteronormatividade. Neste caso, estas novas pesquisas discutem qual o lugar de sujeitos que não se encaixam nos padrões/normas heterossexuais. Numa sociedade que, além de comportar elementos patriarcais e machistas, cobra que as pessoas desempenhem, rigorosamente, o comportamento esperado de uma pessoa heterossexual. Essa cobrança pode ser exercida por meio da violência psicológica, simbólica e até mesmo física.

Butler (*apud* Miskolci 2007, p. 256) afirma que:

“o feminismo tem afrontado sempre a violência (sexual ou não) contra a mulher e que tal posição pode (e deve) servir de base para uma aliança do feminismo com

outros movimentos, uma vez que ‘a violência fóbica contra os corpos é o que une o ativismo anti-homofóbico, anti-racista, feminista, trans e intersex (p. 24)’.

A população LGBT é minoria, mas não no sentido numérico, apenas. O conceito é mais amplo e compreende as relações de poder que dão direitos de voz a uns (grupos hegemônicos) e negam o direito de ser falado e ouvido a outros. Para Louro (2001, pg. 542) são: “maiorias silenciosas que, ao se politizar, convertem o gueto em território e o estigma em orgulho- gay, étnico, de gênero”.

Fora do círculo heterossexual\_ tida como ideal porque fundada numa união entre um homem e uma mulher que podem gerar filhos\_ as outras possibilidades sexuais são marginalizadas, excluídas ou negadas por não corresponderem ao fator biológico de reprodução. Cabe ressaltar que essa explicação de ordem natural carrega elementos ideológicos expressos em práticas discursivas daquilo que se formulou como Ciência. Michel Foucault (1993) buscou a desnaturalização das sexualidades, mostrando que há uma série de regras normativas responsáveis em dividir a sociedade em práticas consideradas lícitas e ilícitas. Com isso, a heterossexualidade passa a ser considerada lícita, enquanto a homossexualidade \_ deslegitimada\_ passa a ser alvo de controle e vigilância, justamente por não corresponder a essa doutrina naturalista.

Conseqüentemente, ao longo da história a homossexualidade foi excluída das expressões legítimas da sexualidade humana, sendo considerada “anomalia”, “desvio”, “doença” e, pelas religiões abraâmicas, “pecado”. Também no campo jurídico os “crimes de sodomia” levavam indivíduos a trabalhos forçados nas prisões, como aconteceu com o escritor de origem irlandesa, Oscar Wilde.

Somado a esta heteronormatividade, estão os ideais do gênero: masculino e feminino, criando expectativas sociais e demarcando\_ desde muito cedo\_ os corpos. Este processo ritualístico visa materializar nos indivíduos a forma “correta” com a qual deve se comportar e

que corresponde ao sexo biológico no qual se nasce. Louro (2001, p. 548) afirma que “as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas ‘normas regulatórias’ precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize, ” este aspecto compreende o conceito de performatividade elaborado por Judith Butler.

Miskolci (2007, p. 258) complementa que:

Performatividade se baseia na reiteração de normas que são anteriores ao agente e que, sendo permanentemente reiteradas, materializam aquilo que nomeia. Assim, as normas reguladoras do sexo são performativas no sentido de reiterarem práticas já reguladas, materializando-se nos corpos, marcando o sexo, exigindo práticas mediante as quais se produz uma “generificação”. Não se trata, portanto, de uma escolha, mas de uma coibição, ainda que esta não se faça sentir como tal. Daí seu efeito a-histórico, que faz desse conjunto de imposições algo aparentemente “natural”.

Assim, com relação ao gênero, por exemplo, ser mulher ou ser homem não é consequência, compulsória, de uma biologia humana (ainda vista como um imperativo categórico que dita esta suposta essência dos seres-humanos). Gênero não é mais visto como algo que as pessoas são (em sua essência), mas um efeito produzido a partir do que se faz (em sua existência). Ser de um determinado sexo biológico não implica em herdar as características de gênero associados a ele, tendo em vista que estas mesmas características não são heranças biológicas (genéticas, hormonais e cromossômicas), mas convenções sociais.

Scott (1998, p. 15) define gênero da seguinte forma:

[...] me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à social da diferença sexual. Ele

não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos.

De acordo com Butler (2003), o gênero, enquanto uma categoria estável, é uma ideia falsamente construída pela heterossexualidade compulsória, sistema que busca atribuir critérios de normalidade ou o de naturalidade somente às relações que envolvem o homem e a mulher, ou seja, uma sexualidade pensada nos termos da reprodução da espécie, com viés altamente biológico.

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável (Butler, 2003, p.195).

Para a autora o gênero é uma forma de organizar a sociedade e, portanto, permite a sobrevivência dos sujeitos nesta sociedade. Por isso, para aqueles que não se enquadram nestas categorias, isto é, não seguem as performances de gênero esperada por esta organização social, são punidos. Este tipo de organização está baseado numa hierarquia de indivíduos, cujo gênero determina sua posição nesta pirâmide social.

No topo desta pirâmide estaria a heteronormatividade e todos os elementos que comportam essa heterossexualidade compulsória (macho/viril para os homens, fêmea/sensível para as mulheres). É importante frisar que há outros fatores que atravessam a construção social desta pirâmide, como o racismo e classe social. Por isso, um sujeito transgênero ocupa uma posição inferior ao de um transgênero branco de classe média, por exemplo.

A construção desta identidade de gênero passaria pela linguagem, porque quando se passa pela linguagem é possível dar um significado ao corpo, ele não é pré-discursivo, mas um efeito deste universo simbólico. A esta hipótese, são importantes os estudos sobre Linguística de Saussure, segundo o qual: “a identidade se estrutura como linguagem, ou seja, socialmente e com relação ao ‘outro’”. Jayme (org. Paiva; Barbalho, 2007, p. 156).

Para além dessas dicotomias mulher/homem, macho/fêmea e mulher/homem, estão as pessoas transgêneras que desafiam esses binômios, pervertem essas fronteiras classificatórias, dando um xeque-mate nas divisões heterossexual/homossexual, mostrando que elas não são suficientes para descrever e/ou explicar a multiplicidade das sexualidades humanas.

As identidades trans, por atravessarem as categorias sexuais, trazem à tona o quão frágeis são essas concepções binárias, e revelam que é possível celebrar outras expressões identitárias. Jayme (org. Paiva; Barbalho 2005, p. 161) afirma: “Se a formulação das identidades se dá numa construção e reconstrução constante, a ideia de uma identidade única e permanente é que, ao que parece, vem perdendo. Para Santo, identidades são identificações em curso”.

Se está em curso, significa que algo está em movimento, deslocando-se de um lugar a outro, essa ideia pode exemplificar os transgêneros, que “transitam” entre um gênero e outro, ou preferem viver a ambiguidade dessas fronteiras classificatórias. Ao assumirem uma identidade de gênero diferente ao seu sexo biológico, as identidades trans tornam-se ininteligíveis\_ corpos abjetos\_ ou seja, são contraditórios, corpos que ninguém se importa. Por outro lado, “corpos inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm a relação de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (Butler, 2003, p. 38).

Na condição de “corpos abjetos”, as performances dos transgêneros não são reconhecidas, nem consideradas legítimas pelos outros (aqueles cujo gênero é fixo, coerente, em termos de Ciências Sociais: cisgênero); dado este conflito, travestis, transexuais, transformistas e *drag-queens*, trazem para a discussão “a fluidez das identidades no cenário contemporâneo e sua relação com o gênero, também percebido com fluido e performático” Jayme (Paiva; Barbalho 2005, p. 165).

Viviany Belebani é uma transmulher (ou mulher transexual), ou seja, seu corpo transcende às classificações binárias que são constructos sociais. Ao manifestar-se na Cruz\_ símbolo de uma religião hegemônica\_ seu próprio corpo abjeto significou uma afronta aos corpos inteligíveis (coerência entre sexo/gênero/prática sexual e desejos) defendidos, historicamente, pela religião cristã.

### **Imagética da abjeção: o Cristo na Idade Média e a Viviany na Idade Mídia**

É forte a influência cristã no Brasil, fruto da colonização que trouxe consigo as representações de um Cristo nos moldes europeus. Ainda perseveram tais imagens sejam nas repartições públicas, sejam no imaginário coletivo. Tentativas como a de Ariano Suassuna de mostrar um outro Jesus\_ negro\_ na peça o Auto da Compadecida, adaptado para o cinema posteriormente, foram formas sutis de crítica ao padrão hegemônico. Apesar de ações movidas por parte de alguns movimentos de retirar símbolos religiosos dos espaços públicos, tal atitude foi frustrada pelo emblemático envolvimento brasileiro com a religião. Até 1889, o catolicismo era religião oficial do país, que outrora chamara-se Terra de Santa Cruz.

Na História das religiões monoteístas\_ judaísmo, cristianismo e islamismo\_ a imagem de Deus foi construída a partir de uma figura masculina num sistema patriarcal. Jesus, descrito nos Evangelhos como o Filho do Homem, chamava Deus de Pai, expressões que reforçam esta visão androcêntrica. Posteriormente, a estrutura eclesial do Catolicismo se

baseia num patriarcalismo que exclui a liderança feminina. Reimer (2008, p. 75) afirma que: “A imagem de Deus único e masculino mantém uma profunda interdependência com o exercício do poder na Igreja e na sociedade”.

Com o desenvolvimento do cristianismo na Europa e de uma igreja feita por homens, persiste a imagem de um deus masculino. Também a imagem de Jesus Cristo, a partir de uma visão etnocêntrica, passa a ser representada dentro dos padrões estéticos europeus: branco, loiro e olhos azuis. Além dessas características, as representações carregam fortes elementos de agonia de Cristo, diferente das iconografias paleocristãs, mais simples e primitivas. Em História da Feiúra, Umberto Eco (2007, p. 49) recorda

Foi somente nos séculos da Idade Média mais madura que se reconheceu no homem na cruz um homem verdadeiro, batido, ensanguentado, desfigurado pelo padecimento, e a representação, seja da crucificação, seja das várias fases da Paixão, torna-se então dramaticamente realista e celebra, em seu sofrimento, a humanidade do Cristo.

Diante destas condições históricas, somada à força política e poder de influenciar, a Igreja Católica monopolizou a imagem de Cristo desde à Idade Média. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- Regional 1, entidade ligada à Igreja Católica, se manifestou por meio de uma Nota Oficial no dia 11 de junho de 2015, com o título “Mensagem aos Católicos e a todos os cidadãos<sup>3</sup>”. Apesar de não haver menção ao ato em si, marcadores de linguagem como “manifestações de desrespeito à consciência religiosa de nosso povo e ao símbolo maior da fé cristã, Jesus crucificado”, explicitam o propósito do comunicado.

Outros apontamentos feitos pela CNBB são:

- 1- Afirmar que a fé cristã e católica, e outras expressões de fé encontram defesa e guarida na Constituição Federal [...]

2- Lembrar que todo ato de desrespeito a símbolos, orações, pessoas e liturgias das religiões constitui crime previsto no Código Penal [...]

O ordenamento jurídico também pode ser instrumentalizado em nome da ideologia dominante, quando a justiça é utilizada para defender privilégios de uns e considerando outros cidadãos de segunda classe. E, embora, hajam avanços na legislação na defesa dos direitos da população LGBT nos últimos anos, ainda persistem violação de direitos, como violências físicas, verbais e simbólicas, daí a necessidade de leis que criminalizem a homofobia, por exemplo.

Essa luta por justiça social também é uma das características de uma minoria, como afirma Sodré (Org. Paiva; Barbalho, p. 13, 2005):

Vulnerabilidade jurídico-social- o grupo dito minoritário não é institucionalizado pelas regras do ordenamento jurídico-social vigente. Por isso, pode ser considerado “vulnerável”, diante da legitimidade institucional e diante das políticas públicas. Onde sua luta por uma voz, isto é, pelo reconhecimento societário de seu discurso.

Trazendo o título: “Com 20 mil pessoas, Parada Gay em SP é marcada por agressões a símbolos do cristianismo<sup>4</sup>”, a matéria do site Gospel Mais ressaltou o número reduzido de participantes utilizando a expressão “reuniu apenas 20 mil pessoas”. Além disso, descreveu a encenação de Viviany Beleboni da seguinte forma: “As imagens de um travesti, nu, com uma coroa de espinhos e ‘pregado’ a uma cruz sobre um trio elétrico percorreram sites, blogs e redes sociais na tarde do domingo, e geraram repúdio por parte de diversos formadores de opinião.”

Nota-se a construção estereotipada da personagem jornalística, que sequer foi ouvida ou teve o nome próprio citado. Ao contrário, um artigo indefinido demonstra um sujeito vago, sem nome, cuja existência não é legítima, descrito como “um travesti, nu”. Ou seja, a

narrativa esconde este corpo abjeto, substituindo o nome pessoal por um preconceito (travesti, nu).

O site Gospel Prime também utilizou verbetes equivocados:

“A imagem de um protesto de um transexual na cruz, representando Jesus Cristo, durante a 19ª edição da Parada do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) de São Paulo, que aconteceu na tarde do último domingo (7) no centro da cidade, causou revolta nas redes sociais.

Ao final da matéria, contudo, o nome da manifestante é citado, mas ainda com erros na menção de sua identidade de gênero: “O protesto foi feito pelo transexual Viviany Beleboni, que é considerado musa transex. Segundo informou o transexual, sua intenção era chamar a atenção para o sofrimento que passam os LGBTs de todo o país”

Entretanto, de acordo com o Manual de Comunicação LGBT (2010, p.18): “[...] utiliza-se o artigo definido ‘A’ para falar da Travesti (aquela que possui seios, corpo, vestimentas, cabelos, e formas femininas). É incorreto usar o artigo masculino, por exemplo, ‘O’ travesti Maria, pois está se referindo a uma pessoa do gênero feminino. ”

Já a abordagem do portal de notícias G1<sup>6</sup>, trouxe um caráter mais humanizado da personagem. O conflito centra-se nos ataques sofridos por Viviany como fica expresso logo no primeiro parágrafo da matéria:

A atriz Viviany Beleboni, de 26 anos, é transexual, espírita e chocou parte dos participantes da 19ª Parada do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) neste domingo (7). Ela se prendeu à cruz, encenando o sofrimento de Jesus, para “representar a agressão e a dor que a comunidade LGBT tem passado”. "Nunca tive a intenção de atacar a igreja. A ideia era, mesmo, protestar contra a homofobia", explicou.

Nesta matéria, a personagem já possui um nome, uma profissão e voz, diferente das outras matérias veiculadas em sites religiosos. Para Barbalho (Org. Paiva; Barbalho 2005, p. 37): “[...] a cidadania, para as minorias, começa, antes de tudo, com o acesso democrático aos meios de comunicação. Só assim ela pode dar visibilidade e viabilizar uma outra imagem sua que não a feita pela maioria”.

Semelhante ao site de notícias UOL que ressaltou as ameaças sofridas por ela:

No fim da tarde desta segunda-feira (8), Viviany usou o seu perfil no Facebook para agradecer manifestações de solidariedade e relatou ter sido ameaçada. “[O] negócio está ficando sério, recebendo ligações de morte, e agressões inúmeras”, escreveu. Pouco depois, ela compartilhou um vídeo no qual afirma que o seu objetivo era representar as dores de todas as travestis. “Somos crucificadas o ano todo”, declarou.

Cabe ressaltar que em ambas as matérias opiniões contrárias a manifestação também foram ouvidas, como afirma Motta (2000, p. 5): “Há sempre pelo menos dois lados em confronto em quase todo acontecimento jornalístico. Há sempre interesses contraditórios, algo que se rompe a partir de algum equilíbrio ou estabilidade anterior e que gera tensão”.

O contraponto no site G1 foi do Deputado Federal Marco Feliciano, líder religioso que se manifestou por meio de redes sociais:

[...] o Deputado Federal Marco Feliciano publicou um texto no Facebook: “Imagens que chocam, agridem e machucam. Isto pode? É liberdade de expressão, dizem eles. Debochar da fé na porta denuda igreja pode? Colocar Jesus num beijo gay pode? Enfiar um crucifixo no ânus pode? Despedaçar símbolos religiosos pode? Usar símbolos católicos como tapa sexo pode? Diizer que sou contra tudo isso NÃO PODE? Sou intolerante, né?”.

Já o site Uol acrescentou à repercussão que o *post* do deputado teve nas redes sociais: “No início da noite, o post de Feliciano havia sido curtido por mais de 275 mil usuários do

Facebook e compartilhado mais de 365 mil vezes. Em diversos comentários, o ato foi chamado de "blasfêmia" e "falta de respeito".

A utilização do campo da comunicação feita pelos políticos, como Marco Feliciano, demonstra como a mídia tem mediado todos os outros campos sociais. Barbalho (Paiva; Barbalho, p. 35, 2005) salienta: ‘Nessa “Idade Mídia”, a comunicação deixa de ser mero instrumento da política e impõe sua própria gramática com a qual os políticos têm que negociar”.

A mídia com seu papel de promover o debate sobre os conflitos sociais, pode ser utilizada tanto para a construção negativa de grupos minoritários, quanto para a construção de imagem mais humanizada. Simbolicamente, a construção da narrativa midiática também pode ser inquisidora ao desconstruir identidades, que acabam por prejudicar a dignidade desses sujeitos que já se encontram em situação vulnerável.

### **Conclusão**

A religião\_ fenômeno coletivo\_ quando criticada, manifesta o descontentamento de todo um grupo que professa aquela fé. Nas palavras de Estrada (2007, 93-94): “Determinadas ações contra símbolos religiosos [...], a profanação de um templo a ridicularização de imagens, costumes e tradições religiosas ou os ataques a pessoas representativas de uma religião, são vivenciadas como ataques pessoais”.

Cabe lembrar que desde a Antiguidade são atestadas a utilização da cruz por diferentes civilizações, mas a partir do cristianismo adquire-se um novo significado, de acordo com Chevalier e Alain (2012, p. 3100:

A tradição cristã enriqueceu prodigiosamente o simbolismo da cruz, condensando nessa imagem a história da salvação e a paixão do Salvador. A cruz simboliza o Crucificado, o Cristo, o Salvador, o Verbo, a segunda pessoa da Santíssima

Trindade. Ela é mais que uma figura de Jesus, ela se identifica com sua história humana, com a sua pessoa.

O fenômeno religioso está imbuído na própria essência da pessoa porque não é apenas uma questão de crença, mas envolvem tradições milenares, ritos, fatores culturais, ou seja, todo um sistema simbólico que justificam tais práticas. Quando a religião é atacada nega-se todo este processo histórico.

Nas palavras de Coutinho (Org. Paiva; Barbalho 2005, p. 89):

Importa perceber que, nas religiões, o conhecimento considerado verdadeiro – sejam as leis escritas ou as suas interpretações – tem Deus como fundamento. Toda a tradição religiosa se apresenta como algo criado ou inspirado por Deus. De todo modo, trata-se de algo transcendente ao ser humano.

Daí a reação enérgica dos religiosos cristãos ante a encenação de Viviany porque chocava-se com a representação heteronormativa que se construiu sobre Jesus Cristo. Uma mulher transexual é a negação desta imagem canônica e, justamente por ser ‘canônica’, não pode ser tocada, é sagrada. Esta sacralização da heterossexualidade compulsória acontece no momento em que ela é associada a figura do transcendente (Jesus Cristo). E assim, as outras expressões sexuais permanecem na invisibilidade pois não estão representadas no imaginário religioso hegemonicamente masculino.

Mas, os Estudos de Gênero também vêm procurando desconstruir essa imagem teológica, conforme Reimer (2008, p. 55): “Preocupada com a insuficiência dessa maneira de compreender o divino e com a experiência humana suscitada por ela, a teologia feminista tenta corrigir as imagens divinas e humanas em que a preponderância masculina sobrepujou a feminina.

“Assim, podemos falar em tradições hegemônicas, que reafirmam a visão de mundo das camadas dominantes, e em tradições contra-hegemônicas, que reconstróem a história pela

perspectiva das classes subalternas” Coutinho (Org. Paiva; Barbalho, p. 95, 2005). Portanto, o movimento LGBT ao conceber uma outra face de Cristo, reescrevem as páginas das religiões tradicionais, ocultas no devir da História.

Após séculos de perseguição, fogueiras, condenação, este contingente humano (ignorado pelos discursos religiosos) apropriam-se e recriam os elementos cristãos com tal facilidade e sutileza como constroem e reconstroem suas próprias identidades. A mensagem central “Basta Homofobia” não esvazia a linguagem da cruz, mas dá novo significado numa perspectiva inclusiva. Recado dado.

## Referências

ALLES, NatáliaLedur; COGO, Denise. **“Sou feliz sendo prostituta”: incidências de discursos governamentais e midiáticos sobre prostituição**. Esferas: Revista Interprogramas de pós-graduação em Comunicação do Centro Oeste. Ano , nº 3, 20013, ISSN: 2316-7122

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS ETRANSEXUAIS. **Manual de Comunicação LGBT**. Ferdinando Martins, Lilian Romão, LiandroLindner, Toni Reis. (Org.) [Curitiba]: Ajir Artes Gráficas e Editora, 2010.BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Chevalier, Jean; Gheerbrant, Alain, et al. **Dicionário dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. [tradução Vera da Costa e Silva]. Rio de Janeiro: José Olympio, 26ª ed, 2012.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB), **Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil**. São Paulo: Paulinas. 2014

Eco, Umberto. **História da Feiúra**. [tradução Eliana Aguiar] Rio de Janeiro: Record, 2007

ESTRADA, Juan Antonio. **Imagens de Deus: A filosofia ante a linguagem religiosa**. [tradução de José Afonso Beraldin]. São Paulo: Paulinas, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade: vontade de saber**. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993

Ivone Richter Reimer (Org). **Imaginários da divindade: textos e interpretações**. Goiânia: UCG, São Leopoldo: Oikos, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer- Uma política pós-identitária para a educação**. Estudos Feministas, ano 9. p. 548. Disponível:<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO. **Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis**. Revista Gênero, 2007. Disponível: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/155/98>

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. [Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila]. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em: [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/169642/mod\\_resource/content/2/genero-scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/169642/mod_resource/content/2/genero-scott.pdf)

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. [Tradução Vanise Pereira Dresch]. São Paulo: Paulus, 2006.

#### **Sites consultados:**

Mensagem aos católicos e a todos os cidadãos, link:

<http://www.cnbsull.org.br/pagina-exemplo/?did=102> Acesso em: 20 de julho de 2015

“Com 20 mil pessoas, Parada Gay em SP é marcada por agressões a símbolos do cristianismo”, link

<http://noticias.gospelmais.com.br/parada-gay-marcada-agressoes-simbolos-cristianismo-77182.html>  
Acesso em: 21 de julho de 2015

“Cristofobia: Parada Gay tem transsexual seminu crucificado”, link:  
<http://noticias.gospelprime.com.br/parada-gay-transsexual-seminu-crucificado/> Acesso em: 20 de julho de 2015

Matéria: “Transsexual "crucificada" na Parada Gay de SP diz ter sido ameaçada de morte”, link:

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/08/transsexual-crucificada-na-parada-gay-de-sp-diz-ter-sido-ameacada-de-morte.htm> Acesso em 21 de julho de 2015

Matéria: “Representei a dor que sentimos', diz transsexual 'crucificada' na Parada Gay”, link:

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/representei-dor-que-sentimos-diz-transsexual-crucificada-na-parada-gay.html> Acesso em 22 de julho de 2015

**A condição social da mulher negra: apontamentos a partir da canção *mulheres negras***  
**Social situation of the black woman: notes from the song “*mulheres negras*”**

Monique Francielle Castilho Vargas\*

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** Este artigo almeja discutir a realidade social que as mulheres negras enfrentam cotidianamente, a partir da canção *Mulheres Negras* interpretada por Yzalú, cantora e feminista negra que dedica-se através das canções que interpreta e compõe denunciar o machismo, o preconceito e o racismo vivenciados pelas mulheres negras, principalmente as que habitam as periferias brasileiras.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras; Racismo, Exclusão Social.

**Abstract:** The present article aims present notes about of social reality that black women face daily, from the song "*Mulheres Negras*" by the singer Yzalú black singer and feminist that dedicated through the songs denounce the male chauvinism, the prejudice and racism experienced through the peripheral black women, especially who inhabit the brazilian peripheries

**Keywords:** Black women, Racism, Social Exclusion.

### **Introdução**

Um dos principais veículos de representação da cultura afro-brasileira é o campo musical que ganha cada vez mais espaço na sociedade. De maneira geral, estas produções culturais, ocupam-se em abordar aspectos que retratam a diversidade do povo brasileiro, ilustrando as relações sociais presentes no cotidiano. Deste modo, interpreto que uma única canção é um instrumento de interação dotado de expressividade capaz de envolver emocionalmente os atores sociais, despertando-lhes sentimentos diversos e que, possuem a capacidade de influenciar nas representações culturais dos diversos grupos sociais que existe no país.

Os discursos presentes nas letras das canções carregam múltiplos significados, portanto, de forma sintetizada é necessário dizer que a/o historiadora que utiliza canção como fonte de pesquisa, concentra-se em encontrar indícios que se apresentam de forma muito sutil

---

\* Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande/UFGD. Sob orientação do professor Dr. Eudes Fernando Leite. Desenvolve pesquisa financiada pela Fundação Capes de Pesquisa. Área de concentração de pesquisa Identidades, Representações e Performances, trabalhando com temas que envolvam: Indústria Cultural, Culturas Afro-Brasileiras e Religiosidades de Matrizes Africanas. Contato: [moniquevargas1@gmail.com](mailto:moniquevargas1@gmail.com)

nos versos, nas performances artísticas dos intérpretes ou na história de vida dos compositores. Como a linguista Ruth Finnegan indica, jamais teremos uma interpretação totalizante do material fonográfico, este, é repleto de complexidade (2008). Contudo, respaldado por teoria e metodologia adequada, torna-se uma fonte bastante consistente para analisar realidades sociais e acontecimentos históricos.

Importante ressaltar que as produções historiográficas construídas a partir de um material fonográfico, necessita de análises que ultrapassem a compreensão das letras. Limitar-se a tal abrangência é obter uma narrativa simplista. Como indica Marcos Napolitano, a canção apresenta uma complexidade gigantesca, um único verso abre um leque imenso de possibilidades de interpretação (NAPOLITANO, 2005, p. 8). Precisamos também, termos a consciência de que estamos tratando de artistas e, a maneira como apresentam seu trabalho possibilita desvendarmos muitas informações que estão ausentes na palavra escrita.

Deste modo, antes de iniciar a análise exploratória dos versos que constituem a canção *Mulheres Negras*, discussão central deste artigo, é necessário apresentar rapidamente quem é o compositor e a intérprete desta produção musical. Acredito que a história de vida dos artistas dará indícios importantes para compreendermos a razão pela qual esta canção foi composta por Eduardo e interpretada pela cantora Yzálú.

Cabe informar que este artigo, não vai apresentar como texto introdutório a trajetória das mulheres negras na luta feminista, também não almeja expor uma análise densa acerca das teorias formuladas para trabalhar com a história das mulheres, pois acredito que para elaborar uma discussão abrangendo tais questões, necessitaria de um número maior de páginas. Aqui, abordarei a condição social da mulher negra da periferia utilizando a canção *Mulheres Negras* como fonte, portanto, apresentei rapidamente os espaços de experiências dos artistas (compositor e intérprete) em seguida, construí de forma superficial uma interpretação possível da letra da canção.

### **Eu não pedi pra nascer<sup>32</sup>: Breve biografia do compositor e rapper Eduardo**

Começando pela história de vida de Carlos Eduardo Taddeo, conhecido na mídia como Eduardo, nasceu em 24 de agosto de 1975 na cidade de São Paulo. Além de compositor de Rap brasileiro, é cantor, escritor, ativista e palestrante. Eduardo foi um dos fundadores e líderes do grupo de Rap Facção Central formado em 1989, sendo vocalista e compositor de todas as letras, até 2013, deixou o grupo neste ano para atuar na carreira solo.

Eduardo é filho de uma mulher negra que para sustentar a si própria e os quatro filhos trabalhava como faxineira. O pai, descendentes de italianos era empresário da noite, porém, oficialmente casado com outra mulher. A mãe e os filhos moravam no Glicério, bairro antigo e popular do centro de São Paulo, conhecido pelos cortiços e pela pobreza.

O pai biológico de Eduardo deu assistência financeira apenas nos seus primeiros anos de vida. Com a ausência deste dinheiro que servia para sustentar Eduardo, os três irmãos e a mãe, as dificuldades financeiras se agravaram fazendo com que os cinco fossem morar em pensões, com banheiros coletivos. A mãe aposentada por invalidez, por conta do mal de Chagas, às vezes pedia esmola ou cesta básica na igreja. A comida que tinham em casa sempre era menos que o necessário, situação que obrigava Eduardo e os irmãos ajudar a mãe pegando frutas e legumes nos fins de feira.

Com relação a formação escolar, Eduardo frequentou a escola pública até a quinta série do ensino fundamental, era um menino tímido com problemas de visão, mas resistia em usar óculos porque tinha vergonha, por conta disso abandonou os estudos. Os calçados e as roupas que a família toda usava eram demasiadamente velhas. Convivendo com o cotidiano do crime, a violência despertava em Eduardo um desejo de ser bandido. “*Eu via os caras com tênis novos e queria ser criminoso*”<sup>33</sup>.

O desejo confessado, inicia-se aos sete anos de idade, furtando um toca-fitas e roubando dólares de um japonês. Em uma outra situação foi parar na delegacia para averiguação de furto em um supermercado, mas saiu sem maiores consequências. Com apenas nove anos de idade, começou se envolver com outros criminosos, levando e trazendo armas, chegou realizar assaltos a mão armada. Com relação as drogas, Eduardo, odiava álcool, porém fazia uso de cocaína, benzina e maconha, aos dezesseis anos chegou a experimentar crack.

Aquele que viria ser um dos fundadores e líder do grupo de Rap Facção Central, atribuiu sua salvação do mundo do crime ao namorado de sua irmã (pouco mais velho que ele), apelidado de Equipado. O apelido provinha por conta de frequentar a escola portando as coisas que roubava. Nas palavras do próprio Eduardo, segue o desfecho da história que o salvou da criminalidade e o transformou em artista:

Foi um furto do Equipado que me salvou [...] O furto era um gravador com uma fita k-7 que trazia a música “*Corpo Fechado*”, dos rappers Thaíde e DJ Hum, que escutei. Aquilo me pegou. Era uma coisa de falar rimando, que eu achei que podia fazer. Escrevi uma letra, mostrei para o Equipado, e ele disse que eu mandava bem. Daí não parei mais. (TADDEO in: FERNANDES, 2007, p. 128).

A partir deste acontecimento, Eduardo começou a perseguir o sonho de ser rapper. No final da década de 1980 formou um grupo integrado por garotos de rua chamado *Esquadrão Menor*, o qual se desfez rapidamente, pois não conseguiram nenhum reconhecimento tampouco sucesso. Em consequência disso, o jovem artista se viu obrigado a aceitar a proposta do sogro que era maître do Hotel Hilton (hoje desativado). Passou dois anos trabalhando como ajudante de cozinha, lavava louça, limpava o chão, carregava gelo. Neste período já estava morando no Grajaú e, continuava compondo canções.

A sorte no mundo da música do rapper Eduardo iria mudar definitivamente a partir da década de 1990. Em 31 de maio de 1989, junto com Jurandir e Nego (conhecido atualmente como rapper Mag) formaram o grupo Facção Central. Nego e Jurandir deixaram o grupo pouco depois de sua formação. Mas, logo foram substituídos por Dum Dum e Garga que, juntaram-se com Eduardo e iniciaram de forma incisiva as atividades do grupo.

O grupo de Rap Facção Central, alcançou enorme repercussão devido ao forte conteúdo de suas letras. A MTV no ano de 2000, apresentou o videoclipe da canção [Isso aqui é uma Guerra](#)<sup>34</sup> dirigido pelo premiado diretor Dino Dragone. Mas, por conta do conteúdo linguístico<sup>35</sup> e performático<sup>36</sup> pesados a justiça paulista censurou a exibição e a MTV acatou. Em contrapartida, Eduardo e Dum-Dum aproveitaram a repercussão para divulgar suas músicas. Houve até registro policial e investigação, porém não deu em nada. No álbum seguinte intitulado de *A Marcha Fúnebre Prossegue*, lançado em 2001, Eduardo se referiu à censura com refrãos de protesto, que até hoje ele repete nos shows, como: pode censurar, me prender, me matar não é assim, promotor, que a guerra vai acabar.

O rapper Eduardo, se manteve líder e principal letrista do Facção Central até 18 de Março de 2013, quando anunciou oficialmente através de um vídeo publicado na internet<sup>37</sup> sua saída do grupo, devido a algumas desavenças pessoais e divergências ideológicas, entretanto, não abandonou sua carreira no Rap brasileiro, segue carreira solo.

Ainda é de extrema importância evidenciarmos que o rapper compositor da canção Mulheres Negras se ocupa de outras atividades tais como: palestras por todo Brasil e realização periodicamente de visita a Fundação Casa. Apesar de não ter concluído nem o ensino fundamental é autor de um livro com mais de seiscentas páginas de título *A guerra não declarada na visão de um favelado* (2012). Embora o rapper não fale sobre o gênero musical de maneira direta, acaba transformando o livro numa grande compilação de suas letras ao retratar os problemas sociais das periferias já denunciados em suas canções.

Eduardo fala com propriedade sobre uma gama enorme de problemáticas periféricas, como a educação, a saúde, o lazer, a violência, as drogas, a prostituição, a religião, e tantos outros. Embora não possua diplomas ele afirma ter o conhecimento suficiente para discutir essas questões dizendo na introdução de seu livro:

[...] É bem verdade, que no alto da minha 5ª série não concluída, nunca publiquei teses ou dissertações, porém, sou mais capacitado para escrever sobre a atmosfera agonizante abaixo da linha da pobreza, do que qualquer sociólogo playboy que

estuda a crise humanitária nacional através de livros e computadores! Eu não assisti filmes, documentários ou matérias jornalísticas sobre a Guerra não declarada do Brasil, eu estou 24 horas diárias dentro de suas trincheiras. Eu estou 24 horas tentando me proteger das agressões bélicas de um impiedoso exército rival [...] (TADDEO, 2012, p. 16).

As palavras do artista e escritor são indispensáveis para encerrar os apontamentos feitos sobre a sua trajetória artística no mundo do Rap Nacional, pois comprova definitivamente a sua militância e o seu lugar de fala na sociedade. Como ele mesmo ressalta, não chegou a concluir a 5ª série, contudo, em entrevistas, shows e palestras, incentiva os jovens da periferia a estudarem alegando que ter um diploma e estar bem informado é mais audacioso que portar metralhadoras.

### **As negras duelam pra vencer o machismo, o preconceito, o racismo<sup>38</sup>: Breve biografia da cantora Yzalú**

Nascida em 8 de setembro de 1982 em São Bernardo do Campo/SP, Luiza Yara Lopes Silva é o nome que a interprete de Mulheres Negras traz em seu registro de nascimento, mas foi com o nome artístico Yzalú que ficou conhecida no Movimento Hip Hop<sup>39</sup> incorporando o seu violão em interpretações de músicas clássicas do Rap Nacional, como: Jesus Chorou (Racionais MC's), Desculpa Mãe (Eduardo), O Resgate (Realidade Cruel), Oitavo Anjo (Dexter), Um Bom Lugar (Sabotagem), Cabeça de Nego (Sabotagem).

Yzalú é interprete, cantora, compositora e feminista negra que vem contribuindo imensamente com as discussões atuais acerca da condição social da mulher negra no Brasil. Através de seu trabalho artístico, apresenta letras extremamente politizadas, denunciando as mazelas que as mulheres negras da periferia enfrentam diariamente.

A artista iniciou a sua carreira por volta dos 15 anos de idade quando morou por um período em Salvador, porém a música tem protagonismo em sua vida desde os 5 anos de idade. Nessa época, os pais se separaram e, sua mãe precisou trabalhar em dois, às vezes, três, empregos para conseguir o sustento da família. Em casa, a companhia de Yzalú era a coleção

de vinis da mãe. A própria cantora explica em entrevista concedida para o site Raplogia<sup>40</sup> em 26 de setembro de 2015:

Meu interesse pela música surgiu através dos vinis que minha mãe tinha em casa, enquanto ela saía para trabalhar eu ficava fuçando, tinha muita coisa, eu me lembro, desde Bezerra da Silva a Djavan. O primeiro vinil que coloquei para tocar foi “Dignidade” da Leci Brandão (RAPLOGIA, 2015).

Neste período, ainda, em início de carreira, morando em Salvador, aproveitou para aprimorar o seu conhecimento no violão. Quando voltou para São Paulo já encontrava-se bastante influenciada pela música negra, a prova disso é a composição da canção *Moça de Angola*. Também foi nesta época que o Rap começou a fazer parte da vida da artista, quando conheceu as mulheres do grupo *Essência Black* em São Bernardo do Campo, o qual passou a fazer parte tocando violão. Nas palavras de Yzalú:

Conheci as meninas em 2003, em São Bernardo. Aquilo também me abriu um leque no sentido de outras parcerias, de conhecer outros grupos de Rap da região. Elas me deram a possibilidade de poder fazer o que eu gosto, que é música, tocando. Então, sem perceber, eu estava me infiltrando dentro do Rap (RAPLOGIA, 2015).

Porém em 2005, a cantora precisou deixar a música e, dedicar-se ao trabalho e aos estudos para conseguir se manter financeiramente. Estudou Marketing na Universidade Metodista e, em 2008 decidiu voltar para música motivada pelo seu irmão Hugo Marques que, incentivou Yzalú fazer alguns vídeos caseiros na escadaria do Jardim Farina (São Bernardo do Campo) cantando clássicos do Rap Nacional a partir daí que começou a soltar a voz como cantora. Apresentou-se cantando em bares e teatros. Em entrevista concedida para Revista Trip<sup>41</sup>, a artista diz:

Os barzinhos foram uma escola para mim, tinha vez que eu recebia quinze reais e o dono do bar ainda descontava minha água. Em 2007, tive a oportunidade de conhecer a Dina Di<sup>42</sup>, o que foi sensacional. Pude trocar uma ideia com ela e tive clareza do que é ser mulher dentro do rap. Foi quando tive a certeza do que eu queria fazer, que era inserir o rap no violão, fazer música e ter orgulho de ser do movimento (REVISTA TRIP, 2016)

O DJ Bola Oito, integrante do grupo Realidade Cruel, em 2008 deu a Yzalú uma grande oportunidade de mostrar o seu trabalho, à convidou para cantar e tocar no show de lançamento de sua mixtape<sup>43</sup>. A artista se apresentou para um público de mais de 7 mil

peessoas, cantando antes do grupo Facção Central, tendo apenas dois minutos para marcar a sua presença cantando a canção *Um Bom Lugar* do rapper *Sabotagem*. Segundo Yzalú<sup>44</sup> naquele momento, sabia que este seria o seu caminho.

O divisor de águas da vida artística da cantora foi a canção *Mulheres Negras*. Ao interpretar a composição<sup>45</sup> de Eduardo no DVD PROMO que gravou em setembro de 2012 e, em novembro, disponibilizou para baixar gratuitamente na internet<sup>46</sup> pelo Portal Rap Nacional, bateu o recorde de acessos, foram mais de 10 mil em uma semana. A canção gerou comoção entre as integrantes dos Movimentos Feministas Negros<sup>47</sup>, servindo como uma espécie de bandeira musicada, pois, sua letra denuncia os inúmeros problemas vivenciados pelas mulheres negras da periferia.

A cantora disse ao site Raplogia que *Mulheres Negras*, sem dúvidas é a música da vida dela. Em linhas gerais, a canção sintetiza a ânsia da cantora em usar o Rap para falar da condição da mulher negra de uma forma lírica, trazendo luz a realidades ainda sem voz dentro da sociedade. A rapper vê possibilidades de mudança, pois segundo Yzalú, falar do próprio contexto é parte importante do processo de dar representatividade a uma parcela da sociedade historicamente silenciada. Nas palavras dela para Revista Trip:

Ser uma mulher negra da periferia é conviver com uma realidade onde existe uma linha que já está traçada e que você tem que desviar. Ou seja, se você de fato quer revolucionar sua própria vida, precisa traçar outro caminho. Hoje, a arte permite que problemas sociais sejam discutidos e colocados em pauta, o que vejo como uma solução. É um lance de uma menina preta de 5 anos ver a mãe escutando *Mulheres Negras*, ouvir também e já desenvolver uma consciência que ninguém mais vai tirar dela (REVISTA TRIP, 2016)

Percebe-se de maneira evidente que a cantora tem total consciência das questões sociais que perpassam as relações de classe, gênero e etnia (negritude), também não poderia ser diferente, pois não tem medo de se declarar como feminista negra. De acordo com Yzalú<sup>48</sup>, ela e todas as mulheres da favela, da periferia, principalmente as mulheres negras, são feministas sem saber que são, pois lutam muito todos os dias para alimentar seus filhos e,

não abaixam a cabeça quando se veem em situações humilhantes ao visitar seu filho na cadeia.

Ainda na entrevista conferida a Revista Fórum, a cantora fala sobre uma questão que dentre todas as mazelas que estão inseridas as mulheres negras, aparentemente parece não ter muita importância que é a estética da mulher negra, mas Yzalú desabafa:

Passei por muitas situações em minha vida, tive uma rotina discriminatória grande e, sem mesmo saber o que estava fazendo, totalmente contaminada pelos padrões da beleza midiática e eurocentrista, como um zumbi mesmo, busquei em um momento, de forma inconsciente, me enquadrar nos padrões desta classe dominante para poder ser aceita. Porém, sempre percebi que os olhares sobre mim e a tratativa eram diferentes de outras mulheres que tinham os padrões naturais aceitáveis para esta sociedade. Foi aí que comecei a entender toda a teia que desde a senzala teceram para nós. Se nos rendermos à teia, seremos sempre subalternas através dos olhares dessa supremacia, mas quando a desfazemos, enxergamos de forma transparente a ira da derrota (REVISTA FÓRUM, 2014)

As palavras da cantora são comoventes pelo fato de ser um relato que evidencia o preterimento vivenciado pelas mulheres negras, além de denunciar tacitamente os processos químicos nocivos<sup>49</sup> que as mesmas enfrentam para tentar se enquadrar aos padrões estéticos eurocêtricos.

A artista ganhou uma visibilidade considerável com a gravação de Mulheres Negras em 2012, Entretanto, seu primeiro disco de título Minha Bossa é Treta só veio a ser lançado<sup>50</sup> em 8 de março de 2016. Yzalú contou à Revista Trip que, o Minha Bossa é Treta é a concretização de um trabalho idealizado a muito tempo, o projeto do álbum já existia desde 2012 quando tornou-se conhecida no cenário do Rap Nacional.

Em linhas gerais, o disco Minha Bossa é Treta é composto por 11 faixas todas composta por Yzalú. A letra das canções apresentam conteúdos que buscam combater o machismo, o racismo e, o preconceito contra as pessoas com deficiência. A artista disse em entrevista: “Este será um trabalho revelador, tanto para o público que já me segue quanto para quem ainda não teve a oportunidade de conhecer o meu trabalho<sup>51</sup>” (RAPLOGIA, 2016).

Para além de todas as particularidades do Rap feito por mulheres que, nos últimos anos ganhou espaço, a rapper Yzalú trouxe outro campo de discussão para sua música: a

experiência de pessoas com deficiência física. A imagem que estampa o disco *Minha Bossa é Treta* é uma foto da cantora nua com o violão a sua frente, exibindo a prótese que tem na perna direita. A deficiência que carrega é congênita e, desde criança Yzalú usa prótese e enfrenta diariamente os reflexos que isso gera no campo social.



**Capa do disco *Minha Bossa é Treta*/Yzalú/2016.  
(Extraído do site Raplogia).**

As palavras da artista quando questionada sobre a imagem da capa do disco revelando sua deficiência física:

Na nossa sociedade, você não pode sentir orgulho de quem você é. A gente está falando de uma realidade de 25% da população brasileira, que é a quantidade de pessoas que tem algum tipo de deficiência. No momento em que você expõe essa realidade, representa essas pessoas e fala que elas existem. Para mim, a minha prótese na capa do disco é só um detalhe. É um detalhe na foto e um detalhe na minha vida. Eu cresci sob o olhar das pessoas, que muitas vezes não refletia quem eu era. Por esse motivo a capa acaba tendo essa simbologia de empoderar (REVISTA TRIP, 2016).

Para encerrar os apontamentos realizados acerca da trajetória artística da interprete da canção *Mulheres Negras*, é importante destacar a interpretação que a mesma tem sobre o título e a imagem do seu primeiro álbum. De acordo com a cantora de Rap, o título é uma referência da sua própria realidade de mulher negra moradora da periferia, filtrada pelo violão, que a acompanha no mundo do Rap desde sempre. O violão é peça fundamental para compor seu trabalho artístico, pois estabelece uma ligação entre a artista e os grandes nomes

da MPB muito admirados por Yzalú, tais como: Caetano Veloso e Gal Costa<sup>52</sup>, essa última foi quem a inspirou na hora de escolher uma foto para capa de seu disco.

### **Como mantas kevlar<sup>53</sup>: uma análise possível da canção *Mulheres Negras***

Ao realizarmos uma reflexão acerca da história da mulher negra no Brasil, em pleno século XXI, ainda vamos nos deparar com os sinais da exclusão e desvalorização social. Como podemos perceber essa é uma realidade que faz parte do espaço de experiência da própria cantora Yzalú. Após quase 130 anos de abolição da escravidão, as mulheres negras continuam sendo vítimas de um discurso discriminatório que vai além do machismo enfrentado por todas as mulheres.

A canção *Mulheres Negras* tem um significado de extrema importância, pois denuncia esses problemas presentes no cotidiano da mulher negra da periferia e, ainda foi composta e interpretada por artistas negros do Rap Nacional que possuem um posicionamento político bem definido e atuante na luta antirracista. Segue a letra da canção:

Enquanto o couro do chicote cortava a carne/ A dor metabolizada fortificava o caráter/ A colônia produziu muito mais que cativos / Fez heroínas que pra não gerar escravos matavam os filhos/ Não fomos vencidas pela anulação social/ Sobrevivemos à ausência na novela, no comercial/ O sistema pode até me transformar em empregada/ Mas não pode me fazer raciocinar como criada/ Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo/ As negras duelam pra vencer o machismo, o preconceito, o racismo/ Lutam pra reverter o processo de aniquilação/ Que encarcera afros descendentes em cubículos na prisão/ Não existe lei Maria da Penha que nos proteja/ Da violência de nos submeter aos cargos de limpeza/ De ler nos banheiros das faculdades hitleristas/ Fora macacos cotistas/ Pelo processo branqueador não sou a beleza padrão/ Mas na lei dos justos sou a personificação da determinação/ Navios negreiros e apelidos dados pelo escravizador/ Falharam na missão de me dar complexo de inferior/ Não sou a subalterna que o senhorio crê que construiu/ Meu lugar não é nos calvários do Brasil/ Se um dia eu tiver que me alistar no tráfico do morro/ É porque a lei áurea não passa de um texto morto/ Não precisa se esconder segurança/ Sei que cê tá me seguindo, pela minha feição, minha trança/ Sei que no seu curso de protetor de dono praia/ Ensinaaram que as negras saem do mercado com produtos em baixo da saia/ Não quero um pote de manteiga ou um shampoo/ Quero frear o maquinário que me dá rodo e uru/ Fazer o meu povo entender que é inadmissível/ Se contentar com as bolsas estudantis do péssimo ensino/ Cansei de ver a minha gente nas estatísticas/ Das mães solteiras, detentas, diaristas/ O aço das novas correntes não aprisiona minha mente/ Não me compra e não me faz mostrar os dentes/ Mulher negra não se acostume com termo depreciativo/ Não é melhor ter cabelo liso, nariz fino/ Nossos traços faciais são como letras de um documento/ Que mantém vivo o maior crime de todos os tempos/ Fique de pé pelos que no mar foram jogados/ Pelos corpos que nos pelourinhos foram descarnados/Não deixe que te façam pensar que o nosso papel na pátria/ É atrair gringo turista interpretando mulata/ Podem pagar menos pelos os mesmos serviços/Atacar nossas religiões, acusar de feitiços/Menosprezar a nossa contribuição para cultura brasileira/Mas não podem arrancar o orgulho de nossa pele negra/ Mulheres negras são como mantas kevlar/ Preparadas pela vida para suportar/ O machismo, os tiros, o eurocentrismo/ Abalam mas não deixam nossos neurônios cativos (VAGALUME, acessado em 29/07/2016).

A letra da canção *Mulheres Negras* é uma denúncia explícita sobre a condição social da mulher negra da periferia, deixando evidenciado que os problemas enfrentados por elas, estão para além das relações de gênero, perpassa por questões de classe social e relações étnico-raciais. A pesquisadora e feminista negra Sueli Carneiro<sup>54</sup> diz que:

[...] os grupos de mulheres negras, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. Isso é o que determina o fato de o combate ao racismo ser uma prioridade política para as mulheres negras, assertiva já enfatizada por Lélia Gonzalez, “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial [...] a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas). (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Como podemos observar Sueli Carneiro, em poucas palavras, afirma que as mulheres negras, principalmente as que vivem na periferia, enfrentam outras situações de preconceito que as mulheres brancas não sofrem. O preconceito que as mulheres negras da periferia estão expostas é constituído e disseminado com base no tripé – gênero, classe social e etnia –. Sendo assim, necessita ser combatido de forma diferente, considerando esses problemas específicos.

Considerando essas particularidades, podemos interpretar que as mulheres negras da periferia são vítimas do machismo com maior intensidade. Como podemos observar de forma explícita na canção *Mulheres Negras*, seus corpos negros ainda são relacionados aos estigmas construídos pela escravidão que se perpetuaram ao longo da história com o auxílio da linguagem<sup>55</sup>. Com frequências são associadas aos cargos que não exige muito da capacidade intelectual ou como mulheres que apresentam uma facilidade para se entregar ao ato sexual. Nas palavras de Sueli Carneiro:

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de

engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (CARNEIRO; 2001, p.3).

Na letra da canção *Mulheres Negras*, esta afirmação da pesquisadora aparece como uma denúncia contundente nos versos: “Não existe lei Maria da Penha que nos proteja/ Da violência de nos submeter aos cargos de limpeza/ De ler nos banheiros das faculdades hitleristas/ Fora macacos cotistas”. Estes dois últimos versos presentes aqui, deixa evidente qual é o lugar não apenas da mulher negra periférica, mas da população negra como um todo. O compositor ao interpretar as relações sociais no Brasil, chegou à conclusão de que o espaço acadêmico não foi construído para todos terem acesso.

A denúncia apresentada nesta parte da canção, chama atenção para outra questão polêmica e bastante discutida pelo Movimento Negro Unificado e coletivos negros antirracistas que, são as políticas de ações afirmativas<sup>56</sup> (cotas raciais nos curso de graduação e pós-graduação para o povo negro). De acordo com os versos que compõem a canção, as instituições de ensino superior, é um lugar de excelência feito para a população branca com condição financeira razoável frequentar. Esta interpretação<sup>57</sup> evidencia-se quando nos deparamos com a resistência de aceitação que muitos estudantes não-negros e, a população não-negra em linhas gerais, apresentam quando a temática é discutida.

Com relação a aparência, da mulher negra, são consideradas fora dos padrões estéticos ideais que, exaltam a positividade da brancura<sup>58</sup>. Em consequência disso, como já denunciado pela rapper Yzalú, são capazes de passar por processos de transformação nocivos à saúde com o objetivo de se enquadrar aos padrões estéticos aceitáveis. Contudo, a busca incansável, não é o suficiente. De acordo com Yzalú os olhares e o tratamento que as mulheres negras recebem, frequentemente são diferentes de outras mulheres que possuem as aparências físicas naturais aceitáveis para sociedade. Sueli Carneiro, também se posicionou de forma incisiva frente a esta questão:

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um

contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como anti-musas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: Exige-se boa aparência (CARNEIRO, 2001, p. 2).

Em *Mulheres Negras*, encontrei com palavras diferentes a mesma denúncia feita pela pesquisadora Sueli Carneiro. De início, aparecerá o verso: *Pelo processo branqueador não sou a beleza padrão*. Avançando na letra temos: “Mulher negra não se acostume com termo depreciativo/ Não é melhor ter cabelo liso, nariz fino/ Nossos traços faciais são como letras de um documento/ Que mantém vivo o maior crime de todos os tempos”. Ainda sobre este assunto, nos versos finais encontramos: “Podem pagar menos pelos os mesmos serviços”.

Ao realizar a primeira leitura dos versos que compõem a canção *Mulheres Negras*, fica evidente que o tema central discutido é a condição social da mulher negra na sociedade brasileira, mas, um dos assuntos que norteiam o enredo é sobre a estética da mesma. Junto à este indicativo, temos o posicionamento da cantora e feminista negra Yzalurá a respeito deste assunto, apresentado nas páginas anteriores, a interpretação da pesquisadora e feminista negra Sueli Carneiro citada acima. Em linhas gerais, percebe-se que ambas apresentam preocupações semelhantes acerca da aparência física das mulheres negras.

Considerando as impressões de duas mulheres negras que ocupam espaços sociais diferentes (artista e pesquisadora) mais a letra da canção que traz como um dos assuntos centrais as questões que envolvem a estética da mulher negra, pode-se interpretar que a aparência física é uma das principais temáticas que vem sendo discutidas pelos Movimentos Feministas Negros. Esta informação, contribui para compreendermos que o cabelo e corpo da mulher negra, contêm sentidos que ultrapassam o visível, guardando significados históricos e sociais. Ainda é necessário destacar que a expressão estética negra é inseparável do plano político e dos processos de afirmação étnica, o corpo se torna um elemento significativo e indispensável na luta contra o racismo.

O espaço de experiência da cantora Yzalurú, as palavras de Sueli Carneiro e os versos da canção Mulheres Negras enfatizados na página anterior, deixam evidentes que a aparência física das mulheres negras, interfere de múltiplas formas nas relações sociais tais como: na procura de trabalho, no tratamento que receberá ao frequentar um espaço público, na maneira que será atendida no comércio. A estética da mulher negra, ainda vai influenciar o campo afetivo. Quando a mulher negra vai em busca de um companheiro, terá maior dificuldade para encontrar em relação as mulheres brancas.

Sendo assim, nos deparamos com outro problema que atinge estas mulheres que está relacionado com a questão estética, a solidão da mulher negra. A socióloga negra Claudete Alves da Silva Souza, desenvolveu a seguinte pesquisa de mestrado: *A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo*. Constatou que as mulheres negras são preteridas não apenas pelos homens brancos, mas, também pelos homens negros. De acordo com as mulheres negras entrevistadas, o preterimento vivenciado por elas acarreta em solidão e humilhação. Em outras palavras, este problema afeta o psicológico e reflete na autoestima dessas mulheres.

Importante destacar que essa questão já havia sido denunciada na década de 1950 pelo psiquiatra e filósofo negro Frantz Fanon. Na obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952), o autor dedicou um capítulo para discutir a preferência que o homem negro tem pelas mulheres brancas. Em *O Homem de cor e a branca*, logo no início Fanon vai dizer:

Da parte mais negra de minha alma, através da zona de meias-tintas, me vem este desejo repentino de ser branco. Não quero ser reconhecido como negro, e sim como branco [...] quem pode proporcioná-lo, senão a branca? Amando-me ela me prova que sou digno de um amor branco. Sou amado como um branco. Sou um branco. Seu amor abre-me o ilustre corredor que conduz à plenitude. Esposo a cultura branca, a beleza branca, a brancura branca. Nestes seios brancos que minhas mãos onipresentes acariciam, é da civilização branca, da dignidade branca que me apropriado (FANON, 2008, p. 69).

As palavras do pesquisador, busca nos alertar que o preterimento da mulher negra pelo próprio homem negro é o reflexo de um problema ainda maior. Nossa sociedade é pensada, construída e organizada por meio de discursos e, um deles é disseminado de forma constante,

aquele que afirma que os indivíduos negros são inferiores com relação aos brancos. Por conta disso, na cabeça de muitos homens e mulheres negras atravessam um pensamento, o desejo de ser branco, ou pelo menos, afastar-se ao máximo de suas origens. Deste modo, a argumentação de Frantz Fanon denuncia a complexidade do problema, ao revelar que muitas vezes o desejo do homem negro de se unir maritalmente à uma mulher branca é uma das formas que o povo negro, neste caso o homem, encontrou para se encaixar dentro daquilo que a sociedade movida pelos ideais da branquitude definiu para ele.

Em outras palavras, o gosto é socialmente construído e, as escolhas são conduzidas por essas construções. Sendo assim, podemos interpretar que a mulher branca representa um atestado de poder, algo para se mostrar enquanto as negras pertencem a um passado longínquo ou ainda: “*Quando eu não tinha poder o bastante para algo “melhor”<sup>59</sup>*”.

Apenas indiquei mais um dos inúmeros problemas vivenciados por muitas mulheres negras. A discussão acerca da solidão da mulher negra necessita ser analisada de forma muito mais aprofundada. Mas, voltando à canção Mulheres Negras, pode-se observar que na parte final, os versos são uma espécie de alertar para as mulheres negras, apresentado da seguinte forma: “Não deixe que te façam pensar que o nosso papel na pátria/ É atrair gringo turista interpretando mulata”. Esta advertência é sobretudo para que tenham muito cuidado quando for se relacionar, principalmente com os homens brancos.

Outra demanda bastante pontuada ao longo da letra da canção Mulheres Negras, é acerca da força e resistência que as mulheres negras da periferia têm para enfrentar os problemas que são impostos pela sociedade racista. Acreditando ser importante esta questão, apresento novamente os versos:

Enquanto o couro do chicote cortava a carne/ A dor metabolizada fortificava o caráter/ A colônia produziu muito mais que cativos / Fez heroínas que pra não gerar escravos matavam os filhos/ Não fomos vencidas pela anulação social/ Sobrevivemos à ausência na novela, no comercial/ O sistema pode até me transformar em empregada/ Mas não pode me fazer raciocinar como criada/ Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo/ As negras duelam pra vencer o machismo, o preconceito, o racismo/ Lutam pra reverter o processo de aniquilação/ Que encarcera afros descendentes em cubículos na prisão [...] Mas na lei dos justos sou a personificação da determinação/ Navios negreiros e apelidos dados pelo escravizador/ Falharam na missão de me dar complexo de inferior/ Não sou a subalterna que o senhorio crê que construiu/ Meu lugar não é nos calvários

do brasil/ Se um dia eu tiver que me alistar no tráfico do morro/ É porque a lei áurea não passa de um texto morto[...].

No início já fica explícito que o objetivo da canção é despertar as mulheres negras para a luta antirracista, mas para haver uma transformação efetiva nas relações sociais, precisam se atentar para as questões de classe, gênero e etnia, pois só a luta contra o racismo, não dá conta de combater o machismo, o preconceito de classe e as questões de gêneros específicas vivenciadas pelas mulheres negras principalmente as que habitam as periferias. Importante destacar que o enredo da canção é construído a partir de um paralelo, contrapondo a condição da mulher africana escravizada com a condição da mulher negra da periferia e, os versos construídos dentro deste contexto, dão conta de comprovar que a realidade atual está ligada ao passado escravista e o povo negro ainda está sofrendo as consequências geradas pelo escravidão portuguesa.

Em consequência dos discursos racistas construídos por conta do processo histórico escravista, outra realidade que assola o cotidiano das mulheres negras da periferia é a perseguição policial. No Brasil, ter o corpo marcado pelos traços da negritude, significa ocupar uma condição de suspeito aos olhos da polícia e de seguranças de diversos espaços públicos. Podemos interpretar que a situação que a população negra está exposta é mais uma das diversas formas que a ideologia racista encontrou para se disseminar.

Este problema social, também é denunciado pela canção neste momento: “Não precisa se esconder segurança/ Sei que cê tá me seguindo, pela minha feição, minha trança/ Sei que no seu curso de protetor de dono praia/ Ensinarão que as negras saem do mercado com produtos em baixo da saia/ Não quero um pote de manteiga ou um shampoo/ Quero frear o maquinário que me dá rodo e uru [...]”. Nestes versos, fica evidente que a população negra precisa tomar consciência de que são vítimas de racismo por conta de sua estética. A canção almeja transmitir uma mensagem de conscientização com o objetivo de incentivar o povo negro a se comprometer com a luta antirracista, acreditando que este seria um dos caminhos

para enfraquecer a ideologia racista e, sobretudo, conquistar igualdades de oportunidades nas relações sociais.

Para encerrar esta análise não aprofundada de Mulheres Negras, vamos aos últimos versos: “Não podem arrancar o orgulho de nossa pele negra/ Mulheres negras são como mantas kevlar/ Preparadas pela vida para suportar/ O machismo, os tiros, o eurocentrismo [...]”. Pode-se interpretar que a canção é finalizada com uma mensagem positiva, pois fala sobre o orgulho de ser mulher negra, em seguida, ressalta novamente a força, a resistência e a determinação que as mulheres negras possuem (principalmente as que habitam as periferias brasileiras) para conseguir suportar tantos problemas.

Em linhas gerais, a canção Mulheres Negras, apresenta versos que denunciam realidades experimentadas na periferia, as palavras finais, não poderiam ser outras, é a denúncia assegurando que os discursos de inferioridade consegue abalar, porém não tem o poder de fazer as mulheres negras retrocederem da luta feministas e, sobretudo antirracista. Enfim, esta afirmação aparece em vários versos, mas, ficam evidentes em dois momentos, no início: “O sistema pode até me transformar em empregada/ Mas não pode me fazer raciocinar como criada [...]” e no último verso: Abalam mas não deixam nossos neurônios cativos”.

### **Considerações finais**

A canção Mulheres Negras, é composta por mais de cinquenta versos, apresentando uma diversidade de questões que estão presentes no cotidiano das mulheres negras, sendo elas, residentes ou não da periferia. Deste modo, realizar uma análise aprofundada de tudo que é denunciado na canção, neste artigo, seria algo impossível, pois requer um número muito maior de páginas e, sobretudo, uma maior diversidade de leitura sobre a temática. Aqui busquei apontar e discutir os problemas que estão em evidencia e que, são pautas de discussões dos Movimentos Feministas Negros.

Cabe destacar que esta interpretação possível de Mulheres Negras foi construída, considerando a história de vida dos artistas (compositor e interprete) e a atuação deles dentro do Movimento Hip Hop. Acredito que as particularidades da vida de ambos, em linhas gerais, colaborou para termos uma compreensão com maior consistência sobre diversos aspectos que compõem a análise de um problema social tão importante realizada a partir de uma canção. Apresentar o compositor e a interprete da canção como atores sociais, quando falamos de Rap é algo indispensável, pois essas produções culturais, normalmente são compostas por versos que visam denunciar a realidade sofrida vivenciada pelas populações que se encontram nas periferias do Brasil.

Elaborar uma análise historiográfica sobre a condição social da mulher negra na sociedade brasileira, a partir de uma letra de Rap, gênero musical que possui uma autenticidade peculiar foi sobretudo, uma tarefa desafiadora, pois temos que ter a consciência que cada verso composto apresenta a denúncia de um problema presente no cotidiano periférico. Os artistas que atingem o sucesso no Rap Nacional, normalmente são da periferia ou já foram um dia. Sendo assim, as concepções de mundo construídas com base na realidade periférica, fornecem elementos para compor as canções, como é caso do compositor e da interprete de Mulheres Negras que apresentei neste artigo.

## Referências

- ADORNO, Theodor W. 1903-1969. **Indústria Cultural e Sociedade**; seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida. Traduzido por Julia Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da História. Bauru: Edusc, 2007.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. Linguagem e Poder Simbólico. In \_\_\_\_\_: **Economia das Trocas Linguísticas**. (O que falar quer dizer). São Paulo: Edusp, 1996.
- CARDOSO, Lourenço Conceição. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Campus de Araraquara. UNESP, 2014
- CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. **Notas sobre o movimento negro no Brasil**. In: Educando para as Relações Étnico-Raciais II. - Curitiba: SEED – PR, 2008, p. 13-24. (Cadernos Temáticos dos desafios educacionais contemporâneos).
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Artigo apresentado no Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, organizado por Lolapress em Durban, África do Sul, em 27 – 28 de agosto 2001. Publicado em espanhol na revista LOLA Press nº 16, novembro 200.
- \_\_\_\_\_. **Mulheres em Movimento**. In: Estudos Avançados 17 (49) p. 117-132. Portal de Revistas USP. 2003.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Rodolfo Tiengo. **Novos rumos para a narrativa de não-ficção na revista Piauí**. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Jornalismo) - Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino/UNIFAE Campus São João da Boa Vista-SP, 2007.
- FINNEGAN, Ruth. **O que vem primeiro: o texto, a música ou a performance?** In MATOS, Cláudia Neiva de; TRAVESSOS, Elizabeth; MEDEIROS, Fernanda Teixeira de (Orgs.). Palavra Cantada: ensaios sobre poesia, música e voz. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. São Paulo: Editora Record, 1989.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.
- KOSELLECK, Reinhart. **Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa: Duas categorias históricas**. In: Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC - Rio, 2006.
- MORIN, Edgar. **Cultura de Massa no Século XX: Neurose**. Tradução de Moura Ribeiro Sardinha. 9. Ed. Rio de Janeiro: Founence Universitária, 2005.

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cultura Brasileira: Utopia e Massificação (1950-1980)**. 3ª Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. Repensando a História.

NERCOLINI, Marildo José. **A Música Popular Brasileira repensa identidade e nação**. Revista Famecos, Porto Alegre, nº 31, dezembro de 2006, p. 125-132.

ORTIZ, Renato José P. **A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. (Partes escolhidas).

REMÔND, René. **Por uma História Política Presente**. In: REMÔND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Tradução: Vera Ribeiro. Salvador: Edufba; Pallas, 2007.

SILVA, Fernanda. **Representação da Mulher Negra na música brasileira: uma abordagem semântico-discursiva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Universidade Estadual da Paraíba/UEPB, Unidade Universitária de Campina Grande-PB, 2016.

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). São Paulo, 2014.

SOVIK, Liv. **Aqui Ninguém é Branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, Recepção e Leitura**. Tradução: Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: Cosac Naify, 2007. 2º Ed. rev. e ampl.

32 Título da canção de número 12 (doze) do álbum *Direto do Campo de Extermínio*, lançado no ano de 2003. Escolhi esta canção como parte do subtítulo que apresento rapidamente a biografia de Eduardo, por acreditar que, em linhas gerais, esta composição foi a maneira que o rapper encontrou para retratar e denunciar as experiências que vivenciou na periferia deste a infância até a vida adulta. Segue o endereço para assistir o videoclipe: <https://www.youtube.com/watch?v=AjH5syqe22A>

33 Fala de Eduardo presente em seu livro. Ver mais sobre o assunto in: TADDEO, Carlos Eduardo. **A guerra não declarada na visão de um favelado**. Editora Do autor/ São Paulo-SP. ISBN: 9788591404001. 2012.

34 Faixa de número 4 (quatro) que compõe o álbum *Versos Sangrentos* do grupo Facção Central, lançado em 1999.

<sup>35</sup> Considerada uma das letras mais pesadas do rap português. Vejamos os primeiros versos: É uma guerra onde só sobrevive quem atira; Quem enquadra a mansão quem trafica; Infelizmente o livro não resolve; O Brasil só me respeita com um revólver ae, O juiz ajoelha o executivo chora, Pra não sentir o calibre da pistola.

<sup>36</sup> A história contada no videoclipe Eduardo e Dum-Dum protagonizam dois bandidos que sequestram e matam friamente, no final se dão mal, com a vitória da polícia. Segue o endereço de acesso ao videoclipe: [https://www.youtube.com/watch?v=dzgZLLn0p\\_U](https://www.youtube.com/watch?v=dzgZLLn0p_U)

<sup>37</sup> Endereço para acessar o vídeo que Eduardo anuncia a saída do grupo Facção Central: <https://www.youtube.com/watch?v=YgQfnALnlp0>

<sup>38</sup> Décimo verso da canção *Mulheres Negras*, interpretada pela rapper Yzalú que foi gravada no DVD PROMO da cantora em novembro de 2012. A escolha deste verso como parte do subtítulo que tratarei da breve biografia da interprete da canção que analisarei nas páginas seguinte é por conta da denúncia incisiva apontando as diferenças entre o Feminismo Branco e o Feminismo Negro, trazendo para discussão central as questões negligenciadas e invisibilizadas das mulheres negras, trabalhadoras e pobres, lugar de fala de Yzalú que se autodeclara uma feminista negra e cresceu na periferia de São Bernardo do Campo no ABC paulista.

39<sup>1</sup> Gênero musical com uma subcultura iniciada durante a década de 1971 nas comunidades jamaicanas, latinas e afro-americanas da cidade de Nova Iorque. Afrika Bambaataa, reconhecido como o criador do movimento, estabeleceu quatro pilares essenciais na cultura hip hop: o Rap, o *DJing*, *Breakdance* e o Graffiti.

<sup>40</sup> Site que ocupa-se em discutir e divulgar o Rap nacional. Endereço para acessar a entrevista na íntegra:

<https://raplogia.com/2015/09/26/raplogia-entrevista-yzalu/>

41 Endereço para acessar na íntegra a entrevista que Yzalú concedeu no dia 29/02/2016 para *Revista Trip*:

<http://revistatrip.uol.com.br/tpm/rapper-yzalu-machismo-racismo-preconceito-com-deficientes>

<sup>42</sup> Nome artístico de Viviane Lopes Matias, a primeira rapper e cantora brasileira do Rap nacional, vocalista do grupo Visão de Rua. Considerada a primeira mulher a alcançar sucesso no Rap brasileiro, iniciou sua carreira em 1989. Morreu precocemente em 2010 aos 34 anos de infecção hospitalar após dar à luz a sua filha Aline.

<sup>43</sup> Compilação de canções, normalmente com copyright e adquiridas de fontes alternativas, gravadas tradicionalmente em cassete.

44 Ver mais sobre este assunto na pequena biografia da cantora Yzalú disponível no site *Mundo Black*, endereço:

<http://mundo-black.wix.com/yzalu#!bibliografia/c1y3n>

Izalú ganhou a canção *Mulheres Negras* diretamente das mãos do compositor Eduardo. Informação extraída do site Raplogia, entrevista postada no dia 17/02/2016.

<sup>45</sup> Primeiro endereço eletrônico que Yzalú disponibilizou o videoclipe de *Mulheres Negras* para fazer downloads: <http://www.rapnacional.com.br/yzalu-libera-o-primeiro-video-do-dvd-promo-mulheres-negras-e-mais-2-faixas-para-download/>

<sup>46</sup> Utilizo a definição no plural acreditando que existe inúmeros movimentos sociais organizados que se ocupam em discutir um feminismo voltado para os problemas vivenciados pelas mulheres negras e, ainda, penso que cada organização, cada mulher negra, possui maneiras particulares de interpretar e exercer o feminismo.

<sup>47</sup> Em entrevista conferida a *Revista Fórum* em 18/03/2014. Endereço para acessar na íntegra:

<http://www.revistaforum.com.br/questaodegenero/2014/03/18/yzalu-feminista-negra-da-musica-periferica/>

<sup>48</sup> Exemplo bastante conhecido são os produtos à base de *Formol* utilizados para fazer o alisamento nos cabelos crespos. Várias marcas de produtos elaborados para esta finalidade fizeram e fazem vítimas. Muitas mulheres perdem todo o cabelo ou parte dele ao fazer uso com o desejo de se enquadrar em padrões estéticos aceitáveis. Ver mais sobre o assunto in: SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). São Paulo, 2014.

<sup>49</sup> A data de lançamento não foi coincidência ser no Dia Internacional da Mulher, Yzalú fez questão que fosse neste dia com o intuito de evidenciar a sua luta como mulher negra feminista.

<sup>50</sup> Endereço para acessar integralmente a entrevista que Yzalú concedeu ao *Raplogia* para falar sobre o lançamento do disco *Minha Bossa é Treta*: <https://raplogia.com/2016/02/17/a-beleza-da-fragilidade/>

51 Foi inspirada no álbum *Índia* (1972) que Yzalú pensou a capa de seu disco. No auge da juventude, Gal Costa apostou em seu próprio corpo para estampar a capa do álbum. Na foto, a cantora mostra parte de sua barriga, mas a atenção está voltada para calcinha de seu biquíni vermelho, que marca os traços de suas partes íntimas e que, com as mãos, a cantora ameaça tirar.

<sup>52</sup> Fibra sintética de aramida muito resistente e leve. O kevlar é usado no fabrico de cintos de segurança, cordas, construções aeronáuticas e coletes à prova de bala. O compositor da canção faz uma comparação dizendo que as mulheres negras são como mantas confeccionadas com a fibra Kevlar com o objetivo de afirmar a força que essas mulheres possuem para enfrentar os problemas que as cercam na periferia.

<sup>53</sup> Pesquisadora (doutora em Filosofia da Educação), feminista negra, fundadora e atual diretora do *Geledés*: Instituto da Mulher Negra.

<sup>54</sup> Sobre o assunto ver mais in: SILVA, Fernanda. **Representação da Mulher Negra na música brasileira: uma abordagem semântico-discursiva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Universidade Estadual da Paraíba/UEPB, Unidade Universitária de Campina Grande-PB, 2016.

<sup>56</sup> Ver mais sobre o assunto in: MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas**. Artigo publicado na Revista Sociedade e Cultura v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43.

57 Ver mais in: CONTINS, Márcia. SANT'ANA, Luiz Carlos. **O Movimento negro e a questão da ação afirmativa**. Revistas Estudos Feministas. Periódico da UFSC v 4, nº 1, p.209-220, 1996.

58 Sobre o assunto ver mais In: CARDOSO, Lourenço Conceição. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil**. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho Campus de Araraquara. UNESP, 2014.

<sup>59</sup> Fragmento da entrevista concedida pela filósofa e feminista negra Djamila Ribeiro ao JC Debate-TV Cultura no programa cujo tema de discussão era Racismo Velado (apresentado no dia 13 de maio de 2016). Endereço

eletrônico para acessar na íntegra: [http://tvcultura.com.br/videos/53533\\_jc-debate-racismo-velado-12-05-2016.html](http://tvcultura.com.br/videos/53533_jc-debate-racismo-velado-12-05-2016.html)

**Gênero e etnia: enfrentamento das desigualdades no e pelo espaço escolar.****Gender and ethnicity: tackling inequalities in and through school.**Jorge Luiz Zaluski<sup>99</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** Este texto visa apresentar parte das reflexões realizadas nas aulas de sociologia, do Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins, durante o ano de 2016, em Guarapuava-PR. Ao buscar analisar sobre as desigualdades de gênero e etnia em diferentes espaços, nota-se que essas observações são importantes e necessárias para proporcionarmos uma educação e sociedade mais igualitária.

**Palavras Chave:** Desigualdade; Gênero; Racismo.

**Abstract:** This text aims to present part of the reflections carried out in sociology classes, from the Francisco Carneiro Martins State College, during 2016, in Guarapuava-PR. In seeking to analyze gender and ethnic inequalities in different spaces, it is noted that these observations are important and necessary to provide a more egalitarian education and society.

**Keywords:** Inequality; Genre; Racism

Este texto visa apresentar parte das reflexões realizadas nas aulas de sociologia no ano letivo de 2016, ministradas nas turmas de terceiros anos do ensino médio técnico dos cursos de administração e informática, do Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins de Guarapuava-PR. Para os cursos técnicos, a disciplina de sociologia é ofertada nos quatro de formação. Com duas aulas semanais, as atividades aqui relatadas foram realizadas durante o mês de setembro e a primeira semana de outubro, contando ainda com uma atividade desenvolvida no dia 11 de novembro aberta a comunidade escolar.

Com base nas Orientações Curriculares Nacionais (OCN'S) para o ensino de sociologia, no terceiro ano técnico, parte dos conteúdos que compõe o currículo de sociologia visa refletir sobre as formas de estratificação social. Diante da amplitude do tema e a busca por não limitar a análise com base na distribuição econômica, foram realizadas discussões sobre desigualdades de gênero, geração e etnia. Questões essas necessárias para a discussão em sala e que contribuem também para promover uma educação por uma sociedade mais igualitária.

---

<sup>99</sup> Doutorando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da UDESC. Professor da rede básica de ensino do Estado do Paraná até julho de 2017, Guarapuava. Desenvolve pesquisas sobre gênero, família e ensino durante o contexto da ditadura civil militar. E-mail: [jorgezaluski@hotmail.com](mailto:jorgezaluski@hotmail.com)

Com base nas teorias marxistas e marxiana, por estratificação social compreende-se como um sistema de classes hierárquico, onde os detentores dos bens de produção e serviços sobrepõem-se aos demais. (MARX, 1965) Com o objetivo de ampliar essas discussões, as contribuições de Rodolfo Stavenhagen, sobre a noção de sistemas multiestratificados, são pertinentes para percebermos outras formas de exclusões sociais. Segundo o autor, junto às observações sobre as diferenças econômicas, outros indicadores como gênero, etnia, educação, local de habitação, dentre outras questões, são necessárias para a compreensão da realidade social, e de como ocorrem diferentes formas de desigualdades. (STAVENHAGEN, 1994)

Partindo dessas observações, sobre o interesse em despertar nos/as estudantes a compreensão da realidade em que vivem, buscou-se identificar parte das desigualdades de gênero e etnia existentes em Guarapuava-PR. Para isso foram consultadas a base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, em campo específico sobre as desigualdades de gênero. O banco de dados, Estatísticas de Gênero, reúne informações separadamente, conforme a dicotomia homens e mulheres dadas que correspondem aos índices de escolaridade, ocupação, renda, habitação, união, dependentes, dentre outras informações para compreender parte das relações existentes na sociedade. Segundo os dados fornecidos pelo IBGE, até 2010, 26% das trabalhadoras formais da cidade de Guarapuava possuíam ensino superior. Índice maior se comparado aos homens, que representam 21%. Todavia, ao ampliarmos as observações os dados se invertem. No que se referem ao salário, as mulheres recebem em média 30% a menos que os homens. Essas diferenças ampliam-se ainda mais quando se trata da geração. Com base nos dados, 87% das trabalhadoras até 2010 tinham entre 16 e 29 anos, e é nessa faixa onde as desigualdades salariais são menos acentuadas. Já para as mulheres com faixa etária entre 40 e 59 anos, a diferença amplia-se, elas possuem um distanciamento salarial que chega a 43,3% a menos comparada ao salário dos homens de mesma idade. Ou seja, gênero e geração ainda são marcadores que contribuem para as desigualdades entre homens e mulheres. (IBGE, 2012)

Percebido a relevância social e científica em estabelecer essas discussões junto aos/as estudantes secundaristas, buscou-se ainda refletir como outros marcadores sociais contribuem para outras formas de exclusões, entre eles a etnia. Em pesquisa de Bruna Naira de Castro e Janete Leige

Lopes (2014), sobre as desigualdades salariais de gênero e raça no Paraná. As autoras identificaram que as pessoas negras possuem escolaridade e salários menores que as pessoas não negras. A diferença salarial persiste ainda mesmo quando o grau de instrução é o mesmo entre pessoas brancas e negras. Ou seja, a discriminação étnica (racismo) também é um dos agravantes e que contribuem para exclusões e outras formas de discriminações e violências. Conforme as autoras, [...]“o mercado de trabalho discrimina quando remunera de forma diferenciada homens e mulheres ou brancos e negros com a mesma produtividade.” (CASTRO; LOPES, 2016, p. 02)

Essas observações são pertinentes por permitirem que os/as estudantes possam compreender a realidade em que vivem. E, ao propor uma educação para os Direitos Humanos, esta não consiste apenas em falar sobre as desigualdades e exclusões sociais. Mas sim, proporcionar que os/as estudantes percebam as relações excludentes em seu cotidiano, de modo a buscarem alternativas para impedir a reprodução de tais exclusões. Essa relação torna-se uma das mais variadas formas de atingir uma sociedade mais igualitária e garantir uma educação por e para os Direitos Humanos. Quando a problematização de assuntos como gênero e racismo passam das paredes da sala de aula, escola e principalmente fora dela, são alguns indicativos de que o debate não se resumiu a conteúdos, explicações e avaliações. Mas de que minimamente em meio a tantas desigualdades, fez com que parte das pessoas que acompanharam as discussões refletisse sobre desigualdades os temas abordados de modo a perceber as relações sociais onde vivem. Diante disso, com o objetivo de demonstrar parte do resultado de discussões iniciadas com o tema estratificação social, pretende-se apresentar os procedimentos e atividades realizadas nas aulas de sociologia no ano letivo de 2016. Essa abordagem integra-se ainda como alternativa pedagógica de modo a nortear a implementação da Lei 10.639/03 que trata da obrigatoriedade do ensino da História e cultura afro-brasileira e africana, onde junto ao parecer 003/2004 que tratam do combate ao racismo. Salienta-se também a importância do combate e debate a todas as formas de violência e desigualdades de gênero e etnia.

### **Mulheres e o racismo**

Posterior às discussões sobre as desigualdades de gênero em Guarapuava, com o objetivo de levantar um debate sobre a discriminação étnica e outras formas de exclusão das pessoas negras, principalmente em relação às mulheres, foi exibido um vídeo clip para análise da música “A carne”, de autoria de Seu Jorge, Marcelo Yuka e Ulisse Cappelletti e interpretada por Elza Soares, no disco *Do Coccix Até O Pescoço*, pela gravadora Tratore, 2002. A canção tem como tema central a desigualdade salarial entre pessoas negras e brancas, essa reflexão é relevante e pode ser utilizada como ponto de partida para discutir em sala sobre desigualdades, racismo, misoginia, dentre outros. Conforme a letra da canção,

A carne mais barata do mercado é a carne negra 5x/  
Que vai de graça pro presídio/  
E para debaixo do plástico/  
Que vai de graça pro subemprego/  
E pros hospitais psiquiátricos/  
A carne mais barata do mercado é a carne negra 5x /  
Que fez e faz história/  
Segurando esse país no braço/  
O cabra aqui não se sente revoltado/  
Porque o revólver já está engatilhado/  
E o vingador é lento/  
Mas muito bem intencionado/  
E esse país/  
Vai deixando todo mundo preto/  
E o cabelo esticado/  
Mas mesmo assim/  
Ainda guardo o direito De algum antepassado da cor/  
Brigar sutilmente por respeito/  
Brigar bravamente por respeito/  
Brigar por justiça e por respeito /  
De algum antepassado da cor /  
Brigar, brigar, brigar/  
A carne mais barata do mercado é a carne negra 5x.

Após assistirem a interpretação da cantora Elza Soares em vídeo disponibilizado em canal do youtube,<sup>lx</sup> foi solicitado que os/as estudantes informassem sobre as impressões tidas sobre a música e vídeo. Junto a vários comentários racistas (muitos sem perceberem que eram), foi norteada a discussão de modo a direcionar os/as estudantes a perceberem de como suas falas estavam carregadas de preconceito racial. Ao demonstrarem “deboche” da cantora, por sua cor, cabelo, lábios e letra da música, por alguns minutos foi falado sobre a história de vida da cantora Elza Soares. Com base no documentário dirigido por Elizabete Martins, *My Name is Now*, curta que fala da vida pessoal e profissional da cantora, e em entrevista concedida a *Revista do Cinema Brasileiro*, foram possíveis levantar algumas observações de que a história de Elza Soares é marcada por resistência e luta para romper com as desigualdades de gênero e raciais.

Partindo disso, iniciou-se o trabalho de análise da música junto com os/as estudantes. Cada estrofe foi analisada separadamente buscando perceber as críticas apresentadas na canção e de como os versos refletem parte das relações sociais. Diante das observações, foram levantadas algumas questões sobre violência, desigualdade salarial, racismo e demais formas de exclusão das pessoas negras. Por meio das leituras realizadas em sala, debates anteriores, e a identificação desses problemas na cidade de Guarapuava, tais informações vão ao encontro do levantamento de dados e análises fornecidas no documento organizado por Julio Jacobo Waiselfisz, chamado de Mapa da Violência de 2014. As informações que compõem o referido material são referentes a situações que resultam a morte, sendo possível perceber a vulnerabilidade de diferentes grupos sociais. No que corresponde ao homicídio das pessoas negras, os indicadores apresentam que entre os anos de 2002 – 2012 existiu o crescimento de mais de 100% dos casos. Dados esses que dialogam também com o sistema prisional, onde se teve o crescimento de jovens, negros e de baixa escolaridade. (WAISELFISZ, 2014)

Junto ao sistema de encarceramento prisional, em pesquisa histórica entre os anos de 1921 até o senso de 2011, no que corresponde ao o sistema psiquiátrico, Debora Diniz, (2013) destaca que existiu um crescimento da população negra atendida por esse setor. Entre os motivos, a vulnerabilidade, violências e as péssimas condições de vida, são alguns dos fatores que contribuíram para desenvolver problemas psiquiátricos. Contudo, a autora acredita que esses sistemas de reclusão agiram na maioria das vezes como silenciadores de desigualdades entre pessoas negras e brancas. Marcados por uma tensão, onde o abrigo é um lugar de proteção, acolhimento e tratamento, por muitas vezes serviu de espaço para encarcerar aquelas pessoas que não correspondiam a um projeto de sociedade excludente, onde existe a valorização das pessoas brancas e financeiramente estáveis. (DINIZ, 2013)

As relações com o corpo e estética corporal também são outros pontos possíveis de observação na canção interpretada por Elza Soares. Quando a cantora afirma, “E esse país/ Vai deixando todo mundo preto/ E o cabelo esticado,” faz críticas ao preconceito racial, onde as marcas do racismo são estigmatizadas no corpo, mais precisamente no cabelo. Principalmente para as mulheres, o ato de alisar o cabelo torna-se uma tentativa de fuga ao racismo, ou até mesmo uma forma de demonstrar-se

como não se pertencendo como negra. Como nos indica Nilma Lino Gomes, “o corpo fala a respeito do nosso estar no mundo, pois a nossa localização na sociedade dá-se pela sua mediação no espaço e no tempo.” (GOMES, 2002, p. 41) Ou seja, a existência de relações excludentes, do racismo, faz com que muitas pessoas busquem abandonar suas origens. Combater o racismo também é proporcionar a valorização de uma estética e identificação corporal como pertencentes a pessoas negras.

Na canção, mesmo em meio a essas desigualdades, violências e racismo, a voz de Elza grita como resistência. Da necessidade de não calar-se frente às situações excludentes e discriminatórias. E é diante dessa observação que junto às análises de textos de apoio, material didático e exposição dos temas, que parte dos/as estudantes questionaram-se: “E na escola, onde está esse racismo? Quem são as pessoas excluídas e que nos relacionamos todos os dias? Como podemos romper com essa reprodução?”

Partindo dessa problemática e em busca de debater sobre o racismo existente na escola, visível, mas que insiste em contribuir com o mito da democracia racial. Diante da problemática foi organizada a seguinte proposta: Foram convidadas todas as pessoas negras da escola, estudantes, funcionários/as e professores/s para participarem de uma exposição fotográfica buscando expor o que já ouviram de racismo dentro da escola. Mesmo com um número bastante significativo de aceitação, algumas pessoas se recusaram em participar, outros/as já adiantaram que preferem não mostrar o rosto. Essa ideia surgiu como forma de fazer com que as pessoas reflitam como em seu cotidiano, de modo intencional ou não, acabam reforçando posicionamentos racistas e excludentes. Com a adesão da propostas, as fotografias foram realizadas nos turnos da manhã, tarde e noite. Localizado na região central da cidade, o colégio atende estudantes de diferentes bairros e condições sociais. Acredita-se que a proposta de intervenção, ao surgir dos/as próprios estudantes, é resultado das reflexões contidas nas aulas e da identificação do racismo e reconhecimento de que podem combatê-lo.

### **Onde está o seu racismo?**

Diante da proposta de identificar o racismo existente no espaço escolar, após convidarem estudantes, professores/as e funcionários/as para a realização de uma fotografia sobre o racismo.<sup>lxii</sup> Conforme a distribuição de aulas e horário das turmas, foram chamados todos/as voluntários/as para a realização da foto. Foi solicitado que cada uma escrevesse na lousa o que já foi falado para ela dentro da escola e que percebe como uma atitude racista. Depois de fazer o apontamento da frase, foi feita uma foto para registrar a pessoa junto à frase escrita. De todos/as os/as convidados, 45 pessoas aceitaram participar. Todas afirmaram já terem ouvido mais de uma frase e em algumas vezes repetidas. Diante do rol de frases racistas, registradas pelos/as estudantes, 27 não se repetem.

Posterior a essas fotos, divididos em grupos, foi solicitado que os/as estudantes analisassem os motivos de cada frase ser considerada racista. Mesmo diante a questionamentos por parte de alguns, por não perceberem em primeiro momento os motivos das frases demonstrarem concepções racistas, justamente por em sua maioria serem pessoas brancas e não sentirem o que vítima de racismo sentiu, após realizarem pesquisas, debate em sala e o diálogo junto ao professor, demonstraram compreender o que caracteriza que as expressões reforçam desigualdades, violência e o racismo. Diante das limitações desse texto e a amplitude das discussões realizadas, foram selecionadas apenas quatro frases (fotografias), sendo elas: Não sou tuas negas; Negro só faz Macumba; Por que não faz uma progressiva; Alisa esse cabelo de Bombriil. Investigar sobre o que representam essas frases é uma das formas de impedir a reprodução de atitudes racistas, misóginas, machistas e excludentes. Essa análise é importante por desnaturalizar as justificativas atribuídas a reprodução, assim como uma das formas de buscar proporcionar relações igualitárias.

Na primeira, Não sou tuas nega, infelizmente tão difundida no contexto brasileiro, remete ao racismo, vulnerabilidade das mulheres e condiz a violência. Conforme o Instituto da Mulher Negra, GELEDÉS, a frase, “Não sou tuas nega” significa “não sou sua negra escrava”, o que quer dizer “não pertença a você”. (GELEDÉS, 2014) Logo, no que corresponde as relações entre pessoas negras e não negras, escravizadas e não escravizadas no Brasil, a frase retribui a autorização ao uso involuntário do corpo das mulheres negras. Sob a noção de pose masculina, racismo e machismo autorizam a violência às mulheres negras. Angela Davis, em pesquisa sobre mulheres, raça e classe, no Estados Unidos,

identificou que os castigos das mulheres negras escravizadas quando punidas, junto ao açoite eram estupradas. Conforme a autora:

[...] as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só podiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explora-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmea. (DAVIS, 2016, p. 19)

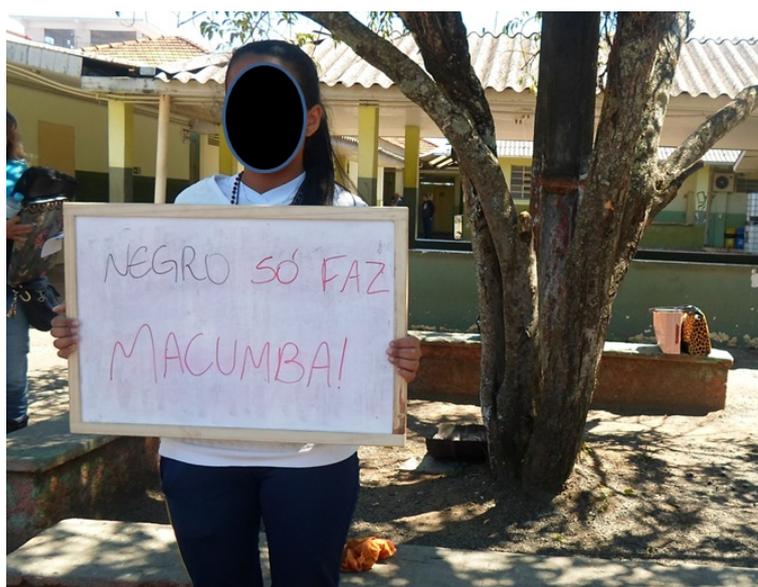
Para tanto, no que corresponde à exposição e violência sobre as mulheres negras, a frase remete a esquivar-se de determinada condição e autorizar a violência e autoritarismo para as mulheres negras. Repetir a frase é dar sustento a continuidade do racismo. Por isso, ao ser identificado que essa frase já havia sido reproduzida na escola, o debate sobre o significado e a agressão autorizada as mulheres, principalmente as mulheres negras, possibilita que várias atitudes sejam repensadas e alteradas no cotidiano escolar.



Arquivo pessoal (2016) imagem:01

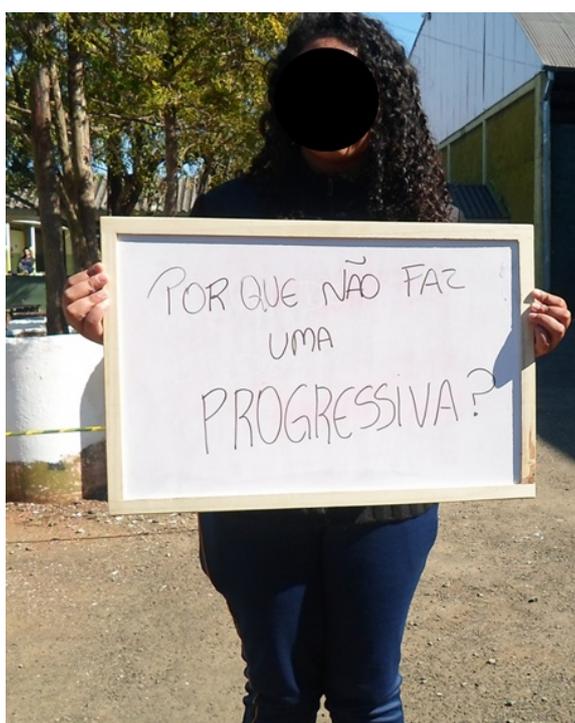
Na segunda, “Negro só faz macumba”, junto ao racismo existe a manifestação da intolerância e preconceito religioso. Onde na maioria das vezes, por não conhecer as religiões afro brasileiras faz uso indevido de suas crenças, estigmatizando-as e colocando-as como inferiores. Conforme Milton Silva Santos, a manifestação de preconceitos são desprovidas de fundamentação e contextualização histórica. Para o autor, “sempre depreciativo, o preconceito estigmatiza pessoas e grupos sociais, cristaliza crenças e clicês, provocando generalizações errôneas e apressadas.” (SANTOS, 2012, p. 19).

Anda no que confere a essas manifestações, em artigo escrito junto a Elenice de Paula, percebemos que no que corresponde ao reconhecimento da religião umbanda, a mesma foi estigmatizada. (PAULA; ZALUSKI, 2017) Ao tratar da utilização da macumba, instrumento musical utilizado nas festividades, o desconhecimento faz com que assemelhem macumba ao ebó, oferenda realizada aos orixás. A não compreensão faz com que ambos sejam apresentados como algo maléfico por ser realizado por pessoas negras. Logo, ao remeterem a reprodução da frase, racismo e intolerância religiosa fazem-se presentes. Sendo essa uma das formas de manifestar a intolerância e o racismo, faz-se necessário proporcionar aos/as estudantes um debate que promova o entendimento sobre o tema, e, acima de tudo, a tentativa em romper com as práticas discriminatórias.



Arquivo pessoal (2016) Imagem 02

Por fim, as frases, “Por que não faz uma progressiva” e “alisa esse cabelo de Bombril”, correspondem de modo agressivo ao corpo e identidade das mulheres negras. As representações culturais do corpo são atravessadas nas definições dos gêneros masculino ou feminino. No que correspondem às mulheres negras no Brasil, como nos indica Gomes, “mesmo que reconheçamos que a manipulação do cabelo seja uma técnica corporal e um comportamento social presente nas mais diversas culturas, para o negro, e mais especificamente para o negro brasileiro, esse processo não se dá sem conflitos.” (GOMES, 2002, p. 44) Ou seja, devido a forte existência do racismo e o estigma corporal, as representações construídas sobre o cabelo crespo interferem no comportamento e valorização pessoal.



Arquivo pessoal (2016) imagem 03



Arquivo pessoal (2016) imagem 04

Nas imagens acima, ambas as estudantes demonstram características de resistências. Identificam-se como negras e exibem seus cabelos como símbolo de beleza e marca da identidade.

Diferente de várias outras estudantes, que buscam (outras buscavam) alisar ou até mesmo pintar para afastar-se daquilo que as caracterizava como negras. Conforme Joyce Maria Rodrigues, a construção da corporeidade das mulheres negras é marcada por um movimento tenso de rejeição/aceitação. Segundo a autora, “essa aceitação vai depender da sua trajetória de vida, da inserção social, das possibilidades de convivência em espaços onde a cultura negra e as raízes africanas não sejam vistas como negativas.” (RODRIGUES, 2012, p. 63)

Essas foram algumas das frases analisadas. Infelizmente foram identificadas várias ações discriminatórias. Diante da amplitude das discussões e a adesão dos/as estudantes em perceberem a necessidade em debater sobre o tema, foi organizado uma exposição aberta para todos/as os/as estudantes da instituição e comunidade, para exibir todas as fotografias registradas. Junto à exposição, uma falapreparada pelos/as estudantes sobre racismo, intolerância religiosa, dentre outras questões expostas pelas vítimas de racismo. Com revezamento dos/as estudantes das turmas já mencionadas, a exposição ocorreu no dia 11 de novembro, durante os três turnos, contando com a visita de aproximadamente 1000 pessoas.



Arquivo pessoal (2016) Arquivo pessoal (2016) imagem 03



Arquivo pessoal (2016) Arquivo pessoal (2016) imagem 03



Arquivo pessoal (2016) Imagem 05

Inicialmente o trabalho foi marcado para ser apresentado no dia 14 de outubro. Devido as manifestações contrárias a Reforma do Ensino Médio, muitos/as estudantes mobilizaram-se contra os desmontes do governo e ocuparam a escola como forma de resistência às propostas educacionais, corte de verbas, dentre outras pretensões. Posterior a 15 dias de ocupação, e com o objetivo de atingir o

maior número de pessoas, no dia 11 de novembro, os/as estudantes dos cursos de informática e administração, conforme o horário de aula e grupos encaminharam estudantes de outros cursos para olharem as fotos e posteriormente assistir a comunicação preparada para atender o tema.

Na entrada do auditório uma pergunta: Onde está o seu racismo? Identifique-o e acabe com ele. Posterior a mensagem inicial, alguns estudantes direcionavam os/as demais até as fotos buscando explicar os motivos das frases expostas junto as fotografias serem racistas. Posterior, em torno de 20 minutos foi falaram sobre racismo, intolerância religiosa, valorização do corpo e cabelo negro, em seguida exibido o documentário intitulado Estética Corporal disponível no youtube.

Durante a exposição, os/as estudantes utilizaram uma camiseta que confeccionaram a própria estampa. “Crespo é lindo, feio é seu preconceito!” A estampa produzida em estêncil, foi disponibilizada também para demais estudantes e professores que /as quisessem aderir a ação realizada. Essa foi uma das formas encontradas de dar maior visibilidade as pessoas negras, valorizar a estética corporal afro brasileira, combater o racismo existente em meio as relações sociais, e de algum modo contribuir para que as pessoas negras sejam as protagonistas de suas histórias.

Como destacado no início deste texto, a intenção fundamenta-se em apresentar reflexões em torno de práticas pedagógicas que visem garantir o debate sobre as diferentes exclusões sociais de modo a proporcionar/buscar por uma sociedade mais igualitária. As subjetividades despertadas ao longo desse trabalho não podem ser mensuradas em algumas páginas. Torna-se importante apresentar aqui um retorno significativo enquanto docente, onde junto ao debate científico e social proporcionado na instituição, os olhares recebidos nos corredores da escola por aquelas pessoas que parecem gritar: Até que enfim, alguém me compreende! Em ver o sorriso estampado no rosto de quem por vezes andava apenas de cabeça baixa, podem expressar a certeza em saber de que algo mudou para melhor. Mesmo que seja algo extremamente pequeno diante de vários problemas sociais existentes, tais ações são a resposta de que sim, a educação pode transformar o mundo, de que podemos e devemos fazer parte dessa transformação.

lx A carne. Intepretação Elza Soares, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lkph6yK6rb4> Posterior ao debate, acredita-se que as impressões dos estudantes sobre esse vídeo contribuíram para perceber serem em sua maioria praticantes de racismo.

<sup>lxi</sup> A declaração de uso de imagens dos estudantes é assinada mediante ato de matrícula.

## Referências

BRASIL. *Ciências humanas e suas tecnologias*. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_03\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf) Acesso em 18 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. Lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro-brasileira. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm) Acesso em 18 de junho de 2017.

\_\_\_\_\_. Estatísticas de gênero. In: Dados relativos ao senso 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/> Acesso em 18 de junho de 2017.

CASTRO, Bruna Naiara de; LOPES, Janete Leige. Segregação de renda no mercado de trabalho paranaense: uma análise de cor ou raça. In: *Anais IX Encontro de Produção Científica e Tecnológica*. Campo Mourão, 2014. Disponível em: [http://www.fecea.br/ecopar/uploads/41-11-14-Castro,%20B.%20N.%20\\_%20Lopes,%20J.%20L.%20...pdf](http://www.fecea.br/ecopar/uploads/41-11-14-Castro,%20B.%20N.%20_%20Lopes,%20J.%20L.%20...pdf) Acesso em 18 de junho de 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1º edição, São Paulo, Boitempo, 2016

DINIZ, Debora. *A Custódia e o Tratamento Psiquiátrico no Brasil*. Brasília: Letras Livres/Editora, UnB, 2013.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?. *Revista Brasileira de Educação*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, 2002.

MARX, Karl. *A ideologia alemã e outros escritos*: 1.ª parte. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1965.

RODRIGUES, Joyce Maria. A relação do corpo para a construção da identidade negra. FELINTO, Renata (org) *Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, afazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais*, Belo Horizonte, MG, 2012. p. 61-66.

SANTOS, Milton Silva dos. Afinal, o que são religiões afro-brasileiras? In: FELINTO, Renata (org) *Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, afazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais*, Belo Horizonte, MG, 2012. p. 11-22.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Classes sociais e estratificação social. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza (orgs.). *Sociologia e sociedade*. São Paulo, LTC, 1994.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapas da Violência*. Os jovens do Brasil. Rio de Janeiro: Cebela, 2014. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf) Acesso em 19 de junho de 2017.

ZALUSKI, Jorge Luiz; PAULA, Elenice de. A umbanda sob a lei: a religiosidade e afastamento das origens para o reconhecimento religioso. *Sobre Ontens*, v. 1, p. 1-30, 2017. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/0B2WV50-h\\_2OqVVJLSV9ZQ0UzSDA/view](https://drive.google.com/file/d/0B2WV50-h_2OqVVJLSV9ZQ0UzSDA/view) Acesso em: 20 de junho de 2017.

## Ensaio: discursos da mídia sobre crianças indígenas

### Test: media speeches on indigenous children

Wesley Mendonça<sup>100</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** O artigo pretende fazer emergir a discussão sociológica e trazer ao debate acadêmico as narrativas da mídia sobre a criança indígena, uma temática que quando rompe o véu da invisibilidade. Para isso, utiliza-se o método da Hermenêutica de Profundidade de John B. Thompson: composto por análise sócio histórica; formal ou discursiva e interpretação e reinterpretação. O que verifica-se é que a mídia ainda reproduz o silenciamento das vozes das crianças.

**Palavras chaves:** mídia; criança indígena; educação.

**Abstract:** The article intends to emerge the sociological discussion and bring to the academic debate the narratives of the media about the indigenous child, a theme that when it breaks the veil of invisibility. For this, the method of Depth Hermeneutics of John B. Thompson is used: composed by sociohistorical analysis; formal or discursive and interpretation and reinterperatation. What is verified is that the media still reproduce the silencing of children's voices.

**Key words:** media; indian child; education.

### Demarcando um novo território

Se ao ler esse subtítulo logo pensou que irá iniciar mais uma emergencial reflexão sobre a luta dos indígenas por terras, há que se registrar é legítima e se arrasta desde os medievais tempos da colonização, o pensamento está ao mesmo tempo acertado e parcialmente equivocado. Aos historiadores fica a tarefa de recontar os mais de 500 anos história do Brasil, construído também por mãos perfumadas com aromas da natureza, mas que não receberam as devidas reverências como ocorreu com os colonizadores europeus, e com divisas demarcadas pelo sangue dos povos originários que aqui já estavam. Aos educadores resta a incumbência pedagógica de fazer ruir essa historicidade embalada pela unilateralidade

---

<sup>100</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus de Rondonópolis, na linha de pesquisa “Infância, Juventude e Cultura Contemporânea: direitos, políticas e diversidade”, integrante do Grupo de Estudos da Infância e Juventude na Contemporaneidade (GEIJC).  
Endereço UFMT, campus de Rondonópolis: Avenida dos Estudantes - CEP 78735-901, telefone (66) 3410-408; endereço eletrônico: <http://www.ufmt.br/ufmt/un/ppgedu>.

e verdade e repensar o já pensado para conferir ao índio<sup>lxii</sup> não o lugar de vítima ou herói, mas sujeito de direitos.

No entanto, parece pertinente resgatar a provocação de Washington Novaes (2000) ao reencontrar a preciosa diversidade cultural dos indígenas, para ele, desprezada e esmagada e, assim, sugere fugir da visão da maioria da sociedade brasileira sobre essa questão. Sendo que uma parte da população contrária a demarcação indígena argumenta que são eles, os indígenas, obstáculos ao “progresso” e ao “desenvolvimento”, outro grupo fundamenta-se na necessidade da preservação ambiental e outras necessidades nacionais para ser condescendente a causa, e uma última parcela de pessoas defende a demarcação das áreas indígenas, bem como a direito a vida e à diferença cultural. E pondera que na primeira visão é transferido ao indígena a responsabilidade das injustiças sociais, ou seja, ele ou ela é revitalizado, além de não contestar os outros modelos de propriedades de terras; no pensamento que apresenta-se mais equilibrado busca-se proteger o meio ambiente mais intensamente utilizando terras indígenas e em um país onde se legitima o usucapião, posse de áreas por tempo de uso, por não indígenas, esquece que a posse das terras por indígenas é imemorial; por fim até mesmo o posicionamento mais “humanizado” ao reivindicar o direito à vida e à diferença cultural, ele afirma que não considera a direito a semelhança, uma vez que o racista pode matar por não admitir essa condição.

“Nada mais verdadeiro em relação ao índio<sup>lxiii</sup>: é a cobiça por sua terra e pelo que nela se encontra que explica a negação do seus direitos, da mesma forma que em outros tempos foi o desejo de transforma-lo em escravo, de apropriação do seu trabalho. E a tal ponto que foi preciso um papa proclamar que o índio também tinha alma para negar o ‘direito’ de morte sobre ele.” (Novaes, W;2.000; p. 181)

A questão da territorialidade indígena não se encerra aqui, uma vez que esse direito está longe de ser-lhes conferido, mas também pelo significativo modo cultural como eles se relacionam com a terra, embora cada um tenha sua moradia e ocupe um pedaço de “chão”, não são donos individuais, a posse é coletiva. Nessas sociedades, o representante é

um mantenedor da tradição e cultura, portanto não dá ordens e é bem provável que seja o que mais sofre (Novaes, W; 2000).

Esse modelo mais igualitário de organização social configura-se instigante ao pensar que entre os indígenas não propriedade do saber, todos podem saber de tudo, e o conhecimento não é apropriado ou transformado a serviço do poder político ou econômico, segundo Novaes (2.000). A partir desse pressuposto, é possível problematizar a luta pelo novo território, uma arena de disputa de representatividade e poder, que une meio e mensagem pela comunicação de massa.

Para o sociólogo que estuda as formas simbólicas da sociedade moderna produzidas e reproduzidas pela mídia, John. B. Thompson (1995), não é possível escapar da sociedade mediada, ou seja, todos estão interligados e se relacionam com o outro ou com ideias e valores por meio dos veículos de comunicação de massa, ainda que esse fenômeno não seja ininterrupto.

Thompson (1995) desenha uma rede de poder ao elaborar uma analogia ilustrativa da ideologia como um cimento que é espalhado pela imprensa. Se considerar esse metaraciocínio como explicação do processo de disseminação de ideias, uma vez tornado público determinada conceituação, cimento fresco, mole; é facilmente distribuído, torna-se homogêneo e adere quase em tudo e todos. Logo, forma-se um bloco de concreto, áspero, enrijecido, duro e difícil de ser desconstruído, o que pode ser feito só com muita força, tempo e insistência. O que se leva a pensar que quem produz, pensa, e está em evidência na mídia tem o poder ampliado de alcançar a consciência do outro e influencia-lo. No entanto, Thompson (1995) e Kellner (2001) concordam que os receptores não são passivos. Porém, é notório que os indígenas e mais ainda as crianças indígenas tem tido pouco espaço na mídia e quando lhes é conferido o local é de vítima ou algoz, mais preocupante ainda é que carrega

um estereótipo exacerbado, não só do ponto de vista estético, mas também intelectual, e a perspectiva quase nunca é a das crianças indígenas.

Pesquisa feita pela agência Uga-Uga de Comunicação feita em parceria com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e Instituto Oi Futuro apresentou uma análise quantitativa e qualitativa das matérias sobre crianças e adolescentes indígenas, publicadas em cinco jornais impressos do Amazonas, em 2006. O resultado revela que 223 textos sobre crianças e adolescentes indígenas foram publicados pelos jornais: Diário do Amazonas, A Crítica, Amazonas em Tempo, Estado do Amazonas e Jornal do Commercio. O estudo mostra que no Estado que concentra cerca de 60% dos indígenas brasileiros, a mídia ainda não dá a devida importância às questões relativas a essa parcela da população, formam uma pauta oculta.

O conceito de representatividade não é secundário e se se levar em consideração que as crianças indígenas são notadamente mais vulneráveis que as não-indígenas porém aparecem menos na imprensa. Elas que já não tem a sua cultura valorizada na mídia na mesma medida que a da maioria da população e, portanto, sofrem a exclusão midiática, sofrem um processo de apagamento, uma vez que não são vistas, não existem e, por consequência, suas demandas, seus direitos, entre eles, a participação social.

Para Carlsson e Feilitzen (2002) a criança deve ter o direito à liberdade de expressão como preconiza o artigo 13 da Convenção da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre os direitos das crianças realizada em 1989, o que perpassa pelo acesso e participação das produções midiáticas. E mesmo hoje esse direito ainda não é garantido em sua essência, o que leva a se pensar o desequilíbrio das relações indígena e não indígena e adulto e criança.

### **Infância e indígena enquanto categorias sociais**

Desde Rousseau e mais recentemente Ariès, intelectuais tem destinado grande esforço para conceituar e teorizar a infância, muitas tem sido as contribuições, seria necessário um fôlego maior para elenca-las e ainda assim seria impensável esgotá-las em sua totalidade, mas a principal delas e salutar foi o reconhecimento da crianças como sujeitos de direitos. No entanto, haverá sempre uma incompletude, afinal a legitimidade para dizer sobre o que é ser criança ou estar na infância, e aqui está uma crítica a racionalidade positivista que ainda tem raízes profundas na produção do conhecimento científico que não reconhece a produção da criança, a não ser que passe pelo interlocutor adulto. Saber disso confere a quem se propõe discutir infância e relações de dominação um certo conforto, pois uma mesma convicção garante que é possível acrescentar alguma contribuição, em contrapartida não se dissolve a incapacidade de se libertar das correntes autoritárias do controle adulto.

Jenks (2002) retoma o que dizia Rousseau - quanto mais o adulto tenta se aproximar da criança, mais se afasta, pois preocupa-se com que o homem deve saber, mas não com que a criança pode aprender. É pelos moldes do adultocêntrismo que tem se produzido uma infância, enquanto categoria social, que só cabe crianças em série, quando não consideradas como tábulas rasas, precisam se desenvolver dentro dos limites, portanto, um padrão socialmente imposto que determina como ser criança, imputando-lhe comportamentos previsíveis; desenvolvimento cognitivo fundamentado em uma visão biológica, ou seja, as crianças de uma mesma faixa etária precisam estar no mesmo nível de compreensão intelectual e, principalmente, usufruir dos direitos sociais que melhor convém ao adulto, sem mesmo sentir-se culpado, sob o argumento de que está protegendo a criança. O pediatra e educador polonês, Janusz Korczak (1983), que lutou pelo direito ao respeito à criança, enquanto era perseguido junto com cerca de 200 crianças judias em seu orfanato, afirmava que em nome dos anos futuros, os adultos roubavam-lhes os anos presentes.

Essa tensão entre proteção e participação tem inspirado pertinentes reflexões e necessários embates, que se acentuaram a partir dos escritos do historiador francês, Philippe Ariès (2016). Ao analisar obras de arte desde a Idade Média até o início do século passado, lançou duas importantes teses que abriram caminho para outras problematizações. A primeira delas é o surgimento do sentimento de infância a partir do século XVII, e a segunda é o confinamento das crianças em instituições particulares e públicas na sociedade pós-industrial, como se ela fosse propriedade e responsabilidade unicamente da família. O que se viu a partir de então foi um expressivo avanço, e isso não significa progresso, na proteção das crianças, em contrapartida a participação nos espaços da cidade que se tornou mais perigosa, pois foi pensada para atender prioritariamente as demandas dos adultos.

Dentro dos estudos sociais que passaram a dar maior atenção a infância, para Clarice Cohn (2005) a antropologia da criança destaca-se por compreendê-las por si mesma. Sendo assim, ela deixa de ser pensada como dispositivo para discutir assuntos relativos ao adulto. Por exemplo, o direito à creche é da criança e não da mãe trabalhadora. Porém, para desestruturar e reequilibrar essa relação é necessário que o adulto repense sua posição nesse relação de poder.

Apesar da categorização da infância ser uma construção social dos não indígenas, entre os povos indígenas, por meio dos estudos antropológicos, também é inevitável não encontrar relações de criança-adulto e vice versa. Müller (2002) relata o período preparatório das crianças Asurini, do estado do Pará, em que acompanham os pais em um processo socialização. Nessa sociedade, elas participam de atividades também realizadas pelos adultos, o que pode se dizer que lhes conferem uma relação mais horizontal com os mais velhos. Cohn (2005) ao pesquisar a experiência da infância dos Xikrins afirma que esses indígenas se apropriam do conhecimento por meio da visão e da audição, logo as crianças podem saber tudo, a partir do que podem testemunhar.

Como o objetivo não é definir a infância em uma determinada sociedade indígena, por entender que é preciso haver uma cisão paradigmática que traz à tona os questionamentos: por que as crianças indígenas são alvo de pesquisa científica? O que há nelas que precisa ser explicado, desmistificado? Qual a curiosidade que as cerca? Por que não estudar a relação de dominação do adulto não-indígena? Essa última indagação inspirou esse estudo, especialmente, a próxima etapa que logo se iniciará, mas não antes que estabelecer uma universalização da categoria crianças indígenas para infância indígena. E, assim, é preciso atentar para o que Cunningham chama a atenção ao focalizar as relações de dominação quando afirma: “As analogias entre crianças e selvagens não existem num vácuo social ou político” (2002, p. 188).

#### **Análise midiática: vozes silenciadas das crianças tikunas**

Antes de partir propriamente para análise midiática, uma breve contextualização da sociedade indígena que pertencem as crianças inseridas da produto audiovisual. Os tikunas são o mais numeroso povo indígena da Amazônia, eram 53.544. Sofreram a violência da invasão em suas terras dos seringueiros, pescadores de madeireiros da região do rio Solimões; e ainda hoje tem dificuldades em manter a sustentabilidade econômica e ambiental.

Foi escolhida para análise uma reportagem disponível no site do [g1.com.br](http://g1.com.br) do Jornal do Amazonas, da Rede Amazônica, afiliada da Rede Globo, (pode ser encontrada nas referências bibliográficas) que focaliza a manutenção da tradição pelas crianças tikunas, motivada pela data destinada nacionalmente aos indígenas. Para análise será utilizado o método da Hermenêutica de Profundidade de John B. Thompson: composto por análise sócio histórica; formal ou discursiva e interpretação e reinterpretação.

**Da análise sócio-histórica:** A reportagem foi exibida no dia 21 de abril de 2017, dois dias depois a data que se faz referência a temática indígena nacionalmente. O que

se problematiza na situação espaço-temporal é que a inspiração para a abordagem foi a proximidade com a data e não o interesse efetivo na manutenção da tradição cultural por meio das crianças. Será que em outro contexto temporal a produção seria realizada? Porém, é inegável que a veiculação da reportagem queria contribuir com o debate público do não apagamento da cultura tikuna.

Em relação ao campo de interação, as relações se dão na escola onde as crianças aprendem a língua tikuna, portanto, a professora (adulta também da etnia tikuna) exerce o papel de autoridade, assumindo a função de transmitir o conhecimento, sendo que o saber trazido com as crianças não é evidenciado, pelo menos durante a reportagem. Em relação a instituição como já explicitado, a escola como campo do saber é a arena do produção midiática, no entanto esse espaço notadamente educativo estimula, geralmente, as crianças a ter um comportamento presumido, e assim não contempla a realidade da vida na cultura tikuna, ainda que influenciada pela urbanidade, já que a própria escola foi constituída pelos não indígenas.

Percebe-se que nesse espaço se configura a categoria de alunos que ao se relacionar com a professora estão submetidos a uma assimetria de poder. A reportagem foi exibida primeiramente pela televisão e estão disponível pelo sistema on demand<sup>lxiv</sup>, esses recursos técnicos imprimem no acesso ao material certo distanciamento, a impressão de que essa realidade não faz parte do mesmo lugar em que a pessoa está assistindo vive, logo não há empatia.

**Da análise formal ou discursiva:** pensando semioticamente percebe uma parcial transmutação, as crianças usam roupas da cultura não indígena, mas algumas utilizam adereços como o cocar, o que induz a conceituação de que para ser criança indígena é necessário ter um pena na cabeça, e não problematiza a questão identitária para além dos artefatos bem como a constituição enquanto gente e o modo de ser relacionar com o mundo. A

reportagem utiliza-se de texto gravado e entrevistas de dois indígenas adultos, essa conversação busca aproxima-los, porém continua sendo uma não indígena a falar dos costumes indígenas.

Sintaticamente analisando, a repórter usa o termo tribo que pode ser muito genérico a qualquer integrante de grupo social, não valorizando a etnia; afirma que as crianças aprendem na escola a tradição indígena como se não fosse delas e a escola a oferecesse; mais ao fim acrescenta que as crianças se revelam e descobrem “ainda mais” integrantes da sociedade, como se não fossem suficientemente. A narrativa da repórter conta como é a dinâmica da escola da chegada e tarefa do dia a dia dos alunos, de forma positiva como se houvesse uma benevolência e piedade impregnadas na informação. E finda o contexto sustentando que são as crianças indígenas as responsáveis por manter e preservar as tradições que foram lhes arrancadas por meio de uma opressão cultural.

**Re-interpretando** um campo pré-interpretado depura-se que a dominação de poder logo no enunciado da reportagem em que a apresentadora diz: “a gente traz” como se detivesse unilateralmente a condição de fazer a reportagem; além de novamente ser necessário que são não-indígenas a contar mais uma vez a história dos indígenas, neste aspecto revela-se o quanto os indígenas ainda não fazem parte das mais diversos campos sociais como a mídia; na aparição da repórter ela afirma que é na escola onde as crianças encontram as próprias raízes, sem levar em consideração que a casa, o contato com os pais e outras crianças indígenas podem ser mais significativos para a constituição identitária do que a escola, pensada e produzida para atender demandas dos não indígenas; quando as crianças são focalizadas pelas imagens estão sempre emudecidas e olhar baixo, o que sugere uma falsa apatia, mas sim um estranhamento da situação tão diversa a realidade delas; por fim, nenhuma criança foi entrevistada, mais uma vez o adulto falou em seu lugar.

Enfim, conclui-se que a produção, apesar de ter boas intenções e mostrar a resistência cultural indígena por meio das crianças, acaba, talvez querer, por reforçar a relação de dominação entre adultos e crianças, não indígenas e indígenas e uma revitimização por terem que resgatar algo que não foi perdido, mas lhes tirado como a própria cultura que os constitui identitariamente.

Thompson (1995) acredita que é por meio desse movimento que o sujeito pode de alguma forma promover a transformação interpretativa da doxa e fazer uma crítica da dominação. Para não concluir, ele acrescenta que a interpretação só pode suspender as relações assimétricas se for provada e não imposta. O que significa não colocar um ponto final no debate, mas mantê-lo aberto para quem sabe as crianças indígenas sejam ouvidas.

## Referências

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- FEILITZEN, Cecília Von. **Educação para a Mídia, Participação Infantil e Democracia**. In: CARLSSON, Ulla; FEILITZEN, Cecília Von (Orgs). **A criança e a mídia**. Imagem, educação, participação. Editora Cortez. 2 Ed. São Paulo-SP. 2002. p. 19 a 36.
- GAURESCHI, Pedrinho. **O direito humano à comunicação: Pela democratização da mídia**. Editora Vozes. Petrópolis-RJ. 2013.
- <http://g1.globo.com/am/amazonas/jam/videos/v/grupo-de-criancas-indigenas-nascidas-em-manaus-mantem-tradicao-de-aprender-lingua-nativa/5818644/>. Acesso em: 05/03/2017.
- <https://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=46915>. Acesso em: 08/03/2017.
- <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/ticuna>. Acesso em: 15/04/2017.
- JENKS, Chris. **Constituindo a criança: Educação, sociedade e culturas**, nº 17. 2002. p. 185 a 216.
- KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Editora Edusc. Bauru-SP. 2001.
- KORCZAK, Janusz. **Como amar uma criança**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro-RJ. 1983.
- PONTE, Cristina. **Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico**. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais. 2005.
- NOVAES, Washington. **O Índio e a Modernidade**. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (Org). **Índios no Brasil**. 4ª edição – São Paulo: Global; Brasília. MEC. 2000. P. 181 a 192.
- THOMPSON, John. B. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. Editora Vozes. Petrópolis-RJ. 2014.
- THOMPSON, John. B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Teoria social crítica na era da dos meios de comunicação de massa. Editora Vozes. Petrópolis-RJ. 1995.

## **Educação sexual: recursos audiovisuais como proposta preventiva**

### **Sexual education: audiovisual resources as a preventive**

Tainá Regina De Paula\*  
Aristóteles Mesquita De Lima Netto\*

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** Este estudo tem por objetivo o levantamento da discussão sobre a sexualidade, fazendo questionamentos sobre os métodos utilizados para a abordagem do tema. Num pressuposto mais amplo detemos como proposta o uso de recursos audiovisuais para discutir tais temáticas contemporâneas, considerando o quanto se faz emergencial uma Educação Sexual preventiva e realística principalmente nos espaços escolares. Para isso foi relacionado o filme “Aos Treze” (2003) o qual ilustra a omissão desta Educação.

**Palavras-chave:** Educação Sexual. Recursos audiovisuais. Sexualidade.

**Abstract:** This study has the objective to raise the discussion about sexuality, asking questions about the methods used to approach the topic. In a broader assumption we consider as a proposal the use of audiovisual resources to discuss such contemporary themes, we regard an urgent in a preventive and realistic Sexual Education, especially in the school spaces. For that, the movie "At Thirteen" (2003) was related, which illustrates the omission of this Education.

**Keywords:** Sexual Education. Audiovisual resources. Sexuality.

### **Introdução**

A sexualidade por ser algo comum manifestado pelo ser humano, deveria ser compreendido como tal. A mesma representa parcela da personalidade de quem vivencia, logo compete necessidade básica, que assim como as outras, necessita ser levada como um aspecto importante, e não ser sintetizado apenas a uma das manifestações, como o coito propriamente dito.

A autora Yara Sayão (1997) supõe que, para que tenha uma prática saudável da

---

\*Acadêmica do curso de Psicologia pela UNIFIMES- Centro Universitário de Mineiros; e-mail: [tainadpaula@hotmail.com](mailto:tainadpaula@hotmail.com)

\*Mestre em Educação. Professor da UNIFIMES- Centro Universitário de Mineiros; e-mail: [aristoteles@fimes.edu.br](mailto:aristoteles@fimes.edu.br)

sexualidade é necessário a ligação de vários fatores, entre eles coexiste os valores sociais, éticos e morais do meio social, o funcionamento do corpo, as leis culturais e a estrutura psíquica. Sendo assim, a manifestação pode-se apresentar de diversas formas, como por exemplo, o modo de se vestir, falar, andar, desejos sexuais, contato físico, enfim, há inúmeras maneiras de demonstrá-la, quer seja consciente ou inconsciente.

Dessa forma, ao analisarmos a reflexão de Nunes (1987), quando o mesmo aponta que

Importa-nos demonstrar que a sexualidade, enquanto dimensão humana, não pode ser reduzida a um objeto estranho, fora de nós, sobre o qual se faz um discurso técnico, frio, dogmático ou permissivo. Enquanto dimensão privilegiado subjetivo, do existencial, e ainda mais se considerarmos as rotulações e controles religiosomorais históricos sobrepostos, a sexualidade só pode ser tratada de maneira profundamente próxima, densa de dignidade e humanismo, para ser eficaz e significativa. (NUNES, 1987, p. 7)

Todavia, as expressões culturais são distintas, e conseqüentemente as manifestações das mesmas também, contudo se faz pertinente independente da cultura e suas expressões culturais, focar o significado e a significância da sexualidade para cada sujeito. Visto que, é um termo amplo, que abrange distintas acepções ao sujeito que vivencia, e essas definições modificam de acordo com o contexto em que se trata a Educação Sexual.

Esta educação precisa ser discutida nos espaços de proclamação cultural, sendo o primeiro na família, pois a sexualidade coexiste desde o nascimento, sendo manifestada a partir das primeiras experiências afetivas com os cuidadores, demonstrando-se também no meio social, com as pessoas que mantém contato, e na escola, local onde lidará com pessoas diferentes, educações distintas e significados discordantes sobre os aspectos culturais e sobre a própria sexualidade. Por isso, se tem a necessidade de uma Educação Sexual que seja efetiva e significativa, para que assim, o sujeito que à vivencia tenha um real entendimento.

Tendo como proposta uma atenção interdisciplinar, contando com o diálogo entre família e escola, e em acordo com a sociedade, para que tenha eficácia nessa transmissão, sempre com a necessidade de compreendê-la em sua totalidade, com propostas de intervenção que sejam educativas e atrativas (REIS; MAIA, 2012).

Considerando a importância de uma Educação Sexual reflexiva, esse estudo tem como objetivo apresentar recursos mais alusivos e atrativos para trabalhar tal perspectiva, utilizando os recursos audiovisuais como forma de educar. Assim, observamos o quanto se faz emergencial a proposta de uma Educação Sexual preventiva e realística em todos os âmbitos, mas principalmente, nos espaços escolares. Para isso selecionamos o filme “Aos Treze” (2003, dirigido por Catherine Hardwicke) para correlacionar com a temática proposta, que traz em seu enredo a transformação de determinada adolescente de treze anos que antes era considerada boa aluna, boa filha, para uma adolescente com comportamentos exacerbados, com o uso de drogas e vida sexual ativa, deixando nítido a omissão da família quanto sua sexualidade e sobre uma possível Educação Sexual.

### **Educação Sexual**

A educação é o elemento essencial na vida do ser humano, é um direito básico, laico e fundamental para a formação do ser tanto na sociedade, quanto em sua vida particular. Apenas com ela é possível o desenvolvimento do pensamento crítico, e a realização de mudanças.

Para Brandão (1981) educação representa uma constituição emanada por meio de forças, detendo a vitalidade como peça chave para realizar-se, sobretudo a mesma deve ser pautada na liberdade e denotar a perspectiva de consciência do sujeito. Neste tocante, a

Educação Sexual não foge essa ideia, uma vez que é tão necessária quanto qualquer outra forma de educar.

Seguindo a proposta de Nunes (1987), a Educação Sexual não dispõe de um único conceito, pois tem uma vasta possibilidade de vivência ao longo da existência do sujeito, ocorrendo permanentemente nas relações sociais. Ainda de acordo com o autor “seu sentido mais profundo, não é uma mera questão técnica, mas sim uma questão social, estrutural, histórica” (NUNES, 1987, p. 4).

E o primeiro âmbito que a criança entra em contato é a família, na medida que a

[...] educação sexual ocorre desde que a criança nasce, através de todas as ações que presencia ou a que é sujeita, mesmo que os pais ou outros não tenham consciência de que estejam educando. Serão essas ações, na maioria indiretas, que determinarão no indivíduo a vivência psíquica e prática da sua sexualidade e a percepção da sexualidade em geral. Não é possível não educar porque o não fazer é transmitir alguma coisa. Então essa é uma responsabilidade que cabe aos pais e eles quer queiram ou não. Advertir sobre os perigos do sexo não ajuda a criança, somente transmite ansiedade, medo e o germe da culpa. É tratar o sexo de forma pouco sadia e digna e que não propicia desenvolvimento (SUPLICY, 1983, p. 37-38)

Sendo assim, é necessário que os pais proporcionem diálogos constantes para com seus filhos, uma vez que a família é responsável em possibilitar recursos frente a construção da maturidade sexual, então cabe a ela organizar seu discurso sobre a sexualidade. Todavia, se faz pertinente expressar-se naturalmente em relação ao tema em questão, contudo, quando tal dinâmica dialogada não ocorre, o discurso poderá ser confuso e/ou fragmentado, esbarrando-se em preconceitos, vergonha, tornando-o tabu e com uma linguagem técnica, tratando somente de questões práticas relacionadas ao sexo, ou até mesmo negam informações. De acordo com Savegnago e Arpini (2013) parcela considerável dos pais não dão abertura aos filhos e a ausência do diálogo impulsiona adolescentes a buscar informações em outras fontes, que muitas vezes são os amigos. Os amigos nem sempre tem as informações adequadas sobre

o assunto, por isso que na falta dos pais, faz-se necessário que a escola que é outro âmbito de transmissão cultural, passe informações concretas aos alunos.

O contexto escolar, por ser um ambiente de instituição social, não deve ficar isenta da participação desse processo educativo, entretanto, ao chegar na escola a criança já tem marcas sociais e familiar de sua Educação Sexual, e na visão de Suplicy (1983) o processo deve ser continuado o que possivelmente deveria ter iniciado em casa, visando abordar o diálogo sobre sexualidade na sala de aula, para assim ampliar e aprofundar uma reflexão sobre o tema, para o aluno analisar seus próprios valores.

Neste sentido, é necessário erradicar os tabus e preconceitos, preenchendo as lacunas de informações que muitas vezes continuam existentes no corpus reflexivo juvenil, favorecendo diálogos que possibilite discussão à cerca do assunto, com o intuito de diferenciar a visão sobre sexualidade em sua reflexão individual. Dessa forma, por ser um espaço oportuno para a promoção de discussão, é esperado que a escola transmita a sexualidade a partir de um enfoque sociocultural, ajudando o aluno refletir a faceta da sexualidade apresentada em sua cultura (SUPLICY, 1983).

Fazer com que o aluno crie suas próprias definições nas questões sobre sua sexualidade, seus processos educativos sexuais, e gênero, também é tarefa do professor. A escola detém papel importante de propagar informações, sempre levando em consideração a grande diversidade que a mesma abarca, que neste caso é uma sociedade que se diferencia pela sua individualidade e se assemelha-se na essência, que forma o todo de cada um. Portanto, a Educação Sexual deve ser abordada a partir dessas premissas, pois em acordo com Netto (2016, p.33) “faz-se pertinente olhar para Educação Sexual e para a sexualidade pura como produtos das relações intrapessoais e interpessoais, pois quando coisificamos

(transformamos pessoas em dados ou números) deixamos de lado a singularidade, a subjetividade e a identidade”.

Socialmente somos modelados a transformar o homem em números e conseqüentemente para tal os processos formativos são fundamentais, neste âmbito o foco de todos os processos de intervenção, mais ainda, os de cunho sexual perpassam o linear remediativo e curativo em vez de uma proposta preventiva. A Educação Sexual na escola, deve ter o enfoque preventivo. Mas qual a diferença entre a Educação Sexual preventiva e a remediativa? A diferença é que na segunda o profissional entrará com propostas de intervenção, onde possivelmente terá ocorrido um episódio na escola para que tomassem tal decisão, como por exemplo, bullying, manifestação homofóbica, gravidez indesejada, DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis), e até mesmo em casos mais graves o suicídio causado por algum desses eventos. Já a preventiva, cujo é o foco deste trabalho, centraliza-se no planejamento de ações para a promoção de debate, a fim de precaver comportamentos reativos.

Suplicy e seus colaboradores no livro “Sexo se aprende na escola (1995)”, aborda questões de como o orientador sexual (nomenclatura que foste introdutória para a atual proposta de Educação Sexual) deve desempenhar seu trabalho, bem como exemplos para manter a postura profissional frente algumas situações. Visto que é necessário que o educador possua uma atitude positiva sobre a sexualidade, e que tenha interesse e conhecimento no estudo da mesma, entretanto, o professor não deve sentir-se obrigado a saber tudo sobre o sexo, na medida em que surja indagações em que não saiba responder, terá que estabelecer estratégias para encaminhar a resposta. (SUPLICY et al., 1995).

Suplicy et al., (1995) citam alguns desempenhos básicos que o educador deve ter, como por exemplo, problematizar e facilitar as discussões entre os jovens, para que assim

possam amadurecer suas opiniões; evitar situações de autoritarismo; estimular a manifestação de problemas, de dúvidas e da curiosidade, estimulando a expressão de ideias; ter experiência da faixa etária com a qual vai trabalhar, dentre outros. Para que assim, seu trabalho seja mais efetivo e passe credibilidade aos alunos.

Os professores ao falar de Educação Sexual, as vezes passam por algumas situações em que precisam mediar e ter estratégias para lidar com as mesmas. Na respectiva obra Suplicy, et al. (1995, p. 23-28), traz algumas ações que educador deve tomar diante dos exemplos citados, como:

### **1. Os alunos solicitam a opinião pessoal do professor**

Pôr na adolescência surgir várias dúvidas a respeito do tema, por vezes buscam referências externas, neste caso do professor. Nestas situações o educador deve deixar claro que sua opinião pode ser interpretada de forma errônea, bem como sua fala pode ser usada indevidamente, e por fim, afirmar que este não é o intuito do trabalho.

### **2. Silêncio, risos, piadas e cochichos**

Os alunos precisam de tempo para se adaptarem a novas circunstâncias, e é provável que no começo o professor irá enfrentar esse tipo de situação, e ao invés de se irritar é uma oportunidade para verificar o motivo desses comportamentos, e ressaltar o receio que há quando se conversa sobre sexualidade.

### **3. O professor pode estar cumprindo a função de juiz em algum conflito. Ele é uma autoridade**

É difícil que o professor acalme os ânimos e dirija a atenção para si ao entrar em determinado assunto, contudo ele pode utilizar das falas dos alunos e direcionar a discussão para o tema, e a conversa que desencadeou a discussão deve ser discutido por todos, em um nível geral.

#### **4. Quando são feitos comentários preconceituosos**

A função do professor é questionar e apontar paradoxos, e nessas situações não se torna diferente. Neste caso ele pode montar grupos de discussões, onde ele sugere uma situação problema em que os mesmos tem que chegar a uma resolução, e isso é importante, pois, na medida em que se é discutido, há ampliações no conhecimento, e uma possível modificação de pensamento.

#### **5. Presença flutuante de alguns alunos ou evasão**

Os educando podem achar cansativo as formas de trabalhar com os temas, assim, faz-se necessário que o orientador utilize de recursos didáticos que facilitem a comunicação para garantir a assimilação do tema, e optar por participação não obrigatória, deixando os alunos livres para escolherem.

#### **6. Na mesma sala há alunos com idades diferentes**

A questão da separação por idades, deve ser anteriormente discutida, pois, cada idade possui questões próprias, bem como a compreensão e interesse do aluno. Cada realidade escolar deve adequar-se a aquilo que seja melhor para o aluno.

Logo, a proposta em Educação Sexual deve abordar conteúdos que sejam relevantes para o alunado, que englobe vários aspectos de maneira geral, e apresentar a biologia humana como uma das formas de orientação, e não como único modelo de abordagem, para que assim, tenha-se uma aprendizagem efetiva e completa, e para isso, faz-se pertinente que a escola utilize de recursos que facilitem essa comunicação e apresentação do tema.

### **Recursos Audiovisuais: Utilização como processo formativo**

O professor por ser o mediador da aprendizagem do aluno, precisa buscar recursos para diversificar as formas de ensinar, para que assim garanta um ensino que contenha significado. Sendo assim, a escolha dos recursos é de suma importância para esta transmissão, e como proposta deste trabalho apresentamos os recursos audiovisuais para aplicação em sala de aula como processo formativo. Mas afinal, o que são esses recursos?

É todo e qualquer recurso que visa estimular a audição, bem como a visão, ou seja, qualquer instrumento que possa ser ouvido e visto ao mesmo tempo, como por exemplo, televisão, notebook, projetores, dentre outros. Assim, estes ampliam o conhecimento e viabilizam articulações no espaço educacional, auxiliando no processo educativo, e facilitando o acesso a informação.

A utilização dessas tecnologias em sala de aula, apresentam-se de forma atrativa, possibilitando inovações na prática de ensino-aprendizagem, propiciando ambiente para o conhecimento. Neste sentido Anacleto, Michel e Otto (2007) citam que

O mundo caminha para a era do domínio de novas tecnologias, novas mídias surgem a cada dia, e sob este contexto o ensino deve também sofrer avanços, adaptar-se as novas linguagens e formas de conhecimento, assim como se tornar mais atraente, dinâmico e que facilite o processo da aprendizagem dos educandos, sob este aspecto, novas mídias educacionais ganham destaques, ou ainda mídias seculares ganham nova importância educacional, entre as quais está o cinema, que pode ser um

poderoso instrumento de apoio magistério. (ANACLETO, MICHEL E OTTO. 2007, p.22)

Tais recursos midiáticos produzem aprendizagem dinâmica, motivadora, lúdica e significativa, pois os filmes explicitam em seus enredos contextos que estão de acordo com a realidade dos educandos. Então, cabe ao educador manusear tais recursos, para que seja de forma criativa, gerando conteúdos contextualizados para que haja aprendizado real e atrativo, minimizando problemas de desinteresse, que inúmeras vezes são manifestados, assim favorecendo a compreensão.

Neste sentido, relacionamos a ausência do trato frente a Educação Sexual perante o enredo apresentado pelo filme “Aos Treze” (2003), o qual ilustra o quanto comportamentos sociais de omissão tanto do núcleo familiar, quanto do contexto escolar, podem eclodir em comportamentos reativos como: uso desenfreado de drogas ilícitas; bebidas alcoólicas; furtos; sexo desprotegido; agressividade e até a automutilação.

Dentro da proposta, faz-se pertinente apresentar o enredo do filme em questão: Tracy (Evan Rachel Wood) é uma adolescente de 13 anos, inteligente e uma aluna brilhante, até que um dia conhece Evie (Nikki Reed), a garota mais popular da escola, com comportamentos sexuais vistos como inadequados para sua faixa etária. A partir de então, Tracy passa a conhecer o mundo das drogas e do sexo e, como consequência uma aluna exemplar reprova de ano, além de apresentar comportamentos de automutilação.

O filme traz a questão da omissão da família para entrever os comportamentos emergentes manifestados pela atriz principal. Havia um pai que negligenciava atenção e uma mãe totalmente cega aos manifestos, apenas o irmão é quem observava os comportamentos da garota, entretanto, preferia ficar quieto, ao tomar uma iniciativa.

A ponte está na perspectiva de demonstrar que, por meio do filme podemos abordar questões que na contemporaneidade se fazem complexas. Visto que, tanto a escola, quanto a

família exercem e agem de forma mecanicista e utilizam da corrente biologizante para tratar assuntos do dia a dia da sexualidade e consequente expressão/manifesto sexual.

Logo, o filme por ter caráter audiovisual e demonstrar a realidade vivenciada pelos adolescentes, faz-se alusivo e atrativo. Pois, abordar o contexto, mesmo que não se reconheça como orientação por via de questões do cotidiano, se fazem bem mais satisfatória, visto que, aproxima da realidade que os adolescentes já viveram ou potencialmente viverão em algum momento de sua vida. Dentro desta perspectiva o ‘namoro’ entra como um dos comportamentos e vivências que estes passarão.

Assim, namorar é uma forma de representar e expressar a sexualidade, sendo este processo determinado socialmente, historicamente, e por essas questões é influenciado.

Atualmente, as representações do namoro para os jovens, estão se modificando, dando espaço a outros termos mais amplos, entretanto com significações diferentes para quem se relaciona, que neste caso é o ‘ficar’. Carneiro, et al., (2005, p. 388), contribui que “o ‘ficar’ consiste em intimidade afetiva, que não implica nada mais que o prazer imediato relacionado a troca de carícias. Ele não possibilita o direito nem determina obrigações e, tampouco, qualquer tipo de envolvimento amoroso”. Nesta perspectiva, tal caracteriza-se pela não responsabilidade com o outro, ou seja, estar com alguém apenas por um determinado momento, sem que haja a necessidade de interesse em obter relacionamento sério por parte desses indivíduos.

Por ser um processo determinado historicamente, iniciando geralmente na adolescência, a maioria sentem-se pressionados a iniciar tal envolvimento, até mesmo pelo comportamento de imitação para ajustar-se.

No filme fica claro tal comportamento, pois a personagem Tracy, ao ver sua amiga Evie beijando o rapaz e incitando-o ao sexo, começou a imitá-la, sendo este seu primeiro

envolvimento deste cunho, não levando em questão o quão arriscado se torna este ato, apenas para adequar-se.

Nesta perspectiva, os autores Carneiro, et al., (2005) cita que

Apesar da necessária identificação com o grupo, para que se reconheça no outro, o ser humano tem a sua individualidade que deve ser respeitada. É importante refletir sobre suas atitudes, compreender sua história pessoal, refletir sobre sua própria educação sexual, discriminar quais valores e concepções estão sendo demonstradas em seus próprios atos. Parece arriscado assumir comportamentos apenas para seguir os padrões, por considerá-los certos, sem refletir sobre eles. (CARNEIRO et al., 2005, p. 391)

Esta reflexão talvez se daria a partir de uma Educação Sexual reflexiva estimulada a partir da família e por conseguinte na escola, para que assim o sujeito possa criar suas próprias concepções reflexivas, e também o significado que o ato traria para a sua vida.

O filme elucida a ausência da Educação Sexual para a personagem, visto que a mesma expressou manifestos de sua sexualidade a partir do poema que escreveu, apresentado logo no início do filme, este dizia:

“Ele estava invalido,  
Mas somente seu corpo estava quebrado  
Não é tão simples,  
Nem é fácil de explicar  
“Vamos deixar assim”, ela disse  
E fecha o livro sagrado das mentiras  
E cobre seus olhos,  
Negando a si mesma o que pensou acontecer.”

Nota-se que no momento da apresentação do poema, a mãe não deu a devida importância para o manifesto, considerando-o apenas como ‘forte’, não tomando posições a respeito. E como a proposta do poema era para escola, suponha-se que pelo menos um dos educadores tenha lido, contudo, não se manifestaram.

Neste movimento de negligência tanto da escola quanto da mãe, ficou evidente que situações e contextos que emergem no cotidiano não são aproveitados para abordar e orientar crianças e adolescentes. A questão de analisar, encontra-se no paradoxo entre “orientação”

e/ou “educação” sexual, pois a terminologia ‘orientar’ pode ser interpretada equivocadamente como direcionamento/diretriz a ser empregada e seguida.

O uso de filmes e similares não objetiva criar uma filosofia engessada de intervenção de grupo, mas sim, tanto por meio de filme, e por exemplo recursos de teatro como a proposta de Augusto Boal em seu “Teatro do Oprimido”, busca elementos e recursos que gerem aproximações, contradições e tensões frente aos temas genéricos, quanto experiências na perspectiva sexualidade.

### **Considerações**

Na ótica e reflexão que a sexualidade apresenta-se intrínseca e inerente do ser humano, ela deve ser compreendida em sua totalidade, englobando todos os aspectos envolvidos, aspectos estes relacionados com o biológico, histórico, social e espiritual. Sendo assim, a medida em que se tenha um olhar amplo sobre o assunto, o desvelamento sobre o mesmo ocorrerá naturalmente.

Entretanto, “discutir e/ou apresentar manifestações como sexualidade sempre esbarram nos “preconceitos” e *status* vigentes, visto que mudanças representam gasto de energia e, obrigatoriamente, desorganização do atual para possíveis reformulações e ressignificações” (NETTO, 2016, p.21). Erradicar, torna-se mais simples do que compreender tal manifestação, pois, é um campo amplo, com diversos significados para quem vivencia.

Mesmo com os empecilhos que a sociedade impõe, a sexualidade faz parte da formação humana, sendo assim, faz-se necessário compreendê-la nos espaços formadores desta, que além da família, encontra-se a escola. Logo as expressões de tais estarão em todos e quais queres contextos de socialização.

A Educação Sexual nas escolas necessita sair do pragmatismo encapsulado a séculos, a qual está voltada para demonstração de métodos contraceptivos, DSTs (Doenças

Sexualmente Transmissíveis), aparelho reprodutor, ou seja, coisas práticas, voltadas somente ao sexo, que representa apenas parcela dos manifestos da sexualidade, deixando de lado os aspectos emocionais, culturais e éticos, e toda a complexidade que o referido assunto incorpora em seu corpo histórico e cultural.

Nossa reflexão perpassa frente a necessidade de proporcionar ao público juvenil situações problemas, que de forma alusiva como por meio do filme “Aos treze”(2003), e outros como “Show de vizinha” (2004, dirigido por Luke Greenfield), “Um amor para recordar”(2002, dirigido por Adam Shankman), podem potencializar de forma atrativa o interesse dos adolescentes, quanto agrupar a discussão com seus pares, além de investigar a reflexão frente as demandas subjetivas de cada um.

## Referência

ANACLETO, A.; MICHEL. S. A.; OTTO, J. **Cinema e Home Vídeo Entertainment: o mercado da magia e a magia do mercado.** Np. 2007.

BRANDÃO, C. R. **O Que é Educação?:** Brasiliense, 1981.

CARNEIRO, M. E. F.; et al. O 'ficar' e o creonte da produção flexível. **Fragments de Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 2, p.385-404, fev. 2005.

NETTO, A. M. L. **Educação Sexual Brasil e Portugal em espaços escolares: aproximações a partir de documentos oficiais.** 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Puc-goias, Goiânia, 2016.

NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade.** Campinas, SP: Papirus, 1987.

REIS, V. L.; MAIA, A. C. B. Educação Sexual na Escola com a Participação da Família e o uso de Novas Tecnologias da Educação: Um Levantamento Bibliográfico. **Cadernos de Educação**, Pelotas, [41] p.188-207, jan/fev/abril 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/2099>>. Acesso em: 04 maio 2017.

SAVEGNAGO, S. D. O.; ARPINI, D. M. Conversando sobre Sexualidade na Família: olhares de meninas de grupos populares. **Cadernos de Pesquisa**, v.23 n. 150 p924-947 set/dez. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742013000300010&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742013000300010&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 01 maio 2017.

SAYÃO, Yara. **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas** /coordenação de Julio Groppa Aquino São Paulo: Summus, 1997.

SUPLICY, M. **Conversando sobre sexo**. Petrópolis, RJ: Vozes,1983.

SUPLICY, M. et al. **Sexo se aprende na escola**. São Paulo: Olho d'água, 1995.

## O controle do corpo da mulher nas idéias jurídicas The control of the body of women in the legal

Edna Aparecida Ferreira Benedicto<sup>101</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** Nem sempre as leis acompanham o desenvolvimento intelectual, tecnológico ou cultural das sociedades que pretende controlar ou regulamentar. Os avanços sociais, principalmente alcançados pela mulher no século XX nem sempre encontram-se garantidos em lei. Nesse estudo procuramos demonstrar como o ordenamento jurídico, apesar de seu discurso libertador ainda exerce o controle sistemático da mulher com o auxílio de outros campos do conhecimento. Para tanto nos atemos a analisar as três principais esferas em que o controle ocorrem nos regulamentados, na lei e os discursos dos parlamentares em relação à aplicabilidade da lei, além das contradições entre o legalmente regulamentado e a aplicação efetiva do conjunto de leis que regulam as relações sociais no Brasil.

**Palavras chave:** Ordenamento jurídico. Controle Social. Corpo. Mulher.

**Abstract:** Laws do not always accompany the intellectual, technological or cultural development of the societies it intends to control or regulate. Social advances, especially achieved by women in the twentieth century, are not always guaranteed by law. In this study we seek to demonstrate how the legal system, despite its liberating discourse, still exercises the systematic control of women with the help of other fields of knowledge. In order to do so, let us analyze the three main areas in which control takes place in the regulated, in the law and the speeches of parliamentarians regarding the applicability of the law, in addition to the contradictions between the legally regulated and the effective application of the set of laws that regulate the Social relations in Brazil.

**Key words:** Legal order. Social Control. Body. Woman.

### 1 CONTROLE ECONÔMICO DA MULHER

Ao homem coube, ao longo da história, o papel de provedor das necessidades que não estavam próximo ao universo do feminino. Conforme Perrot (2007) as mulheres sempre trabalharam, mas seu trabalho era de ordem doméstica, ligada a reprodução, não valorizado, não remunerado, invisível. A partir da Revolução Industrial, com a definitiva e gradual entrada da mulher no mercado do trabalho remunerado, fora da esfera doméstica, essa realidade começa a mudar. A mulher passa a fazer parte, assim como os homens, dos agentes que provêm à família de suas necessidades.

---

<sup>101</sup> Mestranda pelo Programa de Pós Graduação da UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados); Professora da Rede Estadual de Educação/MS. ednabenedicto@gmail.com.

A partir de então as mulheres já não encerram em si somente a geração de outras vidas, mas também a de produtora e mantenedora. Seu corpo passa a ser compreendido não mais somente como uma hospedaria de vidas futuras. A liberdade sexual alcançada pelos avanços tecnológicos foi possibilitando as mulheres maior participação na economia e na vida pública. Entretanto, elas ainda encontram muitas dificuldades legais e sociais. Em situação completamente desigual a mulher entra no mercado de trabalho e tem sua vida econômica totalmente controlada, inclusive com o poder do Estado através dos códigos que passam a formular.

As primeiras discussões sobre o trabalho da mulher teve início, no âmbito do Estado, nos anos de 1917 a 1920, quando muitas discussões foram travadas na Câmara Federal, sobretudo envolvendo a questão social, fortalecido pela organização operária e pelo movimento grevista de 1917, que mobilizaram a classe trabalhadora de São Paulo e Rio de Janeiro. O projeto nº 125, de 16 de julho de 1917 pretendia estabelecer algumas regras sobre as condições do trabalho feminino nos estabelecimentos industriais, agrícolas e comerciais, com forte posição sobre a proibição do trabalho noturno para as mulheres e a regulamentação da licença gestante sem a perda do posto de trabalho ou salário (SANTOS, 2009).

A primeira legislação que regula o trabalho da mulher no Brasil foi o Decreto 21.417-A, de 17 de maio de 1932, que recebeu o nome de “Trabalho da Mulher: na indústria e no Comércio”, publicada no mesmo ano em que as mulheres alcançam o *status* de cidadã com o direito de voto, trazendo muitas inovações.

Contemplando o princípio da não-discriminação, foi assegurado salário igual a trabalho de igual valor, sem distinção de sexo. Além de proibir às mulheres trabalho em subterrâneos, mineração em subsolo, pedreiras e obras de construção pública ou particular e em serviços perigosos e insalubres, protegeu a maternidade ao proibir o trabalho da gestante quatro semanas antes e quatro após o parto, obrigou os estabelecimentos com, pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos, a contar com local apropriado para a guarda e vigilância dos filhos em período de amamentação, e proibiu a despedida das grávidas pelo simples fato da gravidez, sem outro motivo que justificasse<sup>614</sup>. Trata-se de regra bastante avançada em relação à própria CLT (BIAVASCHI, 2007, p. 209).

As regras foram consideradas bastante avançadas para o período em relação, inclusive da CLT, pois representou um grande avanço na luta das mulheres por direitos.

O primeiro código que regula e controla economicamente as mulheres, e talvez o mais importante, é o código trabalhista, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Elaborado em 1943, se encontra em vigor até os dias atuais com várias emendas, supressões e inclusões que foram favoráveis às mulheres devido às mudanças culturais, legais e sociais que ocorreram ao longo da vigência da lei.

Na CLT a mulher recebe uma proteção especial, devido às funções que seu corpo encerra: produção e reprodução da vida. É principalmente como reprodutora que seu corpo é controlado e protegido na relação de troca de trabalho por salários.

Apesar de incorporar muitos dos dispositivos do Decreto 21.417-A, de 17 de maio de 1932, a CLT não regulamentou a proibição da despedida da mulher gestante que foi sendo assegurada por acordos coletivos ou sentenças normativas. No ano de 1974 foi editado a Lei nº 6.136 transferindo o ônus dos salários da gestante da empresa para a Previdência Social. À custa do salário maternidade, que era 0,3% foi extinto pela Lei 7.787/89, englobando o percentual de 20 % que a empresa deve recolher sobre a folha de pagamento, conforme dispõe o § 1º, do artigo 3º, desta lei, repetido no inciso I, do artigo 22, da lei 8.212/91.

Quanto à proteção à maternidade, podemos verificar que a primeira Constituição brasileira a se preocupar com a mulher em estado gestacional foi a de 1934. A CLT/43 previa a construção e manutenção de creches pela Previdência Social nas vilas operárias com mais de 100 casas ou nos bairros de maior concentração de trabalhadores assegurados. Essa lei garantiu assistência médica e sanitária. Além da obrigação de disponibilidade nas empresas de berçários para aquelas que tenham mais de 30 mulheres. Com a promulgação da CLT, portanto, o papel materno e o de dona de casa da mulher estavam legitimamente impostos

pelo Estado. Creches eram consideradas direito da mulher e não do grupo de trabalhadores: homens e mulheres. Há a compreensão de que os filhos são responsabilidade da mulher.

Com a promulgação da Constituição de 1988 e a inserção dos direitos sociais as gestantes ganham parte especial, no artigo 10, II, b do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) de 1988, conforme o texto:

Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:

[...]

II – fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

[...]

b) da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

O trabalho da mulher foi sendo, dessa forma, minuciosamente regulamentado na CLT, ficando a mulher casada sob tutela do marido até a publicação do Estatuto da Mulher Casada – Lei 4.121 de 27 de agosto de 1962. A Lei nº 4.121/62 é considerado por muitas feministas como um grande avanço no ordenamento jurídico no que diz respeito às relações de gênero e emancipação feminina. Esta lei estabelece um tratamento mais paritário entre marido e esposa diante dos efeitos jurídicos do casamento e nas relações patrimoniais. A partir dessa lei a mulher casada, também, não mais necessita de autorização do marido para trabalhar, mesmo que na lei contenha certa presunção de que o mesmo deva autorizar. Ainda de acordo com o pensamento predominante da época, respaldado pelo Código Civil de 1916, artigo 247, era permitido ao marido pedir a rescisão do Contrato de Trabalho da esposa se a sua permanência no emprego representasse uma ameaça aos “vínculos da família” ou se o mesmo colocasse a mulher em “situação de risco” por sua condição de mulher (LOPES, 2006).

No contexto de formulação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), existia certa preocupação com o fato de as mulheres deixarem suas funções “de mulher” e esta ser substituída pelas atividades extraluar. Além, é claro de muitas outras preocupações sexuais e morais que amarram a mulher ao seu corpo, impedindo sua ação no mundo. De acordo com

Rago (2006) apesar do grande número de trabalhadoras presente nos primeiros estabelecimentos fabris no Brasil o seu número não cresceu, ao contrário, foi sendo substituído gradativamente pelo trabalho masculino e por uma sistemática desqualificação profissional e moral do trabalho feminino.

As barreiras encontradas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um canto definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começava pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um “bom partido” para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões (RAGO, 2006, p. 582).

De modo geral, houve grande interesse e preocupação dos legisladores com relação à proteção da mulher e do seu trabalho fora de casa, até mesmo por que as mulheres haviam travado lutas sociais de âmbito internacional na conquista desses direitos. Um desses fatores que levou a regulamentação do trabalho da mulher foi o receio de que a relação no trabalho com os homens pudesse tirar o “recato feminino” desejado para a época. De acordo com Venâncio (2001) os grupos sociais que debatiam o assunto demonstravam essa preocupação através de seus discursos como o fez Maurício de Lacerda na Câmara no ano de 1918:

Que seja abolido o trabalho noturno da mulher, em primeiro lugar porque o organismo feminino não resiste a semelhante fadiga, em segundo lugar o trabalho noturno desfalcado do policiamento que faz a luz solar aos costumes nas oficinas concorre para a depravação, para o atentado ao pudor, para as ofensas a moral naquelas oficinas. Ao mesmo tempo que a operária deserta de seu lar nas horas em que o cuidado pelo repouso, pelo descanso e pelo sono dos filhos é um dos problemas maternos mais encarecido pelos historiadores (LACERDA apud VENÂNCIO, 2001, p. 184).

Outros tantos se pronunciavam em favor da moral familiar ao discursar sobre as questões relativas à regulamentação do trabalho da mulher. Havia discursos sobre a importância da separação entre homens e mulheres no ambiente de trabalho para que a mulher

não fosse corrompida pelos homens. Segundo ainda Venâncio (2001, p. 196) havia toda sorte de preocupação quanto a esta questão pelo Estado. Em 1934 o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio publica o *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, defendendo a limitação do trabalho extradoméstico feminino e o cumprimento da lei estabelecida para as trabalhadoras e ressaltando as consequências do trabalho feminino sobre a fecundidade com a diminuição dos nascimentos. “(...). A mãe ativa é quase sempre forçada a negligenciar os cuidados com a família, os filhos e a educação. É fato notório que a mortalidade infantil se tornou muito elevada onde o trabalho feminino se tornou geral”.

As mulheres além de encontrar-se submetidas, como os homens trabalhadores, ainda sofriam maus tratos corporais, assédio sexual e recebiam salários mais baixos. Na atualidade, no tocante as diferenças salariais, mesmo com a existência de leis que proíbem pagamentos diferentes para homens e mulheres no exercício da mesma atividade, na prática ela continua a acontecer e o Estado não dá conta de fiscalizar.

No que diz respeito ao assédio sexual e moral, definido de acordo com Moreira (2002), como uma expressão de controle e da superioridade dos homens sobre as mulheres, nas relações sociais e econômicas, fica mais evidente após a década de 60 com a revolução de costumes e a revolução sexual, pois foi a partir dessa época que se começou a discutir mais abertamente a questão sexual, nos meios de comunicação, na escola e no trabalho, sendo que a própria expressão assédio sexual só foi cunhada nos anos 70, nos Estados Unidos da América. Ainda hoje se faz necessário à existência de leis que protejam a mulher contra o assédio sexual, como é o caso da Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001 que acrescenta ao Código Penal o artigo 216-A a seguinte regulamentação: “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.” “Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos” . Apesar de a lei proteger ambos os sexos, é fato

que os maiores constrangimentos sexuais vem dos homens em cargos, principalmente de chefia.

As atitudes machistas ainda perduram a tal ponto que, foram criadas muitas outras leis específicas que regulam a relação entre homens e mulheres no trabalho, sendo a mulher colocada na condição de protegida do Estado contra os ataques sofridos pela cultura machista, como dita a Constituição Brasileira de 1988 no artigo 7º inciso XX: “proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei”. Existem ainda outros conjuntos de leis a proteção estatal da mulher, como por exemplo, a Lei 7.353/85 de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher objetivando a promoção em nível nacional de políticas de eliminação das discriminações da mulher e da igualdade de direitos. Lei 9.029/95 de proteção as mulheres grávidas contra a discriminação por gravidez. Já o Decreto lei 1.904/96 (Programa Nacional de Direitos Humanos) possui várias propostas governamentais de apoio a organismos e iniciativas de assegurar o cumprimento da legislação de combate à discriminação sexual.

Com a adoção ampla do Princípio de Igualdade pela Constituição Federal de 1988 muitas proibições que discriminavam o trabalho feminino caíram. Assim, as prorrogações das jornadas de trabalho, os trabalhos considerados insalubres, jornadas noturnas ou perigosas, como por exemplo, em minerações, pedreiras, subterrâneas ou no subsolo, construções de modo geral deixaram de ser proibidas para as mulheres como antes estava determinado pela CLT no Art. 379 que foi Revogado pela Lei nº 7.855, de 24.10.1989.

Apesar das conquistas legais da mulher no campo econômico e jurídico, a partir dos anos de 1990 o mercado de trabalho brasileiro, assim como no mercado internacional, apresenta outra configuração, com ampla participação feminina: flexibilidade na forma de produção, com alteração na divisão técnica do trabalho; flexibilidade na estrutura organizacional das empresas, com redes de subcontratação e sociedade entre empresas;

flexibilidade no mercado de trabalho, com crescentes desregulações e alterações nos contratos, costumes e práticas que organizam o mercado de trabalho, facilitando a contratação e a dispensa de trabalhadores. No mercado de trabalho feminino as transformações foram muito importantes, já que há um aumento acentuado da sua participação no mercado, com o aumento do desemprego masculino, a precariedade do emprego, reformulação nas práticas ocupacionais das mulheres, desqualificação e fragmentação das atividades, diminuição dos salários, motivo que levou as mulheres a participar do processo de reformulação das estratégias de sobrevivência da família, mesmo com a redução da fecundidade feminina (HIRATA, 1997).

A sociedade sofreu várias transformações nas últimas décadas do século XX e ainda continua a processá-las. A família, o mundo do trabalho, a sexualidade, a maternidade foram reformuladas, mas nem sempre o direito acompanhou essa evolução. O ordenamento jurídico continua a compreendê-la como a única responsável pelas atividades reprodutivas. É pela sua constituição biológica que as mulheres são economicamente controladas pelo Estado através das regulamentações jurídicas. São as questões relacionadas à maternidade, a sexualidade a forma como os padrões (em geral homens) vão tratá-las no trabalho, o que serão feitos dos filhos gerados por estas, que influenciam a regulamentação da convivência em sociedade.

## **2 CONTROLE BIOLÓGICO DA MULHER**

O século XIX e início do século XX foram marcados por um discurso no qual o corpo feminino era representado como tributário do corpo da mulher, visto na sua condição puramente biológica. Conforme Rago (2006) até os anos de 1960 ser mulher significava duas coisas: por um lado, desejar um bom casamento, identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar e dedicar-se as atividades que exigem pouco esforço físico e mental, por outro

lado, circular livremente por ruas, praças e bares, pagando o preço da condenação moral, sofrendo perseguição policial e variadas formas de violência física (RAGO, 2006, p. 31).

A realidade apontada foi sendo paulatinamente sendo transformada. Porém, o controle biológico do corpo da mulher se mantém por outros meios, há o investimento de uma tecnologia de poder que age por meio de “micropoderes”, um poder político sutil, tênue que se exerce no cotidiano, se mistura com os prazeres, com os desejos, as necessidades. É um sistema situado em uma “economia política do corpo”, que gera um corpo produtivo e submisso, biorregulamentado pelo Estado (FOUCAULT, 2010).

O corpo da mulher é, segundo Perrot (2003, p. 22), “estratégico no jogo demográfico, é um centro de saberes mais apurados, de poderes mais articulados, [...] lugar de discurso superabundante, às vezes até verborrágico”. Resultado do processo de produção e reprodução, no corpo da mulher está o poder de gerar a vida, em suas mãos foi colocado a responsabilidade de preservar a espécie humana. E, esse fim que encerra o corpo da mulher é controlado juridicamente.

A Constituição Federal de 1988, no *caput* do artigo 5º garante a inviolabilidade do direito a vida, a segurança e a propriedade a todos, sem distinção de qualquer natureza. No Código Civil de 2002, artigo 1º está posto: “Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”. No artigo 2º expressa que: “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”. O que está expresso nesse conjunto de lei é um antagonismo e contradições próprio das relações de gênero vivenciadas pela sociedade. O dispositivo legal coloca em choque o direito a personalidade civil da mãe que é sobreposto pelo ser gestacional. Dessa forma, mesmo que o feto não seja capaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, a sociedade é que responde por ele (art. 3). A personalidade da criança se sobrepõe ao da mulher, mas nunca ao do pai,

pois sua vida está diretamente ligada ao direito sucessório que se ocupa de estudar as relações econômicas ligadas às transmissões do patrimônio, da herança.

Entre as várias formas de controle do corpo da mulher esta a criminalização da interrupção da gravidez. No Brasil o aborto só passou a ser considerado legalmente crime a partir do século XIX, quando pela primeira vez ganhou legislação específica com a promulgação do Código Criminal do Império no ano de 1830, da Parte Especial Título Crimes Contra a Segurança da Pessoa e da Vida que estabelecia:

Art.199 – Occasionar aborto por qualquer meio empregado interior ou exteriormente com consentimento da mulher pejada.

Penas - de prisão com trabalho por um a cinco annos.

[...]

Se este crime fôr commettido sem consentimento da mulher pejada. Penas – dobradas.

Art.200 – Fornecer com conhecimento de causa drogas ou quaesquer meios para produzir o aborto, ainda que este não se verifique.

Penas - de prisão com trabalhos por dous ou seis annos.

[...]

Se este crime fôr commettido por medico, boticario, cirurgião ou praticante de taes artes.

Penas – dobradas.

A figura jurídica do aborto só aparece como crime a partir do Brasil República e permanece até hoje no ordenamento jurídico. O ordenamento jurídico criminal no Brasil República foi formulado primeiro em 1890. Em 1932 foi aprovado o Código do Processo Criminal, Decreto nº 22.213/1932. No ano de 1940 foi reformulado o Código Penal, Decreto 2.848/1940 com vigor até os dias atuais, passando por uma reformulação no ano de 1969, Decerto 1.004, mas que foi revogado em 1978 após nove anos de *vocatio legis*. Novamente, em 1984, o Código Penal foi reformulado em 1984 como Lei 7.209/1984, tendo sido revogada a parte geral.

No conjunto da legislação criminal da república brasileira a prática de autoaborto, em que a pessoa provoca ou realiza a interrupção da gravidez, só passou a ter o *status* de crime após a formulação do Código Penal de 1890, momento em que o Brasil inicia o seu processo de imersão nos ideais modernas liberais: racionalismo, tecnicismo, controle, disciplinamento e normalização.

No Título X – Dos Crimes Contra a Segurança da Pessoa e Vida do Código Criminal há uma ampliação da imputabilidade dos crimes de aborto com a promulgação do Código Penal da República, de 1890. A partir desse aparato jurídico a lei passa a prever a punição

para a mulher que prática autoaborto. Entretanto, atenua a pena caso o crime tenha sido praticado para ocultar a desonra própria, conforme o parágrafo único do artigo 301.

No artigo 302 o Código Criminal de 1890 cita dois tipos de aborto: aborto legal e o aborto necessário, em casos em que se faz *mister* salvar a vida da gestante. Nesse contexto, não é nem o feto e nem a pessoa “mulher”, menos ainda sua segurança que está sendo regulado, mas a honra da mulher.

O Código Criminal de 1940, em vigor até hoje, pouco foi alterado em 1984. Muitas das ideias são ultrapassadas e não acompanhou o desenvolvimento cultural e social. Inspirado nos ideais fascistas italiano o código tipifica o crime de aborto no Título I, Capítulo I – Dos Crimes Contra a Vida nos artigos 124, 125, 126, 127 e 128 como aborto, autoaborto e aborto provocado por terceiro sem o consentimento da mulher, da forma qualificada, do aborto necessário e aborto sentimental, quando a gravidez é fruto de violência sexual (aborto sentimental).

Existem duas hipóteses previstas no artigo 128 que permite, como exceção, a interrupção de uma gravidez: a realizada legalmente por um médico como meio de salvar a vida da gestante (aborto necessário) e aqueles casos em que a gravidez é o resultado de um estupro. Mais recentemente, devido a diversos casos de microcefalia foi reaberto o debate sobre o aborto nesses casos. Já em 2012 o STF (Supremo Tribunal Federal) autorizou a terceira forma em que aborto é permitido, em casos de gravidez de fetos anencéfalos. Porém para que tal ato seja praticado, no caso de estupro ou violência sexual, é necessário que haja a autorização da justiça.

Como bem aponta Sampaio (2015) falar abertamente sobre aborto é enfrentar as políticas de controle sobre o corpo feminino. Esta se constitui em uma estratégia biopolítica aberta, escancara de dominar, disciplinar o corpo feminino, impondo a mulher “a gravidez como realização e, ao contrário, a interrupção como a condenação moral e legal”, sujeitando a mulher a uma prisão em seu próprio corpo, negando a autonomia e a livre decisão sobre seu corpo (SAMPAIO, 2015, p. 16).

Vale ressaltar, entretanto, que apesar da lei criminalizar o aborto as penas são abstratas e muito inferior as aplicadas em crimes de homicídios. A preocupação aparente dos legisladores é conferir maior importância à pessoa nascida (bem jurídico tutelado) em detrimento da pessoa em potencial (o feto). Há ainda o fato de que as penas previstas no artigo 127 objetiva proteger a gestante e não o feto. Outro dado importante é o número de presos no Brasil por prática de aborto. De acordo com pesquisas realizadas no Brasil ocorrem,

em média um milhão de abortos, clandestinos ou legais, por ano, porém o número de prisões pela prática é bem abaixo dessa perspectiva.

A criminalização do aborto no Brasil, de acordo com os números do próprio Ministério da Saúde não apresenta uma eficácia legal no sentido de coibir tal prática. O que ocorre é que por não ser considerado legal e moralmente aceito promove ao aumento dos índices de mortalidade feminina, não só no Brasil como no mundo, pela falta de atendimento oferecido pelo Estado, o que traria benefícios sociais e individuais, caso o aborto fosse legalizado. De outra forma, a penalização não parece ter a função de fazer “Justiça”, pois não impede que as mulheres realizem a interrupção da gravidez, apenas tolhe-lhe o direito a liberdade e a privacidade no controle de seus corpos.

Nas palavras de Emmerick (2007)

[...] Através de estudos teóricos e de observação empírica, verifica-se que não há estreita relação entre o número de abortos praticados, sua proibição e sua legalidade que a criminalização nunca inibiu a realização de abortos. [...] Sua aplicação nada mais faz do que motivar a vingança, a violência e a violação de direitos dos seguitos empobrecidos e excluídos da sociedade (EMMERICK, 2007, p.50).

Ao estudar a história do aborto conclui-se que este constitui-se em crime controverso e com importância política, moral e religiosa. A alçada a condição de delito se deve aos determinantes sociológicos, econômicos, políticos, religiosos do contexto histórico da modernidade, mas precisamente a partir das décadas de 1960 e 1970 do século XX, momento em que o aborto e sua criminalização passam a fazer parte de intensos debates e embates no espaço público, sendo rodeado de polemias e discussões devido a mobilização de mulheres organizadas em movimentos de luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e pelo direito do controle sobre seu corpo e sua sexualidade.

As mulheres trabalhadoras têm direito a especial proteção durante a gravidez e após o parto, através da dispensa do trabalho por período adequado, sem perda da retribuição ou de quaisquer regalias. A Constituição Federal de 1988, considerou em seu art. 7º, XVIII, como direito fundamental o afastamento da gestante com a garantia de seu emprego e do salário correspondente.

Em 12 janeiro de 1996 foi sancionada a Lei 9.263. Essa lei normatizou o planejamento familiar. No artigo 2º encontra-se definido o que seja o Planejamento Familiar, ou seja, “o

conjunto de ações de regulação da fecundidade que garante os direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole, pela mulher, pelo homem ou pelo casal”. Essa definição faz entender que o planejamento não é privilégio consensual, mas sim individual. Cada sexo tem o direito garantido de querer ter ou não filhos. No artigo 9º a lei dita que serão oferecidos todos os métodos contraceptivos cientificamente aceitos para que seja efetivado o Planejamento Familiar. Porém, as políticas públicas que envolvem a contracepção só atende para efeitos de evitar a gravidez as mulheres, as camisinhas e suas propagandas como política publica de saúde voltada aos homens são enquadradas nas políticas de controle da DST.

Nossa sociedade até agora só cunhou termos pejorativos de agressão as mulheres que não utilizaram ou utilizam mal os recursos contraceptivos. Termos como “mãe solteira” classificam essas mulheres, além de outros tantos que as desmoralizam socialmente. Essas mulheres passam por esse ataque e não tem o direito de decidirem se querem ou não ter o filho. A maternidade se apresenta, dessa forma, como um castigo. Aos homens quase nada sobram de culpa ou castigo, restando-lhe pagarem apenas uma parcela das despesas econômicas com as crianças nascidas da falta de ou não planejamento.

O Código Penal confeccionado em 1940 e se encontra ainda em vigor, com muitas ressalvas, punia severamente os “crimes contra os costumes”, que entre outros bens jurídicos incluía a virgindade. A perda da virgindade era considerada pelo aparato jurídico como tal separando o dos crimes contra a família. Essa legislação fundamentava-se na ideia de uma “crise moral” e na concepção de que a “mulher moderna” representava um perigo para a “moral e os bons costumes”. No Código Civil de 1917 o homem tinha o direito de anular o casamento se descobrisse que a mulher com quem se casou não era mais virgem. Os pais podiam se utilizar do dispositivo que versava sobre a “desonestidade da filha que vive na casa materna” para deserdá-la. Os juízos de valores moralistas e religiosos sobre a sexualidade feminina constituíram e constituem ainda um importante mecanismo dos homens para

amedontrar, inibir, reprimir, pressionar e dificultar a sexualidade feminina. Pontos positivos na liberação da mulher pela forma como seu corpo é interpretado na lei e no exercício da sexualidade é o fato de que no Novo Código Civil a virgindade deixa estar sobre o controle masculino.

### **3 CONTROLE SOCIAL DO CORPO DA MULHER**

As normas referentes ao direito da mulher apresentavam muitas contradições entre o social vivido e as normas constitucionais e as leis ordinárias. Até o presente momento algumas leis possuíam um caráter estritamente formal que atribuem os mesmos direitos aos homens e às mulheres, ao lado de evidentes discriminações como, as diferenças de níveis de salário atribuídos aos homens ou à mulher para execução da mesma função profissional ou a diferença de tratamento no campo criminal quando se tratava de homicídios passionais ou violência física contra a mulher, além de diferenças gritantes na vida pública e privada, como as responsabilidades de cada um dos gêneros humanos na família.

Essas distorções demonstravam o quanto há de resquícios do Código Napoleônico em nossas leis ao atribuir à mulher "o dever de obediência ao marido". Ao mudar o direito brasileiro fez desaparecer o "dever de obediência", mas permanece a "chefia do marido".

A legislação francesa consagrou que a autoridade marital deverá ser exercida em rigoroso benefício da organização familiar. Esse conjunto de ideias manteve-se firme nas emendas que deram origem ao "Estatuto da Mulher Casada" (Lei 4.121 de 1962), que foram incorporadas ao Novo Código Civil. Até 1962, o Código considerava a mulher casada como relativamente incapaz equiparada aos silvícolas e aos menores impúberes.

A Lei 4.121/62 veio corrigir alguns antagonismos com a vida social que ainda estavam presentes no Código Civil de 1917 como a perda, por parte da mulher, do pátrio poder,

quando contraía novas núpcias. Pela lei atual, ela passou a não perder esse direito, exercendo o sem qualquer influência do novo marido. Porém, não corrigiu os artigos 178, 218 e 219 que consideravam o defloramento da mulher, ignorado pelo marido, como motivo para anulação do casamento. Embora tivesse sido revogada a exigência, frente ao Código Comercial, de autorização do marido para que a mulher casada pudesse exercer profissão de comerciante, manteve-se na lei trabalhista e na lei civil a presunção de autorização até o advento do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121 de 1962 e Lei 7.855 de 1989), respectivamente.

O Código Civil, que entrou em vigor em 11 de Janeiro de 2003 (Lei 10.406), que tramitava no Congresso Nacional desde 1975, trouxe algum progresso no que se refere ao direito da personalidade jurídica da mulher. No âmbito do Direito da Família, destaca-se a passagem da "chefia e pátrio poder" para "poder familiar exercido", conjuntamente, pelo marido e pela mulher, conforme a equivalência de direitos e deveres entre os mesmos, segundo a Constituição, e a substituição do termo "homem" pela palavra "pessoa". A família deixa de ser constituída apenas pelo casamento para abranger as comunidades formadas também pela união estável, ou por qualquer genitor e descendente, como por exemplo, a mãe solteira.

Englobando o tema "sobrenome", a adesão do apelido da mulher pelo marido reafirma o direito já reconhecido pela justiça, desde a vigência da igualdade constitucional, com novo texto: "Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro" o que acontece raramente na prática por que a sociedade não aceita de forma tranquila que os homens o faça já que o sobrenome é representação social da identidade social da pessoa.

Focalizando o assunto sobre as dívidas de um só dos cônjuges, o novo Código defende os interesses de cada um e reitera o artigo 3º da Lei 4.121 / 62 (O Estatuto da Mulher Casada), sobre a responsabilidade de cada cônjuge nas dívidas firmadas somente por ele com o

seguinte texto: “Dívidas de um dos cônjuges, quando superiores à sua meação, não obrigam ao outro, ou aos seus herdeiros”.

Em relação à virgindade, o novo Código deixa de mencionar o defloramento da mulher, o qual permitia que o pai deserdasse a filha e o marido pedisse a anulação do casamento, por ser ela “desonesta”. A exigência da virgindade feminina é ponto crucial no processo de transmissão da herança e da identidade masculina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os homens, ao longo da história, têm mantido o domínio coletivo e individual sobre as mulheres e seus corpos. Na esfera pública ou privada, os homens sempre detêm os privilégios materiais, culturais e simbólicos. A visibilidade da mulher na História só ocorre a partir de estudos feministas que procuram enriquecer as discussões, tendo como objetivo a libertação e a autonomia feminina sobre si e sobre seus corpos.

Compreender como essa dominação se processa nas ideias jurídicas não foi tarefa fácil. Procurar nas entrelinhas das leis as formas de controle sobre o corpo das mulheres não foi um empreendimento que se reduz a conceitos lógicos e racionais. As leis apenas demonstram uma realidade ideal, formulada a partir de realidades materiais que estão dispersas e desconstruídas pelos discursos liberalizantes e democráticos de igualdade. A própria necessidade da existência de leis, como por exemplo, a Lei Maria da Penha demonstra claramente as contradições sobre a possível autonomia da mulher. Não por acaso ela caracteriza a violência doméstica como: física, psicológica, sexual, moral e patrimonial, protegendo as vítimas e seus corpos contra as agressões que o “machismo” reinante lhes infringe. Esses ataques e a existência da lei demonstram o quanto à mulher ainda é controlada, atrelada a seus corpos e a sua prole, que não são identificadas como sendo também prole de

um homem. A mulher cabe proteger e cuidar da sua cria. Escrava do mito do eterno feminino, muitas mulheres se veem presas em obrigações que não são somente suas, conforme os códigos de lei vigentes.

É nas vivências sociais que esses mecanismos de controle se efetivam. Discursos religiosos, morais e culturais atuam ao longo do tempo como forças restritivas que vão disciplinando a vivência da sexualidade e da reprodução, impondo normas e controles absolutos sobre as mulheres. Esses controles alienam as mulheres da apropriação de vivências e da formulação de uma identidade própria.

As lutas travadas pelas feministas nas décadas de 70 e 80 que trouxeram a tona para debates a sexualidade da mulher e a reprodução foram introduzidas nas leis. A luta “nosso corpo nos pertence” foi um movimento muito importante na luta pela liberdade a ter um corpo independente e a tecer as primeiras noções sobre os Direitos Reprodutivos. Entretanto, só faz 21 anos que as mulheres no Brasil fizeram suas principais conquistas e conquistaram legislações que lhes permitam certa autonomia sobre o seu corpo. Ainda assim essa autonomia é parcial e aparecem na forma de proteção e concessão masculina. A vida de outro ser humano que nem nasceu é determinante nesse processo controlador. Criminalizam-se as mulheres, mas jamais os homens. Há um entendimento social de que homens não abortam e nem levam suas companheiras a tomar tal decisão.

Nossa busca fez com que nos deparássemos, portanto, não com uma instituição ou convenção social, mas muitas formas, métodos e argumentos que colaboram na efetivação, ao longo da história, do domínio e o controle da mulher. É ao seu corpo que ela é presa, amarrada. A sua parte biológica a encerra pela própria natureza: menstruação, partos, aleitamento. Entretanto, a cultura masculina sobrepõe a essas amarras muitas outras formas institucionalizadas de prisão, controle, repressão.

## Referências

BIAVASCHI, Magda Barros. **O Direito do Trabalho no Brasil 1930 – 1942: A Construção do Sujeito de Direitos Trabalhistas**. São Paulo: LTr: Jutra – Associação Luso-Brasileira de Juristas do Trabalho, 2007.

BRASIL. Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: Aces so em: 05 fev. 2013. BRASIL. Código Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 24 mar 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto 21.417-A**, de 17 de maio de 1932. Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-17-maio-1932-559563-publicacaooriginal-81852-pe.html>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto N° 1.904, de 13 de maio de 1996**. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1904.htm)>. Acesso em: 29 abr 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 17 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **L Lei N° 7.787, de 30 de junho de 1989**.. Dispõe sobre alterações na legislação de custeio da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7787.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7787.htm)>. Acesso em: 05 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm)>. Acesso em: 18 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei N° 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm). Acesso em: 12 abr 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei N° 6.136, de 7 de novembro de 1974**. Inclui o salário-maternidade entre as prestações da Previdência Social. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6136.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6136.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984**. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/L7209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7209.htm)>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei N° 7.855, de 24 de outubro de 1989**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, atualiza os valores das multas trabalhistas, amplia sua aplicação, institui o Programa de Desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho e dá outras

providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7855.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7855.htm)>. Acesso em: 28 abr 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6136.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6136.htm)>. Acesso em: 04 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei No 10.224, de 15 de maio de 2001.** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10224.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10224.htm)>. Acesso em: 24 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei No 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acesso em 17 mar 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 4.121, de 27 de agosto de 1962.** Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada.. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm)>. Acesso em: 17 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996.** Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9263.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9263.htm)> . Acesso em: 18 mar 2017.

EMMERICK, Rulian. **Corpo e Poder: Um Olhar Sobre o Aborto à Luz dos Direitos Humanos e da Democracia.** Dissertação (Mestrado). Departamento de Direito Programa de Pós-Graduação em Teoria do Estado e Direito Constitucional, Rio de Janeiro, 2007.

FOULCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade.** 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

HIRATA, Helena. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Orgs). **As novas fronteiras das desigualdades: homens e mulheres no mercado de trabalho.**, Senac, São Paulo, 2003,

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.405-430.

PERROT, Michelle. **Minhas História das Mulheres.** Editora Contexto, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. "Os silêncios do corpo da mulher". In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate.** São Paulo: Editora UNESP, 2003.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In. **História das Mulheres no Brasil.** Editora Contexto, São Paulo, 2006.

SAMPAIO, Paula Faustino. Aborto. In. COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, Editora da UFGD, 2015.

SANTOS. . Adenilson Mendes dos **A política trabalhista como proposta conciliadora dos conflitos entre trabalho e capital (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2009.

VENANCIO, Gisele Martins. Lugar de Mulher é... na fábrica; Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). **História: Questões e Debates**, Curitiba, n. 34, p. 175-200. Editora da UFPR.

**Dos excessos ao corpo: a genealogia do saber nos textos jornalísticos de Clarice**

**Lispector de 1950, 1960.**

**Of the excesses to the body: the genealogy of knowledge in the journalistic texts**

**of Clarice Lispector of 1950, 1960.**

Kaoana Sopelsa<sup>lxv</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** Clarice Lispector, escritora de colunas femininas, tem seu discurso estudado pela Análise do Discurso Francesa, onde a genealogia, está no ponto de junção do corpo com a história, e os procedimentos para se tornar a “mulher perfeita” demonstram as marcas da formação discursiva. Estética transformada em obrigação, essa mulher perpetua a supervalorizada aparência, tida como indispensável para a obtenção da felicidade amorosa, familiar e sexual.

**Palavras-chave:** Clarice Lispector, colunas femininas, corpo.

**Abstract:** Clarice Lispector, female columnist, has her discourse studied by the French Discourse Analysis, where genealogy is at the junction of the body with history, and the procedures to become the "perfect woman" demonstrate the marks of discursive formation. Aesthetics transformed into obligation, this woman perpetuates the over-valued appearance, regarded as indispensable for the attainment of love, family, and sexual happiness.

**Keywords:** Clarice Lispector, female columns, body.

## **Introdução**

Estrangeira naturalizada, Clarice Lispector era judia de nascimento. Atuou como colunista de jornais de meados do século XX, escrevendo e aconselhando mulheres acerca de condutas, de aparência, de funções femininas, formulando um possível estereótipo de mulher bem sucedida quando bela, e nas funções de mãe e esposa.

Através do livro *Correio Feminino*, a compilação organizada por Aparecida Maria Nunes (2006), que traz as colunas “Um retrato de mulher”, “Saber viver nos dias que correm”, “Retoques do destino”, “Aulas de sedução” e “Entre mulheres”, escritas por Clarice Lispector para os jornais utilizando os pseudônimos Tereza Quadros, Helen Palmer e Ilka Soares. Citando Benjamin Moser (2011), o autor acredita Clarice escrevia sobre sua vida, seu

cotidiano durante todo seu caminho enquanto escritora, com personagens que refletissem seus andamentos.

Com a Análise do Discurso, de Michel Foucault, é possível utilizar os dispositivos de poder e de formação de condutas adotados e vinculados pela imprensa, que atuam direta e indiretamente sobre o corpo das leitoras, especificamente falando no caso das colunas aqui analisadas. Essa genealogia chega até a contemporaneidade de nossa autora, explicando como a naturalização dos papéis sociais femininos ocorre. Através da produção jornalística de Clarice Lispector, é possível observar o discurso direcionado às mulheres leitoras, de classe média, brasileiras, que perpassam o perfil social feminino e seu padrão de beleza.

### **Analisando a fonte**

O que fazer para não ser excluída? Como evitar essa situação? Que cuidados e procedimentos seguir? De que homogeneidade estamos tratando?

Clarice nos dá algumas dicas: as citações tratam de situações semelhantes, onde a regra é o controle, ou seja, o combate ao excesso. Excesso de quê? Em todas as citações, é enunciado o excesso sobre comer e acumular gorduras, ao mesmo tempo em que isso se vincula à ideia de excesso fórmulas para combater esses males e regras para evitá-los.

Por exemplo, a mania de estar sempre comendo alguma coisa, como um chocolate, um caramelo, um sorvete, como se vivesse eternamente com fome. Além de ser extremamente deselegante, dá a impressão de que não come o bastante em casa. Os homens detestam isso. Sem falar nas gordurinhas supérfluas que essa gulodice constante faz aparecer. Outra mania prejudicial é aquela de falar alto, rir alto, esquecer quem está ao seu lado para dirigir-se ao público à volta. Os homens costumam fugir apavorados desse tipo de mulher (Publicado em 3 de fevereiro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 16).

A fome constante é deselegante, assim como é deselegante parecer que não tem comida em casa, ou seja, a falta, o vínculo com a pobreza, além de ficar evidenciada no corpo a marca da falta de limites, ao tratar das “gordurinhas supérfluas”. Além disso, reafirma o

modelo estético desejado: sem obesidade, sem feiura. Vemos no discurso que a obrigação feminina é manter o controle, sobre a alimentação, sobre os risos, sobre a sua conduta. Sem esse controle, a mulher não obtém o direito ao casamento. Assim escreve Sant'Anna em obra supracitada:

Os conselhos foram exaustivos em suas repetições e insistências. Tratava-se de conter qualquer exagero, de controlar meticulosamente a presença corporal e emocional. Mulher bela devia saber se conter: gritos, risos longos, choros compulsivos, bocejos, tudo isso podia enfeitar o 'brotinho' e deixá-la solteira para sempre (SANT'ANNA, 2014, p. 92).

Ao colocar como feia, fora do padrão, a mulher a gorda, a pobre, a exagerada, a “encalhada” que não conseguiu casar, há a exclusão social, a violência sobre o corpo feminino, que deve ser disciplinado. O discurso de controle é exercido no sentido da educação corporal - onde excessos de maquiagem, de gordura, de barulho não devem existir -, na preparação para o convívio social, numa sociedade patriarcal que visa estabelecer padrões limitadores através da normatização de regras de cunho moralizante. “Não saber parar de se enfeitar é como não saber parar de comer. Só que, na elegância, a indigestão é dos olhos”. (Publicado em 15 de julho de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 21, grifos nossos). Clarice enuncia nessa citação dois limites. Quando não há controle na alimentação é sentida a indigestão. A analogia pende para a falta de controle quando a mulher não consegue “parar de se enfeitar”, que supostamente causaria “indigestão aos olhos”, ou seja, não traria a ela uma aparência agradável.

A ideia proposta pelo discurso incentiva o limite na maquiagem, nas jóias, nas roupas, assim como na alimentação, porque quando se foge dos cuidadosos procedimentos estabelecidos, aparece a caracterização do anormal, trazendo a construção de uma figura que deve ser excluída, por se tornar indesejada, já que não segue (ou rompe) com as normatizações morais estabelecidas pelo discurso. Rago explica que as mulheres passavam por uma espécie de ritual para se tornarem prostitutas:

Trocando de nome, a prostituta mudava também a cor do cabelo, encurtava e decotava as roupas, passava a se maquiar com mais extravagância, enfeitava-se com jóias [sic] que revelavam seu *status*, produzia marcas no corpo, como

tatuagens. Além disso, devia aprender toda uma nova maneira de falar, conhecer as gírias desse meio, assim como as modalidades diversificadas de conduta que eram mais valorizadas. (RAGO, 1991, p. 238).

Assim, manter-se no padrão de normalidade imposto pela formação discursiva era também uma questão de preservar a integridade familiar, além de diferenciar-se das mulheres da rua. A violência social, o julgamento, ocorrem com as mulheres extravagantes nas cores, nas maquiagens e nas joias, consideradas “mulheres públicas”, ou seja, ““Mulher pública”, a prostituta foi percebida como uma figura voltada para o exterior, mulher do mundo sem vínculos nem freios, ao contrário da mãe, toda interioridade, confinada no aconchego do espaço privado” (RAGO, 1991, p. 148). Ser diferente da prostituta, mulher que vivia no ambiente público, na rua (espaço por excelência do homem), fazia a mulher do espaço privado, do lar, uma mulher íntegra, engendrando com isso a normatização de um comportamento através de uma ação (ou ações) pela qual esta não faz o que aquela faz.

Quem eram essas mulheres divergentes? Como eram classificadas? Rago elucida:

A presença feminina no cenário urbano incomodava de várias maneiras; seja como trabalhadora, seja como prostituta; fumando ou usando roupas mais curtas. Desconhecida, a sexualidade feminina se tornava um grande medo e uma atração. Daí o enorme interesse em torno do desvendamento do corpo da mulher, desde meados do século passado, tanto pelos saberes científicos, quanto pelas artes. Como ameaça sexual, é visível a irritação provocada pelas prostitutas, quando abordavam diretamente os homens. Medo? Segundo nosso código moral, ao sexo forte cabia a iniciativa de aproximação sexual, segundo um modelo masculino que valoriza a virilidade, os pêlos [sic], a coragem e a força. (RAGO, 1991, p. 122).

Prostitutas, concubinas, mulheres que rompiam com os padrões de conduta estabelecidos, trabalhadoras, públicas, adúlteras, de sexualidade aflorada, ninfomaníacas que acabavam em hospícios, que mantinham seu corpo à mostra, despuadoras, perseguidas, estigmatizadas, todas eram basicamente uma ameaça! E como deveria, então, proceder a mulher adequada? De acordo com Clarice, a “[...] mulher inteligente procura, portanto, a discrição como regra básica de toda a sua vida. Discrição no vestir-se, no maquilar-se, nos gestos, na voz e até mesmo nas opiniões [...]”, evitando tanto ofuscar o cônjuge, quanto

perecer vulgar, já que “Chamar a atenção não é a finalidade de uma mulher elegante e inteligente” (LISPECTOR, 2006, p. 17) Inteligência vira sinônimo de recato, submissão, ao se tratar da mulher. Estupidez seria renegar esse padrão. Essa arbitrariedade é explicada pelo medo da emancipação feminina, que poderia transformar a mulher em “concorrente do homem”, abandonando a ideia do casamento, do matrimônio, para estudar, para trabalhar, desenvolvendo uma sexualidade desenfreada, participando da esfera pública, local considerado naturalmente masculino. Tudo isso porque as mulheres, com sua fisiologia débil e seu temperamento frágil, necessitavam da vigilância masculina para continuarem mentalmente saudáveis. A mulher emancipada não possuiria esse amparo masculino.

Clarice alega que as mulheres que agem de forma inadequada não interpretam corretamente a modernidade, pois abrem mão de sua feminilidade e não são consideradas inteligentes e elegantes. Fazem com que os homens percam o interesse por elas.

Muitas de vocês, leitoras, hão de conhecer esse tipo feminino, infelizmente hoje não tão raro quanto seria de desejar: a mulher de gestos exagerados, palavras livres e atitudes deselegantes. Interpretando mal a independência da mulher moderna, ela fuma como um homem, em público, cruza as pernas com uma desenvoltura chocante, solta gargalhadas escandalosas, bebe com exagero, usa gíria de mau gosto, palavreado grosseiro quando não se desmoraliza repetindo palavrões.

A transformação causada pelos tempos, pela instrução, pela vida moderna, está mais na mentalidade, na cultura, nas idéias [sic], em si, que nas exteriorizações ridículas de um feminismo caolho. A mulher continua mulher, motivo de encantamento e inspiração para o homem, ideal de pureza e doçura para o filho, e deve proceder sempre como tal. Os homens adoram a mulher bem feminina. (Publicado em 19 de fevereiro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 30).

Além disso, havia as mulheres públicas, que se maquiavam de forma mais extravagante, utilizavam joias em excesso para demonstrar poder aquisitivo e, enfim, seduziam e inseriam gírias ao palavreado. Entretanto, para a higiene científica, que ganha ares de higiene de costumes e de tradição, a mulher, para casar, continuava sendo a mãe e esposa, discreta, feminina, mas também bonita e interessante.

Mas, para casar, agia diferente: procurava uma moça virgem, prendada, discreta, paciente, não muito ciumenta, capaz de ser boa mãe, boa dona de casa, boa esposa. Mas este ideal, ao menos em algumas camadas da sociedade, já estava se alterando: a beleza, o charme, “ter assunto”, “saber conversar”, passavam a contar cada vez mais. (MELLO e NOVAIS, 1998, p. 612). Não bastava saber cuidar da casa, ser economista e educar bem os filhos. Para as mulheres sem tantos atributos físicos, eram imprescindíveis a “[...] alegria, a delicadeza e a feminilidade nos gestos, nas atitudes, nas palavras, por exemplo [...]”, assim como “[...] um pouco de vaidade, um pouco de coqueteria, um pouco de malícia risonha, um pouco de ternura, um pouco de abnegação”, mas apenas uma quantidade dosada, num limite estabelecido (LISPECTOR, 2006, p. 95) ou até mesmo “[...] senso de humor e dignidade e deve saber resguardar sua individualidade. A única qualidade que a mulher não precisa ter é... lógica” (Idem, p. 100). Mulheres demasiado intelectualizadas contestam, são consideradas histéricas, querem trabalhar fora e ter autonomia, ou seja, devem ser evitadas.

A mulher, para casar, deveria evitar, de forma ávida, “a mania de estar sempre comendo alguma coisa”, já que resulta em “gordurinhas supérfluas”, podendo causar o desinteresse de seu galanteador, que passaria a dar atenção às outras pretendentes. Caberia a ela também abandonar “a mania de ser vítima que tem algumas mulheres. Queixam-se dos filhos, do marido, dos parentes, do ar que respiram”, porque o “[...] mau humor, o sentimento de frustração, a amargura marcam a fisionomia, apagam o brilho dos olhos, cavam sulcos na face mais jovem, enfeiam qualquer rosto” (LISPECTOR, 2006, p. 24).

Algo que ajuda muito nessa tarefa é ter “[...] a memória ruim, ela consiste em esquecer o que nos causou desgosto e lembrar só das horas boas. As pessoas infelizes, frequentemente, o são por sua própria culpa” (Idem, p. 60), porque “homens detestam a mulher sempre irritada” e “Uma coisa é certa: nós, mulheres, desejamos e temos o dever de agradar aos homens. Ou, pelo menos, ao homem que amamos, não é verdade?” (Idem, p. 17).

Reclamar é expor a família, é contar os segredos íntimos, é abrir mão do amor e da abnegação delegados ao feminino, é não levar em consideração o dia agitado e cansativo de trabalho do marido, enchendo-o com sua pequenez e insignificância.

Melhor seria esquecer, reprimir, porque a felicidade não depende das pessoas que compõem o convívio, pois a felicidade se cria e se mantém por si só, ou seja, acusar alguém por não alcançar algo que é mérito seu é assumir papel de vítima. A função da mulher é tida como agradar o marido, aquele que a sustenta, que sustenta a família, e por isso merece devoção, amor, compreensão e cuidados.

Poderiam ainda as moças de aparência desagradável recorrer à “[...] cirurgia plástica [que] consegue corrigir a maior parte dos defeitos e os cosméticos apropriados são capazes de esconder cicatrizes no rosto e outras deformações [...]”, mesmo porque a “[...] maior parte dos problemas de personalidade desaparecem com a melhora da aparência geral” (Idem, p. 19). Dessa forma, reitera a autora, assim como Mello & Novais, sobre o ato de ocupar-se com sua aparência, sendo feliz para ser bonita e alcançar a finalidade primordial de agradar o cônjuge ou um futuro candidato ao cargo, o provedor, principalmente sem ofuscá-lo. E isso é dito, pontue-se, em um período em que a cirurgia plástica no Brasil era completamente desconhecida. Isso evidencia que Clarice, enquanto sujeito histórico, compõe cenários de reflexão com elementos de sua experiência pessoal vivida em outros países.

Era muito importante tomar cuidado para não agir como uma prostituta, não ser confundida com uma, garantindo o respeito, e tentando garantir um futuro pretendente a marido. Além disso, a regra servia para que a beleza não enganasse o homem, que poderia se casar com a mulher artificial e descobri-la tão diferente do que seus olhos a percebiam. Essa mulher que enganava com artimanhas visuais era desonesta, assim como a prostituta, visto que ambas desejavam esconder suas falhas de caráter.

Os ossos sob a pele são um espetáculo grotesco, mas não é menos a gordura transbordante. Assim, devemos, de acordo com nosso tipo e idade, determinar o peso que mais nos convém e mantermo-nos nele.

Se quer um conselho, economize em outras coisas, mas se dê ao luxo de adquirir uma balança que lhe permitirá pesar-se todos os dias, sem roupas e à mesma hora (duas coisas importantes), e que atuará como uma espécie de 'voz da consciência' para dizer-lhe exatamente a quantas você anda (Publicado em 9 de setembro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 22).

Estava aí proposto um vigiar constante, mediante o uso de uma balança. A anormalidade é enunciada também na falta, que mais uma vez remete à pobreza, pois as magras o são porque muito trabalham; ou até na excessiva restrição alimentar.

Não exceda nos gastos, mas vigie seus gastos para ser possível comprar uma balança. Ela irá dosar o veredicto. O limite alimentar, o limite de exercícios, o limite econômico. Sant'Anna elucida essa questão ao descrever a importância da gestão feminina em relação à economia doméstica:

Segundo as revistas, uma boa gestão econômica do orçamento doméstico passou a depender mais do que nunca da felicidade fundada no amor conjugal. E cabia à esposa manter-se atenta ao possível apagamento da chama amorosa. Também cabia a ela cozinhar e provar seus dotes culinários diariamente. Em suma, manter as chamas – na cozinha e na cama – era uma responsabilidade feminina. (SANT'ANNA, 2014, p. 103).

Analisando recortes de revistas que destinavam escritas para o público feminino, os enunciados sobre economia e a responsabilidade da mulher são encontrados de forma frequente. Equilíbrio econômico e equilíbrio alimentar faziam o limite do orçamento, o que incluía o preparo do alimento, sua escolha. Assim fazem mães e esposas, já que o papel dos homens é o de provedor. Cuidados com a cozinha, assim como com a economia. A balança trata diretamente do cuidado com a aparência magra, porém curvilínea, vinculada ao desejo sexual masculino.

A cintura não poderia ser esquecida, ao se observar que ela engrossava prematuramente; os cabelos seriam escovados e rigorosamente lavados com xampu próprio; os dentes seriam logo tratados ao primeiro sinal de cárie (Publicado em 10 de junho de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 24).

Nesse trecho citado, o enunciado é uma espécie de alerta: Pare com os maus hábitos antes que seja tarde! Pare com os excessos antes que sejam visíveis! A aliança entre os

exercícios e a boa alimentação garantiriam o padrão corporal desejado para a mulher, contanto que o exercício fosse adequado.

Schpun escreve que, em São Paulo, a prática da ginástica – não era tida como competitiva ou agressiva, mas, sim, como um exercício individual que pode ser praticado em casa – não afetaria as obrigações domésticas, por isso era bem vista para a prática feminina:

Para as mulheres, mesmo que possam praticar outros esportes, a ginástica será sempre indicada. Ela apresenta vantagens significativas como o exercício individual, que não exige utilização de equipamentos especiais nem grandes espaços nem companhia e permite ainda às mulheres que se exercitem em casa, sem se afastar do lar, e que conciliem obrigações domésticas e forma física.

[...] a ginástica oferece a rara possibilidade de modelar o corpo e de marcar as formas segundo os cânones da beleza. [...] Se o tronco e os braços devem permanecer finos e frágeis, as pernas e os quadris podem ser reforçados. (SCHPUN, 1997, p. 41).

Como já escrito, tratava-se de manter as chamas na cama e na cozinha. E o melhor é que isso elas poderiam realizar sozinhas, sem sair de casa, mantidas no ambiente naturalizado como feminino. Então era recomendado que elas se exercitem o necessário para continuarem saudáveis e em forma, vale dizer, com o corpo magro, porém curvilíneo, mais uma vez. Eis as obrigações domésticas, mais uma vez.

A primeira condição para manter a juventude são os cuidados para a conservação da saúde. Visitas periódicas ao médico, quando houver distúrbios no organismo ou suspeita de doença. Cuidados com a alimentação. Comer pratos saudáveis, pouco condimentados, alimentar-se o máximo possível com verduras, legumes e frutas, não esquecendo a carne, o leite e os ovos. Não abusar de bebidas e praticar ginástica diariamente. (Publicado em 23 de setembro de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 36, grifos nossos).

Você precisa saber do preço dos gêneros. E do gás e da eletricidade. E você mesma é quem deve determinar, em linhas gerais, o cardápio da semana: a família terá refeições bem equilibradas sob o ponto de vista de nutrição, e sem desperdícios. (Publicado em 1º de julho de 1960. LISPECTOR, 2006, p. 69).

Ginástica ou educação física, esse era um dos pressupostos do conhecimento, do controle e da exploração potencial do corpo, como nos alertou Lenharo (1986). Eugenia, higiene, beleza estética e política se encontram novamente.

Evidencia-se, aqui, a preocupação acerca da alimentação que influencia a juventude. Os jovens fazem com que os velhos não sejam imitados, mas imitem. A juventude aparece como sendo o elemento a ser desejado. De acordo com Schpun:

O discurso médico insiste sobre a importância dos hábitos regulares – através da prática de exercícios e da alimentação equilibrada – e dos cuidados com a pele (do rosto e do corpo), com os cabelos, unhas, olhos, dentes, pilosidade, tudo isso não somente para conservar a saúde, mas também para preservar a firmeza das formas e a frescura da tez, enfim, manter o corpo plenamente jovem. (SCHPUN, 1997, p. 82).

Schpun descreve a aliança entre os bons hábitos e o consumo da cosmetologia para se obter a juventude por mais tempo. Comer como manda o discurso higienista, exercitar-se também de acordo com esse discurso e evitar muita bebida, tudo isso era recomendado para manter a saúde, pois ser saudável era ser feliz e ser saudável era ser jovem.

A partir da ideia da época clássica descrita em *Vigiar e Punir*, Foucault demonstra que o corpo é enunciado “[...] como objeto e alvo de poder. [...] ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil” (FOUCAULT, 1997, p. 117).

O autor afirma que o corpo é inserido entre limitações, proibições e obrigações, em uma coerção infundável, constante, para a obtenção do controle do sujeito, de sua sujeição, ou seja, sua dominação. O sujeito adere às disciplinas impostas como regras coagidas e forçadas que qualificam e reprimem, onde os melhores são compensados, e os que não se adaptam sofrem a pena da exclusão, do desrespeito no meio social.

Aqui tratamos dessas regras impostas como o combate aos excessos. Os excessos, como tratados nas citações anteriormente apresentadas neste texto, envolvem hábitos alimentares, higiene, artifícios de beleza, personalidade e economia familiar.

Assim, as regras do discurso construíram a mulher perfeita, a mulher que poderia ser descrita como magra, curvilínea, de beleza natural, delicada, discreta e econômica de acordo com os limites de seu provedor, o marido. Ser escolhida por um homem é muito importante, segundo Schpun, mas, para isso, era preciso ter beleza:

Nesse contexto, a feiúra é, efetivamente, um grande defeito para as mulheres. E o combate de cada uma pela beleza, para atrair para si os olhares masculinos, está vinculado à inserção social. O investimento feminino na apresentação física é o signo de um acordo tácito sobre as vantagens sociais trazidas pelo estatuto de esposa. (SCHPUN, 1997, p. 90).

Ser notada, para atrair interesse masculino e obter a vantagem de se tornar esposa, eis a carreira principal imposta às mulheres, de acordo com a autora. Tratava-se, de fato, da imposição de uma estética diferente do biótipo brasileiro, transformada em obrigação, como se fosse simplesmente uma escolha somada à força de vontade, de disciplina.

O combate ao excesso de comida para não ficar gorda e, conseqüentemente, feia (onde ser feia ou velha é ser infeliz e doente), assim como o combate ao excesso de maquiagem, joias, cores, é para não enganar os pretendentes e também para diferenciar a mulher honesta da desonesta. Sobre tal ainda afirma Schpun que “Ligada à idéia de excesso de apetite, de falta de limites, a obesidade é vinculada ao enriquecimento ilícito, mas também à imoralidade, aos excessos de prazeres mundanos, à falta de moderação e à decadência das elites” (SCHPUN, 1997, p. 104).

A busca incansável pela manutenção da juventude é a marginalização da velhice, assim como a obesidade ridicularizada leva à busca (também incansável) pelo corpo esbelto. Consuma-se, assim, uma intensa tirania, que faz daquela que não está inserida no padrão uma incapaz, desleixada, sem vontade, pecadora, imoral. Gordura e velhice vão se tornando, a cada dia, características que devem ser abatidas. Assim, acresce Joana de Vilhena Novaes, que, “Para os desconfortos do envelhecimento, a reposição hormonal; para os sinais da passagem do tempo, as cirurgias e a cosmetologia” (NOVAES, 2011, p. 491).

Nesse ínterim, observa-se também a discrição, ao sorrir e não gargalhar, ao falar baixo e não chamar atenção. E, por último, a responsabilidade dos cuidados com as finanças familiares nas compras para a casa. O lar é o ambiente feminino por lei. E a mulher é por ele é responsável. Existe um espelhamento do sujeito na formação discursiva transferida pela mídia impressa. Sobre isso, Onice Payer elucida que:

Pois se o sujeito se espelha na mídia visualizando outras imagens em si, que passa a perseguir como ideais, este reflexo não deixa de atingir o funcionamento simbólico mais geral.

[...] passam a ter uma existência no meio social porque apoiados em uma formação discursiva que os produz, que os sustenta e propaga. (PAYER, 2005, p. 21).

Sendo assim, é percebida uma cobrança midiática que se torna desejo do sujeito. Existe um ideal de “mulher perfeita”, sustentada e propagada pela formação discursiva introduzida pela mídia feminina aqui analisada. Todas essas obrigações adentram a intenção de obter o direito ao casamento. As mulheres ainda tinham como função vital ser esposa e mãe. Ou seja, precisam fazer de tudo para agradar o homem. E mantê-lo. De acordo com Novaes:

[...] os qualitativos estéticos têm uma função preponderante na felicidade amorosa, familiar e sexual. Não basta ser uma boa mãe, esposa dedicada e uma profissional competente: é preciso estar enxuta para que cada um desses papéis seja mais valorizado socialmente.

Esforços não devem ser poupados na obtenção do belo corpo. (NOVAES, 2011, p. 503).

Por mais que Novaes esteja escrevendo sobre a formação discursiva brasileira do século XXI, é notável que as obrigações relativas às mulheres não só não mudaram, mas ainda aumentaram. O discurso normativo enunciado por Clarice em suas colunas não findou.

### **Considerações finais**

A estética é supervalorizada e é ingrediente indispensável para a obtenção da felicidade amorosa, familiar e sexual, além das obrigações de mãe e esposa. Essas questões deveriam ser continuamente postas em prática, porque o direito ao casamento poderia ser perdido, caso o homem assim quisesse. As mulheres vivenciavam essa condição em uma posição subalternizada, já que dependiam dos homens financeiramente.

## Referências

- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar** – Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir** – Rio de Janeiro: Vozes Ltda., 1997.
- LENHARO, A. **Sacralização da política**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1986.
- LISPECTOR, C. **Correio feminino** / Clarice Lispector; organização de aparecida Maria Nunes. – Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- MELLO, J. M. C. & NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. A. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Volume 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- MOSER, B. **Clarice**, uma biografia. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- NOVAES, J. de V. Beleza e Feiura: corpo feminino e regulação social. In: DEL PRIORE, M. e AMANTINO, M. **História do corpo no Brasil** – São Paulo: Unesp, 2011.
- PAYER, O. **Linguagem e sociedade contemporânea: Sujeito, mídia e mercado**. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640774/8311>>, acesso em 26/01/2016, às 15:37 h.
- RAGO, M. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890 – 1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SANT'ANNA, D. B. de. **História da beleza no Brasil**. SP: Contexto, 2014.
- SCHPUN, M. R. **Beleza em jogo: Cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20**. SP: SENAC, 1997.

## **Louca ou transgressora: representações femininas na obra de Lúdia Baís.**

### **Crazy or transgressive: female representations in Lúdia Baís.**

Fernanda Reis<sup>102</sup>

Losandro Tedeschi<sup>103</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** A partir do olhar dado às questões de gênero espera-se problematizar os espaços femininos por meio do diálogo entre Arte e História. O processo criativo de Lúdia Baís enquanto uma produção feminina feita por uma mulher considerada louca é, inevitavelmente, atravessada por algumas questões. Enquanto canal de expressão de uma vivência feminina, a trajetória de vida e as produções artísticas serão analisadas partindo do pressuposto que na trajetória de vida contém a história de uma sociedade e vice-versa.

**Palavras-chave:** Gênero, História, Arte feminina

**Abstract:** From the look given to gender issues is expected to discuss the female spaces through the dialogue between art and history. The creative process of Lúdia Baís while a female production made by a woman considered crazy is inevitably crossed by a number of issues. As an expression channel female experience, the trajectory of life and artistic productions will be reviewed on the assumption that the trajectory of life contains the story of a society and vice versa.

**Keywords:** gender, History, female Art.

## **HISTÓRIA DAS MULHERES**

A pesquisa histórica desde a fundação da revista francesa *Annales* tem possibilitado campos de discussões ainda recentes as (os) historiadoras (es). Roger Chartier (1988) pensa em um tempo de incertezas e inquietudes realizadas pela História nos últimos anos. Com o advento dessas novas abordagens outras fontes passam a ser inseridas no cotidiano da produção historiográfica, possibilitando um olhar mais crítico e minucioso quanto às análises empreendidas nas pesquisas.

---

<sup>102</sup> Fernanda Reis é graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Doutoranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Bolsista CAPES. [fernandareis.ufms@hotmail.com](mailto:fernandareis.ufms@hotmail.com).

<sup>103</sup> Graduado em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI (1997), mestrado (2002) e doutorado (2007) em História da América pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS/RS. É professor Associado na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Desenvolveu estágio pós-doutoral na Universidade de Jaén/Espanha (2010) e no IFCH UNICAMP (2016) Áreas de ensino e pesquisa: Estudos de Gênero, História das Mulheres, Memória e Migrações. Participa como pesquisador do GT CLACSO Feminismos, Resistências y Procesos Emancipatórios e do grupo de investigação "Fondo Cultural Frances" da Universidade de Jaén/Espanha na temática Gênero e Cultura

Quanto à produção intelectual das (os) historiadoras (es), estas têm se modificado de forma significativa, transformando as modalidades de escrever a História. Segundo Revel (1998), essas transformações ocorrem por influência do surgimento de novos territórios que passam a ser explorados pela pesquisa histórica e pelos novos objetos, possibilitando a construção de temáticas originais, bem como pela crescente forma de abordagens que passam a fazer parte do trabalho da (o) historiadora (o), desvelam assim uma infinidade de leituras possíveis (REVEL, 1998). Desse modo, a ligação da História com outras áreas, outros objetos e diversificadas fontes implicam também em diferentes formas de escrever a História.

Esse processo de transformação no campo da pesquisa histórica é parte da crise paradigmática que redefiniu algumas questões na teoria e metodologia no campo da pesquisa. O fim das certezas inabaláveis permitiu uma discussão mais vasta e complexa no campo do conhecimento. Todavia, impôs a busca de novos caminhos para o desenvolvimento da pesquisa em História. Entende-se que esses novos caminhos nunca serão definitivos, mas serão caminhos renovados por diferentes modos de ver e se contar o que passou.

Reconstruindo a trajetória dessas transformações no fazer historiográfico, os primeiros embates do início do século XX pesou na história tradicional que fora atacada a partir das propostas apresentadas pelos Annales. Esse grupo, naquele momento, não desfiou críticas diretas à questão da linguagem, no entanto, demonstravam a partir de discursos a impossibilidade de uma história imparcial, que teria como lugar primordial a escrita e não mais a verdade. Barthes atribuiu à verdade do texto histórico a uma estratégia textual que denominou de “efeito real”. Para o autor, o fato histórico é antes um fato linguístico porquanto se pretende reflexo de algo fora do texto.

Nessa perspectiva, os novos caminhos percorridos atualmente pelas (os) historiadoras (es) se configuram por meio de um debate ainda caro aos que se aventuram a escrever a História a partir dessas novas perspectivas. Embora se entenda que as (os) historiadoras (es) estão cada vez mais inseridas em um lugar demarcado por indefinições e por fronteiras intelectuais que rumam a uma discussão do novo, do inesperado, buscam, portanto, um discurso empreendido por vozes compartilhadas.

Essa relação interdisciplinar, tanto da História com outras áreas, como dessas disciplinas com a História é que vai definir essa nova proposta na escrita o no pensar histórico. A relação de mão dupla é que permitirá a problematização do passado no sentido de reconstruir ideias e experiências propiciando mudança e conseqüentemente a transformação nos modos de narrar a História. Para Durval Albuquerque Júnior (2007), a História do nosso

tempo, não deve ser discurso de construção, o autor reivindica a desconstrução do discurso histórico enquanto verdade. Esse que desconstrói, deve ser voltado para a compreensão dos fragmentos que constituem o sujeito, evidenciando as diferenças. As (os) historiadoras (es) tem, portanto, que conviver não apenas com a relatividade do discurso e do saber histórico, mas também com a relatividade da própria realidade.

As fontes, consideradas a matéria primordial do trabalho da (o) historiadora (o) vestem-se hoje com uma nova roupagem. Essas passam a ser considerada indiciárias (GINZBURG, 1990) daquilo que poderia ser o acontecimento passado. Por meio desses indícios se constrói uma versão, ou seja, uma ressignificação do real.

A História das Mulheres se insere nesse contexto. Considerando que a partir dos Annales, as transformações teóricas e metodológicas vão se configurando numa perspectiva de ampliação das possibilidades de análise. O olhar é direcionado a temas e grupos sociais que até então eram silenciados pela própria história, como as mulheres por exemplo. A história das mulheres emerge como campo de estudo importante e necessário, destacando que os lugares frequentados por elas na história dependiam, segundo Colling (2004) da representação masculina, que foram os únicos historiadores por um longo período de tempo. Essa história escrita até o século XX por homens ocultou a mulher das produções e da escrita historiográfica.

Os papéis sociais de homens e mulheres foram historicamente construídos com visível imposição do poder masculino sobre os direitos sociais das mulheres. O processo de dominação masculina impõe-se, sobretudo, no campo da cultura, da arte, da religião, da ciência e especialmente da política.

Michelle Perrot em *Minha História das Mulheres* (2007) levanta uma questão que se refere às produções femininas do século XIX, quando destaca a pouca produção de registros nos arquivos públicos que narrem e ou ajudem a (o) historiadora (o) a pensar o lugar da mulher. Esses arquivos normalmente eram destinados a atos de administração e poder, lugar exclusivamente frequentado por homens. Já nos chamados arquivos familiares, os diários e correspondências íntimas, comumente são alvos de destruição das histórias do cotidiano, especialmente das memórias e dos sentimentos femininos. Isso, segundo, Perrot, dificultou, durante longo período, a produção de uma escrita da história das mulheres.

A História, escrita essencialmente pelos homens, teceu uma historiografia do silêncio em relação às mulheres. Vista até o século XX como um campo de pesquisa que se ocupava dos grandes eventos, das grandes guerras, da política e economia, dos renomados heróis, não

havia lugar para as mulheres nesse campo científico. A elas era destinado o silêncio, a clausura do lar, os afazeres domésticos. A “natureza” lhes impunha a difícil tarefa da maternidade, a responsabilidade da organização doméstica, o espaço privado era seu por excelência. A história das mulheres dependeu das representações dadas pelos homens. O que se tem até o século XX é uma história escrita por homens que falam sobre mulheres numa ótica falocêntrica, excludente, que impõe o silêncio e o obscurantismo às mulheres.

O papel destinado às mulheres envolvia sobretudo o bom desempenho feminino como esposa e mãe. Em caso de incapacidade de realizar qualquer uma dessas atividades, inevitavelmente a mulher era entregue à marginalização. Segundo Ana Maria Colling (2010; 37), a ausência de filhos era problema exclusivamente feminino, eximindo a culpa da infecundidade dos homens, que por sua vez, eram vistos como máquinas potentes, incapaz de fracassar no processo reprodutivo. O sexo era uma atividade masculina por excelência, o prazer era negado às mulheres de “boa família”, sendo permitido apenas às prostitutas (COLLING, 2017; 37).

As mulheres de “boa família” casavam-se cedo, geravam filhos saudáveis e zelavam pela educação dos mesmos, bem como era sua a responsabilidade pelo bom andamento do lar. O homem, provedor da família, tinha sob sua tutela a esposa e os filhos, que deviam obediência absoluta. Os assuntos políticos e econômicos ficavam a cargo dos chefes de família que eram considerados os únicos capazes de pensar e compreender essas questões, pois a eles cabia a tarefa da racionalidade, enquanto para as mulheres a “natureza” sensível e dócil impedia que elas participassem das discussões políticas e econômicas.

Dizer que as mulheres foram silenciadas e ocultadas da história não significa dizer que não fizeram parte dela. O que ocorre é que por muito tempo a história foi escrita e registrada pelos homens, negando a existência e a importância das mulheres tanto de forma individual como coletiva na construção da sociedade. Na obra *As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica* (2012) o historiador Losandro Tedeschi destaca o quanto o discurso sobre a fragilidade feminina influenciou na produção historiográfica até meados do século XX. Destaca ainda a importância de inúmeros trabalhos que ao longo dos anos vem sendo realizados por historiadoras e historiadores que se debruçam nos estudos de gênero. A inserção da mulher na produção historiográfica faz-se necessária para reescrever o passado e compreender as diferentes formas da mulher ser e estar no mundo.

Segundo Colling (2004), a construção de um discurso que insere a mulher em um lugar subalterno na história advém da ausência delas na produção do discurso historiográfico.

Para a historiadora, é necessário libertar a História falando de homens e mulheres em nível de igualdade. A História das mulheres tem como função reconhecer o processo histórico de exclusão e silenciamento desses sujeitos ocultos.

Construir um discurso sobre os lugares femininos na sociedade moderna a partir de seus modos de resistência e transgressão entende-se a necessidade de retomar a discussão sobre a história das mulheres referente à primeira metade do século XX e a importância delas na construção dessa sociedade. Esse debate perpassa pela compreensão dos mecanismos de fuga e resistência empreendida por elas também como meio de inserção nesse espaço.

### LÍDIA BAÍS: LOUCA OU TRANSGRESSORA?

Lídia Baís nasceu em 22 de abril de 1900, na cidade de Campo Grande, no sul do antigo Estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul. Faleceu em 19 de outubro de 1985, também na cidade de Campo Grande (REIS, 2013). A artista vivenciou dois polos distintos durante sua trajetória de vida, de um lado viajou pelo mundo e pôde conhecer outras possibilidades, construindo dessa forma parte de sua identidade. Por outro, teve negado pela família e, especialmente pela sociedade, o direito a visibilidade.

O processo de invisibilidade e de silenciamento iniciou-se muito cedo para a artista. Aos sete anos de idade Lídia Baís, foi levada pelo pai para estudar em colégio salesiano em Assunção no Paraguai e junto com ela foram também às irmãs Ida e Celina. A partir desse momento, inicia-se a peregrinação da artista em diversas escolas internas, já que durante muito tempo estudou em diferentes internatos no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Durante o tempo em que esteve fora de casa, a artista já criava mecanismos de fuga e resistência a tais internações, apresentando sérios problemas de saúde que ocorriam muitas vezes por vontade própria. Segundo Nelly Martins, Lídia Baís expunha-se ao frio, deitava-se no chão do banheiro para contrair fortes resfriados e adoecer gravemente e dessa forma forçava o pai a levá-la de volta para casa (MARTINS, 2003, p. 74).

A religião e a clausura foram duas questões muito presentes na vida da artista. Na religião, embora tenha estudado várias delas, escolheu a Católica Apostólica Romana. Entendia que ali encontraria a verdadeira liberdade. No pequeno livro escrito em terceira pessoa, e assinado pelo pseudônimo de Maria Tereza Trindade a artista revela sua relação com a religião onde acreditava ser “uma freira solta pelo mundo” (TRINDADE, s/de p.17). Nessa

mesma obra reivindicava o direito à liberdade e a visibilidade na qual havia sido negado desde a infância.

Lídia Baís realizava longos jejuns espirituais e quando isso ocorria ouvia vozes que segundo ela, lhe auxiliavam em seu processo criador. Nas produções artísticas pintou temáticas como a relação da mulher com a política, com a religião, com a família e especialmente as relações homem-mulher. A artista ousou ao resignificar os lugares femininos em seus autorretratos, opondo-se desse modo aos padrões conservadores e patriarcais da época. A virgindade também foi um fator relevante na história de Lídia Baís. A artista manteve-se virgem por toda a vida e disso fez uma bandeira de resistência, exaltando a virgindade como uma condição na qual sentia orgulho. E sobre isso também problematizou em sua pintura. Segundo Monteiro, a mulher virgem é aquela que não aceita a relação de poder. A virgindade não se refere propriamente ao estado físico em si, mas a uma determinada atitude interior. O termo refere-se à mulher que não pertence a homem nenhum, pois pertence a si própria. Para a autora, virgindade é não submeter-se ao comando do outro, é, portanto, manter-se fiel a si mesma. (MONTEIRO, 1998, p. 35). Em razão desse comportamento considerado inadequado para uma mulher da época, Lídia Baís foi internada diversas vezes em clínicas psiquiátricas. Viu-se obrigada a um casamento forçado, no qual cinco dias após o matrimônio abandona o marido e legaliza oficialmente o pedido de divórcio anos mais tarde, ressaltando, sobretudo, a virgindade que manteve mesmo casada (MARTINS, 2003).

A presença de Lídia Baís como personagem promotora de um comportamento rebelde e transgressor é, sobretudo, instigante quando parte-se do privado para o público. Para Georges Bataille (2014) a transgressão é uma noção que está intrinsecamente associada à perversão. A transgressão remete a ideia de desordem na liberdade. Essa liberdade, a qual sugere Bataille depende paradoxalmente da lei, ao ponto de lei e transgressão serem comumente confundidos. A transgressão para Bataille é, inicialmente, uma violência contra a ordem do mundo que se refere ao trabalho e especialmente a ordem sexual.

Michel Foucault (1963) discute a transgressão na mesma perspectiva de limite que Bataille. Foucault descreve um movimento inerente ao sujeito, que ele chama de “jogo do limite”. O pensador francês articula a transgressão a ideia de linguagem. De certo modo um gesto de linguagem em que limite e transgressão articulam-se em uma espécie de jogo. Ela ultrapassa uma linha aparentemente intransponível (FOUCAULT, 1963:32). Para o autor, o limite não é propriamente a verdade, mas uma ilusão construída diante de um vazio.

Transgredir seria então a resultante de uma ação que tem como objetivo primeiro não aceitar uma regra instituída em um determinado espaço e ou comunidade. Não seria especialmente um não conhecimento de uma regra, ao contrário, teria pleno reconhecimento da mesma. O sujeito que transgredir reconhece a existência de tal regra, mas não a aceita efetivamente. A transgressão inscreve-se desse modo no registro simbólico de ações e atitudes que descumprem determinados padrões, pensamentos e regras estabelecidas. Na transgressão está contida certa desobediência que culminaria na ruptura e na descontinuidade no campo hegemônico do espaço social.

Por sua vez, a loucura se insere em um contexto em que o discurso do louco representa uma linguagem excluída da cultura ocidental, de modo que a loucura foi submetida a uma racionalidade que a transformou em objeto da psiquiatria. A partir do discurso médico científico a loucura passa a justificar práticas de silenciamento, isolamento e exclusão social. Para Michel Foucault (1978), a fala do louco se mostra como grau zero do discurso, existe uma impossibilidade de comunicação entre o louco e os sujeitos considerados normais. Desse modo, o isolamento, a invisibilidade e o silenciamento que se inserem na história de vida de Lídia Baís desde a infância quando das internações nas escolas, posteriormente em clínicas psiquiátricas e por fim a clausura voluntária em casa inverte o sentido de transgressão, quando o comportamento passa a ser visto como o de uma louca.

O processo criativo de Lídia Baís enquanto uma produção feminina feita por uma mulher considerada louca é, inevitavelmente, atravessada por algumas questões.

As pinturas de Lídia Baís expressaram ideias sobre diversos temas: a mulher, a família, as relações de poder, política, nacionalismo e religião. Toda essa obra permitiu uma reflexão sobre a sociedade em que viveu, não falando apenas de suas angústias pessoais, mas de certo modo denunciando um contexto social presente em sua época, que ora lhe servia, ora causava angústias e sofrimentos. O que faz as pinturas de Lídia Baís singulares é essa capacidade de tratar temas universais sem a intenção.

É o que podemos perceber na pintura *Micróbio da Fuzarca* no qual o tema que encontramos foi a representação da morte. Ao observar essa pintura, percebemos que ela nos remete a uma imagem do demônio, a morte vista despida de identidade e simbolicamente nua.

A pintura *Micróbio da Fuzarca* talvez tenha sido o início de uma nova fase na produção artística de Lídia. Um momento de introspecção que se configurou em uma obra mais densa e realista da existência humana, com suas contradições e idiossincrasias:



Micróbio da Fuzarca  
T. Lídia Baís  
Óleo s/ tela  
69,5X53 cm  
Acervo: MARCO  
Fonte: IPHAN

Em *Micróbio da Fuzarca*, Lídia Baís retratou uma figura demonizada, um esqueleto com pernas e braços meio humano, meio demônio. Há uma trança amarrada com um laço de fita, e também uma calçola branca que deixa à mostra um rabo comprido, caracterizando a imagem como a representação de um demônio.

A figura do demônio sempre permeou o imaginário das sociedades. Podemos dizer que não existe um único diabo e ou demônio, cada sociedade constrói o seu diabo à sua realidade, dá a ele uma face e uma forma propícia a determinado momento e/ou cultura. O mal sempre representou um grande desafio para a humanidade. Sempre associado às desgraças, é visto como influência de seres demoníacos como explica Wandermurem (2004).

Nesse sentido, partimos do pressuposto que o diabo se configura na imagem do mal a figura do demônio representa, principalmente, a existência desse mal, que parte de um princípio que do outro lado existe um bem. A crença na existência de um demônio é um dogma de fé. Entretanto, o demônio sobre o qual nos referimos não seria diretamente aquele

que está em oposição ao Deus judaico-cristão, mas sim, o demônio que simbolicamente habita dentro de cada indivíduo e que configura-se como a caracterização do mal que se espelha na personificação da desgraça.

Ao observarmos a pintura *Micróbio da Fuzarca*, a entendemos como uma representação do demônio interior de Lídia Baís que, diante das controvérsias de sua vida, configurou-se na imagem de um ser sem identidade, ou seja, um autorretrato.

As crises de identidade que acompanharam Lídia durante sua vida podem ser entendidas como uma face obscura de si mesma. Ao não identificar-se com sua própria vida e nem com o espaço social em que viveu, ela mesma entende-se como um sujeito sem identidade, distante daquilo que projetava de si mesma.

Sua postura diante do mundo, em alguns momentos, se opõe ao seu pensamento e às coisas que escreveu e pintou. Existe uma dupla mensagem em suas palavras e em suas pinturas, às vezes como se falasse o que não queria dizer. A necessidade de se constituir uma identidade, ou a falta desta implica na morte simbólica do seu próprio eu.

Na figura do esqueleto, temos uma caracterização feminina que observamos através da trança amarrada com um laço de fita, bem como uma calçola branca. Ao analisarmos essa imagem, pensamos na figura da mulher, ou o autorretrato de Lídia Baís. Em primeiro lugar, o fato de Lídia Baís ter coberto o corpo do esqueleto com uma calçola traduz duas situações: sua condição de mulher casta, que não se entregou ao “pecado da carne”. Mesmo casada, Lídia não sucumbiu às “obrigações” de esposa e não fez de sua castidade um segredo. A calçola utilizada por ela pode representar essa impossibilidade que ela mesma estabeleceu de sua total nudez. Outra possibilidade é a própria condição da mulher em relação a sua sexualidade. Os tabus impostos as mulheres em relação ao seu sexo é uma questão muito presente no âmbito da religião.

Ao mesmo tempo em que as mulheres começavam a vivenciar alguns avanços sociais na primeira metade do século XX, por outro lado questões como o nu feminino associado a sua sexualidade ainda eram um tabu. A morte do seu eu retratada simbolicamente por um esqueleto com características de demônio ao mesmo tempo em que feminina, pode expressar a condição de submissão da mulher diante do poder simbólico exercido pelo homem, ou pelo olhar masculino (BOURDIEU, 2009:22).

A virgindade também pode ser uma forma de resistência à dominação masculina, um meio de se opor à condição do papel feminino, da mulher que casa, gera filhos e se submete aos desejos apenas do marido, situação na qual Lídia Baís não sucumbiu, ao menos em

relação ao seu casamento. Cogitamos a hipótese de que a virgindade era vista pela artista como forma de resistência, bem como parte de uma personalidade que se formou baseada nos princípios cristãos de uma família tradicional que impôs a ela um modelo de vida a ser seguido. Havia no comportamento de Lídia certa obediência, mas ao mesmo tempo uma resistência, que se configurava em alguns comportamentos considerados inapropriados a uma mulher da época. A contradição de Lídia Baís encontra-se nesse universo religioso que a artista criou para si, ao mesmo tempo em que seguia os caminhos preconizados pela religião, suas atitudes diante da vida criavam sobre ela o estigma da transgressão. Era ao mesmo tempo conservadora e transgressora em um mundo que ninguém a enxergava, mas que a controlava constantemente.

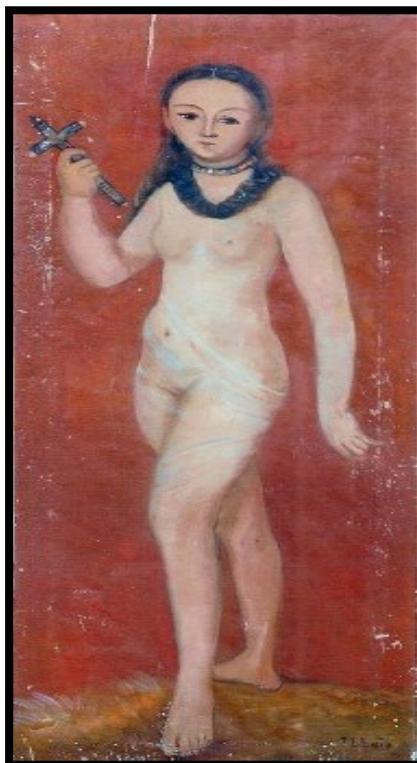
Outra possibilidade de interpretação seria a própria representação da mulher. Ao observarmos elementos femininos em *Micróbio da Fuzarca*, entendemos que a mulher demonizada pintada por Lídia Baís teria uma associação com esses “pecados” (farra e folia) que, por sua vez, causariam “infecções” à alma levando, então, à morte do seu eu. Dotada de pecados, sua morte desvendaria sua verdadeira imagem, o demônio.

A imagem da mulher associada ao demônio já é uma condição bastante antiga. Bourdieu discute essa questão quando aborda a visão dos aristotélicos, que justificaram teoricamente a limitação da mulher e sua sujeição ao sexo forte. Construiu-se assim, uma identidade negativa, sob a égide do signo diabólico. Condenou à mulher o fardo de carregar a sua malignidade. Justificam-se assim, as atribuições que o sistema simbólico dominante imputou às mulheres como integrantes de sua natureza. “A mulher é tentadora, cuja sensualidade afasta os homens da salvação de sua alma” (BOURDIEU, 2010:122).

Ao longo da história, a mulher viveu sob o estigma da inferioridade, sendo atribuída a ela a imagem de um ser maléfico, associado ao instinto e à culpa das desgraças do homem. Desde a Antiguidade a mulher é vista como a portadora do mal, do mágico, do feitiço e do maligno. A Igreja, por sua vez, imputa às mulheres a responsabilidade pelas desgraças da humanidade. O cristianismo disseminou uma espécie de antifeminismo a partir do século XV, mostrando-se evidente a exaltação à virgindade e à castidade femininas, combatendo dessa forma a tentação, afirmando a renúncia sexual como o fundamento da dominação masculina na Igreja Cristã (BRONW, 1982:206). Os clérigos que viam o sexo feminino como o grande atrativo para os pecados e a luxúria declararam o sexo feminino como perigoso e diabólico (DELEMEAU, 1989:322).

Ao percebermos características do demônio associada à imagem da mulher, inevitavelmente vimos a figura de Lídia Baís. Entendemos que a personagem da pintura *Micróbio da Fuzarca* revela a própria imagem da artista. Havia nela um sentimento de inferioridade, o qual atribuímos ao seu isolamento social, ao abandono que ela própria sentiu em relação a sua família, as obrigações impostas e, sobretudo, às interdições sofridas no decorrer de sua vida. A morte simbólica representada pelo demônio nos revela uma *mea culpa* de Lídia que desnuda sua verdadeira face, algo que nos permite dizer que o sentimento, em relação a si mesma, se configura em outra personalidade.

A imagem da mulher nua, virgem, santificada ou não aparecem em outras pinturas de Lídia Baís, o que diz muito da sua própria história. Percebemos que a imagem feminina aparece frequentemente em suas obras, de forma explícita ou implícita, a condição feminina é tema recorrente para a artista. Há muitas mensagens presentes nas mulheres que pintou. Certamente essas mensagens vão além do que conseguimos aqui abstrair. É o que podemos observar em *Virgem com a Cruz*:



Virgem com a Cruz  
T. Lídia Baís  
Óleo s/tela  
94 X36 cm  
Acervo: MARCO  
Fonte: IPHAN

Em *Virgem com a Cruz*, Lúcia Baís representou um nu feminino, coberta apenas por uma fina e transparente túnica em volta de sua cintura. Em sua mão direita, carrega uma cruz e em seu pescoço alguns adornos que parecem colares. Para nós essa pintura representa um pouco do sagrado, do ingênuo, da delicadeza feminina na sua forma mais natural. Por outro lado, o profano, o nu que também pode ser visto como uma imagem provocativa, não no sentido sexual, mas no sentido de desnudar a mulher. Ao carregar uma cruz, Lúcia Baís estabelece uma relação entre o sentido do sagrado e do profano em uma imagem que remete ao puro e ao pecado, simultaneamente.

Ao longo da história, o corpo feminino, ou melhor, o nu feminino sofre modificações em suas representações, variando de acordo com a sociedade e cultura que agem sobre o corpo determinando padrões e comportamentos em relação a ele. Como vimos anteriormente, a interferência da Igreja sobre o corpo feminino foi fundamental para determinar a posição da mulher diante da sua sexualidade, o cristianismo também foi responsável pela transformação do corpo como um espaço proibido.

Ao pensarmos as atribuições dadas ao corpo ao longo da história, percebemos que na pintura *Virgem com a Cruz* há uma referência aos códigos cristãos. Ao colocar uma mulher nua segurando uma cruz, símbolo do cristianismo, Lúcia Baís confrontou essas oposições entre a mulher, o nu e a religião. Encontramos uma associação desse corpo proibido ao corpo sofredor. A imagem não nos remete ao erotismo. Há uma associação aos símbolos sagrados, como se a mulher nua segurando uma cruz representasse o corpo sagrado.

Embora esta pintura seja um estudo de reprodução, conforme aponta Couto (2011:63), seu conteúdo insere-se em uma realidade quase mística da condição de Lúcia como mulher e artista em uma sociedade em transformação. À artista em especial, essa pintura exerce uma força de expressão que vai além de uma imagem. Ao pintar a nudez feminina, Lúcia desafia algumas convenções. O uso de signos judaico-cristãos (a cruz) denota um discurso sobre a mulher, a religião, o sagrado e o profano, que segundo Eliade, um opõe-se ao outro, no sentido do sagrado ser dado como real e o profano o irreal (2008:18).

Desse modo, podemos dizer que na pintura *Virgem com a Cruz*, Lúcia Baís expressou essa dualidade entre o sagrado e o profano por meio da representação feminina em que o real e o imaginário se estabelecem a partir da mulher como profana e a cruz como símbolo do sagrado. É como se Lúcia Baís pretendesse dessacralizar objetos sagrados a partir de um ponto de vista simbólico, no caso, sua pintura. Segundo Eliade: “O homem moderno dessacralizou seu mundo e assumiu uma postura profana. O sagrado e o profano constituem duas

modalidades de ser no mundo, duas situações existenciais assumidas pelo homem ao longo de sua história” (2008:19). Se existem duas formas de se relacionar com o mundo, isto significa que o próprio mundo consente a dualidade da existência humana. Assim, a partir do momento em que Lúcia Baís simbolicamente dessacraliza o sagrado, ela põe em evidência a dualidade do viver moderno a partir de duas representações antagônicas: o nu feminino e a cruz.

A pintura *Virgem com a Cruz* possivelmente é também um autorretrato, pois ao dar esse título a sua pintura, Lúcia Baís expressou um pouco de si mesma. O discurso presente em *Virgem com a Cruz* simboliza parte de sua história, como uma mulher que abdicou de sua vida sexual, mantendo-se virgem e que, após muitos conflitos pessoais, familiares e um casamento que não se consumou, viu na religião e na Igreja um espaço onde apoiar-se.

De certo modo, Lúcia Baís sentia-se superior às outras pessoas. Expressou esse sentimento algumas vezes em seu livro: “[...] Desde aí os ignorantes não mais puderam compreender Lúcia, pois o seu espírito encheu de grandes coisas que só pelas obras conhecerão o autor” (TRINDADE, s/d:23), ou ainda: “A genial artista Lúcia, tem a quem puxar, e recebeu seus primeiros ensinamentos na casa paterna, de costumes nobres, uma das mais conceituadas famílias do lugar.”(TRINDADE, s/d: 41).

Esse sentimento de superioridade possivelmente explique suas atitudes diante de algumas convenções sociais. O fato de manter-se virgem pode ser fruto desse sentimento. Sobre a importância da virgindade feminina, Perrot salienta que: “O sexo das mulheres deve ser protegido, fechado e possuído. Daí a importância atribuída ao hímem e a virgindade. Principalmente pelo cristianismo, que faz da castidade e do celibato um estado superior” (2007:64).

Considerando que Lúcia Baís era cristã e dedicou parte de sua vida às questões de espírito, talvez sua decisão pela virgindade se dê no campo da religião, e a escolha do nome da obra *Virgem com a Cruz* expresse seu desejo de superioridade que se deu, sobretudo, em relação a sua castidade.

A figura feminina na pintura de Lúcia Baís vem acompanhada de símbolos cristãos que denotam uma ideia mais complexa dessa relação. Percebemos seu discurso através da sua linguagem pictórica como denúncia de uma condição que entendemos de submissão. Entretanto, apesar de concordar que Lúcia viveu uma condição de submissão, nos parece que essa não era uma situação na qual ela compartilhava em seus pensamentos. Havia em seu entendimento uma negação na qual ela expressou por meio de suas pinturas.

Situações criadas no seu universo pictórico nos permitem dizer que de fato Lúdia Baís via na religião um refúgio para suas angústias pessoais, como se na religião ela encontrasse respostas para suas inúmeras indagações. No entanto, ao mesmo tempo em que a artista mantinha uma postura coerente com seus princípios cristãos também se mostrou questionadora e lançou mão de suas crenças para expor o que às vezes parecia ser mais importante que sua religiosidade: ser mulher e artista em uma sociedade que ela considerava incapaz de entendê-la. Lúdia Baís dizia ser a religião o assunto que mais a interessava e que as pessoas não compreendiam sua devoção. Entendemos que a pintura e a arte configuravam o universo real de Lúdia, era em suas pinturas que a artista representava seu verdadeiro eu, despida de convenções sociais, regras e padrões de comportamento. Assim, podemos dizer que a religião foi para Lúdia um refúgio, um espaço no qual ela figurava a imagem da mulher que a sociedade esperava que fosse.

As questões de gênero aparecem em suas obras quando ela como artista define a atuação da mulher na sociedade em que viveu. Compreendemos que o olhar da Lúdia em relação à mulher delineia-se a partir de suas próprias experiências, ou seja, ao autorretratar-se é como se Lúdia simbolicamente representasse a condição de outras mulheres, como se ela partisse do seu universo particular para representar um universo mais amplo. Portanto, a partir do que entendemos do olhar da artista em relação ao feminino não seria certo pintar sensualidade em seus nus femininos.

Como já identificamos anteriormente, Lúdia Baís viveu um mundo de contradições, ela própria fez de sua vida uma sucessão de conflitos. Lúdia Baís também provocou, ao expor a si mesma e suas irmãs em uma posição pouco aceitável às mulheres ainda naqueles tempos. A dualidade em suas pinturas nos parece muito presente em suas composições. Entendemos que o nu feminino tem uma função preponderante na cultura ocidental. Partimos do pressuposto que o impulso para forjar imagens do nu feminino encontra-se enraizado na mente humana, na masculina em especial.

O nu se estabelece como palco onde se projetam pensamentos de ordem estética, religiosa, política e social. Na arte, o nu pode fazer referência para designar valores positivos e negativos, considerando que o nu feminino denota ambiguidades que variam entre o ideal e o real, o proibido e o desejável. Também determina regras específicas de ver e ser visto.

É esta forma que Lúdia tinha de ver o mundo e de como ela entendia que o mundo a via que percebemos a dualidade em suas pinturas. Em sua história compreendemos que ela transitava entre o modelo de mulher ideal e real, agiu em conformidade aos padrões

desejáveis e proibidos, e disso escreveu sua própria história. O que pretendia ao pintar sua própria vida? O que de fato a religião influenciou em sua vida e em suas pinturas? Era santa ou pagã?

## Referencias

- BARTHES, Roland. *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- \_\_\_\_\_, Roland. *Elementos de Semiologia*. 16. Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BATAILLE, Georges. *O Erotismo*. 1º Ed. Trad. Fernando Scheibe. Autêntica; SP:2014.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. RJ; Elsevier, 1997; 2º Reimpressão.
- CARDOSO, Maria Abdia. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Fênix Revista de História e Estudos Culturais/ UFU. Uberlândia- MG. Volume 2, Ano II, Nº 03.
- CHARTIER, Roger. *A Beira da Falésia: A História Entre Incertezas e Inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.
- \_\_\_\_\_, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.
- COLLING, Ana Maria. *Gênero e História: Um Diálogo Possível?* Contexto e educação, RS: UNIJUÍ. Ano 19. Nº 71/71;2004.
- \_\_\_\_\_. *Tempos Diferentes, Discursos Iguais: A Construção do Corpo Feminino na História*. Dourados: Ed. UFGD,2014.
- COMPAGNON, Antoine. *O Demônio da Teoria: Literatura e Senso Comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão; Consuelo Fortes Santiago. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMS, 2010.
- DEL PRIORI, Mary. *Histórias Íntimas. Sexualidade e Erotismo na História do Brasil*. São Paulo: Ed. Planeta, 2011.
- \_\_\_\_\_, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- Forense Universitária; 1963.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Ed. Forense Universitária, RJ: 1987.
- \_\_\_\_\_, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_, Michel. *História da Loucura*. Ed. Perspectiva; SP: 1978.
- \_\_\_\_\_, Michel. *História da Sexualidade*. Ed. Graal; RJ:1985.

- \_\_\_\_\_, Michel. *Isto Não é um Cachimbo*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_, Michel. *Prefácio à Transgressão*. In.: \_\_\_\_\_. *Ditos e Escritos*. V.III. RJ,
- GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e Outros ensaios*. Trad. Antônio Narino. RJ; Ed. Beltrand Brasil SA, 1991.
- \_\_\_\_\_, Carlo. *Mito, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo; Companhia das letras, 1990.
- \_\_\_\_\_, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São
- GOMES, Ângela de Castro. (org.) *Escrita de Si, Escrita da História*. RJ: Ed. FGV; 2004.
- LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- LIMA, Henrique Espada. *A Micro-História Italiana: Escolas, Índícios e Singularidades*. RJ: Civilização Brasileira; 2006.
- MARTINS, Nelly. *Dois Vidas*. 2. Ed. Campo Grande: FUNCESP, 2003.
- MONTEIRO, Dulcinéia da Mata Ribeiro. *Mulher: Feminino no Plural. Mitologia, História e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas Artes Visuais*. São Paulo: Perspectiva; 1991.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. 4. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.
- REIS, Fernanda. *Lídia Baís: Expressões do Moderno na Cidade de Campo Grande-MS*. Dourados, MS: UFGD, 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Grande Dourados.
- REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: Experiência da Microanálise*. RJ: FGV, 1998.
- TRINDADE, Maria Tereza. *História de T. Lídia Baís*. Direitos Adquiridos e Registrados.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio Sobre a Crítica da Cultura*. São Paulo: EDUSP, 1991.

#### **BIBLIOGRAFIA DISPONÍVEL:**

- ALBUQUERQUE JR. Durval. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru. São Paulo: EDUSC, 2007.
- ALMEIDA, Flávia Leme de. *Mulheres Recipientes: Recortes Poéticos do Universo Feminino nas Artes Visuais*. São Paulo: Ed. UNESP; Cultura Acadêmica, 2010.

- ARNHE, Rudolf. *Arte e Percepção Visual: Uma Psicologia da Visão Criadora*. Tradução de Ione Terezinha da Faria. 12. Ed. São Paulo: Pioneira, 1980.
- BITTAR, Marisa [1997]. *Mato Grosso do Sul: do Estado Sonhado ao Estado Construído*
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- \_\_\_\_\_, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In; FERREIRA, Marieta de M; e AMADO, Janaina (org.) *Usos e Abusos da História Oral*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.183-192.
- \_\_\_\_\_, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- Brasiliense, 1989.
- CHEVALIER, J; GHEERBRANT, A. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1990.
- COUTO, Alda Maria Quadros de. *Lídia Baís: Uma Pintora nos Territórios do Assombro*. São Paulo: Ed. Annablume, 2011.
- \_\_\_\_\_, Alda Maria Quadros do. *Os Sinais de Deus na Cartografia Crítica de Murilo Mendes*. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 1997.
- ESPÍNDOLA, Humberto. *Introdução à Lídia Baís*. In: FIGUEIREDO, Aline. *Artes Plásticas no Centro Oeste*. Cuiabá: UFMT/MACP, 1979.
- FRANCASTEL, Pierre. *Pintura e Sociedade*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1990.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *A Modernização dos Sentidos*. São Paulo: Ed. 34.
- HABERMAS, Jurgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.
- MENEGAZZO, Maria Adélia. *Artes Plásticas em Mato Grosso do Sul: Apontamentos de um Leitor*. In: SANTOS, Paulo Sérgio Nolasco (Org.). *Ciclos de Literatura Comparada*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000. (Revista Fontes Novas. Ciências Humanas.).
- OLIVEIRA, Ana Cláudia de. *A Semiótica: Uma Outra Prática do Olhar na Vida Sócio Cultural*. In: \_\_\_\_ *Semiótica, Mídia e Arte*. Nexos: Revista de Estudos de Comunicação e Educação. Universidade Anhembi Morumbi. Ano II – Nº 3- Agosto de 1988: São Paulo, 1998.
- PAIVA, Eduardo França. *História e Imagem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

- PANTEL, Pauline Schmitt. *A Criação da Mulher: Um Ardil Para a História das Mulheres*. In.: \_\_\_\_\_ *O Corpo Feminino em Debate*. Org. MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.p.p. 129- 154.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [ET.al]. Campinas, SP: ED. Unicamp, 2007.
- RIGOTTI, Paulo Roberto. *Imaginário e representação na Pintura de Lídia Bais*. Dourados, MS: UEMS/UFGD, 2009.
- ROSA, Maria da Glória Sá. *Lídia Bais: A Arte Além do Tempo*. In: *Revista MS Cultura*, Campo Grande, n.4, p.13-18, jan. - fev.- mar. 1986.
- SANFORD, J. A. *Os Parceiros Invisíveis: O Masculino e o Feminino de Cada um de Nós*. 6. Ed. São Paulo: Paulos, 1986.
- SMITH, Bonnie G. Modernismo, Relativismo e Vida Cotidiana. In: \_\_\_\_\_. *Gênero e História: Homens, Mulheres e a Prática Histórica*. Bauru, SP: Ed. EDUSC, 2003.
- SOUSA, Richard Perassi Luiz de. *Roteiro Didático da Arte na Produção do Conhecimento*; Ed. UFMS: Campo Grande, MS: 2005.

**As mulheres na escrita de lima barreto – educação e civilidade**  
**The women on writings of lima barreto – education and civility**

Sthefany de Souza Ribeiro Falco\*

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** As obras de Lima Barreto mostram seu espírito crítico à sociedade e à política. É possível observar o retrato das mulheres de seu tempo em sua escrita. Na obra *Clara dos Anjos*, Clara, moça pobre, negra e superprotegida se envolve com um homem branco que a abandonará grávida. Em contrapartida Edgarda, de *Numa e Ninfa*, érica, branca, instruída, mas vive à sombra do marido. Através da leitura analítica é possível observar a civilidade e a educação para as mulheres nesse período.

**Palavras-chave:** História das Mulheres; Literatura; Civilidade.

**Abstract:** The works of Lima Barreto show his critical spirit in relation to society and politics. It is possible to observe the representation of women contemporary to him in his writing. In the work *Clara dos Anjos*, Clara is poor, black and overprotected girl gets involved with a white man who abandons her pregnant. On the other hand, Edgarda, of *Numa e Ninfa*, is rich, white, educated, but lives her husband's shadow. Through analytical reading it is possible to look at civility and education for women in this period.

**Keywords:** History of Women; Literature; Civility.

## 1. Um breve relato sobre Lima Barreto

Lima Barreto foi um importante escritor e jornalista brasileiro que viveu durante a Primeira República. De nome completo Afonso Henrique de Lima Barreto, ele nasceu em 1881 na cidade de Rio de Janeiro. Pobre e mestiço, era filho de um tipógrafo e de uma professora de primário. Ficou órfão de mãe aos 7 anos de idade no mesmo ano que a princesa Isabel assinou a Lei Áurea. Apadrinhado do Visconde de Ouro Preto, graças a contatos do pai, ele pode ter uma boa educação escolar sendo possível seu ingresso em um curso na Escola Politécnica o qual não pode concluir em decorrência da necessidade de trabalhar, além de ser mais amante das letras que das ciências exatas. Lima Barreto foi funcionário público do Ministério de Guerra. Escreveu artigos para jornais assim como alguns romances. A

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Grande Dourados. Rodovia Dourados - Itahum, Km 12 - Cidade Universitaria, Cx. Postal 533 - CEP 79804-970. Telefone: (67) 3410-2001. E-mail: sthefanyfalco@hotmail.com.

divulgação de suas obras começou em meados de 1890 com a publicação de algumas crônicas em jornais. Faleceu no ano marcado pela semana da arte moderna, em 1922, vítima de um ataque cardíaco ocasionado pelo excesso de consumo de álcool.

O contexto social em que viveu Lima Barreto foi de grandes mudanças políticas ao mesmo tempo que confirmações das diferenças sociais. A abolição da escravatura, em 1888, somente corroborou o lugar do negro na sociedade brasileira: o de excluído. As terras continuaram nas mãos dos grandes latifundiários, que por sua vez, preferiam empregar imigrantes europeus nas lavouras ao invés dos sex-escravos. Os negros libertos e seus descendentes foram obrigados a ocupar os morros envolta das cidades, em particular o Rio de Janeiro, e consolidaram seu lugar à margem da sociedade no início do século.

Lima Barreto era profundo observador das mazelas sociais. Sua escrita era repleta de crítica social, crítica ao governo Republicano e às suas falsas promessas frente ao fim da monarquia, além de apresentar uma dicotomia urbano e rural, mostrando que o homem do interior estava completamente abandonado. Também não media esforços para criticar o governo do qual apontava como ultracentralizado, militarizado e ditatorial. (SEVCENKO, 2003, p. 161-198)

Cada vez mais ricos e pobres se distanciam na cidade do Rio de Janeiro, evidenciando ainda mais as diferenças. Barreto viveu e escreveu durante o período chamado de *Belle Époque* (que Mary del Priori e Renato Venâncio, 2010, chamaram de “uma *Belle Époque* não tão *Belle*”), um momento em que a capital da República se inspirou e procurou se moldar à Paris, com seus edifícios suntuosos e avenidas largas, insistindo em contrastar-se às favelas que se formaram no entorno. Além disso, os ideais importados da Europa eram extremamente racistas. O branco era visto como superior ao negro e utilizava-se da ciência para se confirmar essa concepção.

Diante dessa realidade Lima Barreto escrevia de forma crítica, por muitas vezes utilizando-se da ironia e da caricatura. Segundo Nicolau Sevcenko (2003, p. 161-198) ele buscava em seus textos desconstruir o grande mito de seu tempo – a ciência, que era utilizada e creditada como a única solução para os problemas, não somente biológicos e tecnológicos, mas sociais e políticos também. Ao mesmo tempo em que Lima Barreto fazia essa crítica ao evolucionismo, cientificismo, positivismo e darwinismo social, ele também procurava romper com duas grandes escolas literárias de sua época, o Romantismo e o Parnasianismo.

Lima Barreto também não mediu esforços para criticar a imprensa. Segundo Sevcenko (2003, p. 172-173)

Sua crítica à imprensa acompanhava várias facetas que a instituição apresentava nesse período. Inicialmente, por exemplo, denunciava o seu envolvimento com os cambalachos políticos. Dispondo já de um equipamento técnico sofisticado, mantendo um razoável pessoal nas oficinas e redações, mas sem a segurança de um público amplo e constante, a imprensa em geral, salvo uma empresa da envergadura do *Jornal do Comércio*, se tornava muito sensível a rendimentos extraordinários. O principal dos quais era o suborno político, via de regra praticado pelo próprio governo. O jornal passava assim a operar como um reforço do esquema de corrupção do regime.

Para Carlos Erivany Fantinati (1978, p. 174-175) Lima era um artista militante com duas fases. A primeira foi uma “militância implosiva” no início de sua trajetória literária, caracterizada por obras mais romanescas, às quais a crítica entende serem mais relevantes; escritas de contos; histórias e personagens mais lineares e um “universo ficcional bastante coerente”. Entre as obras dessa fase se encontram *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Já a segunda fase o autor vai chamar de “militância explosiva” que tem início em meados de 1911 até sua morte. O estilo de escrita e o gênero narrativo mudam. Os romances e os contos dão lugar às crônicas e os artigos, quando começam a ficar mais acentuados as sátiras, as ironias e o estilo caricato.

Ainda segundo Fantinati, “para um artista militante, sua função não é exclusivamente produzir uma obra de arte esteticamente válida, mas, e sobretudo, realizar uma obra que contenha um sentido revolucionário do ponto de vista social”. (FANTINATI, 1978, p. 3)

## 2. As mulheres na virada do século XIX para o XX

O final do século XIX e início do século XX foi marcado por mudanças em todo o mundo, não sendo diferente no Brasil. Na política, o país engatinhava na sua primeira experiência de governo republicano depois de um longo período monárquico, dividido entre Colônia e Império. No meio social também enfrentava mudanças, principalmente pela tímida industrialização que chegava em terras latino-americanas. Além disso o aumento das cidades, dos meios de transporte, chegada da energia elétrica, entre outros fatores influenciaram as mudanças no estilo de vida das pessoas.

Na vida familiar e conjugal, as mulheres continuavam submissas ao marido, cujas únicas perspectivas eram a de casar, cuidar dos filhos e da casa. Embora, algumas mulheres já trabalhassem fora, principalmente aquelas de poucas condições financeiras, que precisavam complementar a renda doméstica.

Não diferentemente de outros países, as indústrias brasileiras contavam com um grande número de mulheres e crianças no serviço operário. Segundo Margareth Rago (1997, p. 581) o Departamento Estadual do Trabalho, em visita a 7 fábricas, no ano de 1912, e constataram que a maior parte do contingente operário era composto por mulheres (1.340 mulheres, de um total de 1.775 operários).

Outras mulheres trabalhadoras eram costureiras ou professoras, visto que a última não tirava as mulheres de seu espaço e função maternal, uma vez que a escola era uma extensão do lar. No início do século XX a imprensa feminina e pedagógica ganhava força. Muitas publicações não hesitavam em criticar o fato das mulheres trabalharem como professora e ainda justificavam os baixos salários usando do fato de que as mulheres não eram responsáveis por sustentar a família, tarefa essa do homem. (ALMEIDA, 1996, p. 71-78)

De fatos, as mulheres eram desprezadas, consideradas cidadãs de segundo nível, sempre submissas aos pais e depois aos maridos, tendo pouco ou quase nenhum direito. Mas a situação das mulheres negras era ainda pior. Segundo Rago (1997, p. 582) após abolição, elas continuaram “trabalhando nos setores mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento”. Eram empregadas doméstica, cozinheiras, lavadeiras, vendedoras, quando não prostitutas.

Quanto a educação das mulheres, ela era dispensável até meados do século XIX, quando estas passaram a estudar para serem boas esposas e educar os filhos. Os homens do século XX buscavam para serem suas esposas, mulheres educadas de forma que pudessem ter uma conversa amigável e inteligente. Certamente, uma mudança nos padrões de vida e casamento, e na concepção do amor. Para Perrot (2013, p.93) Era

preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas no que é necessário para torna-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas.

Esse tipo de educação voltada às mulheres, com o intuito de apoiar o marido nos bastidores da vida, vai se apresentar em personagens das mais diversas obras de Lima Barreto. Para exemplificar pode-se citar Zizi, personagem de Triste Fim de Policarpo Quaresma, que sabia tocar piano, mostrando a educação esperada das moças da elite.

Cavalcanti ia recitar. Atravessou a sala triunfante, com um largosorriso na face e foi postar-se ao lado do piano. Zizi acompanha. Tossiu e, com a sua voz metálica, apurando muito os finais em “s”, começou:

*A vida é uma comédia sem sentido.*

*Uma história de sangue e de poeira*

*Um deserto sem luz...*

E o piano gemia. (BARRETO, 1969, p. 78)

Outras mulheres tinham acesso apenas à educação doméstica e religiosa, uma vez que ir à escola ou ter aulas particulares ainda era muito restrito a certas classes no início do século XX.

### **3. As mulheres representadas nas obras *Clara dos Anjos* e *Numa e Ninfa***

*Clara dos Anjos* foi um romance de Lima Barreto, publicado anos depois de sua morte, que ele começou a esboçar em 1904. O romance envolvia estória de Clara, moça pobre e negra, superprotegida pelos pais que se envolveu com uma mulherengo branco chamado Cassi Jones, que tinha fama de dar fim a vários casamentos e abusar de donzelas. Clara foi abandonada por ele, grávida e sem perspectiva. Sem dinheiro para abortar foi orientada pela vizinha, a quem pediu ajuda, a contar aos pais. Ao procurar a família de Cassi, Clara foi humilhada pela mãe dele que afirmou que o filho jamais se casaria com alguém da cor da moça.

Segundo Luciana Borges (2013) o enredo foi escrito por Barreto procurando formar uma consciência negra crítica, principalmente no que diz respeito à educação. A personagem de Clara, em particular, mostrava que a vida de uma mulher negra era ainda mais difícil que de um homem. Isso porque suas perspectivas de vida ou de trabalho envolvia apenas aspectos domésticos, e por muitas vezes seus destinos eram a prostituição ou o amancebamento com homens brancos que desde o período colonial eram incentivados a deflorarem o corpo das moças negras e mulatas.

Nesta obra também foi possível enxergar a o excesso de zelo dos pais de Clara para com ela. O autor escreve que Clara “era tratada com muito desvelo, recato e carinho” (BARRETO, 1961a, p.38). Para Oliveira (2011) essa frase podia ser usada para demonstrar a “total proteção e zelo” que Clara sofria dos pais, que resultou em uma jovem vivendo “o seu pequeno universo com tamanha ingenuidade e falta de critérios em relação ao certo e ao errado” culminando no seu envolvimento com Cassi. Ainda assim foi possível perceber que com o termo “*carinho*”, de que Barreto faz uso no final da oração, ele procurava justificar esse excesso de proteção dos pais. Em outro fragmento da obra Lima Barreto afirmou que

essa reclusão e, mais do que isso, a constante vigilância com que sua mãe seguia os seus passos, longe de fazê-la fugir aos perigos a que estava exposta a sua honestidade de donzela, já pela sua condição, já pela sua cor, fustigava-lhe a curiosidade em descobrir a razão do procedimento de sua mãe. (BARRETO, 1961a, p. 89)

Assim foi possível entender que tanto para Barreto quanto para o leitor da obra a conclusão foi a de que o fim de Clara fora o resultado da educação dada pelos pais. Neste sentido a educação não somente ao contexto socioeconômico em que ela vivia, e que à esta era imposta, mas o convívio familiar e social, assim como o preconceito racial. Tanto a educação de Clara dos Anjos quanto a de Cassi Jones foi um processo comum a época. Para ela os modos esperados eram de mulher caseira, o que causa pouca expectativa em sua vida e quase nenhuma distração. A educação e comportamento que Cassi adquiriu também foi de acordo com o seu lugar comum, o de homem branco, “macho” e femeeiro.

O pai de Cassi, Manuel de Azevedo, não concordava com suas atitudes e falta de comprometimento. Diante do suicídio da mãe de uma das moças enganadas por Cassi, Manuel se demonstrou muito transtornado e com um comportamento atípico, externando seu ódio e

raiva pelas atitudes do filho, muito ao contrário do seu espírito calmo e simpático segundo Lima (1961a).

Em outras passagens da obra foi possível verificar o autoritarismo do pai e da mãe da Clara, o tratamento rude para com ela, além da insignificância de seu estado emocional. Ainda segundo Oliveira (2011, p. 84) “o autoritarismo do pais conduz a uma ordem determinista, onde existe pouco tempo e prazo para ocorrer mudanças necessárias”. O autoritarismo, principalmente do pai se mostrava no uso de imperativos, como no seguinte trecho:

De quando em quando, mas sem grandes espaços, Joaquim gritava para a cozinha:

– Clara! Engrácia! Café! (BARRETO, 1961a, p. 39)

Engrácia, a mãe de clara era uma mulher que havia sido educada, conforme a educação feminina da época previa. Isso pode ser conferido no seguinte trecho: “Engrácia recebeu boa instrução, para a sua condição e sexo; mas, logo que se casou – como em geral acontece com as nossas moças –, tratou de esquecer o que tinha estudado” (BARRETO, 1961a, p. 88)

A personagem feminina retratada no romance *Numa e Ninfa* difere de Clara e Engrácia no sentido tanto de classe social, quanto de cor, poder aquisitivo e instrução. Edgarda era filha de um político e se tornou esposa de Numa Pompílio de Castro, que se casou com ela procurando ascender politicamente e socialmente, o que realmente ocorre. Numa, por sua vez, não era o que podia se chamar de inteligente além de ter grandes dificuldade em improvisar nos discursos. Assim, recebia constantemente conselhos de Edgarda. De acordo com Seixas (2009, p. 89) “no início, a atuação de Numa na Câmara é muito apagada; mas, com a oportunidade certa e a ajuda da mulher, consagra-se como um dos mais influentes oradores”.

Foi, portanto, com extraordinária surpresa, que se viu o deputado Numa tomar a palavra e fazer um discurso valioso. Parecia um milagre ver aquele sujeito tão mudo, tão esquivo, tão aparentemente sem idéias, lidar com as palavras, organizá-las convenientemente, exprimindo-se com bastante lógica. [...]. Numa caminhava acanhado, de cabeça baixa, trôpego um tanto, mas a mulher, D. Edgarda, pisava-com segurança, muito naturalmente, e com a fisionomia cheia de alegria contida. (BARRETO, 1961b, p. 26,28)

Neste romance, publicado primeiramente em folhetins (1915) Lima Barreto utilizou de recursos satíricos e caricato, fazendo uma crítica à sociedade burguesa da época, que por sua vez não recebeu muito bem ou, melhor dizendo, com entusiasmo a obra. A estória se passava na conturbada eleição de 1910 em que novamente os militares voltaram ao poder representados na figura do presidente eleito Hermes da Fonseca.

Quanto a figura feminina, Edgarda foi a representação muito bem elaborada da mulher burguesa. Instruída (ou melhor, educada), mas ao mesmo tempo dedicada à casa e ao marido. Tinha nos seus conselhos à Numa um aspecto muito maternal. De acordo com Fabiana C. Furtado (p.62) “Edgarda incorpora o papel de mulher ideal no período da *Belle Époque* brasileira: sujeitava-se a viver como pano de fundo na vida de um homem e gera uma infraestrutura necessária para o marido produzir, assumindo o papel imposto pela sociedade, sem grandes questionamentos (...)”.

Para além do senso comum, ao se analisar essas personagens em seu diferentes contextos, situações e característica via-se o retrato de uma época e um protagonismo inesperado para a escrita da época em questão. A delicadeza que Lima tece suas críticas foi louvável. Ao mesmo tempo em que o leitor observava o desenrolar da trama absorvendo os sentimentos das personagens e suas angústias, ele certamente não podia deixar de fazer uma reflexão dos acontecimentos assim como uma ponte para as mazelas do seu presente.

Pode-se concluir que as obras de Lima Barreto são atemporais, uma vez que os pensamentos tecidos por ele são aplicáveis na maioria das sociedades em que se busca uma alcançar o “ser civilizado” e ao lugar que cada ser humano deve ocupar.

Lima Barreto foi um grande escritor principalmente pela crítica feita de maneira inteligente e perspicaz. Ademais, demonstrou ser um homem à frente do seu tempo, com um olhar aguçado aos problemas sociais e as relações e diferenças entre os sexos. Num momento em que a luta feminista crescia cada vez mais, ele fez ouvir as vozes que ecoavam nas periferias, nas ruas, na vida privada. É possível enxergar na sua obra a importância das mulheres a maneira sensível que suas questões são retratadas nas obras de Lima, mesmo que essas não tinham a questão de gênero como foco e assunto, resguardando o devido uso do termo e sua cronologia.

#### 4. Notas

1 – Lima Barreto faz, tanto no título quanto na escrita da estória, uma referência ao mito do imperador romano Numa Pompílio que recebi conselhos da Ninfa Egéria. Da mesma forma Numa Pompílio de Castro era aconselhado pela sua esposa Edgarda, no romance.

#### Referências

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

\_\_\_\_\_. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Brasiliense, 1961a.

\_\_\_\_\_. **Numa e Ninfa**. São Paulo: Brasiliense, 1961b.

BORGES, Luciana. Personagens femininas e mulatas no universo ficcional de Lima Barreto. **II Simpósio Nacional de Letras e Linguística**, p. 561-580. 2013.

DE ALMEIDA, Jane Soares. **Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino**. Cadernos de pesquisa, n. 96, p. 71-78, 2013.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma breve história do Brasil**. Planeta, 2010.

DE OLIVEIRA, Cristiano Mello. Estudos de gênero – a opressão do feminino na obra Clara dos Anjos de Lima Barreto. **Construções de identidades: olhares sobre o outro**, p. 72.

FANTINATI, Carlos Erivany. **O profeta e o escrivão**: estudo sobre Lima Barreto. 1978. Tese de Doutorado. Instituto de letras, história e psicologia de Assis.

RAGO, Magareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. Contexto, 2001. p. 578-606.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2013.

SEIXAS, Mariana Ellen Santos. **Numa e ninfa, um retrato da Primeira República**: a obra de Lima Barreto e suas relações a História. Revista de História, 1, 1 (2009), pp. 74-90. Disponível em: <[http://www.revistahistoria.ufba.br/2009\\_1/a05.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2009_1/a05.pdf)>. Acesso em: 2 mar. 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

**Produções midiáticas como recursos didáticos no projeto de ensino “discutir desigualdades na busca por igualdade”**

**Media production as didactic resources in the teaching project "discussing inequalities in finding equality"**

Gabriella Assumpção da Silva Santos Lopes<sup>104</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** O presente trabalho aborda o projeto de ensino “Discutir desigualdades na busca por igualdade”, realizado no pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Campo Grande. O projeto foi executado entre turmas do 3º ano do Ensino Médio em uma escola na cidade de Campo Grande/MS.

**Palavras-chave:** Gênero; Ensino de História; PIBID.

**Abstract:** The present work is about the teaching project "discussing inequalities in finding equality", was made in the Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) of the History course of the Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus Campo Grande. The project was made between 3rd year of High School at a school in the city of Campo Grande / MS.

**Key words:** Gender, History teaching; PIBD.

## Introdução

Este trabalho consiste em um relato de experiência acerca do projeto de ensino “Discutir desigualdades na busca por igualdade”, que foi realizado pelo PIBID<sup>lxvi</sup> do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Campo Grande. O relato abordará como o projeto foi concebido, seus referenciais teóricos, sua metodologia e assim, como se deu a utilização de produções midiáticas como recursos didáticos e como foi pensada e realizada a avaliação.

## Motivações e referenciais teóricos

---

<sup>104</sup> Possui graduação em História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Foi bolsista no Programa de Iniciação à Docência (PIBID). Atualmente cursa mestrado no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados e bolsista CNPQ. Rodovia Dourados - Itahum, Km 12 - Cidade Universitaria, Cx. Postal 533 - CEP 79804-970. Telefone: (67) 3410-2001. Email: gabriella.asslopes@gmail.com. A versão completa desse artigo está publicada na revista Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 1, p. 181-200, 2015.

Ao entrar no PIBID como aluna bolsista em 2014, pela primeira vez, foi possível vivenciar o espaço escolar, observar aulas de história e realizar projetos de ensino que foram pensados com professores supervisores e coordenadores. Na execução de um projeto em que a temática abordava o tráfico de pessoas, muitos/as alunos/as questionaram os motivos pelos quais grande parte das vítimas da modalidade de exploração sexual ser constituído por mulheres. Em outras situações, os/as alunos/as levantaram inquietações e até mesmo sugestões para que o tema das questões gênero fosse abordado em um futuro projeto.

No ano seguinte, 2015, uma das professoras supervisoras sugeriu um projeto de ensino com a temática de gênero, já que ela estava em contato com alunos/as do 3º ano do Ensino Médio, que fariam o ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio, e que talvez não possuíssem contato adequado com o tema. O que foi muito oportuno, visto que na edição daquele ano, o exame trouxe questões e uma proposta de redação com assuntos relativos a essa temática.

Dessa maneira, o projeto “Discutir desigualdades na busca por igualdade” foi pensado e executado no 2º semestre de 2015, em uma escola na cidade de Campo Grande/MS. Ele foi elaborado levando em consideração de que disciplina de história possui função educativa, formativa, emancipadora e libertadora, tendo como papel fundamental a formação da consciência histórica dos homens, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxe individual e coletiva (FONSECA, 2009). Nessa mesma direção, Libâneo (1990) afirma que a escola possui função social que ultrapassa a mera reprodução de conteúdos, formar indivíduos para o exercício crítico da cidadania e para ativa participação nos vários setores da vida social. Para o autor, dominar os conhecimentos e habilidades é saber aplicá-los tanto nas tarefas escolares quanto na vida prática, não se restringindo somente a explicar a natureza, a sociedade e o pensamento humano, mas também atuando para transformá-lo.

A pedagoga Daniela Auad (2006) em seu trabalho, “Educar meninas e meninos – Relações de gênero na escola”, afirma que uma escola comprometida com o fomento da solidariedade e desenvolvimento da dignidade, também deve estar comprometida com o término das desigualdades de gênero, pois ela pode ser tanto um espaço de criação e reforço, quanto para a sua diminuição. A autora ainda propõe que uma educação para a igualdade entre os gêneros precisa ser levada por agentes de mudança, que seriam professores, pesquisadores, secretarias de educação, coordenadores e diretores, com a responsabilidade de analisar práticas e situações escolares, traçar objetivos igualitários, estabelecer metodologias de trabalho e definir tarefas.

Nesse mesmo sentido, em relação ao ensino de história, Carla Pinsky (2010), afirma que uma das principais funções das aulas da disciplina seria a de capacitar os alunos/as para compreender a historicidade de concepções, mentalidades, práticas e formas de relações sociais, observando que as ideias sobre “ser homem” e “ser mulher” foram se transformando ao longo da história. Dessa forma, seria possível aos/as alunos/as desenvolver uma visão mais crítica das “regras sociais e verdades apresentadas como absolutas” sobre as questões de gênero.

O projeto se apoiou no próprio Projeto Político Pedagógico da escola, vigente no momento de sua execução, que via a disciplina de história em uma perspectiva multiculturalista, com possibilidade de promover o respeito às diferenças e o combate a preconceitos, dentre eles os de gênero.

O ponto de partida para discutir as questões de gênero, foi a construção da cidadania, conquista de espaços e direitos das mulheres e da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no Brasil, para que o conteúdo trabalhado estivesse articulado com o conteúdo regular da disciplina de história, a “Cidadania brasileira

(construção histórica)”. Buscou-se desenvolver ações educativas que conduzissem os/as alunos/as a um pensamento crítico frente às desigualdades, fomentando a reflexão acerca dos papéis estereotipados e hierarquizados atribuídos socialmente a homens e mulheres ao longo da história, e promover atitudes de defesa da igualdade social, econômica e de direitos, bem como o respeito à diversidade sexual.

### **Metodologia**

Para o desenvolvimento do projeto foi utilizado o método de aula expositiva dialogada<sup>lxvii</sup>, adotando a docência compartilhada<sup>lxviii</sup> entre os membros do grupo. Durante as aulas, as discussões foram conduzidas de modo a valorizar o diálogo entre professores/as e alunos/as, se pautando na ideia que o processo de ensino e aprendizagem é feito coletivamente, ocorrendo interação entre aluno/a e o conhecimento, mediado pela presença do professor/a.(FONSECA, 2009).

De acordo com Fonseca (2009) os/as alunos/as possuem histórias, valores e culturas diversas e adentram a escola com uma carga variada de conhecimento proveniente de meios de comunicação como a internet e a TV e por instituições como a família e a igreja. Assim, os conhecimentos prévios dos alunos/as e aspectos do seu cotidiano serviram de ponto de partida para o planejamento das aulas, resultando no uso de recursos didáticos<sup>lxix</sup> diversos, como músicas, programas de TV, jornais, propagandas e imagens de filmes.

A utilização de linguagens e recursos diferenciados, dentre eles algumas produções midiáticas, também teve como finalidade tornar o processo de ensino e aprendizagem mais contextualizado e dinâmico, com significado para a vida do/a aluno/a, oferecendo-lhe a possibilidade de se colocar criticamente em relação à realidade que o cerca (GUERRA; DINIZ, 2007). Ao partir da realidade e do cotidiano dos/as alunos/as, é importante ressaltar, assim como Leandro Karnal (2012), que “partir da realidade desfocada do aluno é muito

importante, mas ficar nela como objeto e meta é um erro”. Os meios de comunicação de massa, a internet, o cinema e outros meios que os/as alunos/as obtêm informações, por vezes são disseminadores de preconceitos, discursos de ódio e informações fragmentadas. Nesse mesmo sentido, Abud, Silva e Alves afirmam:

Um dos desafios da educação contemporânea é lidar com a excessiva carga informativa, o que não significa tentar reproduzi-la em sala de aula na íntegra, com pouco espaço para a reflexão de seus significados. Isso significa ensinar os alunos, por meio da contextualização, a selecionar fatos importantes, organizá-los e analisá-los. (ABUD; SILVA; ALVES, 2013, p.29)

A primeira aula foi destinada a abordagem do que se configurava como relações de gênero. Foram apresentadas e analisadas estatísticas que comprovam as desigualdades, preconceitos e violência de gênero<sup>lxx</sup> no Brasil, no ambiente escolar e também no estado de Mato Grosso do Sul. Com o objetivo de aproximar os conteúdos ministrados com a realidade dos/as alunos/as, foram utilizadas imagens de filmes, situações do cotidiano, bem como assuntos que repercutiram nas redes sociais no momento em que o projeto foi executado. Assim, foi reproduzido para os/as alunos/as um vídeo do programa “Altas Horas” onde duas cantoras debatem sobre comportamentos femininos e masculinos<sup>lxxi</sup>. O vídeo ofereceu um bom recurso para aula visto que muitos/as alunos/as já haviam assistido e possuíam algumas impressões sobre o mesmo. No recurso é possível assistir uma discussão sobre comportamentos tidos como adequados para as mulheres e a cantora Pitty intervém e ressalta que as mulheres ainda não possuem os mesmos direitos que os homens, destacando que, se em um programa de TV, ainda se discute comportamentos adequados para as mulheres, mostra que ainda se possuem diferenças nas concepções de comportamentos considerados ideais pra elas.

Após a reprodução do vídeo, as reações e percepções dos/as alunos/as foram diversas, ocorrendo divergências de opiniões. Em sua maioria, as alunas se colocaram em

defesa da fala da cantora Pitty e reconheceram diferenças nas concepções de comportamentos tidos como ideais para homens e mulheres.

Para a mediação da discussão, análise e debate junto com os/as alunos/as sobre o conteúdo do vídeo, foi retomado o conceito de relações de gênero. Segundo Daniella Auad (2003), relações de gênero também se refere ao conjunto de expressões do que se pensa sobre o sexo masculino e o feminino, esperando-se uma série comportamentos de homens e mulheres. “Ou seja, a sociedade constrói longamente, durante os séculos de sua história, significados, símbolos e características para interpretar cada um dos sexos” (2003, p. 57).

O vídeo e os demais recursos dessa aula auxiliaram na percepção de que ainda existem desigualdades de gênero em nossa sociedade, e que elas não residem apenas no acesso a direitos, mas também nas mínimas situações do dia-a-dia e naquilo que se espera de comportamentos de homens e mulheres.

Na segunda aula, foi abordada a construção da cidadania feminina na passagem para o século XX, tratando da conquista aos direitos de educação e voto, bem como do início dos movimentos feministas, mostrando muitas conquistas foram frutos de um longo processo de reivindicações e lutas<sup>lxxii</sup>.

Nessa aula, como recurso didático foi utilizado o primeiro exemplar da revista feminina “Jornal das Moças”, de 1914<sup>lxxiii</sup>. Essa revista foi produzida no Rio de Janeiro, entre 1914 e 1968, e era distribuído nacionalmente. Seu conteúdo trazia informações sobre moda, culinária, comportamento, dicas de beleza e também anúncios de produtos variados como lingerie, remédios, filmes, etc. (SOARES; SILVA, 2013). A revista foi trabalhada com o objetivo de refletir sobre como normas, condutas e comportamentos, julgados como adequados para as mulheres, eram propagados, construindo normas sociais e um ideal de mulher da época.

O debate foi promovido com os/as alunos/as refletindo sobre qual ideal de mulher era propagado pelo ‘Jornal das Moças’ analisando como alguns deles sofreram transformações, mas também outros permaneceram na sociedade. Com o uso do jornal, buscou-se mostrar mais claramente como as relações de gênero são construídas socialmente e historicamente, ou seja, que a sociedade, por meio de suas instituições, como a imprensa, transmite a homens e mulheres normas, valores e comportamentos deles esperados que acabam sendo vistos como naturais do sexo masculino e feminino.

Na terceira aula, foi abordado o período pós 1960 até a atualidade. Nesse contexto, houve a ampliação de movimentos sociais em busca da democracia no final da ditadura militar e a conhecida Década da Mulher (1975-1985), quando se passa delinear uma nova fase na busca por igualdade e direitos, passando pelo movimento feminista e pela luta da população LGBT no combate à discriminação e busca por direitos<sup>lxxiv</sup>. Nessa aula, a escolha dos recursos didáticos se deu com o objetivo de promover uma reflexão sobre a violência de gênero, fomentando um debate sobre defesa e respeito à diversidade sexual. Sendo assim, foi utilizado como recurso didático um vídeo do canal ESPN, onde a repórter faz uma intervenção ao entrevistado por usar um termo homofóbico<sup>lxxv</sup>. Esse recurso possibilitou refletir juntamente com os/as alunos/as que a homofobia não passa apenas pela violência física, mas também pela violência verbal e psicológica. Outro recurso foi a música “Tá rodada”, do cantor Loubet<sup>lxxvi</sup> que possui uma letra marcada por uma depreciação da mulher. A música, sendo veículo de representações, sentimentos, visões de mundo, também pode reforçar preconceitos e estereótipos, que por vezes são ouvidas e cantadas pelas pessoas sem uma reflexão sobre seu conteúdo.

No debate sobre a música, ocorreram mais opiniões divergentes. Alguns alunos alegaram que era somente uma música inofensiva, já as alunas, em sua maioria, mostraram uma maior identificação com a discussão, criticando o conteúdo da letra e as diferenças no

juízo desigual de comportamentos e atitudes de homens e mulheres. A música proporcionou um bom recurso para se pensar as diferentes formas de violência contra mulher, foi ressaltado que, na letra, há uma violência psicológica, de depreciação da mulher com adjetivos como: “rodada” e “pisada”.

As produções midiáticas que foram utilizadas como recursos didáticos, onde percebem-se estereótipos e preconceitos de gênero, foram trazidos para a aula justamente para o seu questionamento. Nesse sentido, compreende-se que assim como colocado por Abud, Silva e Alves (2013), velocidade da produção midiática impregna nosso cotidiano, levando ao uso e consumo de seus conteúdos, quase que imediatamente, havendo pouco tempo para reflexão.

### **Avaliação da aprendizagem e do ensino**

A última aula foi reservada para a avaliação final do projeto. A avaliação é uma tarefa didática necessária e que deve ocorrer em todo o processo de ensino e aprendizagem, sendo, assim, um processo contínuo e sistemático. Da mesma forma, se constitui em uma reflexão sobre o nível e qualidade do trabalho tanto do/a aluno/a, quanto do/a professor/a (LIBÂNEO, 1990)

O processo de avaliação pode assumir várias formas, umas mais formais, outras menos, não se restringindo somente a aplicação de prova escrita e estabelecimento de uma nota, também ocorrendo em outros momentos do cotidiano da prática escolar (LIBÂNEO, 1990). Sendo assim, a avaliação do projeto não ocorreu somente com a avaliação final proposta, mas também durante todas as aulas, por meio de perguntas dirigidas para as turmas e do espaço para o debate, que objetivou oferecer meios para os/as alunos/as mostrassem o que conseguiram, ou não, aprender.

Além da avaliação diagnóstica no cotidiano da prática escolar, Libâneo (1990) também destaca a importância de se avaliar os resultados de aprendizagem na conclusão de um determinado período de trabalho, pois também cumpre a função de realimentação do processo de ensino. Assim, como instrumento de avaliação final, foi proposto a produção por parte dos/as alunos/as de um *fanzine*<sup>lxxvii</sup>.

As primeiras publicações de *fanzines* ocorreram na década de 1930, nos Estados Unidos, porém o termo *fanzine* somente foi introduzido em 1941, por Russ Chauvenet, sendo a combinação dos termos *fanatic* e *magazine*, que viria a significar “magazine do fã” (MAGALHÃES, 1993). Segundo Magalhães (1993), no início, esse tipo de publicação estava mais ligada às histórias de ficção científica, todavia, devido à sua repercussão, ocorreu uma ampliação de seu leque de temas, como terror, literatura policial, histórias em quadrinhos, assim como sua utilização como panfleto político. Os *fanzines*, por serem veículos independentes, livres de censura e sem as amarras do mercado editorial, foram utilizados por diversos movimentos sociais como espaço de expressão e divulgação de ideias, como o anarquista, socialista, *punk*, feminista, dentre outros (MAGALHÃES, 1993). Assim, a escolha pela produção do *fanzine* deu-se devido ao seu histórico de utilização dentro dos movimentos sociais, como ferramentas de expressão e divulgação de ideias.

Conforme Libâneo (1990), um aspecto relevante ao realizar a avaliação é a clareza dos critérios, pois os/as alunos/as precisam saber para que estão trabalhando e no que estão sendo avaliados, da mesma forma, os critérios de avaliação devem estar em concordância com os objetivos e conteúdos das aulas. Dessa forma, em concordância com os/as alunos/as, foram estabelecidos os critérios de avaliação dos *fanzines*, que deveriam abordar alguns dos temas trabalhados nas aulas do projeto.

O *fanzine* foi avaliado de 0 a 5 pontos, a partir dos seguintes critérios: a) conteúdo informativo, crítico e reflexivo, valendo 3 pontos; b) estética, 1 ponto; c) criatividade, 1 ponto.

Os principais temas escolhidos pelos/as alunos/as foram: violência contra a mulher, homofobia e machismo. As notas, em sua maioria, foram maiores que 3 (três) pontos, mostrando um entendimento dos/as alunos/as da proposta do projeto e dos critérios de avaliação.

### **Considerações finais**

O projeto permitiu trazer para dentro da sala de aula temas relacionados às questões gênero, tratando sobre desigualdades, preconceito, discriminação e violência. Procurou-se trabalhar esses temas a partir de uma perspectiva histórica, a partir da construção da cidadania, conquista de espaços e direitos das mulheres e da população LGBT.

Durante a realização do projeto, foram utilizados recursos diferenciados, como a música, os vídeos e o jornal, que contribuíram para tornar as aulas mais dinâmicas e com significado na vida dos/as alunos/as. Na primeira aula percebeu-se que uma boa parte dos/as alunos/as possuía concepções naturalizadas sobre o que é ser homem e mulher, no sentido de os papéis sociais serem determinados pelo biológico. Entretanto, as alunas possuíam um olhar muito mais crítico para o conteúdo do que os alunos, pois alguns desses consideravam que, atualmente, não existem mais desigualdades entre homens e mulheres. Desconstruir essas ideias foi trabalhoso, pois se teve que mostrar que as desigualdades também residem nas mínimas relações sociais, na educação, no trabalho, ou seja, no cotidiano. Observou-se também que existia uma ideia de que o feminismo seria o contrário do machismo, colocando a mulher como superior e não em condição de igualdade em relação ao homem.

Na segunda e terceira aula, quando foi trabalhada a questão feminina nas primeiras décadas da república, na ditadura militar e pós-ditadura, os/as alunos/as conseguiram compreender melhor que os direitos conquistados pelas mulheres foram fruto reivindicações, de mobilizações e que as concepções sobre o feminino e masculino sofreram transformações ao longo do tempo. Consequentemente puderam observar que as relações entre homens e mulheres são construídas historicamente e socialmente, o que contribuiu para desvencilhar a concepção naturalizada de ser homem e mulher.

De forma geral, a maior parte do *fanzines* tratou da questão da mulher, principalmente com relação à violência. Dos que abordaram a questão LGBT, muitos trataram da homofobia. A maior parte contribuiu para a promoção da igualdade de gênero, se posicionando contra a violência e o preconceito. Os/as alunos/as que individualmente demonstraram resistência à temática LGBT nas aulas optaram por abordar a temática da mulher, mostrando maior conforto com essa questão.

É preciso levar em consideração que cada aluno/a possui seu tempo, seus caminhos e recursos no processo de aprendizagem, pois este não ocorre imediatamente e de forma homogênea, logo o resultado do processo educacional é diferente em cada aluno/a, pois a interpretação que cada um faz da realidade é diferente, ocorrendo no processo interação de aspectos pessoais e únicos com elementos compartilhados com os outros sujeitos do processo de ensino e aprendizagem (FONSECA, 2009).

O projeto cumpriu seus objetivos de trazer para dentro da sala de aula atitudes de reflexão e defesa da igualdade de direitos e do respeito à diversidade sexual, buscando construir uma prática docente transformadora que procura contribuir para formação de cidadãos críticos e solidários com os problemas sociais que os cercam. Da mesma forma, o

projeto não pode ser considerado um fim em si mesmo, mas um ponto de partida sobre como devem ser trabalhadas as relações de gênero no ambiente escolar.

<sup>lxvi</sup> “O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica, que concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola”. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, 2014, p.3).

<sup>lxvii</sup> Consiste na exposição dos conteúdos promovendo a participação ativa dos alunos, através de discussões e debates, articulando seus conhecimentos prévios com os conteúdos das aulas (GIL, 1997 apud LOPES, 2012).

<sup>lxviii</sup> Consiste na ministração das aulas dividindo a regência do conteúdo entre outros membros do grupo, enquanto um aluno de outro projeto do PIBID de História a assiste, com o objetivo de refletirmos sobre nossa prática no fim de cada aula e nos encontros semanais de todos os projetos do PIBID. O objetivo é que os acadêmicos compartilhem entre si as reflexões e experiências nas aulas, proporcionando uma reflexão mais profunda sobre a prática docente.

<sup>lxix</sup> “Recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino - aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado pelo professor a seus alunos. Há uma infinidade de recursos que podem ser utilizados nesse processo, desde o quadro de giz até um data show passando por jogos, passeios para pesquisa de campo e assim por diante”. (SILVA, 2007, p.111).

<sup>lxx</sup> O conteúdo ministrado teve como referencial Auad (2003; 2006).

<sup>lxxi</sup> Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/altas-horas/v/anitta-e-pitty-discordam-em-debate-sobre-liberdade-sexual-feminina/3815453/>>. Acesso em: 13 de abr. 2015.

<sup>lxxii</sup> O conteúdo ministrado teve como referencial Pinsky; Pedro (2012) e Auad (2003).

<sup>lxxiii</sup> Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/jornal-mocas/111031>>. Acesso em: 28 de abr. 2015.

<sup>lxxiv</sup> O conteúdo ministrado teve como referencial Pinsky; Pedro (2012) e Facchini (2012).

<sup>1</sup> Disponível em: <[http://espn.uol.com.br/video/495450\\_torcedor-do-palmeiras-usa-termo-homofobico-e-leva-bronca-ao-vivo-de-reporter-da-espn](http://espn.uol.com.br/video/495450_torcedor-do-palmeiras-usa-termo-homofobico-e-leva-bronca-ao-vivo-de-reporter-da-espn)>. Acesso em: 2 de maio 2015.

<sup>lxxv</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=ADKk6s\\_Oag4](https://www.youtube.com/watch?v=ADKk6s_Oag4)>. Acesso em: 5 de maio 2015.

<sup>lxxvi</sup> “O *fanzine* é uma publicação alternativa e amadora, geralmente de pequena tiragem e impressa artesanalmente. É editado e produzido por indivíduos, grupos ou fãs-clubes de determinada arte, personagem, personalidade, hobby ou gênero de expressão artística, para um público dirigido e abordando quase sempre um único tema (MAGALHÃES, p. 9, 1993)”. Magalhães (1993) atenta que não existe consenso sobre o conceito de *fanzine*, sendo muitas vezes confundido com outros gêneros da chamada imprensa alternativa, porém o que caracteriza o *fanzine* é seu conteúdo voltado para a informação, a crítica e a reflexão.

## **Anos de controvérsias: representações de mulheres em distintas perspectivas históricas**

### **Years of controversies: representations of women in different historical perspectives**

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior<sup>105</sup>  
Joice Souza Garcia<sup>106</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo** A presente comunicação é fruto das discussões realizadas no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados na disciplina História de Gênero. A partir de tal, pretendemos apresentar o desenvolvimento da perspectiva de gênero relacionado aos períodos históricos recentes do Brasil analisando as influências que tais abordagens são aplicadas. Como teóricas de gênero que norteiam nossas concepções, destacamos Joan Scott (1995), Judith Butler (2003), Donna Haraway (2004) e Andrea Gonçalves (2015). Quanto aos períodos históricos discutidos, deteremos nossa reflexão em torno das relações de gênero na Guerrilha do Araguaia (1972-1975) que ocorreu entre os estados do Pará e Tocantins e a Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul. Tais escolhas, além de permear reflexões concisas por parte do pesquisador e da pesquisadora, tencionam observar as proximidades e afastamentos quanto aos períodos históricos e o quanto a questão de gênero era/é representada nesses espaços.

**Palavras-Chave:** Gênero; História; Perspectivas.

## **INTRODUÇÃO**

Nas últimas décadas, os debates em torno da história das mulheres e das relações de gênero passaram a ser problematizadas e solidificadas nos diferentes campos das ciências humanas. Como consequência surgiram estudos no Brasil e no mundo cada vez mais inovadores e dotados de uma interdisciplinaridade que consubstancia teorias utilizadas pela história, a exemplo das pesquisas de Michel Foucault.

Nessa perspectiva, a presente comunicação, fruto dos debates gerados no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, a partir da disciplina história e gênero, traz consigo reflexões sobre mulheres em distintos recortes

---

<sup>105</sup> Doutorando em História – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).E-mail: academicoary@gmail.com.

<sup>106</sup> Mestranda em História – Universidade Federal da Grande Dourados(UFGD). E-mail: joicesouzagarcia@outlook.com

históricos e suas relações entre gênero e história. Quanto à escolha destes recortes, se devem às pesquisas em desenvolvimento pelos autores, em voga as mulheres na guerrilha do Araguaia (1967-1974), sua atuação política durante a ditadura civil militar e a trajetória dos movimentos de mulheres e feministas a partir da década de 1980 em Mato Grosso do Sul. Enquanto as primeiras tinham como foco central a luta ideológica e política contra a opressão do Estado, e em alguns casos contra uma cultura falocêntrica, as outras, direcionam-se à efetivação de políticas públicas, sobretudo quanto ao enfrentamento à violência contra a mulher, inserindo a Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande-MS na contemporaneidade.

No que concerne à história das mulheres, por muito tempo estas não tinham espaços dentro da historiografia (PERROT, 2005). Assim, cerceadas por uma cultura machista e misógina, as mulheres sempre tiveram suas representações voltadas ao privado (o lar e a família) enquanto os homens ao público (a política e a história) (COLLING, 2014). Como destacam Duby e Perrot (1991), não dar voz as mulheres é recusar a ideia de que elas são em si mesmas objetos de história, não atentando que o lugar, a condição, os poderes, as formas de ação, seus silêncios, bem como suas palavras trazem um caráter de representação importante em suas inúmeras abordagens históricas.

Quanto aos estudos de gênero, uma das grandes estudiosas do tema, Joan Scott contribui de forma importante para elucidar que, quando se reflete a respeito dos papéis femininos e masculinos na sociedade, não se está colocando em oposição homens e mulheres, mas trazendo como central a necessidade de desconstruir a supremacia do gênero masculino sobre o feminino. Tal abordagem trabalha na direção de uma igualdade política e social, que inclui não somente o sexo, mas também a classe e a raça, ampliando os espaços de relação e suas diferentes implicações. Ainda em torno dessa categoria, Carvalho (1998) afirma que gênero não é um conceito que descreva as relações entre homens e mulheres, mas uma categoria teórica referida a um conjunto de significados e símbolos construídos sobre a base

da percepção da diferença sexual, utilizado na compreensão de todo o universo observado, incluindo as relações sociais e, mais particularmente, as relações entre homens e mulheres. Assim, após apresentadas as bases desta comunicação, pretende-se, ainda que brevemente, fortalecer os debates em torno da já solidificada história das mulheres e no contínuo crescimento das reflexões de gênero.

## AS MULHERES NO ARAGUAIA

Sobre a guerrilha do Araguaia, na historiografia ainda há poucas obras que a abordem, sendo a *Guerrilha do Araguaia: A Esquerda em Armas* de Romualdo Filho (1997) um dos estudos de maior reverberação na história, o qual, a partir da perspectiva memorialística, buscou com camponeses que vivenciaram o episódio recuperar momentos do período. Isso deve-se principalmente aos poucos documentos da repressão pouco disponibilizados sobre a temática. Por outro lado, existe uma quantidade significativa de estudos sobre a guerrilha oriundas do jornalismo, as quais, aqui, mesclam documentações da época com ficção, a exemplo de *A lei da selva* de Hugo Studart (2006) e *Antes do Passado – O Silêncio Que Vem do Araguaia*, de Liniane Haag Brum (2012).

Ocorrida entre os anos de 1967 e 1974, a Guerrilha do Araguaia perpassou os governos dos Generais Costa e Silva, Médici e Geisel, momentos de grande acirramento ideológico por parte do Estado a seus opositores, bem como entre a própria esquerda, cada vez mais esfacelada pela repressão (ARAÚJO, 2001). No que concerne a presença da mulher, do efetivo de oitenta militantes, dezesseis eram mulheres, algo que confirma a tese de estudos que colocam a mulher como ente ativa na história, no qual compactuamos. Dessas, destacaremos Dinaelza Santana<sup>lxviii</sup>, baiana, assassinada em combate contra tropas militares, tendo seu corpo desaparecido.

Diná ou Mariadina (1949-1973) como ficou conhecida na guerrilha, se formou em geografia na Universidade Católica da Bahia em 1969, indo para o Araguaia junto com seu

marido Wandick Coqueiro. Na guerrilha ficou alocada no destacamento B, sob o comando de Osvaldão, temido pelas forças militares. Em contato com familiares de Dinaelza Coqueiro, estes relatam a luta e o ideário político desta mulher durante sua vida estudantil. Quanto a isto, como destaca Santos (2004), Dinânão era líder estudantil com larga experiência, tendo a efervescência política de 1968, bem como passeatas de rua grande influência para sua inserção política, contudo, sem deixar de levar em consideração sua militância no Colégio Secundarista Régis Pacheco em Vitória da Conquista, Bahia. Tal fato nos possibilita enquadrá-la nos inúmeros jovens que passaram a militar politicamente a partir dos movimentos estudantis que se fortaleceram e ao mesmo tempo foram duramente perseguidos no período.

No que tange às relações de gênero, em documentos analisados sobre Dinaelza Coqueiro, sua pouca idade foi por muito tempo encarada como fator de manipulação ideológica, sendo representada como uma simples acompanhante de seu marido Wandick Coqueiro (João Goiano) na guerrilha. Tal ponto é algo que chama atenção pelo caráter secundário dado à sua militância por parte da repressão, algo visto como normal por parte daquela sociedade, minimizando a presença da mulher na luta contra a ditadura, lugar este que não pertencia a mulher. Como destaca Colling (1997, p.10),

Apesar de sabermos que muitas mulheres lutaram, juntamente com os homens, pela redemocratização do país, militando nos partidos de esquerda, sua recuperação histórica ainda está por ser feita. A divisão entre o público e privado – entende-se como público o político- é a divisão entre masculino e feminino. O lugar do homem é no comando, na liderança, no mundo político. À mulher resta o privado, onde muitas vezes os homens também comanda.

Tal ponto atentado acima, se remete a uma prática constante no período quanto às abordagens direcionadas às mulheres militantes. Independentemente se guerrilheira ou não, as mulheres, em grande parte, eram vistas de forma diferenciada, principalmente pelos órgãos de

repressão, tendo os adjetivos depreciativos à figura feminina como ponto forte nos documentos da época observados.

Logo, as mulheres que ousavam ir contra esse “sistema” cultural, travando uma luta político-ideológica passavam a ser vistas de forma negativa e alienadas pela política. Sendo assim, despossuídas de pensamentos próprios, ligadas a ideia de estarem atrás de seus maridos e não por idealismo político, adjetivos como “puta comunista” e “mulher-macho” passam a ser um sobrenome destinado para as mulheres (CAVALCANTI JUNIOR, 2014, p. 13).

Porém, é de se destacar o quanto a presença da guerrilheira Dinaelza é relatada por moradores e camponeses entrevistados pela Comissão Nacional pela Verdade (CNV), apontando, principalmente, para as ações que antecederem seu assassinato, ressaltando a figura de uma mulher determinada e dotada de atitudes firmes na guerrilha. Assim, seu nome também pode ser encontrado em ruas de cidades como Salvador, Vitória da Conquista-Bahia e Rio de Janeiro, algo encarado como de grande importância simbólica, devido à ausência de logradouros dotados de nome de mulheres.

Dessa forma, apesar dos inúmeros cerceamentos as quais as mulheres estavam alocadas durante a militância política, a resistência, propriamente dita, não se deu apenas no limiar político, mas, também no campo da cultura, aquele que naturaliza e cristaliza o que é coisa de quem. Assim, a participação das mulheres na guerrilha do Araguaia teve papel fundamental não apenas na resistência, mas no enfrentamento diário entre o ser mulher, ser guerrilheira e ir contra regras e padrões pré-estabelecidos, podendo ser observadas como exemplos de luta e de significância histórica, algo que ainda se encontra no esquecimento.

Logo, não apenas transcendendo a política, mas relacionando-a à discussões de gênero e história, ao observarmos a luta das mulheres contra o Estado opressor, possibilitam discussões que trazem a mulher não como ente externo, mas intrínseco a história, como participantes ativas nos diversos momentos que o Brasil vivenciou. Ao passo que estudos

trazem tais relações, solidifica-se a ideia errônea de que os homens tiveram no centro das referências na resistência à ditadura, demonstrando que as mulheres foram entes de ampla participação política.

## **A CASA DA MULHER BRASILEIRA DE CAMPO GRANDE**

A inclusão da mulher sul-mato-grossense na historiografia é recente, sendo destaque os estudos de Rodrigues (2013) que analisa a situação de mulheres do referido estado no contexto da violência entre os anos de 1830 e 1889, Menegat (2008) que esmiúça a luta de mulheres camponesas e Santos (2009) que retrata o movimento popular de mulheres de Mato Grosso do Sul na década de 1990.

Sobre a violência contra a mulher no Mato Grosso do Sul<sup>lxxix107</sup> e, principalmente, sobre o surgimento da Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande (CMB)<sup>lxxx108</sup> a produção historiográfica ainda é incipiente<sup>lxxxi109</sup>, haja vista a complexidade desse tema tão relevante para o entendimento das relações de gênero na sociedade sul-mato-grossense. Percebe-se na atualidade a multiplicidade de movimentos de mulheres que lutam pela efetivação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Portanto, é relevante saber como a abrangência dessas reivindicações convergiu para a efetivação de direitos femininos, fomentando o surgimento de políticas públicas e endossando a necessidade de um centro de referência no combate à violência contra a mulher na capital do Mato Grosso do Sul.

Importante ressaltar a atuação de movimentos de mulheres e feministas nesse processo. Na década de 1980, por exemplo, emergiu o Movimento Popular de Mulheres, no seio da Igreja Católica sob a perspectiva da Teologia da Libertação. Em sua gênese não se tratava de um movimento que tinha como referencial questionar as relações de gênero, e sim atuar

---

<sup>107</sup> Abreviatura usada nesta pesquisa para se referir ao estado de Mato Grosso do Sul.

<sup>108</sup> Usa-se neste trabalho a abreviatura CMB para se referir a Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande-MS

<sup>109</sup> Conforme busca nas plataformas *Dedalus*, Acervo Unicamp, Plataforma Lattes e Acervo de Dissertações da UFGD.

reivindicando melhorias de infraestrutura nos bairros (água, luz, creche). Porém, a partir de 1985 deixa de ser um movimento ligado à pastoral social da Igreja para se configurar como movimento de mulheres e dirigir suas ações ao Estado, reivindicando delegacias especializadas de atendimento à mulher e casa/ abrigo para vítimas de violência doméstica (SANTOS, 2009).

No caso de Campo Grande, encontram-se muitas sedes de movimentos de mulheres e feministas, a saber: *Movimento de Mulheres Indígenas*, *Movimento de Mulheres Negras*, *Movimentos de Mulheres com Deficiência*, *Marcha Mundial das Mulheres*, *Comitê de Autodefesa das Mulheres da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)*, *Coletivo de Mulheres DorcelinaFolador*, exemplos do crescimento das demandas sociais, das discussões sobre a mulher no estado, e suas diversas abordagens/ ramificações.

Assim, a atuação dos movimentos certamente foi um dos fatores que colaboraram para que Mato Grosso do Sul assumisse posição de liderança nacional e referencia internacional na luta pelo enfrentamento à violência contra a mulher. No âmbito nacional seu destaque é algo reafirmado constantemente pelo Mapa da Violência 2015 (WEISEL FIZ, 2015). No meio externo ao país, representou o Brasil na primeira reunião regional internacional do GBV<sup>lxxxii110</sup> devido a ser precursora na criação de instituições que dirigem políticas públicas no enfrentamento a violência contra a mulher, a exemplo do Centro Especializado de Atendimento às Mulheres KuñaMbarete e a CMB, uma realidade distante em países da América Latina<sup>lxxxiii111</sup>.

Consistindo em um espaço público que integra os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência em razão do

<sup>110</sup>Gender-Based Violence (Violência Baseada por Gênero), convenção internacional realizada na Cidade do México em 13/11/2015, A rede da Iniciativa GBV é gerida por um consórcio de organizações não-governamentais e internacionais liderados pela Vital Voices Global Partnership. Os membros do consórcio incluem a Promundo-EUA, a Organização Internacional para as Migrações, e a Regra American Bar Association.

<sup>111</sup> SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO (SEDHAST). Disponível em: <<http://www.sedhast.ms.gov.br/subsecretaria-de-ms-vai-ao-mexico-e-representara-governo-brasileiro-em-convencao-internacional/>> Matéria de 9/11/2015 Acesso em 13/11/2015.

gênero, as ações da CMB não ficam restritas ao espaço físico da instituição, tendo a *Patrulha Maria da Penha*, formada inicialmente por 30 guardas municipais com o intuito de atender denúncias e acompanhar mulheres com medidas protetivas com a finalidade de garantir sua integridade física e psíquica como um aporte importante. O objetivo é fornecer um atendimento integral e humanizado à mulher vítima, de forma ágil e protetiva para que ela consiga romper o ciclo da violência e reestruture sua vida com autonomia.

Integrar o atendimento num único espaço físico evita que as mulheres vítimas de violência percorram por vários órgãos em busca de atendimento especializado. Se tomarmos como eixo a expressão usada pela então Ministra, designada para a SPM/PR em 2012, Eleonora Menicucci, o atendimento integrado simboliza o fim da *via cruci*<sup>lxxxiv</sup><sub>s</sub><sup>112</sup> das vítimas.

Analisar e problematizar a CMB é dar visibilidade ao problema da violência que atinge as relações de gênero, é dar voz a mulheres que vivem situações extenuantes de submissão violenta a agressões, circunstâncias até pouco tempo silenciadas na historiografia brasileira. Portanto, constituir a História não apenas como uma sequência de fatos, de mudanças, mas sim entender a História como “relato”, este historicamente relegado às mulheres (PERROT, 2007). É preciso ouvir os apelos femininos a fim de “restituir à *doxa* seu caráter paradoxal” (BOURDIEU, 2003), ou seja, que as próprias mulheres percebam a violência simbólica nas entranhas da dominação masculina e questionem o que está culturalmente estabelecido para a condição de ser mulher. Os mecanismos de resistências e lutas de mulheres sempre aconteceram a fim de romper a violência de modo que muitas conquistas corroboraram para esse fim, o que contribui para modificar as representações acerca da desigualdade de gênero no meio social.

---

<sup>112</sup> Constata-se que Eleonora Menicucci costuma usar esse termo, “emprestado” para o título deste trabalho. Um exemplo pode ser encontrado no site <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-06/casa-da-mulher-brasileira-e-uma-local-de-protecao-contra-violencia>. Acesso em 29/12/2015.

Nessa esteira, não há como abordar o enfrentamento a violência sem nos reportarmos à Lei Maria da Penha<sup>lxxxv113</sup>, sendo esta uma conquista fruto de lutas feministas a partir de meados da década de 1970. O ano de 1975 foi eleito pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional da Mulher, dando às brasileiras o ensejo na Ditadura Militar para que os movimentos de mulheres voltassem a se reorganizar, tomadas pela efervescência feminista europeia e estadunidense. Em 1985, no Brasil são abertas as primeiras delegacias especializadas no atendimento as mulheres e a partir de 1988 com a promulgação da Constituição que garantia direitos de igualdade, as lutas das mulheres tomam força passando a mover esforços para que seus direitos fossem assegurados por lei (TELES,1999). Antes mesmo da Lei Maria da Penha, interesses foram recompensados com inserções a favor da igualdade de gênero no Código Penal:

(...) no ano de 2001, Lei nº 10.224, que trata sobre assédio sexual no trabalho, e assim definiu-se como crime constranger alguém com intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual (art. 216-A). (...) no ano de 2002, com a Lei nº 10.455 que versa sobre afastamento e prisão do agressor; em 2003, a Lei nº 10.778 traz as notificações compulsórias pelos serviços de saúde (...) no caso de violência contra as mulheres que forem atendidas nos serviços de saúde públicos ou serviços de saúde privados; em 2004, Lei nº 10.886 tipifica a violência doméstica alterando, por exemplo, a redação do art. 129 do Código Penal, que fala sobre Lesão Corporal; em 2005, Lei nº 11.106 faz referência sobre a discriminação de gênero. Com ela foram alterados vários artigos do Código Penal Brasileiro (SILVA, 2010, p. 89).

Na década de 1990 foram criados Juizados Especiais Criminais (JECrim)<sup>lxxxvii114</sup> no intuito de agilizar os processos através de audiências de conciliação. Isso não foi bem recebido por mulheres vítimas de violência doméstica uma vez que a reincidência dos crimes era comum e conciliações não lhes garantia a manutenção de sua integridade. A partir de então os movimentos sociais de mulheres e feministas buscaram soluções para a retirada da competência de crimes em decorrência do gênero das mãos dos JECrim's. Uma década

<sup>113</sup> Lei 11340/2006. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20042006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/111340.htm)> Acesso em 25/11/2015

<sup>114</sup> Lei nº 9.099. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9099.htm)> Acesso em 26/11/2015

depois conquistava-se a Lei Maria da Penha, cujo lema baseia-se na “tolerância zero contra agressores”, haja vista que permitiu prisões preventivas e retirou de cena as penas alternativas como doações de cestas básicas e serviços à comunidade.

A incorporação de políticas públicas no contexto da redemocratização brasileira, na década de 1980, foi um reflexo de lutas feministas na atuação do Estado, em três momentos: primeiro com a criação das delegacias da mulher em 1985<sup>lxxxvii115</sup>; segundo com o surgimento dos Jecrim's, em 1995; terceiro com a Lei Maria da Penha, em 2006. Esta refletindo um “processo de passagem” da indiferença do Estado à absorção ampla das demandas feministas por uma política nacional para o enfrentamento à violência doméstica (SANTOS, 2006).

Não cabe aqui questionar a eficácia da referida lei, mas sim vincular a sua existência para que políticas públicas venham se concretizar. O programa do Governo Federal *Mulher viver sem violência*, sobretudo a construção da CMB, só foi possível a partir deste jugo e ambos trazem consigo uma imensa colcha de direitos conquistados tecida por movimentos de mulheres e feministas. A presença da CMB é, a partir dessa visão, um símbolo da efetividade da referida Lei, mas não o arremate já que mulheres continuam atuando.

Entende-se que a criação da CMB modifica a representação da desigualdade de gênero na sociedade sul-mato-grossense. Por enquanto ainda existem estruturas que permanecem imutáveis: a violência contra a mulher persiste em MS<sup>lxxxviii116</sup>. No entanto, historicizar a violência contra a mulher é importante não para ratificar o que já está naturalizado (desigualdade e violência), mas privilegiar os mecanismos e instituições que contribuíram pra romper com essas estruturas invariáveis. É esse o desafio que Bourdieu lança para o campo historiográfico das mulheres, e ainda enfatiza as consequências na prática dessa nova abordagem:

---

<sup>115</sup> Em Mato Grosso do Sul, a primeira Deam foi inaugurada em 1986, na capital Campo Grande-MS.

<sup>116</sup> De acordo com o Mapa da Violência de 2015, apontado anteriormente, MS registrou 742 assassinatos de mulheres de 2003 a 2013, apresentando pequena queda de 0,1% na década. No entanto, a variação não alterou a taxa de 5,9 homicídios para cada grupo de 100 mil mulheres no MS.

Se é verdade que o princípio de perpetuação dessa relação de dominação não reside verdadeiramente, ou pelo menos principalmente, em um dos lugares mais visíveis de seu exercício, isto é, dentro da unidade doméstica(...), mas em instâncias como a Escola ou o Estado, lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem dentro mesmo do universo mais privado, é um campo de ação imensa que se encontra aberto às lutas feministas, chamadas então a assumir um papel original, e bem-definido, no seio mesmo das lutas políticas contra todas as formas de dominação (BOURDIEU, 2003, p. 10).

É nesse sentido, entre tais tessituras teóricas, a história e suas relações com as experiências concretas que se desenrolam em Mato Grosso do Sul, sobretudo em Campo Grande no tempo presente, que se justificam os estudos que pretendem dar tratamento histórico às experiências sociais, políticas públicas e instituições que representem o cuidado de violência contra a mulher, como a CMB, tanto por seu caráter inaugural quanto pelas complexas relações que tal instituição estabeleceu com os movimentos e a sociedade para se estabelecer e consolidar seus papéis sociais, políticos e culturais.

### **Distanciamentos e proximidades**

Ao buscarmos pontos de distanciamento e proximidades nos respectivos períodos destacados neste artigo, percebemos que os pontos que os aproximam são maiores do que os que os separam. Um dos pontos que chama atenção é que apesar do longo período que separam os recortes, bem como os debates tímidos de outrora em voga das mulheres e quiçá das relações de gênero, no tempo presente, a violência contra a mulher ainda carrega em si características de submissão da mulher, sendo muitas vezes penalizada por sua condição de gênero, algo passível de se encontrar em relatos tanto de quem sofreu violência, bem como de seu algoz.

Reverberando por caminhos ainda mais próximos, muitas mulheres que tiveram vida ativa na resistência a ditadura, passaram a receber adjetivos pejorativos como *mulher macho, puta, vagabundas* ou *amantes*, algo nitidamente relacionado à forma como àquelas mulheres eram representadas por transgredirem aquele espaço de subalternidade culturalmente construído. Fazendo o paralelo com as muitas mulheres que chegam a CMB,

inúmeras destacam as formas coercitivas que são/foram submetidas, tendo como plano de fundo discussões e relações de poder quais o homem trazia construções culturais como referência para cometer agressões físicas e psicológicas.

No que se refere às continuidades, e tendo como aporte teórico o texto de Sarti (2004) consideramos que a resistência de mulheres sempre se fez presente, da guerrilha às políticas públicas atuais. Foram atitudes transgressoras de mulheres que resistiram ao autoritarismo durante a ditadura, que levantou questionamentos acerca da condição de “ser mulher” e sobre os espaços por elas ocupados. É ainda nesse contexto, mesmo que no processo de reabertura política, que as mulheres vão lutar pela anistia, tendo como referencial o ano de 1975 instituído como Ano Internacional de Mulheres pela Organização das Nações Unidas. Após a anistia o feminismo brasileiro movimenta-se em busca de políticas públicas, ampliando sua atuação, buscando uma representação de resistência e garantia da subjetividade das mulheres que modificasse a estrutura patriarcal vigente. Seja pela instalação das delegacias de atendimento especializado às mulheres, à instalação de casas abrigo, à não aceitação das leis vigentes que levou à Lei Maria da Penha e a partir daí a determinação de políticas de “tolerância zero” contra agressores, dentre estas a construção da Casa da Mulher Brasileira em Campo Grande-MS.

## **Conclusão**

Ao analisarmos os períodos históricos anteriormente apresentados, refletimos sobre como as teorias de gênero, bem como o fomento à história das mulheres vem rompendo fronteiras e chegando aos inúmeros espaços. Apesar do reconhecimento da importância das políticas públicas algo que já vinha sendo debatida no processo de abertura política no Brasil, os fatores que envolvem as relações de gênero, bem como as diversas formas de violência,

transcendem um visão política, chegando a uma rede de nós caucados em uma cultura falocêntrica que ainda reverbera.

Se refletirmos sobre a luta das mulheres na guerrilha do Araguaia, como no caso de Dinaelza, veremos que sua ida ao Araguaia, bem como seu assassinato são observados de forma secundária nos documentos ditos oficiais, onde sua representação se dá muito mais por ser mulher e pelo fato de ser esposa de alguém. No paralelo com as mulheres da CMB, ainda que guardadas as devidas proporções, e longe de qualquer anacronismo, destacamos que estas na maioria das vezes são agredidas por sua condição de mulher.

A resistência e suas diferentes perspectivas históricas é algo contínuo. Ao analisarmos os períodos apresentados e sua relação com as mulheres, demonstram o quanto estas cronologicamente combateram e resistiram não apenas a seus algozes, mas a uma cultura que a muito tempo as afastou do ambiente público. Falar sobre as mulheres guerrilheiras, ainda é algo pouco debatido, porém de suma importância no que concerne à espaços conquistados e tabus quebrados não apenas na academia mas na sociedade.

Quanto às políticas públicas atuais, seu crescimento nos últimos anos permitiu que muitas mulheres pudessem ter o tratamento adequado e uma voz ao seu lado, destacando não sua fragilidade, algo visto por nós como ultrapassado, mas sua luta diária contra a opressão misógina/patriarcal e agressiva que ainda persiste. Dessa forma, as inúmeras comissões pela verdade, grupos feministas e/ ou pela luta na igualdade de gênero e o exemplo da Casa da mulher brasileira de Campo Grande –MS, são espaços importantes não apenas para debates, mas para uma luta cada vez mais sólida pelas mulheres na sociedade e como propomos, na história.

## Referencias

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2001

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003

CARVALHO, M. P. Gênero e trabalho docente: em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINI, C; HOLLANDA, H.B. (orgs.). **Horizontes Plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: FCC. São Paulo: Ed. 34, 1998.

CAVALCANTI JUNIOR, Ary A. Nos tempos da ditadura: a memória de uma mulher baiana na resistência. **Revista Olhares Sociais**. PPGCS/UFRB, Vol. 03. nº. 01 – 2014, pág. 13

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 10

DUBY, G.; PERROT, M. **História das Mulheres no Ocidente**. São Paulo: Afrontamento, 1991

MENEGAT, Alzira Salete. **Mulheres assentadas e suas lutas. A questão agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. Campo Grande: UFMS, 2008.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M.S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007, p.16

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. **Mulheres, violência e justiça: crime e criminalidade no sul do Mato Grosso, 1830 a 1889**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Andrea Cristina. **Ação entre amigos: História da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)**. Dissertação de Mestrado. PPG em História Social. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004

SANTOS, Cecília Macdowell. Da delegacia da mulher à lei Maria da Penha: Absorção/tradução das demandas feministas pelo Estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2000, p. 155.

SANTOS, Celia Maria Flores. Poderosa Poção. **Experiências de “Bruxas”, ativistas e militantes: o Movimento Popular de Mulheres de Mato Grosso do Sul, década de 1990**. Dourados, MS: UFGD, 2009.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 2, ago. 2004.

SILVA, Cláudia Melissa de Oliveira Guimarães. **Violência contra as mulheres: a Lei Maria da Penha e suas implicações jurídicas e sociais em Dourados-MS**. (Dissertação). Dourados, MS : UFGD, 2010. 182f, p.89

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p.31.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1999, p.86

WEISELFIZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), 2015. Disponível em < <http://www.mapadaviolencia.org.br/>> Acesso em 27/12/2015

**“AQUÍ NO SE CHAMUYA”:** Dádivas, gramáticas afetivossexuais e individualidades de universitários/as intercambistas da UFMG

**“AQUÍ NO SE CHAMUYA”:** Gifts, affective and sexual grammars and individualities of UFMG undergraduate exchangers

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves<sup>117</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo** Neste artigo, com o intento de compor as trajetórias afetivossexuais de universitários/as intercambistas em Belo Horizonte (MG), descrevo o contexto de residência destes sujeitos nas moradias da UFMG, apontando para práticas disciplinares ali existentes e as estratégias para suplantá-las, mediante as trocas de objetos e favores. Por meio das trajetórias, se constatou que estes/as estudantes ressignificam a construção de pessoa durante a estadia, tornam-se mais individualizados/as, devido a um conjunto de circunstâncias experienciadas no intercâmbio.

**Palavras-chave:** Disciplina; Reciprocidade; Individualização.

**Abstract** This paper is aimed at constructing the affective and sexual trajectories of exchange students in Belo Horizonte, Brazil. Therefore, I describe the residence context of the individuals in the UFMG dwelling houses, pointing to existing disciplinary practices and the strategies to overcome them through the exchange of objects and favors. By means of the trajectories, it was found that these students ressignify the construction of person during the stay, they become more individualized due to a set of circumstances experienced in the exchange.

**Keywords:** Discipline; Reciprocity; Individualization.

## Introdução

Neste texto, busco relatar as trajetórias afetivossexuais de estudantes intercambistas em Belo Horizonte (MG), alunos/as estrangeiros/as da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com idades entre 21 e 25 anos, provenientes de países da América do Sul que residiram, em média, durante seis meses na capital mineira.

---

<sup>117</sup> Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e graduado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Este artigo coaduna parte dos resultados alcançados por meio de uma pesquisa desenvolvida entre set. 2015 à dez. 2016, que contou com o subsídio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bolsa de mestrado. Ser-Tão – Núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade, FCS, sala CS 5, Universidade Federal de Goiás (Câmpus Samambaia), CEP 74001-970, Goiânia –GO. Tel. (62) 3521-1128. E-mails: antonioaugusto.sociais@hotmail.com e/ou antonioaogoncalves@gmail.com.

Devidos aos acordos bilaterais com as universidades latino-americanas, alguns/as desses/as estudantes viviam nas moradias universitárias da UFMG. Nas primeiras incursões de campo, o local de residência dos/as intercambistas parecia tão somente um de tantos elementos empíricos possíveis para compreender as vivências sexuais deles/as, o que incluía, além de outros aspectos, variáveis como o gênero, etnia/nacionalidade, tempo de participação em processos migratórios, idade e histórias de vida. Entretanto, na medida em que avancei nas observações e nas entrevistas, apercebi que as moradias da UFMG detinham uma centralidade nos relacionamentos sociais dos/as intercambistas; era principalmente a partir desse microcosmo que a maioria deles/as tecia contatos, fazia amizades e se relacionava sexualmente, de tal modo que alguns/as se viam inscritos/as numa “economia política do sexo”. Gayle Rubin (1986) propõe esta expressão para designar como as atividades sociais e políticas não estão desvinculadas do exercício da sexualidade:

Las preocupaciones tradicionales de la antropología y la ciencia social – como la evolución de la estratificación social y el origen del estado – tienen que ser reelaborados para incluir las implicaciones del matrimonio de primos cruzados matrilaterales, el excedente extraído en forma de hijas, la conversión de las vidas de las mujeres en alianzas matrimoniales, [...] reconociendo[se] la recíproca interdependencia de la sexualidad, la economía y la política, sin subestimar la plena significación de cada una en la sociedad humana. (RUBIN, 1986, p. 140-141).

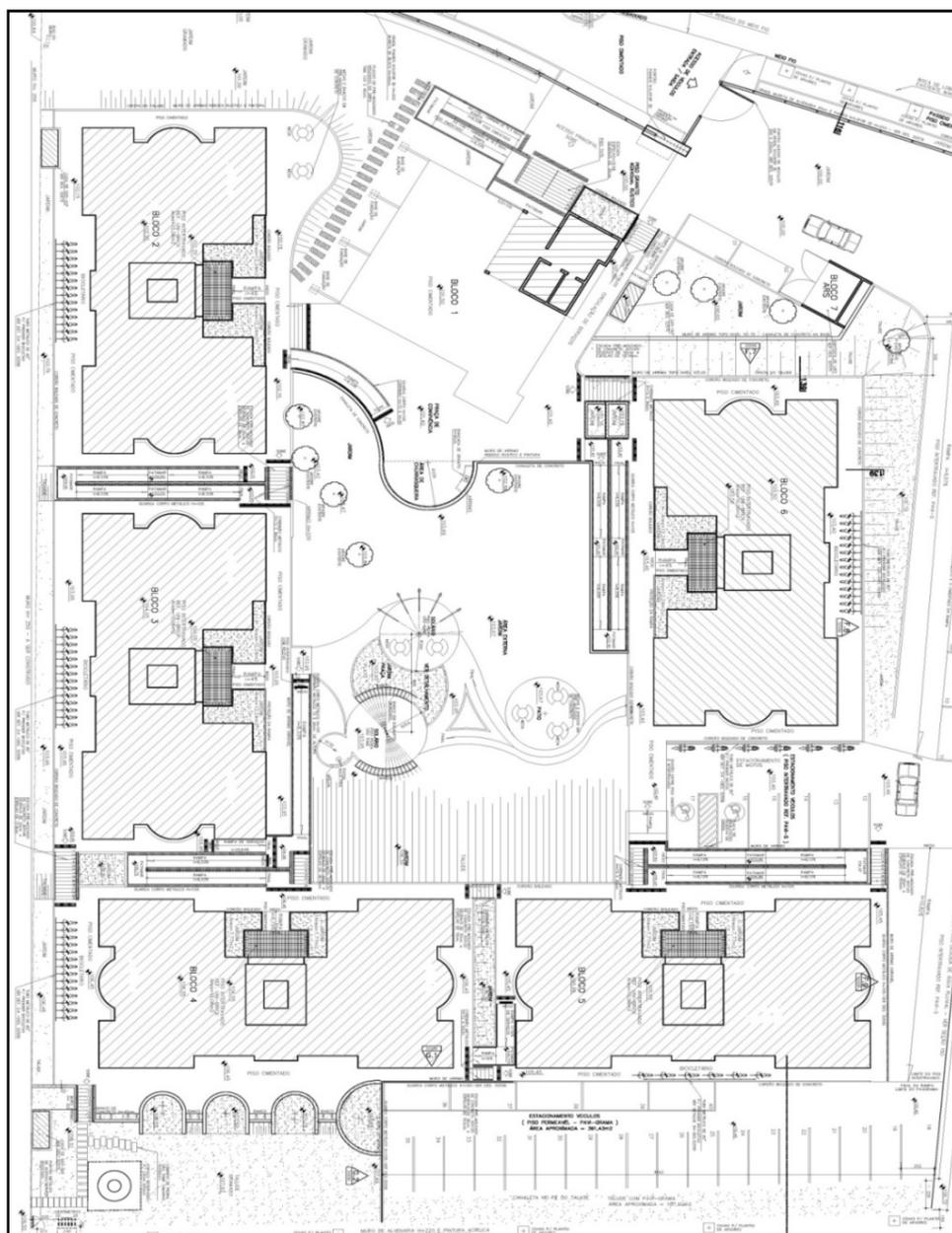
Nessa “economia política do sexo”, os/as intercambistas se envolviam em trocas de objetos e favores com os/as moradores/as brasileiros/as, uns/as e outros/as trocavam entre si, colchões, chaves, trafegavam informes de quartos recém-desocupados para facultar a pernoite de algum/a visitante. A estreiteza das relações entre eles/as não se explicava apenas em termos de afinidades e formação de grupos, mas também repercutia arranjos mais estruturais, como, por exemplo, as políticas da instituição responsável pela administração das moradias da UFMG – Fundação Universitária

Mendes Pimentel (FUMP) –, a disposição arquitetônica dos blocos e o sistema de vigilância nas portarias. Os/As intercambistas, na qualidade de recém-admitidos/as, tinham um tratamento mais restritivo nas portarias, uma vez que não podiam receber visitas após as 22 horas e nem estavam autorizados/as a hospedar um/a visitante durante uma noite. Enquanto que entre os/as internos/as de longa admissão – i. e., os/as residentes nacionais – imperava até então uma “diplomacia do fingimento” (GASPARNETO, 2014), ou seja, os/as moradores/as brasileiros/as navegavam nos labirintos dos preceitos regulamentares e até mesmo zombeteavam deles em certos momentos e os porteiros podiam criar dificuldades para admitir a entrada de um/a visitante, mas ao final ele/a passaria noites a fio, com pouca ou quase nenhuma intervenção dos funcionários. Este quadro atualmente passa por transformações políticas. Desde 2011, a FUMP tenta implementar uma norma que proíba as pernoites dos/as visitantes ou ao menos regulamente um parâmetro máximo para estadia deles/as nas moradias.

Se as experiências afetivossexuais dos/as intercambistas dependiam, por um lado, dessa entrelaçada organização social que eles/as forjaram em conjunto com os/as demais residentes, por outro, ambos/as tinham que realizar suas trocas de objetos e favores levando em consideração a arquitetura do lugar. As duas unidades do complexo de Moradias Ouro Preto da UFMG (MOP I e II) se arranjam espacialmente de forma semelhante a um claustro, os blocos estão ladeados e compõem três traços retilíneos imaginários que combinados entre si formam um retângulo, donde o ponto médio deles ora se localiza o prédio da Administração na unidade I (MOP I), ora uma praça na unidade II (MOP II). A maioria dos blocos está exposta a visibilidade uns dos outros. Não há medianeiras neles, onde não há vidros transparentes, há basculantes à altura do parapeito, onde não há portas, há sacadas. O que não é visto nesse grande pátio interno, pode ser observado através das rondas externas dos porteiros, contornando os blocos a

partir das passagens para o estacionamento ou, quem sabe, percorrendo o retângulo de uma ponta a outra. Nesse momento, são as sacadas que se tornam conspícuas, enquanto as janelas e as portas, no lado intestino do claustro, auxiliam os passos airosos do vigilante no estacionamento.

**Imagem 1 - Planta aérea da MOP II.**



Fonte: DMAE/UFGM, 2016.

Pelas descrições e a imagem acima, se pode averiguar a existência de um dispositivo panóptico e disciplinar (FOUCAULT, 2010) nas moradias da UFMG que era burlado mediante algumas práticas. Por exemplo, para que os encontros íntimos dos/as intercambistas fossem exequíveis, eles/as necessitavam do auxílio dos/as moradores para fornecer os seus nomes nas portarias, assim os/as visitantes dos/as intercambistas poderiam pernoitar nos quartos. Além disso, um/a morador/a eventualmente emprestava seu dormitório a um/a intercambista quando estivesse numa viagem, aquiescendo o trânsito de chaves e/ou colchões entre os blocos. Esta troca de objetos, solfejada pela permuta de nomes de moradores/as e intercambistas nas MOP I e II, implicava, tal como propõe Marcel Mauss (2003) em *Ensaio sobre a dádiva*, a mistura dos espíritos nas coisas e das coisas nos espíritos. As almas reificam-se e o espectro reificado sobrepuja a sua realização empírica para representar vínculos espirituais entre pessoas e grupos.

As trocas de dádivas entre os/as residentes permitiam que as experiências afetivas dos/as estudantes estrangeiros/as fossem vivenciadas num espaço esquadrihado pela disciplina, ao mesmo tempo em que produzia uma “cascata de pequenos vínculos sociais” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 99), expressa na circulação de chaves, nomes, colchões e empréstimos de quartos. Isto corresponde, de alguma maneira, ao domínio dos dons recíprocos, no qual um/a se sente à vontade para pedir, ficando um/a segundo/a obrigado/a a emprestar e em ambas as direções, sempre para além do que fora pedido e emprestado (LÉVI-STRAUSS, 1976). Dito de outro modo, por meio da socialidade<sup>lxxxix</sup> nas moradias, os/as intercambistas construíram uma trama de vínculos e interdependências (ELIAS, 2001) de tal modo que o ato sexual entre duas pessoas no quarto da MOP quase sempre envolvia relações sociais mais amplas com

os/as demais moradores/as, num intrincado sistema de trocas, trânsito espiritual e reciprocidade em que a díade se enleava.

Além da relevância das moradias na vida desses/as intercambistas em Belo Horizonte, acompanhando as suas trajetórias afetivossexuais desde as sociedades de origem, pude averiguar que eles/as perpassam por processos de individualização diversos, devido a uma sucessão de experiências vivenciadas durante o intercâmbio: sair da casa dos pais, aprender um novo idioma, forjar novas maneiras de ser relacionar afetivossexualmente, estabelecer limites ao tecer vínculos, entre outros aspectos. Através da socialidade “mopiana” – flexão substantivada da sigla MOP –, alguns/as intercambistas romperam laços afetivos de outrora, manejaram em contextos com distintas gramáticas sociais, contrastando as práticas de *ficar* e *chamuyar* em suas relações. Entretanto, dar conta desse novelo de muitas pontas implica recontar o contexto relacional donde as ações de um/a e outro/a se imbricam, se entrecruzam reciprocamente, por isso iniciei o texto com as descrições e as trocas nas moradias da UFMG.

A pesquisa se desenrolou entre setembro de 2015 a agosto de 2016. Nesse intervalo de meses, eu realizei observações etnográficas (DIAS, 2006) com intuito de registrar o repertório simbólico de práticas e significados afetivos nas MOP I e II, captar os referenciais êmicos empregues entre os meus sujeitos de pesquisa. Além disso, ao longo de quase um ano de trabalho de campo, entrevistei ao todo 21 estudantes, dentre eles/as, alunos/as de pós-graduação e intercambistas, advindos/as da Argentina, Chile, Colômbia, México, Paraguai, Peru e Venezuela. Neste artigo, contudo, circunscrever-me-ei apenas nas narrativas de sete universitários/as em intercâmbio na UFMG e residentes nas moradias.

**Perceber as diferenças, aprender e lidar com elas**

Ao percorrer as vicissitudes de cada narrativa, vê-se que para algumas histórias, mais do que em outras, o processo da individualização manifesta-se desde antes do intercâmbio. O próprio desembarque desses sujeitos na sociedade hospedeira, às vezes, só desponta no horizonte de possibilidades na medida em que vínculos afetivos vão sendo desfeitos na sociedade de origem. O intercâmbio aparece tanto como uma oportunidade pessoal, quanto uma rota viável para desfazer esses laços, acicatando um processo já desencadeado antes da vinda ao Brasil.

A chegada dos/as intercambistas em Belo Horizonte abre uma série de potencialidades afetivas. O devir das experiências propicia a alguns/as lidarem com gramáticas sexuais e de gênero que não necessariamente se comunicam com aquelas a que eles/as foram socializados/as. Sublinhado por idas e vindas, eles/as se lançam em aprendizados inauditos, percebem as diferenças e formam gostos por meio dos encontros durante o intercâmbio. Há também aqueles/as que ressignificam certos aspectos a partir das diferenças, mas ainda preservam relações afetivas. Diria que os/as intercambistas se tornam, em certo sentido, etnógrafos/as de suas próprias vidas, lançando-se às experiências e tomando gradientes de distâncias e afinidades à medida que se deparam com o “outro”, com a alteridade cultural.

Para Marie-Claude <sup>xc</sup>, o término com o seu primeiro namorado e o fato de se inscrever no processo de seleção do intercâmbio estavam intimamente relacionados entre si:

Antônio: quando vocês terminaram?

Marie-Claude: em 20 de julho do ano passado. Eu acho que também essa foi uma das coisas que me fizeram escolher o intercâmbio, vir pra Brasil também, tem muito a ver.

Antônio: de que maneira?

Marie-Claude: porque eu me sentia como que depois disso, eu procurava buscar meu lugar, sentir-me bem comigo *misma*, por isso comecei com a faculdade, a fazer muitas coisas, como que me encontrar melhor, como eu já não tinha um relacionamento que me fazia ficar [...] foi mais fácil escolher. Como que eu nunca imaginei ir pra outro país a estudar porque já há seis anos que estava com ele, então era uma coisa muito doida eu falar pra ele: "nossa, vou embora a um ano, seis meses em outro país". Era uma coisa um pouco doida pra mim, mas como eu já não estava num relacionamento foi mais fácil, tipo eu contemplei a ideia de ir viajar, de fazer o intercâmbio.

Marie-Claude, após finalizar o seu primeiro relacionamento, que perdurou por seis anos, procurava entender a si mesma. Ela se envolveu em novas atividades acadêmicas na sua universidade de origem e logo o intercâmbio surgiu como uma possibilidade de sair da casa dos pais e cruzar as fronteiras rumo a um país estrangeiro. Veja que, sem o término, ela conjectura que não teria ido embora. Distanciar-se do namorado por um tempo figurava a título de impensável em suas idiossincrasias, porém, quando isso ocorreu, ela ingressou em uma fase de “liberação” da sua sexualidade:

Marie-Claude: quando eu deixei o relacionamento foi muito novo pra mim, porque eu já não tinha essa dependência emocional com ele, me sentia livre, então eu ficava com quem eu quisesse [...] tipo transar com mais de um cara.

O processo de individualização de Marie-Claude precedeu o intercâmbio e fez dele o efeito e a causa de episódios posteriores em sua trajetória afetiva:

Marie-Claude: eu percebendo que eu não mereço certas coisas [...] se eu não gosto não tenho o porquê que fazer [...]. Quando eu tentava avançar na vida como que ele me trazia de novo, como que eu queria viajar com meus amigos e ele: "não, você não vai", uma coisa assim.

Antônio: ele te impedia de viajar?

Marie-Claude: não sei, era como que "você pode fazer o que você quer, mas sabe que eu não gosto disso e que as coisas não vão estar boas entre nós". Era como que sempre escolher entre ele e outra coisa, e sempre tinha de escolher ele.

Há dois movimentos contínuos na individualização de Marie-Claude: em sua anamnese biográfica, ela percebe as “coerções” advindas do namorado, as tentativas de controlar suas escolhas e viagens com amigos, fazendo uso daquilo que eu interpreto como uma violência afetiva e simbólica da parte dele em relação a ela. Maria-Claude, após se desfazer desse vínculo, acaba construindo seus gostos pessoais e se permite o ensejo de estabelecer limites sem necessariamente se pautar nas antelações de outrem.

Semelhante à Marie-Claude, Klara rompeu o relacionamento de quatro anos com seu ex-namorado meses antes do intercâmbio. Eles frequentavam um mesmo curso de graduação e, por vezes, estavam matriculados em idênticas disciplinas. Em seu prisma, mais do que acontecimento decorrente do término, o intercâmbio os separou da convivência diária na universidade:

*Klara: como que si me ayudo venir para aquí porque después de cortar yo no lo vi más, solo vi un par de veces en la facultad y nada más. Por ejemplo, yo corte, supongamos, en octubre, finales de octubre ahí me enteré dos semanas después de la beca y estuve dos semanas a más de clase cuando lo vi un par de veces y ya terminé la facultad y no lo vi más<sup>xcí</sup>.*

Sabina, por sua vez, quando veio realizar o intercâmbio em Belo Horizonte já estava solteira. Entretanto, na sua primeira experiência de intercambista nos Estados Unidos, resolveu ir sozinha, sem a companhia do então namorado, e a partir daí pôde refletir sobre o seu namoro e tomar a decisão de findá-lo. Por outras palavras, aquilo que fora vivido como um relacionamento à distância no começo do intercâmbio nos Estados Unidos, ao fim deste, culminou no término do namoro:

*Aí eu consegui de tomar a decisão de deixar meu namorado, na verdade [...] como eu sabia que ia ser muito difícil pra ele porque ele me amava, dependia de mim, de minha família*

porque sua família não era muito boa e por isso eu não tomava a decisão. [...] E nos EUA foi mais fácil terminar de decidir e falar para mim "tenho de deixar ele" [...]. Quando eu fui para os EUA, meu namorado queria vir comigo, e eu falei "não, quero ir sozinha". Como que eu já sabia que lá eu *iba* a tomar alguma decisão, porque imagina depois de cinco anos, eu falei: "não, eu não ir com você. Quero ir quatro meses sozinha". Isto é porque já tinha vontade de terminar.

Veja que os três casos, apesar das dessemelhanças biográficas, comportam algum grau de proximidade. Klara e Marie-Claude decidiram terminar seus respectivos relacionamentos antes do intercâmbio e Sabina decidiu-se por um desfecho símile após manter um namoro à distância. O ponto de interlocução entre as três histórias talvez seja que o distanciamento dos ex-namorados e da rede de relações sociais e familiares que circunscreviam tais relações afetivas deu azo, via percursos diversos, à experiência de individualização destas três estudantes. Nas três narrativas, averigua-se que frequentemente o relacionamento era trespassado por elos sociais mais abrangentes, logo, desvencilhar-se do vínculo amoroso não era algo fácil devido à matriz de laços circundantes a ele. Por exemplo, o namorado de Marie-Claude trabalhava em uma loja cuja proprietária era a sogra; Klara estava imersa em uma rede de interlocuções quase idêntica a de seu ex-namorado na universidade; e Sabina declara o quão fatigante foi terminar com o ex-namorado por conta dos laços familiares que imbricavam os dois, somente com a viagem aos Estados Unidos é que pôde romper o relacionamento. Por caminhos díspares, as três intercambistas viram-se inscritas em um universo de relações que singraram os seus namoros.

Bozon e Heilborn (2001) compararam a iniciação amorosa de mulheres cariocas e parisienses, observando que os significados de perder a virgindade eram diversos. Para as mulheres entrevistadas em Paris, a primeira relação sexual era uma decisão individual, enquanto que, para as cariocas, era pontuada por considerações sociais. O

fato de a primeira relação sexual das cariocas ser com um namorado implicava que romper o namoro, um vínculo reconhecido e atravessado por uma rede de relações, era também uma ruptura com este conjunto de laços, tornando o fim do relacionamento um processo moroso e difícil. Note que as lógicas sociais maiores incidem nas experiências particulares: o que se apresenta como uma decisão individual em um caso é permeada por acepções holistas em outro (BOZON; HEILBORN, 2001). De modo análogo, as intercambistas entrevistadas aproximam-se das relações de gêneros e da construção da pessoa existentes entre as cariocas. Há entre elas um conjunto de nexos sociais que atravessa o relacionamento, porém situações imediatamente precedentes ou posteriores ao intercâmbio as desvencilharam destas tramas relacionais por meio de um distanciamento, promovendo, assim, certo processo de individualização a elas.

Ao aportarem em Belo Horizonte, os/as intercambistas paulatinamente fazem amizades, formam grupos e vão se imergindo em um novo cenário relacional das moradias. Doravante, eles/as gradualmente aprendem a transitar em um contexto de relações de gênero um tanto distinto de suas cidades de proveniência. A prova disso se expressa nas diferentes noções que eles/as utilizam para interpretar e dar sentido às experiências afetivas nas moradias. São, sobretudo, nas festas, que as distâncias e os desconcertos entre uma categoria e outra se exprimem, se fazem sentir, por vezes, fisicamente nos flertes.

Entre as entrevistadas argentinas, notei que elas estranhavam a forma de aproximação dos moradores e visitantes na MOP. Sabina relata que na Argentina os rapazes devem “*chamuyar*”<sup>xcii</sup> uma garota. O “*chamuyo*” é, em termos gerais, “o ato de falar muito” antes de tentar qualquer contato físico com uma jovem:

Antônio: qual a diferença de *chamuyar* e as formas de flerte

aqui?

Sabina: aqui é muito mais fácil, não sei porque *aquí no se chamuya*, aqui não. Lá você está *chamuyando* e falando muito tempo com um homem antes de fazer algo, fala de trabalho, fala de faculdade, fala da vida, fala de minhas amigas, fala “ah eu te conheço, eu te vi você antes”. Aqui não, aqui vão direto ao objetivo como que não falam, a mim me aconteceu que uma noite que eu beijei um menino e eu não sabia o nome dele, não me acontece isso comigo lá, eh “como que é seu nome?”; “quantos anos você tem?” [...]. Aqui não, é como que “bonito, bom bejemos”; “como é seu nome”, depois. Isso é muito estranho [...]. Depois aqui pegam todos com todos e não tem problema. Lá se uma menina pega com muitas pessoas como que “ahh, ela é puta digamos, ela é rápida, ela está com muitos meninos”.

Veja que o *chamuyar* distribui papéis de gênero: dos rapazes se espera o flerte através de “*miradas*” e a primeira troca de palavras; as garotas, por sua vez, devem tomar as devidas distâncias, se manterem reticentes ante as investidas masculinas, sob pena de serem tachadas de “putas” pelos demais caso aceitem muitos “*chamuyos*” durante uma festa, por exemplo:

Sabina: essa é a diferença das mulheres que temos que ter muito mais cuidado ao momento de fazer algo. Os homens não se eles fazem, pegam muitas meninas, não acontece nada, mas as mulheres temos que *tener* mais cuidado com *eso*.

Há uma diferença marcada de gênero no “*chamuyar*”. Enquanto elas recuam de certas investidas, compete a eles tanto o trabalho de aproximação para a conversa quanto “*invitalas*” a beber algo. A incumbência masculina de proceder por meios indiretos e a esperada reticência feminina forjam uma aceitação dos dois lados por intermédio dos *chamuyos* e *miradas*:

Lucie: *por ahí estás en un lugar para bailar [...] en un boliche y como que un chico te mira y no viene de una a decirte "bailemos, hola, cómo estás? Bailemos". Como que pasa un tiempo te mira, te mira, te mira un rato con un trago y capaz si yo lo miro o él ve como una aceptación de mi lado, ahí viene a decirme: "¿vamos a tomar un trago? o ¿bailamos?". Esa situación. Por ahí tiene gente que viene y te encara de una, te decí "hola dame un beso", pero "¿vamos a tomar un trago?", pero por lo general existe ese juego de miradas, nos miramos. Bueno [...] esa situación<sup>xciii</sup>.*

Na cadência temporal, os *chamuyos* não se esgotam em si mesmos, ao contrário, propendem a fixar certos/as parceiros/as e distender as investidas de uma ocasião para outra, no sentido de que o rapaz deve se certificar antes de *chamuyar* uma segunda garota se a primeira, a quem ele conheceu em outra circunstância, encontra-se próxima:

Sabina: aqui pegam todos com todos, se um menino pega uma menina, no dia seguinte não fará a mesma coisa em relação à outra, diante dela. Aqui não tem vergonha de ficar com uma menina e no dia seguinte ficar com outra ao seu lado [...]. Lá tentam esconder algo que é óbvio, aqui como que não procuram esconder nada. Como que se sabe que essas relações são assim como relações casuais, algo mais físico, não é amor, digamos assim. Mas *acá* todos entendem que isso não é amor, então fico com você, amanhã fico com você e ninguém tem problema porque só foi, mas não sei. Como que lá sabem que não é amor ficar uma noite com uma menina, mas igual não vão a fazer isso ao dia seguinte, não sei como mais por respeito.

No regime do *chamuyar*, a própria relevância social do beijo se vê modificada. O beijo é transferido para os bastidores, o que corresponde em parte à exigência direcionada aos jovens de não ubiquidade dos *chamuyos*. Se os beijos são situados no fundo da cena, logo os predicados de distensão, fixação e ocultação dos *chamuyos* entre si mesmos podem ser levados a cabo sem grandes pejas:

Antônio: depois de *chamuyar* em um boliche, geralmente, se beija?

Sabina: sim, mas essa é outra diferença, nós não estamos muito acostumados a beijar num boate. É como que eu falo muito com um menino, se gosto, posso dar meu celular, se quero ir embora com o menino para ter sexo vou embora, mas não beijo dentro do boate, assim em frente de todos. Como que beijo no carro, indo pra outro lado, saindo do boate [...]. Aqui não, aqui beijam todos no meio do boate e no meio onde todos dançam. Isso é estranho pra mim, como que eu tenho um pouco de vergonha quando eles querem beijar no meio de todos.

A prática do *chamuyar* foi apresentada a mim pelas intercambistas argentinas. Nas festas das moradias, elas contaram-me sobre seus desconcertos e estranhamentos, uma vez que, na perspectiva delas, não se *chamuya* ali. Os beijos eram dados na pista de dança do centro de convivência e aqueles que se aproximavam delas tampouco estavam preocupados em ocultar investida a outra garota a quem se beijou instantes atrás. Isso porque em Belo Horizonte e, sobretudo, nas moradias, os regimes de flerte não se pautam nos predicados do *chamuyar*, mas sim em condições afetivas e sociais inteiramente diversas, designadas pela prática do “ficar”. Em uma “ficada”, tanto o beijo quanto o olhar se alteram. O beijo não é o desenlace de uma sequência linear de aproximações sucessivas, despistes gradualmente cifrados, tal qual persistia nos ritos sentimentais da corte. Ele se converte, ao invés, em uma condição efêmera e dotada de volatilidade, torna-se um ato performático instantâneo, em que a pulsação febril subsume o princípio em fim, pulverizando a gradação de atos existentes em outras gramáticas sexuais (ALMEIDA, 2006).

Ao *ficar*, o olhar adquire crivos hápticos, não se vislumbra a paisagem em sua inteireza, a totalidade visual é despedaçada em movimentos parciais e direcionados rumo à aproximação ao outro. O “jogo de miradas” do *chamuyar* é substituído por “uma economia da ação e da iniciativa” do *ficar* (ALMEIDA, 2006, p. 152). Por conseguinte, pode-se dizer que o olhar e o beijo não são idênticos quando dispostos nas seriações e composições afetivas destas diferentes gramáticas. Sabina estava ciente de que o

*chamuyar* não era uma prática imperante entre os/as mopianos/as: “*acá* todos entendem que isso não é amor, então fico com você, amanhã fico com você e ninguém tem problema porque só foi, mas não sei”. Tereza, por sua vez, interpreta que, nesse regime distinto do *chamuyar*, o beijo é “coisificado”:

Tereza: *acá, como te digo, cosifican el beso, qué significa, que para ustedes besar es como una cosa que lo hace por más que no conozca la persona o recién habido conocido la persona y no significa nada, y no significa nada [...]. Acá todo mundo se besa como quien dice hola y allá no, yo no [...]. Lo del beso es super importante también, esa cultura acá de besar como si fuera nada y allá no, no es, cuesta más besar. Allá en un boliche, tiene que estar toda la noche hablando con la persona para besarla si es que [...] y acá, "hola", beso<sup>xciv</sup>.*

Mesmo sendo um regime praticado na Argentina, as intercambistas muniam-se, ao menos a princípio, do *chamuyar* como uma matriz de inteligibilidade hábil para decodificar e reagir às aproximações de rapazes nas festas em Belo Horizonte. Sabina, por exemplo, sempre buscava locais isolados para beijar alguém, transferindo, assim, o ato para os bastidores: “como que quando eu beijava aquele nunca fiz *adelante* quando estavam todos, eu fiz sempre em lugares com poucas pessoas, sou assim muito tranquila”. Tereza dizia “*retar*” os brasileiros que tentavam beijá-la sem estabelecer um diálogo inicial com ela:

Tereza: *yo siempre reto los brasileiros, siempre, porque para mí besar es una cosa que me tiene que gustar mucho la persona para besarla y acá el beso es como todo mundo se besa. Todo mundo así se olha y ya se besa<sup>xcv</sup>.*

Observe a relevância da socialização de outrora para as experiências afetivas destas intercambistas no Brasil. A individualização possível se exprime tanto na assunção desse aprendizado do antanho em um contexto em que impera o *ficar*, quanto

nas ações interpretativas e no estabelecimento de afinidades e recuos ante aos atos que se desenrolam em uma gramática sexual e de gênero completamente distinta a do *chamuyar*. O quadro abaixo exhibe a diferenciação existente entre estas duas matrizes de inteligibilidade das relações afetivas:

**Quadro 1 – Chamuyar e Ficar.**

<i>Chamuyar</i>	<i>Ficar</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proceder por meios indiretos e dar voltas: o jogo de <i>miradas</i> e a conversa inicial;</li> <li>- A transferência do beijo para os bastidores;</li> <li>- Distensão no tempo e ocultação: evita-se o <i>chamuyo</i> ante ex-parceiros/as e/ou eventuais pretendentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Economia da ação e da iniciativa pelo olhar e o tato;</li> <li>- O beijo, geralmente, é público;</li> <li>- Compõe-se e se descompõe com presteza e efemeridade: pode-se <i>ficar</i> com mais de uma pessoa numa mesma ocasião.</li> </ul>

Fonte: O autor, 2016.

*Ficar* e *chamuyar*, apesar de operarem em bases de significações e práticas díspares, referem-se àquele momento inicial, de primeira aproximação e contato físico das díades. Quando os beijos se protelam para além de uma festa, tanto um quanto o outro se recompõem e são ressignificados em hodiernas diacronias: o *ficar* pode se tornar uma experiência mais contínua, do qual o gerúndio do verbo é igualmente sugestivo, ou seja, estar “ficando” com alguém pressupõe, em geral, uma transposição daquele primeiro contato e a pessoa a quem se beijou esporadicamente em uma festa

pode se converter em “ficante”; o *chamuyar* também adquire matizes à medida que se desdobra no tempo, ele pode se transmutar no “*verse*”, colmatando, por vezes, na prática de “*salir*”:

Tereza: *salir es, por ejemplo, en Argentina, no es como apenas te conocer y te ponen de novios en una relación seria. Geralmente, te conocen, te besan y después empieza a salir, que significa te empieza a ver, empiezas a hacer cosas con la persona pero tranquilo [...]. Verse es menos que salir, verse es como que por ahí que quedas y si te juntas, pero no es algo tan regular. Salir yo creo que es un poco más regular*<sup>xcvi</sup>.

Klara: *[salir es] como tener una relación más cercana que amigos, pero no somos novios oficiales*<sup>xcvii</sup>.

*Salir* constitui-se em uma etapa anterior ao namoro, uma fase em que a relação é aberta e não envolve compromissos de fidelidade com o outro. O *verse* é o predecessor deste marco social das relações afetivas. Nessa polarização nada estanque, conforme a transformação temporal dos vínculos, o *verse*<sup>xcviii</sup> oscila entre os polos do *chamuyar* e do *salir*, mas raramente é um prelúdio de um namoro, tal como o *salir*<sup>xcix</sup>. Entretanto, cada uma dessas etapas porventura comporta outras estratégias sociais e diferenças de gênero. Por exemplo, Andrea Fachel Leal (2003) analisou os sentidos do *ficar* para jovens em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. Ela descobriu que os significados da prática eram distintos conforme as regiões: em Salvador *ficar* era o correspondente de transar, ao passo que no Rio e em Porto Alegre prescreve-se uma dissociação da *ficada* com a relação sexual. Além do que, Fachel (2003) averiguou que homens e mulheres depreendiam sentidos diferenciais a partir do *ficar*. Enquanto elas o entendiam como uma relação incipiente e/ou o porvir de uma conexão mais estável com o parceiro, para eles o *ficar* não prefigurava um vínculo afetivo intenso, na forma de um namoro, era, ao invés, vivenciado sem o compromisso de continuidade (LEAL, 2003).

Em analogia, Flávia Rieth (2002), em sua pesquisa sobre a iniciação sexual entre jovens de classe média na cidade de Pelotas (RS), percebeu que o *ficar* várias vezes com uma idêntica pessoa pode ser utilizado como estratégia masculina para driblar as resistências das jovens. Assim, os rapazes transpõem os receios femininos de manter uma reputação por meio de várias *ficadas* que facultavam ao casal se conhecerem; o pretendente deixa de ser “considerado *qualquer um*” (RIETH, 2002, p. 86).

Neste trabalho, apenas registrei as interpretações femininas do “*salir*” e do “*chamuyar*”. Talvez se eu tivesse realizado entrevistas com os intercambistas argentinos, remetendo a tópicos sobre tal temática, pudesse nuançar as distinções de gênero e as eventuais estratégias, empregadas a partir desses três marcos socialmente constituídos – *chamuyar*, *verse* e *salir* – e apropriados pelas intercambistas ao se relacionar com outrem. Por enquanto, cabe enfatizar que estas matrizes de inteligibilidade das relações serviam para dar sentido e se situar nas trocas afetivas em Belo Horizonte.

Klara, após se encontrar algumas vezes com um jovem, cuja proveniência nacional era distinta da sua, constatou que ele não perspectivava as “ *citas*”<sup>c</sup> da mesma maneira que ela:

*Klara: ellos no tienen una etapa de salir sin compromisos. Ellos son novios o no son nada. Y allá en Argentina es muy común andar con una persona sin un compromiso como en una relación abierta [...] tienen una relación especial pero pueden andar con otras personas si quieren*<sup>ci</sup>.

Norteadas por essas matrizes e, às vezes, desprendendo-se delas, as intercambistas lançaram-se em experiências afetivossexuais e, nesse processo nada linear de aprendizados, estranhamentos, idas e vindas, elas conformaram outros sentidos e significados de vivenciar as suas sexualidades. No Brasil, Sabina aprendeu a se

relacionar de uma nova maneira, sem necessariamente manter uma ligação amorosa com os garotos:

Sabina: só este último ano eu tive que começar a abrir minha cabeça, conhecer outros meninos, que talvez um menino não é um menino só pra que seja meu namorado. Como que eu estou acostumada a estar com, a ter relações só com meus *enamorado*s que eu conheci a muito tempo. Aqui não é tudo assim mais, mais informal [...] não tão formal.

Marie-Claude, por sua vez, percebeu que se sente pouco cômoda quando não domina a comunicação “fora do físico” em uma relação sexual:

Marie-Claude: vamos pra transar e sempre surge uma comunicação fora do físico e eu fico nervosa porque algumas coisas eu não entendo, então se ele me fala uma coisa me está faltando ao respeito ou não, se é normal, sei lá. Então fico nervosa e ele já percebe isso. Então o sexo já uma coisa um pouco intranquila, não tive o melhor sexo aqui. Tranquilamente, não tive, por isso.

Antônio: por conta da língua?

Marie-Claude: por conta da língua e acho também que os costumes são diferentes, são muito diferentes. O trato que tem, eu encontro os brasileiros um pouco mais, um pouco mais educados para com as mulheres, mas encontro um pouco mais fechados.

Antônio: como assim fechados?

Marie-Claude: fechados [...] não sei, como que não vão me falar [...] ah não sei como te falar [...] eh... [...] como que eu *percibo* que não que não são [...]. “*Como que ellos no son ellos, no son ellos mismos, como que intentan ser otro tipo de personas, no sé si para que yo gustar de ellos o porque intentan darme una imágene diferente a lo que ellos son [...]*”<sup>cii</sup>. Como que eles tentam ser mais argentinos que brasileiros. Por exemplo, tamo falando não sei: “*bueno, bueno, dale, dale, está bien*”. Eu sei que brasileiros não são assim, entende?

Marie-Claude, ao transar com brasileiros, primeiramente percebeu não reconhecer os significados das expressões ditas na hora do sexo; também denotou certa distância entre o que eles são e a imagem que se propunham transmitir a ela, como se estivessem

desempenhando um papel durante o ato sexual, tentando ser “mais argentinos que brasileiros” ao falarem palavras em espanhol. A partir dessas experiências e dos vínculos tecidos nas moradias, Marie-Claude pôde definir seus gostos e, de certa maneira, estabelecer os seus limites nas interlocuções com as pessoas circundantes:

Marie-Claude: antes eu sempre me pressionava pra falar com todo mundo, ser de boa, mas eu percebi que eu não tenho que me forçar por isso, se eu não gosto da pessoa eu não gosto e já está. Não vou falar mais.

Veja que o testemunho de Marie-Claude sinaliza um processo individualizante. De modo símile, o aprendizado de Sabina em ter relações sexuais sem se envolver sentimentalmente com os rapazes desdobra a sua trajetória afetiva, os vincos produzidos ali asseveram a distância entre os namoros subsequentes e a emergência de uma nova maneira de se relacionar “não tão formal”.

Por fim, Ludvik e Honza não passaram por experiências como as de Sabina e Marie-Claude, uma vez que ambos mantinham relacionamentos à distância, desde Belo Horizonte. Para eles, o período da mobilidade estudantil afetou as suas relações afetivas, o que antes era sentido e vivenciado num cotidiano em comum com suas respectivas namoradas, tornou-se um vínculo amoroso epistolar com o intercâmbio. Os contatos físicos foram substituídos por videochamadas via Skype, telefonemas e troca de mensagens no WhatsApp:

Honza: ela quer saber toda a coisa que eu faço. Eu não posso entrar no WhatsApp sem que, entende? Todo tempo ela quer que eu fale pra ela o que eu faço, que [...] tipo assim né. Pra mim é difícil, né. Eu não quero todo tempo, ter celular [...]. Tipo é distinto porque a gente não se vê mais, não sente mais abraço, não beijo mais a ela, né. A relação eu acho que só por celular, por WhatsApp, né, eu tampouco ligo pra ela, né. Porque tenho preguiça, mas não posso falar na quitinete porque é muito pequeno, né. Então não quero falar com ela ali porque não quero que escute os outros caras e ela não entende isso, né (risadas). Foi difícil antes a gente falava muito, eu acho que por isso.

Isto é, manter um relacionamento à distância requereu de Honza e Ludvik se imbricarem em duas matrizes de relações – namoro, amigos, familiares –, distinguidas espacialmente entre Belo Horizonte e em suas cidades no Paraguai e no Chile, respectivamente, de modo a articular as promessas e expectativas de ambas, algo nem sempre conciliável. Eles desdobraram suas vidas afetivas e sociais em dois contextos, no liame entre o ontem e o hoje, entre os afagos de outrora e as videochamadas do Skype, ao mesmo tempo perpassaram por mudanças correlatas às de Marie-Claude, Tereza e Sabina, ou seja, Ludvik e Honza aprenderam a lidar com as diferenças, mas por circunstâncias dissímeis às das três intercambistas. Devido ao cotidiano nas moradias, eles depararam-se com situações até então inusitadas em suas sociedades de origem, uma delas foi conviver com pessoas com orientações sexuais diversas. Ambos descrevem tal situação como uma experiência “*rara*”<sup>ciii</sup>, que a princípio “*costó un poco*”<sup>civ</sup>, mas depois, com a rotina de festas e ao verem, vez por outra, dois jovens se beijando, mulheres trocando carícias entre si e até, por vezes, presenciar um ato sexual entre dois estudantes, a convivência comum nas moradias acabou por transformar a perspectiva deles. Eis o que Honza narra:

Honza: o primeiro tempo foi *raro*, mas agora é normal pra mim, antes não, né. Agora é normal que dois caras *estean* beijando aqui, ou dois mulheres *esten* tocando ali, para mim é normal, se querem fazer, fazem e tranquilo, né. Por exemplo, já vi sexo de dois caras na frente de mim, não aconteceu nada [...] na moradia, ou mulher tocando-se tudo. Pra mim agora é normal, mas antes não era, foi esquisito nos primeiros tempos, né.

Ludvik afirma que há muitos homossexuais em seu país, mas eles não são tão visíveis, e que raramente encontrava dois homens se beijando na rua, por exemplo:

Ludvik: eu acho que a coisa mais *rara* que eu vi aqui no Brasil foi aqui na moradia, sabe? Que aqui tem muito povo

homossexual, isso eu achei muito estranho, mas não ruim, sabe? É estranho, não estou acostumado só, mas agora tudo normal. Porque [...] acho que existem muitos, mas não é tão visível sabe? Aqui dentro é muito visível [...] não é fácil achar dois caras se beijando na rua, sabe? E aqui acontece toda hora [...] mas tô tranquilo.

Jones (2010) notou que os adolescentes heterossexuais adotavam, nos espaços de socialidade de Trelew, na Argentina, atitudes antevistas de indiferença em relação aos jovens gays que se traduziam em abstenções intencionais em interagir, fazer amizades, bem como evitar ter conversas com teor sexual. A indiferença atuada dos heterossexuais produz um desconhecimento. O “outro” homossexual permanece distante – simbólica, afetiva e cognitivamente –, o que acentuava as dinâmicas de discriminação e propiciava a emergência de estereótipos sobre os jovens gays naquela cidade. Conforme o autor, a exclusão física e simbólica de homossexuais e afeminados do grupo de pares corrobora para forjar a identidade social dos adolescentes heterossexuais, ou seja, a construção da heterossexualidade se faz mediante a indiferença atuada e, por vezes, agressões aos gays (JONES, 2010). Se é que essa indiferença atuada persistiu nas trajetórias de Ludvik e Honza, a partilha dos espaços, a visibilidade de trocas afetivas de gays e lésbicas, a coabitação coletiva e esta espécie de contubérnio forçado nas moradias fizeram com que o “outro” homossexual se tornasse menos distante e mais próximo a eles:

Honza: agora normal, por exemplo, eu moro com Pavel, ele é gay, mas se ele quer *traer* um cara, se quer ficar ali com um cara, não acontece nada, né. Normal isso, eu acho que o intercâmbio que isso agora não sou mais fechado, né. Não sou mais machista, não discrimino mais né. Eu moro com ele, eu acho que *iba* ser difícil, né. Agora estou morando com uma pessoa distinta de direção sexual e normal, *costó* um pouco, mas foi rápido.

Veja que Honza e Ludvik não relataram ocorrências convergentes com as de Tereza, Sabina, Klara e Marie-Claude quanto à diferenciação entre o *chamuyar*, o *salir*

e o *ficar* ou o rescaldo de consequências pessoais do fim de um namoro, talvez porque isso nem sequer fosse uma questão para eles, uma vez que estavam envolvidos em relacionamentos à distância. Contudo, a diferença se aproximou deles, tornou-se quase inevitável em razão do convívio coletivo nas moradias. Doravante, eles e elas, cada qual ao seu modo, lidaram e aprenderam com as diferenças.

### **Desfechos inconclusos**

O intercâmbio de perspectivas, significados e vivências desenraizou estes sujeitos de certos lugares-comuns existentes em suas sociedades de origem. Destarte, a individualização fluiu por meios diversos: às vezes, rompendo laços afetivos por meio do intercâmbio; em alguns momentos, ao manejar em contextos com gramáticas sociais distintas; em outros, mediante a assunção de aprendizados e de si mesmo/a. Ao processar por atalhos dessemelhantes, cursos diferenciados nas existências sociais e subjetivas destes/as estudantes, não é estranho que alguns/as se individualizem mais que outros/as. Atrevo-me a conjecturar que no instante em que escrevo sobre isso, as individualidades destes/as intercambistas já não são mais as mesmas, trata-se de um processo nunca acabado e quase sempre em vias de constituição.

Os aprendizados na sexualidade e na vida pessoal dos/as intercambistas, amiúde, ocorrem quase enquanto episódios adventícios no devir das biografias. Geralmente, não foram criadas expectativas quanto a isso antes da vinda a Belo Horizonte, ao invés, os aprendizados tendem a se desenrolar intensamente e de modo articulado com outras vivências. Se existe algo antecipado desde a sociedade de origem, diria que é postular no intercâmbio um tipo de brecha existencial do qual se presume abster-se de certas coisas para se abrir a outras. Em alguns trechos das entrevistas, o intercâmbio encerrava uma espécie de proêmio, ocasião fecunda para “*abrir la mente*” e “*ser una persona desconstruída*”<sup>CV</sup>. Veja os conselhos que Sabina ouviu antes de embarcar para o Brasil:

“minhas amigas de lá me falaram que, por favor, que venha aqui e que abra minha cabeça”.

Em síntese, espera-se do intercâmbio uma existência no mínimo distinta da vida de outrora, desprendida dos padrões dos quais se foi socializado/a no país de origem. Diria que esta profecia socialmente auspiciada se cumpre. Ao atravessarem as fronteiras, os/as intercambistas tornam-se pessoas mais abertas para logo depois se fecharem relativamente, se individualizando, formando gostos pessoais e aprendendo novas maneiras de lidar com os afetos e com o exercício da sexualidade.

### Referências:

- ALMEIDA, M. I. Zoar e ficar: novos termos da sociabilidade jovem. In: ALMEIDA, M; EUGÊNIO, F (Orgs.). *Culturas jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 139-157.
- BOZON, M; HEILBORN, M. L. As carícias e as palavras: iniciação sexual no Rio de Janeiro e em Paris. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 59, p. 111-135, mar. 2001.
- DIAS, M. A pesquisa tem “mironga”: notas etnográficas sobre o fazer etnográfico. In: BONETTI, A; FLEISCHER, S. *Entre saias-justas e jogos de cintura: gênero e etnografia na antropologia brasileira recente*. Porto Alegre: EDUNISC, 2006. p. 54-68.
- ELIAS, N. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GASPAR-NETO, V. V. *Na pegação: encontros homoeróticos masculinos em Juiz de Fora*. Niterói: Editora UFF, 2014.
- JONES, D. *Sexualidades adolescentes: amor, placer y control en la Argentina contemporánea*. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad - CICCUS; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.
- LEAL, A. F. *Uma antropologia da experiência amorosa: estudo das representações sociais da sexualidade*. 2003. 167f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: EDUSP, 1976.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: \_\_\_\_\_. *Marcel Mauss: sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 184-314.

RAE – Real Academia Española. *Diccionario de la lengua española*. Disponível em: <<http://dle.rae.es/?id=U799kM9>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

RIETH, F. A iniciação sexual na juventude de mulheres e homens. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 8, n. 17, p. 77-91, jun. 2002.

RUBIN, G. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. *Nueva Antropología*, México, v. 8, n. 30, p. 95-145, 1986.

STRATHERN, M. No limite de uma certa linguagem. *Mana*, v. 5, n. 2, p. 157-175, 1999.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p. 27-77.

## O reconhecimento das relações de gênero no espaço/tempo escolar

### The recognition of gender relations in space / school time

Lucimara Nascimento da Silva.<sup>118</sup>  
UCDB

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo** Este artigo aborda as relações de gênero no espaço/tempo escolar. O tema tem origem no reconhecimento de que, no espaço/tempo escolar, determinadas concepções de gênero têm possibilitado a legitimação de estereótipos e o fortalecimento de processos discriminatórios que resultam na produção de violência, simbólica e/ou física. A partir desse cenário, visualizado no mesmo espaço tempo/escolar, desenvolveu-se um trabalho com as turmas do ensino fundamental de uma escola pública de Campo Grande – MS, vinculado ao Programa Observatório da Educação - OBEDUC sobre relações étnico-raciais, gênero e desigualdade social, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Palavras-Chave:** Gênero. Ensino Fundamental. Desigualdade.

**Abstract** This article deals with gender relations in school space / time. The theme stems from the recognition that, in school space / time, certain gender conceptions have made it possible to legitimize stereotypes and strengthen discriminatory processes that result in the production of violence, symbolic and / or physical. From this scenario, visualized in the same time / school space, a work was developed with the elementary school classes of a public school in Campo Grande - MS, linked to the Observatory of Education Program - OBEDUC on ethnic-racial relations, gender and social inequality, funded by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES).

**Keywords:** Gender; Elementary School; Inequality.

## Introdução

Este artigo tem o objetivo de abordar as relações de gênero no espaço/tempo escolar. É fato constatado que os indivíduos pertencem a vários grupos sociais<sup>119</sup>; desse modo, as diferenças se evidenciam causando os conflitos hierárquicos, que nada mais são do que práticas culturais que se reafirmam por meio da normatização estabelecida

---

<sup>118</sup> Graduada em História pela Universidade Católica Dom Bosco e Mestre em Desenvolvimento Local pela mesma instituição. E-mail: prof.lucimaranascimento@gmail.com

<sup>119</sup> Embora a homofobia seja muitas vezes evidente em nossa sociedade, isso não impede que, em inúmeras situações e em distintas idades, meninos e homens constituam grupos extremamente “fechados” e os vivam de forma muito intensa. Equipes de futebol; parcerias de acampamentos, caçadas e pescarias, todas de chope ou de jogos de carta ou bilhar se constituem, frequentemente, em redutos exclusivamente masculinos nos quais a presença de mulheres não é admitida. (LOURO, p. 19, 2000).

historicamente. Uma preocupação deu origem ao tema – o reconhecimento de que no espaço/tempo escolar estão presentes determinadas concepções de gênero que têm possibilitado tanto legitimar estereótipos quanto fortalecer processos discriminatórios que resultam em produções de violência, seja ela simbólica e/ou física.

As análises e experiência acerca do tema estão vinculadas ao projeto desenvolvido com as turmas do ensino fundamental de uma escola pública de Campo Grande-MS. As atividades do projeto fazem parte do OBEDUC – Programa Observatório da Educação -, sobre relações étnico-raciais, gênero e desigualdade social no ensino fundamental do 6º ao 9º ano, em escolas públicas estaduais de Campo Grande – MS, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A proposta consistiu em uma abordagem sobre as relações de gênero, com os alunos do 8º ano do ensino fundamental, num total de 28 alunos/alunas, com faixa etária compreendida entre 13 e 15 anos. O objetivo foi fazer com que os educandos refletissem sobre os estereótipos que circulam na sociedade e na escola, a fim de que sejam superados. O projeto foi desenvolvido durante o ano de 2016, dividido pelos meses de março a dezembro.

A metodologia escolhida buscou chamar a atenção dos alunos bem como despertar o senso crítico para as questões de gênero, por meio de várias dinâmicas de grupo, leituras, filmes e documentários. Pudemos perceber que as ações desenvolvidas suscitaram indagações sobre a educação escolar e os diálogos que ocorreram em sala, nos momentos das ações ou nas aulas de história, permitiram que os estudantes refletissem sobre a importância dessa abordagem, que tinha como objetivo principal conscientizá-los sobre a questão das práticas discriminatórias.

O projeto foi sustentado em trabalhos de autores que pensam a educação na perspectiva de desconstruir todo e qualquer preconceito, estereótipos e/ou formas de inferiorização das diferentes expressões de gênero. Ou seja, o projeto tem base na ideia de que ser menina ou menino, ser homem ou ser mulher não se dá de uma única forma, já que é possível construir-se outras formas de feminilidades e masculinidades. Consideramos que a escola seja o lugar propício para esse diálogo, pois entendemos que é nesse ambiente que os discursos e os estereótipos de discriminação se afirmam.

### **Currículo e gênero: pensando o espaço e tempo da escola**

Nosso projeto de inovação e intervenção tem como preocupação inicial que “desde a sua constituição, a escola moderna é marcada por diferenças. [...] ela continua sendo, para crianças e jovens, um local importante de vivências cotidianas específicas e, ao mesmo tempo, plurais” (MEYER; SOARES, 2004, p. 8). Essas vivências devem promover a emancipação e a dignidade das pessoas.

Esses postulados estão estreitamente vinculados à forma como trabalhamos o currículo escolar. Temos que levar em conta questões que nos levem a refletir se estamos promovendo o fortalecimento da dignidade das pessoas ou se estamos privilegiando alguns, em detrimento de outros. Nesse sentido, Silva (1995) tem a seguinte colaboração:

Quais grupos sociais estão incluídos – e de que forma estão incluídos – e quais grupos sociais estão excluídos? Como resultado dessas divisões, dessas inclusões e exclusões, que divisões sociais – de **gênero**, raça, classe – são produzidas ou reforçadas? E, naturalmente, a pergunta mais importante a ser feita é: qual nosso papel, como educadores e educadoras, nesses processos de divisão e, portanto de relações de poder? (SILVA, 1995, p.197, grifo nosso).

O currículo escolar, tradicionalmente, tem se apresentado como uma lista de conteúdos. A abordagem que restringe o currículo escolar aos conteúdos curriculares secundariza inúmeras aprendizagens que ocorrem nos diferentes espaços do ambiente

escolar, bem como na sociedade de modo geral. É possível afirmar que existem formas de aprendizagem em diferentes lugares e isso, necessariamente, amplia a nossa compreensão de currículo. Inúmeros espaços da sociedade atual podem propiciar aprendizagem: shoppings, cinema, igrejas, escolas, e outros que “fazem circular concepções de gênero, raça, etnia, sexualidade, infância, geração, classe social, entre outras.” (FELIPE, 1999, p. 167). Nossa preocupação, como já mencionado, parte da constatação de que no espaço/tempo escolar são observadas concepções de gênero que têm possibilitado a legitimação de estereótipos e, também, o fortalecimento de ações discriminatórias geradoras de violência. Os brinquedos e brincadeiras, jogos, atividades de diferentes disciplinas produzem modos de ser e estar no mundo. É importante nos perguntarmos: o que produzem? O que reforçam? O que criam?

Queremos destacar que não estamos, em hipótese alguma, culpabilizando os professores, tendo em vista que “o professorado atual é fruto de modelos de socialização profissional que lhe exigiam unicamente prestar atenção à formulação de objetivos e metodologias, não considerando objeto de sua incumbência a seleção explícita dos conteúdos culturais.” (SANTOMÉ, 1995, p.161). Esse autor acrescenta que “Essa tradição contribuiu de forma decisiva para deixar em mãos de outras pessoas (em geral, as editoras de livros didáticos) os conteúdos que devem integrar o currículo e, o que é pior, a sua *coisificação*.” (SANTOMÉ, 1995, p.161).

É importante que na escola seja enfatizada a construção histórica de toda e qualquer diferença, seja ela cultural, de raça, gênero, classe, entre outros. Nosso destaque, neste trabalho, são as relações de gênero. O conceito de gênero procura se contrapor à ideia de uma essência (masculina ou feminina) natural, universal e imutável, enfatizando os processos de construção ou formação histórica, linguística e socialmente determinada. A constituição de cada pessoa deve ser:

Pensada como um processo que se desenvolve ao longo de toda a vida em diferentes espaços e tempos. Desta forma, o conceito de gênero trouxe-nos a possibilidade de colocar em discussão as relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres, proporcionando-os como desiguais em suas possíveis e múltiplas diferenças. (FELIPE; GUIZZO, 2004, p.33).

### **O encontro com os alunos no espaço/tempo escolar**

Não é novidade que a desigualdade de gênero se faz presente, principalmente no ambiente escolar; aliás, esse é o lugar que propicia e reafirma a desigualdade, uma vez que a escola é herdeira de um modelo europeu, cujo padrão normatizado se fecha em ser branco cristão e heterossexual. Pavan (2013, p. 104) explicita que “[...] historicamente, o currículo escolar legitima as identidades hegemônicas (ocidentais, brancas, masculinas, heterossexuais...)” e mais: “o currículo escolar busca constantemente invisibilizar as identidades não hegemônicas”.

Tendo por base sobre o pensamento da autora, buscamos identificar as práticas de desigualdade de gênero na educação básica. Percebemos a presença dos estereótipos e de discriminação, nos diálogos e nas brincadeiras. Partindo dessa análise, a primeira ação de intervenção gerou curiosidades com relação à temática do projeto. Por mais que estejamos no século XXI, falar sobre as relações de gênero, do corpo e dialogar sobre ser menina e ser menino ainda causa constrangimento, pois vale ressaltar que a educação estabelecida historicamente no Brasil é baseada em rigidez, principalmente com relação ao corpo feminino (DEL PRIORI, 2017): que costumeiramente é um discurso revestido de intimidade e, por isso, não deve ser dialogado.

Foram realizadas várias dinâmicas, leituras, exibição de vídeos, ações que propiciaram um diálogo pertinente com os alunos, pois entendemos que o ambiente escolar é transitório e os corpos que compõe esse ambiente estão a todo instante em movimento e em evidência, buscando respostas para os sentimentos confusos que permeiam a mente das crianças e adolescentes. Nesse sentido, Louro (2011, p. 67)

chama a atenção e contribui, ao afirmar: “[...] como bem sabemos, a homofobia circula pelos corredores e salas de aula, se insinua nos livros didáticos e aparece escancarada nos recreios e nos banheiros.”.

Os encontros foram marcados por vários questionamentos; os alunos se interessaram pelo assunto e se identificaram com a problemática exposta, tanto que, em uma das ações, uma aluna relatou acerca da ausência de sua irmã, que, ao assumir sua orientação sexual, foi expulsa de casa pelos pais, que não compreenderam e aceitaram o comportamento da filha.

Com atitudes como essa, as pessoas reforçam os estereótipos que envolvem mulheres e homens e seu papel na sociedade, que perpassam séculos como verdades absolutas, a exemplo do caso relatado pela aluna. O comportamento adotado pelos pais evidencia o mesmo que caracteriza uma sociedade constituída, em grande parte, do senso comum que apenas reproduz a maneira de pensar patriarcal. Nesse sentido, vemos o que Louro (1997, p. 20) enfatiza:

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinante secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem “científica”, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender e justificar a desigualdade.

Nessa perspectiva, o projeto de intervenção tenta, por meio das ações escolhidas, demonstrar que há possibilidade de uma sociedade menos desigual, onde os alunos aprendam a respeitar as diferenças; acreditamos, sim, ser possível uma escola em que gênero não seja restritivo e excludente; senão, vejamos, a propósito, esta contribuição de Santomé (1995, p. 159):

Uma das finalidades fundamentais de toda intervenção curricular é a de preparar os/as alunos/as para serem cidadão/ãs ativos/as e críticos/as, membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática.

Em um dos encontros, realizado em sala de aula, os alunos participaram da construção de uma árvore feita de cartolina e fitas adesivas. Foi solicitado que eles escrevessem, na raiz da árvore, situações que têm sido determinantes e os têm influenciado desde a infância, apreendidas por eles como verdades inquestionáveis, como: “menino não chora” ou “menina tem que brincar de boneca”, verificando que essas determinações são impostas pela sociedade e assimiladas no seio familiar e estendida ao ambiente escolar.

Os alunos preencheram o tronco da árvore e, em seguida, foi-lhes solicitado que escrevessem quem impõe essas situações para que sejam reconhecidas como verdades absolutas. Após refletirem sobre a questão, os alunos apontaram, como responsáveis por aquelas normas de comportamento, por fazerem a distinção entre homens e mulheres, instituições como: família, igreja, escola e sociedade, ressaltando que a pessoa se torna adulta recebendo todo o estereótipo sobre mulheres e homens.

Essa dinâmica de abordagem tem como base o que Colling (2014, p. 22) considera: “[...] O modo mais eficiente para desconstruir algo que parece evidente, sempre dado, imutável, é demonstrar como esse se reproduziu, e como foi construído”. (COLLING, 2014, p. 22).

Partindo da ideia da autora, os alunos refletiram e chegaram ao consenso de que esse tipo de discussão precisa ser praticado com frequência na sociedade e, principalmente, na escola, pois, na concepção dos estudantes, é no ambiente escolar que as práticas se reproduzem. A fim de confirmar o pensamento dos alunos acerca da problemática, foi-lhes solicitado que respondessem a algumas perguntas sobre o papel do homem e da mulher.

Nessa perspectiva, uma das respostas chamou atenção. Uma aluna expôs que algumas imposições são puramente comerciais. Quando solicitado para que essa aluna

fosse mais específica, em sua resposta, ela esclareceu que, ao determinarem cores para mulheres e homens, ou seja, rosa para mulheres e azul para homens, essas são estratégias comerciais para venderem enxovais. A abordagem da aluna desencadeou, na sala, uma discussão que conduziu a outros questionamentos e posições acerca de imposições desse tipo. O consenso foi de que tudo é uma construção para moldar homens e mulheres a padrões normatizados. Vale ressaltar o que Lins (2016, p. 63) enfatiza:

[...], a violência de gênero não é um problema afastado do espaço escolar. Muito pelo contrário. E isso não se dá somente porque situações de violência também fazem parte do cotidiano de alunas e alunos, educadoras e educadores, mas porque a escola é o espaço que concebemos para estimular a reflexão, o aprendizado e o desenvolvimento de comportamentos mais compatíveis com a diversidade e a democracia.

O projeto de que trata este artigo buscou desenvolver com os alunos uma postura crítica sobre as questões que permeiam a desigualdade entre homens e mulheres, tendo em vista que a escola pode e deve ser uma fonte de debate aberta para as reflexões, em lugar de doutrinar ou impor verdades absolutas; nosso propósito é o de propiciar um leque de questionamentos e aprofundar a compreensão dos alunos acerca do tema.

Na sequência do projeto, em outro momento de grande significado, os alunos se reuniram para participar de uma dinâmica em que o reconhecimento das diferenças se fez presente por meio de relatos dos próprios educandos. Em círculo, os alunos escreveram em um papel situações que eles gostariam que os colegas percebessem, ou algo que, no cotidiano, não é percebido, como por exemplo, “sentimentos”, “sensibilidade”. A proposta era de que os eles reconhecessem ou tentassem reconhecer esses aspectos nas situações descritas.

O reconhecimento das diferenças no ambiente escolar é algo para ser pensado. Por lei, a escola pública é universal e o ideal seria que fosse um espaço de igualdade para todos os sujeitos; é pensando as diferenças que temos um importante papel na

sociedade; o diálogo em torno da problemática do gênero é um desafio, por tratar de diferentes contextos sociais e conflitantes. A escola é, pois, o lugar que pode se abrir para esse discurso.

O envolvimento dos alunos nas ações do projeto, durante o ano de 2016, foi intenso, mostrando que é possível um currículo escolar de inclusão, por meio do qual os alunos conseguem adquirir um senso crítico relevante em relação às questões do preconceito e discriminação. O projeto culminou com uma exposição, no mês de novembro, de todas as atividades realizadas, na Feira Científica e Cultural da escola, evento que se realiza uma vez por ano, no qual os educandos têm a oportunidade de apresentar experimentos e conhecimentos adquiridos durante o ano letivo.

A apresentação dos alunos para a comunidade escolar foi a certificação de um trabalho realizado com sucesso, pois eles demonstraram propriedade, ao dialogar com os visitantes, ao exporem seus conhecimentos acerca do tema, até por meio de detalhes apreendidos durante o ano.

Pacheco (2005, p. 71) lembra que escola e currículo caracterizam-se como construção social, ao afirmar que “[...] É no espectro escolar destas lutas que a escola desempenha uma função social, determinada pelas finalidades da socialização, do desenvolvimento e da libertação dos sujeitos”.

### **Considerações Finais**

Diante das ações propostas no decorrer do ano de 2016 entendemos que alcançamos resultados importantes. Reconhecer a desigualdade para depois desenvolver políticas de igualdade não é tarefa fácil por se tratar de paradigmas enraizados historicamente. As dificuldades nas abordagens em nossas escolas revelam o quanto ainda precisa ser investido nos professores.

As ações desenvolvidas e embasadas teoricamente por autores que pensam uma educação justa e democrática demonstraram que é possível transformar esse espaço em algo emancipador. Contudo, para avançarmos, precisamos de uma colaboração maior por parte daqueles que constroem a educação do Brasil, que todos experimentem sentimento de pertença, para que esse tema seja debate de formações. É importante que nós, educadores, estejamos preparados para as variadas formas de manifestações culturais e realidade social dos alunos.

A discussão sobre a desigualdade de gênero em sala de aula proporciona uma abertura para um diálogo ainda maior a respeito do tema e promove a permanência de sujeitos que não se sentem incluídos. O projeto de intervenção buscou atingir esse conhecimento, transformando a sala de aula em um ambiente democrático e igualitário; tentou desnaturalizar qualquer forma de exclusão, pois “certas condutas e formas de comportamento, diferenciadas pelo sexo, são aprendidas e interiorizadas, tornando-se quase “naturais” (LOURO, 1997, p.56)”.

Ressalte-se, finalmente, que o projeto destacado neste artigo foi desenvolvido por meio de atividades voltadas à igualdade e equidade social, visibilizando sujeitos que abertamente são excluídos da sociedade.

## Referências

- CANDAU, Vera Maria. Cotidiano escolar: a tensão entre igualdade e diferença. **Revista Nuevaamerica/Novamérica**, n.134, p. 50-54, 2012.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes discursos iguais: a construção do corpo feminino na história/Dourados**, MS: UFGD, 2014.
- DE BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão do livro, Europeia, 1967.
- DEL PRIORE, Mari. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 4º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Entre batons, esmaltes e fantasias. In. LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade**. 2011.

LOURO, Guacira. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 31-40.

PACHECO, J. A. **Estudos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In. SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-189.

\_\_\_\_\_. Currículo e identidade social: territórios contestados. In. \_\_\_\_\_. **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 190-207.

## Representações do feminino/masculino e a civilidade: uma análise dos jornais de Corumbá/MS

### Female/male representations and civility: Corumbá/MS newspapers analysis

Lídia Kelleenn Brito dos Santos<sup>120</sup>  
Nathalia Monseff Junqueira<sup>121</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** Os discursos nos acompanham no cotidiano através das mídias, das instituições, das relações sociais; enfim, são construídos, reproduzidos e ressignificados no momento em que entramos em contato com eles. O objetivo desse artigo é analisar as representações do feminino e do masculino e sua relação com a civilidade, presentes nos jornais: *A Tribuna* (1950) e o *Jornal da Mulher* (2016), respectivamente.

**Palavras-chave:** Representações; gênero; fontes impressas.

**Abstract:** The discourses accompany us on a daily basis life through the media, institutions, social relations; finally, they are constructed, reproduced and resigned at the moment we come in contact with them. The aim of this article is to analyze the representations of the feminine and the masculine approaches and their relation with the civility, which are present in the newspapers: *A Tribuna* (1950) and *Jornal da Mulher* (2016), respectively.

**Key words:** Representations; gender; newspapers.

### Introdução

A História Cultural, a partir da década de 1990, ampliou as temáticas e metodologias no campo da História. Este avanço na historiografia nos permite fazer uso dos periódicos impressos, entre outros documentos, como fontes históricas para pensar os sujeitos, as práticas e os discursos de um determinado período histórico. Porém, é importante deixar claro que essas fontes expressam as concepções de mundo de um grupo ou indivíduo, portanto, os jornais não são apenas um meio para transmissão de notícias, mas pretendem transmitir/produzir determinados significados a partir de seus discursos dotados de intenções, de subjetividade.

---

<sup>120</sup>Discente do Curso de História do *Campus* do Pantanal/UFMS. Email: lidia\_kelleenn@hotmail.com

<sup>121</sup>Professora Adjunta no Curso de História do *Campus* do Pantanal/UFMS. Coordenadora do Laboratório de Documentação Histórica e Estudos Regionais (CPAN/UFMS). Email: nathalia.m.junqueira@ufms.br

Os discursos nos acompanham no cotidiano através das mídias, das instituições, das relações sociais; enfim, são construídos, reproduzidos e ressignificados no momento que entramos em contato com eles. Caracterizam ainda relações de poder, uma vez que, a partir dos discursos, determinadas práticas são produzidas a fim de construir representações que acabam sendo naturalizadas ao longo do tempo. (CHARTIER, 1990; FOUCAULT, 1988).

O objetivo deste artigo é analisar as representações do feminino e do masculino que estão presentes nos jornais que circulam/circularam na cidade de Corumbá/MS: *A Tribuna*<sup>cv</sup> e *o Jornal da Mulher*<sup>cvi</sup>, respectivamente. Além das notícias, os jornais abordam dicas de boas maneiras que foram difundidas no Brasil a partir do século XIX. A análise das fontes impressas será realizada a partir das categorias de gênero e civilidade, portanto, nos apoiamos em teóricos como Joan Scott, Norbert Elias; e para pensar as representações, o historiador Roger Chartier.

### **1. Fontes e o Contexto local**

A cidade de Corumbá está localizada no estado de Mato Grosso do Sul. Além da proximidade com o Pantanal, grande atrativo turístico, faz fronteira com a Bolívia. O fato de Corumbá pertencer a uma área fronteiriça traz características singulares à cidade. De acordo com Burke, “as fronteiras muitas vezes são regiões com uma cultura própria, claramente híbrida.” (2008, p. 154). Entendemos a fronteira como uma categoria que não está restrita aos seus limites políticos e geográficos, mas como uma área de resistências, de trocas comerciais e culturais, e das relações de poder. Portanto, as fronteiras não são estáticas, mas “estão em movimento, impulsionadas pelos fluxos migratórios, as estratégias geopolíticas, as influências econômicas e culturais de determinados países sobre outros e pelas diversas formas de circulação de mercadoria nos espaços fronteiriços.” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 48).

Algumas considerações sobre a cidade de Corumbá são necessárias para pensar a relação dos leitores e leitoras para com os jornais, visto que a população corumbaense tem como característica a diversidade, que é facilmente percebida. Porém, se por um lado a região tem como característica a diversidade, por outro lado, não podemos deixar de mencionar os conflitos e preconceitos existentes na cidade, questões que influenciam na forma como determinados grupos são representados ou excluídos, como veremos mais adiante na análise das fontes.

Os jornais utilizados são: o *Jornal da Mulher* e o *A Tribuna*. O primeiro intitula-se como “O Mais Feminino De Todas As Épocas” e está em circulação na cidade de Corumbá de forma gratuita, por este motivo pode ser adquirido facilmente em alguns pontos comerciais; o segundo não está mais em circulação, entretanto, para a construção de nossos argumentos nesse artigo, vamos analisar os exemplares da década de 1950, mais precisamente a coluna *Sociais* do *A Tribuna*.

Considerando a diversidade de exemplares e o objetivo da pesquisa, selecionamos as publicações do ano de 2016 do *Jornal da Mulher*, também por serem as mais recentes, e optamos pelas publicações da década de 1950 do *A Tribuna* visto que, esse recorte caracteriza um período em que as dicas de boas maneiras e o ideal de feminilidade eram expressivos nos jornais e revistas do Brasil.

O *Jornal da Mulher* pode ser classificado como um jornal de consultoria que tem como alvo o público feminino, e é também notável a exaltação das famílias tradicionais da cidade, presente em todas as edições. Além disso, boa parte dos patrocinadores do jornal são proprietários/as de restaurantes, farmácias, lojas; enfim, esses indivíduos estão ligados as atividades comerciais da região, por isso o jornal também é utilizado por essas pessoas como um espaço de publicidade. Já o *A Tribuna* conta com notícias locais, nacionais e internacionais, anúncios de vagas para cursos e empregos, e a coluna *Sociais*

que engloba as dicas de boas maneiras, dicas de culinária, os aniversariantes do mês, os casamentos, e alguns poemas, crônicas ou trovas. Portanto, diferentemente do *Jornal da Mulher*, não podemos indicar o público alvo do *A Tribuna*, pois parece ser destinado a um público diversificado.

É interessante notar que o *Jornal da Mulher*, embora seja contemporâneo, traz discursos que eram amplamente difundidos nos anos dourados e que podem ser observados na coluna *Sociais* do *A Tribuna* da década de 1950, utilizado neste artigo. Podemos, então, concluir que o *Jornal da Mulher* tem o intuito de resgatar um ideal de mulher, de feminilidade que estaria se perdendo ou apenas pretende reafirmar um ideal ainda presente na sociedade?

## **2. “Quem entende o que é mulher?”: algumas considerações sobre a categoria de gênero.**

A frase “quem entende o que é mulher?” está presente na coluna *Sociais* do jornal *A Tribuna* e expressa a contradição que o feminino gera quando não se encaixa no padrão ideal. A frase destacada faz parte de uma trova onde o autor relata, de acordo com sua visão, a indecisão da mulher ao dar ordens. Dito isto, podemos notar o estranhamento em relação a mulher que toma atitudes, possui um comportamento ativo, já que esse é um comportamento que está atrelado ao universo masculino. Entretanto, neste artigo, pensamos essas representações do feminino e masculino através da categoria de gênero.

O termo gênero, entendido como aquele que corresponde ao sexo biológico de homens e mulheres, aparece dessa forma nas fontes impressas aqui analisadas e por um longo período, se manteve com esse significado biológico para os estudiosos da área das humanidades.

A historiadora Joan Scott relata a trajetória de militantes e historiadores/as para consolidar os estudos de gênero. Assim sendo, a partir de 1980, o uso do termo gênero

rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior (SCOTT, 1995, p. 75).

Logo, entendemos que o gênero faz parte de uma construção cultural, assim como as religiões, as identidades e os costumes, portanto deve ser encarada como uma categoria “útil de análise histórica”. (SCOTT, 1995)

Os movimentos feministas foram de extrema importância nessa trajetória, já que militantes e historiadores/as feministas iniciam uma história das mulheres com a intenção de dar voz a esses sujeitos históricos e assim romper com uma história positivista que exalta os grandes homens, os acontecimentos relacionados à política, estabelece heróis; e reserva às mulheres o ambiente doméstico, como se elas estivessem sempre à sombra de seus maridos, pais e irmãos, sem nenhum tipo de participação na sociedade.

Entretanto, Scott coloca que a história das mulheres sofreu fortes críticas pelo seu caráter político, por ser de certa forma um dos frutos do feminismo, portanto, o meio acadêmico não enxergava com bons olhos a associação entre a política e ciência - separação que a historiadora acredita ser desnecessária - além é claro, da resistência de grupos conservadores dentro das universidades. Outra crítica direcionada a história das mulheres é de que as relações entre homens e mulheres na sociedade não eram discutidas, sendo assim, havia uma história isolada, apenas das mulheres. (SCOTT, 1995). Contudo, tais críticas não podem anular a importância e contribuição da história das mulheres para a História e as Ciências Sociais, pois a partir desse momento é que as mulheres passam a ser vistas como sujeitos históricos.

Dessa forma, o termo gênero vem para buscar o reconhecimento sobre os estudos da condição da mulher e “[...] é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro.” (SCOTT, 1995, p.75).

O ideal de feminilidade é constituído, basicamente, por características como graça e delicadeza, maternidade/instinto maternal e a passividade, é entendido também como o pilar do gênero feminino; assim sendo, quem pertence ao sexo feminino possui naturalmente essas características. Da mesma forma, há um ideal de masculinidade, portanto, quem pertence ao sexo masculino possui naturalmente, características como a virilidade, racionalidade, enfim, tudo aquilo que se opõe ao emocional, à sensibilidade. As características supracitadas estão presentes nas mentalidades e podem ser percebidas na forma como as mulheres e os homens são representados nas fontes impressas, por exemplo. Através da análise dos jornais pretendemos demonstrar que essas representações são construídas e posteriormente naturalizadas, uma vez que os discursos são contraditórios, pois se adquirimos características da masculinidade e da feminilidade quando nascemos por que é necessário instruir homens e mulheres a se comportarem da forma esperada?

A análise das representações contidas nos jornais é realizada a partir da perspectiva da História Cultural, pois como conceitua Chartier (1990, pp.16 /7) “a história cultural, tal como a entendemos, tem por objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler.”

Ainda, conforme nos relata Chartier, as representações são estabelecidas através de conflitos e são construídas pelos interesses de determinado grupo que “impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu

domínio”, e os discursos que elaboram essas representações têm o objetivo de “legitimar um projecto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.” (1990, p. 17).

### 3. **Civilidade**

As prescrições enunciadas pelos numerosos textos que pretendem regulamentar as condutas sociais opõem-se, ponto por ponto, aos movimentos dos corações e dos corpos em suas paixões íntimas. [...] Assim a civilidade, é acima de tudo uma arte, sempre controlada, da representação de si mesmo para os outros, um modo estritamente regulamentado de mostrar a identidade que se deseja ver reconhecida. (CHARTIER, 1991, pp. 165/6).

A preocupação com as boas maneiras está presente na sociedade desde a Antiguidade, porém percebemos que essa preocupação em civilizar-se e civilizar o outro se torna mais intensa ao longo do tempo.

Norbert Elias estuda minuciosamente os manuais de boas maneiras que percorrem toda a Europa a partir do século XVI. Entretanto, em *O Processo Civilizador* (1994), o sociólogo relata que a preocupação em como se portar à mesa ou diante de outras pessoas passa pela Antiguidade e Idade Média, contudo as regras de bom comportamento são aperfeiçoadas e passam a abranger vários aspectos do cotidiano, o espaço público e privado; dessa forma, a civilidade é institucionalizada/naturalizada. O termo *civilité* faz parte do que é para Elias o “processo civilizador” do Ocidente.

De acordo com Elias (1994) e Revel (1991), a publicação em 1530 da obra *Decivilitatemorum puerilium* de Erasmo Rotterdam é um marco na história da civilidade, pois este manual foi reeditado diversas vezes, desde a sua publicação até a modernidade. Assim sendo, as dicas de boas maneiras foram disseminadas através das reedições que apresentavam pouquíssimas modificações, o que é normal, pois a civilidade não é estática, passa por “curvas” e “flutuações”. O próprio termo “civilidade” faz parte de um processo que visa promover o controle e autocontrole de

impulsos e emoções, do desenvolvimento de um “sentimento de delicadeza” que antes fora denominado como “cortesia” e, por fim, como “civilização”. (ELIAS, 1994).

Inicialmente a *civilité* é destinada à classe aristocrática e caracteriza uma forma de diferenciação social, mas a partir dos séculos XVII e XVIII influencia todo um grupo em ascensão, entre eles os burgueses - que começam a ganhar espaço na sociedade - e até mesmo as pessoas de classe menos abastada. Dessa forma, depois de se institucionalizar no interior da Europa, as dicas de boas maneiras se expandem para todo o Ocidente.

No Brasil, desde a chegada da família real, a classe mais abastada da sociedade sofre mudanças nos seus hábitos, pois passa a ser influenciada pelos costumes europeus, principalmente, aqueles que vinham da França. De acordo com Lillia Moritz Schwarcz (1998, pp. 157/8), “é certo que tudo começou com d. João VI e a chegada da corte, que trouxe consigo novas roupas, adornos e até cabeleireiros.”. Contudo, foi durante o reinado de d. Pedro II que as boas maneiras ganham impulso.

A partir do século XIX, a civilidade se tornou mais presente na sociedade brasileira, entretanto, esse interesse pelos hábitos europeus indica um plano que a classe dominante tentava colocar em prática: a intenção era branquear e civilizar o Brasil. Dessa forma, com o fim tardio do tráfico de negros africanos em 1850, a civilidade auxiliaria na construção da imagem de um Brasil moderno e civilizado. Ainda de acordo com Schwarcz (1998, p. 152),

A cidade fluminense, sede da corte passará a funcionar como um pólo centralizador e difusor de hábitos, costumes e até linguagens para todo o país, além de se transformar no cenário principal em que se desenrolava a dramatização da vida social da boa sociedade.

Portanto, durante os séculos XIX e XX, ocorre a alfabetização de boa parte da população e o crescimento da indústria editorial, são acontecimentos que possibilitaram a popularização dos manuais de civilidade no Brasil. (SCHWARCZ, 1998.).

A civilidade não se preocupa apenas em garantir que homens e mulheres se portem com elegância à mesa e saibam como utilizar um garfo ou faca, mas também espera controlar as funções corporais, as emoções, o comportamento dentro do quarto, a relação entre os sexos e aqueles que “[...] perturbam a harmonia, confundindo os gêneros e tudo o que se refere em particular à distinção sexual [...].” (REVEL, 1991, p. 174). Podemos concluir que a civilidade tem como objetivo domesticar os impulsos e expressões, conseqüentemente, as pessoas acabam interpretando determinados papéis em nome do refinamento e da civilização.

Gênero e civilidade estão associados neste artigo porque um reforça o outro, a civilidade fortalece a representação de um feminino e masculino ideal que já está dada pela visão biológica do gênero. Além disso, as dicas de boas maneiras presentes nos jornais *A Tribuna* e o *Jornal da Mulher*, em sua maioria, são direcionadas às mulheres, o que expressa a ideia de que a mulher necessita ser civilizada pois, está mais próxima do instinto, do mistério e das emoções do que os homens que são naturalmente racionais. Portanto, observamos que gênero e civilidade se relacionam e pretendem criar hábitos e representações que posteriormente são naturalizados.

#### **4. Os discursos e um ideal**

A coluna *Sociais* do jornal *A Tribuna* nos apresenta discursos do que seria o feminino e masculino, contudo este é apenas um entre diversos jornais e revistas da década de 1950 que dedicam algumas ou todas suas páginas para expressar determinadas representações a respeito do homem e da mulher. Como observamos anteriormente, o século XIX popularizou as dicas de bom comportamento, porém é durante o século XX que elas deixam de ser consultadas através da leitura dos manuais de civilidade e são inseridas nas mídias impressas. Portanto, com o auxílio dos meios de comunicação, a civilidade é largamente disseminada e passa a atingir várias camadas da sociedade.

Nos anos de 1950, o Brasil encontrava-se em um cenário pós-Segunda Guerra Mundial e passava por um processo de urbanização e industrialização das cidades (BASSANEZI, 2013), acontecimentos que podem explicar a retomada dos discursos de boas maneiras, pois o país buscava uma identidade nacional e ainda desejava parecer civilizado; dessa forma a civilidade pode ser entendida como uma forma de padronizar hábitos e costumes e tornar invisível tudo que pareça incivilizado. Segundo Carla Bassanezi (2013), as mudanças que ocorriam nas cidades brasileiras possibilitaram um maior acesso à educação e ao mercado de trabalho para ambos os sexos, masas

distinções entre os papéis femininos e masculinos, entretanto, continuaram nítidas; a moral sexual diferenciada permanecia forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e vistos como subsidiário ao trabalho do homem, o “chefe da casa”. (2013, p. 608)

É importante destacarmos a influência do *americanwayoflife* no modo de vida dos/as brasileiros/as, pois nesse momento os Estados Unidos passam a ditar tendências do que é urbano e civilizado, e o cinema norte-americano torna-se o principal meio de reprodução desse novo estilo de vida. Até mesmo as revistas e jornais femininos adotam as tendências de moda e compartilham de alguns hábitos, entretanto, como afirma Bassanezi (2013) o *americanwayoflife* retratava a família burguesa em seus diversos comerciais, mas ao mesmo tempo, apresentava mulheres mais ousadas e jovens rebeldes nos seus filmes o que causa certo desconforto em parte da sociedade brasileira em relação aos filmes americanos.

As dicas de boas maneiras são direcionadas, em sua maioria, às mulheres e quando não estão indicando a forma correta de uma dona de casa receber os convidados/as, estão instruindo como estas devem se comportar em público, visto que “nenhuma mulher que deseje ser considerada distinta, deve sentar-se cruzando as pernas de modo que a ponta do pé superior, envolva a perna que ficou por baixo. Tais

habilidades, devem ser privilégio de acrobatas de circo.” (*A Tribuna*. Corumbá, 17/Janeiro/1950, p. 2).

Conforme o trecho destacado acima, o ato de cruzar as pernas não caracteriza uma atitude de mulher recatada ou “distinta”, pois se espera que a mulher não tenha gestos expansivos, mas sim gestos contidos e delicados.

Evite, nos bailes ou nas “boites”, parecer que está flertando, colocando o seu companheiro numa situação desairosa de imprevisíveis conseqüências, às vezes lamentáveis. Mas, ao contrário, dê-lhe, mesmo a contragosto, a máxima atenção, evitando gestos de entusiasmo que chamem a atenção geral, resultando num possível constrangimento para ambos. (*A Tribuna*. Corumbá, 28/Junho/1950, p. 2).

Dessa forma, além de se sentar adequadamente é necessário que a mulher controle suas expressões e seus olhares para que não cause constrangimento aos outros e a si mesma, e que quando estiver acompanhada do seu marido dê a devida atenção a ele, porém sem cometer exageros. Tais questões nos remetem as declarações<sup>cvi</sup> de duas mulheres que entendem a submissão feminina como natural e necessária:

Jornal da Mulher: Uma mensagem para as mulheres:

Catarina: A mulher tem que ser tolerante. Como dizia Dom Bosco: “Nós nascemos para os outros.”.

Regina: Que tenhamos em mente a seguinte frase: “Vieram ao mundo para servir e não para ser servido.”. (*Jornal da Mulher*. Corumbá, Julho/2016, p. 6).

Entre a dica de civilidade presente na coluna *Sociais* e as mensagens das entrevistadas do *Jornal da Mulher* existe uma diferença de 66 anos, porém notamos que os discursos se repetem mesmo com o espaço que os feminismos vem conquistando em diversas áreas da sociedade, desde 1970/1980. Nos dois trechos destacados é dado à mulher o espaço de submissão, assim, ela constantemente deve se colocar em segundo plano e primeiramente se preocupar com o outro, já que “vieram ao mundo para servir”; mais uma vez a naturalização das representações surge.

Em meio às dicas de culinária e de boas maneiras; os aniversariantes e as cerimônias de casamento e batismo; a coluna *Sociais* da *A Tribuna* apresenta trovas, poemas, e pequenos trechos com títulos como “dizem eles...” ou “dizem elas...”, que abordam as representações do feminino e do masculino utilizando doses de humor e ironia. Seleccionamos para este artigo, uma trova e um elogio que reproduzimos a seguir:

Se ouvirdes uma mulher a dizer mal do amor e um homem de letras depreciar a opinião pública, ficai certo de que uma perdeu a formosura e o outro está perdendo a inteligência. Diderot. (*A Tribuna*. Corumbá, 11/Janeiro/1950, p. 2).

A mulher quando ama, tem heroísmo e abnegações de que o homem- o ser mais egoísta do reino animal- é incapaz. Camilo Castelo Branco. (*A Tribuna*. Corumbá, 11/Fevereiro/ 1950, p. 2).

No primeiro trecho, as representações ocorrem a partir da divisão entre público/privado; razão/emoção; homem/mulher. A inversão desses papéis não é vista como natural, porque causa desequilíbrio em algo que deveria ser harmônico, por isso os indivíduos que estão a margem desse padrão são considerados “anormais”. Já no segundo trecho os padrões são reafirmados, a mulher é exaltada pelo seu caráter passional e o homem é aparentemente criticado por ser naturalmente racional, portanto, incapaz de se entregar ao amor da mesma forma.

Embora a maior parte das dicas seja destinada às mulheres, há também aquelas que por serem para ocasiões diversas incluem os homens. Como podemos observar no trecho a seguir:

Conselhos:

Comete grave falta o homem que, na rua, segura a mulher pela cintura, seja esta sua noiva ou esposa. Esse gesto, que muita gente confunde com amor, revela, antes de tudo, pouco respeito. Por outro lado, não é menos criticável a atitude da que aceita com complacência esta pseudo efusão de carinho. (*A Tribuna*. Corumbá, 23/Junho/1950, p. 2).

O trecho exemplifica o propósito da civilidade, que é nada menos do que a tentativa de promover o controle dos gestos e emoções ou o “decoro corporal externo” (ELIAS, 1994), independente do sexo daquele que age. Como vimos, a demonstração

exagerada de carinho não é permitida nem mesmo entre os casais, pois lembremos que não há nada mais supervisionado em nossa sociedade do que as manifestações de sexualidade.

Assim como a coluna *Sociais*, o jornal que intitula-se “o mais feminino de todas as épocas” conta com o *EspaçoGourmet*, uma seção que abarca receitas culinárias. Já a seção *Design e Décor* pretende ensinar as mulheres como decorar os espaços da casa, e por fim há algumas dicas de como receber os amigos/as no inverno ou como preparar um chá entre amigas, por exemplo. Essas seções aparecem em todas as edições do ano de 2016 analisadas por nós.

A seção *Como ser mais feminina*, presente na edição especial referente ao dia da mulher, direciona o seu discurso à mulher que “pretende realmente vestir a camisa da feminilidade”,no entanto, paraque isso ocorra é necessário que a mulher adote “a mentalidade de uma mulher mais tradicional”.(*Jornal da Mulher*. Corumbá, Março/2016, p. 14).

Da mesma forma que a coluna *Sociais*, o *Jornal da Mulher*preza osbons modos e a delicadeza e por esse motivo traz dicas exaustivas para que as mulheres se encaixem no padrão de feminilidade e civilidade. As dicas são organizadas por três grandes grupos intitulados da seguinte forma: adotando um visual mais feminino; agindo com graça e feminilidade e usando as palavras certas; cada grupo possui subitens que abordam as dicas detalhadamente, utilizando exemplos. Apesar da exaltação de um feminino ideal o jornal acredita que,

Todo mundo tem um lado masculino e um lado feminino. Você pode, por um lado ser feminina e gostar de fazer as unhas e usar maquiagem, mas ser mais masculina em outras coisas, como praticar esportes e gostar de futebol. No entanto, a maioria das pessoas tem um lado mais dominante do que o outro. (*Jornal da Mulher*. Corumbá,Março/2016, p. 15).

O primeiro passo para torna-se mais feminina é escolher a roupa ideal, portanto, “Um bom começo é usar mais saias em vez de calças ou jeans - nada melhor do que uma saia para demonstrar que você valoriza a sua feminilidade - [...] Só tome cuidado com saias muito curtas. O comprimento certo é um pouco acima dos joelhos [...]” (*Jornal da Mulher*. Corumbá, Março/2016, p. 14).

Ainda de acordo com o impresso, é importante que a mulher seja vaidosa, faça uso de acessórios e perfumes, enfim, que “[...] procure sempre estar limpa e cheirosa e ter aquela aparência de quem se arruma sempre (como as ladies fazem).” (*Jornal da Mulher*. Corumbá, Março/2016, p. 14).

O *Jornal da Mulher* relata que a figura feminina é geralmente, conhecida como aquela que transmite graça e delicadeza, entretanto, reconhece que há exceções e que as mulheres não são obrigadas a se comportarem de tal forma, porém volta a reafirma uma representação tradicional do feminino/masculino e nos deixa uma observação interessante e contraditória.

Mas, ainda nos dias de hoje, mesmo depois de todos os movimentos feministas, muitas mulheres se sentem mais femininas quando fazem movimentos suaves, ao invés de se mexerem com força e bruscamente. E é claro que deve-se levar em conta a situação e o lugar. Por exemplo, tudo bem ser feroz na quadra de vôlei ou no estande de tiro ao alvo. Mas, no barzinho com amigas ou no quarto, uma atitude mais serena e elegante pode ficar melhor. (*Jornal da Mulher*. Corumbá, Março/2016, p. 14).

Em síntese, para se enquadrar no padrão de feminilidade é preciso saber se comportar em público, andar como se estivesse “deslizando graciosamente”, não falar em um tom de voz alto ou de assuntos considerados vulgares, ter boas maneiras à mesa e de jeito nenhum arrotar em público, pois isso não é “o comportamento de uma dama”. (*Jornal da Mulher*. Corumbá, Março/2016, p. 15).

Além disso, não é feminino levar a vida a sério, portanto o bom humor é essencial. A dança também é destacada como indispensável para expressar e reforçar a feminilidade, principalmente as danças que exigem um parceiro, uma vez que “[...] a

salsa ou a valsa, também pode ajudá-la a se sentir mais feminina, pois os movimentos são baseados nas diferenças tradicionais entre homens e mulheres.”(*Jornal da Mulher*. Corumbá, Março/2016, p. 14).

Por fim, “a natureza feminina tem dois pólos: um maternal e benéfico, outro mágico, vermelho como o sangue,[...] maléfico.” (PERROT, 2010, 173). Por isso, o *Jornal da Mulher* traz uma seção para que seu público feminino se inspire nas mulheres da bíblia, 5 mulheres são colocadas como exemplos de boa conduta, porém destacaremos duas delas:

Seja como Sara:

Não desista nunca dos seus sonhos. Seja confiante em Deus e nas promessas d’Ele. Coloque sua família em primeiro lugar, seja companheira e procure ter os mesmos objetivos que o seu marido.

Seja como Maria:

Além de grande mãe, Maria era muito feminina. Para ser como ela, é preciso ter humildade, respeito com os filhos, ser uma esposa companheira e uma mulher disposta a agradar a Deus – e não à sociedade. (*Jornal da Mulher*. Corumbá, Abril/2016, p. 20).

A ligação com a religião cristã é vista como importante para que as mulheres controlem seus impulsos, pois “quase todas as mulheres se dedicam a Deus quando o Diabo não as quer.” (*A Tribuna*. Corumbá, 29/Março/1950, p. 2).

#### **4.1 Maternidade X Paternidade**

A maternidade foi a forma amorosa que Deus encontrou para abençoar a mulher. E para compartilhar desta benção o *Jornal da Mulher* deseja neste Dia das Mães homenagear 6 magníficas mães que servem como exemplo de conduta, dedicação, entrega, afeto e amor infindo: verdadeiras ladies e ícones de nossa sociedade, trazendo cada uma o seu depoimento do que é “Ser mãe”.(*Jornal da Mulher*. Corumbá, Maio/2016,p. 8).

A partir da análise das edições dedicadas às mães e aos pais, notamos as diferenças entre “ser mãe” e “ser pai”. Essas questões são percebidas nos depoimentos de homens e mulheres entrevistados/as e os discursos reafirmam características que há

muito tempo permeiam as representações de um feminino/masculino ideal. Aqui a representação da masculinidade se torna mais evidente.

No *Jornal da Mulher* a maternidade e a paternidade são compreendidas como acontecimentos de extrema importância na vida de mulheres e homens, porém cada indivíduo possui funções específicas para desempenhar na educação dos/as filhos/as. Entretanto, essas funções são estabelecidas, de acordo com o sexo de cada um, resultado de uma divisão binária que está ligada a visão biológica do gênero.

Na edição comemorativa ao dia das mães, a equipe organizadora do jornal realizou uma entrevista com algumas mães da cidade corumbaense com a intenção de que elas relatassem “o que é ser mãe?” e como se dá a educação de meninos e meninas.

Tereza: Ser mãe é realizar todos os seus sonhos. (*Jornal da Mulher*. Corumbá, Maio/2016, p. 8).

Rita: Ser mãe é a maior missão que uma mulher tem a cumprir. É amar de forma mais completa. É se doar sem aguardar nada em troca. (*Jornal da Mulher*. Corumbá, Maio/2016, p. 9).

Catarina: Ser mãe é ser uma mulher iluminada, plena e coberta de felicidade. A maternidade faz imune a mulher de impossibilidades. Ser mãe é viver em estado de graça. (*Jornal da Mulher*. Corumbá, Maio/2016, p. 10).

Todos os depoimentos indicam que a maternidade é um acontecimento muito esperado pelas mulheres, pois está relacionado ao divino e desperta sentimentos como a plenitude e felicidade à vida das mulheres. Porém, ser mãe requer também sacrifícios, como pedir demissão do emprego ou parar de estudar para se dedicar aos filhos/as, por exemplo. Contudo, como esclarece a entrevistada Rita, desempenhar o papel de mãe é “se doar sem aguardar nada em troca”.

A edição comemorativa ao dia dos pais aparece com mudanças em relação ao design do jornal que diferentemente das edições anteriores não vem com todos os detalhes na cor rosa, mas sim na cor azul. As mudanças no design expressam uma preocupação em seguir a clássica divisão das cores, portanto, azul para os meninos e

rosa para as meninas. De acordo com a editora do jornal, a edição especial para o dia dos pais é uma homenagem “[...] Para os heróis de verdade” considerando que “[...] exercer o papel de pai no seio familiar é uma tarefa difícil, mas não é impossível basta seguir a bússola e bons sentimentos.” (*Jornal da Mulher*. Corumbá, Agosto/2016, p. 2).

A figura paterna também aparece em conformidade com a representação ideal de masculinidade, logo, pai é aquele que transmite segurança, faz uso da razão e não da emoção, é corajoso e forte, um verdadeiro herói. Ao pai cabe o lado mais rígido da educação dos/as filhos/as, ele deve impor limites, enquanto que a mãe deve ser mais flexível e amorosa. Para ilustrar a importância da figura paterna no ambiente familiar, o jornal traz o seguinte depoimento de uma psicóloga:

Figura de extrema importância no desenvolvimento emocional, físico, e psíquico de uma criança, deve **auxiliar** na formação educacional, na personalidade [...] As crianças, principalmente os meninos, precisam dessa figura para se espelhar e formar sua **personalidade** e **exemplo masculino**. (*Jornal da Mulher*. Corumbá, Agosto/2016, p.9, grifo nosso).

Dessa forma, o dever do pai seria o de auxiliar na educação das crianças e não desempenhar o papel principal que estaria destinado à mãe, considerando que ao pai cabe a tarefa de trabalhar para sustentar a família e à mãe cabe a organização do lar, que geralmente é vista como uma tarefa menos complexa, por isso todas as questões relacionadas à vida das crianças é de responsabilidade da mulher que é quem dispõe de mais tempo para isso. Tais observações nos remetem a construção de gênero onde ao homem é destinado o ambiente público e à mulher o ambiente privado; e a maternidade aqui se sobrepõe a outros desejos da mulher por fazer parte da natureza do eterno feminino.

Ainda de acordo com o depoimento da psicóloga, a presença do pai é importante para que os meninos tenham uma referência masculina. Entretanto, esta referência é

sugerida para que eles construam sua masculinidade e conseqüentemente, a ideia é impedir qualquer manifestação de feminilidade.

Através dos depoimentos dos pais e mães entrevistados/as identificamos que para eles/elas há uma diferença na convivência com filhos e filhas.

Jornal da Mulher: Como é ser mãe só de meninas?

Rita: É muita alegria e muita briga (saudável, é claro!), desentendimentos de muitos e afetos imensos [...] Mas no final tudo acaba em laçarotes e fitas cor-de-rosa.

Jornal da Mulher: Como você define a vida de mãe de meninos?

Catarina: Você pode me achar exagerada mas é estar ligada no 220v sempre. É muita energia para queimar. Você precisa ter fôlego para acompanhar essa turma, mas isso faz parte da minha missão de mãe. (*Jornal da Mulher*. Corumbá, Maio/2016, p.12).

A partir da fala das duas mães percebemos que o cotidiano com as filhas é monótono, mais passional, com momentos de discussões, seguido de reconciliações afetuosas; em oposição ao cotidiano com os filhos que requer mais energia do que diálogo; devido a esse caráter ativo uma das entrevistadas confessa que aprendeu a ser “moleca” com os filhos.

“Meu mundo é azul” é o relato da mãe de meninos, enquanto que a convivência com as meninas, apesar dos conflitos termina em “laçarotes e fitas cor-de-rosa”, mais uma vez a dualidade se faz presente: o feminino que têm as emoções à flor da pele, detalhes na cor de rosa; o masculino que é expansivo, um mundo azul.

Ainda sobre a diferença entre filhos e filhas, destacamos abaixo o depoimento de um pai:

Jornal da Mulher: Carlos difere alguma coisa ser pai de menino e pai de menina?

Carlos: Sim, acho que a educação do guri deve ser mais arrojada no critério de responsabilidades, proteção, mantenedor. O menino deve saber desde cedo que ele tem que cumprir regras e que tem em suas mãos o poder para proteger e cuidar da sua família. (*Jornal da Mulher*. Corumbá, Agosto/2016, p. 19).

Como vimos, ser pai e ser mãe está relacionado à oposição homem/cultura e mulher/natureza, e essas representações sobre um feminino e masculino ideal são perpetuadas e naturalizadas através de gerações, processo que se inicia no ambiente familiar.

#### 4.2 Boas notícias?

Na edição do dia 7 de junho de 1950, o jornal *A Tribuna* publica uma notícia importante que não aparece na coluna *Sociais*, contudo é destinada às mulheres da cidade de Corumbá. O jornal *A Tribuna* anuncia a fundação de uma ala feminina no Partido Social Democrático (PSD) e então convoca às mulheres para participarem dessa nova ala.

Prezada Correligionaria:

Aproximam-se as eleições gerais de 3 de Outubro, quando serão substituídos todos os postos eletivos da Administração Federal, Estadual e Municipal os representantes do povo.

A mulher, cujo papel desempenhado na História Política e Administrativa do Brasil, grangeia, dia a dia, posição cada vez mais destacada, cabe nesta hora o dever de cooperar com os Partidos Políticos na obra de soerguimento moral de nossas tradições cristãs e de defesa do progresso nacional.

O Partido Social Democrático vem de concitar a Mulher Corumbaense para a campanha política que já se iniciou [...] (*A Tribuna*. Corumbá, 7/Junho/1950, p.1).

Esse chamado é significativo, pois a mulher está sendo convidada a participar de um ambiente político e público que até então era uma atividade permitida só para o sexo oposto. Outra questão que merece ser destacada é o anúncio de emprego para mulheres que aparece no fim da página da coluna *Sociais*.

MOÇAS

Precisa-se na relojoaria Universal. Frei Mariano, 38. Tratar na mesma.  
(*A Tribuna*. Corumbá, 7/Junho/1950, p. 2).

Interessante ressaltar que, esse é o único anúncio de emprego para o público feminino que encontramos entre todas as 52 publicações do jornal *A Tribuna* analisadas para este trabalho. Já o *Jornal da Mulher* não traz, em nenhuma das publicações

analisadas, as oportunidades de emprego ou cursos de especialização existentes na cidade.

### **Considerações Finais**

As fontes impressas analisadas nos apresentam, através dos discursos, representações do que seria um feminino e masculino ideal de acordo com a visão biológica do termo gênero, combatida pela historiadora Joan Scott e por outros/as estudiosos/as da categoria de gênero. Essas representações caracterizam relações de poder onde, de acordo com Michelle Perrot(2010),o poder no singular é atribuído aos homens e os poderes às mulheres.Dessa forma, diversos estudiosos/as entendem que o ambiente doméstico e privado possibilita o exercício desses poderes. No entanto, a ideia não é defender o papel atribuído às mulheres de forma positiva, mas demonstrar que os descontentamentos levam aos desvios e resistências, e que “a fronteira entre público e privado é variável, sinuosa e atravessa até mesmo o micro espaço doméstico.” (PERROT, 2010, p.180).

Sabemos que nenhuma fonte histórica é neutra, portanto, os jornais possuem interesses específicos, que não é apenas o de transmissão das notícias. Dessa forma, tanto o *A Tribuna* como o *Jornal da Mulher* pretendem construir ou reafirmar determinadas representações, mas o *Jornal da Mulher* deixa claro que possui um público alvo que é o feminino e uma classe média, entretanto, pelo fato do jornal ser distribuído gratuitamente em pontos comerciais da cidade de Corumbá, podemos concluir que homens e mulheres de diferentes grupos sociais tenham acesso a esses jornais.

Sobre a relação de leitores e leitoras para com os jornais, não podemos afirmar que todos/as compartilhem dos discursos existentes e que coloquem em prática todas as dicas a fim de alcançar um feminino e masculino ideal e civilizado. Pois, de acordo com Jean Marie Goulemot (2011), os textos são polissêmicos e embora sejam redigidos para

produção de um sentido, os leitores e leitoras os interpretam de diversas formas, a partir de sua carga cultural e subjetividade, “ler é, portanto, constituir e não reconstituir um sentido.” (2011, p.108).

Considerando a diversidade existente na cidade de Corumbá, principalmente por pertencer a uma área fronteira, percebemos que vários grupos que estão no cotidiano da cidade são excluídos das fontes analisadas; logo, a população boliviana, ribeirinha e negra não é representada em momento nenhum, não aparece nos discursos e nas ilustrações. Isso só deixa explícito que os jornais compartilham de ideias conservadoras e de um padrão de comportamento e de beleza que não dá espaço para a diversidade.

Por fim, o fato dos jornais se situarem em tempos diferentes não reflete uma mudança nos discursos, contudo, o *A Tribuna* (1950) que abriu espaço para convocar as mulheres a participarem de uma ala feminina num partido político e com seu anúncio de emprego destinado às mulheres se mostra mais próximo dos discursos atuais em relação ao gênero do que o *Jornal da Mulher*, que é um meio de comunicação contemporâneo, entretanto, insiste em reafirmar um ideal de masculinidade e feminilidade e dessa forma estimula a domesticação dos corpos com o auxílio das dicas de civilidade.

## Notas

<sup>cv</sup> Acervo: Laboratório de Documentação Histórica e Estudos Regionais. (CPAN/UFMS).

<sup>cvii</sup> Acervo: Próprio.

Utilizamos nomes fictícios para nos referir aos/as entrevistados/as do *Jornal da Mulher*.

## Referências:

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. (Org.). Formas da privatização. In: \_\_\_\_\_. **História da vida privada: da renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v.3. p. 165-167.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidadeI: a vontade de saber**. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção de sentidos. In: CHARTIER, Roger. (Org.). **Práticas da leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 107-116.

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder, a história. In: \_\_\_\_\_. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p. 167-184.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 607-639.

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, Roger. (Org.). **História da vida privada: da renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v.3. p. 169-209.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Como ser nobre no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 246-321.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Vida de corte: a boa sociedade. In: \_\_\_\_\_. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 139-164.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

#### Fontes:

*A Tribuna*. Corumbá, MT. 23 de Junho de 1950.

*A Tribuna*. Corumbá, MT. 17 de Janeiro de 1950.

*A Tribuna*. Corumbá, MT. 11 de Janeiro de 1950.

*A Tribuna*. Corumbá, MT. 11 de Fevereiro de 1950.

*A Tribuna*. Corumbá, MT. 29 de Março de 1950.

*A Tribuna*. Corumbá, MT. 07 de Junho de 1950.

*A Tribuna*. Corumbá, MS. 28 de Junho de 1950.

*Jornal da Mulher*. Corumbá, MS. Julho de 2016.

*Jornal da Mulher*. Corumbá, MS. Agosto de 2016.

*Jornal da Mulher*. Corumbá, MS. Setembro de 2016.

*Jornal da Mulher*. Corumbá, MS. Janeiro de 2016.

*Jornal da Mulher*. Corumbá, MS. Março de 2016.

*Jornal da Mulher*. Corumbá, MS. Abril de 2016.

*Jornal da Mulher*. Corumbá, MS. Maio de 2016.

*Jornal da Mulher*. Corumbá, MS. Junho de 2016.

## Igualdade de gênero na diversidade dos gêneros: relato de experiência

### Gender equality in diversity of genders: an experience report

Eli Gomes Castanho<sup>122</sup>  
Fabrícia Carla Viviani<sup>123</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

---

**Resumo:** *Igualdade de gênero na diversidade dos gêneros* foi um projeto desenvolvido com alunos, entre 2014 e 2016, do IFMS-Ponta Porã, cidade que faz fronteira seca com o Paraguai, e que apresenta altos índices de violência contra mulher. O projeto teve duas etapas: a) sequência didática com alunos; e b) projeto de extensão. A ação sugere um reposicionamento das situações de desigualdade, percebidas no cotidiano escolar. Na segunda etapa, as participantes atuaram como multiplicadoras em três escolas públicas.

Palavras-chave: igualdade de gênero; projeto pedagógico; violência contra a mulher.

**Abstract:** Gender equality in diversity of genders was a project developed with students, between 2014 and 2016, at IFMS-Ponta Porã, city in the border with Paraguay, that presents high rates of violence against women. The project had two phases: a) didactic situation for students; b) extension project. The action seems a repositioning about dequality situations, realized in scholar context. In second phase, participants were act as multipliers in three public schools.

Keys-words: gender equality; pedagogical project; violence against women.

## 1. Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar um relato de experiência de projeto desenvolvido no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, campus Ponta Porã, sob a mediação dos professores de Língua Portuguesa e Sociologia, envolvendo alunos do ensino médio integrado ao técnico, durante meados de 2014 a 2016.

Desde o segundo semestre de 2012, os professoresmediadores se dispuseram a desenvolver, no contraturno, um encontro com os estudantes. O projeto nascia de um pedido vindo dos próprios estudantes para que fossem oferecidas algumas oficinas

---

<sup>122</sup> Doutor em Linguística Aplicada pela UNICAMP e professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, campus Ponta Porã. Rodovia BR-463, km 14, s/nº CEP 79909-000 / Caixa Postal: 287 - Ponta Porã, MS - Telefone: (0 xx 67) 3437-9600. E-mail: [eli.castanho@ifms.edu.br](mailto:eli.castanho@ifms.edu.br)

<sup>123</sup> Doutora em Ciência Política pela UFSCAR e professora de Sociologia do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, campus Ponta Porã. Rodovia BR-463, km 14, s/nº CEP 79909-000 / Caixa Postal: 287 - Ponta Porã, MS - Telefone: (0 xx 67) 3437-9600. E-mail: [fabricia.viviani@ifms.edu.br](mailto:fabricia.viviani@ifms.edu.br)

focadas no preparo para a redação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). A necessidade da oficina consistia, principalmente, no argumento de que as aulas regulares não contemplavam tempo necessário para um estudo mais aprofundado de temas relevantes e das técnicas de escrita, espaço de tempo para revisão e retorno significativo pelo professor. A atividade recebeu o título de “Oficina de Textos & Ideias”.

A proposta buscou expandir o desejo inicial dos alunos, redação formal para os exames externos, para oferecer-lhes uma formação mais integral, crítica e reflexiva. Objetivo das oficinas seria, portanto, proporcionar um momento para discussão de temas relevantes (com a professora de Sociologia) e outro momento para a escrita de textos predominantemente argumentativos a partir dos temas discutidos (com o professor de Língua Portuguesa). Assim, o projeto contemplou a integração das interfaces: geração de conteúdo (ideias) e sistematização do conteúdo via escrita (texto). Daí então, “Oficina de Textos e Ideias”.

A escolha dos temas em debate partia sempre dos alunos participantes. Embora fossem privilegiados assuntos polêmicos de um modo geral, a temática da igualdade de gênero sempre foi uma constante e atravessou grande parte das discussões postas em pauta. Com o conhecimento do prêmio “Construindo a igualdade de gênero”, passou-se a direcionar, mais pontualmente, para o tema em questão. Como consequência, em 2012, foram enviados apenas três textos ao concurso, dos quais não obtivemos premiação, mas muito se pôde aprender.

O ranço ainda presente em se preparar para o ENEM levou os professores a perceber, no segundo semestre de 2013, que havia muito foco na aprendizagem da argumentação, o que levava os alunos a produzirem textos mais frios e muito distantes de uma proposta literária. Logo, reavaliaram-se os objetivos e investiu-se mais em

práticas de letramento que favorecem maior fruição via diferentes códigos semióticos, além de um envolvimento com a prática de pesquisa.

Diante do desafio de promover a participação dos envolvidos no concurso, foi pensada uma sequência de atividades que estimulasse os participantes a produzirem textos sobre temática. A proposta tinha como premissa dois momentos: um teórico, de compreensão das questões feministas; e outro mais literário, de fruição, via diferentes códigos semióticos: artigos científicos, texto de divulgação científica, contos, poemas, letras de música, filmes... Logo, propôs-se um subtítulo para a oficina: “Igualdade de gênero na diversidade dos gêneros”. A partir desse jogo de palavras, sintetizou-se a proposta: discutir gênero a partir dos mais diversos gêneros textuais, mediando atividades significativas de leitura e escrita.

A oficina ocorreu no segundo semestre de 2014, com a participação de 22 alunos do segundo, quarto e sexto períodos dos cursos de informática e de agricultura. As atividades foram desenvolvidas em encontros semanais. Em decorrência delas, foram produzidos e enviados ao concurso 20 textos dos participantes, mais o projeto pedagógico para concorrer na categoria escola promotora da igualdade de gênero.

O resultado surpreendeu: houve a premiação nas duas categorias, texto de ensino médio e escola promotora da igualdade. Com esse último prêmio, no valor de R\$10.000 (dez mil reais), foram elaboradas e implantadas atividades com a temática em três escolas públicas de Ponta Porã. As alunas, anteriormente participantes das oficinas, passaram, então, a multiplicadoras nas escolas escolhidas. Antes do relato de experiência, consideramos necessária apresentar uma breve contextualização das condições que levaram à concepção do projeto.

## **2.Contexto do projeto**

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul existe desde 2011 e oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio, técnicos na modalidade à distância e superiores, contando, atualmente, com cerca de mil estudantes matriculados.

Uma das particularidades do campus de Ponta Porã é a sua localização: exatos 1,77 quilômetros da vizinha cidade paraguaia, Pedro Juan Caballero. Esse aspecto fica ainda mais interessante quando consideramos que a linha que divide os dois países é meramente imaginária, criando uma fronteira que integra duas cidades, dois países em uma única comunidade. Ao andar pelas ruas de Ponta Porã ou Pedro Juan, não se pode localizar, de imediato, onde termina um país e começa o outro.

À primeira vista, a ideia que se sobressai é a de integração e complementaridade entre as duas nações, entre duas culturas. Entretanto, a questão fronteiriça presente nessa localidade é muito mais complexa e transcende a inexistência de uma barreira física que separe os dois países. Essa proximidade traz consigo a problemática da alteridade, da valorização das particularidades culturais e dos conflitos - explícitos ou não - do contato/convívio/respeito com toda diversidade inerente em um cenário como esse. Afinal quem é esse fronteiriço? Quais os limites que separam o brasileiro e o paraguaio? A propósito, haveria esses limites? O que significa uma identidade brasiguiaia?

Por sua vez, o ambiente escolar está atravessado por essas experiências cotidianas marcadas pelo dilema da alteridade e da construção do ser fronteiriço. Grande parte das escolas do município de Ponta Porã, em especial o IFMS, é composta por estudantes paraguaios ou de origem paraguaia. Um número expressivo de nossos alunos, por exemplo, reside em território paraguaio, mas tem acesso à escola brasileira por terem dupla cidadania.

Essa interculturalidade se coloca de forma desafiadora para a escola à medida que expressa um contexto social, econômico, cultural e linguístico (português, espanhol e guarani) muito complexo. É um universo plural que exige ser tratado em sua totalidade.

Outro aspecto importante de nossa localidade consiste nos altos índices de violência contra mulher. Segundo os dados levantados em diagnóstico geral por Waiselfisza (2012), Ponta Porã ocupa o 12º lugar entre os municípios brasileiros e o 1º no Mato Grosso do Sul em homicídio feminino. A taxa de 6,1% também coloca o estado no topo da lista, na quinta posição, sendo a capital Campo Grande, a 19ª entre as capitais, com 5,4%. Esse aspecto indica que a violência contra a mulher cometida no Mato Grosso do Sul está localizada no interior, alavancada por Ponta Porã, uma vez que dentre os 100 primeiros municípios do Brasil, não há outro município do estado.

Como compreender essa particularidade? Quais as relações com o vizinho Paraguai? Afinal, quais as características desse país em relação à violência contra mulher? Não se localizaram dados precisos sobre esses questionamentos. Waiselfisza (2012) traz apenas o ranking entre os países, no qual o Paraguai ocupa a 31ª posição mundial, índice realizado a partir de dados de 2008. Foi procurada a Coordenadoria das Mulheres do Paraguai, em Pedro Juan Caballero, mas os dados fornecidos não transcendiam o já encontrado.

Alguns questionamentos passaram a fazer parte do cotidiano do grupo: como abordar esses elementos que atravessam e se interconectam no ambiente escolar? Como trabalhar a diversidade fronteiriça sob a perspectiva de valorização das identidades e de enfrentamento desse histórico de violência contra mulher? Considerados os dados alarmantes que colocam Ponta Porã, na 12ª posição, no ranking nacional de violência

contra a mulher, seria necessário e urgente inserir a temática na pauta da escola. Não havia como silenciar-se.

Tal posicionamento parte do pressuposto formulado por Maher (2007) que, ao tratar da educação indígena, em especial, defende a educação do entorno com vistas à construção de um diálogo intercultural. O mesmo pode ser aplicado à identidade de gênero. Não basta o fortalecimento de movimentos sociais, feministas, se não houver um trabalho na escola que legitime e reconheça a força de grupos destituídos, historicamente, de poder. Transpondo a mesma lógica de Maher, aos indígenas, para questões de gênero, conclui-se que é preciso, pois, investir na educação do entorno, isto é, dos filhos e filhas de mulheres vitimadas (ou não) pela violência, para que elas (as mulheres) possam exercer, de forma plena, sua cidadania e autonomia.

Assumir esse posicionamento da educação do entorno para a interculturalidade contribui para o fortalecimento político de minorizados de modo geral e, para que a escola cumpra seu papel de formar para a alteridade, para o convívio com a diferença. O pensamento de Maher faz coro à preocupação acerca da construção de currículos interculturalistas (ou multiculturalistas). Os estudos acerca do currículo, em suas vertentes (pós)críticas, apelam para o questionamento de valores e imperativos político-econômicos já dados para e pela sociedade. A fim de romper com essas verdades é que Silva (2010, p.9) convoca os profissionais da educação a nadar contra a maré de discursos hegemônicos e únicos:

É nossa tarefa e nosso trabalho, como educadores e educadoras críticos/as, abrir o campo do social e do político para a produtividade e a polissemia, para a ambigüidade e a indeterminação, para a multiplicidade e a disseminação do processo de significação e produção do sentido.

A fim de contribuir para o sucesso de um projeto totalizante de educação intercultural é que foram propostas as atividades da “Oficina de Textos & Ideias”, como

espaço de reflexão e construção de sujeitos críticos e transformadores da realidade. Mais especificamente, considerado o contexto de emergência do projeto, buscou-se propiciar um espaço para fruição estética, reflexão e sistematização de conceitos teóricos, a partir de atividades significativas de leitura e escrita, dos mais diversos gêneros textuais/discursivos com temática voltada para a construção da igualdade de gêneros.

### **3. Elaboração e implementação de uma sequência de atividades com os participantes**

As atividades foram pensadas a partir do que Rojo (2009, p. 107) aponta sobre um dos principais objetivos da escola contemporânea que: “é justamente possibilitar que seus alunos possam participar das **várias** práticas sociais que utilizam da leitura e da escrita (letramentos) na vida da cidade, **de maneira ética, crítica e democrática**”.

Isso, somado à diversidade cultural da fronteira, em particular, e a diversidade de práticas languageiras possíveis, vai ao encontro do que pesquisados como Rojo (2009) têm chamado de multiletramentos. Tal autora, inspirada em estudos do Grupo Nova Londres (daqui para frente GNL) passou a repensar a alfabetização pelo viés das práticas de letramento. Esse reposicionar-se sobre as práticas de leitura e escrita implica, também, a inserção de tecnologias digitais de informação e comunicação. Logo, tratar de letramentos múltiplos, além de contemplar a utilização de ferramentas digitais, deve incluir, também, principalmente no contexto em questão, a formação de uma consciência crítica e reflexiva sobre as mais diversas possibilidades de ser, (re)existir e sentir em sociedade. Foi nesse sentido que as discussões teóricas sobre as questões de desigualdade/igualdade de gênero foram sendo trabalhadas com os alunos.

Considerando-se o contexto fronteiriço, marcado pelo alto índice de violência contra a mulher, faz-se necessário, ou até mesmo urgente, propiciar práticas de letramento que privilegiem a apreensão da diversidade local e, conseqüentemente, a construção de um posicionamento mais focado na alteridade. Dentre as tantas identidades que se formam nas bordas da fronteira, contexto do projeto, a identidade de gênero merece, portanto, destaque na complexidade intercultural. Logo, coube perguntar: como a escola pode colocar em sua agenda, de forma significativa, a discussão que integre o contexto marcado pela diversidade, que é a fronteira, com questões ligadas à igualdade de gênero? O caminho encontrado foi pensar práticas de letramentos que contemplem o pensar sobre o outro.

As atividades se deram no contexto do projeto existente há cerca de dois anos na instituição. Cientes do prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, decidiu-se, entre os participantes do projeto, desenvolver as atividades para auxiliar no desenvolvimento do produto final: um texto para participar do concurso. Com isso, criou-se uma motivação para a escrita. Pensou-se em realizar atividades que dessem conta de dois propósitos: a fruição a partir de textos literários e a discussão teórica de questões ligadas à igualdade de gêneros.

Foram propostos encontros semanais e, ao final de cada encontro, um participante da oficina ficaria responsável por fazer o registro num caderno, um diário de bordo. Nesse diário, a linguagem escolhida para o registro ficaria à mercê do aluno, podendo ser escrita ou imagética, ou contemplando ambas. O importante seria registrar, de algum modo, a percepção do participante naquele dia.

As atividades tiveram dois momentos distintos: um de preparação para a escrita, em que foram lidos e discutidos os textos selecionados, conforme tabela a seguir; outro de escrita e revisão, propriamente.

1º Momento – provocação para a escrita - o primeiro momento, prévio à escrita do produto final, contou com a eleição dos seguintes gêneros e temas, conforme quadro que segue.

QUADRO 1: Sequência didática com alunos do IFMS

Encontro	Gênero textual, título e autoria	Estratégia didática
1º	Conto finalista do Prêmio 2013: “Mulher Itacira, rasgando desigualdades”, de Tairine Oliveira.	Leitura compartilhada do texto e apresentação do concurso.
2º	Capítulo do livro “O livro da Política”, sobre feminismo e Simone de Beauvoir.	Leitura silenciosa e roda de conversa sobre o texto.
3º	Conto: “A moça tecelã”, de Marina Colasanti Minicontos de Marina Colasanti Artigo: “A representação da violência contra a mulher em alguns contos de Marina Colasanti”.	Leitura compartilhada e exploração dos recursos expressivos dos (mini)contos.
4º	Poemas: “Poema das Sete Faces”, Drummond; “Com licença poética”, Adélia Prado. Letras/canções: “Até o fim”, Chico Buarque; “Pagu”, Rita Lee; “A mulher e o mar”, de Dorival Caymmi. “Uma singela mulheragem”, e-mail em homenagem ao dia das mulheres.	Fruição e deleite dos poemas e canções. Análise da intertextualidade como fator de textualidade.
5º	Filme: “Flor do deserto”	Projeção do filme. Proposta para escrita de uma breve resenha.
6º	Ficha técnica. Resenha do filme.	Roda de conversa sobre o filme e socialização das resenhas.
7º	Depoimentos orais da Roberta (assistente de alunos), da Dona Selma (vó da Juliana) e da Andrea (professora).	Escuta dos depoimentos inspiradores e espaço para perguntas.
8º	Crônica: “Lágrimas e testosterona”, de Moacyr Seliar.	Exploração de recursos da narrativa e do conceito de estereótipos de gênero que perpassa a crônica.
9º	Exposição oral dos projetos de texto.	Organização em grupos para discussão dos projetos de textos a serem produzidos e socialização das ideias.
10º	Textos colaborativos. Exposição oral sobre os textos em produção.	Apresentação da plataforma digital Wikispace. Escuta dos processos criativos, sugestões.
11º	Artigos científicos que sintetizavam conceitos de gênero. Diagnóstico do Mapa da Violência contra a	Divisão em grupos e socialização das leituras. Leitura crítica dos dados estatísticos, com destaque para Ponta Porã-MS, 10º no

	mulher, realizado FLACSON.	ranking nacional.
12º, 13º 14º e 15º	Textos produzidos pelos participantes	Início do processo de revisão dos textos e digitação para postagem no sítio do concurso.

A seguir, vale a transposição do registro do primeiro encontro foi feito por uma aluna participante:

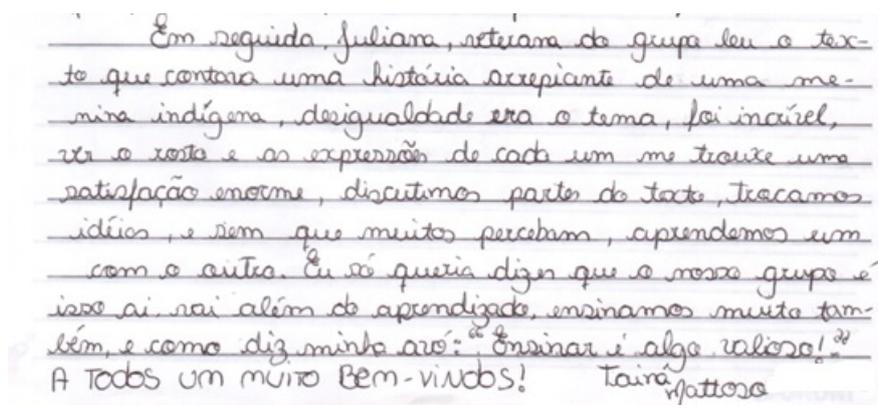


Figura 1 – Diário de bordo

Torna-se visível que o texto literário, oportunizado pela oficina, passa a fazer sentido para a construção da identidade da participante, que se sente engajada, envolvida e acolhida no processo com vistas a discutir questões de gênero.

Outra prova desse envolvimento ocorreu quando uma das participantes decidiu, encorajada pelos depoimentos das convidadas no 7º encontro, relatar um histórico pessoal de violência sexual sofrida, por um ex-namorado.

Desde os primeiros encontros, os participantes tinham clareza de que teriam de apresentar um produto final e que sua escrita deveria ser processual. Portanto, as ideias já deveriam ser buriladas durante as oficinas, para que, no segundo momento, elas pudessem ser socializadas. Para socializar entre os membros, fizemos uso da plataforma

Wikispace ([www.wikispace.com](http://www.wikispace.com)). Ali, a turma pôde postar seus textos e comentar os textos dos colegas, sugerindo melhorias e tecendo elogios.

## 2º momento – Revisão e interação pela escrita



Figura 2 - Interface do espaço criado na plataforma Wikispace, com texto de aluna.

Wikispaces, 2014



Figura 3 - Comentário a partir do texto da aluna. Wikispaces, 2014.

A ideia do Wikispace seria romper com a hierarquia entre professor e aluno, colocando todos os participantes como sujeitos que interagem e opinam sobre produtos

da escrita. Buscou-se construir uma consciência de que, embora estivessem participando de um concurso, eram uma equipe com um propósito em comum – que é exatamente pensar sobre o outro – logo, não haveria sentido em ver o colega como um concorrente.

Os textos refletiram, em grande parte, a construção da identidade da mulher sob um viés múltiplo. A mulher carrega, entre outras marcas inerentes ao gênero, traços regionais como a identidade paraguaia, indígena, de sexualidade.... Segue um trecho de texto de uma participante, Gabriela Pacher, em que essa identidade múltipla é apresentada: “Após esses minutos, fomos embora. Não conseguia compreender o motivo de isso ter justificativa, e o pior: de continuar acontecendo todos os dias. Pois só há um aspecto mais incrível que ser uma mulher paraguaia: *“ser una mujer!”*”.

Uma vez encaminhados os textos e obtidas as premiações, passou-se a elaborar a segunda etapa do projeto: a extensão.

### **3. Projeto de extensão: multiplicação**

Uma vez premiado, o projeto passou a sua segunda fase: a multiplicação. Seria, portanto, investido o valor da premiação em projeto de extensão. Tal atividade contou com três frentes: discussão teórica, planejamento dos encontros e implantação das oficinas.

Em primeiro momento, foram discutidas as estratégias de abordagem a cada escola, sendo três instituições públicas escolhidas (uma municipal e duas estaduais), por critérios de afinidade das participantes da fase anterior e, agora, multiplicadoras. Foram retomadas as atividades das quais elas participaram, durante a primeira fase, sintetizadas no quadro anterior, e discutiu-se a viabilidade de sua aplicação nas escolas.

No segundo momento, dividiram-se as multiplicadoras em suas respectivas escolas. Houve, porém, muitas dúvidas na primeira etapa, a discussão teórica. Dúvidas de como as multiplicadoras iriam se comportar em cada oficina, como trabalhariam com os assuntos e como fariam as atividades com clareza e de forma dinâmica. A partir desses impasses, as multiplicadoras, com auxílio dos professores mediadores, elaboraram um material didático e uma versão para a multiplicadora, a fim de guiá-las durante os encontros, sugerindo um passo-a-passo no decorrer das oficinas, já que para todas essa seria a primeira experiência com atividades de ensino/extensão.

Para a elaboração do material, buscou-se, como norte: primeiramente, a problematização da relação estereótipo e preconceito; em seguida, uma divisão a partir fases da vida (infância, adolescência e vida adulta), em que o estereótipo é reproduzido. A escolha do conceito da estereotipia se pautou no fato de que, por meio dela, preconceitos são disseminados e a violência é perpetuada. O quadro que segue busca sintetizar alguns temas abordados nas oficinas, estratégias pensadas e escritas pelas multiplicadoras.

QUADRO 2: Síntese das oficinas realizadas no projeto de extensão

<b>Intervenção</b>	<b>Gênero textual, título e autoria</b>	<b>Estratégia didática</b>
1	Imagens de mulheres.	Biografia imaginária.
2	Crônica: “Lágrimas e testosterona”, de Moacyr Seliar.	Exploração de recursos da narrativa e do conceito de estereótipos de gênero que perpassa a crônica.
3	Brinquedos variados. Quadrinhos “Cores”.	Desconstruir a ideia de “coisas de menina” e “coisas de menino”.
4	Vídeo da música “Zero”, do artista Liniker	Trabalhar com a construção de identidade de gênero.
5	Texto: Estereótipos de gênero, carreiras e profissões: diferenças e desigualdades. <a href="http://www.onumulheres.org.br/wp-">http://www.onumulheres.org.br/wp-</a>	Problematizar o trabalho socialmente atribuído às mulheres e aos homens.

	<a href="content/uploads/2015/07/valente_aula5_genero_p_rofissoes.pdf">content/uploads/2015/07/valente_aula5_genero_p_rofissoes.pdf</a>	
6	Mapa da Violência contra a Mulher (2012 e 2015).	Violência de gênero e as particularidades da situação fronteiriça.
7	Apresentação de diversos gêneros textuais.	Propor a produção de vários gêneros textuais que retratam a violência contra a mulher.
8 e 9	Acompanhamento das produções.	Orientação da produção dos participantes.
10	Exposição do material produzido pelos participantes.	Encontro final entre todas as escolas

As nove oficinas foram realizadas nas escolas escolhidas, com alunos voluntários, do 8º ao 9º ano do ensino fundamental. O resultado manifestou-se nas saudáveis discussões acerca da temática abordada. Os estudantes demonstraram vontade de aprender sobre o motivo dessa violência contra a mulher e, mesmo que tenha existido resistência por parte de alguns, o debate foi significativo para a reflexão de suas práticas cotidianas nas relações sociais. Isso foi perceptível porque os estudantes demonstraram-se interessados em permanecer nos encontros e mantiveram o diálogo aberto.

Como ilustração da primeira atividade, em que o conceito de estereótipo foi apresentado, propôs-se a escrita de uma biografia imaginária, a partir da leitura de imagens. Dentre as imagens escolhidas pelas multiplicadoras, está a da ministra de Portugal, Francisca Van Dunen, jurista e magistrada pelo Ministério Público, primeira mulher negra assumir tamanho cargo. Pediu-se para que os alunos dissessem o nome, a idade, a profissão, o *hobby* da pessoa da imagem, omitindo dados reais da personalidade<sup>cix</sup>.



Figura 3:Foto utilizada na intervenção 1

Disponível em: <<http://www.conexaolusofona.org/afinal-quem-e-francisca-van-dunem-a-mulher-de-quem-toda-a-gente-fala/>> Acesso em 20 jun.2017

A título de ilustração, os resultados de uma das escolas revelam estereótipos apontados por 15 alunos das oficinas. Esses estereótipos baseiam-se nas profissões atribuídas a Francisca: 6 alunos apontaram como sua profissão atividades como doméstica, cozinheira e ajudante de limpeza. A profissão apontada que sugere mais formação escolar foi a de professora, indicada por 7 alunos. As profissões confirmam os estereótipos de profissões indicadas para negras, como as três primeiras; e a de professora como um estereótipo de profissão para mulheres.

Quanto ao local onde vive, 8 alunos apontaram que Francisca mora no Nordeste, alguns deles disseram que na Bahia. Uma minoria, 4 alunos, apontaram localidades do Mato Grosso do Sul, onde vivem; outros 3 indicaram Santa Catarina, Rio de Janeiro e Moçambique. Confirmou-se o estereótipo de que os negros residem, em sua maioria, na região Nordeste; no Rio de Janeiro, talvez pela associação com a favela, o carnaval; além Moçambique, exatamente por associação de negros à África. Somente Santa Catarina destoou o estereótipo esperado.

Vale ressaltar sobre os *hobbies*: gosta de cozinhar e dançar pagode nos fins de semana foram apontados. Também o número de filhos merece atenção, apontaram que Francisca tem entre 3 a 7 filhos, em sua maioria. Como objetivo dessa intervenção era

desconstruir os estereótipos de gênero, ao final da atividade, apresentou-se as biografias reais, problematizando as associações anteriormente apontadas pelos participantes.

Duas semanas antes de finalizar a oficina nas escolas, as multiplicadoras pediram para que cada aluno produzisse uma obra que pudesse retratar a temática da violência contra a mulher. Essa obra foi feita em desenhos, textos, redações, poemas, entre outros. Realizou-se, então, um evento final para socializar essas obras. Esse evento também teve a finalidade de entregar os certificados, fazer atividades que dialogassem com o tema central do projeto e, principalmente, fazer os estudantes de diferentes escolas compartilhassem experiências.

Paralelamente às atividades de elaboração e implantação das oficinas nas escolas, ocorreu um evento, em parceria com a UFMS, campus Ponta Porã, denominado “Ciclo de Debates sobre a Mulher”, aberto para a comunidade. Foram convidadas pessoas de diferentes locais/realidades para discutir sobre a violência contra a mulher a partir de seus diferentes lugares sociais. Os ciclos foram realizados em diferentes pontos da cidade, sendo eles e contaram com as seguintes temáticas e participantes:

- 1) Ciclo de Debates sobre a Mulher – **Questões de Estereótipo e Ensino**, com os professores mediadores do projeto em questão e professora Dra. Ana Carolina Vilela-Ardenghi.
- 2) Ciclo de Debates sobre a Mulher – **Violências contra a Mulher**: com Profa. Dra. Ana Gomes, socióloga especialista em questões de gênero, para nos dizer sobre sua experiência na militância do feminismo pelo Brasil e pela França. Também, a Enfermeira Ma. Francine Ramos de Miranda, que explanou sobre a violência obstétrica; além de Rose Cavagna, advogada e coordenadora do Centro de Atendimento à Mulher, de Ponta Porã.

- 3) Ciclo de Debates sobre a Mulher – **Representações sobre o Feminino e o Tráfico Internacional de Mulheres**: com a Profa. Ma. Vivian Veiga, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Corumbá. Além da Profa Ma. Tchella Maso, da Universidade Federal da Grande Dourados, que é coordenadora de um grupo de pesquisa que diz sobre o Tráfico Internacional de Mulheres.
- 4) Ciclo de Debates sobre a Mulher – **A Voz e a Vez da Mulher Indígena**: nesse painel, esteve presente a palestrante sub-procuradora Geral da República, Débora Duprat, do Ministério Público Federal - Brasília; e a líder indígena Guarani Kaiowá, Valdelice Veron, de Dourados.
- 5) Ciclo de Debates sobre a Mulher – **Mulher e Política**: nesse Ciclo, as painelistas, Profa. Dra. Maria do Socorro, da UFSCar, especialista em política brasileira, com reconhecimento internacional, abordou a participação da mulher no cenário político brasileiro. Na ocasião, a Professora Denize Silva, ex-secretária de Educação de Ponta Porã, explanou sobre sua vivência e os desafios das mulheres para conquistar espaços no campo político.

O Ciclo de Debates sobre a Mulher proporcionou à comunidade uma maior adesão e participação em assuntos que retratam as diversas violências contra a mulher. Desse modo, além desses ciclos terem conseguido convidar outras pessoas para discutirem o tema de cada ciclo, eles conseguiram convidar essas mesmas pessoas a refletirem interiormente sobre suas práticas sociais, fazendo-as compartilhar seus aprendizados a fim de minimizar, cada vez mais, as diversas violências contra a mulher.

#### **4. Considerações finais**

De acordo com as questões evidenciadas no decorrer deste relato, que a atividade atendeu a seu objetivo de ampliar o debate da violência contra a mulher em outras escolas e para outros jovens, além dos estudantes do Instituto Federal. Logo, dentro das escolas, a atuação das multiplicadoras manifestou-se, também, como uma forma de melhorar as habilidades de escrita e oralidade dos estudantes.

Adentrando-se à comunidade de Ponta Porã, os Ciclos de Debate demonstraram extrema relevância social, uma vez que diversas pessoas, independentemente de saberem da atuação dos multiplicadores, participaram e se interessaram pela real magnitude dessa problemática. Pode-se considerar, então, que a reflexão sobre a violência contra a mulher dentro das escolas trouxe à tona atuações de outras pessoas, sejam elas de cunho pessoal ou coletivo. Espera-se que essa atuação sirva de perspectiva para, além de ajudar a reverter os quadros de violência no município, poder abarcar, abraçar e envolver a sociedade para a desnaturalização da violência contra a mulher nas práticas sociais.

Em virtude dos resultados qualitativos levantados, o próximo passo desse projeto é explorar, na sua totalidade, o material elaborado pelos multiplicadores. Ficou claro, pois, que ele pode servir como um instrumento de aprendizagem para outros jovens, fazendo-nos investir na criação de uma apostila física para ser distribuída em outras escolas, tornando esse assunto mais acessível, minimizando o tabu que há nessa temática. Esse instrumento, então, além de levar o debate da violência contra a mulher para outras escolas, irá demonstrar a importância de debate dentro das salas de aula, amadurecendo o ambiente pedagógico e evitando a reprodução de discursos sexistas cristalizados pela sociedade.

Experiência como essa, no entanto, encontra cada vez mais resistência diante do contexto progressivo de silenciamento dessa temática no âmbito escolar. Liderados por movimentos que reivindicam uma suposta “escola sem partido”, os preceitos ofensivos à igualdade de gênero são perceptíveis nas políticas públicas educacionais nacionais e, se multiplicam nas discussões dos fóruns estaduais e municipais, conseqüentemente, em seus respectivos planos de Educação. É justamente por isso que se faz urgente, e necessária, a intensificação da inserção do tema e a problematização das questões de gênero na escola. Apresentou-se aqui apenas uma das diversas possibilidades desse enfrentamento no universo escolar.

## Referências

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

MAHER, T. M. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural. In: CAVALCANTI, M.C & BORTONI-RICARDO, S. M. **Transculturalidade, Linguagem e Educação**. Campinas, Mercado de Letras, 2007, pp. 67-94.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola, 2009.

SANTOS, M. A. “**Nós não conseguimos enxergar dessa maneira...**”: representações e formação de educadores. Tese de doutorado em Linguística Aplicada. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, 2010.

SILVA, T. T. da. **O currículo como fetiche: a política e a poética do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

WASELFIZ, J. J. **Mapa da violência 2012: Atualização Homicídio de Mulheres no Brasil**. São Paulo: Flacso, 2012. Disponível em: <[http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012\\_atual\\_mulheres.pdf](http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil** - Julio Jacobo Waiselfisz e Flacso Brasil, disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acesso em: 27 jan 2016.

**As representações das mulheres no ciberespaço: um olhar sobre a produção discursiva da página do Facebook “Garota Conservadora”**

**The representations of women in cyberspace: a gaze to the discursive production of the Facebook page "Garota Conservadora"**

Patrícia Alves Santos Oliveira<sup>124</sup>  
Vanusa Barbosa Rodrigues<sup>125</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

**Resumo:** Esta pesquisa nasceu de inquietações provocadas pela observação dos discursos produzidos pela página do Facebook denominada “Garota Conservadora”. Diante disso, foi produzido um artigo com o objetivo de analisar a representação feminina neste ciberespaço em interface com os dispositivos de gênero e mídia. O artigo tece críticas às representações das mulheres nos *posts* da página, bem como a sua contribuição para a naturalização de discursos machistas.

**Palavras-chave:** Mulheres; feminino; facebook.

**Abstract:** This research stems from of the concern caused by the observation of the discourses produced by the Facebook page called "Garota Conservadora". Therefore, it was produced an article with goal of analyzing the female representation in this cyberspace in interface with the devices of gender and media. The article criticizes the representations of women in the page's posts as well as their contribution to the naturalization of chauvinist discourses.

**Key words:** Women; female; facebook.

## INTRODUÇÃO

O momento histórico, social e político que a contemporaneidade se configura, bem como os avanços de discursos conservadores nos mais variados contextos sociais, leva-nos a examinar a existência de uma página no Facebook destinada a orientar mulheres a um comportamento ideal conservador. Alertamos para a necessidade de debater gênero e as imagens sobre feminilidade.

Os escritos dos filósofos gregos - Platão (427 a.C. – 347 a. C), Aristóteles (384 a.C – 322 a. C) – somado as narrativas bíblicas e ciências médicas, evidenciam a

<sup>124</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus de Rondonópolis. Bolsista CNPq/CAPES. Rodovia MT 270, KM 06, CEP 78735-901. E-mail: profpatricia26@gmail.com.

<sup>125</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus de Rondonópolis. Rodovia MT 270, KM 06, CEP 78735-901. E-mail: br.vanusa@gmail.com.

distinção com que a filosofia e a religião, tratam do gênero feminino. Por muito tempo essas escrituras utilizaram a parábola de Adão e Eva para determinar comportamentos. Foi Platão quem representou o útero da mulher como um animal possuído de raiva, detentor de doenças, atribuindo a ela esta identidade.

Os pressupostos de uma historiografia do século XIX e início do século XX, marcados pelo apagamento enunciativo das mulheres, nos permite problematizar a incompletude, ou, mesmo, a fragilidade, dos fatos históricos narrados nessa perspectiva hegemônica colocando em evidência a difícil trajetória da categoria analítica de gênero.

Neste artigo nos propomos a analisar a página do Facebook “Garota Conservadora” em busca de pistas do por que ainda hoje se faz tão presente discursos que naturalizam a subordinação das mulheres aos homens. O uso das redes sociais como lugar de circulação desses ideários também nos suscita a discutir sobre a construção de uma subjetividade feminina como um importante dispositivo para legitimar a violência contra as mulheres nas mais diversas instâncias da sociedade.

### **As mulheres e o feminismo**

Na história ocidental encontram-se mulheres que se rebelaram contra sua condição e lutaram pela liberdade. Contudo, foi a partir das últimas décadas do século XIX que surge, inicialmente na Inglaterra, a chamada primeira onda do feminismo em que as mulheres uniram-se para lutar por direitos. A permissão para votar foi o primeiro a se popularizar.

Por seu turno, a política feminista, ao representar a mulher como um sujeito único, marcado pelas diferenças sexuais e sociais, apresentou limites que foram denunciados em um primeiro momento pelas feministas marxistas e pelas feministas negras, que chamaram a atenção para as crises discursivas de classe e raça. Essa leitura

contribuiu para o discurso da identidade coletiva, que favoreceu o movimento das mulheres na década de 1970.

Diante dos fatos, firmou-se o antagonismo homem *versus* mulher como centralidade na política feminista, deixando silenciadas as individualidades existentes dentro da categoria mulher, que não davam conta das múltiplas tensões que a atravessam e a (re)constitui, uma vez que as motivações que levavam as mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras a se enunciarem feministas não eliminava as tensões entre elas e as mulheres brancas e burguesas, acarretando na reivindicação da “diferença dentro da diferença” (SOIHET; PEDRO, 2007).

No Brasil, a primeira onda do feminismo também se deu pelo direito ao voto, liderada pela bióloga e cientista Bertha Lutz (1884-1976), ao qual o movimento das operárias de ideologia anarquistas compostas pela União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas também esteve presente. Tanto na Europa, Estados Unidos e Brasil, este primeiro movimento feminista perdeu sua força a partir da década de 1930 ressurgindo na década de 1960. Diante de acontecimentos históricos que marcaram todo o Ocidente as reivindicações femininas se reelaboraram trazendo ideias libertárias. Pela primeira vez colocaram em pauta as relações desiguais de poder entre homens e mulheres no trabalho, na vida pública e na educação, assim como o empoderamento do corpo feminino. Este momento do feminismo contou com importantes pensadoras e suas obras: Simone de Beauvoir (1908-1986) com seu livro *O Segundo Sexo* publicado em 1949, Betty Friedan (1921-2006) e sua obra *A mística Feminina* publicada em 1963. Enquanto a Europa e os Estados Unidos viviam o surgimento de movimentos libertários, no Brasil a década de 1960 foi marcada por tensões e retiradas de direitos como a renúncia de Jânio Quadros (1917 – 1992) e o golpe militar em 1964.

Assim, apenas com a redemocratização nos anos 1980, o feminismo no Brasil viveu uma efervescência na luta pelos direitos das mulheres abordando outros temas como violência, moradia, saúde, igualdade racial. As manifestações tiveram importantes conquistas, dentre elas a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher em 1984, resultando na garantia de direitos na Constituição Federal de 1988.

É imprescindível destacar no campo teórico a feminista e historiadora estadunidense Joan Scott que com novas perspectivas para os estudos de gênero rompeu com as teorias binárias. Scott, perpassada pelas teorias foucaultianas entendeu o gênero como um saber sobre as diferenças sexuais. Na definição de Joan Scott,

(...) gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p. 86)

Desta forma, para a luta das mulheres o avanço nos estudos de gênero à luz de Scott, foi sem dúvida um importante elemento de desconstrução dos pressupostos biológicos que naturalizavam uma suposta incompletude da mulher.

Recentemente, o cenário político brasileiro, tem sido desfavorável aos direitos civis conquistados pelas “minorias” politicamente organizadas. Adrienne Rich (2010) argumenta sobre o impacto desse movimento reacionário às mulheres:

As mensagens da Nova Direita dirigidas às mulheres têm sido, precisamente, as de que nós somos parte da propriedade emocional e sexual dos homens e que a autonomia e a igualdade das mulheres ameaçam a família, a religião e o Estado. As instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas – a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear, a heterossexualidade compulsória – têm sido fortalecidas através da legislação, como um *fiat* religioso, pelas imagens midiáticas e por esforços de censura. (RICH, 2010, p. 19)

Evidencia-se assim o caráter cíclico da história em que ao eclodir de uma crise econômica, política ou religiosa os direitos das mulheres são questionados. Sobretudo, apesar da diferença temporal entre os discursos conservadores, se faz necessário ainda

que o feminismo protagonize a luta pelo primordial direito a vida, tendo em vista os elevados números de assassinatos de mulheres no Brasil e no mundo.

### **Cibercultura, redes sociais e as construções ideológicas.**

As redes sociais têm sido há algum tempo, espaço de intenso fluxo de interações humanas, de circulação de afetos e com trocas de mensagens e compartilhamentos de dados. Se antes os *desktops* ligados a uma rede de internet cabeada limitavam o acesso a um espaço físico determinado, os dispositivos eletrônicos portáteis e a internet *wireless* trouxeram, junto com a mobilidade virtual, a possibilidade de se criar conteúdos e compartilhar nas redes de forma instantânea.

Para conceituar esses novos espaços de circulação de informações e de relações interpessoais mediados pelo computador, referencia-se a definição de Pierre Levy (1999):

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da intercomunicação mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LEVY, 1999, p. 17).

A rede, para Levy (1999), é o instrumento de construção de uma inteligência coletiva, entendida como o trabalho de cooperação dos usuários que vão compartilhar memórias e conhecimentos transversais e flexíveis, utilizando-se de recursos técnicos, como os computadores. Essa cooperação vai permitir aos sujeitos/usuários um maior domínio e inclusão nessas novas formas de comunicação. Todos esses conceitos convergem-se na construção da cibercultura. De fato, a cibercultura compreende todo o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LEVY, 1999, p. 17). Não se pode mais pensar em uma realidade virtual

como um fenômeno desconexo do cotidiano, em que se pode conectar e desconectar a bem da nossa vontade, mas ao contrário, estar *off line* não é sequer uma opção. O ciberespaço é o não lugar, o processo de desmaterialização do espaço capaz de romper com a compartimentalização do tempo, é a possibilidade de existência múltipla, atemporal e de ubiquidade espacial (LEMOS, 2015).

A conectividade que amplia o leque de relacionamentos também foi a responsável pelo surgimento de espaços de ações políticas e ativistas *on line*. Mais recentemente, o site Facebook tem sido utilizado amplamente como meio de agregação social. Porém, é preciso caracterizar o que torna um site uma rede social. Boyd e Ellison (2007) esclarecem:

Nós definimos site de redes sociais como serviços na web que permitem aos indivíduos (1) construir um perfil público ou semi-público, dentro de um sistema limitado, (2) articular uma lista de outros usuários com quem compartilham uma conexão e (3) poder ver e percorrer sua lista de conexões e aquelas feitas pelos outros dentro do sistema. A natureza e nomenclatura dessas conexões podem variar de site para site (BOYD; ELLISSON, 2008, p. 211, tradução nossa).

Dada essas características, há ainda outra distinção a ser feita sobre os sites de redes sociais. Recuero (2014) aponta que os sites de redes sociais propriamente ditas, como é o caso do Facebook, lócus da pesquisa, foram criados com um propósito específico de manter conectados os usuários, com espaço para apresentação, solicitação de amizades e compartilhamentos. Nesse espaço também é possível associar-se a comunidades virtuais, que podem estar em uma página aberta com seu conteúdo exposto aos usuários da rede, ou em grupos fechados em que é preciso solicitar entrada para um administrador do grupo.

É preciso ter em conta que as agregações sociais virtuais não são uma novidade ou exclusividade da internet, mas não há dúvidas que as relações mediadas por dispositivos eletrônicos ampliaram e potencializaram as interações sociais. No entanto,

as associações por interesses mútuos na rede possuem caráter contraditório e incerto assim como também o elo é dinâmico e mutável. No Facebook, por exemplo, é possível associar-se a um grupo com um *click* e imediatamente produzir conteúdos para os participantes, comentar e compartilhar os *posts* já existentes. Sendo a exigência de participação mínima, a permanência do vínculo depende de muitas variáveis.

Retomam-se assim as apropriações para disseminação de ações políticas. O ciberativismo é um fenômeno da cibercultura que vem tomando os espaços virtuais. Este conceito é considerado “[...] como um conjunto de práticas em defesa de causas políticas, socioambientais, sociotecnológicas e culturais, realizadas nas redes cibernéticas, principalmente na Internet” (SILVEIRA, 2010, p. 31). Entretanto, conceituar o ciberativismo tem-se provado ser uma tarefa árdua para os pesquisadores, principalmente por ser um fenômeno relativamente novo, somam-se os percalços na consolidação da pesquisa no meio científico. Araújo e Montardo (2013) ampliam a discussão:

[...] consideramos ciberativismo o conjunto de práticas realizadas em redes cibernéticas com o objetivo de ampliar os significados sociais através da circulação na rede de discursos e ferramentas capazes de colaborar na defesa de causas específicas. Isto é, trata-se de uma cultura de mobilização difusa, horizontalizada, heterogênea e abrangente, que já não cabe na dicotomia de conceituações herméticas (ARAÚJO; MONTARDO 2013, p. 74).

O ponto comum possível de visualizar essas colocações teóricas é a ausência de restrições quanto ao sujeito que pratica a ação ativista na rede. Usar a internet como instrumento de mobilização e ação *on* e *off-line* desmistifica o engajamento político/social como algo exclusivo àqueles que pertencem as tradicionais formas de organizações sociais, como sindicatos e associações. Na rede, todos podem ser protagonistas, por isso, as ações ativistas hoje tem um espaço prioritário nos sites de redes sociais.

Especificamente, a página do Facebook que se analisa a seguir, não se define propriamente como ativismo político. A ausência de ferramentas de mobilização e a heterogeneidade dos participantes são notáveis na referida página. Sabe-se que defender uma posição ideológica não é praticar ativismo, o que exigiria uma organização mais elaborada do grupo. No entanto, no exame dos conteúdos próprios produzidos pela página podemos perceber um fazer político que busca reafirmar um posicionamento ideológico, no caso, o ideal conservador de feminilidade. Tendo em vista a intencionalidade dos valores perpetuados, passaremos a seguir a análise da página e de seus conteúdos.

### **A página Garota Conservadora no Facebook**

A escolha da página referida não se deu aleatoriamente. Tem-se em consideração que as pesquisadoras são usuárias da rede Facebook e, portanto estão imbricadas *a priori* no campo de pesquisa. Sendo assim, os *posts* da página apresentados como objetos de análise, tencionavam reflexões a cerca dos estereótipos de gênero.

A página “Garota Conservadora” traz em sua aba “Sobre” a seguinte mensagem: “A página é para damas e cavalheiros que defendem o conservadorismo, o objetivo principal é orientar moças a buscarem a feminilidade”. A descrição é clara quanto ao posicionamento político e social dos conteúdos na página: a defesa do pensamento conservador a respeito do que é ser mulher. A página conta com mais de 820.000 mil curtidas e postagens diárias que vão desde imagens com frases sobrepostas, como as analisadas aqui, até compartilhamentos de notícias do cenário político nacional e internacional. Não há informações sobre a data de sua criação ou de quem a administra.

Para a elaboração da análise delimitamos categorias que identificamos nas imagens postadas e nos comentários feitos logo abaixo por perfis de usuários e usuárias da rede. Utilizamos também o recurso de *print screen* para “fotografar” a página e fazer os recortes de imagens. Os nomes e fotos dos usuários e usuárias da página não estão identificados, no entanto identificamos o gênero por meio de informações do perfil pessoal. A seleção de imagens realizou-se durante o mês de abril de 2017.

### A eterna vigilância ao corpo feminino

Figura 1. O corpo e a sexualidade



Fonte: Facebook Garota Conservadora

Tem-se como primeiro objeto de análise a Figura 1, com a seguinte frase sobreposta: “E ai mulherada, tem necessidade de andar com short enfiado na bunda para parecer bonita?”. É notória a produção de um discurso atravessado pela concepção de uma moralidade, pautada em pressupostos heteropatriarcais, instituídos na modernidade. Levando em conta a fácil reverberação que as redes sociais proporcionam, estes discursos ajudam normatizar padrões de vestimentas que coadunam com os signos imagéticos criados para representar a mulher “respeitável”, considerando assim o corpo coberto seu maior referencial de beleza. É neste sentido, entendendo que o corpo não se define apenas na sua dimensão biológica, mas também a partir dos significados sociais e culturais que a ele são associados, Silvana Goellner enuncia:

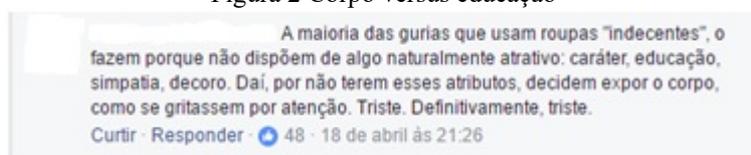
Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também o seu entorno, ou seja, a roupa e os acessórios que o

adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam e a educação de seus gestos. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas, fundamentalmente, os significados culturais e sociais que a ele são associados. (GOELLNER,2015, p.135).

Sendo o corpo uma das nossas categorias de análise, é importante compreendermos como esses “corpos” - usuários (as) - que transitam pela página Garota Conservadora se posicionam diante das postagens, por isso, faz-se necessário trazer para esta análise alguns comentários referentes à Figura 1 que evidenciam o pensamento de Goellner.

Na semana de observação, a imagem selecionada teve aproximadamente 3,2 mil curtidas, 785 compartilhamentos e 60 comentários, dados que torna evidente a reverberação da ideologia disseminada pela página. Diante dos comentários presentes no *post*, selecionamos o de uma usuária da página que se enuncia do sexo feminino:

Figura 2 Corpo versus educação



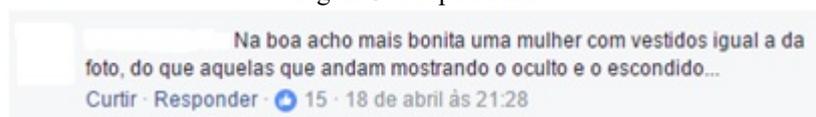
Fonte: Facebook Garota Conservadora

Partindo do pressuposto de que este comentário foi escrito por uma pessoa que se enuncia do sexo feminino é possível observar em seu discurso a presença das vozes sociais que o constitui, uma vez que, a sociedade produziu subjetividades normatizantes que sujeitam as mulheres a regras que regulam seus corpos e modos de existência. Neste caso, o discurso feminino se configurou como um dispositivo de controle ao corpo da própria mulher, ajudando a perpetuar a ideia de que determinadas características humanas são essencialmente femininas, ao mencionar que mulheres que expõem o corpo, assim o fazem, por não terem determinados atributos de maneira natural.

Neste contexto, o filósofo francês Michel Foucault trouxe importantes contribuições para o feminismo com sua crítica às formas de dominação capitalista. Para Foucault (1986) o poder não se exerce verticalmente como uma força repressiva do Estado que se abate sobre a sociedade civil, sobretudo, as tecnologias disciplinares e biopolíticas atravessam os corpos e as subjetividades, normatizam os gestos, produzem o próprio desejo e promovem maneiras submissas e conformadas do indivíduo à população. Por isso, torna-se difícil para a mulher se libertar de discursos que configuram um estereótipo identitário.

O segundo comentário selecionado (Figura 3) é de um usuário da página que se enuncia do sexo masculino:

Figura 3. Corpo oculto



Fonte: Facebook Garota Conservadora

A redundância presente neste comentário ao utilizar dois adjetivos que são sinônimos, reforçou o discurso do corpo da mulher como um objeto que precisa se manter oculto para ser considerado belo. Evidencia-se neste comentário que as representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento de que a beleza feminina está atrelada a comportamentos que apagam seus próprios desejos, uma vez que, é negada a mulher o direito de experienciar o corpo sem passar pelo julgamento da sociedade. Sendo este comentário produzido por alguém do sexo masculino fica mais evidente o movimento de subordinação do corpo da mulher ao homem, pois, é conferida socialmente a categoria do gênero masculino, a legitimidade para avaliar a beleza feminina pautado em princípios oriundos do patriarcado.

## Casamento e felicidade

A postagem a seguir, Figura 4, obteve 2,1 mil curtidas, 345 compartilhamentos e 149 comentários. Segue abaixo.

Figura 4. Solidão e independência



Fonte: Facebook Garota Conservadora

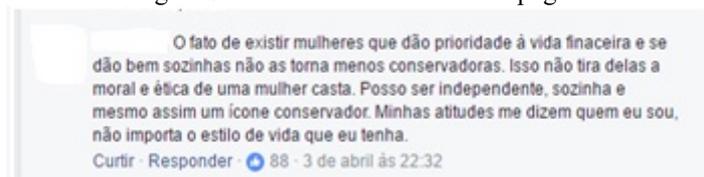
Esta segunda imagem escolhida traz a seguinte mensagem sobreposta: “É infinitamente melhor casar e ter filhos do que ser independente e solitária”. Nesta mensagem é possível identificar a reafirmação da ideia do papel social da mulher ao relacionar a solidão com a independência. Ressalta-se também o senso comum de que as mulheres não teriam a completude do seu ser caso optem pelo estado civil de solteiras, como também decidam não terem filhos. Alguns comentários da imagem, no entanto, demonstraram um desacordo quanto a essa associação. De fato, sabemos que este pensamento está calcado no discurso machista que atribui a reclusão ao lar e a maternidade como atividades inerente a condição de mulher. No entanto, a realidade econômica do capitalismo reformulou essa concepção e o ideal de feminilidade agora pontuado pelo machismo é o da mulher batalhadora, multitarefa, cuidadora que se desdobra no trabalho e na família.

As separações entre os espaços domésticos e os espaços públicos trazem consigo discursos que ratificam os lugares que mulheres e homens devem ocupar. A representação da maternidade se alterou no final do século XVIII, quando se operou a “revolução das mentalidades” e surgiram recomendações para que as mães ocupassem

pessoalmente de seus filhos. Por este viés, o texto que acompanha a imagem nos coloca diante de uma representação que reduz a mulher à identidade de mãe. Estes discursos geram muitas insatisfações por parte do público feminino, uma vez que, é quase unânime o reconhecimento das mulheres que a conquista pelo direito de trabalhar fora do lar pode se configurar como uma possibilidade de autonomia.

A mulher na contemporaneidade tem mais acesso a educação, possibilitando a chegada à vida pública, assim como sua legitimação social por meio do trabalho, contudo é sabido que ainda há diferenças salariais que a colocam em desvantagem no mercado de trabalho. Posto isto, atentemo-nos ao comentário abaixo de uma usuária de perfil identificado como feminino:

Figura 5. Comentário de usuária da página



Fonte: Facebook Garota Conservadora

Mesmo com a reprovação do texto que acompanha a imagem, percebemos que ainda é mantida a ideia de relacionar atividades domésticas com as mulheres. Entendemos também que a independência defendida pelas usuárias da página nada tem a ver com autonomia. Neste caso, o discurso presente no comentário, ao trazer predicados associado à mulher como “ícone conservador”, torna-se um paradoxo diante das teorias feministas que anseiam o empoderamento feminino e o rompimento com os discursos que performam uma feminilidade representativa do conservadorismo patriarcal.

Outro comentário de um perfil feminino dá a dimensão da questão:

Figura 6. Casamento e independência

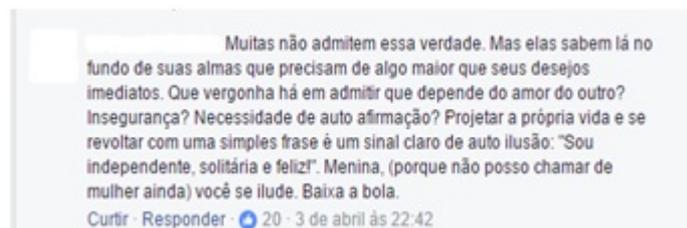


Fonte: Facebook Garota Conservadora

Esse comentário ratifica o legado do patriarcado presente nos discursos quando há um esforço em naturalizar o estado de felicidade como consequência do estado civil, ao mesmo tempo em que a independência aparece mais uma vez como status econômico. Saffioti (1987) nos diz que “mesmo quando a mulher desempenha uma função remunerada fora do lar, continua a ser responsabilizada pela tarefa de preparar as gerações mais jovens para a vida adulta” (p. 8). A luta pela liberdade econômica remete aos primórdios do feminismo quando se entendeu que o viés da emancipação se daria pela escolarização e pelo trabalho.

De todo modo, a página reúne diferentes narrativas sobre o conservadorismo, sendo o seu próprio conteúdo contraditório e de frágil argumentação crítica. Ainda no mesmo *post*, há vários comentários que tiveram significativa quantidade de curtidas que refutaram veementemente o machismo. O último comentário que exporemos, reverbera a concepção ideológica da página:

Figura 7. A incompletude feminina



Fonte: Facebook Garota Conservadora

O autor do comentário identificado em seu perfil como do sexo masculino, traz a superfície um estereótipo bastante comum das narrativas dos dispositivos de controle da mulher: a sua suposta incompletude. Há a ideia de que a mulher solteira e sem filho

estaria sempre em falta, pois sua natureza é maternal, zelosa e submissa. Mulheres que vão contra sua “natureza” estão em sofrimento, e como diz o usuário na Figura 7, não pode ser chamado de mulher. Este pensamento emergiu nos escritos de Aristóteles, que definiu a mulher como inferior ao homem partindo dos pressupostos das diferenças anatômicas, biológicas, intelectuais. Por muito tempo foi legítimo afirmar que o cérebro da mulher era menor que do homem.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerar as análises feitas e as reflexões que surgiram ao longo desse trabalho, destaca-se o esforço ideológico, quase ativista, da página “Garota Conservadora” em reproduzir e naturalizar discursos de subordinação para as mulheres. É notável que esse movimento de manutenção do *status quo* não é algo novo em nossa sociedade.

Com um olhar para a historiografia nos deparamos com um sistema de saber/poder que se transformou em regimes de verdades na construção das representações, tendo como base relações binárias que subjetivaram a mulher, construindo um ideário discursivo do feminino que transita entre o sagrado e o profano. Diante disso, é curioso constatar que algumas construções discursivas subordinaram as mulheres aos homens, constituíram suas subjetividades, impediram suas criações, privaram seus corpos e mentes de liberdade de maneira perversa, que mesmo na atualidade tendo conquistado direitos, as mulheres ainda convivem com os mecanismos de controle.

O Facebook se apresenta com um espaço de possibilidades múltiplas, sendo hoje no Brasil, considerado a principal fonte de informação dos usuários e usuárias da internet. É notório que páginas como a analisada teriam um campo fértil para

disseminação de ideais reacionários, justamente por elas não serem um espaço segmentado da sociedade, mas sim a própria sociedade em rede. Ressaltamos que nesse artigo focamos problematizar a construção do feminino que a página apresenta, mas observamos que os conteúdos da mesma também apresentavam postagens homofóbicas e racistas. Ainda que não explicitamente pode-se notar que as representações femininas e masculinas eram brancas e magras, o ideal estético em nossa sociedade.

Ressaltamos que a pesquisa é um esboço reflexivo e teórico que buscou identificar as narrativas da referida página do *Facebook* que submergem do atual cenário político e social brasileiro, que cada vez mais, abre espaço para ideologias conservadoras que colocam em risco os direitos civis conquistados pelas “minorias” politicamente organizadas – e para as “minorias” por elas representadas.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, W. F.; MONTARDO, S. P. Ciberativismo em sites de redes sociais: Uma análise da apropriação das páginas do Facebook pela WikiLeaks. *Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación*, Norteamérica, v. 8, p. 71-84, 2013. Disponível em: <<http://revista-redes.hospedagemdesites.ws/index.php/revista-redes/article/view/255>>. Acesso em: 12 abril 2017.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer – Mediated Communication*, n.13, v.1, p. 210-230, 2008. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x/full>>. Acesso em: 10 abril 2017.

COLLING, A. M. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

FOUCAULT, M. In: *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução por: Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 152 p.

GOELLNER, S. V. In: *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p. 135.

LEMOS, A. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LEMOS, A. Cibercultura e mobilidade. A era da Conexão. In: XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2005. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2005.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

RECUERO, R. C. O capital social em rede: como as redes sociais na Internet estão gerando novas formas de capital social. *Contemporânea - comunicação e cultura*, v.10, n.0, p. 597-617, 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6295>>. Acesso em: 15 abril 2017.

RECUERO, R. C. *Redes sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução por: Carlos Guilherme do Valle. *Bagoas*, Natal, n. 05, p. 17-44, 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução por: Guacira Lopes Louro. *Educação & Realidade*, n. 20, v. 2, p. 71-99, 1995.

SILVEIRA, S. A. Ciberativismo, cultura hacker e o individualismo colaborativo. *Revista USP*. São Paulo, v.1, p. 28-39, 2010.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

## **Educação e gênero: a invisibilização do feminino e possibilidades afirmativas na disciplina de história no ensino básico.**

Neide Célia Ferreira Barros<sup>126</sup>  
Suellen Peixoto de Rezende<sup>127</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

**Resumo:** Bem sabemos que muitos avanços foram alcançados na pesquisa histórica sobre as mulheres a partir do final do século XX. A história do cotidiano, das mulheres, das relações de poder entre masculinos e femininos ganharam espaços e novas abordagens, porém ainda há um silenciamento da história das mulheres no Ensino Básico. Desta forma este trabalho se propõe a discutir não apenas as invisibilizações do feminino nos livros de História, mas também propor mecanismos e técnicas para professoras e professores possam tratar da temática em sala de aula para além do material didático.

**Palavras-chave:** educação, gênero, história das mulheres.

**Abstract:** We know that many advances have been achieved in historical about woman in the XX century. The story of everyday, of women in power relations between men and women won space and new approaches but it is not uncommon to the absence of female history in basic education. This way, this paper proposes to discuss not only thrinvisibilizations of the feminine in the history books also propose mechanisms and techniques for teachers that can deal the theme in the classroom beyond the teaching material.

**Key words:** education, gender, women's studies.

*“A forma mais comum das pessoas  
abdicarem do seu poder é pensando que não  
têm nenhum”*

*(Alice Walker)*

No século XIX era muito comum entre as mulheres burguesas europeias queimarem seus diários, suas coleções de cartas e seus objetos de estima no fim da vida, para que não fossem encontrados após a sua morte (PERROT, 2007). Assim garantiam seu desaparecimento. Apagava quaisquer vestígios da sua presença. O silenciamento de suas histórias era também, quem sabe, o perdão para transgressões de seus corpos brutalmente vigiados. Apagar a memória era tornar inexistente todo crime, mas também

<sup>126</sup>Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás, professora da Rede Municipal de Educação (Goiânia-GO) e do Colégio de Aplicação Alfredo Nasser (Aparecida de Goiânia-GO). E-mail: neidecelia@gmail.com.

<sup>127</sup>Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás e professora do Colégio de Aplicação da Faculdade Alfredo Nasser (Aparecida de Goiânia-GO). E-mail: suellen\_hst@hotmail.com.

perder-se das lembranças de todas as bênçãos. A dádiva e o risco do anonimato. Desta forma a possibilidade de senhoras, com suas blusas de tecidos rendados, sentados em poltronas vitorianas, queimando em bacias de pratas a sua vida inteira de lembranças nos soademasidamente triste e solitário. E nos cabe uma certeza, mulheres eram feitas para desaparecer. Passados quase dois séculos, incomparáveis avanços foram atingidos em relação a vida das mulheres no mundo, porém ainda se mantém resquício do contínuo apagamento das mulheres na História.

Como bem sabemos a História é a ciência que analisa e narra sobre o ser humano e suas práticas e mudanças no curso do tempo, e que através destas narrativas elaboradas com intenção de verdade (pois se produz através de fontes e vestígios) sobre o passado constrói-se sentido para as práticas humanas do presente e do futuro. Como bem lembra Jenkins “Orwell escreveu que quem controla o presente controla o passado e quem controla o passado controla o futuro” (2011, p.41). Desta maneira, num jogo dinâmico a História cria discursos que geram poder, pois são narrativas que dão sentido ao presente. E ao mesmo tempo o poder cria discursos que gera História, pois grupos empoderados têm a possibilidade de discorrer sobre o passado. Em vista disso, nesta dinâmica, uma escolha narrativa que desmerece e invisibiliza o protagonismo feminino ao longo das transformações humanas no tempo, contribui para que a mulher seja desvalorizada e não seja vista como capaz, no presente e no futuro.

O completo silêncio sobre a presença da mulher como agente ao longo da história humana foi recorrente por um extenso período da historiografia, desde a consolidação da ciência histórica no século XIX. Os feitos dos grandes homens, os heróis resguardados nos documentos oficiais se mantiveram por muito tempo como o único interesse das pesquisas. Foi somente no final dos anos setenta do século seguinte

(que o elevado número de mulheres universitárias e a reorganização do movimento feminista) que a academia passou a tratar da História das Mulheres.

Margareth Rago nos lembra que “o impacto da presença feminina na historiografia aparece no questionamento de uma história centrada no conceito de homem enquanto sujeito universal, mostrando as fragmentações pelo sexo (1995, p.84)” e que gera uma profunda repercussão e significativo choque na sociedade ao questionar a mulher como uma essência abstrata, única e igual ao longo da história. Fundamentalmente, o aparecimento de mulheres como objeto de estudo da ciência histórica ajudou a desconstruir uma raiz biológica e naturalizada do feminino (todas as mulheres em todas as épocas pensadas como iguais, movidas por uma natureza organizada a partir de seu aparelho reprodutor) e fundamentalmente historicizou e diversificou a possibilidade do “ser” mulher.

Porém mesmo com a presença da História da Mulheres e posteriormente de Gênero nos debates acadêmicos, ainda há uma grande lacuna sobre a presença feminina na construção social nos estudos da educação básica. Nesta fase de formação inicial, onde a História é inserida através dos livros didáticos, as mulheres ainda são vistas como apêndices da História, rodapés do livro como perceberemos com mais atenção ao longo deste trabalho. Mulheres são vistas como pessoas que contribuíram para que os homens fizessem as transformações. Desta maneira não são entendidas como agentes da história, são meras espectadoras passivas. E tal noção inserida em fase tão fundamental da formação humana que são os anos iniciais de estudo e conhecimento do mundo, faz com que se fixe a ideia do papel da mulher como passiva, atenta a um único lugar na sociedade reproduzindo e mantendo uma ordem estabelecida.

## **SILÊNCIOS: A BAIXA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NOS LIVROS DIDÁTICOS.**

É de suma importância compreendermos o livro didático de história como veículo de transmissão do construto histórico, bem como suas implicações para o desenvolvimento da consciência histórica. O livro didático tornou-se ao longo do tempo, um recurso indispensável para o desenvolvimento metodológico, consolidando-se como ferramental teórico para o docente (CHOPPIN, 2004). Autores como Guacira Lopes Louro, Silvana Goellner, Helena Altmann, Eustáquia Souza, analisaram que as formações culturais da escola desempenham papel crucial no desenvolvimento social, e na complexidade de construção de sentido, sobretudo, que é na ambiência escolar que reverberam estruturas excludentes ou inclusivas. Trabalhando as contingências que o livro didático como instrumentalização do trabalho escolar, torna-se o nosso objeto de pesquisa.

É de suma importância entender acerca do papel da escola na produção e reprodução das desigualdades de gênero na educação, percebendo os mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização para a reprodução das diferenças entre meninos e meninas, seguindo os cânones ocidentais cristãos (LOURO, 1997).

Pensar sobre Gênero na Educação, e sobretudo na escolha do livro didático, implica na reflexão de como gênero se transforma em elemento constituinte da identidade dos sujeitos (LOURO, 2008). Na construção do livro didático, a história é fragmentada, ressignificada e transformada, dos modos específicos de sua temporalidade (FOUCAULT, 2009, p. 132-133).

Refletindo sobre a relação da construção do livro didático de história como postulados do saber, podemos perceber a instrumentalização do livro didático, como uma construção histórica consciente, reiterado no fragmento abaixo, segundo Foucault:

(...) em nossos dias, a história é o que transforma documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; que poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento. (FOUCAULT, 2009, p. 8).

Os livros didáticos e paradidáticos em seus construtos, são imbricados à ideia de construção sócio- histórica, sendo ferramental teórico fundamental, para a construção social do discente, porém, é importante ressaltar que os mesmos, podem trazer axiomas e discursos excludentes. Pensando na representação dos sujeitos históricos, percebemos arranjos sociais que enaltecem uma perspectiva binária de estereótipos sexuais dicotômicos, como revela Louro:

Os livros didáticos e paradidáticos têm sido objeto de várias investigações que neles examinam as representações dos gêneros, dos grupos étnicos, das classes sociais. Muitas dessas análises têm apontado para a concepção de dois mundos distintos (um mundo público masculino e um mundo doméstico feminino), ou para a indicação de atividades —características de homens e atividades de mulheres. Também têm observado a representação da família típica constituída de um pai e uma mãe e usualmente, dois filhos, um menino e uma menina. As pesquisas identificam ainda, nesses livros, profissões ou tarefas —características de brancos/as e as de negros/as ou índios; usualmente, dois filhos, um menino e uma menina. As pesquisas identificam ainda, nesses livros, profissões ou tarefas —características de brancos/as e as de negros/as ou índios; usualmente recorrem à representação hegemônica das etnias e frequentemente, acentuam as divisões regionais do País. A ampla diversidade de arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos são comumente ignorados ou negados (LOURO, 2008, p. 70).

As perspectivas humanas permeiam sempre uma construção de sentido, emolduradas em conceitos de legitimação, alicerçados pela ciência e pela razão. Estruturas e unidades, institucionalizaram teorias e conceitos, e a experiência do

domínio e do controle do homem sobre a natureza e sobre o tempo trouxeram medidas precisas que racionalizaram a reflexão da vida, e um dos instrumentos usados para analisar essa engrenagem complexa de construção de historicidade é o livro didático, um entre muitos dos espaços onde encontramos as narrativas históricas.

Ao discorrermos sobre vida prática, logo somos levados a pensarmos na função social que a história desempenha no cotidiano dos sujeitos envolvidos neste processo. Sendo o livro de história, nesse contexto, um guia importante e comumente presente nas aulas da Educação Básica, passa a ser relevante pensarmos em como este instrumento didático é pensado, produzido e quais tipos de narrativas estão presentes em sua construção. Ressaltando a importância do livro didático como instrumento de aprendizagem, Bittencourt afirma que os livros didáticos são os mais usados instrumentos de trabalho integrantes da ‘tradição escolar’ de professores e alunos, fazem parte do cotidiano escolar há pelo menos dois séculos (BITTENCOURT, 2010). A educação básica, compreende um importante e decisório processo de formação no construto de consciência histórica para a aplicabilidade da práxis humana. Diante das demandas de uma sociedade mais equitativa e igualitária, é importante entendermos como a representação da mulher como sujeito histórico é expressa no livro didático, quais são as memórias seletivas nas quais os recortes são aplicados na construção do livro de história. Partindo da premissa de uma prévia analítica, observamos uma ausência na narrativa historiográfica voltada à mulher, ela não é tida como sujeito histórico atuante, mas de forma secundária, o silenciamento nos livros didáticos são um fato marcante, que precisa urgentemente de ser debatido e reformulado para um olhar historiográfico inclusivo e equitativo.

Concomitante à abertura historiográfica iniciada a partir dos anos de 1960, conforme mencionado, reverberando múltiplos olhares dos sujeitos históricos, inclusivo

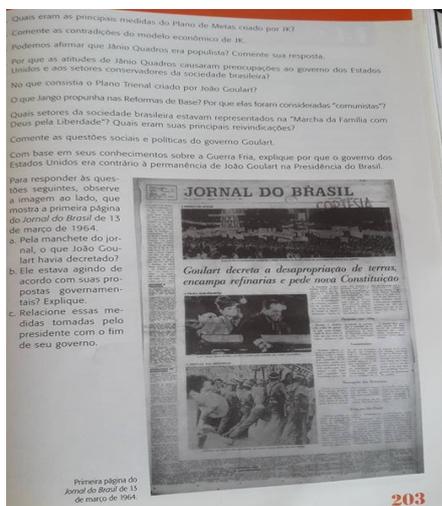
às mulheres, faremos uma breve análise didática do livro *Jornadas da História*, de Maria Luísa Vaz e Silvia Panazzo (2014), instituído pelo MEC ao Guia do Livro Didático voltado para a Educação básica de alunos do 9<sup>a</sup> ano. O livro, fragmenta a finalização de conteúdo da Educação básica, para inserção do Ensino Médio.

No recorte, a escolha da temática, se delimitará acerca da participação feminina no contexto da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), remontando um contexto histórico com das maiores participações femininas no engajamento político, no que tange a história do Brasil. A autora Ana Maria Colling, em seu livro *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, ressalta que as mulheres, ao invadir o espaço público, político e masculino, fizeram com que se engajassem em organizações de esquerda, clandestinas, para fazer oposição, juntamente com os homens, ao regime militar (COLLING, 1997 p.7).

Nas narrativas do livro didático *Jornadas.hist*, as autoras discorrem acerca do Milagre Econômico, da subversão e da tortura, os governos militares, atos institucionais, o processo de redemocratização, porém, em nenhum adendo, atividade ou leitura complementar é mencionada alguma relação feminina com a luta contra a Ditadura Militar. Em uma narrativa embasada por discurso político e econômico, a ausência de atividades e propostas no livros didático que incorporem a mulher ao contexto histórico, torna-se marcante, não se menciona a mulher como sujeito no contexto ditatorial.

Em uma análise iconográfica, antecedente ao golpe de desfecho da Ditadura Militar no Brasil, em anexo de atividades, fazem menção na fotografia da imagem 1, João Goulart ao lado de sua esposa Maria Teresa ao lado, na Central do Brasil em março de 1964, a imagem da esposa, em papel secundário, de sujeição é reforçada por

estar cercada de homens em um discurso político, e ela, limitada ao papel de apoio ao marido.



*Imagem 1: livro didático*

Nas iconografias, são mostradas imagens coletivas, conforme as imagens os enfoques são relacionadas a greves, milagre econômico e passeatas. A narrativa, não estabelece vínculos com os movimentos sociais, nem tampouco, associam-se, a proposta contestatória da contracultura, ligadas ao tropicalismo, os festivais de MPB ou movimento hippie. O aspecto cultural, no qual as mulheres se inserem de forma contundente, não são mencionados.



Imagem 2: livro didático

Percebendo digressões entre a Academia, com toda amplitude de discussões teóricas acerca do espaço conquistado pela mulher, no cunho político e social, e a sala de aula, observamos que há uma centralidade na história no viés político e econômico, em que as mulheres são reduzidas à militantes de causa política, porém, aglutinando o discurso masculino contra a Ditadura Militar. O caráter seletivo da memória, auxiliado pelas narrativas, implica que os mesmos acontecimentos não sejam refletidos da mesma forma em períodos diferente, daí a crítica do caráter androcêntrico na reprodução da narrativa do livro didático. Pierre Bourdieu afirma que “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la”. (2003, p.3). O questionamento subsequente a esse ensaio com a fonte do livro didático, é entender as mudanças e permanências no tempo, quais as aberturas na nova leva de livros, os interesses implícitos no processo de sua formação mercadológica, e como podemos levar para a sala de aula a mulher como sujeito histórico equiparado com o homem, tão importante como qualquer agente histórico participativo e atuante.

Compreendendo esses conflitos discursivos, pautaremos nossas possibilidades nas discussões emergentes sobre Gênero e propondo como hipótese, uma perspectiva mais crítica acerca da mulher como sujeito, projetando para a sala de aula um lugar mais inclusivo e igualitário através de um importante veículo de conhecimento: o livro didático.

Podemos entender, com as análises propostas, as relações de poder são exercidas de forma sutil pela institucionalização do saber, através da educação. Como ferramenta para a instrumentalização de discursos, o livro didático, mesmo com uma publicização das demandas femininas pela Academia, a partir da década de 1960, com uma historiografia inclusiva, e com um olhar múltiplo aos sujeitos históricos, a mulher ainda é retratada nos livros didáticos, com coadjuvantes na construção historiográfica. De extrema necessidade é a discussão das demandas femininas em sala de aula, iniciado desde a educação básica. A história é construída, ressignificada, interpretada e implicada às demandas de cada tempo. Para Bittencourt, se considerarmos as complexidades na construção do livro didático, diante das variadas interferências dos agentes de produção, passando pela circulação e consumo, o livro didático é um produto de difícil definição (BITTENCOURT, 2011, p. 301).

Para uma história mais equitativa, com uma construção do sujeito histórico como um todo, atuante e implicante na vida social, política e econômica, sem desequilíbrios discursivos, é que refletimos sobre a dicotomia binária entre homem e mulher. Visando uma perspectiva histórica em que todos os sujeitos são participativos, o livro didático de história carece desse olhar. Há imbricada uma estrutura de poder simbólico, demonstrando indivíduos em posições hierarquizadas, definindo acessos desiguais a recursos e produções, interações sociais essas marcadas por conflitos e por uma notória dominação hierarquizada (BOURDIEU, 1989, p. 133-134).

## **POSSIBILIDADES AFIRMATIVAS PARA A HISTÓRIA DAS MULHERES NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Elencando a importância dos estudos de gênero, para a construção da consciência histórica, pautaremos nossa discussão acerca de algumas possibilidades, para amenizar os silenciamentos das mulheres, produzidos nos livros didáticos de história, com trabalhos afirmativos na educação do ensino de história e da prática escolar. Diante da dificuldade de trabalhar a mulher dentro do livro didático como atuante igualitária, não somente em anexos ou quadros esporádicos, em Goiás, destacamos a dissertação de mestrado profissional de Juliana Kummer Perinazzo Ferreira, apresentando um importante trabalho sobre o silenciamento das mulheres no ensino de história, pela UFG, regional Catalão. Seu trabalho procurou formular um Caderno Temático *Enfrentando o silenciamento: as mulheres no ensino de História*, destinado aos professores e alunos do Ensino Médio. Recriando práticas pedagógicas, e ressaltando em um documento, o reconhecimento da importância da mulher como sujeito histórico, que podem ser adaptadas e trabalhadas com Ensino Fundamental II fase. Sugestões de filmes, trabalho com cartas, poemas, análise de fotografias, esse caderno tem uma rica proposta de metodologias para sala de aula.

Analisar linguagens discursivas como publicidade, é uma outra possibilidade de desenvolver uma análise crítica, acerca da mulher na história. As pesquisadoras Suelen dos Santos Andreu (PG UEMS/CAPES) e Silvane Aparecida de Freitas (UEMS), trabalham com essa perspectiva no artigo intitulado: *A leitura do texto propagandístico: abordando a situação da mulher em sala de aula*. Analisando a fundo as figuras de linguagem, e as formas de linguagem verbais e não verbais, é possível associar a estereótipos vinculados às mulheres, e desconstruí-los.

Um trabalho baseado em dados do censo 2010, realizado pelo IBGE, com infográfico apresenta aspectos e perfil da nova mulher brasileira. O trabalho está situado no site iG, elaborado pelo jornalista Rafael Bergamaschi, a perspectiva propõe um novo olhar para a questão da mulher brasileira, através da infografia, desde uma leitura do período colonial ao imperial, até infografias atuais, o usuário pode acessar dados sobre o espaço da mulher no mercado de trabalho, as disparidades de salários entre gêneros e a presença feminina no ensino superior, seus espaços políticos, sua participação social e econômica no Brasil nos últimos dez anos, em uma navegação interativa pelas ilustrações.

Com informações do livro "Dicionário das Mulheres do Brasil" (Ed. Zahar) e consultoria da historiadora Mary Del Priore, o trabalho infográfico: *Mulheres do Brasil* do site iG, mostra um panorama geral das mulheres do Brasil do período colonial até o império, contando história de mulheres escravas, médicas, soldados, entre outras posições sociais. Dentre algumas das mulheres destacadas estão Chica da Silva, escrava e alforriada, Felipa de Souza, acusada de lesbianismo, Maria Quitéria, primeira mulher das forças armadas e Princesa Isabel, abolindo a escravidão no Brasil.

A lei Maria da Penha em Cordel, em forma de o vídeo, apresenta-se a legislação sobre a violência contra a mulher em forma de cordel. O vídeo está disponível no YouTube e possui duração de 5:56. O cantor cearense conhecido como Tião simpatia, formulou um DVD, intitulado: *Mulher de Lei*, no qual utiliza do cordel para trabalhar a violência contra a mulher. A fim de entendermos a importância da literatura de cordel Mendes afirma:

Com relação ao cordel, esse “tom”, que nos revela a imagem de si do poeta, é compassado por um ritmo, cujo corpo vocal também nos ajuda reconhecer/ incorporar/experienciar o ethos que o poeta constrói em seu discurso. [...] Podemos notar que, se relacionarmos um conjunto de elementos internos e externos à situação comunicativa

como, por exemplo, as nossas representações sociais associadas ao ritmo e ao corpo (gestos, expressões, etc.), é possível participarmos desse processo de incorporação da imagem de si que o poeta projeta em seu discurso (MENDES, 2011, p. 86).

É possível através da Literatura de Cordel, na obra *A lei Maria da Penha* em Cordel de Tião Simpatia, propiciarna sala de aula, a realização de oficinas de leitura, promovendo uma análise reflexiva acerca da violência contra a mulher e seus meandros familiares. Em sua dialogicidade, o cordel viabiliza a comunicação, informa, conscientiza ou registra dados constitutivos da memória coletiva, mantendo viva de geração em geração, uma construção de sentido, agora com novas demandas sociais, como a violência contra a mulher. Perpassando pela cultura material e imaterial, o texto de cordel é veiculado por meio de recursos tecnológicos, com ampla abordagem midiática, reverbera de uma forma divertida, pela sua melodia, um importante papel social de conscientização, principalmente se tratarmos de regiões sertanejas que não tem acesso igualitário a uma educação equitativa.

Como relato de experiência, enquanto docente do Ensino Básico, a produção historiográfica narrativa, diante da conjuntura temporal, esgarçou possibilidades de altruísmo, uma vez que se colocaram no lugar do personagem estudado. Desenvolvendo habilidades cognitivas e estabelecendo diálogos diante da temática das mulheres. Esse processo implicou em um olhar crítico acerca das mulheres na história, em seus papéis em cada temporalidade. A produção narrativa foi exposta à turma, gerando um momento de importante reflexão por parte dos alunos.

Incorporar questões de Gênero para uma história dialógica, parte em pensar a história de uma maneira integrada, inserindo tais reflexõesao cotidiano escolar. Coadunam-se a História Social e a História das Mulheres, pois, não houve uma história

separada ou fragmentada, e sim, uma seleção criteriosa da narrativa, que segundo Scott, alterou-se de acordo com a contingência:

Os historiadores sociais (eu, dentre eles) documentaram os efeitos da industrialização sobre as mulheres, um grupo cuja identidade comum nós pressupomos. Questionávamos menos frequentemente naquela época sobre a variabilidade histórica do próprio termo “mulheres”, como ele se alterou, como no decorrer da industrialização, por exemplo, a designação mulheres “trabalhadoras” como uma categoria separada de “trabalhadores” criou novas percepções sociais do que significava ser uma mulher (SCOTT, 1992 p.82).

Muitos são os desafios do professor do ensino básico, para romper paradigmas e inserir uma análise crítica acerca da produção historiográfica, que insira as mulheres em sua construção. Porém, existem alternativas metodológicas que possibilitam uma inserção didática das mulheres nas propostas pedagógicas. Propomos com essa discussão, alargar as possibilidades de discussões, como um incipiente e gradativo trabalho metodológico no ensino de história. Desafios para ambiência escolar que respeite as diversidades, se torne equitativa, altruísta e sobretudo resiliente, diante de tantas adversidades encontradas na trajetória pedagógica do Ensino Básico no Brasil. Pois entendemos fundamentalmente que visibilizar a mulher como agente transformador na história e salientar a historicidade que envolve os discursos de feminilidade e masculinidade é fundamental para a construção uma educação equitativa que respeite a diversidade de Gênero.

## Referências

IG. *Infográfico: a nova mulher brasileira*. Consultado em janeiro de 2017. Disponível em <<http://delas.ig.com.br/comportamento/2012-12-17/infografico-a-nova-mulher-brasileira.html>>

SIMPATIA, Tião. *A lei Maria da Penha em Cordel*. Consultado em março de 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=8G9Ddgw8HaQ>>

VAZ, Maria Luiza. *Jornadas Hist: História (9º Ano)*. São Paulo: Saraiva, 2012.

BITTENCOURT, Circe. *Livros didáticos entre textos e imagens*. In: O saber histórico na sala de aula. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002
- CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MENDES, Simone. *Entre o factual e o ficcional: a construção (pré)discursiva do ethos em um cordel de acontecimento*. *Entrepalavras*, Fortaleza, ano 2, v. 2, n. esp., p. 83-97, jan./jul. 2012.
- RAGO, Margareth. *As mulheres na Historiografia Brasileira*. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.
- SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade*, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.
- \_\_\_\_\_. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter (org) *A es'c,rita da História*. *Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992.
- SILVA, Tânia Maria Gomes da. *Trajétoria da Historiografia das Mulheres no Brasil*. *Rev. Politeia, Vitória da Conquista*, v. 8, n.1, p. 223-231, 2008.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

## Transexuais e questões de gênero sob a ótica jurídica: A (des)necessidade da cirurgia de transgenitalização<sup>128</sup>

### Transexual and gender issues under the legal optical: The (un)need of the transgenitalization surgery

Wellington Oliveira de Souza Costa<sup>129</sup>

Antônio Conceição Paranhos Filho<sup>130</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 20/11/2017

---

**Resumo:** Este estudo trata de um dos segmentos LGBT que enfrentam óbices à plena vivência de seu gênero: os transexuais. O problema funda-se na exigência de realização da cirurgia de transgenitalização para a alteração de seu sexo no registro civil quando o critério para tanto deveria apenas a consideração do gênero, este associado ao psicológico e não ao aparelho sexual propriamente dito. O trabalho, bibliográfico e documental, desenvolve-se pelo método dedutivo, cujo marco teórico é o direito de sexualidade e suas vertentes sociológicas.

**Palavras-chave:** Transexualidade; Cirurgia de Transgenitalização; Questões de Gênero sob a Ótica Jurídica.

**Abstract:** This paper is about one of the LGBT segments that face obstacles to the full experience of their gender: transsexuals. The problem is the requirement of transgender surgery for the modification of their sex in their civil registry when the criterion for it should only be the consideration of the gender, associated with the psychological and not with the sexual apparatus itself. The research, bibliographical and documental, is developed by the deductive method, whose theoretical framework is the sexuality right and the sociological studies.

**Key -words:** Transsexuality; Transgenitalization Surgery; Gender Issues from a Legal Perspective.

## INTRODUÇÃO

Em tempos de conquista de diversas garantias fundamentais à população LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, os tribunais

---

<sup>128</sup> Parte deste texto foi publicado nos anais da III Jornada Interamericanas de Direitos Fundamentais e I Seminário Nacional da Rede Brasileira de Pesquisa em Direitos Fundamentais – RBPDF, ocorridos no ano 2016 na cidade de São Paulo/SP. Entretanto, a presente pesquisa, devidamente alterada, aborda outras vertentes da temática, sendo, portanto, inédita.

<sup>129</sup> Mestrando em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. E-mail: Well.eu@bol.com.br.

<sup>130</sup> Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo – USP e Professor Associado IV da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Bolsa de Produtividade em Pesquisa CNPq de A.C. Paranhos Filho (Processo 304122/2015-7). Endereço Institucional: Campus UFMS Campo Grande – Laboratório de Geoprocessamento. E-mail: toniparanhos@gmail.com.

e bancos acadêmicos enveredam em nova discussão acerca dos direitos sobre o gênero na diversidade sexual. E dentro desse contexto bastante abrangente, há minoria que não encontra guarida jurídica e social: a população transexual.

Transexual, a título introdutório, é aquela ou aquele que sente desconforto entre o sexo morfológico atribuído e aquele associado em seu psicológico, aqui discutido como gênero. O gênero, por sua vez, corresponde à identidade cultural e histórica trazida por cada um ao longo de sua vida, moldado em padrões não estáticos ou pré-definidos.

A esse passo, o (a) transexual busca viver seu dia a dia sendo homem ou mulher TRANS (abreviação utilizada para a palavra “transexual”) e, na maioria das vezes, acaba excluído (a) em razão disso, uma vez que, ao tentar exercer os atos da vida civil, sofre preconceitos ante a disparidade de seu sexo registral e a forma como se apresentam em sociedade, de acordo com o gênero, de modo que questões simples tornam-se tormentosas, tal como acesso à escola, órgãos públicos, locais privados, entre outros.

Quando a questão chega ao Judiciário, excesso de legalidades sobrepõem a dignidade das pessoas transexuais, que acaba sendo posta em cheque. Ingressam com ações para retificar seu registro civil, a fim de modificar o nome e o sexo sem que para tanto realizem a cirurgia de redesignação sexual, já que não importa aqui o sexo biológico mas a associação de gênero. Entretanto, encontram inúmeras exigências que culminam na obrigatoriedade da realização da cirurgia de modificação para somente então alterar o registro civil.

Por outro lado, dita exigência não possui respaldo legal e, portanto, sua prática fere série de princípios forjados na dignidade da pessoa humana. Não é digno determinar que os transexuais violem sua integridade física para então deferir-lhes direitos intrínsecos à sua personalidade. Dita exigência, quando não cumprida, na maioria das vezes, acarreta o indeferimento do pedido alteração do sexo no registro civil. Na visão processual parece simples, mas a questão reflete diretamente na vida da (o) transexual, que permanece à margem na sociedade, impedida (o) de ser quem realmente é e viver como tal.

Desta forma, a presente pesquisa, desenvolvida a partir do método dedutivo, objetiva, por meio de material bibliográfico e documental, demonstrar que o sexo não está associado ao aparelho biológico, mas ao psicológico e, portanto, a pessoal

transexual não necessita realizar a cirurgia de transegenitalização para modificar seu sexo no registro civil.

Para tanto, o texto que se apresenta foi dividido em três partes. A primeira apresenta definições de transexualidade e discussão sobre questões atuais, principalmente em termos de desafios desta população. Em seguida, é abordada a cirurgia de transgenitalização e sua (des)necessidade e, após, perfiladas linhas explicativas sobre o gênero em seu marco teórico jurídico, sociológico e psicológico, pois a temática é multidisciplinar e não se restringe ao debate judicial.

Como critério de inclusão, são consideradas as pessoas TRANS na definição que será explorada ao longo da pesquisa. Outrossim, cabe mencionar que o trabalho em questão é desenvolvido por pessoas não transexuais.

## **1 TRANSEXUAIS: CONCEITOS E PRECONCEITOS**

Transexual é aquele, ou aquela, que sente persistente desconforto com o sexo que lhe foi atribuído ao nascer (RAMSEY, 1998), ou seja, que não associa o sexo biológico com o sexo psicológico, que aqui trataremos como o gênero.

Galli et al (2013, p. 448) apresentam definição das pessoas transexuais como aquelas que possuem sentimento irreversível de pertencer ao sexo contrário ao que foi genética e morfológicamente estabelecido. Tal sentimento deve ser também associado à vivência do corpo de acordo com o gênero.

Desta forma, a fim de consolidar seu exercício de cidadania, considerando a vivência de seu gênero dentro da diversidade sexual, as pessoas transexuais ingressam com ações judiciais para modificar seu nome e sexo no registro civil para que este reflita a realidade social.

Entretanto, tem prevalecido o entendimento de que a alteração do sexo no registro civil ocorre apenas mediante realização da cirurgia de transgenitalização, fundamentação calcada no argumento de que o sexo registral é aquele biológico e não o psicológico (GORISCH & BORGES, 2014, p. 05). Por outro lado, o procedimento cirúrgico, que não é obrigatório, possui trâmites invasivos (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução n. 1.955 de 3 de setembro de 2010), aos quais muitas vezes a pessoa transexual não está disposta a submeter-se, mas o acaba fazendo por receio do indeferimento de seu pedido judicial de alteração do assento de nascimento.

A exigência em questão fere a dignidade dos e das transexuais, na medida em que têm sua intimidade submetida ao crivo do Estado e, em razão de eventuais frustrações decorrentes disso, desistem do procedimento e permanecem marginalizados. Deixam de efetivamente fazer parte da sociedade e passam a ser vistos como “desviantes sexuais”:

Os “desviantes sexuais”, em especial travestis, transexuais e intersexuais, são os “monstros pálidos” da contemporaneidade, porque foram alocadas/os nos limites do pensável, autorizando, por meio de um longo e persistente percurso histórico a escrutinação dos seus corpos, pelo nojo ou fascínio; a desautorização dos seus desejos; a suspeita em torno de sua sanidade; a violação de seus direitos. Por isso, insiste, Leite Júnior, é preciso dilatar as fronteiras do inteligível, derrubando teórica e politicamente as barreiras que pressupõem que existe um nós-humanos e um eles-monstros. (BENTO&PELÚCIO, 2012)

Assim, a negativa judicial aqui discutida serve para consolidar o sentimento de exclusão das pessoas transexuais e em muito auxilia na sua marginalização social. O sexo não é decidido por meio de um procedimento cirúrgico e não há lei que obrigue sua realização. Sexo, em termos de gênero, é uma construção cultural (MELLO NETO & AGNOLETI, 2008), ligada a diversos fatores diferentes daquele biológico. Inclusive, há orientação do Conselho Nacional de Justiça<sup>cx</sup> para que não seja exigida cirurgia quando demonstrado o sentimento de identidade sentida diferente daquela biológica, orientação esta que tem sido ignorada.

A Constituição Federal está fundamentada no princípio da dignidade da pessoa humana (CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1988, artigo 1º, III), garantida a todo cidadão em suas relações, inclusive nesta aqui discutida, já que não é digno, sob o ponto de vista físico e moral, que a pessoa transexual, cuja sexualidade é designada pelo gênero, seja compelida a submeter-se a procedimento cirúrgico para, somente após, alterar seu sexo no registro civil.

O sexo designativo do ser humano é associado ao gênero e todas as suas complexas e pessoais nuances, as quais só podem ser concatenadas pela psique de cada um. Ater-se a existência ou não de órgão sexual para designar o sexo não parece ser o melhor caminho do ponto de vista social e humano. A pessoa transexual pode associar

o gênero masculino ou feminino e mesmo assim não pretender realizar cirurgia de alteração de sexo.

Sexualidade não é pré-estabelecida tampouco estática, especialmente quando desligada de padrões heteronormativos, que essencializam o sexo dentro da questão binária, que não pode ser considerada neste estudo, pois veda a democratização das discussões das formas de gênero. A justiça social aponta a necessidade de renunciar a toda forma de readequação de condutas sexuais face aos ditames heteronormativos (LIONÇO, 2009, p. 58/59).

França (2010, p. 06) conclui que a mudança do sexo sem a realização da cirurgia de transgenitalização é garantia de saúde e dignidade da população TRANS e reconhece que o tema é complexo e demanda análise multidisciplinar. Inclusive, há projeto de lei para incluir a possibilidade aqui discutida na Lei de Registros Públicos quanto à alteração do registro no caso dos transexuais (CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n. 6.655/06).

Da Silva (2013) pontua que, ainda há bastante divergência quanto ao tratamento jurídico dispensado à população transexual e, independentemente de qual a ótica a ser analisada para resguardar-lhes direitos, é importante evitar práticas preconceituosas e que lhes tolham a individualidade e dignidade.

Bento & Pelúcio (2012), tratando sobre a influência da heteronormatividade na análise do caso das pessoas transexuais em sociedade, pontuam:

Mas esse discurso da ordem resiste. Encontra elaborados mecanismos para punir dissidentes. "A pena que lhe é aplicada - não prevista em qualquer lei - é o não reconhecimento da identidade sexual que adota, em alguns casos mesmo tendo feito a transgenitalização e, 'com mais razão', quando não a realiza", acusa Barboza.

O jogo de silêncios retóricos cerca a "aplicação da pena perpétua de negação da identidade". A flagrante fragilidade dos argumentos para essa sentença, espantosamente, tem se mostrado mais potente que os princípios da Constituição da República.

Garantir o direito à alteração do sexo no assento civil da pessoa transexual levando-se em conta o gênero, sem obrigá-la à submissão à cirurgia, significa verdadeira concretização de sua dignidade, pedra de toque dos direitos humanos. Por

outro lado, contrário disso significa excluir da sociedade considerável parcela que, como todos os demais cidadãos, deve ter garantido o exercício da cidadania.

A maior problemática do país circunda sempre nas exclusões e desigualdade na garantia de direitos. O respeito à intimidade e liberdade dos transexuais (CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Artigo 5, inciso X) em muito vem auxiliar a solução desta crise social e consolida o objetivo da promoção do bem de todos, sem quaisquer formas de discriminação (CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Artigo 3, inciso IV).

## **2 CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO**

O ordenamento jurídico brasileiro, de acordo com a lei civilista, prescreve que à pessoa não é deferido dispor de seu corpo, salvo por disposição legal, além do fato de que ninguém poderá ser obrigado a realizar, com risco, tratamento ou cirurgia (BRASIL. Código Civil. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, artigos 13 e 15). Não obstante, o enunciado 6 da 1ª Jornada do Centro de Estudos da Justiça Federal<sup>cxii</sup> aponta que a exigência contida no artigo 13 mencionado refere-se ao bem-estar físico e psíquico.

Logo, não havendo lei que obrigue a realização da cirurgia de modificação do sexo, não se pode admitir que o Estado o faça. E mesmo que houvesse dita legislação, o ato cirúrgico não é a medida correta para a constatação da identidade sexual.

Atualmente, a única normativa sobre a cirurgia de modificação sexual é aquela contida na já mencionada Resolução n. 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução n. 1.955 de 3 de setembro de 2010), que apenas traça as diretrizes da cirurgia, mas não a considera obrigatória.

Na perspectiva de Toni (2008, p. 33), quando nos ensina que o respeito à vida privada e à própria dignidade da pessoa humana tem autorizado juízes ao deferimento dos pedidos de retificação do registro civil, o foco é a dignidade da pessoa transexual e não exigências sem respaldo àquela. Dias (2009, p. 235), por sua vez, muito bem pontua sobre a temática do transexual em sociedade, quando afirma que sua proteção deve primeiramente ocorrer por meio do resguardo de sua intimidade.

Da mesma forma, como lembram Gorisch & Borges (2014) não é o procedimento da cirurgia que decidirá o gênero da pessoa transexual, que está intrínseco à sua psique, cabendo somente a ela decidir se a realizará.

A questão maior nesse caso é justamente o olhar heteronormativo sobre a temática transexual, para o qual a fim de que esta população efetivamente esteja de acordo com o sexo pretendido, dentro da análise essencial e binária, é necessária a realização da cirurgia, exigência que, além de afrontar a dignidade, intimidade e liberdade da pessoa transexual, ainda mais fomenta a tão discutida patologização de sua identidade de gênero.

Tratando especificamente sobre o caso da utilização do banheiro por parte da população transexual, são transcritas as linhas a seguir:

Além desses conjuntos binários que nos ajudam a entender as engrenagens de funcionamento da heteronormatividade, uma tensão dialética que permeia os textos é a realização ou não da cirurgia de redesignação sexual, como forma de legitimação do uso do banheiro. Ou seja, segundo o senso comum, uma mulher transexual que se submeteu à cirurgia adquire o direito social de usar o banheiro feminino, uma vez que não possui mais o pênis. Nesse contexto, a cirurgia seria compreendida como um processo corretivo que enquadra o dissidente na norma vigente, anulando a diversidade e igualando a diferença. (ALVES & MOREIRA, 2015, p. 63)

O que se evidencia da pesquisa teórica e, principalmente, por meio da empírica, é que a população transexual busca com a cirurgia mais a adequação social do que efetivamente sua sexualidade, para serem entendidos socialmente como seres humanos (BENTO, 2015). Preferem despir-se de sua própria personalidade e entregam seu corpo aos leões para que, ao fim, possam ser vistas apenas como mais um, de acordo com padrões de aceitação.

Esta associação, conforme lembra Galli et al (2013, p. 453) apenas auxilia a consideração patológica da transexualidade, cujo medicamento de cura é a cirurgia de modificação sexual e reforça a ideia de que corpo e sexo são autoevidentes.

Esta intervenção não pode ser fomentada como forma de adequação da população transexual na sociedade heteronormativa apenas para que possam sentir-se inseridas ao preço da disposição de seu corpo, mente e destino ao crivo estatal, mormente quando nenhuma dessas providências é necessária a esta participação social e garantia de respeito. A cirurgia é opção e não é cura para a condição humana da pessoa TRANS.

Segundo o pensamento oficial todos/as transexuais desejam como solução para seus conflitos a realização das cirurgias de transgenitação. Este cânone, no entanto, tem sido questionado por muitos/as transexuais que reivindicam suas identidades de gênero legal sem se submeterem à cirurgia. [...] Este sentimento de ser incompleto ou estar em débito nos persegue porque o fundamento que se supõe determinante das identidades e demiurgo dos desejos, o corpo, é o resultado de próteses discursos. (BENTO, 2015)

Galli et al (2013, p. 465) ainda adverte que, mesmo que haja vantagens na cirurgia de modificação sexual, ela não é o único meio à harmonização do corpo e mente e busca do bem-estar subjetivo. A construção do entendimento esposado aqui não é simples e necessita vencer barreiras postas pelo preconceito e por normas médicas que consideram a transexualidade doença, o que em muito determina a escolha pela cirurgia.

Contudo, dita intervenção, em vista de todo o exposto, não é o meio necessário à vivência do gênero da população transexual. É possível não realizar a cirurgia e ser mulher ou homem TRANS. Não há necessidade de disposição corporal para tanto e, contrário disso, fomenta práticas autoritárias contra esta população que, repita-se, apenas pretende viver como se sente, podendo realizar os atos dos mais simples aos mais complexos sem que, para tanto, sofram constrangimentos.

A superação do binarismo essencializador do sexo é a primeira medida a ser adotada e, a partir dela, a modificação do entendimento perpetrado em desfavor da população transexual desatará mais facilmente o nó de todas suas dificuldades vividas dia após dia.

### **3 CARACTERÍSTICAS DO GÊNERO E SUPORTE JURÍDICO**

Tratando sobre o gênero, Butler (2007, p. 57) ensina que o sexo, diferente daquele entendido como uma facticidade anatômica pré-discursiva, é o gênero, que sempre existiu. Segundo Bento (2015), sobre a construção do gênero dissociado de padrões binários e essenciais, suas performances são ficções sociais, sedimentadas e baseadas em relação binária complementar. A partir de então, a performatividade decorreria da reiteração de normas e essa repetição formaria estabilidade às normas de gênero. Por meio do inconformismo com ditas normas, encontrar-se-iam as possibilidades de subversão.

No mesmo sentido, a autora aponta:

O gênero adquire vida através das roupas que cobrem o corpo, dos gestos, dos olhares, de uma estilística corporal e estética definida como apropriada. São estes sinais exteriores, postos em ação, que estabilizam e dão visibilidade ao corpo, que é basicamente instável, flexível e plástico. Essas infundáveis repetições funcionam como citações e cada ato é uma citação daquelas verdades estabelecidas para os gêneros, tendo como fundamento para sua existência a crença de que são determinados pela natureza. (BENTO, 2015)

Neto & Agnoletti (2008, p. 61) lembram que quando o gênero começa a ser esboçado diferente do sexo biológico, há uma pressão essencializadora para reduzir a condição de homem/ mulher, reputando o contrário disso como abjeção e ignomínia. Uma das formas exemplificadas pelos autores para esta forma de exclusão é o ato de ignorar o nome social adotado pela pessoa. Butler (2004, p. 08) forma o seguinte raciocínio:

De fato, esses critérios, tal como ocorre com o diagnóstico de TIG, presumem que todos nós "sabemos", mais ou menos, quais são as normas para o gênero – "masculino" ou "feminino" – e que tudo o que, afinal, precisamos fazer é avaliar se elas estão bem integradas neste corpo ou naquele corpo. Mas e se esses termos não mais descrevem o que deveriam descrever? E se eles só são usados de um modo atravancado para descrever a experiência de gênero de uma pessoa? E se as normas para tratar e avaliar o diagnóstico pressupõem que somos permanentemente constituídos de um modo ou de outro? O que acontece com o gênero enquanto um modo de transformar-se? Estamos parados no tempo? Temos de ser mais regulares e coerentes do que necessariamente queremos ser quando nos submetemos às normas a fim de atingirmos os direitos que precisamos e a posição que desejamos?

O sexo, entendido e associado por meio da vivência do gênero, é característica pessoal, ligada à construção história e cultural identitária de cada um. Não está atrelado a binarismos e não possui característica essencializadora. Trata-se de formação não estática não pré-discursiva, mas efetiva liberdade que perpassa quaisquer definições registradas.

Hoje, na maior parte do país, há legislação que garante aos transexuais e travestis a utilização do nome social, aquele que, diferente do nome constante no

assento civil, é compreendido como a melhor forma de associação da identidade de gênero vivenciada em sociedade pela identificação civil.

Todavia, a efetiva consideração da possibilidade de utilização do nome social, mesmo que obliquamente, demonstra que o Estado reconhece a identidade de gênero, pois permite a utilização de um nome que reflete o que se sente, absolutamente dissociado do sexo biológico de cada qual. Visto por outra ótica mais simples, o nome social acaba por concretizar o gênero dissociado do binarismo e perfeitamente utilizável em sociedade sem quaisquer transtornos.

Partindo do princípio da autodeclaração do gênero, quando um indivíduo escolhe um nome social ele está dizendo ao outro como quer ser identificado e reconhecido socialmente. A autodeclaração, a exemplo da discussão do étnico-racial no Brasil, outorga ao sujeito, e a mais ninguém, a definição de sua identidade gênero, ao mesmo tempo que torna pública sua escolha e orienta o outro sobre como esse sujeito deve ser tratado socialmente. A identidade de gênero é atravessada pela escolha nominal. (ALVES & MOREIRA, 2015, p. 61)

Dias (2014), recordando a decisão do Ministério da Saúde quando definiu que a população transexual teria direito ao uso do nome social na carteira do SUS, aponta que o Estado então passou a reconhecer a identidade de gênero, pois a população TRANS que busque atendimento junto ao Sistema Único de Saúde não passará por entraves protocolares. Há então uma autodeterminação do gênero. Dentro deste paradoxo, a autora aponta a necessidade de utilização deste argumento para a militância pelo reconhecimento do gênero da população transexual e futura despatologização da transexualidade para que dita parcela social não mais necessite negociar a própria condição de sujeito para ser tratada pelo SUS, já que não seria necessário protocolo para reconhecer sua identidade.

Butler (2004) esclarece, ademais, que qualquer condição restritiva da autonomia do gênero do transexual ou transgênero são práticas discriminatórias, paternalistas de poder, por meio das quais uma liberdade humana está sendo suprimida.

Outrossim, em sede internacional, no ano de 2006, reuniram-se em Yogyakarta, na Indonésia, especialistas em orientação sexual e gênero, dispendo na ocasião que este é estabelecido de acordo com a autonomia de cada um, experiência interna e individual, aliada ao sexo de nascimento ou outros meios de viver e sentir.

Lavraram-se então os Princípios de Yogyakarta<sup>cxii</sup>, que trazem diretrizes para o respeito aos direitos humanos daqueles que exerçam seu gênero, lastreados em argumentos firmes da autodeterminação, liberdade, privacidade e especialmente a dignidade. Inclusive, no caso específico aqui tratado, infere-se claramente que ninguém deverá ser obrigado a realizar cirurgia para somente então ter seu gênero reconhecido.

Interpretando a Declaração Universal de Direitos Humanos, a OEA – Organização dos Estados Americanos editou a Resolução n. 2.435/08 (OEA. Resolução n. 2435 de 3 de junho de 2008) que associa o gênero e orientação sexual ao direito de liberdade, à vida e à segurança.

A Convenção Americana de Direitos Humanos, recepcionada no ordenamento brasileiro (BRASIL. Decreto n. 678 de 6 de novembro 1992), igualmente estabelece normas de proibição de preconceito de qualquer condição e preservação da integridade física (artigos 1º e 5º), as quais são normas que estabelecem preceitos fundamentais.

Há, desta forma, verdadeiro arcabouço jurídico e doutrinário sobre a identidade de gênero garantida à população transexual e que, cada vez mais, deve ser aceita e adotada para transformar a visão heteronormativa em garantida de direitos a esta vertente da população LGBT que, em suma, apenas pretende participar da sociedade tal como realmente é.

A dignidade da pessoa humana, garantida pela Constituição Federal como Fundamento da República Federativa do Brasil (CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Artigo 1, inciso III), não é letra morta e a garantia de sua aplicação é evidenciada em casos como tal.

## **CONCLUSÃO**

A definição dissociada do essencialismo identificado no binarismo estático e imutável do sexo é a conceituação da identidade de gênero das pessoas transexuais, construída a partir de sua cultura e história pessoal.

Então, a formação da identidade de gênero da população TRANS não está associada à modificação de seu sexo pela intervenção cirúrgica, que deve ser opcional. Formar-se-á o sexo de acordo com o trânsito de cada um nas mais variadas formas da sexualidade. Por outro lado, o impeditivo para tanto tem sido a influência heteronormativa que permeia em diversos tipos de vivência.

Nesse sentido, a dignidade, intimidade e liberdade das pessoas transexuais tem sido posta em cheque pelo Estado quando determina que aquelas realizem a cirurgia de modificação do sexo para que, somente então, sejam consideradas inseridas em sociedade e possam exercer sua cidadania. A problemática assume proporções maiores quando a própria população TRANS adere esta imposição para fins de adequação social.

O objetivo desta pesquisa foi justamente dissociar a cirurgia da vivência sexual das pessoas transexuais para que, desvinculadas do binarismo essencialista, tenham liberdade sobre seus corpos e sejam efetivamente inseridas e consideradas em sociedade, podendo acessar a todos os bens dela decorrentes.

A dignidade da pessoa humana deve ser a força motriz do aporte jurídico trazido neste trabalho, para que seja consolidada a força normativa da Constituição. Os resultados alcançados e constatados até então demonstram boa inclinação da pesquisa para esclarecer conceitos dissociar os preconceitos, o que deve facilitar a implementação social dos direitos humanos às pessoas TRANS.

Assim, considerando o estado atual da arte, ante a necessidade de aprofundamento na temática, que ainda carece de maior estudo, especialmente no campo da empírica, faz-se imperiosa a pesquisa sobre o caso, a fim de conscientizar e demonstrar as ofensas aos direitos fundamentais da população transexual consistente na exigência em comento e na impossibilidade de plena vivência de sua identidade gênero.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (trans) subjetividades em escolas brasileiras. **Quaderns de Psicologia** 2015, Vol. 17, No 3, 59-69. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/QuadernsPsicologia/article/viewFile/303189/392825>>. Acesso em 20 out. 2016.

BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. In: **Revista de Estudos Feministas**. Vol.20 no.4 Florianópolis ago/dez. 2003. Disponível em:<<https://gedsfdusp.files.wordpress.com/2015/08/06-bento-berenice-transexuais-corpos-e-prc3b3teses.pdf>>. Acesso em 10 out. 2016.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Vivências trans – desafios, dissidências e conformações – apresentação. In: **Revista de Estudos Feministas**. Vol.20 no.2 Florianópolis May/Aug. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2012000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200009)>. Acesso em 13 out. 2016.

BUTLER, Judith. Traduzido por: Rios, André.; Arán, Márcia. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de Saude Publica**, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, p.95-126, 2009. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312009000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000100006)>. Acesso em 10 jun. 2016.

BUTLER, Judith. El género em disputa: El feminismo y la subversión de la identidad. Espanha: Editorial de Espasa Libros, S.L.U. p.57, 2016.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 25 mai. 2016.

BRASIL. Decreto nº. 678 de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 22 nov. 1969. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm)>. Acesso em 20 jun. 2015.

BRASIL. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, de 10 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em 25 mai. 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados: Projeto de Lei n. 6655 de 2006. Altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências". Autor: Luciano Zica. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=315120>>. Acesso em 15 nov. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução n. 1.955 de 3 de setembro de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. Disponível em: < [http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955\\_2010.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm)>. Acesso em 15 nov. 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Enunciados 42 e 43**. Disponível em: < <http://www.cnj.jus.br/>>. Acesso em 10 jun. 2015.

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Enunciado 6 da 1ª Jornada de Estudos da Justiça Federal**. Disponível em: < <http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-aprovados-da-i-iii-iv-e-v-jornada-de-direito-civil/compilacaoenunciadosaprovados1-3-4jornadadircivilnum.pdf/view>>. Acesso em 25 mai. 2016.

DA SILVA, C. H. O transexual, a alteração de prenome e gênero no registro civil e o entendimento dos Tribunais. **Revista Videre – Dourados**, v. 05, n. 10, p. 100-110, jul./dez. 2013. Disponível em: < [http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/viewFile/1764/pdf\\_227](http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/viewFile/1764/pdf_227) >. Acesso em: 01 jun. 2016.

DIAS, Maria Berenice. **União Homoafetiva: O preconceito & a Justiça**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DIAS, Diego Madi. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. **Cadernos Pagu. Cad. Pagu** no. 43 Campinas July/Dec. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332014000200475](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200475)>. Acesso em 15 out. 2016.

FRANÇA, Aline Dias de. **Da Possibilidade de Alteração do Nome e Sexo do Transexual no Registro Civil**. Magister - Porto Alegre. Data de inserção: 06/01/2010. Disponível em: [www.editoramagister.com/doutrina\\_ler.php?id=631](http://www.editoramagister.com/doutrina_ler.php?id=631) . Data de acesso: 01/06/2016.

GALLI, Rafael Alves; VIEIRA, Elizabeth Meloni. GIAMI, Alain; DOS SANTOS, Manoel Antônio. Corpos Mutantes, Mulheres Intrigantes: Transexualidade e Cirurgia de Redesignação Sexual. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa** Out-Dez2013. Vol. 29 n.4, pp.447-457. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v29n4/v29n4a11.pdf>>. Acesso em 07 de nov. 2016.

GORISCH, Patrícia Cristina Vasques de Souza; BORGES, Ana Carolina. O Direito Humano à Livre Identidade de Gênero e suas Consequências: mudanças de nome e sexo. **Artigo apresentado no 1º. Congresso de Direitos Humanos da UNIESP/Guarujá em 2014.** Disponível em: <[http://direitohomoafetivo.com.br/anexos/artigo/120\\_\\_3b4f38cfe1b1b605b524d4016193871e.pdf](http://direitohomoafetivo.com.br/anexos/artigo/120__3b4f38cfe1b1b605b524d4016193871e.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2016.

LIONÇO, Tatiane. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Revista Physis** vol. 19 no. 1 Rio de Janeiro 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n1/v19n1a04.pdf>>. Acesso em 09 nov. 2016.

MELLO NETO, José Baptista; AGNOLETI, Micheli B. Dignidade Sexual e Diversidade Humana: cidadania e respeito para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT). In: **ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares, et al. DIREITOS HUMANOS: capacitação de educadores** Vol. II; João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008, p. 60.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Resolução 2435 de 3 de junho de 2008. Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Disponível em:<<http://portais.ufg.br/up/16/o/pplgbt-180.pdf>>. Acesso em 20 de mai. 2016.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. Disponível em:<[http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf)>. Acesso em 19 mai. 2016.

RAMSEY, Gerald. **Transexuais: Perguntas e Respostas** (tradução Rafael Azize). São Paulo: Summus, 1998.

TONI, Cláudia. Thomé. **A homossexualidade no direito brasileiro**: Manual dos direitos dos homossexuais. São Paulo: SRS, 2008.

## NOTAS

---

cx Enunciado nº. 42: Quando comprovado o desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto, resultando numa incongruência entre a identidade determinada pela anatomia de nascimento e a identidade sentida, a cirurgia de transgenitalização é dispensável para a retificação de nome no registro civil. Enunciado nº. 43: É possível a retificação do sexo jurídico sem a realização da cirurgia de transgenitalização.

<sup>cx</sup> 6 – Art. 13: A expressão “exigência médica” contida no art. 13 refere-se tanto ao bem-estar físico quanto ao bem-estar psíquico do disponente.

<sup>cxii</sup> Princípio 3. Direito ao Reconhecimento Perante à Lei: Toda pessoa tem o direito de ser reconhecida, em qualquer lugar, como pessoa perante a lei. As pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas devem gozar de capacidade jurídica em todos os aspectos da vida. A orientação sexual e identidade de gênero auto definidas por cada pessoa constituem parte essencial de sua personalidade e um dos aspectos mais básicos de sua autodeterminação, dignidade e liberdade. Nenhuma pessoa deverá ser forçada a se submeter a procedimentos médicos, inclusive cirurgia de mudança de sexo, esterilização ou terapia hormonal, como requisito para o reconhecimento legal de sua identidade de gênero. Nenhum status, como casamento ou status parental, pode ser invocado para evitar o reconhecimento legal da identidade de gênero de uma pessoa. Nenhuma pessoa deve ser submetida a pressões para esconder, reprimir ou negar sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Princípio 6. Direito à Privacidade: Toda pessoa, independente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, tem o direito de desfrutar de privacidade, sem interferência arbitrária ou ilegal, inclusive em relação à sua família, residência e correspondência, assim como o direito à proteção contra ataques ilegais à sua honra e reputação. O direito à privacidade normalmente inclui a opção de revelar ou não informações relativas à sua orientação sexual ou identidade de gênero, assim como decisões e escolhas relativas a seu próprio corpo e a relações sexuais consensuais e outras relações pessoais.

## Projeção política de Amanda Gurgel e o poder midiático

### Political projection of Amanda Gurgel and mediatic power

Aluizia do Nascimento Freire<sup>131</sup>

Recebido em 30/06/2017; aceito em 01/11/2017

**Resumo:** O presente artigo realiza um estudo sobre a projeção política de Amanda Gurgel nas mídias sociais. A repercussão de um vídeo com apenas 8:30 seg. (Oito Minutos e Trinta Segundos) com mais de 2.496.476 (dois milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, quatrocentos e setenta e seis) visualizações ganhou espaço na mídia nacional tornando Amanda Gurgel um fenômeno social<sup>132</sup>. Como essa mídia social contribuiu na projeção de Amanda Gurgel e seu discurso em prol da educação no cenário político nacional através das mídias sociais especialmente nas mídias sociais de esquerda?. Como esse discurso de Amanda Gurgel refletiu no cenário nacional? levando-o a mostrar em sua fala suas angústias em sala de aula, este discurso aconteceu na Assembleia Legislativa de Natal, mostrando a situação da categoria de professores e professoras, apresentando com isso seu contra cheque, fazendo uma comparação do seu salário com o dos deputados e deputadas é através desse discurso que Amanda é convidada para o programa da Rede Globo de Televisão “O Programa do Faustão” em um horário considerado nobre, onde a mesma mostrou a importância da valorização da educação para formação de profissionais capacitados.

**Palavras-chaves:** Mídias Sociais, Redes Sociais, Projeção Nacional e Internet.

**Abstract:** This article presents a study about the political projection of Amanda Gurgel in social media. The passing of a video with only 8:30 sec. (Eight Minutes and Thirty Seconds) with more than 2,496,476 (two million, four hundred and ninety-six thousand, four hundred and seventy-six) views gained ground in the national media making Amanda Gurgel a social phenomenon. How did this social media contribute to the projection of Amanda Gurgel and her speech in favor of education in the national political scene through social media especially in the left social media ?. How did this speech of Amanda Gurgel reflect on the national scene? Leading him to show in his speech his anxieties in the classroom, this speech happened in the Legislative Assembly of Natal, showing the situation of the category of teachers and teachers, presenting with this his counter check, making a comparison of his salary with the one of the Deputies and deputies it is through this speech that Amanda is invited to the Globo Television program "The Faustão Program" at a prime time, where it showed the importance of the valuation of education for the training of trained professionals. Conducts a study on the political projection of Amanda Gurgel in social media. The passing of a video with only 8:30 sec. (Eight Minutes and Thirty Seconds) with more than 2,496,476 (two million, four hundred and ninety-six thousand, four hundred and seventy-six) views gained ground in the national media making Amanda Gurgel a social phenomenon. How did this social media contribute to the projection of Amanda Gurgel and her speech in favor of education in the national political scene through social media especially in the left social media ?. How did this speech of Amanda Gurgel reflect on the national scene? Leading him to show in his speech his anxieties in the classroom, this speech happened in the Legislative Assembly of Natal, showing the situation of the category of teachers and teachers, presenting with this his counter check, making a comparison of his salary with the one of the Deputies and deputies, it is through this speech that Amanda is invited to the

<sup>131</sup> Doutoranda em História pela UFGD na linha de pesquisa: Linha Fronteiras, Identidades, e Representações. Atuando no Laboratório de Estudos de Gênero, História e interculturalidade.

<sup>132</sup> Disponível em: 2011 [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=18&v=yFkt0O7lceA](https://www.youtube.com/watch?time_continue=18&v=yFkt0O7lceA) 22/05/2017, às 20:00hs.

Globo Television programa "The Faustão Program" at a prime time, where it showed the importance of valuing education for the training of trained professionals.

**Key Words:** media socials; rede networks; national projection; internet

## INTRODUÇÃO

A partir da nova historiografia brasileira percebemos o crescimento de publicações de livros e revistas voltados para História das Mulheres e das Relações de Gênero, de pesquisas realizadas por várias feministas que se destacaram na década de 1980. Como bem cita Soihet e Pedro<sup>133</sup>, focalizamos as obras publicadas a partir da década de 1980 as pesquisas realizadas e as categorias de análise utilizadas, visando traçar um panorama da constituição desse campo. Mostrando também como as categorias ‘mulher’, ‘mulheres’ e relações de gênero têm sido alvo de discussões, apropriações e disputas. Nesse sentido, essa nova produção historiográfica tem como objetivo retirar a mulher da invisibilidade, ou seja, do esquecimento histórico.

Dentre as publicações, podemos citar que em 1985, Margareth Rago publicou a obra *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar*, em 1989 a Revista Brasileira de História publicou um número inteiramente dedicado ao tema da Mulher, intitulado “A Mulher no espaço público”, organizado por Maria Stella Martins Bresciani e em 1990 a Revista Educação e Realidade publicou a tradução de um artigo da historiadora norte-americana Joan Scott: “Gênero: uma categoria de análise histórica”.

Ainda de acordo com Soihet e Pedro (2007) outras pesquisas continuaram a discutir a “mulher” ou ainda “mulheres”. Houve, na constituição desse campo de conhecimento historiográfico iniciativas que agregavam pesquisadoras, interessadas no

---

<sup>133</sup> A emergência da pesquisada História das Mulheres e das Relações de Gênero. Rachel Soihet e Joana Maria Pedro. Revista Brasileira de História, São Paulo, v 27, nº 54, 2007.

tema. A constituição de um Grupo de Trabalho de Estudo de Gênero, visando articular em âmbito nacional uma rede de contatos entre pesquisadoras, articulados á Associação Nacional de História. Podemos perceber a importância dessas publicações para o crescimento de pesquisas voltadas para a discussão na perspectiva de gênero nas universidades, onde foram criados os núcleos de estudos e pesquisas sobre a mulher mostrando as como sujeito da historia, e o surgimento de novos campos do conhecimento voltados para a história das mentalidades, história social, e a história política com novas abordagens feministas.

Indagaremos-nos a respeito da participação da mulher na política, para entendermos a importância dos estudos de gênero dando visibilidade e os tornando sujeitos da história, bem como, o movimento feminista e sua contribuição para o crescimento do número de mulheres na política.

Na década de 1980, os movimentos sociais estavam fortemente organizados no processo de redemocratização do país, com isso, o movimento feminista repensou seu posicionamento com relação ao Estado, uma vez que o eleitorado feminino torna-se alvo de interesse dos partidos. Passa a ser considerada a possibilidade de pautar, no âmbito das políticas públicas, as questões do movimento e aprofundar o debate interno sobre sua autonomia, aparecendo mais fortemente a divisão em duas tendências, já apontadas desde a década anterior. Uma tendência

mais voltada para a atuação pública das mulheres, investia em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativa são trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos” e a outra mais preocupada com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado (In: Apud Santos e Oliveira, SARTI, 2004, p. 41).

De acordo com o pensamento de Santos e Oliveira (2009) essa separação é um equívoco, visto que a opressão em relação às mulheres adentra-se no universo público e privado.

O processo de redemocratização e, particularmente, o processo de construção da Constituinte foram momentos que contribuíram para fortalecer a participação e ampliar a representação das mulheres. A maior alteração no percentual de eleitas para a Câmara Federal, segundo Araújo (2001), ocorreu em 1982 e 1986; neste último, ocorreu a primeira eleição após a redemocratização, e o percentual de candidatas passou de 1,67% para 5,33%. Contudo, se as formas de participação se diversificaram no que tange a representação política, os índices cresceram muito pouco desde então, especialmente em se tratando da representação no legislativo federal.

Após esse processo de redemocratização, em 2011, pela primeira vez na História do Brasil uma mulher assumiu a presidência da República. Dilma Roussef foi eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT), chegando a atingir em seu mandato a aprovação de 80% (oitenta por cento) da população. Em 2014 Dilma Roussef foi reeleita presidenta do Brasil, para cumprir um mandato de quatro anos sofrendo *Impeachment* em maio de 2016 com apenas um ano e cinco meses de mandato no cargo de presidenta, com um quadro de rejeição pela população. Sua rejeição está estritamente ligada à acusação por crime de responsabilidade, e as chamadas pedaladas fiscais, assumindo seu lugar o vice-presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) apoiado pela ala mais conservadora do Congresso Nacional. Porém, temos a compreensão que após as eleições, com a chegada de uma mulher pela primeira vez na Presidência da República ainda não se percebe um crescimento da participação da mulher na política, elas ainda são minorias nesses espaços de poder.

Em que contexto a professora Amanda Gurgel foi eleita vereadora em Natal no ano de 2012, por um partido de esquerda sem representatividade política partidária como o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) cumprindo o mandato de 2012 a 2016, temos a compreensão também que a mesma é eleita a partir do crescimento da esquerda com grande popularidade do governo Lula em 2006 e a chegada de Dilma Rousseff em 2010 a Presidência da República. Todos esses fatores contribuíram para a chegada da esquerda ao poder, porém entendemos a importância da divulgação de um vídeo nas redes sociais para o surgimento do mito Amanda Gurgel tornando-se parlamentar a partir desse contexto midiático.

Temos a compreensão de que não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas, políticas, religiosas etc, tradicionalmente reservada aos homens, para modificar a sociedade, pois estas mulheres também personificam relações de poderes de classe e de raça e não só de sexo.

É preciso entender que, os interesses políticos vão além dessa discussão, pois as limitações da legislação brasileira e as cotas eleitorais<sup>134</sup> para as mulheres são determinantes nessa sociedade capitalista em que predomina os interesses de classe, principalmente em um país no qual tivemos um processo eleitoral tardio em decorrência de um sistema marcado por exclusão. Porém, não podemos negar a importância do movimento feminista na luta pela igualdade entre mulheres e homens, nas sociedades de classe. Na visão de Scott (1990, p. 4) a categoria “classe” está baseado na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de “raça” e de “gênero” não veiculam tais associações. Em seguida afirma que não há unanimidade entre os (as) que utilizam o conceito de classe.

---

<sup>134</sup>A cota é uma das medidas que compõem a chamada, política de discriminação positiva, isto é, que combate a discriminação das mulheres de forma clara, pela imposição de medidas legais (BRUSCHINI IN: ARAÚJO, 2002).

Além disso, quando mencionamos a “classe”, trabalhamos com a ideia de causalidade econômica.

Após trabalharmos a categoria classe mencionada acima, analisaremos em que contexto o papel desempenhado pela mídia, na atual sociedade de classes têm contribuído para a quebra de paradigmas nas redes sociais? Como um vídeo jogado nas redes sociais consegue virilizar e projetar a professora Amanda Gurgel na política representativa? Por isso a importância das categorias: Mídias Sociais, Redes Sociais, Projeção Nacional, Internet, para entendermos melhor como foi construída a imagem da professora Amanda Gurgel. De acordo com Miguel e Birole<sup>135</sup>, os meios de comunicação de massa cumprem um papel crucial na conformação do ambiente social contemporâneo. Eles reconfiguraram a gestão do tempo cotidiano e as fronteiras entre diferentes espaços sociais, determinados por sexo ou faixa etária; modificaram o exercício da autoridade e fragmentaram as representações mentais do mundo de que se servem as pessoas para nele se situarem.

A partir do conceito acima mencionado a respeito do papel dos meios de comunicação, analisamos o impacto de um vídeo na vida política de Amanda Gurgel e como esse discurso é apresentado, visto pelas pessoas que acompanham as redes sociais, como se dá a relação entre representantes e representados. Mídia é entendida na pesquisa como uma esfera de representação. Trata-se de um espaço privilegiado de difusão de representações do mundo social que, por isso mesmo, se estabelece como momento de uma representação especificamente política.

---

<sup>135</sup>Disponível em: [http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-midia/g\\_nero\\_e\\_pol\\_tica\\_na\\_m\\_dia.pdf](http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-midia/g_nero_e_pol_tica_na_m_dia.pdf) Acessado em 26/05/2017 às 21:30.

Para entender o conceito de representação partimos da ideia de Chartier<sup>136</sup> “as representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas”. Ou seja, a identidade nacional é uma representação, sendo, portanto, construída por grupos que possuem interesses de impor sua visão ideológica. Compreende-se que essas representações é a capacidade que os discursos têm de se apropriar do leitor que interagem com as mídias sociais.

É importante observar como as redes sociais estão presentes em nosso cotidiano, tanto no cotidiano individual, assim como no coletivo, já que as redes sociais também interagem no coletivo, uma das preocupações hoje, em que essas redes podem influenciar a sociedade, principalmente a sociedade de jovens que estão cada dia mais dependentes desses meios de comunicação? Nesse sentido, Birole e Miguel (2017)<sup>137</sup>, definem como mídias sociais a nova maneira de participação na sociedade com interessantes aplicativos que dão suporte e facilitam os relacionamentos, com intensa e diversificada participação de todos, de olhos nas mudanças no mundo, mas em um mínimo espaço de tempo, tudo muito rápido, em um clique apenas. A mídia, como esfera de representação, participa de maneira privilegiada das dinâmicas por meio das quais vozes e perspectivas distintas são dadas à visibilidade e, em certo sentido, ganham status e valor público. O reconhecimento de que os grupos sociais diversos existem politicamente, isto é, constituem perspectivas específicas que não são redutíveis a valores e discursos políticos supostamente universais, toca diretamente nas questões relativas à pluralidade e objetividade na mídia.

---

<sup>136</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. IN *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, nº 11, 2001. WWW. Google.com.br. Acesso em 09/12/2016.

<sup>137</sup> Disponível em: [http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-midia/g\\_nero\\_e\\_pol\\_tica\\_na\\_m\\_dia.pdf](http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-midia/g_nero_e_pol_tica_na_m_dia.pdf) Acessado em 26/05/2017 às 21:30.

Diariamente ouvimos falar das redes sociais, como elas estão dissociadas entre crianças, jovens e adultos? Temos a compreensão que elas estão em todos os lugares, nas ruas, nas casas, nas esquinas, no trabalho, e muitas vezes é a principal atenção desse público citados acima. O discurso da professora Amanda virilizados por essas redes sociais é um exemplo de como essa mídia interage e influencia a mentalidade dos leitores. Percebemos o crescimento dos meios digitais e a quantidade de informações de como as redes estão transformando e modificando o modo de pensar de um público que tinha apenas como meios de comunicação o jornalismo escrito e a televisão, a partir daí como as mudanças vão ocorrendo socialmente e vão se modificando dando voz aos esquecidos, dentro do imaginário popular a partir da democratização da informatização online.

De acordo com o que é mostrado, as redes sociais, por sua vez, ultrapassaram o que antes tinha como propósito exclusivo de relacionamento e passaram a ser fonte de pesquisa e notícias, tendo como atributos a interatividade e participação, possibilitando ao internauta não apenas o acesso à informação, mas a capacidade de executá-la. Temos a compreensão da importância dessas redes sociais e de entender como esses grupos se inserem e se relacionam como vêm se apropriando dessas mídias sociais. A força das redes sociais como forma de mudar o destino político da professora Amanda Gurgel e como ela passou a ser vista no espaço público e até mesmo em âmbito privado. Nesse sentido entendemos as redes sociais não apenas como fontes de informações, mas sua capacidade de mobilizar e promover mudanças na sociedade, construir os espaços de poder. Como exemplo das mobilizações de 2013, como a revolta do ônibus, contra o aumento das passagens de transportes públicos, conhecida como primavera de junho brasileira (grifo meu).

É importante destacar que durante esse período nós temos a presença da vereadora eleita em Natal Amanda Gurgel em todos os atos contra o aumento de passagens, isso mostra a militância da mesma. Cito um trecho do discurso proferido por Amanda Gurgel no vídeo que virilizou nas redes sociais.

Trecho do discurso da professora Amada Gurgel na Assembleia Legislativa no Rio Grande do Norte. Na sua fala ela inicia mostrando os números do seu contracheque, o seu salário e diz:

Como as pessoas mostram muito os números e os números são irrefutáveis, gostaria também de mostrar um número composto de três algarismos diferentes dos outros números apresentados aqui com tantos números, 930,00 (novecentos e trinta reais), é meu salário base com nível superior e especialização. Só quem está em sala de aula sabe pegando três ônibus pode falar com propriedade sobre isso<sup>138</sup>.

Em seguida ela diz:

Em nenhum governo em nenhum momento no nosso Estado no nosso país a educação foi uma prioridade, as condições precárias do ensino público, das escolas públicas, salas de aulas superlotadas, alunos entrando a cada momento com a carteira na cabeça, não tem carteiras nas salas. Sou eu a redentora do país, não posso, não tenho condições<sup>139</sup>.

Como já mencionado foi a partir dessa fala que a professora Amanda Gurgel se projetou nacionalmente sendo convidada para ir ao programa do Domingão do Faustão, a partir daí a mesma se projeta na política partidária, sendo eleita vereadora pela Câmara Municipal de Natal (RN) com de 32.879 mil votos (Trinta e Dois Mil,

---

<sup>138</sup>Disponível em 2011 [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=18&v=yFkt0O7lceA](https://www.youtube.com/watch?time_continue=18&v=yFkt0O7lceA) 22/05/2017, às 20:00hs. Trecho do vídeo em 01 min. e 04 seg. (Um minuto e Quatro segundos). Discurso de Amanda Gurgel disponível no Youtube proferido dia 14 de maio de 2011.

<sup>139</sup>Disponível em 2011 [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=18&v=yFkt0O7lceA](https://www.youtube.com/watch?time_continue=18&v=yFkt0O7lceA) 22/05/2017, às 20:00hs. Tempo do trecho do vídeo 02 min. e 28 seg. Discurso de Amanda Gurgel, disponível no Youtube, proferido no dia 14 de maio de 2011.

Oitocentos e Setenta e Nove ) votos. Considerada a vereadora mais votada na cidade do Natal. A partir daí a figura da vereadora Amanda Gurgel passa a fazer parte do cotidiano dos meios de comunicação de massa, das mídias sociais com seus projetos políticos polêmicos na Câmara Municipal de Natal e como estes vídeos estão inseridos diariamente pelo departamento de comunicação do seu mandato.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em todo o contexto em que o artigo está inserido, chegamos à conclusão que as mídias sociais têm o poder de argumentar e transgredir a ordem em que as coisas não são planejadas socialmente. Apesar de todas as críticas tecidas a esse poder midiático ela não pode ser descartada da nossa condição de internauta de questionar como esses espaços são construídos e quais nossas posições em relação ao poder midiático, em que essas redes nos beneficiam, sem podemos esquecer que na contemporaneidade o uso da tecnologia é corrente em nosso cotidiano. Levando em consideração esses aspectos levantados mostrando o poder que esses meios de comunicação têm quando demonstrou a capacidade de levar uma mulher a ter uma votação expressiva como a professora Amanda Gurgel, levando a Câmara Municipal de Natal, projetando a politicamente.

Percebe-se em que contexto histórico essas mulheres estão inseridas, ainda quando apresentam quadro de desigualdades na representação de mulheres na política, apesar das mulheres serem maioria da população brasileira ainda somos minoria dentro dos parlamentos. Todas essas discussões levantadas a respeito da inserção feminina na política nos trouxeram subsídios para entender melhor como a mulher vêm conquistando seu espaço na sociedade capitalista, através do movimento feminista, que foi importantíssimo pelas transformações e lutas na defesa por igualdade de direito é

imprescindível que diante desses argumentos expostos todos se conscientizem que não basta ser mulher, para mudar esse quadro de desigualdades sociais uma vez que vivemos numa sociedade de classes e que predomina o sistema capitalista.

## Referências

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista de Estudos feministas**, Vol 09 n 1, 2001.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero, Democracia e Sociedade brasileira/ Cristina Brushini e Sandra G. Unberhaum,(org). In: ARAÚJO, Clara.**Ações afirmativas: estratégias políticas feministas**. São Paulo: FCC. Editora, 34. 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **IN Estudos Avançados**. São Paulo: USP, nº 11,20011. <http://www.webartigos.com/artigos/conceitos/historiograficos/70316/#ixzz4Rasf1Gwm>. 09-12-2016, às 12:45

FINAMORE, Maria Cláudia e CARVALHO, João Eduardo Coim. Mulheres.Candidatas: Relações entre Gênero, Mídia, e Discurso. **Revista de Estudos feministas/** Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. Florianópolis:UFSC, V.14 nº 2, 2006.

MIGUEL, LUIS Felipe BIROLE, Flavia. Disponível em: [http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao30.-politica/referencias/genero-e-midia/g\\_nero\\_e\\_pol\\_tica\\_na\\_m\\_dia.pdf](http://www.spm.gov.br/assuntos/poder-e-participacao30.-politica/referencias/genero-e-midia/g_nero_e_pol_tica_na_m_dia.pdf) Acessado em 26/05/2017 .

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revistas Brasileiras de História**, São Paulo, V.27, n 54, p. 281-300, 2007.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes & OLIVEIRA, Lidiane In: APUD,

SARTI.**Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital; Limites, e contradições e avanços**. Pesquisa teórica, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica.**RevistaEducação e realidade**. Porto Alegre, v.16. nº2, p.5-22, julho/dez., 1990.

Vídeo do discurso de Amanda Gurgelno Youtube. Disponível em 14 de maio de 2011 [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=18&v=yFkt0O7lceA](https://www.youtube.com/watch?time_continue=18&v=yFkt0O7lceA) 22/05/2017, às 20:00hs.

---



